

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - PPGT

**PAUTAS PARA UM PROCESSO DE GESTÃO DE UM
MODELO DE EVANGELIZAÇÃO PARA A DIOCESE DE
DILI À LUZ DO VATICANO II**

AGOSTINHO DE JESUS SOARES

CURITIBA 2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - PPGT

**PAUTAS PARA UM PROCESSO DE GESTÃO DE UM
MODELO DE EVANGELIZAÇÃO PARA A DIOCESE DE
DILI À LUZ DO VATICANO II**

AGOSTINHO DE JESUS SOARES

Trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Paraná, na Linha de Pesquisa – Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa - como requisito parcial para a obtenção de título de doutoramento em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Brighenti

CURITIBA 2019

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

S676p
2019 Soares, Agostinho de Jesus
Pautas para um processo de gestão de um modelo de evangelização para a diocese de Dili à luz do Vaticano II / Agostinho de Jesus Soares ; orientador: Agenor Brighenti. – 2019.
404 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2019
Bibliografia: f. 393-403

1. Teologia. 2. Concílio Vaticano. 3. Dioceses. 4. Evangelização - Dili (Timor Leste). 5. Igreja. 6. Planejamento. I. Sá, Alexandre Franco de. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-Graduação em Teologia.
III. Título

CDD 20. ed. – 230

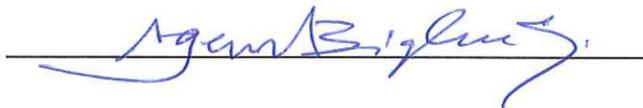
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº. 28
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE
AGOSTINHO DE JESUS SOARES

Aos vinte e cinco dias, do mês de julho de dois mil e dezenove, às oito horas local no Timor Leste e vinte horas no Brasil reuniu-se na sala de pós 2 - segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Agenor Brighenti, Mario Antonio Sanches, Joachim Andrade, Agostinho dos Santos Gonçalves, Valentim Ximenes para examinar a Tese do candidato Agostinho de Jesus Soares ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Doutorado, no segundo semestre de dois mil e dezessete. Linha de Pesquisa Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa. O doutorando apresentou a Tese intitulada: "PAUTAS PARA UM PROCESSO DE GESTÃO DE UM MODELO DE EVANGELIZAÇÃO PARA A DIOCESE DE DILI À LUZ DO VATICANO II". O Candidato fez uma exposição sumária da Tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 10 h 30 min. Para constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: _____

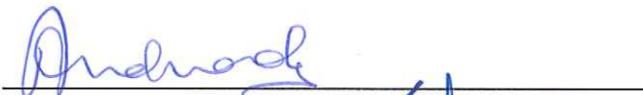
O presidente Prof. Dr. Agenor Brighenti e o avaliador interno Prof. Dr. Mario Antonio Sanches tiveram participação na banca de defesa de tese por videoconferência e estão de acordo com os termos acima descritos.

Prof. Dr. Agenor Brighenti
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Mario Antonio Sanches
Convidado Interno

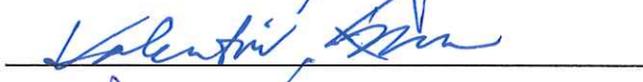
Prof. Dr. Joachim Andrade
Convidado Interno

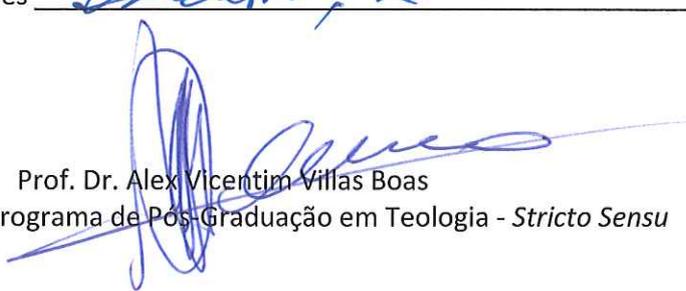


Prof. Dr. Agostinho dos Santos Gonçalves



Prof. Dr. Valentim Ximenes
Convidado Interno




Prof. Dr. Alex Vicentim Villas Boas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*

AGRADECIMENTOS

A presente obra é fruto de investigação feita em Timor-Leste, principalmente na Diocese de Dili e terminámos o trabalho na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Por isso, queremos agradecer a todos quantos têm contribuído muito no processo da elaboração deste trabalho científico. Em primeiro lugar, a Província salesiana de Timor-Leste, por nos ter facilitado tudo para que pudéssemos fazer todo o processo de investigação. Aos bispos de Timor-Leste, através de acordo e cooperação com a Igreja do Brasil (CNBB), ao Instituto Superior de Filosofia e de Teologia Dom Jaime Garcia Goulart, Díli.

Um especial agradecimento ao nosso orientador, o Padre Professor Doutor Agenor Brighenti, pela sua disponibilidade, paciência e carinho de nos acompanhar desde o início do nosso projeto até terminá-lo. Ao Professor Doutor Mário Sanches, como coordenador da cooperação, pela sua disponibilidade e prontidão e a todos os professores da Pontifícia Universidade de Curitiba, Paraná, que nos orientaram nas suas lições, em Díli, Timor-Leste e em Curitiba, Brasil. Ao Provincial de Porto Alegre, Rev. Pe. Asídio Deretti, SDB. Aos Irmãos salesianos do Noviciado de Curitiba, na pessoa do Pe. Cássio Rodrigo de Oliveira, SDB, pelo cordial acolhimento e por todas as ajudas que nos tinham prestado durante a nossa estadia em Curitiba para que possamos trabalhar com serenidade e com um ambiente tranquilo. Pela Irmã Eloisa Fernandes, pela disponibilidade de corrigir o nosso português. Pela nossa família e amigos que nos apoiaram de uma maneira ou outra, para que possamos estar em Curitiba e terminar este trabalho.

Com muita gratidão, agradecemos a todos pelos sacrifícios, favor e prontidão.

RESUMO

A partir dos desafios oriundos do contexto atual da Diocese de Dili, a presente pesquisa procurou apontar algumas pautas para uma reprojção da ação evangelizadora na referida Igreja Local, à luz da renovação do Vaticano II. Para isso, buscou responder a cinco objetivos específicos, que deram origem aos cinco capítulos que compõem o texto desta tese: a) fazer uma breve caracterização da realidade sócio-cultural do Timor Leste e da Igreja na Diocese de Dili e seus desafios pastorais; b) caracterizar a fisionomia da Igreja que queremos ser na Diocese à luz renovação conciliar, de uma Igreja sinodal, no diálogo e no serviço à humanidade; c) explicitar o perfil de uma Igreja Povo de Deus em saída missionária, evangelizada e evangelizadora; d) propor diretrizes para uma evangelização inculturada no contexto da Diocese; e) e, finalmente, apontar pautas para um processo de reprojção da ação evangelizadora na Diocese, à luz da renovação do Vaticano, conseqüente com os desafios da realidade do tempo presente. Como referenciais teóricos, além dos estudos sobre a realidade sócio-pastoral local, estão na base da pesquisa os documentos do Concílio Vaticano II, em especial a *LumenGentium* e a *Gaudium et Spes*, alguns documentos da Igreja Católica de Timor-Leste e da Diocese de Dili, além de bibliografia atualizada relativa à missiologia, à inculturação e ao planejamento pastoral. Basicamente, a pesquisa consistiu na coleta do material bibliográfico referente à questão em pauta, portanto, uma pesquisa bibliográfica de tipo exploratório-analítico, apoiada na experiência pessoal do doutorando, como docente e agente de pastoral na Diocese. O resultado do trabalho, na medida em que buscou elaborar uma proposta de reprojção da ação evangelizadora na Diocese de Dili, transcende os parâmetros da academia, porquanto brota dos desafios do contexto sócio-pastoral da Igreja Local e se propõe dar uma resposta a eles, através de um processo de planejamento que envolva todo o Povo de Deus, expressão de uma Igreja sinodal, na comunhão e na corresponsabilidade de todos os batizados.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja. Diocese. Vaticano II. Sinodalidade. Planejamento.

ABSTRACT

Based on the challenges in the actual context of Diocese of Dili, this research has found some guidelines for a pastoral reprojected in the action of evangelization in the above mentioned Local Church, in the light of a renewal of Vatican II. Thus it has answered five specific objectives in which came out with five chapters that comprise this thesis: a) to undergo a radiography and analysis of the socio-cultural situation of Timor-Leste, and the pastoral situation of the Diocese of Dili and to identify the main challenges in order to come out with new guidelines for today's evangelization; b) to characterize the feature of the Church that we would like to be in the Diocese in the light of the conciliar renewal, of a synodal Church, dialogue and service for human beings; c) to explicit the profile of a Church of People of God for a missionary, evangelized and evangelizing Church; d) to propose some guidelines for an incultured evangelization in the context of the Diocese; e) and, finally to point out some orientations for a process of pastoral reprojected in the lines of actions in the evangelization, in the Diocese, based on a renewal of Vatican, consequently taken into consideration the challenges of the reality in nowadays. As theoretical references, beside of the studies about the local socio-pastoral reality, the research is based on the documents of Vatican II, especially *Lumen gentium* and *Gaudium et spes*, some other documents of Catholic Church in Timor-Leste and of the Diocese of Dili, and other actualized bibliographies on missiology, inculturation and pastoral planning. Basically, the research consisted of bibliographical collection materials that are in connection with the research, thus it is a bibliographical research based on exploratory-analytical, the personal experiences of the researcher, as a lecturer and his participation in the pastoral of the Diocese. The result of the research proposed for an elaboration of a reprojected for an evangelizing action in the Diocese of Dili, in which can transcend the academic parameters, taken into consideration the challenges of the socio-pastoral context of the Local Church and tend to give them an answer through a process of planning in which all People of God can take part, as an expression of a synodal Church, in communion and corresponsibility of all baptized.

KEY-WORDS: Church. Diocese. Vatican II. Synodality. Planning.

SIGLAS

AA	Apostolica actuositatem
AG	Ad gentes
AL	Amoris laetitia
CA	Centesimus annus
CAUCUS	Rede de organizações das mulheres
CCE	Congregation for Catholic Education
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CCC	Catechismo della Chiesa Cattolica
CCT-TL	Convenção Coletiva de Trabalho-Timor-Leste
CD	Christus dominus
ChL	Christifideles laici
CIC	Codex Iuris Canonici
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCS-TL	Comissão Nacional de Combate à Sida-Timor-Leste
CT	Catechesi tradendae
CTI	Commissione Teologica Internazionale
CV	Caritas in veritate
DAP	Documento de Aparecida
DA	Diálogo e anúncio
DC	Declaração Conjunta

DGC	Direttorio Generale Catechistico
DH	Dignitatis humanae
DI	Dominus Iesus
DSI	Doutrina Social da Igreja
EAF	Ecclesia in Africa
EAM	Ecclesia in America
EAS	Ecclesia in Asia
EAO	Ecclesia in Oceania
EG	Evangelii gaudium
EN	Evangelii nuntiandi
EOC	Ecclesia in Oceania
FC	Familiaris consortio
FR	Fides et Ratio
GS	Gaudium et spes
LE	Laborem exercens
LG	Lumen gentium
LS	Laudato si
MA	Missão e anúncio
MC	Mystici Corporis
MHT	Mai Hare Timor
NA	Nostra aetate

ONG	Organização não Governamental
PDV	Pastores Davo Vobis
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO	Presbiterorum ordinis
PP	Populorum progressio
RMi	Redemptoris missio
SD	Santo Domingo
SRS	Sollicitudo rei Socialis
STL	Suara Timor Leste
UR	Unitatis redintegratio
UUS	Ut unum sint
VC	Vita Consecrata
VS	Veritatis splendor

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	9
SIGLAS	8
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I BREVE CARATERIZAÇÃO DA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL DE TIMOR-LESTE E DA IGREJA NA DIOCESE DE DILI E SEUS DESAFIOS PASTORAIS	29
1.1. Uma caraterização da realidade sócio-cultural de Timor-Leste	29
1.1.1. Localização, limites e área	29
1.1.2. Situação sócio-histórica e cultural.....	30
1.1.2.1. Situação sócio-histórica	30
1.1.2.2. Situação sócio-cultural	33
1.1.3. Situação sócio-económica	39
1.1.3.1. Dados estatísticos.....	39
1.1.3.2. Análise e projeção da situação sócio-económica.....	42
1.1.4. Situação sócio-política	45
1.1.4.1. Situação sócio-política antes da independência	45
1.1.4.2. Situação sócio-política atual.....	49

1.1.5. Situação ecológica	51
1.1.6. Situação religioso-pastoral	52
1.2. A Igreja na Diocese de Dili e seus desafios pastorais	58
1.2.1. A evangelização na Diocese de Dili	58
1.2.1.1. Uma evangelização mais sacramental	59
1.2.1.2. Uma evangelização de transição	64
1.2.2. Desafios à evangelização na Diocese de Dili	66
1.2.2.1. Desafios sócio-culturais	66
1.2.2.1.1. A globalização	67
1.2.2.1.2. O impacto sobre as culturas autóctones	70
1.2.2.1.3. A exclusão e a pobreza	72
1.2.2.1.4. A cultura urbana e o mundo urbano	73
1.2.2.1.5. A secularização	75
1.2.2.1.6. O diálogo inter-cultural	78
1.2.2.1.7. A ecologia e o cuidado da casa comum	80
1.2.2.2. Desafios religiosos-eclesiais	82
1.2.2.2.1. A renovação do Vaticano II e pastoral de conservação	83
1.2.2.2.2. Igreja Povo de Deus, como superação do clericalismo	84
1.2.2.2.3. Uma evangelização integral e transformadora	85
1.2.2.2.4. Pastoral de conversão missionária e Igreja em saída	87
1.2.2.2.5. Diálogo ecumênico e inter-religioso	88

1.2.2.2.6. Diálogo inter-cultural e inculturação do Evangelho	89
1.2.2.2.7. Pastoral urbana	91
1.2.2.2.8. Pastoral orgânica e de conjunto	93
Considerações finais	95

CAPÍTULO II A IGREJA QUE QUEREMOS SER NA DIOCESE DE DILI, SEGUNDO A RENOVAÇÃO DO VATICANO II

2.1. A Igreja em Dili antes do Vaticano II	100
2.1.1. Traços da eclesiologia pré-conciliar	100
2.1.2. O modelo de evangelização	103
2.1.3. O modo de relação da Igreja com o mundo	106
2.2. A configuração da Igreja à luz do Vaticano II	109
2.2.1. <i>Lumen Gentium</i> : uma nova autoconsciência da Igreja	109
3.2.2. Igualdade em dignidade de todos os batizados	113
2.2.3. Uma Igreja toda ela ministerial.....	116
2.2.4. Do binômio clero-leigos à comunidade-ministérios	120
2.3. Uma Igreja em comunhão	123
2.3.1. Uma comunhão <i>ad intra</i> e Igreja colegial	124
2.3.1.1. Uma comunhão <i>ad intra</i>	124
2.3.1.2. Uma Igreja colegial	128
2.3.2. Em comunhão <i>ad extra</i>	131
2.3.3. A consciência da Igreja de constante conversão	133

2.4. Uma Igreja em espírito de diálogo	137
2.4.1. O diálogo com as Igrejas.....	137
2.4.2. O diálogo inter-religioso e o direito à liberdade religiosa.....	142
2.4.2.1.O diálogo inter-religioso	142
2.4.2.2.O direito à liberdade religiosa.....	146
2.4.3. O diálogo e cooperação com a humanidade.....	149
2.4.3.1. Diálogo e cooperação no sentido da palavra	149
2.4.3.2. O testemunho duma vida credível.....	153
2.5. Uma Igreja em espírito de serviço ao mundo	156
2.5.1. Uma Igreja que serve segundo o modo de Jesus	157
2.5.2. A diaconia da Igreja	160
2.5.3. A Igreja dá e recebe do mundo	163
Considerações finais	166
CAPÍTULO III A EVANGELIZAÇÃO QUE QUEREMOS NA DIOCESE DE DILI SEGUNDO A RENOVAÇÃO DO VATICANO II	168
3.1. Da sacramentalização à evangelização: a renovação conciliar	170
3.1.1. O conceito de evangelização	170
3.1.2. Os sujeitos da evangelização.....	174
3.1.3. O diálogo e o serviço como pedagogia da evangelização	177
3.1.4. Evangelização e promoção humana	179

3.1.5. A missão <i>ad gentes</i>	181
3.2. A evangelização no pós-concílio	183
3.2.1. A evangelização segundo a <i>Evangelii nuntiandi</i>	183
3.2.1.1. Uma Igreja evangelizada e evangelizadora	183
3.2.1.2. Uma visão integral da evangelização.....	185
3.2.1.3. O testemunho e o anúncio explícito	186
3.2.1.4. As vias da evangelização.....	188
3.2.1.5. Os obreiros e os interlocutores da evangelização.....	190
3.2.2. A evangelização segundo o <i>Evangelii Gaudium</i>	192
3.2.2.1. A evangelização como Igreja em saída às periferias	192
3.2.2.2. A dimensão social da evangelização	195
3.2.2.3. A conversão pastoral e missionária de todo o Povo de Deus	198
3.2.2.3.1. A conversão na consciência da comunidade eclesial	198
3.2.2.3.2. A conversão no âmbito das ações	201
3.2.2.3.3. A conversão nas relações e no exercício da autoridade.....	203
3.2.2.3.4. Conversão das estruturas da Igreja	205
3.3. Evangelização e opção preferencial pelos pobres	207
3.3.1. Opção preferencial de Jesus pelos pobres	208
3.3.2. Uma Igreja pobre, dos pobres e para os pobres.....	210
3.3.3. A opção pelos pobres na obra da evangelização.....	212
3.3.4. Uma Igreja “casa dos pobres”.....	213

3.3.5. “Pacto das catacumbas” e opção pelos pobres	215
3.4. Evangelização e cuidado da casa comum	217
3.4.1. A Boa Nova de Jesus como Evangelho da criação.....	217
3.4.2. Evangelização e ecologia.....	219
3.4.3. Causas da crise ecológica à luz do Evangelho	221
3.4.4. Evangelização e ecologia integral.....	223
3.4.5. Ação para o cuidado, a defesa e a promoção de uma ecologia integral	224
3.5. Evangelização e diálogo ecumênico e inter-religioso	226
3.5.1. Evangelização e diálogo ecumênico	226
3.5.1.1. A verdadeira Igreja “subsiste na Igreja católica”	227
3.5.1.2. O ecumenismo como parte integrante da vida cristã	228
3.5.1.3. Linhas de ação para o diálogo e a cooperação entre as Igrejas	230
3.5.2. Evangelização e diálogo inter-religioso.....	232
3.5.2.1. As religiões não-cristãs como vias de salvação	232
3.5.2.2. Cristianismo e diálogo com as religiões	234
3.5.2.3. Cristianismo e cooperação com as religiões	236
3.6. Evangelização e diálogo inter-cultural e inculturação do Evangelho	238
3.6.1. Evangelização e cultura	238
3.6.2. Evangelização, pluriculturalidade e interculturalidade.....	241
3.6.3. Inculturação do Evangelho.....	244

3.6.4. Evangelização, colonização e decolonização	246
3.7. Evangelização e culturas urbanas	249
3.7.1. A cidade e culturas urbanas.....	249
3.7.2. A cidade na Bíblia	251
3.7.3. Deus habita na cidade	253
3.7.4. Evangelização e mundo urbano.....	255
3.7.5. Evangelização e pastoral urbana.....	257
Considerações finais	260

CAPÍTULO IV DIRETRIZES PARA UMA EVANGELIZAÇÃO ENCARNADA NA DIOCESE DE DILI	262
4.1. Uma pastoral de conversão missionária	263
4.1.1. Uma Igreja em saída.....	265
4.1.2. Uma pastoral de conversão	268
4.1.3. A centralidade do Reino de Deus.....	271
4.1.4. Uma pastoral encarnada em seu contexto.....	274
4.1.5. Uma Igreja samaritana e profética	277
4.2. Uma evangelização enquanto processo	280
4.2.1. Encontro pessoal com Jesus Cristo e sua obra	280
4.2.2. Iniciação à vida cristã	284
4.2.3. Formação bíblico-pastoral.....	288
4.2.4. Uma Igreja comunidade de comunidades.....	291
4.2.5. Compromisso missionário de toda a comunidade eclesial.....	295

4.2.6. A serviço da vida plena para todos	298
4.3. A comunhão dos discípulos missionários da Igreja em Dili	301
4.3.1. Lugares eclesiais para a comunhão.....	301
4.3.1.1. A Diocese, Igreja Local	302
4.3.1.2. A paróquia, comunidade de comunidades	304
4.3.1.3. As comunidades eclesiais de base	307
4.3.1.4. A Conferência Episcopal	309
4.3.2. Discípulos-missionários com vocações específicas.....	311
Considerações finais	313

CAPÍTULO V PAUTAS PARA UM PROCESSO DE REPROJEÇÃO DA PASTORAL NA DIOCESE DE DILI

315

5.1. Para uma Igreja sinodal, o Povo de Deus como sujeito	317
5.1.1. Numa Igreja Povo de Deus, todos são sujeitos.....	318
5.1.2. Sujeitos no discernimento e na tomada de decisões	322
5.1.3. Clero e leigos decidindo juntos	324
5.1.4. Decidindo juntos através de organismos de uma Igreja sinodal	327
5.1.5. Todos sujeitos, no princípio da subsidiariedade.....	331

5.2. A reprojeção da pastoral através de um processo de planeamento.....	331
5.2.1. Requisitos básicos para uma ação pastoral pensada.....	333
5.2.1.1. Um método adequado	334
5.2.1.2. Levar em conta o estatuto da ação.....	335
5.2.1.2.1. Inculturar-se.....	336
5.2.1.2.2. Ter perspectivas futuras	337
5.2.1.2.3. Ter a coragem	339
5.2.2. O planeamento pastoral como ação pensada	340
5.2.2.1. Conceito de planeamento.....	341
5.2.2.2. Fundamentos de um planeamento participativo na pastoral	342
5.2.2.2.1. Bases socio-culturais.....	343
5.2.2.2.2. Bases teológico-pastorais.....	344
5.2.3. Planeamento pastoral e formas de exercício do poder.....	346
5.2.3.1. O planeamento como poder-dominação.....	346
5.2.3.2. O planeamento como poder-a-serviço.....	347
5.2.3.3. O planeamento como poder-serviço.....	349
5.2.4. Metodologias de planeamento e método participativo	351
5.2.4.1. O planeamento normativo ou tradicional	351
5.2.4.2. O planeamento estratégico.....	352
5.2.4.3. O planeamento prospetivo.....	354
5.2.4.4. O planeamento participativo	356

5.2.4.4.1. Explicitação de marco referencial	357
5.2.4.4.2. Elaboração do marco operacional	357
5.2.4.4.3. Explicitação do marco organizacional.....	358
5.2.5. Passos metodológicos de um processo de planeamento participativo.....	359
5.2.5.1. A radiografia de realidades sócio-cultural, económico e política	360
5.2.5.2. A radiografia da realidade pastoral	361
5.2.5.3. Metodologias para obter os dados e sua interpretação	361
5.2.5.4. A reflexão teológica	363
5.2.5.5. Objetivo/Visão e Missão	365
5.2.5.5.1. Objetivo geral.....	365
5.2.5.5.2. Objetivos específicos.....	366
5.2.5.6. Linhas operacionais/Programação pastoral.....	367
5.2.5.7. Organização pastoral	368
5.2.5.8. Avaliação de pastoral participativa	369
5.2.5.8.1. Necessidade de avaliação pastoral	369
5.2.5.8.2. As etapas de avaliação.....	370
5.3. Condições para desencadear um processo de planeamento participativo	378
5.3.1. Condições prévias à nível pessoal	371
5.3.2. Condições prévias à nível do grupo coordenador.....	374
5.3.3. Condições prévias à nível da instituição eclesial	376

5.4. Passos de um processo participativo de reprojção da pastoral.....	378
5.4.1. A elaboração de uma proposta de planeamento participativo	378
5.4.2. Estudo, discussão e votação da proposta	380
5.4.3. Elaboração de uma proposta dos passos do processo	380
5.4.4. Estudo, discussão e votação da proposta dos passos do processo	381
5.4.5. Constituição dos grupos de coordenação do processo	382
5.4.6. Constituição dos organismos de tomada de decisão.....	383
5.4.7. Capacitação na metodologia que se vai usar no processo.....	384
5.4.8. Divulgação e convocação para a participação de todos.....	385
5.4.9. Abertura oficial e início da primeira etapa.....	386
Considerações finais.....	386
CONCLUSÃO	389
BIBLIOGRAFIA	393

INTRODUÇÃO

No ano 2015, a Igreja de Timor-Leste celebrou os seus 500 anos de evangelização. No mesmo ano, celebrámos o cinquentenário do Vaticano II. Por isso, podemos dizer que a Igreja de Timor-Leste, sobretudo, a Diocese de Díli tem uma longa história de presença dos missionários em seu solo. Apesar disso, olhando para a realidade de nossa Igreja na Diocese de Díli, constatamos que ela precisa de fazer grandes esforços para entrar na lógica da renovação do Vaticano II. Pois, o espírito da identidade e da missão conciliar, não está suficientemente presente na nossa realidade. A nossa Igreja ainda está muito atrelada à hierarquia, em concreto nas paróquias e com os párcos, onde há pouco envolvimento dos leigos nos processos de tomada de decisões e do seu envolvimento na missão evangelizadora. Por outro lado, a pastoral está mais orientada para à receção dos sacramentos, de modo que, depois disso, não há continuidade para o aprofundamento da fé integral. Embora há sinais de mudança, no entanto, o processo é muito lento, tendo em vista que já se passaram quase os 54 anos do Concílio.

Deste modo, tomamos a iniciativa de fazer um estudo sobre a nossa realidade da Igreja de Dili. Assim, o objetivo geral da nossa pesquisa é de observar e conhecer a realidade sócio-cultural de Timor-Leste e os desafios que estamos enfrentando, sobretudo no contexto socio-pastoral da Diocese de Dili, aprofundar alguns princípios da eclesiologia do Vaticano II que vão iluminar a nossa Igreja, em vista de uma evangelização mais encarnada no seu contexto, a partir de diretrizes, linhas de ação e pautas de um modelo de evangelização participativo ou sinodal de todo o Povo de Deus na mesma Diocese.

Os objetivos específicos deste projeto são: primeiro é de fazer uma radiografia e análise geral da situação sócio-cultural de Timor-Leste e os desafios sócio-pastoral da Diocese de Díli. O segundo, se propõe de apresentar a fisionomia da Igreja que queremos ser na nossa Diocese de acordo com o espírito da renovação conciliar. O terceiro aborda o ideal da missão da Igreja de Dili, em consonância com as exigência da renovação do Vaticano II, que é integral. O quarto apresenta algumas diretrizes para uma evangelização encarnada no

contexto de Díli. Por fim, propor pautas para um processo de reprojção de um modelo de evangelização para a Diocese de Díli, que é participativa.

Em conformidade com os cinco objetivos específicos acima mencionados, o resultado da pesquisa está estruturado segundo o método pastoral “ver”, “julgar” e “agir” e dividido em cinco capítulos. Ao “ver” corresponde o primeiro capítulo. É uma breve caracterização da realidade sócio-cultural de Timor-Leste e da Igreja na Diocese de Díli e seus desafios pastorais. Consequentemente, na primeira parte deste capítulo, trataremos de forma breve a realidade sócio-cultural do país, com o intuito de orientar os leitores que não conhecem o nosso país para estarem à par da nossa realidade, pois, indiretamente, esta tem a sua implicação na pastoral da Diocese de Díli. Na segunda parte, trataremos da Igreja na Diocese de Díli e seus desafios pastorais. Por isso, em relação à esta parte, apresentaremos como é a sua pastoral e depois os seus desafios, de ordem sócio-culturais, como a pobreza, a globalização, culturas autóctones, a cultura urbana, a secularização, o diálogo ecumênico e intercultural e o cuidado da casa comum. Outros desafios são religiosos-pastorais, que exigem uma evangelização integral e renovada, com o envolvimento de maior número do Povo de Deus. Isso necessita dum processo de conversão de todos para criar comunhão e diálogo para a evangelização.

O “julgar” engloba os capítulos segundo e terceiro. O segundo capítulo trata-se da “ Igreja que queremos ser na Diocese de Díli, segundo a renovação do Vaticano II” . É a expressão da identidade da Igreja do Vaticano II, por isso, serve-se como o ideal da identidade para que a Igreja na Diocese de Díli possa seguir como seu modelo. De modo que, apresentaremos uma visão breve sobre a eclesiologia antes do Vaticano II, que era hierárquica, que respondia à realidade daquele tempo. Contudo, com o Vaticano II, houve uma nova autoconsciência da Igreja, como Povo de Deus, em que acentuou a igual dignidade de todos os batizados, mas com diversidades de ministérios e carismas para a evangelização da Igreja. Uma Igreja de comunhão e de ter uma atitude de abertura para dialogar com todos, tanto interno como externo para que todos possam estar unidos ao serviço da humanidade. Pois, a preocupação da Igreja é o homem todo

e todo o homem na sua integridade e a base de tudo isto é Cristo, que veio para servir, por isso, a Igreja deve seguir os passos do seu Mestre.

Em seguida, no terceiro capítulo é a continuação do capítulo anterior, pois o anterior fala-se da identidade e neste capítulo, trataremos do ideal da missão da Igreja do Vaticano e serve-se como ideal para a renovação na missão evangelizadora da Igreja na Diocese de Dili, que é integral de acordo com os ensinamentos conciliares, sem pôr de lado a sua missão prioritária, que é o anúncio explícito .

Finalmente, o “agir” engloba os capítulos quarto e quinto, que tratam do modo como tornar-se concreto o ideal exposto nos dois capítulos anteriores. Por conseguinte, neste penúltimo capítulo, apresentaremos algumas diretrizes para uma ação evangelizadora na Diocese de Dili, tendo em consideração aos desafios apontados no capítulo primeiro. O primeiro aspeto que queremos realçar é a exigência de uma Igreja em comunhão de todos os discípulos missionários com diferentes vocações. Que são constituídos por hierarquia, leigos com pluralidade de carismas e religiosos. Todos unidos, em saída missionária para uma evangelização integral, tendo como centralidade o Reino de Deus, baseado na mensagem do Evangelho, nos lugares onde estão inseridos. No entanto, sempre com a característica peculiar de uma Igreja acolhedora do bom samaritano e incarnada no contexto da nossa realidade de Díli. Uma Igreja que dê espaço para uma espiritualidade que transforme o coração e aprofunde a fé, desta sorte, pode-se ter um correto e profundo motivo da sua doação ao serviço da missão evangelizadora, desta sorte, as suas atividades e compromissos têm um sentido cristão (cf. EG 262). Pois, o encontro orante com a Palavra de Deus, adoração, diálogo sincero com o Senhor e outros meios, são forças que dinamizam os evangelizadores perante aos desafios, tanto interno como externos (cf. lb.).

No último capítulo, apresentamos as “pautas para um processo de projeção de evangelização em Díli”. Faremos uma abordagem de conceitos e fundamentos de um planeamento participativo de ação evangelizadora, em que todos os membros do Povo de Deus são sujeitos num princípio de subsidiariedade e tomam parte ativa em todo o processo até a sua avaliação, evitando todos os poderes de dominação. De facto, o planeamento participativo

está de acordo com o espírito do Vaticano II, de uma Igreja toda ela ministerial, afastando o binômio de uma Igreja de caráter clero-leigos. Além do método participativo, trataremos também de diferentes metodologias do planeamento, embora analisando criticamente, alguns métodos são obsoletos e outros que podem ser aplicados no mundo das empresas. Por outro lado, salientaremos que as prévias preparações tanto à nível individual, grupal e institucional são fatores determinantes para o sucesso da aplicação do método que mencionámos acima. No entanto, para que seja realizável, exige-se passos de um processo metodológico de um planeamento participativo que seja realista, que parte da análise da situação geral e de pastoral da Igreja particular ou paroquial, o seu enquadramento teológico, os objetivos, as linhas operacionais à sua implementação e finalmente a avaliação.

Através de investigações da nossa realidade sócio-pastoral com o acompanhamento do Professor Orientador, ficaremos mais enriquecidos com os estudos dos documentos da Igreja e outros estudos, visto que, estes fornecem-nos luzes e inspirações para respondermos à realidade social e aos desafios que a nossa Igreja está enfrentando. O que se busca é envolver maior número de evangelizadores, como Povo de Deus, de acordo com o carisma de cada um, para uma Igreja em “saída”, segundo as orientações dos documentos conciliares e os documentos atuais da Igreja universal. Por outro lado, queremos oferecer um subsídio ao mundo académico em geral e, sobretudo, aos nossos estudantes da teologia, para que possam mudar gradualmente a sua mentalidade para uma Igreja Povo de Deus, com diversidade de ministérios e carismas, como veremos .

A nossa referência teórica e as fontes são os documentos de *Lumen gentium* e *Gaudium et spes*, do Vaticano II. Na primeira, fala-se da identidade da Igreja, que é mistério de comunhão baseando na Santíssima Trindade (cf. LG 4). Por isso, o Povo de Deus, que são os fiéis batizados com diversidades de dons e carismas, todos estão unidos e chamados para a mesma missão de Cristo ou em breves palavras: “ Comunhão e Participação”. As outras referências são: “ Plano Estratégico Pastoral da Diocese de Díli para os anos 2012-2015; “Plano Estratégico de Pastoral da Diocese de Díli para 2015-2030 e a reflexão dos bispos: “ MAI HARÉ TIMOR”: Reflexão Bispo Timor – Leste sira nian kona ba

realidade Timor-Leste tuir naroman Evangelho, iha biban tinan atus lima Missão nian” (VEM VER TIMOR: Reflexão dos Bispos de Timor -Leste sobre a realidade de Timor-Leste à luz do Evangelho, na celebração de 500 anos da presença dos missionários em Timor).

Mesmo assim, damos maior importância e atenção aos dois documentos do Vaticano II como apontamos, pois, esses são critérios teóricos para iluminar uma evangelização encarnada na Diocese de Díli e as pautas do processo dum modelo de pastoral participativa de acordo com a Igreja, Povo de Deus. Além disso, os documentos *Evangelii nuntiandi* e o *Evangelii Gaudium* que nos inspiram também em todo o processo da elaboração deste estudo.

Quanto à metodologia de pesquisa, como tinha sugerido pelo nosso orientador, fazemos só pesquisas bibliográficas, isto é, baseando nos documentos e estudos dos organismos do governo, da Diocese, como o Sínodo diocesano, o plano da Vigararia para à Evangelização e de outras instituições e contamos com as nossas experiências como docente através de investigações com os estudantes da teologia e as nossas observações diretas e indiretas até hoje. Visto que, o método que usamos é de caráter qualitativo. Além disso, o objetivo do nosso estudo não é de fazer uma radiografia sobre a realidade de Timor-Leste, mas, esta é apenas uma aproximação à realidade em ordem à projeção da ação da Igreja de Díli. E esta tese não é uma adaptação à nossa realidade, pois hoje em dia não se fala mais deste termo no ponto de vista de evangelização, todavia trata-se de uma inculturação e de recepção de acordo com o nosso contexto e os desafios da Igreja Local.

O português que usamos ao longo deste trabalho é a versão de Portugal, de modo que, alguns termos, como o caso de “planeamento”, que usaremos mais vezes no último capítulo, será diferente do português de Brasil que é “planejamento”. As construções de frases, etc.

Finalmente, esperamos que este estudo suscite novas questões e contribua para a Igreja de Timor-Leste e sobretudo para os agentes de pastoral na Diocese de Díli, como uma inspiração, pois é uma nova tentativa, de modo que, sentimos a falta de referências suficientes em relação à Timor-Leste e à

Diocese, por motivos de guerra, pois os últimos arquivos foram todos queimados no ano de 1999, após o *referendum*.

CAPÍTULO I

BREVE CARATERIZAÇÃO DA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL DE TIMOR-LESTE E DA IGREJA NA DIOCESE DE DILI E SEUS DESAFIOS PASTORAIS

Sem conhecer a situação real de qualquer lugar, não será efetivo de dar respostas adequadas. Por isso que, é muito importante, como o ponto de partida conhecê-la, através de leituras de fenômenos que vão surgindo e sobretudo de descobrir as suas causas e consequências, por meio de reflexões críticas.

Assim, como está indicado no título deste capítulo, antes de tudo, queremos apresentar um panorama geral da realidade sócio-cultural de Timor-Leste, para que os nossos leitores que não conhecem a nossa terra, possam ter uma noção geral dela. Deste modo, apresentaremos a sua localização, uma “radiografia” e breve análise do contexto sócio-cultural, económica, política do país. Em seguida, faremos uma breve caracterização da Diocese de Dilli, como o objetivo do nosso estudo, os seus desafios, tanto no ponto de vista sócio-cultural, bem como religiosos e eclesiais para podermos dar respostas adequadas no agir. Doutro modo, será difícil, por isso que, hoje em dia, na Igreja universal e especificamente na nossa Diocese, é muito importante preocuparmo-nos de ler os sinais dos tempos, julgá-los segundo as diretivas do Vaticano II e procurar dar respostas adequadas para que possamos manter a nossa identidade e missão de acordo com os ensinamentos conciliares e pós-conciliares.

Estatisticamente, a maioria da população de Timor-Leste e da nossa Diocese é católica, mas vemos que, na vida familiar, cultural, económica, política, social, religiosa e eclesial, o coração e a mente das pessoas não estão transformados. De modo que, poucos participam nas atividades litúrgicas aos domingos e só aparecem em massa nas festas mais importantes, ao longo do ano. Continuam a ver e a interpretar todos os problemas relacionados com a doença e outras desgraças da vida mais numa perspetiva cultural do que uma aproximação médica. Por isso, quando uma pessoa enfrenta dificuldades e outros problemas, a família atribui imediatamente aos seus antepassados ou outras

causas relacionadas com a natureza, e por conseguinte, continuam a prestar cultos tradicionais. De maneira que, há uma dicotomia entre a vida e a fé.

Além do problema apontado, outro problema é o sincretismo religioso. Com a independência de Timor-Leste, algumas pessoas vêm que é necessário fundar a nossa própria religião católica. Elas continuam a usar os paramentos e as nossas alfaias para as celebrações litúrgicas, porém, já misturam com alguns elementos culturais, pois segundo a sua concepção, a religião católica romana era importada, de modo que, é preciso criar um catolicismo timorense. O outro desafio, são os novos movimentos pentecostais não católicos que vieram de fora e são muito agressivos, visto que, os agentes pastorais vão de casa em casa para falar e convidar os nossos fiéis a participarem nas suas celebrações. Geralmente prometem ajudas para essas pessoas.

O desafio cultural do mundo global faz com que o mundo tornasse uma aldeia global. Desta sorte, o acesso à comunicação é muito rápido, e há um enriquecimento mútuo no ponto de vista político, cultural, económico e outros aspetos da vida humana. Por outro lado, há sinais preocupantes de uma hegemonia dos países ricos perante aos mais pobres nos setores acima acenados, por conseguinte, os pobres tornam-se cada vez mais pobres. Para resolver este problema, muitos estudiosos, especialmente a Igreja católica têm insistido numa globalização mais solidária, com uma orientação para os mais pobres e frágeis, centrada nos valores mais elevados da vida humana.

Além do desafio do globalismo, outro desafio é a secularização, separação entre o estado e as religiões e as leis garantem liberdade aos seus cidadãos de abraçarem à qualquer confissão religiosa ou viver sem estar comprometido à uma religião. A secularização gera o secularismo onde há uma tendência de acentuar demasiadamente a ciência e a tecnologia, deste modo, tudo aquilo que não é funcional, não tem valor. Como consequências, geram uma cultura de descarte e de indiferença e o problema profundo e fundamental “é a indiferença para com Deus” (PAPA FRANCISCO, 2015). Em relação a este discurso, Paulo VI afirmou que “ não há verdadeiro humanismo senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a ideia do que é a vida humana” (Ib. ap. PP 42).

Além dos desafios acima mencionados, há tantos outros, contudo, podemos simplificar e enquadrá-los em dois grandes grupos que são: os desafios de ordem sócio-culturais e os da ordem religioso-eclesiais.

Perante os problemas que apontámos, vamos fazer as descrições sobre os seus fenômenos e em seguida analisamo-los, para descobrirmos as suas causas e consequências na vida social e eclesial, segundo a nossa perspectiva, para propormos linhas de ação.

As nossas fontes são muito limitadas em relação a este capítulo, em consideração as razões apresentadas acima. só baseando nos documentos atuais da Igreja¹ em Timor-Leste, nos documentos do governo e nalguns estudos à nossa disposição. Além disso, como timorense, pelas nossas “observações diretas”, seminários, discussões, escuta, leituras nos jornais e sobretudo nas nossas mimeografias de teologia de pastoral e de teologia do laicado, que estamos lecionando aos estudantes de teologia, no Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart, Díli, a partir dos inícios de 2002 até a esta data. Estes poucos materiais podem ajudar-nos para vermos e analisarmos a situação da nossa Igreja de Díli.

1.1. Uma breve caracterização da realidade sócio-cultural de Timor-Leste

Nesta parte, além de fazermos uma descrição de cada situação, como veremos em seguida, procuraremos explorar o máximo possível em fazer análises e entrar mais profundamente no fulcro dos assuntos para vermos as suas implicações na evangelização da nossa Igreja de Díli, segundo as exigências das diretivas da Igreja nos tempos atuais.

1.1.1. Localização, limites e área

A ilha de Timor está dividida em duas partes: a parte Ocidental faz parte da Indonésia, que é Timor Ocidental e a parte Oriental, que é o atual Timor-Leste. A ilha está situada entre 123° 25' – 127° 19' de longitude Leste e 18° 17' - 10° 22' de

¹ O termo “Igreja” , em letra maúscula, significa o Povo de Deus e “ igreja”, com letra minúscula é o edifício onde os cristãos se reúnem. Queremos realçar esta diferença na caligrafia, pois ao longo de toda a discussão, haveremos de encontrá-las.

longitude Sul. O Norte é limitado pelo estreito de Wetar, o Leste pelo mar de Maluco e o Sul pelo mar de Timor e Oeste, pela província da Indonésia, que é Timor Ocidental. A população, segundo os dados estatísticos anda por volta de 1,183.643 (cf. ESTATÍSTICA, 2015),

A sua superfície é de 14,609.375 Km², composta de “terra natal” de Timor-Leste com 13,670.000 Km²; o enclave de Oecusse com 778.125 Km²; a ilha de Ataúro, no Norte de Dili, com 150.000 Km² e a ilha de Jaco, no extremo Oriental com 11.250 Km² (cf. ROCHA, 1999, p. 414-415).

1.1.2. Situação sócio- histórica e cultural

Em seguida, vamos falar dos movimentos de comércio de especiarias na nossa ilha antes da chegada dos portugueses e a sua estadia permanente cá, que foi um processo longo e ao mesmo tempo por intermédio de missionários. Falaremos também de alguns elementos culturais que temos e que criam desafios para a evangelização da nossa Diocese.

1.1.2.1. Situação sócio-histórica de Timor-Leste

Por volta dos séculos XIV e XV, já havia grandes movimentos de comércio no Médio Oriente, nas áreas de Índia, China, Arábia, Pérsia e Malaca, entre a Europa e Ásia e a república de Veneza dominava grande parte do comércio (cf. DURAN, 2009, p. 33; TOMÁS, 2015, p. 2015-2018).

Por isso, esses comerciantes, segundo as fontes antropológicas chinesas, malaias, indianas e muçulmanas, navegavam até à ilha de Timor, pois naquele tempo havia cá grande quantidade de sândalo, que era madeira aromática que os reis e a classe burguesa usavam para fazer móveis de luxo e também para extrair o perfume. Além disso, a cera e o mel. Por isso, esses produtos atraíram muitos comerciantes de Índia e China (cf. GUNN, 1999, p. 51-53; DRESSEL, 1998, p. 1). Para criar boas relações e facilitar o comércio, os filhos dos ricos ou burgueses casavam-se com alguns comerciantes vindos de outros países (cf. SOUSA, p.112).

Naquele tempo, em Timor, já havia dois impérios grandes, o Belu e o Servião e havia diversidades de reinos e de grupos étnicos (cf. BELO, 1^o.Vol.

2012,p.157), que iremos desenvolver melhor quando debruçamos da situação política (cf. MHT 44-45)². Isso prova-se através de 21 dialetos que estamos falando agora e com tradições culturais muito diversificadas, que se expressam através de danças, músicas e a cor de panos tradicionais que se chama “tais”, porém a língua que nos unifica é o Tétum³.

Quando os portugueses estabeleceram-se em Malaca, nos fins do século XVI, a rota comercial para o Sudeste asiático estava aberta, por isso, de vez em quando eles passavam pela ilha de Timor para fins comerciais. Comprar os produtos que mencionámos acima e por fim estabeleceram-se permanentemente na ilha só a partir 1702 (cf. DURAND, 2009, p. 61; BELO,lb.), depois de cem anos, graças aos missionários dominicanos, pois, já estavam nas ilhas de Flores, perto de Timor. Eles tinham dois objetivos nas suas navegações: fazer negócios e a evangelização dos povos (cf. TOMÁS, p. 31; CASTRO, 04.09. 2015).

Os portugueses não tiveram grandes influências nos timorenses, por serem muito poucos e Portugal era muito distante da ilha. Os timorenses aprenderam nas escolas a cultura, como por exemplo as danças folclóricas, a comida e outros valores. Além disso, outros aspetos da vida relacionados com Portugal, como a vida social, económica e política. Não só isso, mas também, alguns conhecimentos gerais sobre as outras províncias ultramarinas de Portugal. No entanto, o valor mais importante que marcou na nossa identidade cultural é o catolicismo trazido pelos missionários, por isso, quando os indonésios invadiram Timor, tivemos muita resistência (cf. SOUSA, p. 152-169). Alguns portugueses casaram-se com as filhas dos chefes (liurai) timorenses e deixaram muitos filhos e filhas em Timor.

² O documento MHT (MAI HARE TIMOR), foi publicado pelos bispos de Timor -Leste no ano de 2015, para recordar a comemoração de 500 anos em que os primeiros missionários pisaram os pés no solo de Timor, no enclave de Oe-Cusse, num lugar chamado Lifau. Esse documento foi escrito com o intuito de relembrar a história do passado do povo de Timor, onde experimentou luzes, mas também sombras, por isso é um momento para agradecer a Deus desta longa caminhada (no. 1-2).

³ Tétum é a língua que unifica todos os timorenses, como uma das línguas oficiais, além de português (cf. CONSTITUIÇÃO, art. 13 & 1), por isso é valorizada e desenvolvida como as outras línguas nacionais (cf. lb. & 2). As outras línguas, que costumamos chamar por “dialetos” são faladas em casa e segundo as regiões.

Infelizmente, com a invasão dos militares indonésios nos fins do ano 1975 e com a resistência dos timorenses para a sua independência, que durou quase 24 anos, afetou muito os timorenses em geral e sobretudo os jovens, devido aos constantes tiroteios, torturas e outros atos desumanos (cf. SOUSA, p. 152-153). Como consequências, podemos notar que mesmo agora eles tornam-se facilmente nervosos e levados à violência. Isso se nota com tantos casos que estão acontecendo, embora há outros fatores que estão envolvidos, como o factor de desemprego, desta maneira, ficam frustrados e são facilmente manipulados pelos que têm interesses políticos e que têm possibilidades (cf. MHT 85-85; SOARES, p. 23-24).

De facto, temos de admitir que a invasão trouxe muito sofrimento, contudo não podemos negar àquilo que a Indonésia tinha feito cá sobre a extensificação das escolas, saúde e estradas. Mas o que foi vantajoso para nós, em termos da Igreja, é que a lei obrigava toda a população de abraçar uma religião oficial, de maneira que, foi um momento muito oportuno para nós de aderirmos massivamente ao catolicismo.

Outro ponto que merece a nossa consideração é que, noutras partes do mundo, quando os missionários iam para as novas terras tinham tendências de obrigar as pessoas para tornarem-se cristãs (cf. BUONO, 2000, p. 63-65). Contudo, no nosso caso foi muito diferente, porque, os timorenses estavam abertos ao catolicismo (cf. SOUSA, p. 155). O problema fundamental era por falta de missionários suficientes para a evangelização, de modo que, a missionação foi muito lenta e só expandiu-se com a chegada dos indonésios, como vimos acima.

Para termos uma ideia global, com os dois regimes acima mencionados, em relação à educação em Timor-Leste e que estava muito relacionada com a evangelização, apresentamos alguns dados: Nos últimos 20 anos, antes da sua saída em 1975, o governo português tinha aumentado as quantidades de escolas como se pode verificar : Primárias: 456 escolas; Preparatórias eram 7; 2 escolas Secundárias, 1 escola de Magistério Primário, 1 escola católica para Catequistas, 2 escolas Técnicas, 1 de Saúde e 1 de Letras (cf. MENEZES, 2008, p. 39). Enquanto a Indonésia, a partir dos fins de 1976 até setembro de 1999, conseguiu erguer 788 escolas Primárias; Preparatórias: 114; Secundárias 54, uma

Universidade do governo e um Instituto católico e mandou muitos estudantes para continuar os estudos superiores nas universidades de Indonésia (cf. UN 2000 ap. MENEZES p. 52).

Comparando a quantidade de escolas nos dois governos colonizadores, um esteve longos séculos no nosso país, mas a sua influência na mudança de mentalidade e da fé, através de educação e outros meios não foi muito significativa. Enquanto, a Indonésia esteve cá em Timor-Leste apenas quase 24 anos, porém, teve um forte impacto na educação, na estrutura do governo, nos meios de comunicação social, noutros aspetos da nossa vida como povo e também na língua, pois esta não é muito difícil de aprender.

1.1.2.2. Situação sócio-cultural

Em seguida, vamos falar de alguns aspetos culturais nossos que afetam-nos muito até hoje em dia, pois, os nossos cristãos continuam criando uma certa dicotomia entre a fé e a vida diária. Isto é, como cristãos adoram Deus, no entanto continuam a acreditar nas divindades, por isso, oferecem-lhes sacrifícios. Por outro lado, queremos mostrar que, precisamos de fazer inculturação da nossa fé, pois, a essência dos nossos valores culturais, não estão em contradição com os valores cristãos, uma vez que fazemos um estudo profundo. Por isso em seguida, vamos falar desses valores, embora haja também as suas sombras.

De facto, os nossos antepassados adoravam divindades chamados por “*lulik*” (sagrado), e alguns elementos sagrados eram conservados nas casas que se chamavam «uma *lulik*» (casa sagrada) e ao mesmo tempo continuam a ser o centro da unidade dum clã. Aí que os homens mais velhos se reuniam de vez em quando para oferecerem sacrifícios de colheitas dos primeiros frutos de milho, arroz e também reuniam-se nalguns acontecimentos importantes (cf. MHT 152).

Esses velhos eram escolhidos e considerados sagrados, pois estavam mais perto de Deus (cf. ELIADE, 1992, p.13) Não só isso, mas também uma montanha, uma pedra, uma árvore grande eram sagrados (cf. *Ib.*; MHT 16) e quando os missionários entraram pela primeira vez em Timor, consideravam-nos como sagrados, “*nailulik*” (senhor sagrado) e se tem mantido até hoje este termo.

Para os timorenses, como dizia Mercea Eliade, “a natureza nunca é exclusivamente ‘natural’ (ELIADE, p. 75), pois a experiência de uma natureza completamente dessacralizada só aconteceu recentemente com os homens da ciência e da tecnologia, mas para uma sociedade tradicional, a natureza era um encanto, com traços de valores religiosos (cf. *Ib.*). Por isso, a história está continuamente a acrescentar o significado novo aos símbolos e estes não estão destruídos como dizia:

É fácil compreender isto quando se leva em conta o fato de que, o homem religioso, o mundo apresenta sempre uma valência supranatural, quer dizer, revela uma modalidade do sagrado. Todo o fragmento cósmico é ‘transparente’: seu próprio modo de existência mostra uma estrutura particular do Ser, e por consequência, do sagrado (*Ib.*, p. 69).

Esta visão da natureza como expressão de sobrenatural, foi considerada pelo santo Agostinho como “sacramentum”, num sentido muito vasto. Ele não só atribuía aos rituais das religiões como “sacramentum”, porém, quaisquer coisas e acontecimentos, mesmo que sejam simples eram considerados como *sacramentum*, desde que toda a criação e todos os acontecimentos são reflexos de Deus (cf. SANTO AGOSTINHO). Mais tarde, esta vasta visão foi tomada pelos grandes teólogos de fama mundial, que tiveram grandes influências no Vaticano II, entre eles, Karl Rahner da Alemanha e o dominicano da Bélgica Edward Schillebeekx (cf. ORBONE, 1981, p. 47; SCHILLEBEECKX, 1963, p. 5-7).

O Sol-Lua (Lara-Gula ou Wuru-Watu), nomes atribuídos à Lua e ao Sol, de acordo com o dialeto de cada região e as duas palavras sempre eram mencionadas juntas. Ambos estão muito distantes e infinitas. São símbolos do Ser Supremo e transcendente (cf. ELIADE, p. 59). Este Ser é Deus, por isso, os timorenses embora sejam gentios, mas acreditavam em Deus, ofereciam sacrifícios e ao mesmo tempo faziam súplicas de intercessão para afastá-los de perigos e de calamidades. Segundo Eliade, Deus é o último destinatário onde se invocavam e se ofereciam sacrifícios em casos extremos e não tinha lugar no culto do dia-a-dia (cf. *Ib.*, p. 62).

Mesmo assim, as invocações ao “Gula-Lara”, era por meios dos antepassados, numa árvore sagrada, pedra, montanha, etc. São intermediários para o Ser Superior, para obter a proteção, saúde e abundância (cf.

GUTERRES, 1994, p. 113-114). As pessoas e os objetos aludidos faziam “ligação entre a Terra e o Céu” (ELIADE, p. 26). Como Eliade dizia: “os Seres Supremos de estrutura celeste têm tendência a desaparecer do culto; ‘afastam-se’ dos homens, retiram-se para o Céu e tornam-se *dei otiosi*” (ib., p. 61). Um dos missionários chamado Jorge Barros Duarte, no seu livro intitulado: *Timor, ritos, e Mitos Ataúro*, dizia:

A investigação que empreendi sobre a religião primitiva dos ataúros, objeto deste livro ([...]). No presente trabalho, encontram-se enfeitados muitos textos orais em vernáculo, quer de ritos quer de mitos, através dos quais se poderá, de algum modo, aquilatar do pensamento religioso ataúro, pronunciadamente animista, é verdade, mas do qual não está ausente o conceito de Deus, como ente supremo (MHT ap. BARROS, Introdução).

Segundo o autor Correia de Campos, que fez um estudo não só de *Contos e Mitos* de Timor, mas também procurou interpretá-los no ponto de vista bíblico, que os contos tinham uma certa semelhança com alguns episódios dos evangelhos, e segundo a história de religiões, esses contos tiveram origem na Índia, passando por Pérsia através de grandes conquistas e tinham entrado em Timor, provavelmente através de comerciantes.

Precisamos de fazer um estudo profundo quanto à cultura e a teologia para podermos interpretar os elementos acima mencionados. Esses valores culturais são uma riqueza, visto que, fornecem-nos elementos valiosos para fazermos a inculturação da nossa fé. Pelo facto que, até agora já somos todos católicos, mas alguns continuam a fazer o seu culto, sobretudo, de prestar culto aos seus antepassados, acreditar nas coisas sagradas. Os timorenses têm muita atenção e respeito pelos seus antepassados e as coisas sagradas que são intermediários entre o Céu e a Terra, como aludimos (cf. ELIADE, p. 61).

As pedras e outros simbolismos não são deuses, por isso não são adorados, embora são venerados, como diz:

([...]) não se trata de uma veneração da pedra como pedra, de um culto de árvore como árvore. A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são hierofanias, porque “revelam” algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado (cf. ib., p. 13).

Portanto, segundo Plutarco, “a diversidade das formas religiosas é apenas aparente; os simbolismos revelam a unidade fundamental das religiões” (Ib., p. 7). Pois como dizia o psicólogo Jung, esses simbolismos são fenômenos hereditários dos nossos antepassados, herdados culturalmente e que estão no íntimo do nosso ser e se revelam nas atitudes e sobretudo nas ações das pessoas, que ele chamava por “arquétipos”.⁴

Comparando estes simbolismos culturais com o Antigo Testamento, podemos ver que não há espaços homogêneos, como o Senhor disse a Moisés : “ Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias dos teus pés, porque o lugar onde estás é uma terra santa” (Ex 3, 5). Ou a serpente de bronze que o Senhor mandou Moisés fabricar.”Quando alguém era mordido por uma serpente e olhava para a serpente de bronze, vivia” (Nm 21,9).

Na tradição da Igreja católica, não adoramos os santos, temos respeito ou venerações por eles e são os nossos modelos e intermediários diante de Deus. Também podemos aludir aos lugares das aparições de Nossa Senhora ou réplicas de grutas de Fátima, etc., são lugares de teofanias, por isso são sagrados. De facto, todos estes exemplos são intermediários de Deus.

Outro elemento da nossa cultura é “*Uma lulik*”(casa sagrada) que mencionámos acima. Hoje em dia, já estamos todos batizados, por isso, a “casa sagrada” já foi mudada da sua função (cf. MHT 16-18; SOARES, 2013, p.7). Não é mais o lugar onde as pessoas vão oferecer sacrifícios, porém, é o lugar da reunião, como centro da unidade e de solidariedade do clã, por consanguinidade, tendo em consideração do nosso conceito da nossa família que é alargada (cf.MHT 151-152). Ela é um bem (cf. AL 178-184 ; MHT 59), embora haja os seus elementos negativos (cf. SOARES, 2013, p.8).

Outro elemento, é “*buan*” (bruxa), pois ainda continuamos a acreditar na força mágica negra da natureza e as pessoas que têm esta força negativa são

⁴Arquétipos são os conteúdos do inconsciente coletivo que são primordiais ou arcaicos, que existiram desde os tempos remotos. Expressa-se melhor nas mitologias, pois estas são manifestações da essência da alma, por isso, segundo Jung, todos os acontecimentos são anímicos, que se projetam nos fenômenos da natureza (cf. ELIADE, p. 18).

consideradas por “buan” (bruxa) na língua de Timor e essa força é para estragar as outras pessoas (cf. MHT 159). A função do bruxo ou bruxa é de “comer as pessoas”. Comer no sentido figurativo, assim, quando uma pessoa fica doente e se morrer, a família atribui imediatamente à bruxa, por isso, tal pessoa cria medo, considerada como perigosa. Por conseguinte, para evitar qualquer doença e morte deve-se criar uma boa relação com ela e ajudá-la nas suas necessidades. É uma crença que se tem herdada até hoje (cf. lb. 160-162). Esta crença é hereditária e coletiva, o que Jung denominava por “arquétipo”, como vimos acima. O bruxo / “buan” para os povos tradicionais denominavam-no por “Caos” (ELIADE, p. 21) , que são forças estranhas e os demônios (cf. lb.).

Além disso, temos um outro elemento tradicional que é o “*berlaki*”, significa (ter marido), mas o próprio sentido no uso comum é uma reunião entre as famílias da parte do rapaz e da moça para fazerem negociações e decidirem sobre o valor da menina (cf. MHT 58-59 ; SOARES, 2008, p. 17). Aquilo que a família do rapaz ou da rapariga tem de dar à família da menina ou do rapaz como compensação. Pode ser em forma de búfalo, dinheiro ou outras coisas e da outra parte também dá porcos, panos tradicionais e outras coisas e o número depende de classes de pessoas e varia de lugar para lugar (cf. BARROS, p. 378-379). Tudo isso é para estreitar o laço entre as duas famílias (cf. MHT 59). Depois de liquidar tudo aquilo que foi estabelecido segundo o comum acordo, a rapariga é permitida de sair da casa dos pais e ir viver com o rapaz como esposa ou admitidos de inscreverem os nomes para receberem o sacramento na igreja (cf. BARROS, 1979, p. 377).

Antigamente esta tradição era muito forte, mas agora com os fatores de comunicação e interdependência entre os diversos povos e culturas, as exigências já não são fortes, por isso, o preço está baixando e nalgumas partes está perdendo. Segundo a nossa previsão, com o andar do tempo e sobretudo com a educação, qualquer dia há-de acabar essa tradição. Naturalmente, tem os seus aspetos positivos, visto que, não há grandes possibilidades para o divórcio, porque se houver, principalmente da parte da rapariga, os pais vão devolver aquilo que receberam e nalgumas tradições pagam o dobro. Caso contrário, os

pais do rapaz vão perder tudo àquilo que deram aos pais da rapariga e sem exigir nada (cf. SOARES, 2008, p. 17-18).

Outro elemento tradicional que temos é a crença de que a doença ou a desgraça recaída a uma pessoa é por causa de alguns desleixos dos membros da família que ainda estão vivos de se esquecerem algum membro falecido. Assim, se uma pessoa fica sempre doente, naturalmente, os membros da família vão consultar aos adivinhos, que se chamam por “*matandok*” (visionários) (cf. CASTRO, 2012, p. 11-12). Geralmente são homens de experiência e vão adivinhar o motivo da sua doença ou da sua desgraça (cf. MHT 165). Para isso, matam um porqueto ou um galo e tiram o fígado para interpretar os sinais existentes nele e em seguida dão recomendações à família sobre aquilo que tem de fazer para criar uma boa relação de paz com um ou alguns antepassados ou com qualquer objeto, um lugar sagrado ou uma árvore sagrada, etc.,.

A família vai seguir as recomendações do “*matandok*” e os membros da família mais próxima reúnem-se para verem as possibilidades de convidar as outras famílias que são os seus descendentes ou clã. Em seguida, fazem festa que dura dias e dias, matando búfalos, cabritos e porcos, que se chama “estilo”(cf. lb. 156). Além disso, a família do interessado tem de dar qualquer coisa, que é geralmente de valor para o “*matandok*”. Mas na verdade, não se resolve nada, e no fim a pessoa morre ou a desgraça persiste (cf. lb., 165).

Segundo os estudos que estão fazendo na Sudeste da Ásia, todos os estudiosos são unânimes que, o fundo dos ritos mágicos é de carácter económico e nasceram de uma tradição já muito antiga. Assim, já tem uma história muito longa, de maneira que, precisa de um processo de educação tanto da fé, como no aspeto intelectual para acabar com isso (cf. YUNIAR, 2016).

Finalmente, a globalização. Para nós em concreto, o globalismo traz muitas coisas boas e positivas para o desenvolvimento do nosso país e uma delas é a *mass media* (internet, CD, DVD, jornal, etc.). Na internet, podemos encontrar tudo aquilo que precisamos para alargar o nosso conhecimento e informações para abrir o nosso horizonte. Como, acompanhar os jogos e outras notícias que podemos sabê-las num abrir e fechar de olhos. Mas ao mesmo tempo não

podemos ignorar os impactos negativos de *mass media*, entre eles, como a pornografia, a violência de guerra, aborto, homossexualidade, incesto e outros crimes que podemos encontrar na *internet* e também de influências de pessoas que saem e entram no país. (cf. MHT 85-86).

1.1.3. Situação sócio-económica

Sendo um país que nasceu no século XXI, Timor-Leste de forma geral está iniciando o seu desenvolvimento em todos os seus aspetos e em seguida, queremos apresentar alguns dados para vermos o seu processo e além disso, apresentaremos a situação de forma global, para termos uma noção que estamos iniciando a desenvolver. Isto é, gradualmente está em progresso, como veremos e ao mesmo tempo enfrentando desafios.

1.1.3.1. Dados estatísticos

Legalmente, Timor-Leste ficou independente no dia 20 de maio de 2002 e no ano 2004, segundo o relatório de ONU era considerado como um dos países mais pobres do mundo e estava no 136 lugar entre os 144 países do mundo, depois da Serra de Leoa (cf. UN REPORT, 2015). Mesmo assim, economicamente está crescendo de ano para ano, embora cresça lentamente⁵, e segundo o relatório da ONU do ano 2015, sobre o HDI (Human Development Index), Timor-Leste estava incluído no desenvolvimento médio (*medium human development*), na posição de 133, de entre 188 países e territórios (cf. Ib.)⁶. Anos mais tarde, segundo o relatório da mesma organização, o HID encontra-se em 132º lugar entre 189 os países avaliados (cf. ONU, 2018).

⁵ Cf. *The Global Competitiveness Index (GCI)*, UN Annual Report, 2015, on East Timor.

⁶ Os critérios para avaliar o “Human Development Index” são : melhoramento na qualidade de educação, saúde e duração da vida, qualidade de vida, atenção à igualdade de género, redução de mortalidade, segurança e desenvolvimento físico duma nação.

Segundo o relatório de ILO⁷ deste ano, que a situação económica está cada vez melhor, pois o país, produz arroz, milho e outros produtos alimentícios, que são as necessidades básicas, embora a produção agrícola é de apenas 7,5%, enquanto as pequenas indústrias⁸, que chamamos por “auto-emprego” ou “ indústrias domésticas”, são de 68% e o sector de serviços é de 24,4%, segundo o relatório.

As moradias do povo, de forma geral, são ainda muito tradicionais e as famílias vivem dispersas e as casas não estão bem organizadas. Estas são feitas de madeira, cobertos de colmo, e o chão não é cimentado. As paredes e as divisões do interior da casa são feitas de bambu ou palapa. Falta de ventilação e as janelas são feitas de bambu ou de folhas de palmeiras e por isso, faltam de condições higiénicas mínimas. Geralmente fazem a comida na mesma casa (cf. THE WORLD FACTBOOK, 2016).

As indústrias que temos são de café, cerveja, sal e outras pequenas indústrias como a tecelagem, artesanato, fábricas de tijolo. As nossas exportações são mínimas, pois, só exportamos o café, o sândalo, o marisco, a copra, o sal e há um plano de longo prazo de cultivar mandioca em extensão para transformá-la em trigo e exportá-la e a vanilla também (cf. THE WORLD FACTBOOK, 2017).⁹

Em relação à economia, o ministério de Finanças de Timor Leste fez uma pesquisa nacional e apresentou o resultado final no dia 28 de setembro de 2016, dizendo que a pobreza em Timor desceu 9.6% (cf. MINISTÉRIO FINANÇAS, 2016). É um resultado satisfatório, mas muitas vezes cria confusão ao público, pois no relatório de 2009, o Departamento de Estatística em cooperação com o

⁷ ILO, significa *International Labour Organization*. É uma organização da ONU responsável pelos trabalhadores e atualmente encontra-se em Díli que coopera com a Secretaria do Estado do Trabalho e Emprego.

⁸ Pequenas indústrias compreendem a tecelagem, produção de sal, sabão, óleo de copra, e outros trabalhos artesanais.

⁹ Sobre o futuro das exportações de trigo de mandioca e vanilla, o autor colheu informações dum empregado de National Cooperative Business Association (NCBA) de Timor-Leste, sobre o plano estratégico da companhia.

PNUD¹⁰, fizeram um estudo baseando só na quantidade de refeições por família, e chegaram a uma conclusão que 41,9% da população ainda estava a viver na pobreza (cf. DEPARTAMENTO ESTATÍSTICA 2009). Cinco anos mais tarde, isto é, no ano 2014, o mesmo PNUD fez uma análise multidimensional, que abrangia os aspetos como a alimentação, acesso à educação, a eletricidade e a saúde, em que dizia no seu relatório que, mais de 68% da população timorense vive na pobreza. No nosso ponto de vista, esses relatórios são mais como propagandas políticas para agradar ao povo do que uma projeção da sua vida real.

No resultado duma pesquisa de 2016, adiantou-se que algumas regiões são mais pobres que outras e não se elaborou em concreto as causas profundas de divergências de escala de pobreza nos diferentes municípios, mas pelo nosso estudo, as causas principais são os nossos usos e costumes. Podemos justificar o nosso argumento com um exemplo de distrito de Ermera (cf. MINISTÉRIO FINANÇAS, 2016). É uma região que produz muito café e os habitantes têm possibilidades de viver melhor, porém, depois das colheitas de café, vendem-no e em seguida fazem festas em todos os lados, gastam muito dinheiro para comprar búfalos, porcos, cabritos e outras necessidades relacionadas com a festa. Por isso, costuma-se dizer: “o povo de Ermera torna-se rico em três meses e o resto do ano passa fome”. Há cinco anos atrás, um pároco conseguiu reunir-se com os chefes do povo e conseguiram tomar uma resolução para reduzir os gastos e os dias de festas e atualmente estão observando esta decisão comum (cf. ANDRADE, 14.05.2019). Com isso, há uma mudança gradual na vida da população. Mesmo assim, o pároco e os dirigentes do povo continuam a dar-lhes formação para um processo de mudança de mentalidade, como declarou o pároco (cf. lb.).

Para reforçar o argumento que acabámos de mencionar, o “Center for Development Economics and Sustainability (CDES), Monash University”, na Austrália, apresentou mais ao menos o mesmo resultado da pesquisa, como tinha feito o PNUD. No entanto, deu algumas sugestões para solucionar o problema, como veremos:

¹⁰ PNUD, Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O distrito mais pobre é Ermera e este é o distrito de onde vem a maior parte do café de Timor. Mais do que aumentar a produção o importante é aumentar a produtividade. Sendo necessário promover mais informação entre produtores, fortalecer os mercados do país e reforçar as capacidades dos recursos humanos (INDER, 2016).

Depois de 17 anos da independência, além de gastar milhões e milhões de dólares para uma pequena população, como tínhamos visto no início deste capítulo. Contudo, quanto às implementações dos planos e dos programas prioritários, como as necessidades básicas, nomeadamente, a alimentação, as estradas, a saúde pública, as escolas e água potável, sobretudo para a população nas áreas rurais, ainda estão longe das espetativas da população em geral. Por outro lado, o governo está a construir grandes projetos de auto-estradas e um grande aeroporto em Betano, na Costa Sul e no enclave de Oe-Cusse, construções de auto-estradas, hotéis e um grande aeroporto também (cf. MHT 111). O governo faz tudo isso sobretudo por interesses políticos do que preocupar-se com o seu povo (cf. lb. 115-116) .Todos os anos, no orçamento do estado, o governo não tem interesse de alocar maior percentagem da verba para poder implementar os programas prioritários, como aludimos, embora no plano estratégico de longo prazo está muito claro, (cf. lb.; PED,¹¹2010). Embora no orçamento do ano fiscal de 2019, estão contemplados algumas áreas que apontámos acima.

1.1.3.2. Análise e projeção da situação sócio-económica

Como é uma nação muito jovem, tínhamos enfrentado muitas lutas, conflitos internos e quando a Indonésia saiu de Timor-Leste, deixou o nosso país em “brasas”. Assim sendo, tivemos que começar tudo de zero, sobretudo, no desenvolvimento de estruturas físicas. Naturalmente, a natureza não dá saltos, porém, vendo e avaliando aquilo que está acontecendo de ano para ano, a nossa economia está crescendo e a vida do povo está melhorando também.

No ponto de vista de agricultura, há alguns fatores que afetam muito a quantidade de produção, nomeadamente: primeiro, é a pluviosidade, devido à mudança climática, que não chove regularmente ou chove muito e destrói tudo. O

¹¹ PED: Plano Estratégico de Desenvolvimento: 2011-2030.

segundo factor é a diferença de pluviosidade, no norte chove-se menos, com uma duração muito variável de seis à sete meses e na costa sul chove-se mais, às vezes pode-se chegar à dez meses (cf. MAP, 2016). O terceiro é a mentalidade do nosso povo, que desenvolve mais uma agricultura de subsistência do que uma agricultura de mercado, por isso, geralmente, os agricultores cultivam só uma vez por ano para ter o suficiente para comer e aguentar o ano todo (Ib.). O quarto, são os usos e costumes, como tínhamos mencionado acima e o último, os timorenses não são muito empenhados no trabalho da agricultura, pelo contrário, vêm a vida do agricultor com uma conotação negativa, isto é, só para os ignorantes. De modo que, não apreciam o trabalho manual (cf. SOARES, 2013, p. 19) e outro factor é «el Nino» (cf. ONU 04.08.2017).

Como conseqüências, os produtos para as necessidades básicas não são suficientes para o consumo durante todo o ano e o governo está importando mais arroz, sobretudo, de Vietnam. Além das necessidades básicas, os materiais de construção, como o cimento, o ferro, etc, são todos importados, de modo que, o dinheiro vai tudo para fora, especialmente, para a Indonésia, em vez de circular dentro do país, pois não temos grandes indústrias (cf. NEVES, 25.03.2013).

Para aumentar a quantidade e qualidade de produtos agrícolas, o ministério de agricultura, está esforçar-se para criar meios, como tratores, barragens, sementes para um aumento de quantidade e melhor qualidade de produtos, cooperativas de agricultores e criar lojas próprias para à compra dos seus produtos (cf. MAP,06.06. 2019). De facto, a agricultura é um setor muito importante que cria emprego para as pessoas e além disso, é chave do desenvolvimento da região e pode fornecer segurança alimentar para todo o país (cf. NEVES, 2013; MAP,2019).

Outro problema preocupante causado pela globalização é a má política do governo, por isso, deixa entrar os negociantes chineses e estão cheios em Díli e espalhados nos municípios e a maioria não veem para investir, contudo, para procurar a vida (cf. TATOLI, 27.08.2017). Até a esta data, o governo chinês tem construído três grandes edifícios em Díli. Assim, cada dia o povo lamenta-se com o aumento da presença dos chineses em Timor-Leste, e o governo finge-se de não ouvir e de não ver a realidade (cf. STL n. 954637, 09.01.2017).

Os nossos empresários estão a organizar-se. Mas, no ponto de vista económico ainda estão muito dependentes do governo. De facto, estão a esforçar-se gradualmente para dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, no sentido de criar mais empregos aos nossos jovens, visto que, o setor privado é um parceiro muito importante do governo, sobretudo, no setor económico para um desenvolvimento sustentável do país, incluindo à nossa Diocese (cf. CCT-TL; STL n. 954644, 17.01.2017)¹².

O governo continua a esforçar-se de criar auto-emprego para a população e ao mesmo tempo preparando jovens e mandar-lhes trabalhar na Coreia do Sul e na Austrália (cf. XIMENES, 21.08. 2017) e alguns tomam iniciativas pessoais e atualmente estão por volta de 16.000 pessoas na Inglaterra e Irlanda (cf. COELHO, 2016). Por isso, no ano passado, o desemprego registou 14% e neste ano já baixou para 11% (cf. COSTA, 2017). Portanto, há esforços da parte do governo, das empresas civis, da Igreja e de agências internacionais de baixar a percentagem do desemprego e aumentar a qualidade da vida da população.

No entanto, o governo precisa de desenvolver mais outros setores não petrolíferos, como o turismo, a agricultura, criação de gados, a pesca, a saúde e as infraestruturas, para acelerar o desenvolvimento económico do país. Na realidade, temos tantas riquezas que ainda não estão exploradas, porque o governo anterior não deu grande atenção aos setores que aludimos, embora haja muitas contribuições de ideias e sugestões da parte da sociedade civil e outras organizações para desenvolver outros setores produtivos (cf. TATOLI, 25.08.2017). Essas áreas estão contempladas no plano do desenvolvimento de longo prazo do governo (cf. GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2014).

Por vezes somos muito pessimistas perante à nossa realidade em relação a um desenvolvimento sustentável, porém, vendo, analisando e comparando com algumas nações da Ásia, no início da independência estivemos muito abaixo. No entanto, segundo o gráfico, o desenvolvimento está crescendo. Todavia, devido à situação política no interno do país, houve uma quebra de crescimento de 4%, no

¹²*Business Timor*, é um jornal semanal que debrucha mais sobre a economia de Timor Leste e outros assuntos relacionados com o tema.

ano 2017 e 2018. E segundo o relatório, o crescimento económico depende muito da estabilidade da situação política (cf. WORLD BANK, 20.03.2018). Mesmo assim, como tínhamos dito, temos que ter paciência, tendo em consideração a lei da gradualidade.

Com a pobreza, surge a corrupção como um dos problemas preocupantes que acontece em todos os setores do governo, como os funcionários públicos e a sociedade civil (cf. DRESSEL, 2009). Contudo, há um esforço de todos e sobretudo da parte competente, de combatê-la, por isso, alguns ministros já estão na cadeia e outros ex-governantes estão em processo (cf. TATOLI, 19.09. 2017).

1.1.4. Situação sócio- política

Em relação à situação sócio-política, vamos abordar dois assuntos: o primeiro é a situação política antes da independência, que foi bastante longa até à saída dos indonésios nos fins do ano 1999 e o processo de presença da força de ONU até 20 de maio de 2002. Uma situação que era marcada por guerras e conflitos e tudo isso, deu cor ao carácter dos timorenses e segundo, trataremos da situação política pós-independência.

1.1.4.1. Situação sócio-política antes da independência

Toda a ilha de Timor foi governado por dois impérios grandes, como tínhamos acenado acima que eram Servião, nome de um pequeno porto a Oeste, no enclave de Oé-Cusse e hoje em dia é Timor Indonésia, com dezasseis reinos. Era liderado pelo régulo de Senobal. Enquanto outros 46 reinos que faziam parte do império de Belu, que é o atual Timor-Leste, somando com reino de Atambua, que hoje faz parte da Indonésia. Este último era sob o governo do régulo de Behale, na costa Sul, atual Timor-Leste, relativamente perto da fronteira com a Indonésia (cf. GARCIA, 2000, p. 5 ; MATOS, p. 2).

Havia uma grande diferença entre os dois reinos ou duas metades da ilha. Os povos de Servião falavam a mesma língua que era o baiqueno e tem mantido até agora. Enquanto o reino de Belu falava uma vintena de línguas e dialetos diferentes e servindo da língua tétum como a língua de unidade entre eles (cf. MATOS, p. 2).

As sucessões dos régulos e chefe-sucos ¹³ (liurai) “nobre” eram hereditárias, contudo, a escolha era flexível, no sentido que, poderia ser o filho do defunto ou outro membro da família, contanto que seja de linhagem real. E se não encontrar o sucessor, o poder seria entregue à rainha viúva, ou a uma junta de cinco pessoas da família, até encontrar o novo rei (cf.lb.3).

Abaixo da nobreza, estava o chefe da povoação, que governava por volta de dezenas de famílias, que era o povo comum. Este último costumava fazer o trabalho de agricultura para as classes acima mencionadas rotativamente e atender as outras necessidades, como ovos, galinhas, etc. E, finalmente algumas pessoas do povo ficavam permanentemente com os régulos e chefe-sucos para fazer o trabalho da casa, que se chamavam por “ata”(escravo). Não eram consideradas como escravos no conceito europeu, mas eram tratados como membros da família (cf. SOUSA, 2007, p. 111; MATOS, p.3). Além disso, havia um que comunicava as ordens do régulo ao povo que se chamava por “intreno”.

O povo, em princípio, vivia de agricultura e satisfazia-se com uma condição de vida simples e o negócio só se fazia por trocas de mercadorias. Por exemplo, trocar um galo por um saco de milho, etc. Sobre os dados mais detalhados do número de populações é impossível de encontrar, pois os estudos feitos antes da chegada dos missionários e dos portugueses eram compostos de fragmentos recolhidos e sobretudo eram de tradição oral. Este último, continua a ser uma das características da nossa população, sobretudo, os mais velhos. De facto os reinos, estavam bem estruturados e bem organizados segundo o sistema feudal (cf.SOUSA, 2007, p.112).

Com a conquista de Malaca pelos portugueses no ano 1511, o caminho estava aberto para o comércio e ao mesmo tempo para à evangelização, como tínhamos tocado acima. Os portugueses vieram à procura de sândalo, deste modo, no ano 1514, já tinham o primeiro contacto com a ilha (cf. GUNN, p.54-55).

¹³ O suco é formado por várias povoações sob a autoridade de um “chefe de suco”, pois até hoje os nomes estão mudados, de acordo com o governo e a eleição é mais democrática, mas a estrutura é a mesma como tinha acontecido nos tempos passados.

Mais tarde, no ano 1556, os missionários chegaram em Solor e estabeleceram-se lá. Em seguida, irradiaram para as ilhas de Flores, Adonarra e Timor e ao mesmo tempo os portugueses acompanhavam-nos, por isso, edificaram uma fortaleza em Kupão, parte Oeste da ilha, que é atual capital da província da Indonésia.

Foram os missionários que entraram primeiro em Timor-Leste e só depois de um século, no ano 1703, o governo português permaneceu no país (cf. TOMÁS, p. 31; SOUSA, 2007, p. 98). Tiveram muitas dificuldades, devido às várias razões: primeiro, os holandeses que governavam as outras partes da atual Indonésia procuravam incitar o povo contra eles. Segundo, faltaram-lhes os canais de comunicação e diálogo entre o governo colonial e os chefes dos reinos que eram os «liurai» e por fim, os timorenses que eram leais aos portugueses, atuavam independentemente sem nenhuma ligação com os portugueses (cf. GUNN, p. 67).

Para solucionar os conflitos, o governo procurou colaborar com os missionários, sobretudo, os dominicanos, para poder criar paz e estabilidade. Como diziam os missionários: «pela catequese fundámos a colónia e pela catequese devemos sustentá-la» (SOUSA. p. 113). Mesmo assim, ao longo da dominação dos portugueses tinha havido sempre conflitos e guerras como veremos:

Assim, os povos locais resistiram como puderam ao colonialismo, encetando diversas insurreições anticoloniais: Kamenasse-Kailako (1719-1726), Luka (1779-1807), Cotobaba e Maubara (1847-1863) e Manu-Fahi (1908-1912). Além disso, houve muitos conflitos em oposição aos portugueses. Estas rebeliões acabaram por compelir Portugal a organizar campanhas de pacificação, ações militares que se prolongaram por quase 20 anos até 1912 (cf. DURAND, 2002, p. 55-56).

O último conflito foi no ano de 1959, em que houve grandes massacres nos subdistritos de Uatu-Lari e Uatu-Carabau (cf. BELO, 2009). O bispo emérito de Díli deu o testemunho no seu artigo:

To all those who lost their lives because of the so called ‘Revolt of 1959’, I as a Timorese who witnessed with my own eyes and ears the physical and mental violence in my hometown of Baucau, bow my head as a sign of respect and solidarity. To some extent, I take the liberty to affirm they also have contributed to the Independence of our Motherland to them I offer my prayers and respect (lb.).

Finalmente, aconteceu uma revolução em Portugal no ano de 1974, que se chama a “Revolução de Cravos”. A partir daí, o governo português deu liberdade a todas as províncias ultramarinas para fazer a sua autodeterminação. Com isso, alguns timorenses formaram alguns partidos, entre eles, o partido de União Democrática Timorense (UDT), que queria continuar com Portugal até o povo tiver forças e separar-se dele. A Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que queria integrar-se à Indonésia e a Associação Social Democrática Timorense (ASDT), mais tarde transformou-se em Frente Revolucionário de Timor-Leste Independente (FRETELIN), que queria uma independência imediata e outros dois pequenos partidos que são Kota e Trabalhista (cf. SOUSA, 2007, p. 152-153).

No meio da confusão, a FRETELIN, proclamou a independência unilateral no dia 28 de novembro de 1975 e em seguida, o governo da Indonésia procurou razões para invadir Timor-Leste, porque dizia que a FRETELIN era comunista. De facto entraram com força militar e naquele tempo, a força timorense não tinha uma adequada preparação e recuou-se para as montanhas e resistiram durante 24 anos. A luta de Timor-Leste foi em três frentes: através de guerrilhas, frente diplomática e clandestina para dar apoio aos que faziam guerrilha nas montanhas (Ib.). Infelizmente, durante a ocupação da Indonésia, por volta de 200.000 timorenses sacrificaram a vida. Além disso, houve milhares de torturas, prisões e fome. (cf. GALDINO, 2010; SOUSA, p. 154-159).

Devido à pressão internacional e a nossa política externa, e como não havia solução para terminar a guerra, a Organização das Nações Unidas decidiu fazer um *referendum*, a fim de encontrar uma solução viável para ambos os lados: continuar com a Indonésia ou independência imediata. Finalmente no dia 30 de agosto de 1999, sob a responsabilidade de ONU, 78,50% da população votaram pela independência e 21,50% queriam uma autonomia especial com a Indonésia (cf. SOUSA, p. 160). Um resultado que a Indonésia não esperava, por isso, com o apoio da milícia se desencadeou uma onda de violências de matar pessoas, desteros forçados de milhares de famílias à Indonésia, matar animais e queimar casas.

No meio dessa confusão, nos fins de setembro de 1999, a ONU decidiu pôr uma força internacional no país para repor a lei, a ordem e a paz. Ao mesmo tempo preparou algumas infraestruturas para o novo governo e outros meios, para a transição da independência legal do país, que aconteceu no dia 20 de maio de 2002.

1.1.4.2. Situação sócio-política atual

Com a independência, Timor-Leste tem vindo a enfrentar muitos desafios de todas as ordens: a pobreza, o desemprego, os conflitos internos por causa de interesses pessoais e o ápice da crise foi no ano 2006 e agora a situação está a tornar-se cada vez melhor. Uma das ameaças à instabilidade da nação é o desemprego, com isso, os jovens tornam-se facilmente violentos e manipulados pelos que têm interesses. Como consequência, o governo já mandou parar com as artes marciais, mas a violência continua a existir de vez em quando, como tinha acontecido nos anos anteriores em Díli e também neste ano (cf. STL no. 95117, 2013; no.954656, 2017; TIMOR AGORA, 29.10.2018; 25.05.2019). Portanto, a situação não está totalmente calma para fazer o desenvolvimento em outros setores da vida para melhorar o nível da vida dos timorenses.

Com o sistema democrático que optámos, a nossa Constituição dá uma grande liberdade aos cidadãos de formarem partidos políticos (cf. CONSTITUIÇÃO Art.46), deste modo, atualmente temos 23 partidos políticos, com uma população de 1,183.643. O povo está entusiasmado no processo de participar na vida política e de afilharem-se a qualquer partido político, não pelo seu sucesso, mas pelos laços emocionais relacionados com algumas figuras históricas do passado, por serem heróis no processo da luta para a independência de Timor-Leste. De facto, já tínhamos feito três eleições gerais, uma no ano de 2007, outra em 2012, outra em 2017 e ainda uma eleição antecipada de legislatura no ano 2018. Contudo, decorreu com normalidade, sem nenhuma manipulação massiva e violências. As três últimas eleições deram boas impressões à comunidade internacional, sobretudo aos observadores internacionais nos seus relatórios (cf. RELATÓRIO 2007; 2012, 2017, 2018).

Em relação as últimas eleições, tivemos-las no dia 20 de março para escolher o novo Presidente da República e os membros do Parlamento Nacional no dia 22 de agosto de 2017. Os deputados são os representantes do povo e além disso, sendo um país democrático, eles estão divididos em dois grupos: do governo e da oposição. Na realidade, no governo anterior, podemos dizer que, os deputados da oposição não exerceram bem as suas funções, como fiscalizadores do governo (Cf. MHT 109). Não só isso, mas também, no processo de aprovação de leis e orçamento do estado, a oposição não tinha voz ativa.

Depois da eleição parlamentar, houve um grande problema com a formação do governo, porque não tinha maioria no parlamento, deste modo, depois de um longo processo de debates políticos, para solucionar o problema, fizemos uma eleição antecipada para escolher os membros da legislatura, no mês de maio de 2018 e agora o governo está a funcionar.

Os jovens têm um papel muito determinante nas organizações, tanto governamental, Igreja, como formais e informais (cf. MHT 52). São corajosos e lutam para alcançar um ideal traçado ainda que seja com muita dificuldade e exige muitos sacrifícios da vida como tinha acontecido durante a estadia dos indonésios em Timor-Leste (cf. *ib.*, 51). Exemplos: faziam demonstrações, organizavam redes clandestinas para ajudar a resistência armada timorense, tanto no ponto de vista logística como informações. Muitos sofreram e morreram, como o caso de massacre de 12 de novembro de 1991, conhecido por “massacre de Santa Cruz” (cf. KOHEN, pp.181-208). Muitas vezes eram apanhados, aprisionados, espancados e torturados e até alguns sacrificavam a vida, todavia, não tinham medo, pois depois de estarem livres tornavam a organizar-se e a empenhar-se pela mesma atividade.¹⁴

Outra política da nação é de promover as mulheres na vida política, social e cultural. Por isso, nas eleições, a lei sempre exige igual percentagem tanto para homens, bem como para as mulheres no parlamento. Embora na prática não é

¹⁴ Cf. Women torture photographs, em Gallery – Indonesia military atrocities. Um documento com 40 fotografias que indicam sérias violações das mulheres timorenses em Timor Leste durante a invasão dos militares indonésios à Timor-Leste entre os anos 1977-1980.

tão fácil. Isso significa que há um maior interesse segundo a lei de promover ambos os géneros. Há um Secretário de Estado que tutela esse departamento no governo (cf. SE IGUALDADE, 2017).

Por último, como uma nação, mesmo que seja nova e pequenina, mas está criando boas relações com as nações vizinhas, como a Austrália e a Indonésia, embora esta última era inimiga, mas agora tornamo-nos bons amigos (cf. GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA INDONÉSIA, 20.09. 2017). Em seguida, com os países da língua portuguesa (CPLP), isto é, os atuais países que foram colonializados pelo Portugal. E também muitos outros países da Ásia, Europa, América e África.

1.1.5. Situação ecológica

A nossa visão da situação ecológica é mais integral, em que englobam a natureza, as plantas, a biodiversidade no mar e a condição de vida da nossa população em geral. De modo que, vamos apresentar uma perspetiva integral da nossa ecologia, como veremos em seguida.

Um dos problemas preocupantes do mundo é a mudança climática causada pela alta concentração de gases com efeito de estufa, como o anidrido carbónico, o metano, óxido de azoto e outros componentes (cf. LS 23). Segundo os resultados dos estudos pelos cientistas, esses gases são emitidos excessivamente desde a Revolução Industrial que se iniciou por volta de 1870 e o calor estava aumentando cada vez mais e isso, cria mudanças climáticas como estamos todos sentindo os seus efeitos.

Todos os estados têm vindo a estudar os meios para reduzir o efeito de gás estufa. A última Cimeira foi em Paris, em que os delegados de 196 países fizeram uma resolução de manter a temperatura global ao máximo de 2º C, aos níveis da era pré-industrial e limitar o aumento de temperatura de 1,5º C. Que significa, procurar meios para a redução das emissões causadores de gases de efeito estufa (cf. ACORDO PARIS, 2015).

Timor-Leste é uma insignificante parcela do mundo e o governo está a promover cada vez mais as energias renováveis como a biogás, painel solar,

energia hidro-elétrica, mais plantações de árvores cada ano, cuidar da biodiversidade, limpeza da natureza e evitar queimadas (cf.MAP, 2016). Falando das águas das nossas ribeiras, de forma geral, não enfrentam poluições, pois não temos grandes e muitas fábricas, por isso, os seus resíduos não causam poluição nas águas. E em relação à agricultura, até agora o governo está desenvolvendo adubos orgânicos em vez de produtos químicos que afetam a saúde humana, as águas das ribeiras e a terra torna-se dura, uma vez que são aplicados continuamente (cf. MAP, 2017).

Vendo a condição da população, 66% de famílias têm acesso a água potável e quase 21% têm água dentro da casa e o resto busca água nos tubos públicos, poços e nascentes de água (cf.ESTATÍSTICA, 2015). 90% das famílias usam lenha para cozinhar e uma pequena porção usa kerosene. Por isso, como dizia o Primeiro-ministro num dos seus discursos que os recursos hídricos são suficientes, porém, é preciso ter uma melhor implementação e investimento para garantir a toda a população o acesso à água potável e o saneamento (cf. ARAÚJO, 2017). Além disso, muitos timorenses vivem em casas sem condições mínimas, incluindo sem casas de banho e água canalizada.

De facto, nos dados estatísticos do ano 2015, apresentou-se um melhoramento no saneamento: de 42% em 2007, para 60% em 2014. Eletricidade, de 36% em 2007, subiu para 72% em 2014 (cf. ESTATÍSTICA,2015). E segundo o comentário do diretor da estatística, a pobreza que no ano 2005, registou 47,2%, já desceu para 30,3%, no ano de 2014 (cf. lb.). E no ano 2016, desceu para 9,6%, segundo as fontes de Ministério de Finanças (cf. lb., 2016). Esta redução é muito rápida comparando com outros países, mas temos que erradicá-la para podermos viver na prosperidade.

No entanto, todos os anos, as pessoas destroem matagais para a agricultura, aproveitando as grandes árvores para fazer madeiras e vendem-nas com o intuito de sustentarem a família (cf.MHT 144) . Por outro lado, há destruição de biodiversidade, como corais e além disso, a companhia chinesa que está fazendo pesca nos mares da Costa Sul, não respeitou o acordo do contrato, assim, pela segunda vez foi apanhada a pescar as baleias. A nossa lei proíbe à pesca de baleias e agora está em processo na polícia de imigração. Se provar

que é culpada, vai pagar multa e há possibilidade de parar o contrato (cf. PNTL, 13.09.2017).

Na cidade de Díli, a população continua a deitar sujidade à toa, como plásticos de garrafas de água e outras sujidades, desta maneira, muitas vezes os canais da água ficam entupidos. Não só isso, mas também, durante o tempo da chuva, as ribeiras levam muita sujidade, algumas vezes fica nas margens das ribeiras, mas geralmente é levada pela água e concentra-se tudo no mar e em seguida as ondas deitam-na para as praias. A poluição dos veículos é bastante alta, embora comparando com as grandes cidades e grandes fábricas com poluições muito densas não é nada. Apesar disso, contribui para o aquecimento global e como consequência, cria mudança climática (cf. MAP, 2016) .

Vendo e analisando os dados estatísticos acima, verificamos que há esforços de melhoramento, sobretudo da parte do governo, da sociedade civil, da Igreja e dos nossos parceiros internacionais, por isso é que se está verificando uma mudança gradual na vida do povo em todos os setores. Isto significa que, todos os componentes que estão envolvidos pela causa de Timor-Leste, querem erradicar a pobreza e todas as suas consequências para melhorar a condição da vida do povo. No entanto, precisamos de um processo, que nos exige, tempo, recursos e paciência, com uma atitude de esperança de um futuro melhor. Tendo em consideração que, com as consequências de colonialismo que durou vários séculos, primeiro, sob o domínio de Portugal, quase 450 anos e de Indonésia durante 24 anos, provocaram-nos impactos negativos em todos os setores da nossa vida, de modo que, o nível da pobreza ainda é muito alto, como apontámos no ponto de vista económico (cf. ESTATÍSTICA, 2016).

Por último, a educação é o melhor meio para um processo de mudanças da mentalidade e das atitudes das pessoas. Em relação à nossa realidade, a questão fundamental não é fazer leis rigorosas, uma vez que as pessoas não veem e não sentem a importância de cuidar da ecologia, sobretudo, do cuidado da natureza e de plantar mais árvores. Tomar atenção à biodiversidade, de cuidar de corais, pois temos corais bonitos, baleias e na pesca, evitar de não apanhar peixes pequenos. Limpeza pessoal, das habitações, do ambiente ao redor, de deitar o lixo no seu devido lugar. Quando a pessoa vê a importância de tudo isso,

ela própria há-de tornar-se o agente de sua própria transformação (cf. FREIRE, 1979, p. 14-22).

1.1.6. Situação religioso-pastoral

Com a chegada dos missionários por volta do ano 1515, data que é muito discutida no ponto de vista histórico (cf. BELO, 2012; SOUSA, 2007,p.98-112), progressivamente os timorenses começaram a conhecer o catolicismo (cf. MHT 23). Por isso, antes, adoravam muitas divindades, com a conversão ao catolicismo houve uma mudança e começaram a adorar o único Deus (cf. Ib. 15-16). Uma pessoa ao ser batizada tinha de mudar o nome para português. Os casamentos tornaram-se monógamos, pois antigamente a classe burguesa tinha mais que uma mulher (cf. Ib. 18).

Por isso, ao falar da evangelização antes do Vaticano II, temos que situar-nos dentro do nosso contexto que naquele tempo, todo o território de Timor-Leste era considerado como terra da missão (cf. BELO, 2012). Uma das razões fundamentais era a falta de missionários, e além disso, não havia muitas vocações tanto à vida sacerdotal e religiosa e nem pensar em leigos, pois como veremos mais adiante o número de católicos não era muito grande e os missionários não tinham fortes influências na vida dos fiéis por serem poucos (cf. CABRAL, 08.07.1992). Havia só uma ou duas paróquias em Díli e outras presenças chamavam-se por missões e o padre era «superior da missão» com o seu cooperador (cf.Ib.).

O problema acima persistiu mesmo depois do Vaticano II. O que fazia diferença depois do Concílio, é que o padre estava de cara voltada para os fiéis e rezava a missa em português, mas o resto não houve grandes mudanças. Por isso, durante a invasão dos indonésios, no início de dezembro de 1975, a população flutuava entre 650.000 à 670.000, mas a maioria da população era gentia e os católicos giravam por volta de 200.000, segundo os dados estatísticos (cf. MOREIRA, 1976, p.12-13). A maioria foi batizada à pressa nos inícios da

entrada dos indonésios, sem nenhuma devida preparação, por causa da guerra e por causa de outras religiões¹⁵.

Para reforçar que houve o batismo em massa, e para termos uma ideia que, até o ano de 1974, o número das igrejas e capelas girava por volta de 100, mas no tempo da ocupação do território pela Indonésia, até o ano de 1994, já se contava mais de 800. Em todo o caso, como tínhamos mencionado, os fiéis aumentaram drasticamente durante o domínio dos indonésios devido à *Pancasila*. Esta contém os cinco princípios das leis, que obrigava todos os cidadãos de abraçar a uma religião oficial, reconhecida pela lei e não às crenças tradicionais (cf. ROCHA, 1999, p.441).

Ainda que a maioria da população abraçasse ao catolicismo, no entanto, as crenças tradicionais continuavam a ter grande influência na maioria da vida diária dos nossos fiéis. A seguinte frase expressa melhor a prática dualista dos timorenses desde o início da entrada dos missionários até hoje: “ Apesar de muitos dos liurais (chefes de sucos) já se terem convertidos ao catolicismo, mesmo assim continuavam a ser praticantes das religiões tradicionais, prestando culto ao seu *lulik* «sagrado» (cf. KOHEN, 1999, p.57).

E para compreender melhor a realidade no ponto de vista pastoral, Timor-Leste, tinha uma só Diocese, que é a atual Diocese de Dili, capital do país. Foi ereta pelo Papa Pio XII, no ano de 1940 (cf. BELO, 2012). No dia 30 de novembro de 1996, no tempo da ocupação da Indonésia, foi criada a segunda Diocese, na parte Oriental da ilha que compreendiam os quatro municipais, Viqueque, Lautém, Manatuto e Baucau, com a sede neste último nome. E depois da independência, a Diocese de Dili foi dividida novamente em outra Diocese pelo Papa Bento XVI, com três municipais que estão localizados na parte Ocidental do território, com a sede em Maliana. Ela faz limite com o território da Diocese de Dili, na parte Este, e a Oeste, com a Diocese de Atambua, que é o território da

¹⁵ No ano de 1992, quando assumimos o cargo de pároco numa das paróquias de ponta leste de Timor-Leste, na formação dos catequistas, contaram-nos a história como fizeram a catequese de adultos nos anos de 1979-1983. Faziam tudo à pressa, pois naqueles tempos havia também os protestantes e os muçulmanos que procuravam adeptos para si, visto que, a lei da Indonésia reconhecia as cinco religiões oficiais : Islão, católica, protestante, budista e hinduísta.

Indonésia. Por conseguinte ela é mãe de outras novas Dioceses de Baucau e Maliana.

Segundo o censo de 2010, 96,9% da população de Timor-Leste professam o catolicismo romano; 2,2%, são protestantes ou evangélicas; 0,3% são muçulmanos; e 0,5% praticam alguma outra ou nenhuma religião(cf.ESTATÍSTICA 2011). Mas ironicamente, o resultado do censo de 2015, a percentagem dos católicos é de 97,20%; aumentou 0,30%, enquanto o protestantismo é de 1,95%, diminuiu 0,25% e muçulmano; 0,31% (cf. ESTATÍSTICA 2015).

No ponto de vista histórico, o povo de Timor-Leste costumava chamar Timor por “Timor terra de santa cruz”. Significa que, Timor tem estado muito identificado com o catolicismo. Como dissemos acima que, Timor não foi conquistado, contudo, os primeiros a entrar cá, foram os missionários para a evangelização no sentido estrito, como vimos acima, e ao mesmo tempo tinha uma influência muito grande no campo da educação (cf. MENEZES, 2012, p. 73-78).

No tempo da Indonésia, a Diocese de Díli continuava a dar grande contribuição ao país, além de evangelização, ela envolvia-se no campo da educação, saúde, como duas principais áreas, contudo tinha também atenção à agricultura, etc.,. Uma das missões mais difíceis foi a defesa dos direitos humanos. Como prova disso, o bispo Carlos F. X. Belo, recebeu o Prémio Nobel de Paz no ano de 1996. Depois da independência, a Igreja continua a manter a sua identidade e missão nas áreas mencionadas acima.

Mesmo que sejamos a maioria, contudo respeitamos as outras religiões e vivemos lado a lado e nunca tivemos problemas umas com as outras , embora não tínhamos diálogos ecuménicos e inter-religiosos formais. Na realidade, à nível prático havia boas relações e mútua cooperação entre nós.

Os nossos Irmãos de outras Igrejas e Comunidade muçulmana por serem a minoria, envolviam-se no campo da educação e à missão evangelizadora. Mas com a saída dos indonésios depois do *referendum* e com a chegada da força de manutenção da paz, a ONU, nos meados de setembro de 1999, começaram a

entrar gradualmente novos cristãos não católicos de caráter pentecostal, como a *Vitória Família, Bahai e Povo de Deus* (cf. SOARES, 2008,p.16). Este último embora tenha o mesmo nome com a antiga, mas não se entendiam uns aos outros. São Igrejas ou Comunidades paralelas. Têm igrejas e estão presentes em todas as vilas dos três municipais e incluindo Díli também. Mas em relação ao número, mesmo nos dados estatísticos do governo, não estão apresentados. Pelo contrário, nota-se que a percentagem dos católicos aumentou, como vimos acima. Por outro lado, os seus missionários também não têm dados ou têm dados, porém não querem revelar para evitar problemas (cf. CLAU, 26. 09. 2018).

Os novos protestantes pentecostais são muito agressivos e os seus agentes pastorais vão de casa em casa para fazer a pastoral e estão conquistando os cristãos católicos e protestantes antigos para aderirem à sua religião. Por isso, fizemos várias observações nas suas igrejas aos domingos, nota-se que nas suas assembleias, os seus adeptos estão aumentando cada vez mais, sobretudo na cidade de Díli. Fazem construções de igrejas e capelas em vários lugares, mas como dizíamos, é muito difícil de revelar a identidade deles (cf. SOARES, 2019).

Aceitemos ou não, mas a causa fundamental de não revelarem a sua identidade e nos documentos oficiais, continuam com a religião católica, assim, quando vão tratar quaisquer documentos no governo, não lhes cria dores de cabeça. Um exemplo simples: há anos atrás, existiam muitas falsificações de certidões de batismo, porque, as pessoas que vinham de fora, queriam ir para Portugal, fizeram um jogo e os responsáveis de algumas paróquias passaram-lhes as certidões de batismo e foram tratar o passaporte na embaixada portuguesa, e na verdade eram muçulmanos (cf. NETO, 21.08. 2014). Ou alguns que já passaram para a nova Igreja pentecostal, e continuam a tratar as certidões católicas, segundo o comentário dum pároco numa das paróquias em Díli (cf. STL, no.117, 2018). Não é por causa dos católicos que eles guardam esse segredo, mas é por razões práticas, porque uma vez que um timorense sai para o estrangeiro, sobretudo para Europa ou Austrália, quando se diz que é muçulmano ou outra religião, as pessoas duvidam da sua identidade, visto que, Timor-Leste está associado com o catolicismo.

Tentámos obter os dados, porém não os conseguimos. O problema fundamental não são os dados, mas os problemas abordados são uma realidade. Cabe-nos de ver e analisar as causas fundamentais de sincretismo religioso e passagens de pessoas de uma religião para outra. A questão é a fé que não está bem enraizada, por isso, faltou-lhes a convicção pessoal e como consequência, as pessoas são facilmente manobras por razões práticas. Além disso, as pessoas não se mostram como verdadeiros católicos em quaisquer situações devido ao modernismo ou mundo global, desde que estamos cada vez mais abertos ao mundo global através de *mass media*, saída de pessoas para estudar no estrangeiro e entrada de pessoas. Tudo isso, afetam a nossa identidade como cristãos e a vivência da nossa fé. E outro factor é a pobreza, de modo que, as necessidades básicas obrigam as pessoas para mudar de religião. Embora não negamos que a maioria do povo simples continua a manter a sua fé.

1.2. A Igreja na Diocese de Dili e seus desafios pastorais

Nesta parte, vamos apresentar os dados estatísticos da Diocese de Dili, o método da evangelização, que temos feito até hoje, que é mais sacramental e está em transição. Além disso, vamos ver também os seus desafios, nos pontos de vista sócio-culturais, bem como religiosos-eclesiais.

1.2.1. A evangelização na Diocese Díli

A Diocese de Dili tem uma superfície de 4,755.23 km² e atualmente é formada por seis municípios e a total população é de 679,644 habitantes e Dili é a capital do país. Entre os quais 641.715 são católicos, 22.372 são protestantes de diversas denominações e 15.577 são de outras religiões (cf. ESTATÍSTICA DA DIOCESE, 31. 12. 2018).

Os agentes pastorais: sacerdotes diocesanos e religiosos num total de 162 pessoas, que trabalham em 32 paróquias e 229 centros pastorais com assistência permanente dos sacramentos aos domingos. Religiosos masculinos e femininos são 455 pessoas e catequistas são 820 pessoas. Batismos durante o ano :9,969. Primeiras comunhões: 7,282. Confirmações no total de 3,496 jovens e matrimónios 1,579. Centros de formação de candidatos ao sacerdócio: filosofia: 2

e teologia 1. Estudantes de filosofia: 139 (diocesanos e religiosos) e teologia 49 (cf. ESTATÍSTICA DA DIOCESE DE DILI 31.12.2018).

Quanto às escolas católicas: Pré-primárias são 25 com 3.811 alunos. Primárias (Básica 9 anos): 51, com 20,126 alunos. Escolas secundárias são 20, com 12.313 alunos e Instituto superior 2, com 618 estudantes. Centros sociais são 27, com um atendimento de 12.086 pessoas (cf. Ib.).

Em seguida, vamos debruçar no argumento da evangelização, que ainda tem uma acentuação forte na pastoral sacramental, isto é, preparações dos fiéis em vista da receção dos sacramentos, como o batismo, a primeira comunhão, o crisma e o casamento e depois disso, geralmente não há mais continuidade.

1.2.1.1. Uma evangelização mais sacramental

O mundo está experimentando uma mudança rápida e por vezes brusca em todos os aspetos da vida, graças à globalização, através de meios de comunicação social e como consequência, o mundo torna-se uma pequena aldeia ou “small village”, no termo de comunicação social. No entanto, o nosso método de pastoral não enfrenta mudanças significativas. Ele continua a ser uma pastoral sacramental, como herança deixada pelos nossos missionários antigos. Esquecemos que, os desafios modernos podem tornar-se ameaças para a nossa Igreja uma vez que não pomos em consideração as orientações atuais da Igreja do Vaticano II para responder a esses desafios (cf. BARREDA, p.77-78).

Continuamos com uma pastoral orientada para a preparação da receção dos sacramentos, sobretudo da Primeira comunhão, para a maioria das nossas crianças quando elas atingirem uma certa idade e um pequeno número para o Batismo de adultos. A duração do tempo de preparação, varia de paróquia para paróquia e não há nenhuma diretiva clara da Diocese sobre esse assunto. As preparações não duram mais de seis meses e depois disso, não há mais nenhuma continuidade de formação. Não só isso, mas também, as nossas preparações para o sacramento de Confirmação e Matrimónio fazemo-las tudo à pressa (cf. SOARES, 2014,p. 14-15).

O nosso método de catequese de forma geral continua a ser o de Pio X¹⁶, de decorar as fórmulas dogmáticas sem uma prévia explicação profunda e bem feita. Contrária à catequese de hoje, segundo o Diretório Geral de Catequese, que tem um caráter global e de forma gradual com uma acentuação forte numa catequese cristológica e trinitária, com base na Sagrada Escritura, principalmente nos Evangelhos e nas cartas pastorais. Com esta ênfase, é para dar maior importância à Palavra de Deus como fonte de catequese (cf. DGC, 1997, 9), como veremos :

A catequese há-de haurir sempre o seu conteúdo na fonte viva da Palavra de Deus, transmitida na Tradição e da Escritura, porque "a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito inviolável da Palavra de Deus, confiada à Igreja. Este « depósito da fé » é como o tesouro do dono da casa, confiado à Igreja, família de Deus, do qual ela extrai continuamente coisas novas e coisas antigas. Todos os filhos do Pai, animados pelo Seu Espírito, nutrem-se deste tesouro da Palavra. Eles sabem que a Palavra é Jesus Cristo, o Verbo feito homem, e que a Sua voz continua a ressoar por meio do Espírito Santo, na Igreja e no mundo (DGC 94).

Como consequência das fórmulas dogmáticas e concetuais, os cristãos não são ajudados para conhecer, celebrar, viver e contemplar o mistério de Cristo (cf. DGC, 85) e sem continuidade para o aprofundamento da fé através de uma pastoral bem planeada. Com este método, naturalmente, o coração e a mente dos catequizandos não estão transformados, de modo que, cria um certo dualismo de fé-vida na vivência do dia-a-dia. Isto significa que, falta a ligação entre a fé celebrada na igreja e o empenho na vida familiar, política, social, económica, etc., como mencionámos acima em relação à corrupção. Desta maneira, muitos dos nossos fiéis só aparecem na igreja nos momentos importantes, como no dia de Defuntos, 2 de novembro, na noite de Natal, Cinzas, sexta-feira Santa e sábado Santo. (cf. SOARES, 2008, p.15)

Podemos agrupar os nossos fiéis em três categorias: o primeiro grupo são aqueles que são apáticos e nem pensam da Igreja e são uma minoria quanto à nossa observação. Segundo, são os cristãos de "bilhete de identidade". O termo

¹⁶O Catecismo de Pio X foi publicado no ano de 1912. Tem as seguintes características: mais dogmático, com termos muito complicados e ao mesmo tempo estava muito relacionado com uma certa corrente teológica, de caráter mais apologética. Muito longe das realidades da vida e ao mesmo tempo longe da Bíblia, da liturgia e das orações diárias (cf. GIANETTO, U., *Catechismo di Pio X*, em Dizionario di Catechetica, Torino: Elle Di Ci, 1987, p. 122).

comum que usamos para os nossos fiéis que foram batizados, mas não são ativos nas participações litúrgicas e outras atividades relacionadas com a Igreja. Aparecem na igreja nos momentos especiais, como aludimos acima, confessam-se, com o intuito de receber a Eucaristia e desaparecem depois das grandes celebrações. Este grupo é a maioria. Finalmente, falamos dos cristãos que são comprometidos com a Igreja e dão bons testemunhos na vida familiar e profissional, que é uma minoria. Geralmente eles fazem parte dos grupos categoriais existentes nas paróquias e nos movimentos de caráter pentecostal (cf. SOARES, 2014, p. 9).

Hoje em dia, os documentos publicados pela Igreja, como frutos dos Sínodos dos bispos de todo o mundo e sobretudo do atual Papa Francisco, estão insistindo numa mudança de paradigma na nossa evangelização. Na Exortação *Evangelii Gaudium*, do atual Papa, insiste nas reformas de estruturas (cf. EG 27), para que sejam mais funcionais, com o intuito de “sair” para a evangelização. Contudo, é pena que, estamos a viver uma outra realidade e damos pouca importância ao estudo e à reflexão ao tal documento, deste modo, ainda estamos mantendo a nossa pastoral de “espera” nas paróquias ou nas capelas para as celebrações dos sacramentos.

Ainda falta-nos o processo de um planeamento participativo, onde maior número dos membros do Povo de Deus esteja envolvido, tanto à nível diocesano, como nas paróquias para uma evangelização de “saida” (cf. SOARES, 2014, p. 10). Isto indica que, não estamos abertos à novas propostas e novos métodos de pastoral que possam ajudar-nos a entrar em contacto direto com as pessoas, como por exemplo, a pastoral familiar, de ir de casa em casa. Mas continuamos com a mentalidade de um cómodo critério: “ fez-se sempre assim”(EG 33), como comentou o Papa.

Pelas nossas observações e experiências, se “esperamos” só na Igreja ou nas capelas durante aos domingos para a celebração da Eucaristia, sem entrar em contacto direto e permanente com as famílias uma por uma, há uma má repercussão nos fiéis. Assim, como dissemos acima, os que vêm participar à missa e outras atividades, continuam a vir e os que não vêm, continuam a não vir. Este último é facilmente levado pela corrente do modernismo e desafios de outros

movimentos religiosos. Acabam por abandonar a Igreja entrando noutras religiões, ou tornando-se ateus práticos, que significa, na vida prática não demonstram nada nenhum sinal que acreditam em Deus (cf. SOARES, 2008, p.15).

Desde o Vaticano II até a esta data, a Igreja tem insistindo numa pastoral evangelizadora e já tinha passado mais de meio século, porém, as resistências continuam a existir, como diz o Papa Francisco :“Temos, porém de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão” (EG 28).

Há algumas razões para que a acentuação da nossa evangelização é mais sacramental: primeiro, devido a herança deixada pelos nossos agentes pastorais, como resultado da formação antes do Vaticano II, de modo que, eles fazem preparações das crianças só para à Primeira comunhão. As crianças decoram as fórmulas dogmáticas, sem uma explicação profunda e em seguida são admitidas para a receção dos sacramentos de Penitência e Primeira comunhão. No início vêm a missa, mas vão desaparecendo pouco a pouco. (cf. ALBERICH-BINZ, 1992, p. 19). A nossa catequese está mais orientada para as crianças, que já atingiram a uma certa idade, para a Primeira comunhão, visto que, a prática do batismo era feito logo após o nascimento do bebé. (cf. Ib., p.18).

Além disso, há um grande desequilíbrio em número, entre os agentes pastorais, que compreendem os padres, os religiosos e os leigos empenhados. Os leigos que cooperam diretamente nas paróquias são os catequistas, contudo, são poucos e faltam-lhes uma adequada e profunda preparação. Enquanto o número de fiéis em cada território da paróquia é muito elevado e além disso, vivem espalhados. Por isso, muitas vezes no tempo da chuva é muito difícil para os sacerdotes de movimentarem-se de um lugar para o outro, devido as más condições das estradas, chuvas torrenciais e as áreas, de forma geral, são montanhosas, etc. (cf. SOARES, 2008, p.12).

Terceiro, além de sermos poucos, nós os agentes pastorais ainda não estamos abertos à mudança, sobretudo o clero. Temos uma mentalidade e

atitude de resistência muito fortes para a mudança quanto ao conhecimento dos documentos conciliares, os atuais documentos e a sua aplicação na vida e na pastoral da Igreja (cf. lb.). Assim, custa-nos de abandonar a pastoral sacramental para uma pastoral evangelizadora, consoante às exigências da Igreja do Vaticano II e aos desafios do mundo de hoje. A pastoral evangelizadora exige dos agentes pastorais uma atitude de humildade e de abertura para à mudança de ver, escutar através de diálogo e em comunhão com os outros membros da Igreja, de fazer a planificação pastoral, que se chama participativa, execução e sua avaliação.

Quarto, com a invasão dos indonésios, que duraram quase 24 anos, a atenção e a preocupação da Diocese não estava na organização e consolidação de pastoral, através de formação para a mudança de mentalidade de todo o Povo de Deus, sobretudo, dos agentes pastorais, mas a acentuação da nossa preocupação estava mais na defesa dos abusos de direitos humanos cometidos pelos militares indonésios e as outras influências negativas trazidas pelos indonésios¹⁷.

Além dos fatores acima mencionados, outro factor que afetou muito o recrutamento de pessoal bem preparado para a evangelização era e continua a ser, é o problema económico. A Diocese e as paróquias não podem pagar os ordenados dos agentes pastoriais leigos de uma maneira digna e suficiente para poderem viver (cf. SOARES, 2008, p.13). As pessoas trabalham só por motivo de fé, mas esquecemos que elas têm família, filhos, outras necessidades, etc. Assim, temos um Instituto Catequético na Diocese, mas as pessoas ao terminarem o curso, vão procurar outros empregos, sobretudo nas instituições do governo, pois a Diocese e as paróquias não lhes garantem uma estabilidade de vida agora e no futuro.

¹⁷ Podemos encontrar no livro, como compilação das entrevistas do bispo Carlos Felipe Ximenes Belo, SDB, intitulado *Voice of the Voiceless*, Jakarta: Obor, 1977, e outro livro, compilação das cartas pastorais e intervenções, intitulado : *Demi keadilan dan Perdamaian* (Pela Justiça e Paz), Jakarta: Gemawindu, 1977.

Nestes dois livros projetam essa preocupação da Igreja em relação aos problemas relacionados com à presença dos indonésios, pois naquele tempo todo o território de Timor-Leste só tinha uma diocese, que é Díli.

Para sairmos do método de pastoral acima mencionado, o novo bispo precisa de fazer sondagens e estudos sobre a realidade pastoral e os seus desafios na Diocese de Díli, como preparações e em seguida convocar um Sínodo Diocesano para refletir em conjunto e elaborar planos estratégicos e as suas prioridades e respondê-las segundo a sua escala de prioridade, de acordo com as exigências e os desafios da nossa Diocese. Embora a Diocese já tinha feito um Sínodo no ano 2011, com o anterior bispo (cf. DOCUMENTO FINAL DO SÍNODO DIOCESANO, 2012).

Portanto, essa resistência na evangelização, é fruto de vários fatores, como acenámos: devido a formação, a mentalidade, visão, idade e outros fatores. Consequentemente, o envolvimento do Povo de Deus tem sido mínimo e não houve mudanças significativas no método de pastoral e impactos na vida dos fiéis. Contudo, temos de estar conscientes, que a missão de evangelização é obra de Cristo e confiada à sua Igreja, como comunidade de batizados. Por isso, temos que ter uma atitude de humildade e de reconhecermo-nos que somos servos e não somos donos da messe, como dizia o Papa Francisco (cf. PAPA FRANCISCO, 19.03.2016).

1.2.1.2. Uma evangelização de transição

A evangelização de transição segundo o nosso conceito é uma evangelização em que já está entrando com novos métodos de apresentar o conteúdo da fé, de uma forma mais bíblica, evangélica, e que há relação com a vida diária, mas ainda não está abandonado totalmente a catequese tradicional de Pio X, baseando nas fórmulas para serem memorizadas. Em seguida, além de sinais de mudança de métodos de pastoral, começa-se a notar o envolvimento dos leigos, mas ainda está longe das intenções do Concílio Vaticano II e as exigências dos atuais documentos da Igreja, sobretudo do atual Papa em que insiste à importância do espírito da sinodalidade da Igreja.

Surgem sinais de mudanças, graças aos documentos do Vaticano II e aos documentos pós-conciliares. Além disso, por causa da formação atual dos candidatos ao sacerdócio, à vida religiosa e aos nossos leigos mais comprometidos, sobretudo, os catequistas. Desta maneira, com o andar do

tempo, com os estudos teológicos e pastorais dos nossos candidatos ao sacerdócio, encontros periódicos de caráter formativo para os agentes pastorais em geral, haverá mudanças graduais de mentalidade, visão, atitude e práticas pastorais.

Mesmo assim, não é uma mudança compreensiva que se nota em todas as paróquias da Diocese para um maior envolvimento do Povo de Deus para a evangelização e outras atividades da Igreja. Ainda se nota em muitas paróquias em que quase todas as responsabilidades estão centralizadas nos párocos, devido à mentalidade e além disso, devido a herança deixada pela Igreja antes do Vaticano II, como acenámos. Por enquanto, não há uma boa estratégia pastoral para promover o “Santo Povo fiel de Deus”, como dizia o Papa Francisco na sua carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina:

Olhar para o Santo Povo fiel de Deus e sentirmo-nos parte integrante dele posiciona-nos na vida e, portanto, nos temas que tratamos, de maneira diversa. Isto ajuda-nos a não cair em reflexões que podem, por si só, ser muito úteis, mas que acabam por homologar a via do nosso povo ou por teorizar de tal modo que a especulação acaba por matar a ação. Olhar continuamente para o Povo de Deus salva-nos de certos nominalismos declarativos (slogan) que são frases bonitas mas não conseguem apoiar a vida das nossas comunidades. Por exemplo, recordo a famosa frase: “Chegou a hora dos leigos”, mas parece que o relógio parou (19. 03. 2016).

Vendo a realidade pastoral da nossa Diocese, com uma metodologia pastoral de espera, uma catequese de caráter tradicional e dogmática e feita à pressa e o clero com uma mentalidade ainda clericalista, sem esforços para a inculturação, trazem as suas más consequências para a vivência da fé das pessoas, como tínhamos focado. (cf. SOARES, 2008, p.14-15). Não só isso, mas gradualmente há sinais que estamos perdendo os fiéis, pois entram noutras religiões. Como tínhamos aludido acima que várias Igrejas que vieram a partir do ano 1999, as suas igrejas estão cheias de fiéis. Além disso, alguns são apáticos perante à Igreja, embora não temos pesquisas para confirmar sobre o número destes dois últimos pontos.

Vimos na estatística de 2015, que houve uma subida da parte dos católicos. No entanto, podemos explicar esse aumento por vários motivos como apresentámos. Os aderentes de novas Comunidades ou seitas não têm coragem

de declararem-se que fazem parte de novas religiões ou Comunidades, porque elas não são reconhecidas em Timor-Leste e além disso, as pessoas preferem manter-se católicos, pois foram batizadas como católicos, como tínhamos aludido (cf. NETO, 15. 05. 2017). Dessa maneira, podem evitar problemas quando vão tratar os documentos no governo, sobretudo, quando querem ir trabalhar no estrangeiro. Por exemplo: os bispos já deram ordens aos párocos que sejam mais estritos com as certidões do batismo, visto que, o Ministério da Justiça lamentou-se devido às falsificações de tantas certidões do batismo. Pelo facto que, algumas pessoas estrangeiras, de outras religiões, conseguiram arranjar certidões falsas e foram para Portugal tratar os seus passaportes (cf. Ib.). Como passo concreto das ordens dos bispos, pelo menos, na Diocese de Dili, todas as certidões têm de ser munidas de selo branco, além de assinatura do pároco. Com isso, é para reduzir e prevenir as manipulações (cf. SOARES, 2008, p. 16).

1.2.2. Desafios à evangelização na Diocese de Díli

Hoje em dia, com o mundo global, tanto as nações, bem como a Igreja não estão isentas de desafios de todas as ordens. Do mesmo modo, em relação com a nossa Igreja de Díli. Ela está inserida nessa realidade do mundo, por isso que, está enfrentando também os mesmos desafios que acenaremos em dois grandes grupos, que são: sócio-culturais e religiosos-eclesiais, como vamos debruçar em seguida. E temos de ter em consideração que, falando da evangelização, deve-se abarcar todos os aspetos que acabámos de mencionar, visto que, a missão da Igreja é integral, como veremos no capítulo terceiro, quando tratarmos da evangelização que queremos ser na nossa Igreja particular.

1.2.2.1. Desafios sócio-culturais

Os desafios sócio-culturais que procuraremos apresentar são: a globalização, as culturas autóctones, a exclusão e a pobreza, a cultura urbana e o mundo urbano, a secularização, o diálogo inter-cultural e o cuidado da nossa casa comum, que naturalmente trata-se da ecologia integral.

1.2.2.1.1. A globalização

No ponto de vista histórico, a globalização é o resultado da Revolução Tecnológica, que começou no século XVI, com o descobrimento de novas terras e com isso começou o processo da colonialização pelo Ocidente, como base para a mundialização (cf. BRIGHENTI, 2004, p.70-71; PENA, 2015). Mas a globalização moderna iniciou-se depois da Segunda Guerra Mundial, pois com as consequências desastrosas da guerra, alguns países reuniram-se e chegaram a uma conclusão de criar mecanismos diplomáticos e comerciais para se estreitarem os laços de amizade e de solidariedade, para poderem evitar conflitos e guerras. Deste modo, nasceu as Nações Unidas e mais tarde, a Comunidade Europeia do Carvão e Aço. Gradualmente houve expansões para outros países por causa do mercado (cf. COSTA, 2004).

Até agora os estudiosos não encontraram ainda uma definição convencional aceitável por todos, sobre o conceito de globalização, mas todos estão de acordo que, a globalização é um sistema de relações em benefício de maior número possível de pessoas no ponto de vista económico, social, política e cultural (cf. lb.). Não só isso, mas também para os benefícios da estratégia militar e espiritualidade (cf. BRIGHENTI, 2004, p. 69). De maneira que, o mundo tornou-se uma aldeia global “small village”. Mas ao mesmo tempo é um sistema de relações hierárquicas, construídas para perpetuar um sistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício dos mais fortes (cf. MACEDO, 2007).

Assim, a globalização traz as suas consequências positivas, mas ao mesmo tempo as negativas e com muitos outros fenômenos de elevada complexidade, como veremos em seguida:

Positivas: A globalização é importante no combate à inflação e ajuda a economia, ao facilitar à entrada de produtos importados dum país. O consumidor tem acesso à produtos importados de melhor qualidade e mais baratos. Do mesmo modo, os produtos nacionais são mais acessíveis ao mercado e de melhor qualidade. Outra vantagem é que, a globalização atrai investimentos doutros países. Estes trazem desenvolvimento tecnológico, acelera o melhor relacionamento, através de *mass media*, potencia as trocas de comércio

internacionais, e abre as portas para as diferentes culturas. Além disso, incrementa a democracia, pois abre a visão das pessoas, grupos e nações mais desfavorecidos a fim de lutar pelos seus direitos (cf. COSTA).

Negativas: As pessoas pensavam que, o fenômeno de globalização traria a vida, criatividade e o avanço. Na realidade, era uma utopia, visto que os 2/3 da população mundial, tornam-se órfãos desse processo, conseqüentemente, cria frustração, exclusão e morte (cf. LIBÂNIO, 2003, p. 70-71). Os países ricos que representam 1/3, estão a beneficiar-se da riqueza do mundo, desde que, a maior parte do dinheiro circula nesses países e apenas 25% dos investimentos internacionais vão para as nações em vias de desenvolvimento. Como conseqüência, aumenta o número de pessoas que vive em extrema pobreza, que se contenta com menos de 1 dólar por dia. Alguns economistas afirmam que nas últimas décadas, a globalização, a revolução tecnológica e científica são as principais causas do aumento do desemprego e como conseqüência, gera a extrema pobreza.

Além disso, outra desvantagem da globalização é a possibilidade de desvalorização da economia nacional, no sentido que, os países ricos exploram as matérias-primas e aproveitando da mão de obra barata, vão transformando em matérias prontas para serem usadas e por sua vez vendem-nas com preços mais elevados (cf. WILLIAMSON, 1998, p. 2; COSTA).

O outro aspeto é a cultura dum povo, pois com a globalização, um país ou nação está mais aberto à entrada de todas as variedades de pessoas, com diferentes culturas. Além disso, a *mass media* produz grandes impactos na maneira de pensar, atuar, vestir das pessoas. Assim, com o andar do tempo, o povo vai perdendo a sua cultura de origem, mesmo que sejam os elementos positivos.

Portanto, segundo a visão geral de alguns cientistas e políticos, a globalização é um movimento sob o qual se constrói o processo de ampliação da hegemonia econômica, política, ideologia e cultural ocidental sobre as demais nações em vias de desenvolvimento (cf. WILLIAMSON; COSTA).

De facto, a Igreja também vê que a “globalização é um fenómeno pluri-dimensional e polivalente, que exige de ser compreendida na unidade e diversidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica” (BENTO XVI, 2009,42). Por outro lado, a globalização apresenta grandes dificuldades e perigos de uma ética cultural com uma perspectiva meramente individualística e utilitarística, esquecendo a sua finalidade numa humanização solidária em termos de comunhão e partilha (cf. Ibid.), para poder alcançar o bem comum da sociedade humana. De modo que, alguns autores, sobretudo, a Igreja católica está a empenhar-se de lutar para que se crie uma globalização solidária como diz o papa Bento XVI:

A verdade da globalização enquanto processo e o seu critério ético fundamental provêm da unidade da família humana e do seu desenvolvimento no bem. Por isso é preciso empenhar-se sem cessar por favorecer uma orientação cultural personalista e comunitária, aberta à transcendência, do processo de integração mundial (Ib.)

Segundo o Papa Francisco, o paradigma de tecnociência é um reducionismo que causa a degradação do meio ambiente, a vida humana e a sociedade em todos os seus aspetos (cf. EG 107), pois cada um pensa em si com uma atitude apática, indiferente aos seus irmãos, com uma cultura orientada para o lucro e o hedonismo (cf. EG 4), desta maneira, cria grandes desequilíbrios no mundo atual (cf. Ib. 109). Esta situação desagradante, o Papa chama-a por “globalização de indiferença”.

Pelo contrário, o Papa insiste numa globalização de solidariedade e de fraternidade humana para com todos, procurando o bem comum (cf. EG 205), com “uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro” (Ib. 206). Em concreto, cuidar dos mais frágeis da terra, como sinal de reconhecimento de Cristo sofredor: “os sem-abrigo, os tóxicos dependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, os imigrantes” (Ib. 211).

Por isso, para a Igreja de Díli, há uma necessidade de evangelizar os seus fiéis, para estarem sempre conscientes que o mundo está em vias de mudança e por isso, os cristãos precisam ter atitudes abertas, críticas e seletivas, para não serem levados pelas correntes de individualismo, materialismo e hedonismo,

esquecendo os valores de solidariedade, partilha de acordo com a nossa cultura e com uma motivação cristã.

1.2.2.1.2. O impacto sobre as culturas autóctones

Com a influência dos portugueses e da Indonésia, a arquitectura das construções de casas têm mudado. Por exemplo, as nossas casas tradicionais eram feitas de madeira e colmo e assentes diretamente no solo, atualmente muitas das nossas casas já estão mudadas para casas feitas de bloco ou tijolo, madeira e cobertas de zinco ou de telha e o chão de cimento ou azulejo. Além disso, o hábito e o modo de vida também estão mudando. De modo que, não há nada que sejam intocáveis hoje em dia com o mundo globalizado (cf. *Ib.*, p. 102-104).

No entanto, queremos enfatizar que esta mudança foi um amalgamento de longo processo com a cultura portuguesa. No sentido que, não fomos obrigados e além disso, a sua influência não foi muito forte por ser muito distante de Timor-Leste e o número dos portugueses era poucos, como tínhamos referido acima (cf. *Ib.*, p. 54). Mas, a influência da Indonésia foi muito mais forte, embora esteve apenas 24 anos no nosso país e na nossa Diocese de Dili. Por causa da sua dureza, obrigava as pessoas para viverem nos povoamentos e mais concentradas, por razões de segurança. E além disso, intensificaram muito a educação formal e a politização do povo em geral para optar pela Indonésia (cf. *Ib.*, p. 55-56).

Como estivemos debaixo dos colonialismos, tanto de Portugal, como da Indonésia durante quase cinco séculos, de sorte que, criou-nos algumas consequências negativas como: complexo de inferioridade perante às pessoas que veem de fora. Isto nota-se muito no interno do governo e mesmo na Igreja. Um exemplo simples em relação à Igreja. Para dar uma conferência sobre a pastoral, convida-se uma pessoa que vem de fora. Segundo a nossa maneira de pensar e ver, a pessoa que vem de fora, pode ser que saiba muita coisa da teoria de pastoral, mas falando de pastoral, há dois aspetos que devemos ter em consideração, a teoria e como aplicá-la à realidade. Por isso, idealmente falando, a pessoa precisa ter uma dose de conhecimento sobre a realidade.

Há sintomas de dependência em assumir quaisquer responsabilidades importantes. Falta-nos a auto-confiança para tomarmos iniciativas, criatividade ao fazer quaisquer trabalhos. Este complexo está relacionado com o ponto acima. Sentimos que somos incapazes intelectualmente e em habilidades, que na realidade podemos, mas o problema fundamental está na nossa mente.

Outro aspeto que merece a nossa atenção: ainda não valorizamos propriamente a nossa cultura, por isso, há menos interesse de procurar sabê-la bem, através de estudos profundos para a inculturação do Evangelho de Jesus Cristo. Preferimos culturas importadas, como as músicas litúrgicas que cantamos quase são todas traduzidas. Ou os nomes das pessoas. Uma criança ao ser batizada tem de pôr o nome em português, só o apelido que é livre. Como ainda estamos no “ver”, em concreto, no que toca aos desafios de ordem sócio-culturais, no entanto, estes vão direcionar-nos para uma leitura do Vaticano II na nossa realidade local, que é a inculturação.

Estes fenômenos são grandes desafios à evangelização. Temos que mudar a nossa mentalidade e além disso, ajudar as nossas pessoas através de formação contínua para mudarem a velha mentalidade que está enraizada em nós e apreciar a nossa dignidade como filhos de Deus, que somos todos criados segundo a imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 27). Por isso, diante de Deus somos todos iguais, embora admitimos que algumas nações e raças são mais beneficiadas, porque tinham melhores oportunidades, mas isso, não é a razão fundamental para sentirmo-nos insignificantes perante aos outros.

Outro desafio está relacionado com a inculturação do Evangelho à nossa cultura. Isso toca mais os agentes pastorais da Igreja. Como despertar a nossa curiosidade e o nosso interesse de conhecer bem os valores da nossa própria cultura, através de pesquisas e outros meios. Para isso, temos de fazer mudanças da nossa mentalidade e atitudes.

Portanto, somos criaturas de Deus, temos valor e cada cultura tem os seus elementos positivos e negativos e não há culturas superiores neste mundo. Cada cultura expressa a identidade dum povo e não há um modelo cultural para todos os povos.

1.2.2.1.3. A exclusão e a pobreza

A Igreja tem uma visão integral da salvação, que implica o “desenvolvimento do homem todo e de todos os homens” (PT 42). Duma passagem “de condições menos humanas a condições mais humanas” (PT 2), que se pode alcançar vencendo as dificuldades e os desafios que inevitavelmente se encontram ao longo da sua caminhada. Por isso, fiel à doutrina da Igreja, nós não podemos ficar de braços cruzados e de tornarmo-nos meros expectadores ou faltamos a sensibilidade humana e profética perante aos desafios de pobreza que a nossa Diocese está enfrentando. Para a Igreja e cada cristão, o valor humano está acima de tudo (cf. GS 3).

Sabemos que, a pobreza não é querida por Deus, de maneira que quando Jesus fez-se homem, alinou-se com os pobres, como diz o Evangelho: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres. Enviou-me para anunciar a libertação aos presos e a recuperação da vista aos cegos, para dar liberdade aos oprimidos” (Lc 4, 18).

A pobreza gera as más consequências como a violência e as roubarias. Algumas mulheres, incluindo as jovens passam a vida como prostitutas devido ao problema económico, como um dos fatores dominantes (cf. MHT 91). Para reforçar o argumento acima dito, a *Caritas* da Diocese fez um inquérito com as mulheres prostitutas. Elas responderam que eram forçadas de passar por essa condição de vida, por causa da razão económica, embora moralmente elas sabem que é pecado (cf. CARITAS DILI, 2014). A pobreza gera a corrupção, mesmo que seja um flagelo, como os bispos de Timor-Leste mencionaram no seu documento (cf. MHT137).

Estritamente falando, a pobreza pode trazer muitas más consequências diretas para os nossos cristãos. A primeira é de preocuparem-se com as necessidades básicas para o sustento da família, roupas e educação dos filhos, deste modo, as pessoas saem da casa cedinho para irem trabalhar e regressam à tardinha já ao pôr-do-sol. Essa situação pode afetar muito a relação familiar e a educação intensiva dos filhos. Além disso, criam maus impactos para as famílias nas participações da vida litúrgica e no aprofundamento da fé (cf. Ib. 72).

Outra consequência da pobreza é a mudança de uma religião para a outra, pois os responsáveis dos novos movimentos pentecostais não católicos sabem que a maioria do povo precisa de dinheiro para viver, educar os filhos e outras necessidades. Por isso, muitas vezes, vão aos lugares mais carenciados e prometem aos seus habitantes dinheiro, subsídio para os estudos dos filhos, deste modo, eles obtêm facilmente novos adeptos, embora já foram batizados como católicos (cf. *Ib.*, 202-205).

1.2.2.1.4. A cultura urbana e o mundo urbano

A cultura urbana é uma realidade que é complexa, onde há grandes edifícios e arranha-céus e com uma população muito densa. No entanto, falando da nossa realidade, sobretudo na cidade de Dili, a população gira por volta de 222,323 (cf. *ESTATÍSTICA*, 2015). Comparando à nossa realidade com o mundo urbano de grandes cidades de outros países não é nada. No entanto, há certas características que são semelhantes às grandes cidades com populações muito densas.

Nota-se que há maior mobilidade de pessoas. Primeiro dentro da cidade em si e por outro lado, há movimentos de pessoas de áreas rurais para a cidade, por isso, cada dia aumentam pessoas de caras novas e são muito móveis, sobretudo, os jovens. Estes deixam as áreas rurais e vêm viver com alguns parentes em Dili, pois as nossas famílias são alargadas. Como não encontram trabalho, há grande possibilidade de andar na roubaria e outras violências, visto que, a situação obriga-lhes para tais atos e querem sobreviver. Assim, antigamente não havia roubarias, mas agora a escala é muito elevada em Dili, além disso, a violência dos jovens é alta. Em relação às novas caras, podemos notar quando fazemos visitas pastorais às comunidades das nossas paróquias. Portanto, há pessoas que aparecem e outras que desaparecem. Muitas vezes elas são excluídas das comunidades e como consequências, ficam fechadas e isoladas (cf. *PLANO PASTORAL*, 2015-2030).

Além disso, com a globalização, muita gente estrangeira que está entrando no país, por isso, só na cidade de Dili, podemos encontrar vários tipos de pessoas, que fazem negócios de todas as variedades e estão aumentando com o

passar do tempo, sobretudo, os chineses que estão construindo edifícios para fins comerciais.

Devido à grande mobilidade de pessoas, como consequências, a população torna-se cada vez mais densa, à medida que o tempo passa. De facto, algumas famílias vivem em más condições de vida, por causa de falta de emprego e os membros são numerosos, ficam marginalizadas e como tínhamos mencionado na exclusão social, que com a pobreza, podem ter uma vida imoral, como prostituição, para poderem salvar a vida e a família. Outros aspetos negativos, como violência, pornografia e outras más influências de meios de comunicação social, etc.

Por outro lado, nota-se que há pessoas que levam uma vida onde há maior facilidades e não faltam nada e tornam-se ateus práticos. No sentido que, na sua vida diária, não se preocupam com outros valores, como ir à igreja e frequentar os sacramentos. Dar bom testemunho duma vida cristã convencida na vida política, social, económica, etc. Pior ainda, causam divórcio, infidelidade matrimonial, aborto, etc. Pelo facto que, muitas vezes, são encontrados nos lugares de lixo ou nas esquinas, bebezinhos já sem vida na cidade de Dili.

Por enquanto, não se nota um individualismo fechado e forte, onde as casas estão cercadas de muros, embora haja algumas, mas geralmente há maior interação social entre as pessoas nos fins da semana e além disso, nas celebrações de casamentos, batismos, Natal e Páscoa. Geralmente convidamos outros membros das famílias, amigos e colegas de trabalho para reunirmo-nos e para alegramo-nos juntos, visto que, ainda temos um sentimento de solidariedade muito forte entre nós. Embora não negamos as suas consequências negativas em relação à economia e ao tempo.

Portanto, esta é a realidade da vida urbana, de facto torna-se um grande desafio para a nossa Igreja de encontrar um método viável e de sair para evangelizar os cristãos que estão com uma complexidade de vida.

1.2.2.1.5. A secularização

A secularização é o princípio da separação entre o estado e as instituições religiosas, sobretudo as religiões tradicionais (cf. RODRIGUES, 2015). Isto é, a afirmação do estado do direito de ser livre em relação à religião, da evangelização e da educação da fé dos cidadãos, bem como à imposição pelo governo de uma religião sobre o seu povo dentro de um estado. Isto significa que, o estado é neutro em matéria de crença. Como consequência, as políticas do estado são imparciais em relação à influência religiosa (cf. GATTI, 1989, p. 857).

De facto, em relação às realidades temporais, a Igreja reconhece a sua autonomia, desde que, cada realidade tem as suas leis, valores e métodos próprios que o homem deve respeitar (cf. GS 35). Além disso, com o andar do tempo, vai-se descobrindo e organizando os progressos técnicos para a promoção humana integral e alcançar o bem comum (cf. Ib.). Isto está de acordo com as exigências do homem de hoje e está em conformidade com a vontade do Criador, uma vez que as investigações científicas seguem as normas morais (cf. Ib. 36).

Mas a sensibilidade do homem secular tem aumentado no campo de ciência e da técnica, assim há uma tendência muito grande nele para o secularismo, isto é, de não pôr Deus como o centro da vida humana, de maneira que, o homem torna-se o centro e o fim de tudo, diviniza-se a si mesmo e esquece-se de Deus. Ele sente e pensa que, com a sua inteligência já é suficiente para alcançar grandes sucessos no campo de ciência e da técnica, onde os seus resultados podem ser verificados, provados cientificamente. É verdade que a ciência e a técnica de então superaram os homens dos tempos passados. Foi criado um homem novo, que é o homem de ciências e da tecnologia. Como consequência, há uma grande tendência do homem secular de negar Deus, como o autor da criação. Para ele, o sucesso prático é o critério da verdade de uma teoria, (cf. GATTI, p.859-860) .

Por outro lado, temos de estar conscientes que, o secularismo não é um fenómeno novo. Pelo contrário, já tinha começado desde o início dos grandes filósofos gregos e romanos até aos tempos modernos com os livres pensadores

agnósticos e ateus, como Bertrand Russell e Robert Ingersoll e isso vai avançando no caminhar da história da vida humana.

Com o secularismo, como diz o Papa Francisco na sua Exortação Apostólica, *Laudato si*, cria uma crise global no ponto de vista ecológica, ética, cultural e religiosa. Como tínhamos debruçado que, a tentação do homem moderno é de colocar a razão técnica acima das outras realidades e valores e vê tudo do ponto de vista funcional, de modo que, aquilo que não se pode ver e usar não tem valor e não existe. Como consequências, os homens seculares procuram acumular mais riquezas esquecendo os valores acima mencionados e esquecendo o bem comum dos povos, sobretudo dos mais pobres. Em contrapartida, o Papa propõe um desenvolvimento mais humano, social, mais saudável e fecundo (cf. EG 80 ap. LS 122).

Aquilo que se está notando na capital de Díli, que juntamente com a secularização entra também a mentalidade laicista, trazida de fora. Alguns membros do governo não têm uma postura aberta contra a Igreja católica, visto que, o povo tem uma cultura religiosa, porém, procuram desviar a atenção do povo de regressar à cultura tradicional. Por outro lado, têm a estratégia de deixar entrar livremente novos movimentos religiosos a partir da independência, no ano 1999, para enfraquecer a Igreja católica.

Além dos pontos acenados acima, no ponto de vista sociológico, com o secularismo, há fenómenos em que as novas gerações timorenses que tiveram educação no mundo Ocidental, mostram uma atitude apática perante a religião católica. Nas missas de quaisquer celebrações onde se reúnem muitas pessoas, incluindo os membros do governo, eles participam e vão à comunhão pelo respeito humano, mas na vida prática são indiferentes como está acontecendo noutras partes do globo (cf. SOUSA, p. 16-17).

É interessante de ler o artigo do Padre José Comblin, intitulado, *Vaticano II: cinquenta anos depois*, em que no fim dizia : “o futuro da Igreja católica está nascendo na Ásia e na África. Será bem diferente. Aos jovens é preciso dizer-lhes: aprendam chinês!” (Novembro-Dezembro 2012).

No seu ponto de vista, pode ser que seja verdade, mas vendo a realidade de Filipinas há 20 anos atrás, a maioria do povo era católico e atualmente a situação está muito diferente, como os estudiosos da sociologia da religião comprovam, embora não temos dados estatísticos. Os novos movimentos pentecostais não católicos estão aumentando cada vez mais. Naturalmente, as pessoas não deixaram a religião, mas abandonaram a religião tradicional e majoritária (cf. SOUSA, p. 14 ; BERGER, 12.09. 2013), visto que são muito influenciadas, sobretudo, pelo modernismo, pelos novos movimentos protestantes dos Estados Unidos da América. Este fenômeno, estamos sentindo na nossa terra e sobretudo na nossa Igreja de Díli, pois estamos muito mais abertos ao mundo Ocidental.

Hoje em dia, mesmo na nossa Igreja, não podemos imaginar uma Igreja onde acentua demasiadamente à hierarquia. Porém, temos que ser fiéis aos ensinamentos do Vaticano II, onde se acentua a Igreja, Povo de Deus, isto é, a comunhão de todos os fiéis graças ao sacramento do batismo, mesmo que seja uma comunhão orgânica (cf. LG 4 ap. ChL 20), para a missão de serviço. Assim, exige-nos uma atitude de humildade e abertura para o diálogo e mútua cooperação para o bem da comunidade eclesial e da nossa sociedade (cf. PAULO VI, 1965).

Uma Igreja que é fiel a Cristo, enquanto na sua identidade e missão procura identificar-se com Ele, num “dom total a si mesma num estilo de vida pobre, humilde, despojada, apaixonada, ousada, próxima e dedicada” (cf. COUTO, 2012). Obviamente, muitos teólogos de renome são unânimes que o futuro da existência da Igreja dependerá do testemunho da sua “proximidade orientadora do mistério inefável que chamamos Deus” (CODINA, 2008), embora temos de acreditar que o Espírito Santo continue a atuar na Igreja até ao fim dos tempos (cf. Jo 14,16) . E adiantou:

A Igreja precisa concentrar-se no essencial, voltar a Jesus e ao Evangelho, iniciar uma mistagogia que leve a uma experiência espiritual de Deus. É tempo de espiritualidade e de mística. E também de profecia frente ao mundo dos pobres e excluídos que são a maior parte da humanidade, e frente à terra, à mãe terra, que está seriamente ameaçada. Mística e profecia são inseparáveis. A Igreja precisa gerar esperança e sentido a um mundo abocado para a morte (Ib.).

No que toca, de regressar ao essencial, o Papa Francisco também insiste sobre a importância de ir ao “núcleo essencial do evangelho que lhe confere sentido, beleza e fascínio” (EG 34). Ele adiantou que todas as verdades reveladas vêm da mesma fonte e são acreditadas pela mesma fé, contudo, algumas são mais importantes. Expressam o fulcro do Evangelho, como a beleza do amor salvífico de Deus manifestada em Jesus Cristo, como a misericórdia, a solidariedade, a fraternidade e a justiça, que são elementos principais da Nova lei (cf. EG 34-38).

1.2.2.1.6. O diálogo inter-cultural

Com a globalização, o mundo tornou-se uma pequena aldeia (small village), pois qualquer país está aberta à entrada e saída de pessoas. Um exemplo concreto, na capital de Dili, está cheia de gente que vem de fora, como os indianos, filipinos, indonésios e sobretudo os chineses para fazer negócios e nós também saímos para as outras partes do mundo à procura de trabalho, estudo e turismo. Contudo, no que toca aos chineses, o povo está a reclamar e há muitos comentários nos jornais sobre eles. Eles não vêm para investir, porém ocupam-se de pequenos negócios que o povo está fazendo. Apesar disso, o estado e o governo ficam calados e fingem-se de não saberem de nada, já que receberam muitas ajudas para as construções de alguns edifícios em Dili (cf. MONTEIRO, 21.08.2017). O interesse deles não está no seu povo, mas no desenvolvimento físico (cf. MHT 142). Além dos chineses, outras pessoas que estão a entrar para fazer negócios, construções de estradas, como tínhamos aludido. Será um grave problema para os timorenses, uma vez que, não estamos prontos para podermos fazer competição com eles e podemos tornar-nos cidadãos marginalizados e estrangeiros na nossa própria terra. Deste modo, politicamente somos uma nação independente, todavia, economicamente tornamo-nos dependentes de outras pessoas e de agências estrangeiras (cf. SOARES, 2008, p. 15).

Em relação a este fenómeno, os bispos da África assinalaram que os países mais avançados queriam transformar a África em meras peças de um mecanismo gigantesco no domínio dos meios de comunicação social sem dar

conta as prioridades e os problemas desses países e aos mesmo tempo sem respeitar a fisionomia cultural do seu povo (cf. EG 62 ap. SRS 22).

No ponto de vista moral, há muito impacto. As pessoas trazem a sua cultura e procuram implantar cá nas áreas da nossa Diocese e pior ainda, um dos problemas é a SIDA que está a alastrar-se pouco a pouco e torna-se uma preocupação de todos nós. Naturalmente, uma das causas, é a abertura para entradas e saídas das pessoas tanto estrangeiros, como timorenses (cf. COMISSÃO HIV/SIDA, 2017).

Além dos impactos acima ditos, no ponto de vista da sociologia da religião, qualquer religião tradicional, majoritária, numa sociedade que se moderniza, está ameaçada de perder os seus seguidores (cf. SOUZA, 2004, p. 14). Este é um princípio geral e não há escapatória, mesmo que, seja um declínio gradual e moderado (Ib., p. 15) e é isto que está a acontecer cá. A nossa Constituição atesta que, o estado dá liberdade aos seus cidadãos de escolher a religião segundo a sua consciência e está separado das confissões religiosas (cf. CONSTITUIÇÃO art.45). Ele reconhece, respeita, coopera com todas as diferentes confissões religiosas e estas são livres nas suas organizações e atividades, uma vez que observando a Constituição e as leis da nação (cf. Art. 12).

Com a liberdade que o estado dá aos seus cidadãos e graças à modernização social e com uma cultura cada vez mais plural (cf. SOUSA, p. 19), geralmente, as pessoas que tiveram formação no mundo mais desenvolvido, estão começando a ver que a nossa religião já não é uma herança, sobretudo em Dili. Pelo contrário, é como uma opção pessoal. Não temos estudos sistemáticos sobre o declínio da religião católica na nossa Diocese, contudo, vendo novas construções de outras igrejas que estão surgindo e além disso, com o crescimento gradual dos seus fiéis, podemos dizer que há sinais de redução. Há católicos e protestante antigos¹⁸ que entram noutras

¹⁸Protestantes antigos são as Igrejas e Comunidades que já tinham estado cá em Timor-Leste antes de 1999, com a saída da Indonésia. Eles são mais tolerantes e podemos estabelecer

novas religiões, sobretudo, os novos protestantes pentecostais (cf. NUNES, 2004, p. 31).

As organizações vindas de fora procuram fazer campanhas sobre o planejamento familiar usando métodos contraceptivos, aborto, divórcio, etc. Muitos dos nossos fiéis sabem que a Igreja não está de acordo com os métodos contraceptivos, no entanto eles seguem e praticam-nos sem sentirem-se culpados. Consideram que, este é o método mais fácil, embora a Igreja exorte-lhes de recorrer aos métodos naturais, que naturalmente exige disciplina e sacrifícios, embora não criem efeitos colaterais e estão de acordo com a moral católica (cf. MHT 182).

Portanto, o diálogo inter-cultural é uma realidade do mundo atual que temos de aceitar, porém torna-se um grande desafio para a nossa cultura, visto que, está criando novas crises, uma vez que não estamos preparados para enfrentá-lo.

1.2.2.1.7. A ecologia e o cuidado da casa comum

A ecologia e o cuidado da nossa casa comum tornam-se desafios à evangelização na nossa terra e na nossa Diocese. Os nossos fiéis, adultos, jovens e as crianças ainda não estão conscientes que, tanto as pessoas, os animais e como as plantas estamos todos inter-ligados. Por exemplo, nas regiões onde há matagais e com grandes árvores e nos lugares com menos árvores, naturalmente, há impacto na pluviosidade. Isso podemos notar que na costa Sul chove-se mais, porque há mais florestas, e no Norte, a pluviosidade é baixa e a duração de meses também é menos por causa de menos árvores e pode-se dizer que a região é savana. Com isso, muitas vezes a agricultura não produz bem devido à água e além disso, faz muito calor e afeta o rendimento da agricultura e a vida das pessoas.

As pessoas deitam sujidades à toa, e os mosquitos poisam lá, formam novas larvas e nascem novos mosquitos. Por conseguinte, aumentam cada

cooperações em termos práticos, como : construções de igrejas, capelas, trabalhos sociais, na comunicação diária, etc.

vez mais o número e depois provocam doenças de malária e dengue também. Outro assunto em relação aos mosquitos, é causada pela construção de casas onde faltam de ventilação. Assim, eles podem esconder-se dentro delas e mordem as pessoas e provocam a doença. Ou construir casas perto de águas estagnadas, onde poisam lá muitos mosquitos, causador de doenças.

Acontece que, durante o tempo seco, as pessoas queimam árvores e ervas. É uma destruição da natureza e afeta a vida humana, por causa de poluição, que pode contribuir para o efeito de gás estufa, embora a percentagem é mínima. Os lugares menos arborizados, chove-se menos e como consequências, há menos água e não se pode fazer a agricultura. Por isso, é muito muito importante, como necessidade e exigência de fazer uma pastoral do cuidado da natureza e ao mesmo tempo de apresentar uma visão integral da ecologia e da sua interligação, como falámos acima.

Outro desafio que devemos ter em consideração na nossa evangelização é o valor humano. Pois com a corrupção, esquecemos às outras pessoas, que elas têm direito de ter uma vida digna como pessoas e filhas de Deus. Por isso, é preciso criar um sentimento cristão de solidariedade e de justiça para com todos e sobretudo, ter atenção aos que sofrem, embora já tínhamos focado no desafio em relação à exclusão e a pobreza.

Deste modo, na evangelização, nós devemos convidar a nossa gente para uma nova tomada de consciência. De mudar o estilo de vida e a nossa maneira de atuar em relação à natureza e aos animais para evitar a destruição. Como diz o Papa Francisco “as mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas, políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade” (LS 25). E quem sofre todas as agressões ambientais são as pessoas mais pobres (cf. Ib. 48). E ele adiantou: “ A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projeto comum” (Ib. 164).

Portanto, a evangelização em relação ao cuidado da casa comum é uma necessidade importante para a nossa Igreja, primeiro para que os nossos

fiéis possam ter uma noção e abrir os olhos e ter consciência que todos os seres que Deus criou estão interligados. Segundo, aquilo que Deus criou, tem um objetivo de louvar a Deus, por isso, deve ser respeitado. Terceiro, a nossa obrigação como seres humanos e sobretudo como cristãos, de não destruir os seres criados, tanto os animais, como as plantas, mesmo que sejam insignificantes. Matamos ou tiramos quando há uma necessidade. Finalmente, criar sentimentos de solidariedade com todos e sobretudo ter a consciência que a riqueza que temos na área da nossa Diocese é para todos e não é exclusiva de algumas pessoas ou grupo de pessoas.

1.2.2.2. Desafios religiosos-eclesiais

Nos tópicos seguintes, vamos refletir exclusivamente acerca dos desafios de caráter religiosos-eclesiais que a nossa Diocese está enfrentando em relação à uma pastoral evangelizadora, segundo as orientações do Vaticano II e pós-conciliares. E, aludiremos alguns desafios que afetam muito a nossa Igreja de Díli. Mesmo assim, nem todos os desafios que vamos tratar têm o mesmo peso e preocupação, no entanto, de uma maneira ou outra, todos contribuem para o afrouxamento da nossa evangelização.

1.2.2.2.1. A renovação do Vaticano II e pastoral de conservação

O Papa João XXIII, foi claro no seu discurso de abertura do Concílio que, a sua intenção não era de tratar “de um ou outro ponto da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, pois este supõe-se bem presente e familiar ao nosso espírito” (JOÃO XXIII, 1962). Contudo, os tempos atuais exigem uma nova formulação da doutrina, de acordo com as exigências do mundo e da pastoral da Igreja do seu tempo, de modo que, o Concílio prevalentemente tinha um caráter pastoral *ad intra* e *ad extra* (cf. *ib.*). Em direção ao mundo, como ele dizia: “o mundo precisa de Cristo e é a Igreja que deve levar Cristo ao mundo” (JOÃO XXIII, 11.09.1962).

Já passaram mais de 53 anos do encerramento do Vaticano II e vendo a nossa realidade pastoral, os objetivos do Papa acima, expresso nos documentos não estão bem realizados. Pelo contrário, continuamos com o nosso método de

pastoral antigo que no termo do Papa Francisco se diz:” fizemos sempre assim” (EG 33). Expressão de uma atitude de resistência e do comodismo. Visto que, os tempos atuais exigem da parte do Povo de Deus sob o guia do bispo, como cabeça da Igreja local, de desenvolver uma atitude de abertura, coragem e criatividade de repensar os objetivos, as estruturas e os métodos para uma evangelização de saída, é muito importante (cf. lb.).

Com a pastoral de conservação, cria uma vivência dupla que se chama dualismo entre vida e fé na quotidianidade da maioria dos nossos cristãos e apatismo na participação dos sacramentos e nas atividades da Igreja. Com estes fenômenos não podemos confiar demasiadamente que a nossa Diocese e sobretudo, Timor-Leste será sempre uma nação com alta percentagem de católicos no Sudeste asiático, além de Filipinas (cf. BISPO BASILIO, 2012), porque a nossa identidade como cristãos não corresponde com os nossos dados estatísticos. Na vida do dia-a-dia, pusemos de lado a nossa religião, que se pode notar na prática de injustiça, de corrupção, violência e sincretismo religioso (cf. MHT 85). Um exemplo sobre este último: geralmente, quando uma pessoa fica doente, não vai à procura do médico, contudo, vai primeiro ao feiticeiro e este usa todos os meios para enganar o parceiro e dizer-lhe que, está doente, por causa de alguns assuntos com os seus antepassados que não estão bem resolvidos. Assim, precisavam de dinheiro e de matar porcos ou búfalos para estabelecer a paz entre eles (cf. lb.165). Depois de gastar tudo, a pessoa continua doente e torna-se cada vez mais grave e quando é levada ao hospital, sinal que já está gravemente doente e já não há mais esperança.

Outro exemplo: hoje em dia há tantos empresários no território da nossa Diocese, que trabalham para o desenvolvimento nas diferentes áreas, como na construção de estradas, pontes, casas, etc. O montante do dinheiro empregado no projeto não corresponde com a qualidade dos projetos, isto é, falta de qualidade, porque todos têm a orientação de adquirir o máximo possível o lucro, em vez de pensar no bem comum do povo (cf. PARLAMENTO NACIONAL, 2017; CARDOSO, 28.08.2017).

O dualismo de vida nos nossos cristãos é por causa da falta de continuidade da formação de fé dos nossos adultos para que tenham um

conhecimento sólido sobre o conteúdo da fé, que possa orientá-los para a celebração litúrgica e a vivência pessoal. Este problema tinha surgido nos cristãos ao longo da história, sobretudo ao longo do século XX. O problema do conhecimento da fé foi uma das preocupações dos Papas Pio X à Pio XII. Estes insistiram de dar catequese não só às crianças, mas também aos adultos para que possam ter uma fé profunda e unidade no ponto de vista da profissão da fé, das celebrações litúrgicas, da moral e da oração (cf. CCC 13), a fim de justificá-las perante aos desafios do modernismo (cf. ALBERICH-BINZ, 1992, p.17-19). E outros problemas, que já foram mencionados acima.

1.2.2.2. Igreja Povo de Deus, como superação do clericalismo

O grande desafio que estamos enfrentando na nossa Diocese quanto à evangelização é a mentalidade, atitude e práticas de clericalismo que ainda são muito sentidas na nossa Igreja, como tínhamos mencionado atrás. De facto, segundo a nossa concepção, o autocentramento não ajuda nada, já que, hoje em dia estamos enfrentando muitos desafios, internos e externos. De maneira que, com a centralização, os membros do Povo de Deus tornam-se passivos e como consequências, pouco a pouco, os cristãos vão abandonando a Igreja, pois falta de maior envolvimento dos fiéis na missão evangelizadora e por conseguinte, falta de continuidade de formação da fé para o seu aprofundamento, isso quer dizer que, as pessoas foram batizadas, mas o coração e a mente não estão transformados, de acordo com os valores do Evangelho. Assim, na vida não mostram a sua convicção como bons cristãos.

A eclesiologia do Povo de Deus deu um reconhecimento da dimensão carismática que o Espírito Santo concede a cada fiel batizado, graças ao batismo. Este torna-se o sacramento de unidade, de igualdade fundamental de todos e com isso, possibilitou a missão dos fiéis leigos na Igreja, não como membros passivos, mas ativos, fiel à sua vocação (cf. SEMMELROTH, p. 479).

Com esta comunhão do Povo de Deus fundamentada no sacramento de batismo, cria um certo desafio para uma mudança de mentalidade para todos e sobretudo à hierarquia para seguir os exemplos de Jesus Cristo, que não veio

para ser servido, mas para servir e dar a vida pela salvação do mundo (cf. Mt 20, 28; cf. Mc 10.45; Jo 3,17).

Por outro lado, com a transformação do mundo graças à globalização, pela vocação, os leigos são mais indicados para serem missionários, fermentos na Igreja e na sociedade. Eles vivem no mundo e procuram “ o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG 31). Além disso, eles formam a maior porção do Povo de Deus, por isso a sua presença e missão na Igreja e no mundo é imprescindível (cf. ChL 27).

Por fim, o leigo não é um intermediário, mas é a própria Igreja que está vivendo no mundo, para dar testemunho de Cristo e anunciá-lo. Por isso, é preciso evitar a clericalização dos leigos (cf. SANTOS, 2005, p. 33), visto que, foram “ incorporados em Cristo pelo batismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo” (LG 31).

Com a nova visão eclesiológica, suscita um paradigma totalmente novo do Povo de Deus, que foi abandonado durante longos séculos, porque ao longo da história da Igreja, a palavra “leigo” não significava um membro do Povo de Deus, porém, era tomado como pessoas que não sabiam de nada e por isso se situavam à margem da Igreja e não eram membros da Igreja (cf. Ib., p. 480).

1.2.2.2.3. Uma evangelização integral e transformadora

Havia uma evangelização onde criava dicotomia entre a esfera espiritual e corporal. Por causa disso, a Igreja, ou melhor os agentes pastorais só preocupavam-se com aquilo que toca à vida espiritual e o que implica a vida humana, como a injustiça, os abusos de direitos humanos e todas as espécies de problemas relacionadas com a vida do dia-a-dia, não eram da sua competência. Aquilo não só aconteceu nos tempos anteriores, antes do Vaticano II, mas hoje em dia também continua a haver, não nos ensinamentos da Igreja e nem tão pouco, com a Igreja como Povo de Deus e sobretudo como instituição, mas com certos indivíduos que não se preocupam com os problemas que afligem as outras pessoas, mesmo ao seu redor.

Essas atitudes que acabámos de descrever, são desafios para a Igreja e estão muito relacionadas com a evangelização, especialmente, quando se trata dos problemas dos outros que estão fora do seu círculo, vendo na perspectiva integral de salvação, como ensina o Vaticano II .

Falando da Igreja de Díli, nós pensamos e vemos que não temos nenhum problema ao tratar de uma evangelização integral e transformadora, pois durante os 24 anos de luta contra a Indonésia, os membros da Igreja, sobretudo, a hierarquia teve um papel muito determinante na defesa dos abusos de direitos humanos, como as torturas, matar as pessoas, etc. O símbolo deste envolvimento da evangelização integral foi na pessoa do bispo de Díli, Carlos Filipe Ximenes Belo, em que recebeu o Prémio de Nobel de Paz (cf. BELO, 1996). E depois da independência a Igreja continua a ser fiel à sua missão de cuidar dos pobres, através dos departamentos sociais da Diocese (cf. MHT 197). Mas, alguns que mostravam atitudes apáticas perante à realidade onde viviam, porque, tinham uma visão espiritualista da salvação e sobretudo não havia renovação na maneira de pensar e atuar.

Outro ponto a considerar é a piedade popular. Os nossos fiéis são muito devotos aos santos, sobretudo à Nossa Senhora e padroeiras das paróquias, mas principalmente à Nossa Senhora. Por isso, já se tornou uma tradição para os nossos fiéis de expressar a sua devoção à Mãe do céu de rezar o terço nos meses de maio e outubro na presença duma estátua e esta é transferida de família para família através de simples procissões dos membros da família.

Porém, vendo essa devoção, os fiéis precisam de ser evangelizados para não criar apenas um costume e como consequência gera certa dicotomia entre as devoções, os sacramentos e a vida diária. Pois, o povo simples, gosta de expressar a sua fé através dessas piedades (cf. EN 48). No entanto, da nossa parte, como evangelizadores, não nos cansemos de dar-lhes apoio, e ao mesmo tempo sabiamente orientá-los progressivamente para os sacramentos e criar uma vida integral em vez de criar dicotomias (cf. MHT 174).

1.2.2.2.4. Pastoral de conversão missionária e Igreja em saída

O Papa Francisco está a insistir na pastoral de conversão para uma Igreja em saída, segundo o mandato do Senhor, dado que, mesmo depois de mais de meio século do Vaticano II, de forma geral, ainda há esta tendência forte de uma pastoral de espera e de autocentramento e de caráter sacramental. A pastoral de espera já não responde aos desafios de hoje em dia, que é a era de globalização e do pluralismo cultural e religioso. Considerando que, a pastoral de autocentramento faz com que os cristãos vão perdendo pouco a pouco, sem darmos conta disso. Como tínhamos aludido noutros pontos que não há um plano sistemático de continuidade de formação para aprofundamento da fé, tendo em consideração que, é um processo contínuo que vai até à morte.

Esse apelo do atual Papa é relevante para a nossa Igreja de Díli, porque os agentes pastorais quase que não saem para visitar os seus fiéis e sobretudo de fazer a pastoral familiar. De maneira que, o modelo de pastoral acima, torna-se um desafio para a nossa evangelização. Por outro lado, temos que estar conscientes que não é fácil, visto que, mesmo na nossa Diocese, não há um estudo profundo, através de seminários e discussões, principalmente à nível dos agentes pastorais do documento da Exortação *Evangelii Gaudium* do Papa. Consequentemente, não há um conhecimento profundo e alargado dele, embora seja um documento importante, como guia para a evangelização da Igreja, nos tempos atuais, visto que, enquadram as diretivas do Vaticano II, vistas e interpretadas de acordo com as exigências da Igreja e do mundo de hoje.

Tratando de pastoral missionária, outro ponto que devemos ter em consideração, que a evangelização não é feita pelos indivíduos isoladamente. Contudo, é feita, mediante a um plano pastoral em que o Povo de Deus, em concreto numa paróquia ou comunidade possa participar. Por conseguinte, é preciso do envolvimento de todos, pelo menos os que estavam envolvidos diretamente no processo.

Precisamos de um novo paradigma de currículo da formação dos agentes pastorais, sobretudo dos seminaristas do Seminário Maior, “pois mesmo os sacerdotes de hoje ainda foram formados, nos seminários, para atuar numa

Igreja auto-referencial. Muitos não conseguem mudar de visão, embora a situação do mundo, das sociedades e das igrejas tenha mudado nos últimos 50 anos” (cf. HOORNAERT, 08.04.2017).

No ponto de vista do laicado, o apelo de uma “Igreja em saída”, é um esforço de todos, sobretudo de mudar a mentalidade para à Igreja do Povo de Deus e de pensar da sua melhor preparação para assumir diversas responsabilidades no interno da Igreja e além disso, testemunhar o valor do Evangelho na vida social, económica, política e cultural (cf. AA 6-7). Isto exige uma “ passagem entre um laicado totalmente passivo e o laicado que a Igreja missionária do Papa Francisco necessita ([...]) terá de sair de sua posição de inferioridade e dependência em relação ao clero” (HOORNAERT).

1.2.2.2.5. Diálogo ecumênico e inter-religioso

Com os nossos Irmãos protestantes antigos e muçulmanos, até hoje, não fizemos nenhum diálogo formal, mesmo assim, temos boas relações e cooperação entre nós. A causa principal desta tolerância era devido à lei que a Indonésia introduziu no nosso país durante aos 24 anos da sua presença, onde acentuava a “tolerância religiosa”. Por outro lado, graças aos ensinamentos do Vaticano II, deste modo, mesmo que, sendo uma nação cristã, onde a maioria é católica, contudo não somos fechados. Prova disso, que o anterior Primeiro-ministro é um muçulmano. Temos esta consciência do pluralismo cultural e religioso.

O que se torna um grande desafio, não só para os católicos, mas também para as outras Igrejas e Comunidades cristã antigas, existentes, antes da saída dos indonésios, no ano 1999, é a nossa relação e cooperação com alguns novos movimentos pentecostais não católicos. Entraram cá no nosso país e na nossa Diocese a partir de 1999. Eles são fanáticos e não interessam de nada (cf.MHT 201).

As novas Igrejas são muito agressivas, os seus missionários vão de casa em casa à procura de novos aderentes, espalham panfletos de carácter apologética, sobretudo em Dili, com o intuito de fazer campanha contra a Igreja católica e protestante antiga. Estão convencidos que foram mandados por Jesus Cristo para

evangelizar o povo de Timor-Leste¹⁹. Isso mostra que querem conquistar adeptos para a sua religião através de violência, que hoje em dia já está fora do tempo. Dão ajudas económicas, cursos e estão mandando alguns jovens para estudar nos estrangeiros, sobretudo no Brasil, Austrália e Singapura (cf. Ib. 202). Segundo a nossa opinião, precisamos de desafios, para pensarmos numa Igreja do Povo de Deus em saída.

O assunto acima, foi o tema do X Encontro das Presidências das Conferências Episcopais dos Países Lusófonos-CPLP, realizado em Díli, de 6 -10 setembro de 2012, em que tratavam do tema principal: “ O desafio das seitas no horizonte da nova evangelização”. Segundo o secretário de CEP²⁰, o crescimento de novos movimentos pentecostais não católicos era um alerta para a Igreja, como dizia: “Devemos estar atentos, para que os fiéis da Igreja Católica não se deixem levar por teorias fáceis, por movimentos em que o sentimento é exaltado e em que, muitas vezes, são explorados”. E adiantou mais: “Há o dever da Igreja de alertar os cristãos para que não enveredem por uma meia verdade, por verdades distorcidas ou incompletas” (MORUJÃO,10.09. 2012).

1.2.2.2.6. Diálogo inter-cultural e inculturação do Evangelho

No aspeto do desafio inter-cultural, falamos mais de sincretismo religioso, que compreende uma mistura de algumas práticas de religião católica com as tradições das nossas culturais, pois tem relação com a inculturação do Evangelho. Os seus fundadores vêm que com a independência de Timor Leste, no ano 2002, seria melhor fundar a própria religião católica, porque a outra era importada e é dos colonialistas. Essas religiões são *Kolimau 2000*, *Osnaku*, *Buah Malus* (cf. SOARES, 2008,p.17). Têm bispos, padres, madres, catequistas, etc., e usam materiais como o cálice, a hóstia, paramentos da missa,etc. Por enquanto não se revelam oficialmente, com as razões que aludimos anteriormente. Por

¹⁹ No ano 2002, um missionário que veio de São Tomé e Príncipe e residiu num bairro da nossa paróquia. Ele estava fazendo campanhas de evangelização. Vendo isso, os jovens católicos não estavam contentes com ele. Por isso, convidaram-nos para o diálogo, ele respondeu-nos: “ fui mandado pelo Jesus para anunciar o evangelho aos meus irmãos timorenses”.

²⁰CEP : Conferência Episcopal Portuguesa.

causa do medo e além disso, por razões práticas, seria melhor de manterem-se com a identidade católica, nos documentos oficiais.

Com o desafio do sincretismo religioso, este convida os responsáveis da Diocese de repensar sobre uma estratégia/plano pastoral compreensiva para uma catequese mais bíblica, de modo específico evangélica e orgânica e segundo a hierarquia de valores, mas inculturada (cf. CONGREGAÇÃO DO CLERO, 1997, 109-116). Além disso, como tínhamos aludido, há um esforço de formação contínua dos nossos fiéis para o aprofundamento da sua fé.

A outra causa do sincretismo religioso é a falta do espírito de diálogo da parte dos responsáveis da Igreja, na medida que há novos movimentos no interno da Igreja, mas usamos os meios coercivos através da polícia ou dos jovens, por sermos a maioria, como tinha acontecido nos arredores de Dili (cf. PNTL, 2013). Poderíamos aprender pela história da Igreja ao longo dos séculos que, com a violência não se resolve os problemas, por isso, conscientes dessa ação, no ano jubilar de 2000, o santo Papa João Paulo II, em nome da Igreja pediu perdão a todos pelo mal que ela tinha feito ao longo da história (cf. IL PAPA CHIEDE PERDONO, 2000).

Por outro lado, falta de esforços da parte da Igreja para fazer a inculturação, naturalmente, teremos dificuldade, como diz o Papa Paulo VI, que a “rutura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como foi também de outras épocas” (EN 20). Embora, como dissemos acima que precisamos de uma longa caminhada, conscientes que, não temos recursos humanos preparados e além disso, temos que preparar e envolver mais fiéis na missão da evangelização da Diocese.

Diante dos extremos, a postura dum verdadeiro cristão é de colocar acima de tudo o respeito pelo outro e a valorização da dignidade da pessoa humana (cf. SIMÕES, 2013,p.4-6). É esta a postura que o Vaticano II tem insistido direta ou indiretamente nos seus documentos, como dizia o Papa Paulo VI : “[...] a Igreja baixou a dialogar com o homem; e conservando sempre a sua autoridade e a sua virtude, adaptou a maneira de falar acessível e amigável que é própria da caridade pastoral” (PAULO VI, 1965).

Portanto, não é com anátema como tinha acontecido nalgumas fases da história da Igreja, todavia, é com o diálogo paciente e com uma atitude de caridade (cf. *Ibid.*), como o Papa acima disse na *Ecclesiam suam*. Embora exija clareza, mansidão, confiança na palavra e a prudência pedagógica com o interlocutor (cf. PAULO VI, 1964, 47). Pois “ essa prudência leva a tomarmos o pulso à sensibilidade alheia e a modificarmos as nossas pessoas e modos, para não sermos desagradáveis nem incompreensíveis” (*Ib.*).

A globalização exige de nós uma mudança de mentalidade e postura de acolher as pessoas de outras culturas e origens, desde que, a unidade na diversidade é sempre uma riqueza e além disso, estar aberto aos desafios dos novos movimentos religiosos. De maneira que , não considerar os outros que vieram de fora com ideologias e religiões diferentes são como ameaças. Pelo contrário, consideramo-las como desafios em todos os setores da nossa vida, no interno da nossa Igreja, Povo de Deus, para «despertamos do sono» e não considerá-las como pragas (cf. BISPO BASÍLIO, 2012).

1.2.2.2.7. Pastoral urbana

A cultura urbana é um dos desafios para a evangelização da Igreja, pois, temos de pensar uma pastoral segundo as exigências da cidade, sobretudo Dili, em que há concentração de diversidades de pessoas, devido à migração. Nota-se que há fenómeno de indiferentismo religioso, nalgumas pessoas, porque não são muito animados para participar nos sacramentos e mostram-se como ateus práticos. Isto é, na vida diária não se apresentam como cristãos convencidos da fé, mas uma fé mais sociológica. No sentido que, são católico mais de nome, por isso, só segue as correntes do tempo e faltam-lhes uma convicção pessoal (cf. MHT 107-108).

Obviamente, os bispos não mencionaram no seu documento à respeito de meios urbanos. Contudo chamaram-nos atenção que hoje em dia, há tantos problemas de imoralidade como: a prostituição, a circulação de drogas, o divórcio, adultério, violência doméstica, incesto, tráfico humano, aborto, que são causados por diversos fatores, entre eles, a globalização, mas o maior factor é a condição económica das pessoas que lhes obriga de passar uma vida imoral (cf. *Ib.* 71-

101). E adiantaram: «Temos de considerar que o fenómeno migratório como sinais do tempo, é um desafio para descobrirmos e valorizarmos as outras pessoas, enquanto formamos uma nova humanidade para anunciar o Evangelho da paz» (Ib.135).

Para reduzir os problemas acima mencionados, a teologia pastoral precisa de auxílios de outras ciências sociais para descobrir e responder às necessidades importantes da população urbana, segundo os desafios da globalização. Contudo, idealmente, é sempre difícil de encontrar especialistas em todas as áreas das ciências que possam ajudar para dar respostas tanto territorial e sobretudo espacial da sociedade urbana (cf. ALMEIDA, 2009, p. 197-198).

Mesmo assim, temos que recorrer alguns meios disponíveis para nos ajudar, já que, a cidade exige um novo paradigma de evangelização para poder responder às necessidades dos seus habitantes. Isto é, “com características mais inovadoras, mais atraentes e significativas” (EG 73), longe da perspectiva de pastoral das áreas rurais (cf. EG 75; COMBLIN, 2011, p. 9-10). Quer dizer, entrar num modo peculiar de pensar, métodos, linguagens viáveis adaptados à maneira de viver dos habitantes das cidades (cf. COMBLIN, p. 8). Deste modo, como diz o Papa Francisco, construímos uma Igreja em saída e do bom samaritano para responder aos desafios das suas ovelhas (cf. EG 75).

Portanto, é mesmo um grande desafio para a Igreja de Díli, sobretudo, nos ambientes urbanos de pensar as estratégias de uma pastoral que seja integral, de descobrir os problemas prioritários, tanto no âmbito pastoral, como geral e de procurar soluções compreensivas em cooperação com diferentes organismos, tanto da sociedade civil, como do governo para minimizar os problemas existentes nos nossos meios urbanos. Tendo em conta que, a preocupação tanto do estado, da sociedade civil e da Igreja é a pessoa humana que deve viver com uma condição digna como ser humano (cf. Ib. 207).

1.2.2.2.8. Pastoral orgânica e de conjunto

Tratando de pastoral orgânica de acordo com à nossa realidade, ainda estamos em transição como aludimos acima, quando tratámos da evangelização de transição. Isto é, não estamos totalmente numa pastoral centralizada onde há

uma só voz de comando e o resto é apenas executor. Por outro lado, não estamos seguindo totalmente os ensinamentos do Vaticano II e os atuais documentos que tratam da evangelização, de uma pastoral orgânica e de conjunto. De modo que, precisamos de um processo de conversão, de uma mentalidade de fazermos tudo sozinhos na missão da Igreja, sobretudo, no que toda à evangelização. Pois, esse modelo de evangelização apresenta algumas limitações em termos quantitativos e qualitativos. Não só isso, mas também paraliza a participação de outros membros do Povo de Deus, que são os leigos, visto que, é uma exigência da sua vocação e missão, de acordo com o seu batismo e segundo o mandato do Senhor (cf. Mt 28,19).

Vendo tantos desafios que estamos enfrentando, hoje em dia, precisamos de uma pastoral orgânica mais diversificada, mediante as diversidades de dons e carismas dados pelo Espírito Santo a cada pessoa. Desta maneira, é muito importante, o envolvimento de religiosos e sobretudo de leigos. Eles são uma força viva e riqueza para a nossa Igreja particular, sobretudo nas nossas paróquias, desde que, cada um com os seus dons, habilidades e à sua maneira, contribui para a missão evangelizadora da Igreja por meio do seu testemunho da vida profissional e na participação direta na missão de Cristo. Não há espaço para a uniformidade na Igreja, mas as diversidades de dons e carismas para a complementaridade para o bem da Igreja e da sociedade humana (cf.ChL 20). Desta sorte, “tudo o que distingue não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço” (Ib. 20).

Para que cada um não faça aquilo que vem à cabeça, ou improvisadamente, é preciso um plano pastoral de conjunto com o envolvimento de todo o Povo de Deus no processo de planificação, implementação e avaliação. Este assunto, abordaremos no último capítulo deste trabalho e falaremos mais detalhadamente. Em relação à pastoral orgânica e de conjunto, pode ser que no desenvolvimento de teologia pastoral, tivesse usado esses termos, contudo, os termos em si foram usados sistematicamente na conferência dos bispos de CELAM, em Medellín no ano 1968, como aplicação dos ensinamentos do Vaticano II (cf. MEDELIN, 1968).

O uso dos termos “pastoral orgânica e de conjunto”, têm as suas bases históricas e teológicas, e estão intimamente relacionados com a eclesiologia de comunhão do Povo de Deus que tinha origem no povo de Israel e tornou-se atual no Vaticano II. A comunhão com Deus e comunhão de todos os cristãos entre si (cf. LG 6) e com o género humano (cf. ChL 19 ap. LG 1).

A comunhão do Povo de Deus na pastoral ou melhor, na evangelização com carácter missionária, tanto à nível diocesana, paroquial como nas comunidades, é uma das exigências do Vaticano II. Porque falando do Povo de Deus, compreende-se todos os fiéis batizados, por isso, têm toda a obrigação de assumir os três múnus, de profeta, sacerdote e rei de sair para anunciar o Evangelho de Jesus Cristo.

Obviamente, a missão de anunciar não é só de alguns membros, contudo, cabe a todos, de modo que, no plano de pastoral, deve ser feito em conjunto para se sentirem esse sentido de sinodalidade, corresponsabilidade e solidariedade na ação, como membros ativos. Naturalmente esta cooperação segundo o modo de cada um ou uma, de acordo com o carisma de cada membro do Povo de Deus, como acabámos de expor (cf. LG 30).

Nesta comunhão no planeamento participativo de pastoral, há possibilidades de gerar um conhecimento mútuo, criar uma certa afetividade e solidariedade entre os membros, como o caso da Igreja Primitiva (cf. At 2, 42-45) e do caso de comunidade de Coríntio (cf. 2 Cor 8-9) em que sentia solidariedade para com a Igreja-mãe em Jerusalém (cf. Rm 15, 26).

Em contrapartida, vendo a realidade da Igreja de Díli, os ensinamentos do Vaticano II de comunhão do Povo de Deus, com diversidades de dons e carismas para a missão evangelizadora, ainda é um desafio que precisamos de renovar continuamente (cf. LG 8) para vivermos o espírito do Vaticano II, que atualmente

está atualizado na Exortação apostólica do Papa Francisco, *Evangelii gaudium*, de uma Igreja em “saída missionária” (EG 20).²¹

A nossa Igreja ainda é muito hierárquica, e centralizada como tínhamos mencionado e com isto cria muitas insatisfações e críticas das outras pessoas que veem para Díli e as gerações nova que foram estudar fora, como veremos um dos comentários: “ Depois de tantos anos sob ditaduras alheias ao país, agora querem mesmo ficar na ditadura que mais gostam ([...]) a da Igreja Católica” (cf. MAGDA, 12.05. 2005).

Naturalmente, segundo o nosso ponto de vista seja um exagero esta crítica. No entanto, é uma chamada de atenção para todos os membros da Igreja, para uma mudança de paradigma, de uma Igreja mais aberta onde se acentua mais a comunhão, as diversidades de carismas e ministérios e o pluralismo.

Considerações finais

Neste capítulo, acabámos de ver de forma geral a realidade sócio-cultural de Timor-Leste, que compreendem os fatores socio-cultural, histórico, económico, político e religioso, visto que indiretamente têm grandes impactos na fé dos nossos cristãos e sobretudo no seu aprofundamento. Pois, como tínhamos dito que, em princípio, os timorenses, antes da chega dos missionários, já acreditavam num ser superior, que é Deus, criador de todas as coisas.

Além disso, apresentámos, de forma geral que, embora as pessoas receberam o batismo, vão à Igreja e frequentam os sacramentos, principalmente nas grandes celebrações litúrgicas, porém, há uma forte tendência de recorrer ao “lulik” (sagrado), para oferecê-lo sacrifícios quando estão em dificuldades. Esta prática é muito natural para elas, embora aprenderam no catecismo que adorar

²¹ É interessante a reflexão do teólogo L. Boff sobre a Igreja em saída: de onde para onde? Assim resumimos os seus pensamentos: saída de uma Igreja-fortaleza para uma Igreja-hospital; de uma Igreja-instituição absolutista, centrada em si mesma, para uma Igreja aberta e dialogal; de uma Igreja-hierarquia, de desigualdades para o Povo de Deus, comunidade de irmãs e irmãos. Saída de uma Igreja-autoridade eclesiástica, distância dos fiéis, para uma Igreja-pastor, no meio do povo, com o cheiro das ovelhas. De uma Igreja-Papa e bispos que governam com um direito canónico rígido, para o bispo de Roma que preside com caridade(cf. BOFF, 03.07.2015).

“ídolos” é pecado. Este problema, está muito relacionado com o método da nossa evangelização e o outro factor é o processo de inculturação, como tínhamos tratado.

Em relação à nossa Diocese, apresentámos os desafios de ordem sócio-culturais, isto é, externas que têm influência na nossa Igreja no ponto de vista pastoral, como a globalização do mundo moderno. Em seguida, as maneiras, como mantermos os nossos valores culturais que são positivos. A pobreza causada pelos longos anos debaixo do colonialismo e a corrupção que consideramos como uma praga, embora de boa-fé temos a esperança de combatê-la. O desafio da cultura urbana, a secularização, o pluralismo cultural e cuidado da nossa casa comum.

Além dos desafios externos, a Igreja de Díli está enfrentando outros desafios que estão intimamente ligados com a evangelização. De uma Igreja autorreferencial para uma Igreja do Povo de Deus. De uma pastoral de conservação de carácter sacramental para uma evangelização segundo os ensinamentos do Vaticano II, onde todo o Povo de Deus possa participar segundo a sua vocação e missão. Uma evangelização que é integral e transformadora onde engloba a pessoa toda e toda a humanidade. Por isso, uma das exigências é a pastoral de conversão para uma Igreja em saída à busca das ovelhas e além disso, estabelecer diálogos ecuménicos e inter-religiosos, de reconhecer os valores positivos e salvíficos nas outras religiões e os elementos positivos da sua espiritualidade.

Há uma necessidade de dialogar com as culturas e sobretudo de estar aberta para receber os seus elementos positivos para o processo da inculturação. Como diz: “ A Igreja precisa de incarnar o Evangelho na nossa cultura e simultaneamente introduzir os povos com as suas culturas na própria comunidade, transmitindo-lhes os seus próprios valores, assumindo o que de bom há nelas e renovando-as a partir de dentro” (RMi 52). Além disso, um dos desafios que estamos enfrentando é estudar as modalidades de evangelizar as cidades que têm as suas fisionomias próprias e exigem respostas adequadas. Para isso, temos que nos sentar juntos como membros do Povo de Deus nos processos de planeamento até a sua execução e avaliação. Naturalmente, cada

um segundo o carisma que o Espírito Santo lhe concede para o bem da Igreja (cf. 1Cor 14).

Vendo a realidade da nossa Igreja em confronto com os desafios que acenámos acima, precisamos de uma Igreja como Mãe e Mestre, com um coração de mãe, que testemunhe a misericórdia de Deus através das suas linguagens e dos seus gestos, como sinal da expressão da fé e do amor à Jesus Cristo, seguindo os seus exemplos. Por outro lado, no modo de ensinar, mostrar a solicitude maternal para com todos, sem exceção e ter especial cuidado para com os pobres e os mais fracos, a quem o Senhor enviou-lhe para evangelizar, como principal interlocutor da sua missão (cf. CD 13).

CAPÍTULO II

A IGREJA QUE QUEREMOS SER NA DIOCESE DE DILI, SEGUNDO A RENOVAÇÃO DO VATICANO II

Neste capítulo e no terceiro, queremos apresentar o ideal, como ponto da chegada da Igreja de Dili à luz da renovação do Vaticano II. Isto significa, abandonar os traços da eclesiologia pré-conciliar, para uma nova configuração da Igreja, como acabámos de mencionar, que é de Povo de Deus baseado no sacramento de batismo. Consequentemente, gera comunhão e igualdade de dignidade entre todos os membros do Povo de Deus, superando o binômio de clérigo-leigo para à comunidade-ministérios. Uma Igreja que quer criar unidade com as outras Igrejas e Comunidades cristãs, outras religiões não cristãs e com o mundo em geral para poder servir para à humanidade (cf. PAULO VI, 07.12.1965).

Isto significa que, a Igreja de Dili, procura dar respostas aos problemas atuais em que está enfrentando, segundo as orientações dos documentos atuais da Igreja, de usar linguagens novas adaptadas aos homens e às mulheres de hoje, isto é, descobrindo novas vias, no ponto de vista pastoral. Por isso que, a nossa Igreja tem de esforçar-se para ler os sinais dos tempos, com o intuito de envolver-se com o mundo (cf. GS 1), como ela tinha feito ao longo da sua caminhada histórica e como dizia o Papa Francisco aos bispos de Timor-Leste, na altura da visita *ad limina*, “*de anunciar o Evangelho de modo integral mesmo quando vai contra correntes defendendo valores que ela recebeu e a que deve permanecer fiel*” (PAPA FRANCISCO, 17.03.2014). De modo que, o cristianismo torna-se mais ativo e marque a sua presença mais determinante para a vida do Povo de Deus na nossa Igreja de Dili e para com o nosso país.

Em confronto com o contexto da nossa Diocese, tínhamos visto que, há tantos desafios que ela está enfrentando. No ponto de vista sócio-cultural, englobam a globalização, cultura autóctone, a pobreza, a cultura urbana, a secularização, o diálogo intercultural e o cuidado da casa comum. Além disso, os desafios religiosos-eclesiais, que nos exigem uma fiel renovação, segundo os ensinamentos do Vaticano II, de uma Igreja em saída como Povo de Deus, para

um anúncio explícito às famílias, sem renunciar uma evangelização integral. Estabelecer o diálogo ecumênico, inter-religioso e inter-cultural e também com outros organismos existentes na nossa Diocese, nomeadamente, o governo e o estado. Somos a maioria em número, como católicos, todavia, na vida eclesial e profissional não mostramos como cristãos convencidos. Por isso, emprestamos a palavra do Papa João XXIII, em que insistiu de fazer uma renovação ou melhor “aggiornamento”, no interno da nossa Igreja.

A renovação que vamos fazendo em relação à nossa identidade como Igreja, naturalmente, está baseada na eclesiologia do Vaticano II, que é o Povo de Deus. Para isso, temos de pôr em consideração alguns elementos importantes, como a nossa igualdade como Povo de Deus, graças ao sacramento do batismo para assumirmos os três múnus de profeta, sacerdote e rei. Por outro lado, o Espírito Santo concede diferentes carismas a cada membro, desta maneira, estamos conscientes que há diversidades de funções, contudo, todos se complementam mutuamente para servir o Povo de Deus e a missão de Jesus Cristo.

A nossa identidade, fundamenta-se na Santíssima Trindade, que é um só Deus, mas são três pessoas, cada uma com a sua missão e agem na unidade e comunhão entre elas e a graça da comunhão torna-se concreta através do Povo de Deus, para que este possa responder as “alegrias, os sofrimentos e as preocupações do mundo” (GS 1). Desta maneira, há uma necessidade de uma constante conversão, de todos nós, partindo dos que têm poder de dirigir o Povo de Deus e em seguida os fiéis leigos, para sermos fiéis à nossa vocação e missão à evangelização (cf. BRIGHENTI, p.2). Esta é realmente as exigências do Vaticano II e dos documentos pós-conciliares.

Por conseguinte , temos de refletir sobre a nossa vocação, segundo o exemplo de Jesus Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida pelo mundo (cf.Mt 20, 28). Deste modo, podemos estar conscientes que, precisamos de fazer a nossa renovação, para que a nossa maneira de ser, de agir, de relacionar-se e trabalhar segundo o nosso Mestre. De uma Igreja pobre para os pobres. Pelo contrário, os nossos cristãos vão afastando-se de Igreja, pois, ela não é acolhedora e misericordiosa. Atualmente há alguns cristãos que

começam a optar por outros novos movimentos não católicos, que melhor respondem às suas necessidades e outros que vêem o nosso catolicismo já não é significativo para eles, de modo que, já não responde os seus desejos mais profundos, por conseguinte, tornam-se apáticos.

Portanto, o Vaticano II ilumina-nos de fazermos renovação para uma abertura no interno da nossa Igreja, retomando o conceito do Povo de Deus, que foi esquecido durante longos séculos. Por outra parte, abrimo-nos às outras religiões, com uma atitude de humildade para dialogar e cooperar com todos para um desenvolvimento humano integral rumo ao Reino do Pai (cf. GS 32;39).

Por isso que, o fruto dos ensinamentos do Vaticano II é norma, linha de orientação e o ideal para a nossa Diocese, de procurar orientar-se em consideração à nossa realidade cultural, para que a nossa identidade como Igreja continue a manter-se no nosso peregrinar rumo à escatologia.

2.1. A Igreja em Díli antes do Vaticano II

Nos tempos anteriores ao Vaticano II, a nossa Igreja de Díli, em que engloba todo o Timor-Leste, Diocese única, como tínhamos visto no capítulo anterior, sobretudo, à hierarquia não proclamou abertamente os traços da Igreja daqueles tempos. Porém, como falaremos em seguida, ela recebeu uma formação, no ponto de vista teológico, espiritual e pastoral, própria da teologia escolástica e por isso, tinha grande influência nela, que se notava na sua visão da Igreja e do mundo na teologia e sobretudo na pastoral que era monolítica e centralizada. Por isso, inconscientemente, tinha herdado os valores que vamos falar em seguida.

2.1.1. Traços da eclesiologia pré-conciliar

O modelo da eclesiologia que tínhamos vivido e aplicado em Timor-Leste, antes do Vaticano II, de certeza, não era diferente do modelo que a Igreja tinha adotada noutras partes do mundo, pois, a formação da hierarquia não saía do escolasticismo. Visto que, vendo a realidade do nosso contexto, pode-se justificar aquilo que acabámos de expor. Os traços do Vaticano I era a continuação de Trento, em que acentuou demasiadamente uma Igreja com estas

três características fundamentais: “o clericalismo, o centralismo e o espiritualismo” (AMARAL, p. 6).

A Igreja tinha uma imagem de si como uma sociedade perfeita, que tinha todos os meios necessários, como a única responsável para a salvação das “almas”(cf. RAMOS. 1999, p. 128). Além disso, com uma estrutura hierárquica rígida e de forma piramidal, o qual no cimo estava a hierarquia e em baixo estava o resto, que eram compostos de leigos e religiosos. A relação entre eles era de comando e de obediência. Isto significava que, não havia diálogo entre os membros da Igreja, porque a hierarquia foi influenciada pelos monarcas daqueles tempos e por isso, criou uma Igreja de *societas inequalis*, como dizia o Papa Pio X (cf. lb., p. 127-129; GAILLARDTZ, An interview, 2016) .

Numa estrutura como esta, as leis e as normas tinham funções muito determinantes para pôr ordem às pessoas, pois desobediência à lei, significaria, um grande perigo para as pessoas e se for de matéria grave, contrária às normas e as verdades da Igreja, eram consideradas como anátemas/excomungadas. De modo que, o mais importante era o poder de governar, comparado a uma sociedade absoluta, independente, com todos os poderes, legislativo, judiciário e coercivo, com traço de uma assembleia dum reino, como do povo romano, França ou qualquer República daquele tempo.

Realmente a Igreja tinha um braço de ferro, tanto dentro, bem como fora dela. Ela era vista como uma “sociedade desigual”, como aludimos. Estava totalmente centralizada no Papa, na cúria romana, nos bispos e não valorizavam os cristãos leigos. Desta maneira, criava uma certa passividade da parte dos leigos e religiosos e como consequência, faltou responsabilidade dentro da Igreja, pois tudo era feito por medo e obediência cega (cf. RAMOS).

Assim, a Igreja, ao longo dos séculos criara para si mesma uma imagem de que “fora da Igreja não há salvação”(extra Ecclesiam nulla salus), pronunciado, inicialmente, pelo são Cipriano, no século III e em seguida tornou-se um refrão

para a Igreja católica ao longo dos séculos²² e foi abandonado depois de claras afirmações do Papa Pio XII, em que dizia:

Desejamos também que essas orações abracem com ardente caridade tanto aqueles a quem não raiu ainda a luz do Evangelho, nem entraram no redil seguro da Igreja....Os que não pertencem ao organismo visível da Igreja católica, como sabeis, veneráveis irmãos, confiamo-los também, desde o princípio do nosso pontificado, à proteção e governo do alto, protestando solenemente que a exemplo do bom pastor tínhamos um só desejo: “ que eles tenham vida e a tenham em abundância”(PIO XII, *Mystici Corporis*,1943,99-100).

O Papa acima procurou apresentar a Igreja, não como uma sociedade visível, contudo, como o Corpo Místico de Cristo. Tinha uma orientação mais bíblica do que dogmática. Mais tarde, o Vaticano II apresentou-a claramente com características mais bíblica e patrística (cf.GAILLARDETZ E CLIFORD, 1990, p.94), sobre a possibilidade de salvação mesmo para os que não são batizados e não pertencem visivelmente a Igreja e até para os que “não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida reta” (cf. LG 16; GS 22)²³.

Para defender a sã doutrina, a Igreja preocupou-se de preparar os futuros candidatos ao sacerdócio nas casas específicas de formação que era o “Seminário”, para que os futuros obreiros da Igreja, tivessem uma mentalidade e preocupação de “salvação de almas”. Tinha grande consideração para com a formação espiritual dos seminaristas para que estejam mais convencidos da sua opção, e inculcá-los uma sã formação teológica com uma estrutura escolástica e naturalmente, com um tom mais apologético, segundo as exigências da Igreja daqueles tempos (cf. LIMA, 2009,p.60).

Além disso, com a imagem de sociedade perfeita, criara uma separação nítida entre a Igreja, o mundo e os estados. A primeira era a única depositária de salvação, como mencionámos, por isso, quem quiser ser salvo, tinha que ir ao

²²As declarações da Igreja católica sobre esse ensinamento foram repetidas por inúmeros santos e Padres da Igreja, durante séculos desde S. Ireneu (morto em 202 dC), Orígenes (morto em 254 dC) e S. Cipriano (morto em 258) à S. Tomás de Aquino (morto em 1254) e o Papa Bonifácio VIII em 1302.

²³ Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *O Cristianismo e as Religiões*, Vaticano, 1997,no.10.

seu encontro e fazer parte dela aderindo-a como membro (cf. RAMOS, p.128). Deste modo, a Igreja tinha um caráter exclusivista e fechada.

Portanto, a Igreja católica daqueles tempos, anteriores ao Vaticano II, tinha uma atitude triunfalista. Identificava-se com Cristo e com o Reino de Deus (cf. Ib.), de maneira que, as suas estruturas e organismos estavam mais marcados com o caráter divino do que humano, esquecendo-se de que os seus membros eram compostos de santos e pecadores, como ensina o Vaticano II.”([...]) a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação” (LG 8 ; cf. UR 6).

Como consequência, a eclesiologia jurídica da “sociedade perfeita” deu cor à Igreja até ao período antes do Papa Pio XII e este com a encíclica, *Mystici Corporis*, procurou superar a eclesiologia mencionada para entrar num novo paradigma da eclesiologia onde todos os cristão, os que obsevavam os “conselhos evangélicos”, bem como os que, “vivendo no século” eram convidados para participar na missão de Cristo (cf. MC 17).

2.1.2. O modelo de evangelização

Como tínhamos visto no capítulo anterior deste trabalho, os missionários entraram cá em Timor no ano 1516, mas a sua presença não foi muito sentida pelos timorenses, por causa do seu reduzido número e além disso, Portugal estava muito distante de Timor. Para resolver o problema de pessoal missionário, a partir dos fins do século XIX, o bispo Dom António Joaquim Medeiros, que governava as Dioceses de Maucau e se responsabilizava da missão de Timor, pensou em dividir o território em duas missões centrais, que se chamariam por vicariatos: a de Norte, com a sede em Lahane, Díli, e o clero secular seria responsável pelo cuidado pastoral. Na Costa Sul, o bispo pensou em entregar aos jesuítas, com a sede central em Soibada.

O bispo faleceu e o plano não foi realizado. Finalmente em 1899, o seu sucessor, Dom José Manuel de Carvalho levou àvante o seu plano, deste modo, em 1900, conseguiu dividir a missão de Timor em dois vicariatos. O bispo e os jesuítas assinaram um contrato em Portugal e em seguida, enviaram dois jesuítas

que chegaram em Timor no dia 07 de setembro e foram todos colocados em Soibada (cf. *Ib.*, p. 9). Depois, vieram mais outros tantos e a missão estava em vias de florescimento. Abriram internato em Soibada, escolas e obras pastorais naqueles arredores e batizaram muitas pessoas.

Infelizmente naqueles tempos havia tantos conflitos internos e externos. O primeiro conflito que teve grande impacto na missão de Timor foi no ano 1910, em que o governo português foi proclamado república em Portugal (cf. BELO, 2010, p. 4). Esse governo era maçónico e anti-clerical. Por isso, a primeira coisa que fez, foi atacar a Igreja católica em Portugal. Alguns meses mais tarde, o governo de Timor recebeu ordens de Lisboa, e no dia 23 de dezembro de 1910, os jesuítas e as Irmãs canossianas foram expulsos de Timor (cf. *Ib.*, p. 12).

O governo confiscou todos os edifícios utilizados pelos jesuítas e canossianas (cf. *Ib.*, p. 13). Com isso, houve grandes consequências negativas, pois a evangelização enfrentou os seus retrocessos, devido à diminuição drástica de pessoal missionário. Os dois centros tinham de ser unificados novamente. Isso significaria um novo reajustamento de pessoal. E os jesuítas só regressaram para Timor no ano 1958, depois de 48 anos da sua expulsão (cf. *Ib.*, p. 15).

Essa situação criou grande desgosto ao povo, sobretudo aos dirigentes da população, que eram os régulos, assim, fizeram revolta contra os portugueses, como o caso de Manufahi:

A expulsão dos padres e irmãos Jesuítas e das Irmãs Canossianas em 1910, criou descontentamento na sociedade timorense, especialmente nos círculos dos régulos indígenas, e contribuiu para que alguns deles se revoltassem contra os Portugueses. A célebre revolta de Manufahi de 1911 era uma das consequências da mudança do regime monárquico para o regime republicano (*Ib.*, p.15).

O segundo catástrofe, digamos assim, que paralisou totalmente a missão evangelizadora em Timor foi a Segunda Guerra Mundial, com a presença dos japoneses que ocorreu desde o ano 1942 à 1945. Alguns padres foram mortos e outros torturados (cf. BELO, 2016). O Administrador Apostólico de Díli, alguns padres e Irmãs refugiaram-se na Austrália. Não só isso, contudo, havia grandes rivalidades entres os timorenses, porque, alguns apoiavam os japoneses e outros alinhavam-se com as tropas australianas. Como consequências disso, cerca de

100.000 pessoas morreram ou desapareceram, algumas torturadas, abuso sexual da parte dos soldados japoneses, etc. (cf. Ib.).

Depois da guerra, o governo e a Igreja fizeram uma avaliação sobre os danos da guerra e viram que Timor foi destruído completamente no ponto de vista de estruturas físicas, como as casas, estradas, pontes, portos, plantações, agricultura, etc. Dom Jaime Garcia Goulart, o primeiro bispo residente de Timor foi ordenado em Sidney, Austrália no dia 28 de outubro de 1945. Antes disso, Timor pertencia a Diocese de Macau. (cf.Ib.). Segundo o seu relatório, quatro sacerdotes foram mortos, a Diocese perdeu 70 edifícios, nomeadamente igrejas, capelas, edifícios de escola, residências dos padres e 4000 cristãos foram mortos ou desaparecidos.

No fim da guerra, tínhamos que começar de zero, tanto da parte do governo, bem como da Igreja. O bispo tinha que reabrir a paróquia de Díli e as “missões católicas” no território, contando com um número muito reduzido de 11 padres (cf. Ib.). Porém, no ano de 1949, já subiu para 28 padres seculares, todos de origem português, 5 salesianos, 23 Irmãs canossianas.

A evangelização que os missionários exerciam, era dirigir escolas, pois a educação em Timor, no tempo dos portugueses, praticamente, foi desenvolvida pelos missionários, como meio de evangelização. Visitas às estações missionárias com áreas muito grandes para a administração dos sacramentos, ensinar a catequese, tratar dos doentes, imprensa, etc. (cf.FERNANDES, p. 27). A partir do ano de 1907, faziam resumo da história sagrada em tétum e português. Em 1927, já conseguiram fazer um breve catecismo de fórmulas dogmáticas em tétum (cf. BELO).

Naquele tempo só havia uma paróquia em Díli e o resto das presenças dos missionários chamava-se por “missão” e foi substituído com o termo “paróquia” só depois da entrada dos indonésios, a partir de 1986 em diante, mas gradualmente. Essa mudança era devido ao número de padres que aumentava graças às ordenações sacerdotais e outros padres que vieram da Indonésia, como a Sociedade do Verbo Divino (cf. BELO, 2017).

Assim, falando da situação da nossa Igreja de Díli ou melhor de Timor-português, antes do Vaticano II, como tínhamos descrito acima, que além de pequenos conflitos que surgiram entre os timorenses e com o governo português, sofremos dois grandes catástrofes que tiveram grandes consequências para a missão evangelizadora. Por conseguinte, a evangelização sofreu altos e baixos e com duas grandes quedas. Além disso, os missionários vieram de terras distantes e eram muito limitados em número, como vimos acima, por isso, trabalharam intensivamente. Tinham que percorrer áreas de grande extensão, geralmente de cavalos, algumas vezes à pé ou de carro, pois as estradas eram horríveis.

Com as guerras e constantes conflitos e o número reduzido de missionários, criaram impacto na extensificação e intensificação da obra missionária. De modo que, houve também impactos na qualidade da formação da fé dos timorenses e sobretudo na promoção e qualificação de agentes pastorais leigos e as vocações ao sacerdócio, Irmãs e Irmãos. Deste modo, como mencionámos acima, Timor sempre foi uma terra de “missão” (AG 6), pois, não reunia ainda as condições suficientes, como, o clero local (cf. lb. 16), formação de outros agentes pastorais, como os catequistas (cf. lb. 17), promoções da vida religiosa, etc. (cf. lb. 17). Consequentemente, mesmo com a chegada do Vaticano II, continuava a ser uma terra de missão. Era ainda um processo de implantação da Igreja “autóctone” (cf. lb. 6), com as razões acima mencionadas.

Precisamente, como vimos no primeiro capítulo que no ano de 1975, quando os portugueses saíram de Timor, ainda havia muitos que não eram batizados (cf. MOREIRA, 1976, p.12-13). E para compreender esse retardo, temos que entrar no contexto, vivê-lo para podermos estar à par das consequências da guerra. Esta gerou sofrimentos, pobreza, morte e cada pessoa procurou salvar-se procurando refúgios.

2.1.3. O modo de relação da Igreja com o mundo

Partindo da visão eclesiológica pré-conciliar, como tínhamos debruçado acima, sobre as suas fisionomias, de certeza, tinha também consequências na sua relação com o mundo. Deste modo, uma das características que sobressaía muito, era a sua preocupação dos assuntos espirituais, de salvar “almas”, por

isso, os nossos missionários trabalhavam incansavelmente, andavam de um lugar para o outro, com grandes sacrifícios para administrar os sacramentos, sem uma boa preparação dos catecúmenos (cf. BELO, 2016; SOARES, 2014, p. 12). Essa era a sua primeira preocupação. Pois estava fixa na mente dos missionários que, só a Igreja católica era a detentora de salvação. E da parte do nosso povo recebia-nos muito bem e não havia violências, pois estava convencido que finalmente os missionários trouxeram-lhe luz e salvação.

Com a visão dualista, à esfera temporal não entrava na lógica e preocupação prioritária dos missionários. Deste modo, muitas vezes havia abusos de direitos humanos da parte do governo, como fazer violência contra o povo, as injustiças ocorridas e pior ainda, massacres, como tinha acontecido no ano de 1959 e já tínhamos aludido no capítulo anterior, porém, os responsáveis da Igreja não abriam a boca. Porque, esse assunto não tocava à Igreja. Embora, os documentos sociais dos Papas, entre eles, Leão XIII, na sua Encíclica *Rerum novarum* (1891), Pio XI, *Quadragesimo anno* (1931) e João XXIII, *Mater et magistra* (1961) falavam dos problemas dos homens daqueles tempos. Contudo, os cristãos em geral e sobretudo, os agentes pastorais da Igreja, foram formados de tal maneira, que não estavam abertos aos problemas do mundo do seu tempo.

Além disso, no tempo dos portugueses, havia uma boa cooperação entre o estado português com a Igreja, por conseguinte, o primeiro fazia assistência económica ao clero, de facilitar as suas viagens, para as férias com as famílias no seu país, que se chamava “licença graciosa” e outras necessidades, desta sorte, havia uma boa colaboração entre a Igreja e o governo. Embora, temos de admitir que, a Igreja tinha um lugar muito determinante na educação dos timorenses, como tínhamos visto e noutras áreas sociais também.

Como tinha acontecido noutras partes, antes do Vaticano II, que não havia diálogo entre a Igreja e o mundo, isto é, com os homens do seu tempo. Assim também tinha acontecido conosco. A voz da Igreja, sobretudo, do bispo e dos sacerdotes, era a voz de Deus e tinha de ser cumprida e executada. Os nossos cristãos tinham muito medo de maldição, pois, eram capazes de surgir desastres para a família, como doença, e outros desastres. Hoje em dia as pessoas ainda

falam disso, visto que, para os timorenses a tradição oral de geração em geração é muito forte.

No que tocava a relação entre a hierarquia e outros cristãos, mesmo que seja os membros do governo, há esse sentimento de comando e obediência ou digamos, havia esse caráter de “sociedade de desiguais”. O padre era considerado o mais santo, mais sábio e por isso gozava de alguns privilégios na sociedade. Como por exemplo, ocupar os primeiros lugares nos encontros, bem tratados, etc. (cf. GUTERRES, 2016). E para nós os timorenses, ele estava mais associado com o sagrado “nailulik”(senhor sagrado), que tínhamos focado também no capítulo anterior. Por isso, tinha especial respeito, porque ele estava mais perto de Deus. Porque faltar respeito ao sagrado, poderia trazer más consequências, como desastres, doença e morte. O arquétipo que tínhamos formado no nosso íntimo era o medo da desgraça.

No início, quando pela primeira vez, os membros da Igreja protestante entraram em algumas partes de Timor, tiveram tantos problemas, eram perseguidos e até alguns membros eram maltratados, isto é, por sermos a maioria. Ou digamos, a religião oficial, por isso, fizemos violência contra eles, em nome de Deus. Já tínhamos esse conceito bem enraizado e tornámo-nos fanáticos, pensando que, só por meio do catolicismo a pessoa pode alcançar a santidade e salvação. As violências foram feitas pelos cristãos espontaneamente, pois receberam a doutrina e explicações, que o catolicismo era a única via da salvação (cf. SOARES, p. 14).

Como tínhamos mencionado, naquele tempo os timorenses eram um bom terreno para a evangelização, por estarem abertos ao catolicismo. Além disso, não houve violências fortes para passar de gentio ao catolicismo. Contudo, o que se notava era de abandonar os seus ritos anteriores, de mudar os nomes próprios de Timor para o nome português, que ainda até hoje se chama por “nome cristão”. Que na verdade, é nome português. Assim, podemos dizer que, os missionários não faziam distinção entre o Evangelho e os elementos culturais, mas nós tínhamos que ingerir todos juntos.

Consequentemente, vendo aquilo que tinha acontecido em Timor, antes do Vaticano II, nós não suscitámos uma coisa nova, porém, foi tudo fruto daquilo que tínhamos recebido, tanto da hierarquia, sobretudo, dos missionários, pois naquele tempo, a maioria dos sacerdotes veio de fora, principalmente de Portugal. Além disso, as atuações dos nossos cristãos foram todos frutos de uma visão teológica próprio do tempo. Deste modo, não havia liberdade para as pessoas de optarem por outra religião. Por outro lado, Portugal sendo uma nação católica, assim, contribuiu também para surgir algumas violências em nome de Deus (cf. FÜRST, 2006, p. 65-125).

2.2. A configuração da Igreja à luz do Vaticano II

Acabámos de ver no capítulo anterior e acima também que, de uma forma ou outra, a eclesiologia pré-conciliar teve grandes repercussões no nosso ser como cristãos e com isso, houve um grande impacto na nossa maneira de fazer, sobretudo no campo da evangelização, que ainda está em transição, como tínhamos acenado no capítulo anterior. Por isso, o Vaticano II vai fornecer-nos alguns elementos mais importantes no que toca o nosso ser, como Povo de Deus e a nossa relação *ad intra*, no interno da nossa Igreja e *ad extra*, como os nossos irmãos de outras religiões na nossa Diocese.

2.2.1. Lumen Gentium: uma nova autoconsciência da Igreja

Falando em concreto, da identidade da Igreja da Diocese de Díli, como Povo de Deus, deve retomar a eclesiologia do Vaticano II, como ideal, em concreto, a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, que fala da identidade da Igreja, em que os Padres sinodais consideraram como o “núcleo central”²⁴ ou “documento central” (BARAÚNA, 1965, Prefácio), donde em torno dela gravitam todos os outros documentos conciliares.

²⁴ Foi um termo usado pelo Cardeal Suenens no dia 4 de dezembro depois de apresentação da “Fórmula da Fé”, preparada pela Comissão pre-conciliar em que tinha um tom mais escolástico, em vez de uma apresentação mais pastoral, consoante a mentalidade contemporânea, em consideração que o depósito da fé é imutável. De maneira que o esquema foi rejeitado pelos Padres conciliares (cf. *Introduzionestorico-dottrinale sulla Costituzione Dogmaticasulla Chiesa*, 1965, p. 33-34).

Nesse documento, os Padres conciliares retomaram a teologia do Povo de Deus do Antigo Testamento na sua caminhada histórica rumo à escatologia (cf. LG 9 ; ROUSSEAU, 1965,p. 118-120; SEMMELROTH, 1965, p. 480-481). E no Novo Testamento, a carta de são Paulo, que fala da teologia do Corpo Místico de Cristo, (cf. Rm 9-11). Isto significa que, o tema do Povo de Deus foi central na Sagrada Escritura (cf. COMBLIN, 2002, p. 28-29). De modo que, a teologia do Povo de Deus do Vaticano II está em continuidade com a Bíblia, como acabámos de ver (cf. COMBLIN, p. 29; KLOPPENBURG, 1971, p. 41-44).

Há várias razões de usar os termos Povo de Deus: está de acordo com a teologia da Igreja, como história de salvação. Segundo, como dissemos acima, está de acordo com a Bíblia, que esse povo, segundo os comentários dos Padres da Igreja, era totalmente propriedade de Deus, pois foi eleito por Deus (cf. SEMMELROTH, p. 483). Terceiro, salienta o caráter visível da Igreja, sem descurar o invisível, que é o conteúdo. Quarto, há uma insistência do caráter comunitário, solidariedade e da responsabilidade de todos e que foi esquecido durante longos séculos da história da Igreja. Com isso, afasta a mentalidade do individualismo da salvação (cf. ROXO, 1967, p. 120-121).

O paradigma do Povo de Deus, é uma afirmação do primado absoluto das virtudes teologais sobre todos os laços jurídicos e visíveis (cf. Ib., p. 121), como diz a *Lumen Gentium*: “ ([...]) aprova a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente” (LG 9).

Além disso, o Concílio fala de um e único povo que deve estender-se a todo o mundo e a todos os tempos como sacramento universal da salvação. Ele é o sinal visível da realidade invisível, sem ligação com à origem de raça, de sangue, aos condicionamentos geográficos e políticos (cf. ROXO, p. 23). Porque, a sua missão é de pôr em ação a missão de Jesus, com os três múnus de sacerdote, profeta e rei, derivados do sacramento do batismo, como “significativas da posse plena de Cristo pelo Povo de Deus” (Ib.). Mesmo assim, se diferencie essencialmente do sacerdócio hierárquico não apenas em grau, mas também em essência (cf. LG 10).

Além de tratar da Igreja católica de pertencer ao Povo de Deus, a *Lumen Gentium* enumera os que fazem parte do Povo de Deus. Entre eles, além dos católicos, os catecúmenos, que explicitamente desejam incorporar-se na Igreja católica (cf. LG 14). Os nossos Irmãos cristãos de outras Igrejas e Comunidades cristãs (cf. LG 15). Os não cristãos, como os nossos Irmãos judeus, muçulmanos, e outros que ainda não chegaram ainda a um conhecimento explícito de Deus, contudo, procuram viver uma vida reta segundo à sua consciência (cf. LG 16). Este último, Rahner denomina-lhes por “cristãos anónimos”. Deste modo, a Igreja ora e trabalha com assiduidade para que toda a humanidade possa transformar-se em Povo de Deus, unido ao Pai, ao Filho no Espírito Santo (cf. LG 17).

Falando explicitamente do Povo de Deus, no ponto de vista da Igreja católica, é para criar equilíbrio entre as diversas categorias de fiéis no interior da Igreja, que com o batismo, todos são iguais em dignidade e fazem parte do Povo de Deus, e por conseguinte, a ênfase recai nos fiéis na sua totalidade. Depois disso que, pensamos nas diversidades de ministérios e carismas, sobretudo o carisma dos leigos, que foi esquecido ou negado durante longos séculos da história e tantos outros carismas. Todos são originados do mesmo Espírito Santo para o serviço da Igreja e da sociedade em geral (cf. LG 9 ; ROUSSEAU, p. 121).

A *Lumen Gentium*, ao debruçar do Povo de Deus, tem um paradigma muito abrangente, como apresentámos e ao mesmo tempo colocando segundo as categorias. Pois, regressou às fontes que são a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja, entre eles, como santo Tomás de Aquino, em que falava daqueles que estavam orientados para Deus e não receberam o Evangelho. Ou Eusébio de Cesareia que falava dos que não tinham conhecimento pleno de Deus, mas esforçaram-se de viver bem, segundo a sua consciência (cf. EUSÉBIO CESAREIA, *Praeparatio Evangelica*,1,1).

Como dizia o teólogo Roxo, perito do Concílio que, o Vaticano II teve uma vantagem muito maior, pois tinha esse esforço de apresentar o sentido autêntico da Sagrada Escritura, da Tradição apostólica e da teologia dos Padres da Igreja. Por conseguinte, teve uma visão mais ampla, de maneira que, foi denominado por esta categoria de “ refontalização ”(ROXO, p. 16). Assim, se diz: “A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor([...])” (SC

21). E adiantou: “([...]) juntamente com a sagrada Tradição, como regra suprema da fé([...])” (Ib.).

Portanto, a intenção do Papa João XXIII, de uma teologia do Povo de Deus, na realidade, poderia ser o povo dos pobres, como eixo da eclesiologia do Vaticano II, mas a maioria dos membros do Concílio não entrou bem no tema abordado, desta maneira, os pobres não foram os protagonistas e sujeitos do Povo de Deus (cf. DOMEZI, 2014, p. 25). Felizmente, os bispos da América Latina souberam interpretar o Vaticano II duma maneira mais autêntica nas suas Conferências em Medelin e Puebla, deste modo, conseguiram pô-lo em prática²⁵.

Alguns padres conciliares, os mais conservadores, encontrados na Cúria, queriam que o atual capítulo III, que é sobre a hierarquia, colocasse no segundo capítulo, contudo, depois de uma longa discussão, chegaram a uma votação e a maioria concordou que pusesse o Povo de Deus como o segundo capítulo de *Lumen gentium*, porque o objetivo do Concílio era de regressar às fontes e ao mesmo tempo, fazer uma urgente renovação pastoral, de acordo com a orientação eclesiológica atual (cf. *Introduzione storico-dottrinale*, p. 59).

Portanto, o Vaticano II é o ponto da chegada e o ideal da nossa Igreja em Dili, por isso, ele serve-nos como orientação como deveria ser a nossa identidade como Igreja dentro do nosso contexto e ao mesmo tempo em confronto com as ideias básicas que acabámos de debruçar, que deveríamos criar comunhão entre nós, pois sem considerar a missão específica de cada membro da Igreja, todos formamos um só através do sacramento de batismo. Além disso, temos que admitir que ainda precisamos de uma conversão contínua para chegar ao ideal, segundo as exigências da Igreja nos tempos atuais, de dar maior espaço aos nossos leigos (cf. EG 25).

²⁵ Praticamente, podemos dizer que, a maioria dos bispos e dos teólogos da América Latina tinha sido o promotor da concretização do Vaticano II no seu continente.

2.2.2. Igualdade em dignidade de todos os batizados

Como acenámos que, com o batismo, há uma igualdade em dignidade entre todos os membros do Povo de Deus e formamos um só com Deus Pai, Filho e Espírito Santo para alcançarmos a salvação, como diz :

Um só é, pois, o Povo de Deus: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (Ef. 4,5); comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa (LG 32).

Partindo deste princípio de igualdade entre todos os filhos e filhas de Deus, todos os fiéis, mesmo na nossa Igreja, sem distinção nenhuma, têm o mesmo direito e obrigação de governar a Igreja, desde que todos são iguais diante de Deus. Embora, os ministérios, os dons e os carismas nos vão fazer as distinções. Nesta perspectiva, podemos falar de comunidade eclesial, onde somos todos irmãos e irmãs, unidos em Cristo pela fé. As funções, são sinais distintivos de cada membro dentro da comunidade e que são secundárias, embora são importantes e necessárias para prestar serviço à comunidade, como Povo de Deus na sua peregrinação à escatologia (cf. BERNARDINO, 2012, p.30).

Esta visão contradiz com a tradicional, onde acentuou demasiadamente o lugar da hierarquia, com a centralização de todos os poderes, como tinha acontecido no passado e hoje em dia. De facto, a nossa Igreja em Díli ainda se está sentindo as suas consequências, como tínhamos falado no capítulo anterior e no início deste capítulo. Contudo, agora estamos limando a nós mesmos, para conformarmos com os ensinamentos do Vaticano II, na nossa maneira de ser, viver e trabalhar, embora temos de estar conscientes que precisamos de um processo, que nos exige tempo, paciência e abertura para à mudança, em benefício do Reino de Deus na nossa Diocese.

Julgamos que, se a nossa Igreja continuasse com uma estrutura piramidal rígida, contrária à Igreja, como Povo de Deus, que é uma imagem bíblica, não ajuda nada. Por isso, a metáfora *circular*, expressa melhor a sua imagem, pois, podemos reunirmo-nos e estabelecermos diálogo, mútua compreensão, caridade fraterna, apoio, deste modo, a missão de Cristo torna-se mais frutuosa, uma vez que criamos comunhão e solidariedade entre irmãos da mesma fé. Do mesmo

modo, há maior colaboração e coordenação no campo de evangelização entre o clero, leigos e religiosos segundo o carisma de cada um, no nosso testemunho e no nosso empenho (Cf. AA 23; FUELLENBACH, 2000, p. 57-58).

Aquilo que merece especial atenção no Vaticano II, no seu capítulo II de *Lumen Gentium*, é que este deu grande importância ao Povo de Deus, como tínhamos acenado acima. Obviamente, terminou na Igreja o conceito e a prática de uma sociedade de desiguais, como dizia o Papa Pio X (cf. GAILLARDETZ, An interview 2016). Pelo contrário, há um maior espaço de corresponsabilidade para todos os fiéis na missão da Igreja e não há membros passivos na ação pastoral, visto que, o Espírito Santo distribui dons e carismas para a unidade caracterizado pelo pluralismo, que é uma riqueza para a edificação da Igreja (cf. RAMOS, p. 97-98).

Podemos dizer que, o Concílio está exigindo-nos através dos seus ensinamentos, sobretudo, por meio do Papa Francisco para fazermos mudanças de paradigma em relação à eclesiologia, de reconhecer o laço comum entre todos os membros do Povo de Deus, mediante o batismo e como consequência, deu lugar para a promoção da dignidade aos fiéis leigos, para sua maior liberdade e responsabilidade na missão da Igreja, pela sua prudência e dedicação na missão de Cristo (cf. LG 37). Isto é, um reconhecimento da Igreja pelo carisma dos leigos para o bem da Igreja e da sociedade.

O Vaticano II abandonou o enfoque da visão hierárquica, centralizada, na sociedade de desiguais, preocupar-se de si mesma, para uma grande renovação nalguns aspetos da sua doutrina, na ênfase da sua estrutura, na relação e cooperação no seio da mesma Igreja, atitude e maneira de ver e apreciar as outras religiões e o mundo, sentir-se e participar nas alegrias e nos sofrimentos dos povos (cf. ALMEIDA, 2005). Ela abandonou a atitude apologética onde promoveu a dogma de anátema com o intuito de condenar, tanto os que estavam dentro ou fora da Igreja católica, uma vez que não seguiam ou contrariavam a doutrina dela (cf. PAULO VI, 1965).

Pelo contrário, a Igreja do Vaticano II promoveu uma atitude do bom samaritano do Evangelho, cheia de caridade e compaixão, expressa através da sua intenção de servir a humanidade:

A Igreja declarou-se quase a escrava da humanidade, precisamente no momento em que tanto o seu magistério eclesiástico como o seu governo pastoral adquiriram maior esplendor e vigor devido à solenidade conciliar; o ideal de serviço ocupou um lugar central (Ib.).

Na *Lumen gentium*, a estrutura da Igreja não mudou, manteve-se como nos concílios anteriores até ao Vaticano II, isto é, a estrutura hierárquica, segundo a intenção do fundador Jesus Cristo (cf. SUENENS, 1968, p.191). No entanto, a partir do Concílio, a sua ênfase não estava na hierarquia com uma estrutura rígida, como nos tempos anteriores, onde tudo estava centralizado na hierarquia. Mas, a ênfase estava no Povo de Deus, com uma postura “*circular e aberta*”. É por isso que, o Povo de Deus antecedeu ao capítulo da hierarquia da Igreja.

Circular, já falámos acima, por isso, vamos tocar na *aberta*. *Aberta*, significa que, pelo batismo, todos os cristãos são chamados para serem missionários, para viver e propagar a Boa Nova de Jesus Cristo onde quer que se encontrem. Por outro lado, a Igreja, Povo de Deus, pela sua natureza, está em constante peregrinação, naturalmente, precisa de renovação constante (cf. LG 8), para que a sua ação seja credível e acolhida. Essas são as expressões que sobressaem na eclesiologia do Concílio Vaticano II (cf. GALLO, 2006, p.46-48 ; SUENENS, Ib.).

Isto para dizer que, antes de falarmos das diferenças, baseando nos ministérios e carismas, que tudo concorrem para a missão de “serviço”, o Concílio quer ressaltar a importância do Povo de Deus. Como consequência do batismo, em que todos os fiéis assumissem os três múnus de profeta, sacerdote e rei para a missão de Cristo (cf. SUENENS, p. 30-31).

Quando emergem as diferenças por causa dos ministérios e carismas, deve-se pensar em função de “serviço”. Sobre os ministérios, a *Lumen Gentium* deixa claro que pela ordenação, a hierarquia tem o poder sagrado não para se gloriar ou dominar o Povo santo de Deus, como tínhamos aludido, mas a sua vocação está em missão de servir o Povo de Deus com os três múnus para que

este possa alcançar à salvação (cf. LG 18-19). Assim, o sacramento de Ordem está muito relacionado com o serviço.

Portanto, se a Igreja em Díli quiser ser fiel à Cristo e a sua missão evangelizadora, tem que conformar-se com a identidade do Vaticano II, que é Povo de Deus. Isto é, todos os membros, graças ao sacramento de batismo, são iguais em dignidade e formam uma comunhão, segundo os dons e carismas de cada membro, que constituem verdadeiramente uma riqueza para a nossa Igreja. E todos exercem a sua função para o bem da sua Igreja particular e da sociedade.

2.2.3. Uma Igreja toda ela ministerial

Os ministérios e carismas são dons do Espírito Santo, concedidos a todos os batizados para a edificação do Corpo Místico de Jesus Cristo, a fim de realizar a sua missão salvífica à humanidade (cf. LG 4). Pois como diz São Paulo: “A uns, Ele constituiu apóstolos; a outros, profetas; a outros evangelistas, profetas, doutores ([...]) para a edificação do Corpo de Cristo([...])” (Ef 4,11-13).

De facto, os ministérios e os carismas são dons muito variados. Uns recebem a missão de servir ou “diakonia” do Povo de Deus, mediante a ordem sagrada, para que possam “agir em nome de Cristo cabeça” (PO 2; cf. ChL 22). E segundo o Vaticano II, que esse ministério deve terminar no sacerdócio real de todos os fiéis (cf. LG 10; 28). Porque, o clero recebeu do Espírito Santo o dom específico para servir o Povo de Deus (cf. LG 18-19; 28 ; ChL 22).

Por isso, segundo a ordem na Igreja, na perspectiva de serviço, encontramos em primeiro lugar os ministérios ordenados, que são o papa, os bispos, os presbíteros e diáconos, que têm a grave obrigação de guiar o Povo santo de Deus, isto é, de servir a Igreja agindo na pessoa de Cristo Cabeça (cf. ChL 22 ap. PO 2). Eles são dons e vida para a Igreja, porque realizam a sua missão na participação do sacerdócio de Cristo que se diferencia não só em grau mas também em essência do ministério batismal do Povo de Deus (cf. LG 10).

Da parte dos fiéis leigos, devem reconhecer a absoluta necessidade desse ministério para a sua vida e para a missão da Igreja (cf. ChL 22). Desde que, os

fiéis leigos, com humildade, queiram viver uma vida digna como bons cristãos, assim precisam de sacramentos, como a Eucaristia, a Penitência, a Palavra de Deus e outros meios para a sua santificação, etc. Doutro modo, não sentem a necessidade dos ministros sagrados.

Além disso, para que os leigos possam tornar-se mais aptos de realizar a evangelização, cabe aos pastores de dar-lhes formação sólida no campo humano, segundo a sua realidade e contexto cultural de cada lugar. Na área espiritual, aprofundando as virtudes teologais de fé, esperança e caridade e testemunhá-las na vida. Uma sólida formação doutrinal que englobam a formação teológica, ética e filosófica (cf. AA 25; ChL 59-60). Em fim, a formação deve ser adaptada aos diversos tipos de pastoral no contexto cultural, isto é, uma formação inculturada e adaptada segundo os diversos âmbitos de apostolado (cf. SARAIVA, 2001, p. 108-119).

De maneira que, a questão fundamental para todos os membros da Igreja, mesmo na nossa, é de procurar criar equilíbrio e sobretudo, consciente da identidade e da missão de todo o Povo de Deus. De maneira que, tanto a hierarquia, como os leigos, devem estar sempre atentos e conscientes que, as suas funções são complementares e não são justapostas e ao mesmo tempo são necessárias para a edificação da Igreja e no anúncio do Evangelho (cf. 1 Cor 14,12). Embora, alguns são dotados de dons especiais e outros que não se sobressaem, porém, todos são originados do mesmo Espírito Santo, para criar unidade entre eles e ao mesmo tempo para o bem da comunidade no interno do Povo de Deus e da comunidade humana (cf. 1 Cor 14,1ss).

Consequentemente, numa instituição, concretamente, como a nossa Igreja, precisa de regras e organizações visíveis que são sinais sacramentais, como meios para a evangelização, como vínculo entre o visível e invisível. O mais importante é evitar a rigidez na aplicação e nas estruturas e por outro lado, os carismas têm de ser vividos no interno duma instituição, que precisa de apoio, promoção do espírito de discernimento, para que os fiéis possam viver segundo os seus carismas e desenvolvê-los para a evangelização da Igreja nos tempos atuais, naturalmente, de acordo com as orientações da Igreja (cf. BRIGHENTI, 2004, p.133-136).

Em relação com a nossa realidade, em que as áreas são grandes e algumas áreas que os padres não podem prestar assistência dos sacramentos aos domingos, sobretudo à Eucaristia. Mas por outra parte, os fiéis têm direito à Eucaristia, por isso, os pastores deveriam reconhecer e promover os ofícios e as funções dos leigos de conceder-lhes certos ofícios e funções que só cabem aos ministérios ordenados (cf. ChL 23). Neste contexto, devemos considerar como exigências das necessidades de pastoral, por isso que, os pastores delegam alguns ofícios e funções aos leigos que, “embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo o caráter de Ordem” (Ib.) e estão contemplados no Direito Canônico (cf. CIC 203&3) .²⁶

De facto, nos primeiros séculos, todos unidos, tinham exercido um papel importante na evangelização, porém, com o andar do tempo e sobretudo com o florescimento da religião cristã, que passou a ser a religião para a maioria da população no Império romano, aumentou a distância entre os leigos e os clérigos. Pior ainda, o termo leigo associava-se com o analfabetismo, deste modo, tornaram-se meros ouvintes e prontos para obedecer e executar as ordens. Por conseguinte, criou duas classes de pessoas no interior da Igreja e como consequência, criou também muitos conflitos entre os políticos e clérigos (cf. BASSINI, 2009, p. 109-110).

Outra vocação muito importante para o florescimento da Igreja, a partir de dentro, são os religiosos. É um dom especial para a vida e missão da Igreja testemunhando o valor do Reino dos céus pela sua radicalidade de viver o Evangelho. Além disso, para ajudar a obra salvífica de Jesus Cristo, de acordo com o seu carisma e a sua contribuição direta e indireta na Igreja particular nas áreas da evangelização (cf. LG 43). De maneira que, todas as vocações existentes que o Espírito Santo concede à sua Igreja têm caracteres de complementariedade, pois vêm da mesma origem e têm o mesmo objetivo (cf. IUVENESCIT ECCLESIA 8).

²⁶O CIC diz: “ Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como o de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o batismo e distribuir a sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito” (CIC 230&3).

Assim, em relação a vida religiosa, a hierarquia da Igreja recebeu o carisma de fazer o “discernimento sobre a autenticidade dos carismas, recebemos com alegria promovê-los de bom grado e acompanhá-los com uma paterna vigilância” (Ib.) . Temos de ter em consideração que, de certeza não há carismas que sejam simplesmente uma associação de voluntários para alcançar um certo objetivo.

Pelo contrário, os movimentos, as associações e os institutos religiosos que estão aparecendo ao longo da história da Igreja são atraídos pela beleza do Evangelho. São meios para que as pessoas possam aprofundar a sua fé, esperança e caridade para criar comunhão com Deus e comunhão com todos os membros do Povo de Deus e com a humanidade, através do seu testemunho de viver com radicalidade o espírito do Evangelho. Eles dão testemunho da beleza do Evangelho, através de uma vida alegre e radical que contagia e ao mesmo tempo anuncia-lo, deste modo, as pessoas podem ser atraídas para se entregar a Jesus (cf. EG 131). Como dizia o Papa Francisco na sua carta apostólica aos religiosos (cf. PAPA FRANCISCO, 2014, II,1).

O Espírito Santo está presente na Igreja e age nela para estabelecer harmonia entre os diferentes dons e carismas para o seu florescimento missionário e ao mesmo tempo eles seguem as diretivas dos seus pastores. Deste modo, mantém-se a comunhão eclesial, porque a comunidade eclesial é o melhor meio concreto em que Deus concede a sua graça e esta pode florescer. Por conseguinte, os fiéis juntos aprendam a reconhecê-la como sinal do amor de Deus para todos os seus filhos e filhas (cf. PAPA FRANCISCO, 2013; BRIGHENTI, Ib., p. 136-137).

Verdadeiramente, há uma necessidade urgente da coexistência entre dons hierárquicos e carismáticos para a vida e missão da Igreja de Dili, pois falando de leigos, estes são uma riqueza para a nossa Igreja, uma vez que queremos desenvolvê-los e dar-lhes responsabilidades (cf. CONGREGAÇÃO DA DOCTRINA DA FÉ, 2016, 10). Eles dão testemunho de Cristo na vida como bons cristãos, e são vanguardas na evangelização (cf. AA 6). O Papa Francisco também adiantou que, há uma reciprocidade entre a Igreja e a família: “a Igreja é um bem para a família, a família é um bem para a Igreja” (AL 87). E o atual Papa

relembrou aos bispos de Timor-Leste na altura da visita *ad limina* em que dizia: “Naturalmente não se pretende uma evangelização realizada apenas por agentes qualificados, enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações” (PAPA FRANCISCO, 17.03.2014).

2.2.4. Do binômio clero-leigos à comunidade-ministérios

Como tínhamos visto que, pela fé, através do batismo, tornamo-nos todos iguais em dignidade, pois formamos o Povo de Deus e todos participamos do *múnus* sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo na Igreja e no mundo (cf. LG 31). Assim, o Concílio não hesitou de fazer nenhuma diferença entre leigos e a hierarquia, mas todos nós formamos uma comunidade de fiéis para os ministérios da Igreja.

Em relação à missão evangelizadora dos leigos, o Concílio declarou que a sua missão tem um caráter de complementaridade com a de hierarquia, pois, além de dar testemunho do Evangelho no ambiente onde vivem e trabalham (cf. AA 5), porém, também são chamados pela vocação de anunciar Cristo explicitamente com palavras quer aos crentes para avivar e aprofundar a sua fé e não crentes para suscitar a fé em Cristo (cf. Ib. 6). Como tínhamos aludido acima que, hoje em dia, os leigos são a maior porção do Povo de Deus, e são mais expostos ao mundo. Deste modo, eles são mais viáveis de anunciar a fé que eles vivem através da nutrição da Palavra de Deus, na oração, nos sacramentos e nas obras de caridade (cf. SUENENS, p. 201-202).

Na perspectiva conciliar, a natureza da vocação laical tem duas dimensões: “procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus” ([...]). Isto quer dizer que, os "leigos são especificamente chamados para tornarem a Igreja presente e ativa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles, a Igreja pode tornar-se o sal da terra" (LG 31). Ou seja, o lugar próprio dos leigos, o seu primeiro "ministério", poderíamos dizer, é serem o "sal da terra" e "luz do mundo", testemunhando o Evangelho no seu trabalho, na sua família, nos âmbitos sociais, políticos, económicos e culturais em que se movem. Em breves palavras, construir o Reino de Deus no mundo (cf. SUENENS, p.200). Por outro lado, em comunhão com a

hierarquia, promovem o bem da Igreja, por meio de anúncio explícito e dar a sua contribuição para o bom funcionamento da Igreja à nível diocesana, paroquial e nas pequenas comunidades onde habitam.

Dar maior lugar aos leigos, não quer dizer que, a todos sejam confiados, de forma indiferenciada, os mesmos ministérios e serviços, porém, as diferenças inserem-se na lógica de tal comunhão orgânica e não em termos de direitos ou de maior ou menor dignidade. De facto, o mesmo documento resume que por vontade de Cristo, alguns sejam constituídos com funções especiais, mas tudo concorre para o bem do Povo de Deus (cf. 1Cor 12,7; 14,12), para edificar o Corpo místico de Cristo. Porém, quanto à dignidade, são todos iguais, e os leigos dão a sua contribuição para os pastores e doutores. Todos e cada um à seu modo, testemunham a unidade do Corpo místico de Cristo (cf. LG 32).

Mesmo assim, no ano de 1985, 20 anos depois do Concílio, no Sínodo dos bispos, estes fizeram uma avaliação sobre a implementação do Concílio, porém, chegou-se à conclusão de que este não foi propriamente implementado, por isso que, como fruto do Sínodo, o santo Papa João Paulo II emitiu o documento *Christifideles laici*, com o intuito de refletir sobre a vocação e missão dos leigos dentro da Igreja, para dar-lhe maior importância e lugar na missão de Cristo e ao mesmo tempo a sua missão no mundo atual, como acabámos de acenar acima.

Dada à recuperação e o lugar dos leigos na Igreja, os documentos atuais da Igreja estão a dar-lhes grande importância, porque com a secularização, há uma necessidade da Igreja para uma revisão da visão “eclesiocentrismo”, que quer dizer, uma Igreja onde a hierarquia, incluindo a nossa, tem uma mentalidade de centralizar todas as atividades em si, com um carácter clericalista, como diz o Papa Francisco:

([...]) o clericalismo. Esta atitude não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende a diminuir e a subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo. O clericalismo leva a uma homologação do laicado, tratando-o como “mandatário” limita as diversas iniciativas e esforços e, ousaria dizer, as audácias necessárias para poder anunciar a Boa Nova do Evangelho em todos os âmbitos da atividade social e, sobretudo, política (Carta do Papa FRANCISCO ao Cardeal M.Ouellet, 19.03. 2016).

Isto exige de todos nós, uma atitude de humildade e necessidade de contínua conversão, de superar todas as barreiras que dificultem à maior liberdade e responsabilidade dos leigos, para uma eclesiologia mais sinodal (cf. SARAIVA, p.27). Tendo em consideração que, o sacerdócio comum dos fiéis leigos e ministerial são complementares, mas orgânica, embora o sacerdócio ministerial difere em essência e em grau. Ambos, segundo a sua vocação participam no mesmo sacerdócio de Cristo (cf. LG 10), e diferem no modo como participam na missão de Cristo.

Os fiéis leigos e os religiosos procuram aprofundar o batismo a fim de fortificar a fé, a esperança e a caridade ao próximo, mediante a assistência do Espírito Santo. Enquanto a hierarquia, com o sacramento de Ordem está para servir os fiéis no interno do Povo de Deus (cf. LG 10; PO 2).

O Papa Francisco, nas suas intervenções, está insistindo na importância dos leigos como vanguardas da Igreja, por causa da sua missão de profeta, sacerdote e rei, que gera do batismo. Uma vez que, com o secularismo, as vocações religiosas e sacerdotais estão cada vez mais diminuídas de dia para dia, sobretudo nos países de antiga tradição cristã e nalgumas partes do globo, onde o secularismo está cada vez mais a se fazer sentir, há uma necessidade séria de todos, de repensar a identidade e a missão da Igreja. Os pastores comprometem-se de estar no meio do seu povo, apoiá-lo na fé, na sua formação teológica, espiritual e pastoral, abrindo as portas e trabalhando com o povo, refletindo e rezando com ele (cf. PAPA FRANCISCO, 2016).

Há, também, uma insistência do Papa de dar igual lugar às mulheres e aos homens com o intuito de pôr em prática o carisma que o Senhor lhes confiou, antes de tudo, através de testemunho de uma vida credível, como sinal de expressão da sua fé. Além disso, sem discriminação, dar maior espaço e importância à presença feminina na evangelização e nas outras atividades, sobretudo no, interno da Igreja (cf. ChL 51).

Porém, quase mais de meio século do Concílio, ainda continuamos a enfrentar o mesmo problema, mesmo na nossa Igreja de Dili, por isso que o atual Papa Francisco fez uma observação forte sobre a situação do laicado na América

Latina, ao cardeal Marc Quillet, como tínhamos visto no capítulo anterior. Confrontando com a nossa realidade, a observação dita é válida para nós também. Dar maior liberdade e iniciativas aos leigos, para que estes possam tornar-se sinais visíveis do sacramento da salvação de Cristo nos lugares e nas profissões ondem empenham.

De facto, estão surgindo movimentos de carácter laical, mesmo na nossa realidade, que estão trabalhando na Igreja e estes, geralmente têm um carácter pentecostal. Naturalmente, a hierarquia tem a função de reconhecer, acompanhá-los, apoiá-los e ao mesmo tempo de corrigir quaisquer erros, pois pelas nossas experiências e dentro do nosso contexto real, precisamos de acompanhar os movimentos laicais para não interpretar a Bíblia à letra e além disso, serem sempre fiéis as orientações da Igreja particular. Todavia sem ofuscar-lhes, pois temos que estar conscientes e admitir que o Espírito Santo trabalha em qualquer pessoa como quiser (cf.LG 37).

O Espírito Santo está presente na Igreja e age nela para estabelecer harmonia entre diferentes carismas e ministérios para o florescimento missionário da Igreja e de manter a comunhão eclesial, porque a comunidade eclesial é o melhor meio em que Deus concede a sua graça e faça com que esta possa florescer. Por conseguinte, os fiéis juntos aprendam a reconhecê-la como sinal do amor de Deus para todos os seus filhos e filhas (cf. PAPA FRANCISCO, 2013; BRIGHENTI, Ib., p. 136-137).

2.3. Uma Igreja em comunhão

“A eclesiologia da comunhão é a ideia central e fundamental nos documentos do Concílio”, como diz o santo Papa João Paulo II na sua exortação apostólica *Christifideles Laici* (cf.ChL 19) e esta comunhão não está na questão da estrutura da Igreja, mas da sua natureza, que é mistério, como dizia o Concílio, porque transcende todas as realidades e manifestou-se de uma forma visível no Filho de Deus feito homem (cf. LG 2; KASPER, 1989,p. 51). A comunhão não é só dentro da Igreja católica, como dizia o Papa João XXIII, mas também com as outras Igrejas, com as religiões não cristãs e com o mundo, como veremos em seguida:

Mais ainda, se considerarmos bem esta mesma unidade, obtida por Cristo para a sua Igreja, parece que brilha com tríplice raio da luz sobrenatural e benéfica: a unidade dos católicos entre si, que deve constituir exemplo perene; a unidade de orações e desejos ardentes, com os quais os cristãos separados desta Sé Apostólica ambicionam unir-se conosco; por fim, a unidade na estima e no respeito para com a Igreja Católica, por parte daqueles que seguem ainda religiões não cristãs ([...]) e consolida o caminho para aquela unidade do género humano ([...])”na qual a verdade reina, a caridade é lei a eternidade é a existência” (cf. JOÃO XXIII, Discurso na *Inauguração do Concílio*, 11.10.1962).

2.3.1. Uma comunhão *ad intra* e Igreja colegial

Falando da nossa comunhão *ad intra*, tencionamos tratar da nossa relação no interno da Igreja de Dili, pois, o novo conceito como Povo de Deus, chama-nos atenção e é como um desafio para podermos fazer mudança ou conversão para podermos estar conscientes que somos uma comunidade de irmãos e irmãs, que procuramos criar comunhão entre nós, sem nivelamento, desta sorte, tornamos uma força viva para anunciar o Evangelho no território de Dili. Desta sorte, em seguida, vamos ver essa comunhão em geral e entre os pastores e leigos.

2.3.1.1. Uma comunhão *ad intra*

Podemos ver no Evangelho de São João, aquilo que Jesus disse aos seus apóstolos: “ Eu sou a videira verdadeira e o meu Pai é o agricultor ([...]). Permanecei em mim, que Eu permaneço em vós” (Jo 15, 1.4). Na carta aos Romanos, São Paulo diz que os cristãos formam um só corpo, com a cabeça que é Cristo através do batismo (cf. 1 Cor 12, 1-29) e a outra e do Espírito Santo” (LG 4).

A Constituição *Lumen gentium*, documento eclesiológico, em que os Padres sinodais consideraram como o “núcleo central”²⁷, apresenta a Igreja como um mistério, isto quer dizer que, ela não é uma simples sociedade humana e visível com as suas estruturas, com diferentes funções e carismas, de leis e costumes. É um mistério, e este tem como fundamento no próprio Deus que é a comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que é uma comunhão Trinitária (cf.

²⁷ Foi um termo usado pelo Cardeal Suenens no dia 4 de dezembro depois de apresentação da “Fórmula da Fé”, preparada pela Comissão pre-conciliar em que tinha um tom mais escolástico, em vez de uma apresentação mais pastoral consoante a mentalidade contemporânea, em consideração que o depósito da fé é imutável. De maneira que o esquema foi rejeitado pelos Padres conciliares (cf. *Introduzionestorico-dottrinale sulla Costituzione Dogmatica sulla Chiesa*, 1965, p. 33-34).

GARRONE, 1965,p. 15-16). “ Assim, a Igreja toda aparece como ‘ um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Ib.).

Há tantas outras passagens que apresentam a Igreja com diferentes imagens como: redil, agricultura, construção de Deus, Jerusalém do alto do céu, o corpo de Cristo (cf. LG 6-7). Além disso, há passagens que indiretamente apresentam esse mistério de comunhão de Deus, na pessoa do seu Filho com os seus discípulos sendo Ele a cabeça. Visto que, com a fé no batismo, os fiéis professam a comunhão com Deus Trinitário e recebem o batismo com a mesma fórmula trinitária: “ Eu te batizo, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Com isto, os cristãos tornam-se um com Deus e incorporam-se na Igreja, formando um só corpo (cf. 1 Cor 12,13). Tornam-se em pedras vivas para a edificação dum edifício espiritual (cf. 1 Pe 2,5), assumindo as três funções, como já tínhamos mencionado acima, para servir uns aos outros na comunhão e a serem obedientes aos chefes da Igreja (cf. He 13,17 ;CCC 1267-1269).

O Concílio Vaticano II recorda-nos que esta comunhão da Igreja com Deus, é um mistério, próprio da Igreja, como nos recorda na famosa frase de são Cipriano: “ A Igreja inteira como ‘ povo consagrado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo’ ”. Em relação a este mistério de comunhão, muitas vezes os cristãos são lembrados através do sinal da cruz, tanto nas celebrações litúrgicas, nas orações particulares e como nas ações espontâneas.” Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

Na santa missa, o ministro ao fazer o sinal da cruz mencionando o nome de Santíssima Trindade, saúda os fiéis com as fórmulas da saudação do apóstolo são Paulo no início de algumas das suas cartas ou no final: “ A graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus nosso Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam convosco” (2 Cor 13,13).

Assim, a Igreja é mistério de comunhão dos fiéis, pela fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, através do batismo e como consequência, todos os membros formam um só corpo, que é a Igreja, novo Povo de Deus, em concreto na nossa Diocese e sobretudo nas nossas paróquias. Com isso, eles têm igual dignidade e cada um vive segundo o dom da sua vocação dentro da Igreja e na sociedade e

todos são chamados à santidade, segundo Jesus, Mestre e Modelo da santidade. Desta maneira, mudamos o nosso paradigma sobre a santidade, que não é monopólio de alguns grupos e indivíduos especiais no interno da Igreja, contudo, está em consonância com o convite de Deus e do mistério da encarnação que é para todos (cf. LG 39-42), como Jesus disse aos que O seguiam: “ Sede perfeitos, como é perfeito o vosso Pai celeste” (Mt 5,48). Naturalmente, a santidade que queremos alcançar tem de ser de acordo com a vocação de cada fiel, isto é, expressa-se de muitas maneiras (cf. LG 39).

De facto, a eclesiologia da comunhão como Povo de Deus não nasceu por acaso e nem tão pouco nasceu na aula conciliar, mas teve um longo processo de esforços e grandes sacrifícios para o renovamento da Igreja. Duma Igreja autcentralizada, para uma nova autoconsciência da Igreja. Isto é, de regressar às fontes e em confronto com a realidade hodierna, como diz :

L'ecclesiologia di comunione non nasce per caso all'interno del dibattito conciliare, né è frutto di una improvvisazione teologica, ma si afferma lentamente come il risultato del progressivo, laborioso e significativo rinnovamento teologico: biblico, spirituale, liturgico, pastorale, dogmatico, etico e storico-giuridico. Tra fattori interni ed esterni il dibattito conciliare si evolve a favore di una nuova visione della chiesa, legata essenzialmente ad una prospettiva trinitaria e misterica (SCOGNAMIGLIO, 2000, p. 25)²⁸.

Diz-se que a Igreja é mistério, pois ela participa na vida íntima do amor de Deus trinitário. De maneira que, ela é constituída pelos elementos humano e divino, doutro modo, ela se tornaria uma realidade meramente sociológica e psicológica. Antes pelo contrário, a Igreja aparece sempre como um povo unido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo (cf. LG 4; ChL 18).

Isto para dizer que, antes de falar sobre as diferenças, baseando nos ministérios e carismas, que tudo concorrem para a missão de “serviço”, a Igreja quer ressaltar a importância do Povo de Deus. A comunhão, como o laço que une todos os membros da Igreja através do sacramento do batismo e como

²⁸Esta visão da eclesiologia de comunhão foi já apresentada pelo teólogo C. Passaglia entre os anos 1812-1880, da Escola Romana que superou uma visão meramente sociológica da Igreja, graças à visão da Igreja como mistério, pelo A. J. Mohler. Além disso, o processo do renovamento, através de alguns movimentos, como antecedentes já tinha acontecido em todas as partes, sobretudo da Escola de teologia de Tubinga.

consequência, geram os três múnus para a missão de Cristo (cf. SUENENS,p. 30-31). Desta sorte, antes de tudo, deve-se falar da igualdade de dignidade entre os membros da Igreja. Isto significa que, com o batismo formamos um só com Deus Pai, Filho e Espírito Santo e ao mesmo tempo formamos um só Povo de Deus como diz:

Um só é, pois, o Povo de Deus: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (Ef. 4,5) ; comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa[...] (LG 32).

Podemos dizer que, a eclesiologia do Concílio fez uma grande reviravolta de reconhecer o laço comum entre todos os membros do Povo de Deus, mediante o batismo, conseqüentemente, deu lugar para a promoção da dignidade dos fiéis leigos, a sua maior liberdade, responsabilidade, na sua prudência e dedicação na missão de Cristo (cf. LG 37c). Isto é, um reconhecimento oficial da Igreja pelo carisma dos leigos para o bem da Igreja. Por outro lado, temos de reconhecer que, na vida prática, como tínhamos apresentado que o seu lugar e envolvimento na nossa Diocese e nas nossas paróquias, de acordo com o Vaticano II não estão ainda bem reconhecidos e implementados, como tínhamos aludido acima.

A comunhão da Igreja, Povo de Deus, *ad intra*, poderia tornar-se concreta na nossa Igreja particular que é a Diocese, onde as comunidades do clero, leigos e religiosos reunidas à volta do seu Pastor, como a cabeça da Igreja particular, com a assistência do Espírito Santo, poderiam viver num só coração e numa só alma, através de diálogos informais, espontâneos e encontros de fraternidade para estreitar os laços de comunhão entre eles. Desta sorte, tornam-se sinais e portadores do amor de Deus às outras pessoas, pelos seus testemunhos de unidade, de mútua cooperação e de caridade, como meios de evangelização. Pois, essa comunhão concreta é o testemunho do amor e da comunhão de Deus trinitário e a sua comunhão com a humanidade (cf.EAs 25).

2.3.1.2. Uma Igreja colegial

Como muitos têm comentado que o Vaticano II tem as suas limitações, pois não pode resolver todos os problemas e de facto, é verdade. Por outro lado, vendo o desenvolvimento histórico da Igreja como um todo, há outros que

consideram que, o Concílio foi o maior acontecimento para a Igreja católica, visto que, esta abriu uma história nova, dum novo ser e fazer da Igreja. Isto é, dum novo impulso de voltar para a Tradição viva da Igreja e ao mesmo tempo, como ler e interpretá-la no tempo atual, que se chama “aggiornamento” (JOÃO XXIII; cf. COMBLIN, 1985, p. 1).

Além do ar novo, acima dito, ele fez uma redescoberta da identidade do Povo de Deus, como um todo e a colegialidade constitui um elemento central da eclesiologia do Vaticano II. A colegialidade foi uma grande novidade na vida e na missão da Igreja, depois de tantos séculos ignorados, criando e desenvolvendo uma mentalidade e atitudes verticalistas no interno da Igreja (cf. KUNG, 1965, p. 119-152).

Falando do Povo de Deus, naturalmente, regressámos ao ponto comum de encontro entre todos os membros da Igreja, que é o batismo. “ Um só Senhor, uma só fé e um só batismo” (Ef 4,5), pois só com o batismo todos tornamo-nos filhos de Deus, irmãos em Cristo e santificados pelo Espírito Santo (cf. SUENENS, 1968, p. 29-30).

O sacramento do batismo é a porta, o início, o fundamento, que liberta o fiel do pecado para tornar-se filho de Deus, templo do Espírito Santo, com o intuito de participar na missão de Cristo e formar a Igreja (cf. CCC 1213). Ele é a raiz de toda a vida cristã, donde emanam todas as vocações, funções e carismas. Através do batismo podemos iniciar com os outros sacramentos e sobretudo como o fundamento da igualdade dos membros da Igreja. O batismo é um só, por isso, não há super-batismo e nem tão pouco grupos especiais com privilégios especiais também (cf. Gal 3,28). Por muito tempo tínhamos criado confusão entre a palavra “leigo” e “fiel”. “O Papa ou o bispo ou o padre não é um leigo, mas ele é um fiel, pelo facto que é batizado, por isso, é um cristão ” (SUENENS, p. 31).

Naturalmente, há diferenças entre indivíduos e grupos no interno do Povo de Deus baseando nas funções e carismas, mas temos que ter maior consideração como diz são Paulo, que todos os carismas e funções são para edificar o homem perfeito (cf. Ef 4,13). Este princípio aplica-se à hierarquia, aos leigos e aos religiosos que formam um só e a hierarquia está em missão de servir

o Povo santo de Deus e os leigos prestam a sua colaboração para a edificação da Igreja, como tínhamos acenado acima (cf. LG 32). Há uma colaboração mais orgânica e não é apenas uma cooperação no ponto de vista pastoral para o sucesso da evangelização e como uma expressão da natureza da Igreja (cf. SUENENS, p. 32-35).

Além da colegialidade do Povo santo de Deus em geral, baseando no sacramento de batismo, o Papa e os bispos também formam o colégio que se chama colégio episcopal. A origem desta colegialidade são os apóstolos, e eles são os seus sucessores, como diz: “Assim como, por instituição do Senhor, S. Pedro e os restantes Apóstolos formam um colégio apostólico, assim de igual modo estão unidos entre si o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos” (LG 22). A sua cabeça é o Papa, pois este é o sucessor de Pedro e os bispos são os sucessores dos apóstolos e esta união tem origem divina, por isso, tinha mantido ao longo da história da vida da Igreja (cf. SUENENS, p.76-77).

Como diz o Concílio que, pela sua natureza é uma herança transmitida pela Igreja ao longo dos séculos, a partir da Igreja Primitiva, tendo como bispo de Roma, o vínculo de unidade, de caridade e de paz. Apesar disso, nos concílios, sempre decidiam juntos nos assuntos de grande importância e nas eleições do novo sucessor de Pedro. E por isso que, o vínculo desse colégio, é a consagração episcopal, deste modo, o novo membro forma uma comunhão com a cabeça e com todos os outros membros espalhados pelo mundo inteiro (cf. LG 22).

Segundo o Concílio que, o colégio episcopal só tem autoridade enquanto unido ao Papa, como a cabeça do colégio, pois ele exerce o seu primado entre todos, por ser o sucessor de Pedro. Assim, este tem o poder de exercer livremente a sua função sem necessariamente com os outros membros do colégio, pois Jesus deu o poder à Pedro para ligar e desligar (cf. Mt 16, 16-19). Ele é o “sujeito do supremo e pleno poder sobre toda a Igreja” (LG 22). Por outro lado, Jesus concedeu também ao corpo unido à cabeça (cf. Mt 16, 18) o poder soberano de governar toda a Igreja universal. Eles têm a missão de ensinar, governar e santificar todas as nações (cf. Mt 18, 20). E temos de estar

conscientes que, Jesus não só mandou-lhes de ir anunciar, porém, Ele prometeu-lhes a assistência do Espírito Santo, que esteja sempre com eles, até ao fim dos tempos. Portanto, o Sumo Pontífice tem o cargo como Vigário de Jesus Cristo e ao mesmo tempo Pastor supremo da Igreja universal (cf GAGNEBET, 1965).

Esta doutrina de colegialidade tem também a sua expressão na colegialidade pastoral, que engloba toda a Igreja, por isso que, embora um bispo na sua jurisdição pastoral exercesse apenas uma porção do Povo de Deus que lhe é confiado, mas ele é um dos membros do colégio episcopal, sucessor dos apóstolos. De modo que, ele também é responsável para o bem da Igreja universal. Por conseguinte, ele tem a obrigação de promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum válidas para toda a Igreja. Do mesmo modo, promover atividades comuns que cabem a toda a Igreja. Neste ponto, podemos pensar na exortação do Papa Francisco de uma Igreja em saída (cf. LG 22).

Além disso, as Conferências Episcopais de cada país ou de cada região são expressões de espírito de comunhão entre os bispos, para refletir em conjunto as modalidades concretas de pastoral segundo as necessidades de cada região, país ou Diocese para pôr em prática o resultado das decisões tomadas pelo colégio em união com o Supremo Pontífice (cf. Ib.). Tudo isso, como expressões da comunhão do colégio. Em seguida, cada bispo com os seus fiéis reúnem-se para estudar os métodos concretos na sua aplicação no território da Igreja particular (cf. Ib.).

De facto alguns teólogos põem questão sobre os termos colégio dos bispos e comunhão eclesial, porque de acordo com as suas perspectivas, quando um sacerdote recebe a consagração episcopal, automaticamente, faz parte do colégio dos bispos e tem o poder sobre a Igreja universal. Mas não menciona nada o envolvimento da comunidade em que ele irá apascentar, no processo da escolha de tal bispo, pode ser que não tenha qualidades para tal Igreja. De modo que, debruçando da comunhão, poderia haver um processo de envolvimento da comunidade na escolha do seu bispo, visto que ele vai apascentá-la. No entanto, os Padres conciliares só viram na perspectiva de dignidade no seu aspecto funcional. O aspeto da comunhão que acabámos de mencionar torna-se secundário e assim, só menciona no fim de número 23. Não só isso, mas outro

ponto que foi silenciado, é o ministério do bispo de Roma, embora haja menções de “Romano Pontífice” e que se deveria traduzir por “Papa” (cf. LEGRAND, 2000).

Outro limite do Vaticano II, que este vê a colegialidade segundo o esquema binário mais estruturado do Papa e dos bispos, com a imagem de corpo e cabeça. Ironicamente, no agir, a cabeça pode fazê-la sem o corpo, diferente de outros corpos sociais. Por isso, com esse binômio é muito difícil de fazer reconciliação com as outras Igrejas, fora da Igreja católica, uma vez que a “catolicidade não se pode reduzir ao ministério episcopal e pontifício” (Ib.). Mas tem uma pluralidade de ritos, dos patriarcas, de Igreja, etc.

2.3.2. Em comunhão *ad extra*

O Vaticano II abriu um novo horizonte de criar comunhão não só no interno da Igreja católica, mas sobretudo, de abrir-se para o mundo exterior e estabelecer comunhão, antes de tudo, com os irmãos de outras Igrejas e Comunidades eclesiais. Este último foi um dos objetivos do Concílio, que expressara aquilo que o Papa João XXIII desejava: “Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II” (UR 1). E em seguida, acrescentou que a divisão entre os cristãos “contradiz abertamente a vontade de Cristo” (Ib.).

Primeiramente, para criar comunhão, da nossa parte como católicos, é necessário afastarmos àquilo que não edifica a unidade, como “eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles” (Ib. 4). E de facto, como tínhamos aludido que, formalmente, no nosso contexto real, não organizámos diálogos ecumênicos no sentido da palavra. No entanto, temos boas relações em matérias de diálogos práticos, de ajudarmos uns aos outros, visto que somos todos irmãos, de modo que, as diferenças de religião não nos tornam obstáculos para as boas relações e cooperação entre nós. E o outro aspecto é com os peritos, mas tocando esse assunto, falaremos mais tarde no diálogo.

Além de criar comunhão com os nossos Irmãos de outras Igrejas e Comunidades eclesiais, estabelecemos boa relação e comunhão com as outras

religiões existentes, como os muçulmanos que são uma minoria e os budistas, que geralmente são chineses, porque somos todos irmãos e filhos do mesmo Pai, que é Deus. Conscientes que, a nossa relação e comunhão com Deus, depende também da nossa relação com os nossos irmãos, como diz são João: “quem não ama, não conhece a Deus” (1 Jo 4, 8). Pois, a Igreja ensina que quaisquer discriminações e violências praticadas pelos cristãos por motivos de raças, cor ou religião, são reprovadas, de sorte que, têm de ser afastadas (cf. NA 5). Desde que, somos cristãos e além disso, por sermos a maioria, temos a obrigação de observar uma boa conduta no meio das outras pessoas, respeitar as diferenças, criar paz, considerando que todos temos a mesma dignidade por sermos filhos do mesmo Deus (cf. Ib.).

Além de criar comunhão com as pessoas de outras religiões, um dos aspetos que precisamos de ter em consideração em relação à comunhão, são as pessoas em geral, que geralmente chamamos por humanidade, pois, o nosso princípio é o mesmo. Temos esta consciência de estabelecermos a unidade com essas pessoas, visto que, todos temos uma origem comum que é Deus, por isso, todos temos a mesma natureza e redimidos por Cristo e temos o mesmo destino, que é Deus (cf. GS 29).

Outro ponto que queremos destacar é a globalização, em que estão entrando muitas pessoas de outras nacionalidades e raças no nosso país e no território da nossa Diocese, assim, como diz o Concílio que, não somos iguais, quanto à capacidade intelectual, moral, sexo, raça, origem, cor, condição social, educação, religião, etc. Mesmo assim, temos que aceitar esse pluralismo, pois é uma realidade, e não há nenhuma razão para fazermos discriminação por causa das diferenças. Essas diferenças, são direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo nos tempos atuais. Mas, infelizmente hoje em dia, ainda estão ocorrendo muitas discriminações na face deste planeta, que em si, não poderia haver, pois, o mundo está globalizado e ao mesmo tempo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia estão muito avançadas em comparação aos tempos anteriores e estreitam a nossa relação. Tudo isso, pode-se estreitar os laços de amizade, fraternidade, de paz e comunhão entre os povos (cf. Ib.).

A nossa unidade e comunhão não é só realizada com as pessoas que pensam e atuam segundo os critérios que queremos, contudo, tem de acontecer com pessoas que pensam diferentemente de nós, em quaisquer matérias, como social, política, cultural, etc. E isso consideramos como desafios, e aí que procuramos mostrar a nossa caridade, através de respeito e compreensão. Isso não significa que, fechamos os olhos perante a verdade e o bem. O nosso amor à Cristo que é verdade, leva-nos a distinguir o erro da verdade, de maneira que, aceitamos o que é verdadeiro e bom, mas o que é falso e erro, devemos rejeitá-los, sem rebaixar a dignidade da pessoa, mas sempre em consonância com a caridade (cf. Ib. 28). A nossa lei de amor exorta-nos de perdoar os outros, pelas ofensas feitas, como disse Jesus: “ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo. Mas eu digo-vos: amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos perseguem e caluniam” (Mt 5, 43-44).

2.3.3. A consciência da Igreja de constante conversão

Antes do Vaticano II, a Igreja católica considerou-se como uma sociedade perfeita, a única detentora da verdade e o Reino de Deus sobre a terra, assim, para que uma pessoa possa alcançar a salvação, a única via é ter fé em Cristo e fazer parte da Igreja católica através da água do batismo, como sinal de conversão (cf. GRILLMEIER, 1965, p. 260-262). Porém, a partir do Vaticano II, esta visão eclesiocêntrica e exclusivista mudou totalmente e a Igreja estava consciente de si que embora seja santificada por Cristo, contudo, como uma comunidade visível que é formada de santos, porque é animada pelo Espírito Santo, todavia, ela é ao mesmo tempo formada de pecadores, desta sorte, os seus fiéis necessitam de constante conversão (cf. LG 8; UR 4; 6-7). Por isso mesmo que, embora Jesus Cristo é santo, inocente e sem pecado (cf. Hb 7,26; 2 Cor 5, 21), veio ao mundo para expiar o pecado da humanidade (cf. GRILLMEIER, p. 264).

Ao falar da necessidade da Igreja de uma constante conversão, supõe-se que ela está sempre consciente da sua condição de peregrino rumo ao Pai (cf. LG 49). Pois, na sua caminhada ao longo da história é afetada pelas fraquezas e infidelidades dos seus membros, por isso, esses necessitam da misericórdia e perdão de Deus. Esta noção da Igreja pode superar a atitude triunfalista,”

estranho à realidade, que marcou diversas épocas da história da Igreja” (cf. GRILLMEIER, *ib.*). Obviamente, é uma constante chamada de atenção aos membros da Igreja, sobretudo aos cristãos da nossa Diocese, na nossa caminhada histórica, como Povo de Deus, enquanto esperando a vinda do Senhor (cf. FUELLENBACH, 2000, p. 58), ou chegar a eternidade, como o seu destino último que é a comunhão com Deus (cf. GAILLARDETZ, *An interview*).

Precisamente, a primeira mensagem que saiu da boca de Jesus ao iniciar a sua missão era o apelo à conversão, como condição para receber o Reino de Deus (cf. Mc 1,15). Esse apelo está dirigido a toda a Igreja como comunidade e a cada um e uma sem exceção. Além disso, é sempre atual, pois todos os membros da Igreja são pecadores e necessitam da contínua conversão para ser fiel à Jesus e ao seu Evangelho, como condição para criar comunhão com Deus e com os irmãos (cf. MESA e WOSTYN, 1993, pp. 154-156). Por conseguinte, a conversão, antes de tudo, é uma mudança radical da vida para criar uma nova relação com Deus e com o próximo (cf. Is 31,6; Jer 3,12-14) .

Em conformidade com a consciência da Igreja que é pecadora e que fez tantos erros ao longo da história, no Ano Jubilar de 2000, o santo Papa João Paulo II fez um discurso intitulado *Perdoniamo e chiediamo perdono*, em que evocou as memórias do passado a fim de reconhecer as culpas feitas. Ao mesmo tempo, de despertar a nossa consciência de cristãos para fazermos um novo compromisso no presente. De modo que, podemos tomar uma nova atitude de conversão e de renovação a fim de criar a unidade com os fiéis de outras religiões e com a humanidade em geral²⁹ e de tornarmo-nos pessoas novas na prática de caridade, solidariedade e justiça para com o próximo, sobretudo aos mais necessitados (cf. MESA E WOSTYN, p.157).

O Papa Francisco foi incisivo de convidar a Igreja “em saída”. Sair da sua própria comodidade para ir ao encontro dos que são mais necessitados, de ir às

²⁹Discurso do santo Papa João Paulo II feito no dia 12 de março, festa do Ano Jubilar, pelo mal que a Igreja católica tinha cometido ao longo da história nos tempos passados. De facto, no discurso não mencionou de modo específico nenhum nome, porém, nas diferentes ocasiões citou os seguintes nomes: os hebreus, as mulheres, esquisma do Oriente, Guerra das Cruzadas, os índios, a Inquisição, Lutero, os calvinistas e Galileo.

periferias e sentir o cheiro das ovelhas. Por isso, ele insistiu sobre a importância de “conversão pastoral e missionária de não deixar as coisas como são” (EG 26). Uma conversão de linguagem, de horários, estilos de vida, costumes, para uma pastoral mais missionária, “em saída” (Ib. 27). A exortação está dirigida a toda a Igreja, sem exceção, menos assim, atendendo à nossa realidade, precisamos de tempo, esforços contínuos para podermos pôr em prática aquilo que o Papa nos deixou, de uma Igreja pobre para os pobres (cf. EG 53-60) e de uma Igreja em saída para as periferias existenciais, sobretudo nos lugares onde há dificuldades de acesso à evangelização (cf. Ib., 20).

No documento da V Conferência Geral dos bispos de América Latina e Caribe, realizada em Aparecida no ano de 2007, os bispos chamaram atenção à todo o Povo de Deus de abandonar algumas estruturas e métodos antigos que não ajudam para transmitir a fé, para entrar constantemente na renovação missionária como se diz: “Esta firme decisão missionária deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais de dioceses, paróquias, comunidades religiosas, movimentos e de qualquer instituição da Igreja” (DAP 365).

A conversão pastoral leva o Povo de Deus de viver e de promover a comunhão e participação de todos na missão de Jesus Cristo, a partir do santo Padre (cf. EG 34), dos bispos, dos sacerdotes, diáconos, homens, mulheres e jovens. Partindo de todo o processo pastoral, ao começar com a planificação, implementação e a avaliação, todos conscientes de que a missão foi confiada a todo o Povo de Deus sem exceção (cf. DAP 368).

No Ano da Vida Consagrada, o Papa apelou a todos os membros da Igreja de sair de si, que quer dizer, fazer contínua conversão para ir às periferias existenciais, segundo a ordem de Cristo de ir pelo mundo fora (cf. Mc 16, 15), pois a humanidade toda nos aguarda, sobretudo os mais necessitados:

Pessoas que perderam toda a esperança, famílias em dificuldade, crianças abandonadas, jovens a quem está vedado qualquer futuro, doentes e idosos abandonados, ricos saciados de bens mas com o vazio no coração, homens e mulheres à procura do sentido da vida, sedentos do divino (PAPA FRANCISCO, 2014, 4).

Em relação à nossa Igreja de Dili, o nosso bispo não deixou de exortar aos sacerdotes e sobretudo os párocos de apresentar uma Igreja que acolhe e misericordiosa para com os que são fracos, pois, os cristãos foram lamentar ao bispo da atuação e de falta de caridade de alguns agentes pastorais (BISPO VIRGÍLIO, 15.05.2016). E isso que o Papa Francisco disse aos bispos de Timor-Leste na sua visita *ad limina*, como veremos: “Em todo o caso, sede homens capazes de sustentar, com amor e paciência, os passos de Deus em seu povo e valorizai tudo aquilo que o mantém unido ([...]) (PAPA FRANCISCO, 17.03.2014).

De maneira que, a tarefa da conversão, como dissemos, cabe a toda a Igreja sem exceção: os bispos, os presbíteros, os diáconos permanentes, os consagrados e consagradas, os leigos e leigas. Todos ” são chamados para uma atitude de permanente conversão, de escutar a voz do Espírito para discernir segundo à sua vontade” (cf. DAp 366). Uma conversão que seja concreta e contextual, que naturalmente exige novos desafios e fidelidade à voz do Espírito, que nos encaminha para uma renovação espiritual, pastoral e institucional da Igreja (cf. Ib. 367).

Finalmente, na conversão exige uma atitude de absoluta esperança no meio de incertezas e de dúvidas, desde que, o Espírito Santo continua a trabalhar na história, como diz Jesus : “ Estarei convosco até ao fim dos tempos” (Mt 28,20). Precisamente, depois do Vaticano II, um jornalista perguntou ao Cardeal Suenens sobre a realidade de incertezas no mundo e dentro da Igreja daquele tempo e ele respondeu-lhe: “ Eu confio no Espírito Santo” (SUENENS, 1967, p. 3).

Isto não significa que, temos que estar de braços cruzados e ficar só à espera da intervenção de Deus. Antes pelo contrário, como a nossa Igreja tinha feito, agora continua a trabalhar com intensidade e sem cessar, de acordo com a nossa realidade, de desempenharmos a função de uma consciência crítica ao poder político e de criar uma colaboração equidistante com o governo para promover o bem comum (cf. PAPA FRANCISCO, 14.03.2014) da nossa sociedade e no território da nossa Diocese. Que significa, criar maior justiça, onde reina a igualdade e a fraternidade entre nós, mesmo perante à nossa realidade social e cultural onde há sinais de secularismo, e outros desafios,

colocando a técnica acima das realidades sobrenaturais (cf. LS 115). Consequentemente, gera o hedonismo, o narcisismo e a solidão. Que a técnica está orientada para a cultura de descarté, “cada um usa e joga fora depois ([...]) adeus” (Ib. 123). E diante dessa realidade que nós devemos manter a nossa fé e a esperança vivas, porque confiamos no Espírito Santo.

2.4. Uma Igreja em espírito de diálogo

O tema da comunhão não é só no interno da Igreja católica, visto que, a partir do Vaticano II, a Igreja abriu as portas e as janelas para o mundo, assim, nos seus documentos falam de diálogo ecumênico com Irmãos de outras Igrejas e Comunidades cristãs e este foi um dos objetivos principais do Papa João XXIII, como já mencionámos (cf. UR 1). Além disso, os Padres conciliares alargaram o círculo de diálogo para as outras religiões não cristãs e com o mundo. E em seguida, vamos tratar destas perspectivas e a sua implicação na nossa Diocese.

2.4.1. O diálogo com as Igrejas

O movimento ecumênico era um dos sinais dos tempos e também, como um dos objetivos principais do Papa João XXIII, (cf. UR 1), como mencionámos. No entanto, vendo a sua história, os promotores deste movimento foram os primeiros missionários protestantes e anglicanos, que estavam conscientes da divisão, baseando nas suas experiências, que a divisão e a rivalidade entre as Igrejas de Jesus Cristo não favoreciam o anúncio do seu Evangelho, porque, não estava de acordo com a vontade do Mestre (cf. ZWINGLI, p. 134-135; MBINDA, 1995, p. 154), “para que seja um”. A divisão era um escândalo e contra-testemunho do anúncio do Evangelho de todas as Igrejas de Jesus Cristo (cf. UR 1).

Para pôr em concreto essa preocupação, no ano de 1927, foi organizado um encontro internacional de teólogos de todas as denominações cristãs em Lausana. Esperavam que os representantes católicos participassem, porém, o Papa Pio XI teve uma resposta negativa, por causa da Igreja ter uma visão eclesiocêntrica sobre a salvação, pois falando de unidade, para a Igreja católica daquele tempo, compreendia, na perspectiva de retorno à Igreja católica, como instituição (cf. WOLFF, 2016, p.3).

No ano de 1948, o Conselho Mundial das Igrejas, já estabelecido e teve a sua primeira assembleia. No entanto, o Papa Pio XII proibiu os católicos de participarem-no, mesmo assim, pouco a pouco ia realizando que o ecumenismo era a ação do Espírito Santo, por isso, no ano de 1949, permitiu aos líderes e teólogos católicos de participarem nos encontros com os representantes de Igrejas cristãs, como boa oportunidade para à troca de ideias e experiências para criar laços mais estreitos de amizade, confiança, mútua compreensão e colaboração para o bem da Igreja de Jesus Cristo em si e também para poderem dar a sua contribuição para fomentar e cimentar a paz, criar solidariedade entre os povos de diferentes origens, culturas, raças e buscar o bem comum da humanidade (cf.GAILLARDETZ ; CLIFFORD, p.227-229).

A comunhão das Igrejas não é de “regressar” ao catolicismo de Roma, mas regressar à Jesus Cristo, “para participar”(O’MALLEY, 2007, p.3) na comunhão com ele e com os Irmãos da mesma fé. Por isso, o Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio*, promulgado pelo Papa Paulo VI, no dia 21 de novembro de 1964, sobre o Ecumenismo, deu uma orientação pastoral como a Igreja desejasse que os cristãos católicos vivessem e anunciassem a mensagem cristã e trabalhassem pela unidade, como sinal concreto da fidelidade à Jesus Cristo.

No Proêmio do documento dito, lemos que ‘o Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja’, porém, são inúmeras as Igrejas Cristãs com diferentes modos de interpretar a doutrina, com pareceres diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. De facto, nos primeiros séculos, as ideias divergentes agitaram o cristianismo, porém, as primeiras divisões se formalizaram no segundo milênio da nossa história.

Embora as Igrejas e Comunidades eclesiais, que se separaram da Sede Apostólica de Roma, desde a Reforma, continuassem ligadas à Igreja Católica pelos laços culturais, vividos ao longo dos séculos anteriores. Contudo, existiam algumas divergências que ainda persistem. Por exemplo, sobre Cristo, Palavra de Deus encarnada, a obra da redenção, o mistério, o ministério da Igreja e o papel de Maria na obra da salvação (cf. WOLFF, p.5).

Entretanto, o Batismo é o laço comum que unifica todos os cristãos. Além disso, a Sagrada Escritura, enquanto livro comum do cristianismo, a fé trinitária,

crisológica e eclesial são meios que unem as Igrejas cristãs (cf. WOLFF, p.7-8; MBINDA, p.155). Assim, esses são os instrumentos de diálogo para alcançar a unidade entre os cristãos que estão ligados à Palavra de Cristo como fonte da força cristã e todos obedecem ao preceito do apóstolo: “Tudo o que podeis dizer ou fazer, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando graças, por ele, a Deus Pai” (Cl 3,17).

Ao abordar a prática do ecumenismo, o Concílio recomenda aos fiéis católicos a conversão e a renovação contínua, visto que “ não existe verdadeiro ecumenismo sem a conversão interior” (UR 7; cf. UUS 15). Uma vez que a Igreja consciente de si “como instituição humana e terrena” (UR 6), tem necessidade de constante reforma e esta tem grande importância para o diálogo com as outras Igrejas (cf. lb. 7).

Para isso, atendendo as necessidades reais em que estamos vivendo, precisamos de eliminar palavras, juízos e ações que dificultem o relacionamento para promover o diálogo e a oração entre os irmãos das várias Igrejas, em vista da comunhão entre nós, e além disso, são os primeiros passos na mútua aproximação, sob a orientação das autoridades competentes. Que reconheçamos e estimemos os bens verdadeiramente cristãos, vindos de um patrimônio comum (cf. lb. 4). O documento lembra-nos que, nessas Igrejas, há mártires da fé, gente de testemunho admirável, cujo exemplos contribuem para a nossa edificação (cf. lb.).

Inúmeros esforços têm sido feitos no sentido de romper esses distanciamentos, buscando restabelecer as boas relações e construir relações alternativas para que todos estejamos juntos e unidos na mesma *oikoumene*. Isto é, na casa comum que é o Povo de Deus, onde todas as pessoas possam viver e conviver pacificamente, segundo o desejo expresso por Jesus Cristo na sua prece ao Pai: “[...] que todos sejam um, como Tu, Pai, estás em mim e eu em Ti; que sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que Tu me enviaste”(Jo 17,21).

Participam no ecumenismo aqueles que invocam o Deus Trino, e confessam a Jesus como Senhor e Salvador, não só individualmente, mas também reunidos em assembleia, “pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou eu no meio deles” (Mt 18,20). Além disso, uma das funções muito significativa do ecumenismo é de criar unidade, coordenação entre as Igreja, incrementar a

cooperação e incentivar ações concretas à favor dos mais desfavorecidos (cf. TEIXEIRA et alii, p. 69).

O texto do Decreto *Unitatis Redintegratio* termina declarando a sua confiança no diálogo ecumênico e na comunhão dos cristãos, e mostra que a reconciliação das Igrejas é tarefa que ultrapassa as possibilidades humanas, visto que, só é possível com a força do Espírito Santo, que exige um esforço de renovação contínua de todos os cristãos. Por isso, nos últimos 50 anos, o ecumenismo ganhou a sua amplitude, conscientes que o Espírito Santo nos ensina que é possível sermos um, mesmo sendo diferentes, porque, embora sejam significativas as diferenças que nos separam, elas não podem superar o amor do Pai que nos une. Durante o Sínodo Ordinário dos Bispos no mês de outubro de 2012, em Roma, participaram também o Ecumênico Patriarca Bartolomeu I, Arcebispo de Canterbury, Dr. Rowan Williams e outros delegados (Final List of Propositions of the Synod of Bishops, no 52).

A cooperação de todos os cristãos exprime os laços que unem os cristãos entre si e ao mesmo tempo faz resplandecer mais plenamente a face de Cristo, Servo. Ela deve ser aperfeiçoada sempre mais, na medida em que contribui para promover a dignidade da pessoa humana e a paz, a superação da fome, o analfabetismo, a pobreza, a falta de habitações e a distribuição de bens. “Ser uma Igreja ecumênica para transformar este mundo em um mundo de Deus”. Só assim se compreenderá que os cristãos têm a mesma missão e que estão na mesma barca de Jesus, na qual todos são chamados a construir uma *oikoumene* com justiça e paz: entre os povos, com a terra, do ser humano consigo mesmo e com a fonte originária da vida, que é Deus, de onde tudo veio e para onde tudo vai (cf. TEIXEIRA p.31-32).

Como diz o professor E. Wolff, coordenador da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, que o Vaticano II teve três opções ecumênicas: primeiro, a fé cristã em Jesus Cristo, como razão para a busca da unidade entre os cristãos, isto significa que, sem a fé, seria difícil de realizar o diálogo ecumênico e os elementos que envolvem na fé são : a Bíblia, a ação do Espírito Santo, Jesus Cristo, Deus trinitário e eclesial (cf. WOLFF, p.7-8). O segundo elemento é a consciência da Igreja que necessita sempre de renovação e conversão nas suas estruturas, vida interior e oração pela unidade (cf. LG 8.15; UR

6-8). A terceira opção é pastoral, pois como dizia que as divisões entre os cristãos é um obstáculo para a proclamação do Evangelho (cf. UR 1). São exigências muito importantes como tocamos acima. Além de diálogo teológico, precisa-se de diálogo prático. Isto é, de criar tolerância, respeitar as diferenças, liberdade religiosa, capacidade de convivência e mútua cooperação com todos os membros de diferentes Igrejas e denominações, defesa da justiça e do bem comum dos povos (cf. UR 12; WOLFF, 2016, p.6-10).

Em relação aos nossos Irmãos luteranos, tanto estes, como a Igreja católica, durante esses 50 anos atrás têm desenvolvido um diálogo ecumênico permanente para “ reparar um momento crucial da nossa história, superando controvérsias e mal-entendidos que impediram frequentemente de nos compreendermos uns aos outros” (PAPA FRANCISCO, 2016). E como preparação de celebração de 500 anos de Reforma, de ambas as partes fizeram uma “Declaração Conjunta”, em que ambas reconheceram que feriram à unidade, por causa de interesses políticos. Contudo, pela graça de Deus estão comprometidos de criar novamente a comunhão, como testemunho da graça e da misericórdia de Deus(cf. PAPA FRANCISCO,31.10.2016).

Portanto, a renovação que o Concílio Vaticano II trouxe em relação ao ecumenismo está em progresso e sucesso no campo teológico e prático. A questão de ecumenismo não está no conteúdo da verdade, mas o problema fundamental é como interpretar e comunicar corretamente as verdades que estão escritas na Bíblia, que se chama por “hermenêutica da Bíblia” (cf. WOLFF, 2016, p. 8) e que sejam aceites pelas Igrejas, teólogos e ecumenismo em si. Naturalmente, uma das possibilidades da hermenêutica é a comunhão divina do Pai, Filho e Espírito Santo que leva as Igrejas cristãs de criar unidade entre elas. Deus quer que as Igrejas vivam em comunhão, por isso, a hermenêutica da Bíblia é uma hermenêutica da comunhão com as seguintes características fundamentais: eclesial, que significa, comunhão, unidade na diversidade, mas esta não exclui as diferenças, quando não são contraditórias. Atitude de abertura para admitir e aceitar que há diferenças na hierarquia de verdades (cf. PAPA FRANCISCO; WOLLF,lb., p. 9-11).

2.4.2. O diálogo inter-religioso e o direito à liberdade religiosa

A liberdade é um elemento constitutivo para cada ser humano e é um dos direitos fundamentais, desta maneira, em relação à opção religiosa, a pessoa tem de estar livre e decidir livremente segundo à sua consciência. Por isso que, falando do diálogo inter-religioso, o Vaticano II fez uma mudança no seu paradigma, de estar mais aberto às outras religiões e sobretudo de dialogar com elas, porque somos todos filhos de Deus e além disso, unidos, podemos dar a nossa contribuição para construir um mundo mais fraterno, justo, onde reina paz e progresso para alcançar o bem comum de todos, em concreto, às pessoas que estão inseridas na área da nossa Diocese.

2.4.2.1. O diálogo inter-religioso

O diálogo com as outras religiões não cristãs foi um tema debatido na aula conciliar pelos bispos presentes. Inicialmente sobre os judeus, por causa da morte de milhões de judeus nos campos de concentrações (cf. GAILLARDETZ, p. 269-270). Porém, havia dois grupos de bispos divididos, um que tinha uma atitude de desprezo na pregação e no tratamento negativo perante aos judeus, porque foram eles à causa da morte de Jesus, o Filho de Deus. Enquanto a outra posição era mais aberta e moderada, propôs de reavaliar as provas bíblicas e esta ficou profundamente consternada com a atuação dos cristãos perante à morte de milhões de judeus.

Esta segunda posição foi inspirada pela carta de São Paulo aos Romanos, em que afirmava que Deus não rejeitou os judeus, mas permaneceu fiel à sua aliança com esse povo, visto que, os seus “dons e a sua chamada não são revogáveis” (Rm 1,29). Desta sorte, os que tinham atitude anti-judaísmo eram contrárias aos ensinamentos bíblicos. Perante esse interesse pelos judeus, os bispos da Ásia e África mostraram a preocupação de não falar só dos judeus, mas também de outras religiões, que pertencem dois terços da população mundial e esta proposta foi aceita pela maioria dos padres conciliares para que o tema fosse debatido (cf. GAILLARDETZ, p. 271-273).

Assim, a *Nostra aetate* abre um novo espectro com frases muito bonitas e comovedoras, como veremos: “Hoje, que o género humano se torna cada vez

mais unido e aumentam as relações entre os vários povos, a Igreja considera mais atentamente qual a sua relação com as religiões não cristãs” (NA 1). Nesta perspectiva, a Igreja mudou totalmente o seu paradigma exclusivista para um novo paradigma inclusivista, que é, naturalmente, a comum posição entre os teólogos católicos, mesmo apresentando modelos diferentes (cf. COMISSÃO TEOLÓGICA, 1997 10-11)³⁰. Todos partilham a mesma convicção em relação à importância da unidade da comunidade humana, pois todo o gênero humano tem a mesma origem e destino comum, que é Deus e este estende a sua bondade e a sua providência a todos, e todos são chamados à salvação (cf. NA1).

Obviamente, todos nós temos o mesmo Pai, que é Deus, de maneira que, todos devemos esforçar-nos de tratar uns aos outros como irmãos. As diferenças de cor, origem e religião não são motivos fundamentais para separarmos uns dos outros. Pelo contrário, a inimizade, a guerra e constantes conflitos não estão de acordo com a Lei de amor, como são João diz: “ quem não ama, não conhece Deus” (1 Jo 4, 8). Pior ainda, quaisquer discriminações ou violência entre pessoas e povos, a Igreja reprovava, pois não está de acordo com a vontade de Deus (cf. NA 5).

As religiões não cristãs, que acreditam em um Deus único, vivo, misericordioso, onipotente, criador do céu e da terra, veneram Jesus como profeta, honra Maria e invocam-lhe devotadamente (cf. NA 3), como o Islão. O Judaísmo tem laços de fé com o cristianismo, porque este recebeu a revelação do Antigo Testamento e com os cristãos têm um património espiritual comum, embora não aceite o Evangelho, isto é, Jesus Cristo, como o salvador do mundo. Mesmo assim, o Concílio fomenta e recomenda a todos um mútuo reconhecimento e ao

³⁰Os teólogos J. Dupuis e C. Geffré defendem um pluralismo inclusivo, como princípio e é uma via conciliatória entre o cristocentrismo inclusivo e pluralismo teocentrismo. Ambos fazem um “salto qualitativo” para garantir a credibilidade da mensagem cristã numa era marcada pelo pluralismo cultural e religiosa. Para eles a cristologia trinitária e pneumatológica é chave fundamental para uma teologia do pluralismo religioso, por isso não vêm nenhuma dicotomia entre os paradigmas inclusivista e pluralista (cf. F. TEIXEIRA, *O pluralismo inclusivo de Jacques Dupuis*, São Paulo, Paulinas, 2008, pp. 153-177). De facto, no ano 2001, a Congregação para a Doutrina da Fé fez uma *Notificação* sobre o livro de Dupuis, intitulado: *Para uma teologia cristã do pluralismo religioso*, pois o seu livro “faz emergir algumas ambiguidades e dificuldades sobre alguns pontos doutrinários de grande relevo” (n. 5c) e pode criar mal compreensão da parte dos leitores, por causa das suas formulações individuais insuficientes, fora da intenção do autor. Mesmo assim, o autor não foi condenado.

mesmo tempo estima. De facto, a Igreja prega que Jesus abraçou livremente a cruz e como um sinal universal da salvação à humanidade (cf. NA 5). A Igreja respeita outras religiões que têm uma certa percepção no poder misterioso que está presente na natureza e na vida humana, como o Budismo e o Hinduísmo (cf. lb. 2).

No Vaticano II, a Igreja católica deixou a estreiteza do seu horizonte eclesiocentrista para um reconhecimento da positividade de outras religiões e abriu-se ao diálogo com as religiões acima mencionadas (cf. TEIXEIRA, 2004, p. 278). Ela teve uma atitude de mútua compreensão, para que juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais, a paz, a liberdade e dignidade de todos os homens e evitar atitudes fundamentalistas (cf. DAp 239). Mesmo aqueles que sem culpa ainda não chegaram a um conhecimento explícito de Deus, o Senhor não lhes negam os meios de salvação, pois tudo o que há de verdadeiro e bom neles são como preparações para receber o Evangelho de Jesus Cristo (cf. LG 16).

Assim, a nova visão do Povo de Deus é uma visão messiânica, isto é, Jesus veio ao mundo, fez-se Homem e morreu na cruz para conduzir toda a humanidade para a salvação, como diz a *Lumen gentium*, no início do número 16: “Por último, também aqueles que ainda não receberam o evangelho se ordenam de vários modos para o Povo de Deus “ (LG 16). Por isso que, Jesus deixou um mandato aos seus discípulos e a Igreja de ir por todo o mundo e pregar o Evangelho à todas as criaturas (cf. Mt 28,19).

Mesmo assim, o modelo pluralístico recusa de aceitar a visão de uma única e universal via de salvação em Cristo, mantendo a crença de que todas as religiões do mundo são igualmente válidas e verdadeiras na sua comunicação da verdade sobre Deus, do mundo, e da salvação da humanidade. Jesus Cristo é apenas um dos mediadores de salvação entre tantos outros (cf. BARREDA, p. 332). O chefe exponente deste ponto de vista é John Hick da *Claremont Graduate School*, na Califórnia e alguns teólogos que vão surgindo. Desenvolveu no seu primeiro livro intitulado: *Deus e o Universo de crenças* (1973). Foi criticado, na declaração *Dominus Iesus* pelo Cardeal Joseph Ratzinger (cf. DOMINUS IESUS, 13).

Neste mesmo modelo, podemos distinguir três diversas perspectivas: “normativa”, “relativa” e “facultativa” (cf. AMATO, p. 23). No entanto, queremos fazer um aceno sobre a perspectiva “normativa”, que afirma o valor salvífico de outras religiões, mas a norma está em Deus Uno e Trino. Esta posição procura corrigir e chegar a uma plena realização das outras mediações ao Deus Uno e Trino, como o ponto da chegada de todas as religiões. Esta visão, segundo P. F. Knitter, tornou-se comum para os teólogos católicos de hoje em dia e em formas diversas estão representados por H. Kung, H.R. Schlette., M. Hellowig, W. Buhlmann, A. Camps, P. Schoonenberg, Dupuis, etc. (cf. *ib.*, p. 24-25).

No entanto, falando no ponto de vista de diálogo inter-religioso e da perspectiva normativa, a questão fundamental está na linguagem, quando se trata de Jesus histórico e Cristo. Pois Jesus é condicionado pela história, por isso, não é absoluta, enquanto Cristo é absoluto. Com este argumento, cria uma tensão dialética entre Jesus e Cristo. Deste modo, diz-se que Jesus é Cristo, é legítima, pois ele é Deus e fez-se homem e através dele, os cristãos chegam à Deus ou encontram-se com Cristo. É uma afirmação existencial, mas não é uma afirmação universal e absoluta. Deste modo, não se pode identificar Cristo com Jesus, porque Cristo é Deus e absoluto (cf. DUPUIS, 2004, p. 212-216), desde que o mistério de Cristo manifesta-se também noutras religiões (cf. LIBÂNIO, p. 143-144),³¹ pois “Deus deu de si mesmo nas outras comunidades de fé”(DUPUIS, p. 220).

No entanto, Dupuis procura buscar um “modelo integral” na cristologia trinitária, em que Jesus chama Deus por *Abbá* e à sua relação com o Espírito Santo. Segundo a sua conceção, a cristologia deveria estar sempre interpretada na relação intratrinitária, desde que, está de acordo com a teologia do pluralismo religioso. Pois, deveria apresentar uma cristologia real que o Filho-de-Deus-feito-homem-na-história e não Deus-homem, que é uma apresentação abstrata (cf. DUPUIS, p. 126).

³¹ Este conceito vem do teólogo espanhol Pannikar, citado por Teixeira e em seguida comentado pelo Libânio, em referência à linguagem de diálogo inter-religioso. Muitos teólogos católicos começam a ver neste contexto intercultural e religiosa, que é preciso de reformular a linguagem de acordo com o contexto atual para responder aos desafios dos homens e mulheres de hoje sobre a universalidade salvífica de Jesus Cristo.

Por isso, apresentar uma cristologia trinitária onde a pneumatologia é destacada em relação ao mistério de Jesus é muito importante. Ele é o princípio guia, como fio condutor (cf. *Ib.*, p. 127). Embora, a cristologia e a pneumatologia têm papéis distintos, porém, são complementares, estão numa única economia de salvação, em que o Filho entrou no tempo e no espaço, todavia, desde o princípio, o Espírito Santo continua a operar no tempo e no espaço. Com esta apresentação da economia trinitária, poderia harmonizar a tensão constitutiva entre a economia de salvação em Jesus Cristo e a ação do Espírito Santo no tempo e no espaço, em que o mesmo Espírito atua também nas outras tradições religiosas e culturas (cf. *Ib.*, p. 128-129)

2.4.2.2. O direito à liberdade religiosa

Com o Édito de Milão por volta do ano 313, o imperador Constantino retirou todas as sanções que estavam infligidas aos que professavam a religião e lhes dava a liberdade de seguir a religião segundo a sua eleição. A sua mãe chamada Helena converteu-se ao catolicismo e tornou-se uma grande patrona da Igreja. Mandou construir muitas basílicas em Jerusalém e em Roma. O imperador Teodósio declarou oficialmente que o cristianismo passaria a ser a única religião oficial em todo o império, mesmo assim, já antes, havia essa relação pacífica entre os cristãos e judeus. Com a declaração do imperador, a noção de Estado-Igreja tornou-se única e foi incontestado no Ocidente até a reforma protestante no século XVI (cf. GAILLARDETZ e CLIFFORD, p. 212-213).

Mas a partir da divisão entre o catolicismo e o protestantismo, mesmo dentro dum império, os cristãos seguiam essas duas divisões. Seguiam os seus príncipes, por isso tinham este princípio: “*cuius regio, eius religio*,” a cada região a sua religião”. Que significaria, que as pessoas adotassem a religião do seu príncipe, que era luterano ou católico. E os que não queriam conformar-se com a religião do seu príncipe, migravam para outras regiões de acordo com a preferência da sua fé cristã (cf. *Ib.*, p. 214).

Como consequência, houve constantes tensões e guerras entre as duas Igrejas cristãs que durou durante séculos e por fim no século XX, alguns autores como o jesuíta americano John Courtney Murray e outros começaram a abrir

discussões sobre a liberdade religiosa como direito fundamental da pessoa humana. Foram acusados de fomentar ideias modernistas contra o magistério da Igreja.

Essa questão foi levantada no Vaticano II, e havia duas posições: a que vinha dos países onde a população era predominantemente católica, desta maneira, não estava a favor da posição acima. Enquanto as nações que eram dominadas pelos regimes comunistas tinham uma posição muito mais aberta e reconheciam o princípio da liberdade da religião para todos os povos e o Vaticano II optou por esta última posição tendo em consideração a realidade cultural do tempo (cf. *ib.*, p. 216-217).

O Concílio considera que o fundamento da liberdade religiosa está na dignidade da pessoa humana, em que a liberdade da consciência humana faz parte (cf. GASDA, 2013, p.6). Embora até hoje ainda há conflitos, perseguições em nome da fé, por causa da insegurança e temor de perder a sua identidade devido à globalização (cf. TEIXEIRA et alii, 2015, p.193). De maneira que, com essas atitudes e atuações, muitas religiões ainda estão distantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que diz:

Toda a pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (Art. 18).

Esta declaração de Nações Unidas, em princípio, está de acordo com a Declaração do Vaticano II, no documento da *Dignitatis humanae*, o qual diz que, a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa, liberdade de consciência, de coação, liberdade de expressar a sua própria consciência em privado ou em público, dentro do devido limite (cf. DH 2). Isto é, cada pessoa tem o direito e a liberdade de procurar a verdade em matéria religiosa segundo o seu juízo de consciência e a sua concretização, naturalmente, através duma comunidade.

Cabe a autoridade civil o dever de reconhecer, favorecer e proteger os cidadãos para que possam realizar os seus atos religiosos livremente (cf. *ib.* 3), desde que não violem a ordem pública. Além disso, as pessoas são livres de testemunhar e ensinar publicamente a sua fé através de variedades de meios

(cf.lb. 4), como nas famílias, como seu direito (cf.lb. 5). De modo que, todos devem promover a liberdade religiosa e sobretudo, a autoridade deve promover a igualdade jurídica para todos os seus cidadãos, sem exceção (cf.lb. 6).

A liberdade religiosa é exercida no interno duma sociedade que é pluralista, por isso, deve-se obedecer certas normas, como, respeitar o princípio moral pessoal e da sociedade para que as pessoas possam viver de modo pacífico e harmónico entre elas para alcançar o bem comum de todos os cidadãos (cf.lb.7). Para isso, a educação é um meio muito eficaz para poder alcançar o seu objetivo (cf.lb. 8).

Em fim, a liberdade religiosa tem raízes na revelação divina, “embora não afirme expressamente o direito à imunidade de coação externa em matéria religiosa.” (lb. 9). Está de acordo com a doutrina teológica da fé, pois, ela é um dom e uma opção pessoal (cf. lb. 10) e está de acordo com o compromisso de Cristo de “convidar” e não de obrigar as pessoas (cf. lb.11). Vendo o nosso contexto, a lei garante a liberdade religiosa a todos os seus cidadãos e os protege (cf. CONSTITUIÇÃO, art. 45).

2.4.3. O diálogo e cooperação com a humanidade

Em relação ao diálogo e cooperação, vamos acenar duas atitudes importantes de acordo com as exigências do mundo de hoje. Primeiro, criar diálogo com os homens de hoje, para que, tanto a Igreja como os homens modernos possam trabalhar juntos para promover a paz, a solidariedade no mundo, pois ambos trabalham com os mesmos homens e de orientá-los para a realidade total como ponto de convergência. Segundo, hoje em dia, as pessoas estão cansadas de retóricas, por isso, querem ver a vida dos cristãos a respeito de Cristo. Assim, noutra ponto, vamos tocar sobre a importância de testemunho dos cristãos nesta era de globalização e do pluralismo.

2.4.3.1. Diálogo e cooperação no sentido da palavra

O Papa João XXIII foi muito claro no seu discurso, na inauguração da abertura do Concílio que o seu objetivo era não só de criar unidade entre católicos, cristãos e outras religiões, mas também de criar e consolidar a unidade

com o “gênero humano”, para que haja caridade entre a cidade terrestre e celeste (cf. JOÃO XXIII, 11.10.1962).

A ideia acima foi retomada pelo Papa Paulo VI e no seu discurso expressou a vontade do Concílio de construir ponte para o mundo contemporâneo, pela sua vitalidade interior do Espírito, de distinguir-se e de desprender-se da sociedade profana, mas ao mesmo tempo de torna-se fermento e instrumento de salvação do mundo. Isto significa que, o próprio Concílio apresentou sua característica de um amor mais amplo.”([...]), pelo amor que pensa nos outros primeiro que em si mesmo, pelo amor universal de Cristo.³²

A dignidade fundamental da pessoa humana, a comunidade fraterna e a liberdade humana tornaram-se como pontos que foram ressaltados no documento pastoral de *Gaudium et spes*, visto que, o homem e a mulher foram criados segundo à imagem e semelhança de Deus para viverem em comunhão (cf. Gn 2,18). Desde que, Deus é comunhão de Pai, Filho e Espírito Santo. De maneira que, a Igreja, tendo origem no amor de Deus Pai, como comunidade espiritual fundada por Cristo Redentor, quer caminhar juntamente com toda a humanidade (cf. GS 40), participa nas alegrias e nas tristezas dos homens na sua realidade histórica, sobretudo, dos pobres e não há realidade humana que seja lhe alheia (cf. GS 1).

Consciente da sua missão no mundo, a Igreja não só anuncia explicitamente Cristo (cf. EN 22), mas também procura curar e elevar a dignidade humana, consolidar a coesão da sociedade e procura dar um sentido mais amplo às atividades quotidianas do homem para que a pessoa possa tornar-se mais humana (cf. GS 40). Pois, a tendência do homem moderno e tecnológico é de exaltar a ciência e a técnica com um paradigma da compreensão de pessoas, não como seres sociais que procuram o bem comum de todos. Pelo contrário, o homem coloca-se a si mesmo como o centro de tudo e os seus interesses pessoais tornam-se prioritários, por isso, o valor do homem só é visto no ponto de

³²Discurso do Papa Paulo VI, na altura da Inauguração da 2a. sessão, no dia 29 de setembro de 1963, na aula conciliar.

vista funcional. Aquilo que se pode usar é que vale, embora, na verdade este é imediato e efêmero (cf. LS 115-123).

Há muitos temas que estão abordados no documento pastoral de *Gaudium et spes*, porém a razão, a origem e o diálogo da Igreja católica com todas as religiões e com o mundo é Jesus Cristo (cf. RAMOS, p. 67-68). Pois “a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e mestre” (GS 10). Com isso, a Igreja procura dar a sua contribuição concreta à sociedade hodierna para que esta possa orientar-se de acordo com a vontade do criador, embora respeitando as suas leis. Assim sendo, o progresso humano, que é a construção da cidade terrena já se apresenta uma certa fisionomia e prefiguração do mundo futuro, que é o Reino de Deus (cf. Ib. 39).

A palavra mundo, não significa aquilo que está fora da Igreja, aquilo que não é cristão, a antítese da graça, o lugar do pecado e do diabo (cf. GALLO, p. 60). O termo designa essencialmente a sociedade humana na sua realização temporal, como o objetivo mais próximo, enquanto a Igreja conduz essa realidade para o fim último, que é eterno e definitivo (cf. GS 45). Por isso que, a Igreja não deveria afastar-se do mundo, porém, sente uma necessidade urgente de criar diálogo com a sociedade humana em geral e procura colaborar com ela (cf. DANIÉLOU, 1972, p. 123).

A Igreja poderia ter uma atitude de retirar-se do trato com o profano para salvaguardar a sua própria integridade. Ou a sociedade temporal poderia opor-se à Igreja, como era o caso de laicismo, onde a Igreja fez uma condenação total do mundo e dos seus progressos. Podemos lembrar o exemplo do “Silabo” publicado no apêndice da encíclica *Quanta cura* de Pio IX (8 de dezembro de 1864) condenando os erros feitos pelo estado, por causa da sua exigência à subordinação da Igreja perante a ele. Além disso, negou toda a subordinação da segunda à primeira e da independência do estado às leis morais.

Pelo contrário, ela poderia aproximar-se da sociedade profana até tentar de exercer sobre ela uma influência com um poder teocrático como tinha acontecido na história (cf. ES 80). Deste modo, poderia criar uma certa confusão e conflitos prolongados entre o poder temporal e a Igreja. Como consequência, esta

poderia dominar a cidade terrestre ou pelo contrário, a Igreja subordinaria ao poder temporal. Infelizmente, os conflitos não dariam muitas vantagens para ambos e não os edificavam, por isso que, com a via de diálogo, haveria possibilidades de superar algumas visões da Igreja no passado, tanto de caráter dualistas por um lado ou de sacralização (cf. GALLO, p. 61-62).

Perante os conflitos que tinham acontecido no passado entre a Igreja e os estados, o Papa Paulo VI, propôs uma terceira via que é de diálogo. Para poder criar uma boa relação e cooperação efetivas no respeito pelas autonomias recíprocas, sobretudo a autonomia da cidade terrestre na sua ordem temporal em relação com a Igreja, como diz :

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acordo com a vontade do Criador (GS 36).

Mas esta autonomia relacionada com a Igreja, não significa, que as coisas criadas não dependem de Deus, pois, as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus Criador de todas as coisas, como tínhamos debruçado (cf. GS 36). Além disso, o diálogo toca o homem todo, na sua totalidade e toda a humanidade (cf. PP 14). De modo que, o diálogo entre a Igreja e o homem moderno implicam as duas diferentes esferas: as cidades terrena e celeste e ambas estão orientadas para a realidade total como ponto de convergência (cf. DANIELLOU, p. 123-135; GALLO, p. 58-64). Pois o " Senhor é o fim da história humana, o ponto para o qual tendem os desejos da história e da civilização, o centro da humanidade, a alegria de todos os corações e a plenitude das suas aspirações ([...]) o Alfa e o Omega, o primeiro e o último, o princípio e o fim" (GS 45).

Outro grau de diálogo consiste no progresso do bem espiritual, como ponto central do diálogo entre a Igreja e o mundo, já que, o progresso material não é suficiente para criar uma civilização verdadeiramente humana, como diz o Concílio: "Os progressos técnicos podem proporcionar a base material para a promoção humana, mas, por si sós, são incapazes de a realizar" (GS 35). Isto não quer dizer que, compete à Igreja de organizar diretamente a ordem temporal

das coisas, mas pelo contrário, esta ajuda indiretamente na constituição de uma ordem natural, pois ela não oferece soluções técnicas, mas assenta as ordens morais para poder comandar a ordenação da técnica para a construção da civilização temporal baseando no espírito de solidariedade, justiça pensando no bem comum de todos (cf. DSI 68).

A última ordem de diálogo entre a Igreja e a civilização, é de conduzir os homens para o sobrenatural. “ Não há, portanto, verdadeiro humanismo senão à abertura ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a ideia exata do que é a vida humana” (PP 42). A Igreja está dependente da cidade terrena, no exercício da sua liberdade, no seu espaço cultural e nas infra-estruturas. Por conseguinte, ela precisa travar relações de cooperação com o poder civil para edificar neste mundo o templo de Deus. Ser fermento e a alma da sociedade, sanando e elevando a dignidade da pessoa humana. Nas atividades diárias dos homens, dando um sentido e um significado mais profundos e juntamente com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais, procuram cumprir a sua missão principal, de servir e anunciar a boa nova de Cristo (cf. GS 40- 42)

Para que haja um diálogo sincero, é preciso de estabelecer algumas atitudes fundamentais, como criar boa relação e liberdade. Na relação com as comunidades, a Igreja deve respeitar a sua liberdade e sem forçá-las. Ela busca mais os meios de persuasão interior e a confiança da intervenção do Espírito Santo, no diálogo de salvação que fala na *Ecclesiam Suam* (cf. ES 77).

2.4.3.2. O testemunho duma vida credível

O Concílio exorta aos cristãos de cumprirem fielmente os seus deveres temporais, iluminados pelos valores do Evangelho, evitando toda a dicotomia na vida, pois, o divórcio entre a fé que professam e a vida diária de muitos deve ser apontado entre os erros mais graves do nosso tempo (cf. GS 43). Por isso, a primeira coisa que se deve fazer é de criar uma união vital com Cristo através de auxílios espirituais, deste modo, eles crescem no dom total aos irmãos, sem distinção de raça, religião, cor e origem (cf. AA 4).

Segundo, o testemunho da vida cristã através de boas obras realizadas com o espírito sobrenatural para atrair os homens à fé em Deus (cf. AA 6). Em relação ao testemunho, os Padres do Concílio apontaram que, uma das causas do ateísmo é a consequência de uma exposição demasiadamente desequilibrada entre a doutrina da Igreja e a integridade da vida dos seus membros, através de um testemunho duma fé viva e adulta, que se concretiza no amor fraterno, na solidariedade com os pobres e da penetração dos valores do Evangelho em todos os aspetos da vida dos cristãos (cf. GS 21; 43).

Por isso, hoje em dia, temos de estar mais convencidos que, a continuidade da Igreja não dependerá muito das belas liturgias, doutrinas teológicas para distinguir os católicos de outras religiões e de um regime ideal de cúria romana. Porém, a história em geral e a história da Igreja ensinam-nos que o valor do testemunho do Evangelho através da proximidade, de diálogo, de solidariedade e fraternidade com os pobres e os marginalizados, será o sacramento vivo do mistério, que é Deus (cf. CODINA).

O essencial para a Igreja no mundo de hoje não são tanto os métodos, as estratégias, mas à fidelidade da Igreja ao Senhor Jesus (cf. EN 41), seguindo o seu estilo de vida pobre, humildade, despojado, feliz, apaixonado pelo Evangelho. Assim, precisamos de uma verdadeira conversão do coração. Temos necessidade de uma Igreja pobre para os pobres, “sem ouro, nem prata, nem cobre, nem bolsas, nem duas túnicas (cf. Mt 19,9-10; Mc 6, 6-8; Lc 9, 3-4). Pois os “santos esforçaram-se tantos e com tanta alegria, por serem pobres e humildes, e nós nos esforçamos tanto e, com tristeza (cf. Mt 19,22; Mc 10,22), por sermos ricos e importantes?” (COUTO, 2012).

Consequentemente, ao longo da história da Igreja, esta tem insistido sobre a importância de testemunho (cf. AA 6; 11; AG 9; EN 41; RMI 42) e no Sinodo dos bispos, do ano 2012, que falava da Nova Evangelização, deu uma certa ênfase à respeito do testemunho da Igreja neste mundo secular (cf. INSTRUMENTUM LABORIS 2012, 41-89). Não podemos ficar indiferentes e fechados, mas temos que olhar para a Igreja Primitiva, onde os cristãos enfrentaram tantos desafios e isso nos dá coragem para termos um olhar e atitude de fé e de esperança ao enfrentarmos os desafios do mundo moderno e considerá-los como

possibilidades, pois vivemos neste mundo, mas não somos do mundo (cf. Jo 15,19; 17, 11.16).

De facto, os desafios despertam-nos para sermos mais criativos e realistas para expressarmos melhor à nossa sede de Deus, através de ações concretas, como Povo de Deus aos nossos irmãos mais necessitados (cf. EG 89). De irmos ao seu encontro, de valorizá-los e aceitá-los e em comunhão procurar o bem comum de todos. Aprender a sofrer com eles na sua caminhada histórica (cf. Ib. 91).

Pareceria um idealismo irrealista, mas podemos lembrar-nos da santa Teresa de Calcutá que foi canonizada no dia 04 de setembro de 2016. Era a fundadora das Missionárias de Caridade, onde dedicou todo o seu tempo, a sua força e bens adquiridos em benefício dos pobres abandonados na Índia e mais tarde espalhou-se pelo mundo e atualmente estão presentes em 140 nações, com 745 centros, com 5000 Irmãs e um grande número de voluntários. Recebeu muitas condecorações de alta distinção pela sua dedicação aos pobres e recebeu o Prémio Nobel da Paz pela sua obra caritativa em favor dos abandonados do mundo, no ano 1979. Quando morreu, milhares de pessoas estiveram presentes, entre elas, os pobres e abandonados, reinos, chefes de estados e governo de todo o mundo.

O mundo teve grande admiração e apreço por ela, não porque anunciou Cristo com palavras, isto é, "anúncio explícito" (EN 22), mas a sua vida foi um testemunho vivo e radical do Evangelho, como ela dizia: " De sangue sou albanese, nacionalidade de Índia, por fé uma Irmã católica, pela minha devoção pertença ao mundo, por coração pertença completamente ao coração de Cristo".³³O testemunho de uma vida alegre, humilde, dedicada silenciosamente aos outros, ao trabalho humilde, acolhedora, próxima das pessoas, fruto de uma

³³Este breve comentário de Madre Teresa foi extraído dum livro escrito por K. Spink, uma voluntária que trabalhou com ela durante 13 anos. De facto, durante a sua vida não queria que alguém escrevesse uma bibliografia completa sobre ela, mas mais tarde, o autor teve a licença de escrever a sua completa bibliografia com o título: *Mother Teresa. An authorized biography*, London, 1997. Além deste livro, alguns comentários encontrados no internet sobre a sua canonização feita no dia 04 de setembro de 2016, no Vaticano. Houve ideias pro e contra à sua canonização, contudo, consideramos as diversidades de perspectivas e posições são normais neste mundo pluralista de ideologias, convicções e valores.

interioridade profunda. Desta maneira, cria admiração e suscita interrogação, pois no fundo do coração, esconde o mistério inefável do amor de Deus (cf. LIBÂNIO, 2003, p. 57-59).

Pela nossa impressão pessoal, que comunga com tantas outras pessoas, o atual Papa Francisco é um símbolo de uma Igreja que é humilde, como dizia o teólogo Gaillardetz. Isto significa que, ele admite a imagem de uma Igreja em peregrina (cf. LG 8; UR 6), que está consciente dos erros no passado e ao mesmo tempo as fraquezas e os pecados de hoje em dia, por isso que, no Decreto sobre o Ecumenismo diz: “ Como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma” (UR 6).

Humildade não significa fazer grandes sacrifícios e asceticismos, preocupar-se com os seus erros passados, mas uma Igreja que saiba alegrar-se e celebrar os carismas de outras pessoas e instituições. Uma pessoa humilde não se preocupa consigo mesma, mas sabe apreciar a beleza e a verdade que se encontra nas outras religiões (cf. GAILLARDEZ, An interview, 2016).

Além de mostrar-se como uma Igreja humilde, o Papa está insistindo e ele procura mostrar também que a Igreja é misericordiosa, por isso que ele ressaltou à importância da misericórdia de Deus como o ícone de todo o Ano Santo, e tornou-se concreta através de “Missionários de Misericórdia”, como expressão direta da solicitude e proximidade do Papa para com os pecadores (PAPA FRANCISCO, 20.11.2016,9).

Agora é tempo favorável para a Igreja de usar a “medicina de misericórdia” (cf. GAILLARDEZ, 2016), que se fundamenta no Evangelho, que é o próprio Cristo e pela vocação e missão somos convidados de sermos servos do Evangelho em todas as suas dimensões (cf. Ib.).

É verdade que há abusos de rebaixar a dignidade humana com todas as formas, porém, a Igreja não cessa de dar o seu testemunho e contributo de proclamar e defender o direito humano, como direito fundamental que jamais será reduzido, que é contrário à escravidão, porque, esse direito é penetrado pela luz do Evangelho. Desta maneira, a família humana torna-se unida como filhos de Deus, embora a missão prioritária da Igreja não é de “ordem política, económica

ou social” (GS 42), mas de ordem religiosa. No entanto, a Igreja não é alheia àquilo que toca a vida humana na sua totalidade. Além disso, ela valoriza todas as iniciativas e movimentos para a unidade, desde que, “promover a unidade é efetivamente, algo que harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é, em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (Ib.).

Consciente da sua missão, a Igreja ensina que a união na vida social tem de haurir do Espírito de Deus, fonte da unidade e de caridade, pois a vitalidade da Igreja de dar testemunho de Cristo, vem do Espírito Santo. Deste modo, produz uma certa credibilidade nos homens de hoje. Isto significa que, a Igreja universal e em concreto a nossa Igreja local tem de tornar-se lugar sacramental do Reino de Deus para os homens de hoje, de superar as barreiras por causa de raças, origens, religião (cf. ANDREONI, 2012, p. 8). Ela procura mostrar um amor mais tangível de defender a paz entre os povos e a justiça social, segundo o modelo do Mestre “que não veio para ser servido, mas para servir” (Mt 20,28).

2.5. Uma Igreja em espírito de serviço ao mundo

A Igreja do Vaticano II não tem a característica de dominar, porém, como diz o Papa Paulo VI na sua homilia que “ toda esta riqueza doutrinal orienta-se apenas a isto: servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades” (PAULO VI, 1965). Este modelo de serviço está em Jesus Cristo, o Servo da humanidade. Além disso, com a interação dos membros da nossa Igreja local, em que é formada de hierarquia, religiosos e leigos, todos se enriquecem mutuamente para servir os homens concretos e situacionais, de acordo com as nossas necessidades reais (cf. GS 3). Isto é, a salvação integral (cf. EN 29).

2.5.1. Uma Igreja que serve segundo o modo de Jesus

Como todos nós sabemos, Cristo veio ao mundo não para ser servido, mas para servir e dar a vida pelos seus no alto da cruz, como diz: “ O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida para resgatar a multidão” (Mt 20, 28; cf. Mc 10,45; Jo 3,17).

Essa imagem de servo provavelmente foi tirada no livro do profeta Isaías, em que fala dum servo que tinha perdido a sua aparência humana, porque era desprezado e rejeitado pelos homens. Sofreu muito, não pelas suas próprias culpas, contudo, pelas dores e culpas dos homens. Estes estavam perdidos e desgarrados, porém, Javé fez cair sobre ele os crimes da humanidade e foi condenado, como um cordeiro levado ao matadouro e não abriu a boca (cf. Is 53, 4-7).

Podemos encontrar, também, na carta aos filipenses, uma descrição com o mesmo conteúdo como acima. Já não se fala dum servo, contudo, fala-se de Jesus que sendo Deus, esqueceu-se da sua condição divina, porém, humilhou-se a si próprio e fez-se homem, semelhante aos homens, foi obediente até à morte na cruz, por isso Deus o exaltou e lhe deu o nome que está acima de todos os nomes (cf. Fil 2, 6-9).

Para continuar a sua missão, na terra, Jesus chamou um grupo de 12 pessoas que se chamavam apóstolos, de viver com ele, a fim de serem ensinados com as suas palavras e sobretudo com as suas ações, o que eles entendiam pela palavra “ servir “ ou “servo”, de acordo com a lógica de Jesus. Mesmo assim, até quase no fim da sua vida, eles não entraram totalmente no plano do Mestre, por isso, numa altura, começaram a discutir entre si quem seria o maior dentre eles. Porém, com paciência, Jesus disse-lhes:

Os reis das nações dominam sobre elas, e os que têm poder sobre elas são chamados de benfeitores. Mas entre vós não deve ser assim. Pelo contrário, o maior dentre vós seja como o menor, e quem governa como alguém que está servindo (Lc 22, 25-26).

Noutro lugar, Jesus falava que ele iria ser rejeitado, morto e ressuscitado ao terceiro dia. Porém, Pedro reagiu e dizia-lhe que isso não lhe haveria de acontecer, assim, ele tornou-se impaciente e dirigiu-lhe palavras duras: “ Vá para trás de mim, Satanás! Tu és para mim uma pedra de tropeço, porque não pensas nas coisas de Deus, e sim nas coisas dos homens” (Mt 16, 23).

Desta vez, uma pessoa que não estava incluída no grupo dos doze, a mãe dos filhos de Zebedeu pediu a Jesus para que os seus dois filhos sentassem, um ao seu lado direito e o outro ao lado esquerdo. Em seguida Jesus disse-lhes

novamente: “ E quem de vós quiser ser o primeiro, seja o servo de todos. Assim, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a própria vida como resgate por muitos” (Mt 20, 27-28).

Podemos encontrar mais concretamente muitas outras passagens nos Evangelhos em que falam dessa missão de serviço. Mas há outro texto que nos chama atenção. É o texto da última ceia, antes de ser entregue para ser apanhado, a fim de realizar a obra salvífica, Jesus lavou os pés dos seus apóstolos. Em seguida começou a ensinar-lhes que eles deveriam fazer como ele lhes tinha feito, sendo Mestre e Senhor. Repetiu mais uma vez as palavras-chaves: de servir uns aos outros como ele tinha feito (cf. Jo 13, 5-15): “ O servo não é maior do que o seu senhor, nem o apóstolo é maior do que aquele que o enviou” (Jo 13, 16).

No fundo, o servo de Javé, Jesus Cristo, fez-se Homem e toda a sua vida foi uma missão de serviço, sobretudo, através das suas ações concretas e por fim foi até ao extremo, morrendo no alto da cruz. Tudo isso, para expressar o misterioso amor e misericordioso de Deus Pai e da grandeza do homem, por isso, Deus ofereceu como extraordinário sacrifício o seu Filho (cf. DvM 7) “para satisfazer à fidelidade do Criador e Pai para com os homens, criados à sua imagem e escolhidos neste mesmo Filho desde o ‘princípio’, para a graça e a glória” (Ib.). De modo que, Cristo é a expressão máxima do amor do Pai: “Tanto amou Deus ao mundo, que lhe entregou o seu Filho Unigénito, a fim de que todo o que crê nele não se perca, mas tenha a vida eterna” (Jo 3, 16).

Isto não quer dizer que, não há mais autoridade na Igreja, mas os que assumem certas responsabilidades como autoridades, têm de atuar como servos baseando na lei do amor (cf. Jo 35). Ter as características de velar, acompanhar e encaminhar os cristãos e as outras pessoas para um destino certo que é o Pai “ Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém pode ir até ao Pai senão por mim” (Jo 14, 6).

De facto, no Novo Testamento, a autoridade e poder, muitas vezes não se usa na posição de poder para comandar ou dominar, porém, usa-se como função de serviço dentro duma comunidade de cristãos, como veremos:

Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de serviços, mas o Senhor é o mesmo; diversidade de modo de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. A cada um é dada a manifestação do Espírito para proveito comum (1 Cor, 12, 4-7).

Por isso, podemos encontrar no Novo Testamento, os que tinham autoridade só usavam linguagens suaves de persuasão e exortação (cf. POWELL, 1967,p.110-111). Pois estavam conscientes de si como servos do Evangelho, como Paulo diz: “ Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, escolhido para o Evangelho de Deus...” (Rm 1, 1; Fil 1, 1; 2Tm 1,2; Tt 1,1).

Os apóstolos foram os verdadeiros seguidores e servos de Jesus. Eles, de facto, mostraram a sua fé e o seu amor a Deus de serem os servos do Evangelho, desde que todos sofreram e morreram como mártires. Verdadeiramente, a ressurreição de Jesus Cristo deu-lhes um novo significado da vida e transformou-lhes totalmente. Como são Paulo confessou a sua fé e convicção: “Se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos, pois amanhã morreremos” (cf. 1 Cor 15, 32). Assim, como apontámos acima, antes eram medrosos e escondiam motivações falsas, contudo, a ressurreição de Jesus foi o motivo principal da mudança radical dos apóstolos.

2.5.2. A diaconia da Igreja

O Concílio Vaticano II procurou regressar à Sagrada Escritura e aos Padres da Igreja, no grosso modo, a partir do século III ao século VII, no que toca a identidade da Igreja para a missão de serviço, de acordo com o espírito do Evangelho (cf. ALMEIDA, 2005, p. 105). Infelizmente, com a proclamação do imperador Constantino de conceder a liberdade religiosa à Igreja, a vida desta foi alterada gradualmente. A hierarquia da Igreja preocupou-se, sobretudo com privilégios e honras, de maneira que, a sua identidade e missão foram ofuscadas (cf. lb.,p. 106-110). Por isso, o Papa João XXIII, com a sua simplicidade queria sacudir a “poeira imperial”, de acordo com as palavras pronunciadas por ele (cf. CONGAR, 1963, p. 152 ; ALMEIDA, p. 110), de regressar à identidade da verdadeira Igreja, segundo o espírito de Cristo (cf. CONGAR, p. 153). Obviamente, o Vaticano II regressou à fonte como tínhamos mencionado acima. “ O nosso século de não-religião é também um século de admirável renovação de

evangelismo. Não nos deslumbramos mais com o carmin e o dourado, com os brasões e os títulos em *issimo*” (CONGAR, p. 156-157).

Assim, a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, fez a sua renovação, com uma atitude de humildade para o serviço, segundo o modelo de Jesus, que tínhamos comentado acima. Que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida pela salvação do mundo, com o intuito de criar unidade de toda a humanidade (cf. GS 3). De sorte que, não há outro caminho para nós os cristãos, se não de servir com maior prontidão e eficácia os seus irmãos, sobretudo os mais necessitados (cf. GS 92).

Com o espírito de humildade, abertura e serviço, a Igreja já não considera o mundo como um inimigo a vencer, porém, ela valoriza a sua autonomia e além disso, ela também é uma parte integrante do mundo, embora não é do mundo, desta sorte, as alegrias e as preocupações do mundo, sobretudo, dos mais pobres tornam-se suas (cf. GS 1). Ela preocupa-se de criar um diálogo crítico com o mundo (cf. CALIMAN, 2004, p. 232), pois ela quer dar a sua contribuição para salvar o homem e a humanidade, e quanto ao primeiro, na sua integridade e unidade: “corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS 3). Em fim, o Papa João XXIII desejava uma Igreja aberta para salvar os cristãos, não-cristãos e o mundo dos pobres (cf. CALIMAN, *ib.*).

O Vaticano II mudou o paradigma da Igreja, para uma atitude de abertura, de diálogo e serviço, como sinal de amor à humanidade, contrária da atitude anterior, em que se preocupava consigo mesma, da sua honra e poder e tudo o que estava fora dela era considerado como inimigo a vencer (cf. PAPA PAULO VI, Homelia, 1965). As palavras belas de santo Agostinho podem ajudar-nos: “Aquele que está à frente do povo deve antes de tudo compreender que ele é o servidor de todos, pois o Senhor dos senhores não desdenhou colocar-se ao nosso serviço” (S. AGOSTINHO, *Sermão* 32).

O serviço tornou-se um dos importantes elementos na eclesiologia do Vaticano II e serviria como modelo de inspiração para a missão da Igreja, embora, a sua missão primordial é de anunciar explicitamente o Reino de Deus.” Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as

promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré Filhos de Deus, não forem anunciados” (EN 22). No entanto, a Igreja não renunciou a vida integral do homem e da sociedade (cf. Ib.19; 29), para à sua renovação (cf. Ib. 18).

Com a visão integral da salvação, na caminhada da Igreja com toda a humanidade, ela participa nas suas alegrias e preocupações, tornando-se como fermento e alma da sociedade, a fim de renová-la segundo a vontade de Cristo e de fazê-la uma só família humana (cf. GS 3). Por outro lado, ela está continuamente consciente da raiz do pecado no coração humano, por conseguinte, há sempre conflitos, guerras e outras consequências desastrosas, mas ao mesmo tempo há um raio de esperança para as mudanças, porque o Espírito está continuamente a atuar na história (cf. GS 40; BARREIRO, 1994, p. 96-106).

Sobre o serviço da vida integral, a Igreja tem vindo a contribuir para promover e defender a cultura da vida, ameaçada desde o início até à morte, pois a vida existe para si, para os outros e para Deus. Como declarou o santo Papa João Paulo II, na sua encíclica *Evangelium Vitae*. Os bispos de Brasil também foram muito claros nesse aspeto da defesa da vida integral. De combater todas as espécies de miséria e de exclusão, cuidar da casa comum, sobretudo da ecologia (f. CNBB, 2011, 65-71).

O Cardeal Suenens foi mais concreto e dizia que, o sentido do homem que estamos a falar não é num sentido abstrato e conceitual ou um amor sentimental da humanidade, mas é um contacto com a história concreta da vida humana, como uma verdade existencial do cristianismo (cf. SUENENS, p. 68). Pois São João disse: “ Se alguém disser: eu amo a Deus, mas se tiver ódio ao seu irmão, esse é um mentiroso, pois aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (1 Jo 4,20).

De facto, através dos documentos da Igreja, das reflexões e dos estudos dos grandes pensadores da Igreja, que o futuro da Igreja dependerá do testemunho dos seus membros, isto é, sem falar de Cristo e do seu Evangelho, mas a fé fala-se no mundo da vida do dia a dia, nos cristãos que formam as comunidades, através de uma vida transparente, livre, acolhedora que resulta

duma interioridade profunda alimentada pela Palavra de Deus e pelos sacramentos, para suscitar a fé e de dedicação aos seus irmãos mais últimos (cf. CONGAR, p. 156). Ela convida as pessoas para uma admiração e reflexão sobre Cristo e a Realidade Última, como o caso de santa Teresa de Calcutá, que foi aludido ou do bispo Romero, onde sacrificou a vida pela defesa dos mais fracos e oprimidos.³⁴

De modo que, na homilia da véspera do encerramento do Vaticano II, o Papa Paulo VI explicitou brevemente a atitude da Igreja, como sinal da sua renovação *ad intra* e *ad extra* como declarou:

A Igreja declarou-se quase escrava da humanidade, precisamente no momento em que tanto o seu magistério eclesiástico como o seu governo pastoral adquiriram maior esplendor e vigor devido à solenidade conciliar, a ideia de serviço ocupou o lugar central (PAULO VI, Homilia, 1965).

Portanto, em relação à missão de serviço, ou diaconia, esta deve dar cor a cada membro da Igreja, sobretudo dos que têm a missão de reger o Povo de Deus, em concreto na nossa Igreja em Dili, porque somos todos batizados, de sorte que, a nossa adesão à Cristo na fé, esperança e caridade, compromete-nos de servir os nossos irmãos, como Cristo fez, pois a Igreja foi feita para servir de mais a mais à hierarquia. Jesus deu a vida por nós e por nossa parte, devemos dar a nossa vida pelos nossos irmãos, sobretudo os últimos (cf. MENSAGEM DO VATICANO II, 20.10.1962).

2.5.3. A Igreja dá e recebe do mundo

Ao longo da história, a Igreja estabeleceu um dualismo entre a esfera sacral e a realidade humana e do mundo. Contudo, a partir do Vaticano II, como tinha declarado que a Igreja é serva da humanidade, por isso, esse pronunciamento não foi apenas um mero conceito, porém, ela tem vindo a dar grandes contribuições para o bem da humanidade em geral. De apelar pela unidade e de evitar os conflitos e guerras que só geram sofrimento, pobreza e inimizade. Por isso se diz: “Promover a unidade é, efetivamente, algo que se

³⁴J.B.LIBÂNIO, *Olhando para o futuro. Prospectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina*, São Paulo: Ed. Loyola, 2003, pp.56-59. Podemos encontrar também no livro de J.FUELLENBACH, *Throw fire*, Manila: Divine word, 2000, p.306-307.

harmoniza com a missão da Igreja, pois ela é, em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (GS 42).

A voz da Igreja tem sido ouvida e posta em consideração, porque, ela não está ligada à nenhuma força ideológica, política, cultural ou social, mas o seu interesse é para o bem comum das pessoas em geral e sobretudo dos pobres, em concreto, na nossa Igreja particular (cf. Ib. 42). Um exemplo concreto muito atual, é a Exortação apostólica do Papa Francisco, *Laudato si*, sobre o cuidado da casa comum. Em que o mundo está ameaçado com a alta concentração de gases de efeito estufa, causado pelo uso intensivo de combustíveis fósseis (Cf. LS 23), como consequência, cria mudança climática e a nossa casa comum está a ser ameaçada e quem sofre as suas consequências são os pobres (cf. Ib. 25).

Para solucionar o problema acima, o Papa convida a humanidade para uma mudança de “estilos de vida, de produção e de consumo, para combater esse aquecimento ou, pelo menos, as causas humanas que o produzem ou acentuam” (Ib. 23). Em consideração ao apelo acima mencionado, na Cimeira de Paris, de 2015, chegou-se a um consenso e compromisso de manter a temperatura global ao máximo de 2º C, aos níveis da era pré-industrial e limitar o aumento de temperatura de 1,5º C (cf. ACORDO PARIS, 2015). E estão surgindo organizações, sobretudo católicos que estão suportando o apelo do Papa Francisco (cf. ASSIS, 04. 10. 2017). Ou o caso de migrações.

De maneira que, os responsáveis da Igreja apelam a todos, mas sobretudo, aos seus filhos de dar o seu máximo contributo para poder construir uma sociedade onde haja solidariedade, fraternidade, paz e progresso. Ao mesmo tempo, de não criar dicotomia na vida pensando que as “ocupações terrenas, como se estas fossem inteiramente alheias à vida religiosa, a qual pensam consistir apenas no cumprimento dos atos de culto e de certos deveres morais” (Ib. 43). Pelo contrário, é um erro grave quando comportamos desse modo. Por conseguinte, todos os cristãos, que formam a Igreja, cada um a seu modo, procuram de tal maneira, para que as suas atividades terrenas e ao mesmo tempo da sociedade em geral possam ser penetradas pelo valor do Evangelho (cf. Ib. 43 ; EN 19).

Por outro lado, a Igreja, ao longo da história, tem aprendido muito através dos progressos científicos, as riquezas encontradas em várias formas de culturas que manifestam a natureza do homem, de aprender usar as linguagens apropriadas dos interlocutores e conceitos filosóficos. Deste modo, as pessoas possam exprimir a sua fé segundo a mentalidade e cultura desse povo (cf. GS 44; RAMOS, p.94). Graças à esses intercâmbios, ajudam a Igreja para realizar a sua missão principal que é o estabelecimento da salvação da humanidade segundo o desígnio do amor de Deus, de “recapitular todas as coisas em Cristo, tanto no céu como as da terra” (Ef 1,10).

O Vaticano II diz que, é necessário de respeitar a autonomia das atividades humanas, incluindo as ciências positivas com os métodos peculiares de cada ciência e outras realidades terrestres, que têm as suas leis e valores próprios e estão de acordo com à vontade do criador, como atesta: “Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos de saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus” (GS 36).

Assim, a Igreja tem uma atitude positiva, recetiva e alegra-se com os progressos científicos, pois o Criador inculcou na mente humana uma potência admirável para poder continuar com a obra criadora de Deus. De facto, segundo a antropologia cristã, a criação não terminou na altura quando o Senhor criou o universo e todos os seus conteúdos, contudo, ela continua até aos nossos dias e isso continuará ao longo da história da vida humana (cf. LE 4)³⁵.

Pelo contrário, alguns autores das ciências positivas vão mais além do objeto formal dos seus estudos e exageram nas suas conclusões e procuram sair do âmbito da competência da metodologia como ciência positiva, para entrar num âmbito que é fora da sua competência, que exige uma outra interpretação não à luz da razão, porém, à luz da fé. Neste caso, a questão fundamental não

³⁵ É uma discussão sobre a teologia da criação, sobretudo com o autor C. Westermann, *The creation*, e que no documento do santo Papa João Paulo II tem vindo a expor esta ideia, sobretudo no número 4 de *Laborem exercens*.

está na ciência em si como um saber científico, que de facto, não contradiz com a fé, mas é uma questão dum determinada ideologia que bloqueia o caminho de diálogo entre a fé a ciência (cf. FR 85; EG 243). Podemos mencionar esses abusos, entre outros, como o ecletismo, historicismo, cientificismo e pragmatismo (cf. FR 86-89).

Portanto, a sociedade humana em geral e em relação à nossa realidade, sentem-se que a Igreja não está alheia à realidade do mundo, pois, os que formam a Igreja estão inseridos nela. Além disso, foi muito claro que ela não tem atitude alheia perante aos anseios e aos problemas do mundo (cf. GS 1). Ela está continuamente a dar o seu contributo para que o mundo possa viver em paz, na solidariedade e procurar o bem comum de todos (cf. GS 26). Por outro lado, na sua caminhada história, a Igreja também está recebendo a contribuição do mundo, através de novas ciências e tecnologias, como meios para poder realizar com eficácia a sua missão evangelizadora. Pois “a chave, o centro e o fim da história humana se encontram no seu Senhor e mestre “ (GS 10). Ele é o alfa e omega (cf. Ib. 10).

Considerações finais

Como tínhamos falado no capítulo primeiro que, a nossa Igreja de Díli está enfrentando vários desafios, internos e externos, visto que, ela ainda tem um carácter predominantemente hierárquica e centralizada, embora está em vias de transição. Por isso, a eclesiologia do Vaticano II, Povo de Deus, que acabámos de refletir, serve-se de guia para mudarmos a nossa maneira de pensar e atuar, assim, gradualmente, entramos em sintonia com as linhas mestras da eclesiologia do Povo de Deus.

Pela fé em Deus, que é uno e trino, Pai, Filho e Espírito Santo, todos os membros da Igreja assumem missões diferentes e ao mesmo tempo são complementares, Uma vez que com o sacramento de batismo, formamos parte do Povo de Deus. Como consequências, criamos comunhão com Deus e ao mesmo tempo estabelecemos comunhão com outros membros da Igreja. De maneira que, todos somos irmãos e irmãs, iguais em dignidade e chamados para

à santidade, como o Senhor nos convidou: “Quanto a vós, santifiquem-se, sejam santos, porque eu sou Javé, o vosso Deus” (Lv 20, 7).

Como acabámos de ver que, o Povo de Deus não é uniforme, porque o Espírito Santo concede a todos os membros diferentes ministérios e carismas, conforme lhe apetece para o enriquecimento mútuo, e ao mesmo tempo para o serviço da missão de uma evangelização integral. O nosso modelo de serviço está em Jesus Cristo, que veio ao mundo e toda a sua vida foi um ministério de serviço e por fim expressou o seu maior dom no alto da cruz. Por isso, os que têm dons especiais, têm maior responsabilidade na missão de serviço e não há razões para se gloriarem.

No entanto, somos formados de pecadores que estamos peregrinando, em direção à casa paterna, que é a plena realização do Reino de Deus. De maneira que, como tínhamos debruçado que há sempre essa tentação de egoísmo para tornarmo-nos o centro de tudo, como tinha acontecido no passado e mesmo agora estamos sentindo, os rastros, como tratámos no primeiro capítulo, e podemos não realizar o máximo, as determinações do Concílio. Este apela-nos para uma constante conversão, de uma mentalidade fechada para à abertura, de diálogo e mútua cooperação, com humildade reconhecer os carismas dos outros membros do Povo de Deus na nossa Igreja, para criarmos comunhão entre nós e de mãos dadas trabalharmos juntos para o bem da nossa Igreja e da sociedade onde vivemos.

O Vaticano II convida-nos para o diálogo e cooperação com os nossos irmãos de outras Igrejas e Comunidades, com as religiões não cristãs, criar diálogo inter-cultural, diálogo e cooperação com o estado, a sociedade civil e com todos os que estão abertos. Que tenham boa vontade para construir a nossa sociedade para que haja solidariedade, paz e progresso, pensando no bem comum do nosso povo, em que muitos ainda estão vivendo uma má condição de vida, como tínhamos apresentado também no primeiro capítulo deste trabalho. Deste modo, cada um, à sua maneira e unidos possamos contribuir para o bem da nossa gente, como o centro da nossa preocupação, no interno da nossa Diocese e do nosso país, peregrinando juntos para o Senhor, como “a chave, o centro e o fim de toda a história humana” (GS 10).

CAPÍTULO III

A EVANGELIZAÇÃO QUE QUEREMOS NA DIOCESE DE DILI, SEGUNDO A RENOVAÇÃO DO VATICANO II

Evangelizar hoje, não é uma missão fácil, nesta era de globalização e do avanço da ciência e de tecnologia. As pessoas não perderam a noção de Deus, no entanto, estão procurando novas vias mais espontâneas e livres de acordo com as suas necessidades e querem livrar-se das religiões tradicionais apegadas à estruturas rígidas. E a via que hoje em dia tem maior aderentes e está crescendo cada vez mais é o novo movimento da Igreja de caráter pentecostal não católica (cf. BERGER, 2014). E este fenómeno está acontecendo também com a nossa Igreja em Dili, como tínhamos mencionado no capítulo primeiro, quando tratámos de cristãos pentecostais não católicos que entraram no nosso país e na nossa Diocese de Dili.

Perante aos desafios que a nossa Diocese está enfrentando, ela fica de braços cruzados? A Igreja, como Povo de Deus, pela sua vocação, todos os membros são chamados para serem missionários de evangelização, sem exceção. De pôr em andamento a missão evangelizadora, segundo o mandato de Jesus Cristo (cf. Mt 28, 19), de acordo com as orientações do Vaticano II.

De modo que, este capítulo, é uma continuidade do capítulo anterior, que se trata do ideal da identidade da Igreja e neste, trata-se do ideal da sua missão, que é evangelização integral, de acordo com as exigências da Igreja do Vaticano II e do pós-concílio, como ponto da chegada, da nossa evangelização nos tempos atuais e no futuro. Por isso, este capítulo, serve-se de critério para orientar-nos como poderíamos fazer a evangelização na nossa Diocese de Dili, para que os valores do Evangelho possam penetrar as camadas sociais, políticas, culturais e económicas dos nossos cristãos, sem pôr de lado o anúncio explícito sobre Jesus Cristo, o salvador do mundo, como a missão prioritária do Povo de Deus (cf. EN 28).

Porém, como tínhamos aludido que, para que a evangelização haja eficácia e os anunciadores sejam credíveis, precisamos dum maior envolvimento do Povo de Deus, de modo que, todos precisamos de contínua conversão, para estarmos abertos aos ensinamento da Igreja, tendo em consideração que, a Igreja é santa, contudo, os seus membros são santos e pecadores, de modo que, precisam constantemente da sua renovação, como diz o Vaticano II (cf. LG 8; UR 2). Renovar-se continuamente para não se tornar uma instituição absolutista, centrada em si mesma, como tinha acontecido nos tempos anteriores ao período do Vaticano II, de ter uma atitude mais humilde, aberta ao diálogo e colaboração *ad intra*, com as outras Igrejas, as religiões não cristãs, aberto ao diálogo pluricultural e inter-cultural e ao diálogo universal. Todos esses esforços com o intuito de criar comunhão para a defesa e promoção do homem na sua unidade e integridade, como o fulcro da missão da Igreja (cf. GS 3). Isto é, tornar-se serva da humanidade.

Além disso, é um desafio para a nossa Igreja particular de colocar no centro da sua missão evangelizadora os pobres, como seu primeiro interlocutor na sua missão evangelizadora. Pois, hoje em dia, como tínhamos debruçado que a maioria da nossa população ainda está a viver numa condição que precisa de ser dignificada, embora temos de estar conscientes que fomos colonializados por vários séculos e além disso, sofremos guerras fratricidas e todas as suas consequências desastrosas, de maneira que, precisamos de tempo, recursos e boa fé na construção do nosso país, em que está incluída a nossa Diocese.

De facto, a Igreja de Dili, como tínhamos mencionado que ao longo da sua caminhada histórica, todo o território era só formado por uma Diocese até o dia 30 de novembro de 1996, com a divisão da nova Diocese de Baucau. Ela mostrou-se uma Igreja pobre, na defesa dos pobres e casa dos pobres. Baseando nas suas experiências passadas, como tínhamo aludido no primeiro capítulo, ela deve estar consciente e ter esperança perante aos desafios atuais, visto que, o Espírito Santo é o protagonista da continuidade da Igreja, por isso que ela, como Povo de Deus, deve deixar-se de ser conduzida por ele em cada momento e em cada época (cf. EG 280).

3.1. Da sacramentalização à evangelização: a renovação conciliar

Como tínhamos acenado no capítulo primeiro que, a nossa pastoral ainda está em transição, com acentuação nas celebrações dos sacramentos ou pastoral de conservação. Mas com os desafios que apontámos, não podemos manter a nossa evangelização como tal. Temos que pensar numa evangelização segundo os ensinamentos do Vaticano II, que é integral e de todo o Povo de Deus, num clima de fraternidade, sem exclusivismos, tendo em consideração as realidades históricas, culturais e religiosas do nosso contexto, sem esquecer o anúncio explícito, como a nossa missão prioritária (cf. EN 22).

3.1.1. O conceito de evangelização

Para podermos ter uma ideia clara do termo *evangelização*, vamos dar uma compreensão global. Esta refere-se à missão da Igreja num sentido amplo, isto é, através de diversas atividades. Assim, a evangelização tem um significado muito rico e integral, como está na exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* (cf. EN 29), e que a sua essência é Jesus Cristo (cf. DA, 1991, 8).³⁶ Por conseguinte, neste capítulo, vamos tratar da evangelização nesta perspectiva global.

Como todos nós sabemos, e além disso, tínhamos apresentado no capítulo anterior que, o Vaticano II foi um grande Concílio, como dizia Rahner numa das suas entrevistas:

A nossa afirmação é a seguinte: o Concílio Vaticano II foi embrionariamente a primeira auto-realização oficial da Igreja enquanto Igreja mundial. (...) Aqui, sob a aparência de um desenvolvimento óbvio e gradual, teve lugar algo como um salto qualitativo, mesmo quando esta nova essência da Igreja mundial está ainda amplamente coberta, não apenas "in potencia", mas também "in actu", por todas as peculiaridades da velha Igreja ocidental (RAHNER).³⁷

Lendo todo o artigo do teólogo, a sua intenção era de tratar do primeiro Concílio em que estavam presentes todos os bispos do mundo inteiro e isso era

³⁶ Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso e Congregação para a Evangelização dos Povos, 1991. É um documento conjunto entre duas instâncias da Santa Sé, para recordar os 25 anos da promulgação da Declaração *Nostra aetate*, do Concílio Vaticano II.

³⁷A análise é de Karl Rahner, em artigo publicado por *Religión Digital*, 20-10-2015.

um sinal de responsabilidade de toda a Igreja que é colegial. Era sinal que, todos preocupavam-se de uma Igreja aberta aos tempos atuais para poder anunciar Jesus Cristo aos homens de hoje, embora a sua implementação ainda seja embrional, pois o espírito do Concílio não estava ainda bem implementado (cf.Ib.).

Assim, podemos ver que, o Vaticano II por ser um Concílio pastoral, por isso que necessitou de uma profunda reflexão sobre a realidade da Igreja e do mundo. Desta maneira, tinha que mover-se de uma eclesiologia jurídica com acentuação na hierarquia da Igreja, triunfalista no próprio julgamento, no fechamento ao diálogo consigo mesma, com as outras religiões e com o mundo, para à abertura e de dar a sua melhor contribuição para um desenvolvimento humano integral (cf. ROXO,1967, p.7-8). Felizmente, a *Lumen gentium* procurou renovar as visões e as posições da Igreja, como veremos em seguida. Desta maneira, alguns teólogos consideravam que o Vaticano II foi uma ruptura do passado e apresentavam os seus argumentos. Outros que prefeririam interpretá-lo como a continuidade, pois, não fez nenhuma renovação no ponto de vista doutrinal, porém, apenas articulou a doutrina no contexto de hoje, isto é, apresentou um novo paradigma no ponto de vista pastoral (cf. JOÃO XXIII,11.10.1962).

Podemos encontrar nas primeiras linhas de *Lumen gentium*, que a Igreja é como o sacramento de unidade de Deus e de toda a humanidade (cf. LG 1). Ou “o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (LG 4), como já dissera Cipriano de Cartago no ano 258 (cf.CATÃO, 01.02 .2013). Consequentemente, Cristo tornara-se a luz não é exclusivo dum grupo, mas dos povos (cf. LG 1). E os cristãos pela sua vocação têm esta grande responsabilidade e missão de anunciar Cristo ou de evangelizar a toda a criatura. “Ide por todo o mundo, proclamai o evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15).

O texto não faz especificação de qualquer povo como o interlocutor da mensagem evangélica, todavia acentua a missão da Igreja, que é aberta para todos os povos, isto é, universal. E segundo as condições atuais, há uma necessidade urgente de anunciar o Evangelho para que possa criar laços de união entre todos os povos pelas diversidades de classes sociais, culturais e religiosas com o intuito de alcançarem a plena união com Jesus Cristo (cf. LG 1).

Ou como diz a *Gaudium et spes*, para que “segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização” (GS 2). No entanto, sempre em consideração com à realidade sócio-cultural e religiosa duma Igreja particular, neste caso, à nossa Igreja de Dili.

De facto, o Papa João XXIII, estava consciente que a Igreja tinha que enraizar-se na doutrina e na tradição, proclamadas ao longo dos séculos, mas ao mesmo tempo uma Igreja que deve “olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida do mundo” (JOÃO XXIII, Discurso de Abertura, 1962). Pois, ele percebia muito bem a realidade da Igreja que, o problema fundamental não estava na receção da doutrina, por isso, como mencionámos, esta não foi a sua preocupação no processo do debate do Concílio. Porém, a questão é que o mundo tornou-se indiferente à doutrina da Igreja e afastou-se dela seguindo o seu caminho próprio. Em relação à essa realidade desafiante, antes do Concílio, já havia grandes movimentos pastorais no interno da Igreja, sobretudo, laicais para a renovação da Igreja e de pastoral, e podemos dizer que o Concílio foi apenas a implementação desses movimentos, com a razão acima (cf. ROXO, 1967, p.11-12).

O Papa falou claramente que, a fidelidade à doutrina autêntica deve ser formulada e anunciada de acordo com a realidade hodierna, com uma linguagem nova e segundo as sensibilidades dos tempos atuais para ser entendida, pois:

uma é a substância da antiga doutrina do ‘depositum fidei’ e a outra é a formulação que a reveste; e é disto que se deve - com paciência, se necessário - ter grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério de carácter prevalentemente pastoral (DISCURSO, 1962).

Dada a grande importância da eclesiologia do Vaticano II, com um carácter evangelizador, por isso que, a Igreja procura apresentar um método novo que é indutivo com o intuito de ler os sinais dos tempos atuais graças à ação do Espírito Santo. Deste modo, a teologia pastoral não é uma simples aplicação de dogma, mas é uma verdadeira prática, e é vista como ponto de partida e ao mesmo tempo como ponto de chegada para anunciar Cristo (cf. ROBINSON, 30.10.2012).

Para compreender bem o intuito de um Concílio, que é pastoral, de acordo com o termo “aggiornamento”, temos que compreender todos os documentos na

sua totalidade, contudo, de modo específico a *Gaudium et spes*, pois, este documento expressa o “fazer” ou a missão da Igreja de evangelizar nos tempos atuais. De fato, o documento acima mencionado, não estava presente na comissão preparatória, visto que, não estava previsto pelo Papa João XXIII, embora como aludimos, que estava presente na sua mente de uma Igreja aberta à renovação em todos os aspetos da sua vida e missão para anunciar o Evangelho através de todos os meios. (cf. RAMOS, 1999, p.64-65).

Esse “aggiornamento” move-se em duas direções: primeiro, a toda a Igreja, como Povo de Deus, *ad intra*. Mostrar a riqueza inefável do amor, da misericórdia de Deus, como o bom samaritano. Que todos os cristãos são iguais em dignidade graças ao sacramento do batismo, como tínhamos visto. O segundo, *ad extra*. A Igreja procura abrir-se ao mundo e dialogar com ele, pois, o mundo enfrenta muitos desafios e problemas de todas as ordens e são graves, por isso, precisa da sua contribuição (cf. ALBERIGO, 2005, p.166).

Deste modo, perante aos problemas e desafios do mundo moderno, o Concílio quer ajudá-lo para dar uma resposta na perspectiva cristã perante as exigências do mundo e das suas transformações profundas e globais. Desta maneira, a questão fundamental, como diz G. Alberigo, não é apenas a reforma institucional, nem tão pouco a modificação de doutrinas, mas de fazer um renovamento profundo e radical de si, conseqüentemente, de apresentar ao mundo as maravilhas da beleza do Evangelho, através da sua evangelização, como diz:

Era pertanto necessario che la chiesa vi facesse fronte con un rinnovamento di grande profondità, in modo da presentarsi al mondo e da indicare agli uomini il messaggio evangelico con la stessa forza e immediatezza realizzata nella Pentecoste originaria. Il richiamo alla Pentecoste, inoltre, poneva in primo piano l'azione dello Spirito e non quella del papa o della chiesa e della stessa assemblea conciliare (ALBERIGO, p. 163).

Isto significa que, o Concílio quer confrontar o Evangelho com a realidade humana, que são os sinais dos tempos e estes são meios propícios para a Igreja poder evangelizar . Deste modo, o conceito da palavra pastoral sofre uma forte evolução com o documento *Gaudium et spes*, uma vez que, a Constituição propõe uma nova metodologia e uma visão integral da evangelização. Ela parte

das realidades da vida humana, com novas linguagens que são mais acessíveis aos homens de hoje.

Podemos dizer que, no ponto de vista pastoral, o Concílio tem feito uma revolução completamente nova, de acordo com a época, pois o mundo e os sinais dos tempos já não são vistos como inimigos que têm de ser vencidos, porém, como lugar teológico, como mencionámos. Este novo paradigma está em consonância com a Tradição viva da Igreja e o contexto em que estamos vivendo, pois a Revelação assume em si um carácter histórico.

3.1.2. Os sujeitos da evangelização

O Concílio Vaticano II foi convocado, como supramencionado para desencadear na Igreja a missão evangelizadora, segundo o mandato de Jesus Cristo. E o Papa Paulo VI dizia: “([...]) que neste lugar e nesta hora devemos proclamar a nós mesmos e anunciar ao mundo que nos rodeia: Cristo! Cristo nosso princípio, Cristo nossa vida e nosso guia; Cristo nossa esperança e nosso fim” (PAULO VI, 29.09.1963).

Com o novo paradigma da eclesiologia do Vaticano II, pela sua natureza, todo o Povo de Deus, falando de cristãos batizados, é missionário, como tínhamos visto na *Lumen gentium* e veremos no *Ad gentes* (cf. LG 1; AG 1), não para anunciar conceitos doutrinários, porém, a mensagem salvadora, que é Jesus Cristo, que amou e entregou-se para a salvação da humanidade (cf. GS 22). A Igreja torna-se o sacramento e serve desta mensagem (cf. Ib. 3). O seu amor a Deus expressa-se concretamente através da sua preocupação prioritária de anunciar o Evangelho, de cuidar dos doentes, perdoar os pecados, sentir-se solidário com os pobres, abertura ao diálogo com todos, a fim de encaminhar o mundo para Cristo (cf. GS 12; GALLO, 2006, p.55-56).

Isto quer dizer que, a Igreja é um Povo unido entre si e na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo (cf. LG 3), e torna-se participante na missão Trinitária de Deus. Por isso, Cristo entrega à sua Igreja a missão de cooperar com o Espírito Santo para levar à frente a missão salvífica (cf. ROXO, p.138-138). Além disso, como acabámos de ver nas frases do Papa Paulo VI que, o Povo de Deus não só pensa em proclamar o Evangelho ao mundo, mas antes de tudo para si

mesmo. Há um duplo movimento na sua evangelização: “de fora para dentro, na conservação e no aprofundamento do mistério possuído” (Ib. p.141), pois como diz a *Lumen gentium* que a Igreja é santa, contudo, os seus membros são compostos de pessoas santas e pecadoras, por isso, necessitam permanentemente de purificação e renovação na sua caminhada histórica (cf. LG 8).

Além da necessidade de permanente renovação de si mesmo, o Povo de Deus, tem de sair para fora e de comunicar a riqueza do amor de Deus, o mistério escondido no seu coração através de anúncio explícito e outros meios, como sinal concreto da evangelização (cf. Ib.p.141-142). Este é o espírito e missão da Igreja de servir à humanidade, como atesta: “toda esta riqueza doutrinal orienta-se apenas a isto: servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades” (PAULO VI, 07.12.1965).

Mas, temos que especificar e ser claro que, a missão evangelizadora não foi entregue somente à hierarquia, embora a hierarquia tenha uma missão muito específica, como tínhamos refletido no segundo capítulo. Além da hierarquia, estão os leigos, que são a maior porção do Povo de Deus. Recebem a missão profética (cf. LG 12), de tornar visível e presente o Reino de Deus no mundo, especificamente na vida pessoal, familiar e profissional, antes de tudo através do seu testemunho.

Pois todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (LG 34; cf. AA 6-8).

Por outro lado, como os leigos são mais expostos ao mundo, assim, como diz o Concílio, eles estão mais aptos para ajudar as outras pessoas, mesmo nas atividades temporais através de uma vida toda de dedicada, desta maneira, o mundo pode ser penetrado pelos valores do Evangelho. Consequentemente, as pessoas podem viver melhor os valores da justiça, de caridade, paz e podem ser orientadas para o fim último (cf. LG 36).

Temos de reconhecer que, os leigos são a maior porção do Povo de Deus na Igreja e além disso, o seu campo da evangelização é imenso e muito variado.

Assim, cabem aos pastores da Igreja de estimulá-los, dar-lhes formação contínua, como tínhamos aludido no capítulo anterior e dar-lhes maior liberdade para poderem exercer a missão de Cristo. A *Apostolicam actuositatem*, chama atenção aos pastores pela comum missão que têm, tanto os pastores, como os leigos de criar comunhão e por outro lado de cuidá-los, como atesta o documento: “Tratem, pois, fraternalmente com os leigos na Igreja e para a Igreja, e tenham deles cuidado especial nas suas obras de apostolado” (AA 25). Hoje em dia, há esse grande e especial atenção às mulheres para que possam dar a sua contribuição visível e eficazmente na vida e na missão da Igreja (cf. EAs 34; 45).

O outro componente e força viva na Igreja, são os religiosos, que o Senhor chamou entre os cristãos para viverem melhor e mais profundo o sacramento do batismo. De entregar-se totalmente a Deus e de seguir mais de perto Jesus Cristo para o serviço de Deus, através dos votos (cf. LG 43-44). A sua missão principal é de testemunhar o valor do Reino de Deus de uma vida toda entregue à Deus e ao próximo, segundo o modelo de Jesus Cristo (cf. lb.45-46).

Portanto, como acabámos de ver acima que, com o batismo, formamos o Povo de Deus e pela vocação, todos somos chamados para sermos evangelizados com a Palavra de Deus, com os Sacramentos e outros meios, para podermos tornar-nos pessoas renovadas. Além disso, sermos transformados pelo contacto direto com as pessoas, sobretudo com os mais pobres e outros novos areópagos (cf. RMI 37-38), pois estamos todos em peregrinação e ao mesmo tempo de anunciarmos a mensagem evangélica, segundo o mandato de Jesus Cristo, antes de subir ao céu (cf. Mt 28,19).

3.1.3. O diálogo e o serviço como pedagogia da evangelização

Como tínhamos abordado no capítulo segundo que, o diálogo constitui um elemento constitutivo do Vaticano II. Diálogo dos membros da Igreja de Dili entre si, com as outras Igreja e Comunidades cristãs, com as outras religiões que estão inseridas no nosso território da Diocese (cf. ES 38; 60-66). O diálogo que se entende não é de carácter polémico, de criar controvérsias e discussão de carácter apologética como tinha acontecido na história da Igreja. Pelo contrário, é um dos meios de evangelização por via de testemunho entre os interlocutores que se

encontram ou se reúnem para compartilhar as suas experiências da fé, das suas convicções e dos seus conhecimentos para se compreenderem e enriquecerem-se mutuamente. Desta maneira, em comunhão, podem prestar melhor serviço à humanidade, sobretudo aos mais pobres (cf. *ib.*; LORSCHIEDER, 2005, p.18-19).

Na *Ecclesiam suam*, o Papa Paulo VI dizia que, o fundamento do diálogo é Deus, onde este se encarnou, fez-se carne e habitou entre nós. Na sua vida terrena, deu a entender ao homem, por meio da sua evangelização em palavras, contudo, sobretudo, nos seus atos, que Deus é amor e quer convidar o homem para participar neste amor (cf. ES 41).

A Igreja do Vaticano II promove e está aberta de dialogar com todos, por isso, além de estabelecer o diálogo com os que mencionamos, ela também dialoga com os nossos irmãos marxistas, com a ciência e a técnica e todas as diversidades de áreas da vida humana “e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração” (GS 1). Pois, ela sente-se solidária com o gênero humano e através da sua evangelização, quer encaminhar o homem para Cristo (cf. *ib.* 22). Desde que, a sua preocupação principal é o homem, de modo que, ela quer que o homem se tornasse cada vez mais humano com todos os desenvolvimentos em todas as áreas (cf. *ib.* 41). Contudo, a sua missão não terminou de defender a pessoa humana e a sua dignidade, porém, de orientá-la para o mistério mais profundo, o fim último do homem (cf. *ib.*).

Assim, podemos dizer que, em todos os seus documentos, a Igreja expressa essa disponibilidade e abertura ao diálogo, como fala a *Lumen gentium*, e especificamente quer dialogar consigo mesma. No Decreto *Unitatis Redintegratio*, constitui a base para o diálogo com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais cristãs. As Declarações *Nostra Aetate* e *Dignitatis Humanae* consideram a liberdade religiosa como base para o diálogo com as outras religiões. E também, aquilo que a *Gaudium et spes* trata, constitui como base para dialogar com todos (cf. LORSCHIEDER, p. 23).

Com o diálogo, suscita unidade e comunhão entre as diversidades de religiões e da sociedade humana, desta sorte, todos de mãos dadas podem servir

a humanidade, como sinal da fidelidade da Igreja à Cristo, que não vem para ser servido, mas servir e entregar a vida para a salvação do mundo (cf. Jo 3,16). Visto que, ela declara-se “a escrava da humanidade” (PAULO VI). Por outro lado, mediante a evangelização da Igreja à sociedade humana, os valores do Evangelho possam penetrar na maneira de pensar e atuar dos homens que dialogam com ela.

Por conseguinte, ela tem regressado a diaconia dos servos de Jahvé, porque ela aprende pelas suas experiências que, com a atitude de dominar, afasta às pessoas, torna-se centro de conflito tanto interno como externo, pois não é fiel ao Mestre. Pelo contrário, com o diálogo, torna-se o fermento para levedar à humanidade. Ela sente que a sua presença torna-se verdadeiramente sacramento de salvação para à humanidade.

Verdadeiramente, “a ideia do serviço ocupou o lugar central” (Ib.) na missão evangelizadora da Igreja. Ela caminha com o mundo, participa nas suas alegrias e anseios, como atesta:

A Igreja, simultaneamente agrupamento visível e comunidade espiritual, caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus (GS 40).

A Igreja adaptou um estilo novo na sua identidade em que está mais aberta para diálogo, de valorização do ser humano, cooperar com todos para o bem e a verdade. Ela abre-se às dimensões temporais, como a vida política, social, económica, cultural, paz e progresso e do desenvolvimento integral dos povos, como podemos encontrar no seu documento pastoral, a *Gaudium et spes* (cf. LORSCHEIDER, p.22-23; ROXO, p. 282-306).

Em suma, cooperar na construção de ordem temporal é um dos deveres dos cristãos, como Povo de Deus. De maneira que, a Igreja esforça-se de dar a sua contribuição ao máximo com todos os meios disponíveis para construir essa fraternidade universal. Deste modo, pode-se alcançar a comunhão que ela aspira, de acordo com a missão salvadora de Jesus Cristo, que é o elemento chave e último da sua vida e da sua missão evangelizadora. “Fare del mondo un mondo

di fratelli veri, perchè tutti sono figli dell'unico Dio: è questo il suo compito fondamentale" (GALLO, p. 56).

3.1.4. Evangelização e promoção humana

Como tínhamos visto, antes do Concílio Vaticano II, a Igreja católica tinha uma visão dualista entre a esfera temporal e espiritual. Tudo o que estava fora da ordem espiritual era considerada profana. No sentido que era impuro, mas como é sabido, o Vaticano II mudou totalmente esse paradigma dualista.

Um dos objetivos do Papa João XXIII, de fazer um Concílio não era de tratar assuntos doutrinários, como tínhamos debruçado. Todavia, um Concílio pastoral, por isso que, a *Gaudium et spes*, é realmente um documento que tem procurado de responder as intenções do Papa. Por ser um documento pastoral e não é dogmática, como *Lumen gentium* e *Dei Verbum*, desta sorte, adotou um método muito diferente que é indutivo e circular, de ver julgar e agir, aplicados já nos movimentos católicos antes do Vaticano II (cf. GALLO, p.46-48).

A Igreja, na sua missão de evangelização, envolve-se na promoção humana integral, no seu ensino social, que se chama "Doutrina Social da Igreja". Isto significa que, ela não avança com termos concetuais, mas através de práxis para responder os problemas concretos dos povos. Esta não é outra coisa, se não, a práxis concreta do Evangelho na vida pessoal e social do homem (cf. EN 29), pois entre a evangelização e a promoção humana há um laço muito profundo, como atesta:

Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há-de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há-de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade (EN 31).

A promoção humana é um serviço à fé, ou melhor é uma das vias de evangelização. Por isso que, a mensagem evangélica e a história humana estão interligadas. É um lugar teológico, onde Deus quer comunicar com a pessoa na sua situação histórica e quer salvá-la. Pois, o Evangelho é dirigido aos homens

concretos e situacionais e não aos homens abstratos. Pelo contrário, tornaria uma utopia para eles.

O Evangelho pode tornar-se luz e força que possa iluminar as organizações e ao mesmo tempo torna-se o fortalecimento da comunidade humana segundo a lei de Deus (cf. Ib.42). Por outro lado, a Igreja está consciente de si que, ela “não entra em questões técnicas e não instituiu, nem propõe sistemas ou modelos de organização social” (DSI 68). Isto não faz parte da missão que Cristo lhe deixou. “Ela tem competência que vem do Evangelho” (Ib.).

Obviamente, a Igreja nunca lavou as mãos perante os sofrimentos dos pobres, pois Cristo veio anunciar a mensagem do Reino de Deus aos pobres e aos oprimidos (Lc 4,18-19). Graças à sua fidelidade ao Evangelho, por isso que, além de anunciar o Evangelho no sentido estrito, ela tem organizações de caráter social para poder atender os mais necessitados, como a *Caritas*. Além disso, uma outra área que ela iniciou e tem promovido ao longo da sua história é a educação. Pois, a educação é o melhor meio para evangelizar e promover a pessoa humana, visto que, a evangelização propõe à educação um modelo de pessoa que ela quer formar. Isto é, um modelo integral. Sem uma educação integral, não há uma evangelização duradoura e profunda, pois, ela exige um processo que precisa tempo (cf. ATOS SDB, 2008, p. 40).

Podemos ver, tantas figuras importantes e organizações católicas que têm contribuído para a evangelização através da promoção da dignidade humana. Na área de saúde, a Igreja católica está contribuindo muito para cuidar dos doentes, nas clínicas e nos hospitais. Na HIV/SIDA, em que quase 25% das pessoas infetadas no mundo são atendidas pela Igreja católica (cf. CARITAS INTERNACIONALIS 2016), pois os pobres e os marginalizados são “outro Cristo”, como diz o Evangelho (cf. Mt 25,31- 46).

3.1.5. A missão *ad gentes*

A missão *ad gentes*, segundo a compreensão do Vaticano II, é ir pelo mundo para anunciar o Evangelho a todas as criaturas, como o primeiro anúncio e batizar (cf. AG 13-14), de acordo com o mandato de Jesus Cristo, de fazer discípulos a todos os povos (cf. Mt 28,19) ou de pregar o seu nome a toda a gente

(cf. Lc 24, 47). Esta missão não é uma atividade secundária e nem tão pouco uma das atividades da Igreja que se deve realizar. Pelo contrário, é a natureza da missão da Igreja (cf. AG 2), visto que, ela existe para evangelizar.

A missão, confiada por Jesus aos seus apóstolos e seus sucessores, tem a sua origem e fundamento na Santíssima Trindade, o que significa, que tem uma dimensão cristológica e pneumatológica. Além disso, também a dimensão eclesiológica e antropológica, no anúncio do Evangelho. Por isso, o núcleo essencial do compromisso da Igreja é um direito sagrado (cf. AG 7), porque participa na missão do Filho e do Espírito Santo. E esta missão é de toda a Igreja, como Povo de Deus, desde que todos receberam o mesmo batismo e todos assumiram o múnus profético de Cristo (cf. LG 12), como consequência, “a Igreja toda missionária” (AG 35). Segundo Congar, o mandato missionário é o “grande mandato” baseando na ordem de Jesus (cf. Mt 28, 19-20). Esta missão é relevante também na nossa Igreja de Dili, embora na sua implementação, como tínhamos visto, não está bem desenvolvida.

A participação de todo o Povo de Deus na missão de Cristo foi considerada como uma mudança de paradigma da Igreja, como tínhamos aludido, porque houve uma clara ampliação e maior abertura à missão da Igreja. Embora, no documento de Pio XII, no *Mystici Corporis* (1943) já se falava do envolvimento dos leigos na missão de Cristo, mas não se deu grande ênfase e foi visto como “auxílio à hierarquia eclesiástica na dilatação do reino de Cristo”(MC 17) . Mas antes disso, durante muitos séculos, foi considerada que a atividade missionária era exclusivamente da hierarquia: bispos e sacerdotes. Deste modo, a visão era predominantemente clerical e de acentuação jurídica e foi superada no Concílio, por uma visão mais ampla e estimulante, considerando o sujeito da missão de Cristo é todo Povo de Deus, incluindo a ação missionária.

O outro aspeto que queremos ressaltar é a “inculturação”. O termo em si, não foi usado neste documento, só apareceu nos anos setenta e foi usado pela primeira vez na exortação apostólica *Catechesi tradendae*, onde se diz que, “o termo ‘aculturação’ ou ‘inculturação, apesar de ser um neologismo, exprime muito bem um dos componentes do mistério da encarnação” (CT 53). Mas *Ad gentes* usou outros termos como “participação na vida cultural” (AG 11). No parágrafo 22,

tornou-se mais claro, mas usou o termo “adaptação”. Dar importância a sabedoria do povo, os costumes e a ordem social, sem particularismos e sem sincretismo, de acordo com as características peculiares de cada nação e cultura, e todos serão esclarecidos à luz do Evangelho para criar a unidade católica.

Como consequência do anúncio, gradualmente implanta a “Igreja particular” que fala no capítulo IV. Segundo alguns estudiosos que, este é o melhor capítulo do decreto, pois fala do missionário como uma vocação, chamada particular de Deus para ir anunciar o Evangelho. Essa Igreja, embora seja jovem ou frágil, é sempre uma Igreja no sentido verdadeiro da palavra, pois goza certa estabilidade, com recursos próprios, embora não são suficientes, possui o clero local, religiosos e leigos. Tem ministérios e instituições para desenvolver o Povo de Deus e sob a orientação dum bispo (cf. AG 19).

Dada a importância de elaborar uma filosofia e sobretudo uma teologia que se liga com a tradição cristã mais ampla, a Igreja recebe os costumes, as tradições, as sabedorias e as artes do povo. Tudo isso, são riquezas duma cultura, para expressar a glória de Deus criador e a graça da salvação operada por Cristo. Desta maneira, pode-se elaborar uma nova compreensão do cristianismo, baseando no encontro entre a cultura e o Evangelho. Assim, como diz o texto, excluirá todas as possibilidades de sincretismo e de falso particularismo. Pelo contrário, surge uma nova riqueza da unidade da Igreja de todo o mundo, mas cada uma com a sua fisionomia própria (cf. Ib. 20).

Finalmente, no processo de evangelização, os missionários testemunham o valor do Evangelho através duma vida credível que reflete aquilo que eles anunciam, vivendo a cultura do povo e participam na sua vida cultural e social (cf. Ib. 11). Fazer obras de caridade, sem discriminação de pessoas (cf. Ib. 12). Formação das comunidades cristãs, nutrir uma atitude ecumênica com os outros Irmãos, que também são discípulos de Cristo, respeitar outros povos e raças, sobretudo da parte dos leigos (cf. Ib. 15). Formar o clero local, preparação dos leigos catequistas para exercer a missão pastoral e a preocupação de promover a vida religiosa (cf. Ib. 17-18).

3.2. A evangelização no pós-concílio

Tratando da evangelização no pós-concílio, de certeza, o espírito não sai fora dos documentos conciliares, de apresentar uma visão integral da evangelização. Assim, selecionamos a *Evangelii nuntiandi* e *Evangelii gaudium*, para o nosso estudo, pois são mais fiéis ao Vaticano II e digamos, como a sua implementação.

3.2.1. A evangelização segundo a *Evangelii nuntiandi*

A *Evangelii nuntiandi* apresenta uma visão mais global do conceito da evangelização, tendo o anúncio explícito, Jesus Cristo, como o ápice ou o núcleo (cf. EN 27) e os seus interlocutores é todo o Povo de Deus, sem exclusão. A missão evangelizadora é realizada através de várias vias e o ponto de partida é o testemunho. Contudo, para que o Evangelho seja compreendido e vivido, é necessário de ser inculturado.

3.2.1.1. Uma Igreja evangelizada e evangelizadora

Falando de evangelizadores, naturalmente, com uma articulação diferente, mas o conteúdo é o mesmo. O primeiro e o maior evangelizador é Jesus, porque, o Pai enviou-lhe ao mundo precisamente para esta missão de anunciar o Reino de Deus, como dizia: “ Eu devo anunciar a Boa Nova do Reino de Deus” (Lc 4, 43). Os seus primeiros destinatários eram os pobres, por meio das suas palavras e principalmente através das suas obras, como testemunho do amor infinito e misericordioso do Pai, que terminou no alto da cruz (cf. EN 6-7). O anúncio do Reino de Deus é absoluto e tinha feito sem cansar-se (cf. Ib.11) e ele convidou os homens para fazerem parte deste Reino, isto é, à salvação. Contudo, a única condição é de fazer a conversão radical e contínua, de uma transformação a partir do interior da pessoa (cf. Ib.10; 15).

Paulo VI fala também da Igreja, como uma comunidade que anuncia o Evangelho (cf. Ib.13-14), tanto a Igreja universal como a Igreja particular (cf. Ib.59-62). Assim, todos os membros da Igreja, desde o Papa, os bispos, os sacerdotes, os religiosos e cada leigo, segundo a sua condição da vida, pela vocação, assume esta responsabilidade (cf. Ib.67-73). Todos são importantes e

insubstituíveis para a evangelização baseando no sacramento do batismo, pois a Igreja nasce e é enviada por Jesus para evangelizar, como diz o Papa Paulo VI: “Nós queremos confirmar, uma vez mais ainda, que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja; tarefa e missão, que as amplas e profundas mudanças da sociedade atual tornam ainda mais urgentes”(Ib.14).

Naturalmente, o primeiro meio é através de testemunho duma vida credível, como expressão da fé e do amor a Cristo. Isto significa que, a Igreja, antes de ser evangelizadora, primeiramente, tem de evangelizar-se para que possa viver segundo o coração do Evangelho (cf. Mt 22,37-39; Mc 12,30-33; Lc 10,27) e em seguida pode-se sair para pregar a toda a criatura, nomeadamente aos que não conhecem ainda Cristo, os batizados que se afastaram da Igreja, sustentar a fé dos fiéis e formar Comunidade Eclesial de Base e as religiões não cristãs, (cf. EN 49-59). Assim, podemos ver que há uma ligação profunda entre Cristo, a Igreja e a evangelização (cf. Ib.16).

O Povo de Deus evangeliza-se por meio de conversão contínua, para criar unidade e condissão no seu interior, em seguida, com os outros Irmãos cristãos, pois a divisão “prejudica a santíssima causa de pregar o evangelho a toda a criatura e fecha a muitos o acesso à fé” (Ib.77 ap. UR 1). Servir a verdade do Evangelho para tornar as pessoas livres (cf. EN 78), animados pelo amor de Deus (cf. Ib.79) e ter fervor espiritual, mesmo que tenhamos dificuldades para anunciar o Evangelho aos que estão longe. Mesmo assim, é como uma proposta, respeitando a liberdade de opção das outras pessoas (cf. Ib. 80).

Além disso, “nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo” (Ib.75), pois Jesus foi movido pelo Espírito Santo ao receber o batismo no rio Jordão. Esteve no deserto durante 40 dias e foi ungido pelo Espírito Santo para dar início à missão de anunciar. Os apóstolos também saíram para anunciar a partir do dia de Pentecostes, com a descida do Espírito Santo. Eles que eram medrosos e homens de pouca fé, foram totalmente transformados, por isso, apesar de enfrentarem muitas dificuldades e desafios, mas estiveram firmes, pois Jesus assegurou-lhes à sua presença (cf. Mt 28,20). Com isso, a Igreja ia crescendo em número dos seus aderentes e espalhou-se por todas as regiões e chegou até aos confins da terra (cf. Act 1, 8). Assim, a *Evangelii*

nuntiandi dá ênfase sobre o protagonismo do Espírito Santo como o agente principal na evangelização (cf. lb.75).

3.2.1.2. Uma visão integral da evangelização

De fato, como todos nós sabemos, a essência da evangelização é Jesus Cristo e a missão da Igreja é de anuncia-lo, como sua identidade mais profunda (cf. EN 14), para que a salvação possa chegar a todos, como graça e misericórdia de Deus. De criar comunhão com o único Deus absoluto, como salvação escatológica que se inicia neste mundo (cf. lb. 27).

Porém, o conceito da evangelização do Papa Paulo VI é muito amplo, além da essência acima, isto é, de anúncio explícito (cf. lb. 22). Ele fala do testemunho da comunidade como outro elemento muito importante para que o nome de Jesus Cristo seja credível. “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ([...])” (lb. 41). A evangelização de culturas (cf. lb. 20), o compromisso humano integral que interpela toda a vida (cf. lb. 29), a libertação de pessoas de todas as causas do pecado (cf. lb.30), pois há uma ligação profunda entre a evangelização e a promoção humana (cf. lb. 31). Em suma, a evangelização que o Papa intende, interpela a vida toda:

Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o evangelho e a vida concreta, pessoal, social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, a vida em comum na sociedade, sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento...nos nossos dias, ainda, sobre a libertação (lb.; cf.29).

Isto significa que, o Papa Paulo VI não apresenta uma evangelização que é meramente espiritual e nem tão pouco puramente humana, mas é integral. A sua exigência é de uma conversão de coração, para chegar a libertação verdadeira, fundamentada no Reino de Deus e ao mesmo tempo o nome de Jesus seja anunciado. Consequentemente, exclui todos os meios coercivos, visto que, são contrários à lei de caridade. Pelo contrário, baseando na justiça, na caridade e solidariedade na luta pelo bem dos outros e sobretudo dos mais fracos e pobres (cf. lb.33-37). “A libertação que a evangelização proclama e prepara é aquela

mesma que o próprio Jesus Cristo anunciou e proporcionou aos homens pelo seu sacrifício” (Ib.38).

Portanto, a *Evangelii nuntiandi*, além de apresentar a missão essencial da Igreja que esta tem realizada ao longo dos séculos sem ambiguidades e confusões, sobre o Reino de Deus (cf. Ib.32), apresenta outro conceito muito vasto e rico da evangelização e pode-se dizer que é a implementação do Vaticano II (cf. ZEIGLER, 2013, p. 3).

Baseando nesta visão integral (cf. GS 1), a Igreja ao longo da história e principalmente a partir do Vaticano II, deu grande ímpeto de preocupar-se com os problemas humanos, procurando todos os meios para que desse a sua contribuição na luta contra a pobreza, o analfabetismo, a doença, as injustiças nas relações internacionais “situações de neocolonialismo económico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político”, injustiça na distribuição dos bens. Desta maneira, a Igreja nunca lavou as mãos ou ficou alheia aos problemas da vida humana, porque não são alheios à evangelização, como sua missão (cf. EN 30).

3.2.1.3. O testemunho e o anúncio explícito

Um outro elemento da espiritualidade missionária é o testemunho de uma vida que reflita o Cristo que ele vive, isto é, o Evangelho deve transformar o interesse, os pensamentos, o modo de vida, a sua solidariedade com os demais e a sua dedicação. Naturalmente, exige por vezes grandes sacrifícios, pois saindo dum ambiente para o outro, precisa-se sempre duma certa adaptação, se for uma atividade missionária local e dentro do mesmo país. Mas saindo para um lugar completamente novo, de certeza, o missionário necessita de uma inculturação em todos os aspetos da sua vida, que é muito mais difícil. Da sua parte, precisa de uma fé profunda e uma motivação clara. Ele precisa de tornar-se centro de unidade e de coesão, ter interesse pela vida e pelos problemas das pessoas, em breves palavras, exige uma conversão total (cf. EN 21).

Pois como disse o Senhor Jesus aos seus apóstolos e aos que O seguiam:

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; nem se acende a candeia para a colocar debaixo do

alqueire, mas sim em cima do candelabro; deste modo alumia a todos os que estão em casa. Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai, que está nos céus (Mt 5, 14-16).

O testemunho que o missionário dá, é a caridade, como fala no Evangelho da festa de Cristo, Rei do universo, na liturgia do Ano A (cf. Mt 25,31-46). E Cristo é o nosso modelo de testemunho de sacrificar-se para a salvação da humanidade, por isso que, ele convida os seus seguidores de tomar a sua cruz e de segui-Lo com uma vida de sacrifícios e de abnegação (cf. Lc 9, 23) e até mesmo para um supremo testemunho através do martírio, seguindo os seus passos. De facto, os apóstolos seguiram-no, através de uma entrega total a Deus no martírio e até hoje em dia, muitos entregaram-se à Deus, seguindo os passos de Jesus de optar por uma vida semelhante a de Jesus Cristo (cf. VS 89-94).

Ao longo dos séculos, depois de 2000 anos, milhões de pessoas continuam a testemunhar o Evangelho, isto é, Cristo, porque acreditam e têm esperança da ressurreição. Milhões de pessoas que deram totalmente a vida ao serviço do Reino de Deus, de anunciar a sua Palavra e de prestar serviços desinteressados aos seus irmãos e irmãs. Milhões de fiéis que deram a vida e foram mártires, imitando Jesus e nunca ficaram desiludidos, mas com alegria, serenidade e grande esperança na promessa de Cristo (cf. PORTAL DEHONIANO, Homelia 2o. Domingo de Páscoa, Ano C, 2014).

Consequentemente, testemunhar Jesus Cristo é um elemento constitutivo na missão de evangelização. Mas este é apenas como ponto de partida para a outra fase que é a mais importante: o anúncio explícito de Jesus Cristo (cf. EN 22). Pois, como dissemos e mesmo segundo a compreensão de *Evangelii nuntiandi*, que a visão da evangelização é abrangente. Contudo, tudo isso permanecerá insuficiente se o nome de Jesus não for anunciado." Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados" (Ib.22).

Proclamar que Jesus Cristo, o Filho de Deus fez-se homem, morreu e ressuscitou, por isso trouxe a salvação à humanidade, como dom gratuito, por causa do amor e da misericórdia de Deus (cf. Ib. 27). Ele é a nossa esperança,

pois ressuscitou dos mortos. Deste modo, havemos de ressuscitar com ele, uma vez que vivemos em comunhão com Deus através dos meios espirituais e com o próximo pela caridade (cf. Ib. 28).

O anúncio explícito é a missão central da evangelização, como missão prioritária da Igreja, como Povo de Deus, sem confusão e nem ambiguidades, pois o Reino de Deus é a finalidade no seu anúncio. De maneira que, mesmo a Igreja de Dili deve reafirmar sempre o primado da sua vocação que é espiritual e o seu anúncio explícito ficaria incompleta se ela negligenciasse de anunciar Jesus Cristo (cf. Ib. 34).

3.2.1.4. As vias da evangelização

Falando das vias de evangelização, naturalmente, há muitas como estão no documento de *Evangelii nuntiandi*. No entanto, procuramos de expô-las segundo a sua importância e o nosso critério: A primeira via e como passo determinante é o testemunho dos missionários do Evangelho, como diz o Papa Paulo VI. Apresentar uma vida que é capaz de atrair as pessoas de quaisquer categorias para surgir interrogativos em si mesmas sobre a mensagem viva que o evangelizador anuncia, pois a vida da pessoa em si torna-se um sinal visível do que é invisível (cf. EN 41). A segunda via é o contato pessoal que está estreitamente relacionada com a primeira via, pois através deste meio, o interlocutor pode ter experiências do anunciador através das suas atitudes, de compreensão, paciência, carinho, amizade, fraternidade, de dedicação, de respeito como é ser um cristão. E além disso, com o contato contínuo e colóquio pessoal, são meios indispensáveis da evangelização para que a pessoa possa ser atraída para optar por Cristo. Jesus é o nosso modelo neste aspeto de contato pessoal, como ele fez com Zaqueu, a Samaritana e com tantos outros.

Em seguida, ajudar a pessoa ou as pessoas para ter fé e amor a Jesus Cristo através de um processo de conhecimento de Jesus por meio da leitura e meditação da sua Palavra, só desta maneira a pessoa pode aprofundar a sua fé e o seu amor a Deus e aos irmãos (cf. Ib. 46). A terceira via implica a catequese, como uma via de grande importância, não só em vista de recepção dos sacramentos, mas uma catequese continuada. A sua modalidade depende da

idade, capacidade e as exigências culturais (cf. lb. 44). A *mass media* é outro meio muito eficaz no mundo de hoje para a evangelização (cf. lb.44), visto que, com esse meio, a mensagem evangélica pode alcançar maior número de pessoas e muitos que são beneficiados por essa mensagem e tomam compromissos pessoais para aprofundar a sua fé, o seu amor ao próximo e no empenho da sua vida.

Outra via de grande valor é a pregação ou a homilia, pois “a fé nasce da pregação e a pregação é pela palavra Cristo (cf. Rm 10,17). Mas uma pregação que seja breve, pois os homens de hoje estão cansados com discursos longos (cf.lb. 42). E segundo as regras da homilia, o pregador deve ter em consideração a sua proporção entre as outras partes da celebração, como um todo, especificamente a liturgia da Eucaristia.

A liturgia da Palavra, a piedade popular aos santos e sobretudo à Nossa Mãe do céu. Esta última via, é uma expressão particular das pessoas simples como um dos meios na busca de Deus e no aprofundamento da fé. Muitas vezes há as suas limitações e abusos. De modo que, cabe aos responsáveis da Igreja dar formação aos seus fiéis neste aspeto, para que não haja perigos e desvios (cf.48). As devoções aos santos e santas devem orientar os fiéis para os sacramentos, sobretudo à Eucaristia. Pois, pode-se usar todos os meios, numa boa evangelização, e alguns que acabámos de ver, contudo devem orientar as pessoas para os sacramentos, sobretudo, ao seu ápice (cf.SC 10).

Nós colocamos os sacramentos como vias que encerram as outras vias, de acordo com as exigências da evangelização do Vaticano II. Que a missão da Igreja tem de ser evangelizadora, pois, o objetivo primário da missão dela é de conhecer profundamente a Palavra de Deus, que não é outra coisa, se não, é Cristo. Com isso, pode-se suscitar a fé dos crentes, em seguida celebrá-la e por fim vivê-la. De acordo com a lógica da Catecismo da Igreja Católica.

Em conformidade com a evangelização integral, o Papa diz que, depois de falar da vida natural e esta deve conferir um sentido novo, por ser purificada e elevada para a vida sobrenatural. Ela encontra a sua expressão nos sete

sacramentos celebrados pela Igreja, sobretudo à Eucaristia, e todos são meios que irradiam a graça de santidade para os que creem e recebem-nos (cf.Ib.47).

3.2.1.5. Os obreiros e os interlocutores da evangelização

À respeito dos obreiros da evangelização, o Concílio Vaticano diz: “Toda a Igreja é missionária, a obra da evangelização é um dever fundamental do Povo de Deus” (AG 35 ap. EN 59). De modo que, evangelizar não é um ato individual e isolado, mas é eclesial, isto significa, mesmo que, um missionário evangeliza num lugar isolado, é um ato de todo o Povo de Deus e tem um caráter universal (cf.Ib.61), ou mesmo numa Igreja particular, no entanto é a encarnação da Igreja universal (cf.Ib.62). Por outro lado, a pessoa que evangeliza é mandada pelo Senhor Jesus para fazê-la.

Especificando concretamente os obreiros da evangelização, entende-se o Papa, como o sucessor de Pedro, os bispos, os sacerdotes, religiosos e leigos (cf.Ib. 67-72). Os ministérios são diversificados, mas a missão é uma e isto constitui uma riqueza e beleza para a Igreja e um bem para a salvação da humanidade (cf.Ib.66;73).

O Papa realça a importância e a contribuição dos leigos na evangelização, porque o seu campo é muito vasto, complicado, de ordem política, social, económica, cultural, ciências e arte, a vida internacional, *mass media*, a família, a educação dos filhos, trabalho profissional e outras áreas (cf.Ib.70). Mas a evangelização deve ser inculturada, como tínhamos mencionado acima (cf.Ib.63). Isto é, assimilar o essencial da mensagem evangélica e expressá-la em linguagens acessíveis no ponto de vista antropológico e cultural dum povo, que seja compreendida pelos seus interlocutores. Que englobam a catequese, a formulação teológica, às estruturas secundárias da Igreja e seus ministérios (cf. Ib).

Em relação aos leigos, Paulo VI realça à importância das famílias na sua função, de acordo com o Vaticano II, de “Igreja doméstica” (EN 71 ap. LG 11). A família, como Igreja, tem o dever de dar espaço ao Evangelho. Ela torna-se evangelizada para tornar-se evangelizadora para as outras famílias, por meio do seu testemunho de bons exemplos e anúncio explícito (cf. EN 71).

Hoje em dia, é preciso ter um cuidado especial com os jovens, que são a maior porção da humanidade. De maneira que, é preciso apresentar-lhes o ideal do Evangelho para poderem vivê-lo. Por outro lado, prepará-los bem para assumirem a responsabilidade como evangelizadores dos seus colegas. Embora haja grandes desafios no seu apostolado (cf. lb. 72).

Os primeiros interlocutores da evangelização são os praticantes que procuram consolidar e alimentar a sua fé, por meio da meditação da Palavra de Deus, dos sacramentos e outros meios disponíveis, para que eles possam tornar-se maduros na fé, para poderem comunicá-la aos seus interlocutores (cf. lb. 54). O segundo grupo, são os batizados não praticantes, pois são cristãos católicos, todavia, na prática não se mostram como cristãos em quaisquer aspectos da sua vida e de forma geral aparecem na Igreja nalguns momentos especiais e criam certa discrepância entre a vida e a fé (cf. lb. 56). Em seguida, as religiões não cristãs, pois elas são permeadas de incontáveis sementes da Palavra, por isso, é uma autêntica preparação para receber o Evangelho.

Porém, o Papa Paulo VI reconhece que, a situação de outras religiões é muito complexa, que precisa de ser refletida e estudada profundamente (cf. lb. 53). Em relação à essas pessoas, o testemunho dos cristãos é um fator determinante, para que os valores do Evangelho por eles vividos, possam transformar-lhes à vida. O outro interlocutor é o primeiro anúncio aos que não conhecem o Evangelho, segundo o mandato de Jesus Cristo aos seus apóstolos. Por fim, aos não crentes, devido ao secularismo³⁸, que negam Deus e como consequências, surgem novas formas de ateísmo pragmático e militante, com uma civilização de consumo, o hedonismo, o poder de domínio e a discriminação racial (cf. lb. 55).

Portanto, somos uma Igreja evangelizada, tendo em consideração que, antes de pensarmos na evangelização *ad extra*, para os outros e para o mundo, temos que preocuparmos com a evangelização de nós mesmos. Na nossa

³⁸ Não se trata da secularização, que é um esforço justo e legítimo do homem e não é incompatível com a fé, para descobrir que cada criação e cada acontecimento têm as suas leis que os regem com uma certa autonomia, tendo a convicção que o criador aí pôs as suas leis (cf. EN 55).

maneira de pensar, nas nossas atitudes, nas nossas linguagens, de acordo com o parâmetro da lei do amor. Conseqüentemente, estamos pensando da nossa salvação, assim, Aquele que comunicamos aos outros, é a expressão da nossa fé e do nosso amor à Deus. De modo que, não é um mero conhecimento, para não correremos em vão.

3.2.2. A evangelização segundo o *Evangelii Gaudium*

O *Evangelii Gaudium*, escrito pelo Papa Francisco, é o fruto do Sínodo dos Bispos de 2012, com o tema de “Nova Evangelização”. No processo da discussão no Sínodo, os bispos expressaram as suas grandes preocupações de uma necessidade urgente de reviver a fé como dizia no resumo da Mensagem Final “ ([...])the Synod therefore reminds of the necessity to revive faith, which being made obscure in the context of today’s cultures, also faced with the weakening of the faith by many baptized persons” (Official Summary of Synod of Bishops, 26.10.2012). he Final Message of the

Mesmo assim, estavam conscientes de que não deve haver razões para o “pessimismo”. A globalização, a secularização, novos cenários da sociedade, a fome e o sofrimento têm de ser vistos como desafios da evangelização. Graças à assistência do Espírito Santo, o Povo de Deus procura novas formas de se aproximar de Jesus, com o intuito de criar uma convicção forte e expressá-la através dum testemunho credível (cf. lb.).

É um documento muito peculiar, apresentando a evangelização com uma visão integral, citando o documento *Evangelii nuntiandi*, sobre o “anúncio explícito” (EN 22), tendo como primazia Jesus Cristo (cf. EG 110 ap. EN 27; EAs 19) e “a beleza do amor salvífico de Deus manifestada em Jesus Cristo morto e ressuscitado “(EG 36). Usa linguagens simples e é própria sua, tocando os aspetos importantes dos Sínodos dos bispos, de algumas conferências episcopais e indivíduos (cf. EG 14-16). Ao mesmo tempo expressa as suas experiências pessoais de pastoral na América Latina, dando ênfase à respeito da importância de missionariedade da Igreja, para anunciar o Evangelho, como o fulcro do documento, com uma atitude de alegria fruto da experiência pessoal e comunitária de Deus.

3.2.2.1. A evangelização como Igreja em saída às periferias

O Papa fala de uma Igreja em saída para as periferias, para anunciar o Evangelho. Contudo, ele insiste na participação de todo o Povo de Deus em peregrino (cf. EG 111), como ensina o Vaticano II (cf. LG 17; AG 1; 5). Esse Povo é mais que a hierarquia, como ele insistiu duas vezes, no mesmo número (cf. Ib. 111). Isto não quer dizer que, ele não dá importância à hierarquia. Pelo contrário, como tínhamos falado nos capítulos, que durante longos séculos, os leigos perderam o seu lugar preponderante na vida, na missão da Igreja e especificamente na nossa Igreja de Dili. Por isso que, há essa insistência, de dar maior lugar, responsabilidade e liberdade aos leigos, por serem a maior porção do Povo de Deus e sobretudo pelo sacramento do batismo todos tornamos discípulos missionários (cf. Ib. 120 ap. LG 12; 31). Primeiramente, através do “testemunho explícito do amor salvífico do Senhor” (EG 121; cf. EN 26). Infelizmente, mesmo depois de mais de meio século do Vaticano II, os leigos ainda não são protagonistas da evangelização e sobretudo na nossa Diocese. De forma geral, ainda se nota e se sente a intervenção muito forte da hierarquia.

A Igreja, como Povo de Deus, não é o dono da salvação, mas é o sacramento, o servo, para transmitir a mensagem da salvação a toda à humanidade, segundo os termos usados pelo Concílio, como se diz: “A Igreja declarou-se quase a escrava da humanidade” (PAULO VI, *Homelia* 07.12. 1965). Deste modo, “a ideia de serviço ocupou o lugar central” (Ib.). Pois a Igreja não tem nenhuma ambição terrena, mas movida pelo Espírito Santo, de continuar a obra de Cristo salvador, que se fez carne e deu testemunho da verdade, para servir e não para ser servido (cf. GS 3).

Como diz o Papa, a Igreja, como serva da Palavra, apenas colabora com Deus sob a ação do Espírito Santo que a guia para levar a mensagem de salvação para toda à humanidade. Isto significa que, a iniciativa é sempre de Deus e com Ele e n'Ele tornamos evangelizadores (cf. EG 112; 119). O Evangelho que a Igreja transmite tem de ser uma mensagem de Boa Nova, por isso, não deve ser uma comunicação de conceitos abstratos sobre Jesus Cristo. Contudo, deve ser a expressão do encontro pessoal e profundo dos missionários com ele, de modo que, é uma transmissão de mensagem de alegria e suscita

esperança, para os que não têm esperança na vida presente e futura. Como os profetas anunciaram ao povo de Deus nos momentos de adversidades e também algumas figuras que encontramos no Novo Testamento (cf. Ib. 1- 8).

Isto não quer dizer que, os missionários do Evangelho não encontram desafios e dificuldades no seu anúncio, mas uma vez que têm fé e são governados pelo Espírito Santo, a sua tristeza, os seus desafios transformar-se-ão em alegria (cf. Ib. 5). Portanto, o Espírito Santo que desde o início iluminou, guiou e animou a Igreja nascente, agora continua a intervir na Igreja e em cada evangelizador para criar comunhão e anunciar o Evangelho com alegria (cf. PAPA FRANCISCO, 2013, p. 7-10).

Temos de ser alegres e de anunciar a mensagem de esperança aos nossos interlocutores, pois os homens de hoje, com o desenvolvimento de ciência e da tecnologia em vez de se tornarem alegres, tornam-se escravos do consumo e sentem um vazio interior, que os orienta para uma tristeza individual. Pois, não buscam o que é belo e bom, que é Deus (cf. Ib. 167), contudo eles dão prioridade aos interesses efêmeros, como consequência, o coração está cheio de prazeres superficiais e vazios (cf. Ib. 2; 80; LS 122). Essas pessoas são as periferias e interlocutores da evangelização da Igreja. Uma pobreza não só no aspecto material, mas espiritual, psicológica e humana. Devemos proclamar-lhes a alegria do Evangelho que experimentamos de Jesus e dar-lhes esperança.

Francisco diz que a salvação é para todos (cf. EG 113). Em relação a esta frase, o Papa evoca a *Gaudium et spes* número 22, como tem citado no seu documento, em que fala da salvação que é oferecida a todos os homens de boa vontade e sem exceção. Pois o Espírito Santo opera ocultamente de modo misterioso em cada homem e que só é conhecido por Deus (cf. LG 16). Deste modo, podemos ver que, ele procura ser fiel aos ensinamentos do Vaticano II, em que dá valor às outras religiões e outras vias de salvação à toda a humanidade, isto é, ter uma perspectiva mundial (cf. BRIGHENTI, 2008, p. 86).

A salvação não é monopólio dos cristãos, como tínhamos pregado nos tempos anteriores, antes do Vaticano II, com um visão eclesiocentrista da salvação, como tínhamos acenado no capítulo anterior. O teólogo italiano Andrea

Grillo dizia que, o Papa Francisco é verdadeiramente o filho do Concílio: “Passaram-se 50 anos desde o Concílio. Só depois de duas gerações poderíamos ter, como Papa, um homem que foi formado, pensou, rezou, celebrou, dialogou apenas na lógica do Vaticano II” (GRILLO, 05.06. 2015).

Segundo Grillo que, nas estruturas fundantes da vida eclesial, está começando com uma afirmação nova, como: “a colegialidade sinodal, o primado da misericórdia, a crítica do clericalismo e a prioridade de uma Igreja pobre são apenas alguns dos sinais dessa passagem, que agora vai iniciar “(Ib.). E o grande estudioso dos Concílios, John O’Malley comunga as mesmas ideias, como acabámos de mencionar acima que, o Papa aprendeu e conheceu do Concílio tudo de segunda mão, mas suas palavras e suas ações expressam que ele interiorizou profundamente as orientações fundamentais do Concílio (cf. O’MALLEY, 2014).

3.2.2.2. A dimensão social da evangelização

Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo (cf. EG 176). Mas para que o anúncio seja efetivo no mundo de hoje, temos que ir à essência do Evangelho e da nossa doutrina cristã, que é a caridade ou o amor (cf. Ib.35-39). E toda a evangelização está orientada para o serviço da caridade fraterna (cf. Ib.178), como o fulcro (cf.GS 3;12). Sobretudo, optar pelos mais necessitados, que são os pobres (cf. 179-180). E Aparecida apresenta um catálogo muito detalhado sobre os mais necessitados (cf. DAp 65).

O Evangelho ensina que, Jesus assemelha-se com qualquer pessoa, sobretudo aos mais pobres (cf. Mt 25,40). E o Papa disse que um irmão é o prolongamento da encarnação, por isso, o Evangelho exige de cada crente de sair de si e orientar-se para os outros, sobretudo aos que mais necessitam de ajuda (cf. EG 178-179), como atesta:

Os Pastores, acolhendo as contribuições das diversas ciências, têm o direito de exprimir opiniões sobretudo aquilo que diz respeito à vida das pessoas, dado que a tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano. Já não se pode afirmar que a religião se deve limitar ao âmbito privado e serve apenas para preparar as almas para o Céu (EG 182).

Em relação à justiça social, o Papa convida a todos para ouvir o clamor dos pobres, sentir-se solidário com eles e “pensar em termos de comunidade, e prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns” (Ib.179). Isto é, procurar o bem comum de todos e de cada ser humano, segundo a vontade de Deus (cf.Ib. 218-219).

Por isso, vendo a realidade, ele denuncia o atual sistema económico onde cria uma cultura descartável, perdendo a noção do transcendente. Como consequência, cria uma sociedade injusta, onde a maioria vive na pobreza e um pequeno núcleo gozando à custa dos pobres e de nações pobres. Ele insiste na luta pela justiça à favor dos pobres como uma opção teológica: “desejo uma Igreja pobre para os pobres” (Ib. 198), cuidar dos mais fracos: “os sem-abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, cada vez mais sós e abandonados” (Ib. 210). E ele adianta: “Ignorar o pobre é desprezar Deus, temos de aprender bem isto, ignorar o pobre é desprezar Deus”.

Francisco vê a pobreza e a exclusão social de hoje como um dos sinais dos tempos e é um lugar teológico. Na sua perspectiva, que é o desdobramento do Vaticano II, ele sugere que, para superá-las e combatê-las, como opção mais efetiva, precisa de união de forças. Para isso, sugere diálogos entre as religiões e outros diálogos mais amplos com outras organizações, para estarem em comunhão e de mãos dadas esforçam-se de procurar o bem comum de todos, mesmo que no ponto de vista da Doutrina Social da Igreja o estado seja o responsável direto (cf.DSI 351-356).

Nesse sentido, as outras organizações e instituições, que mencionámos, têm as suas funções de solidariedade e de subsidiariedade com os estados, pensando no bem comum integral (cf. Ib. 240). Pois, o problema que está debaixo desta preocupação é a dignidade da pessoa humana (cf. Ib. 241). O diálogo é uma forma de encontro para à busca de consenso e de comum acordo para alcançar uma sociedade justa, “capaz de memória e sem exclusões” (Ib. 239). E o autor principal, o sujeito é o povo e a sua cultura, sem exclusivismos (cf. Ib.).

A promoção humana implica as atividades que podem despertar a consciência das pessoas em todas as suas dimensões, como política, cultural, economia e outros setores, para que unidas, como protagonistas, possam lutar para melhorar as suas próprias condições de vida (cf. PUEBLA, 1979, 4.2). Pois, a evangelização não seria completa, se ela não tornasse concreta na sua interpelação com a vida das pessoas, à nível pessoal e social (cf. EG 181).

“Hoje e sempre, ‘os pobres são os destinatários privilegiados do evangelho’ (Ib. 48), visto que, há uma relação indissolúvel entre a vivência da fé dos cristãos com o compromisso social para o bem dos pobres. Por isso, temos que ter esta mudança de consciência de fechar-se, agarrar às próprias seguranças, para levar a Boa Nova de alegria aos nossos irmãos mais necessitados, nos nossos empenhos concretos. Essa preocupação e insistência de “ter a coragem de uma nova solidariedade, capaz de dar passos engenhosos e eficazes para vencer quer o subdesenvolvimento desumanizante, quer o sobredesenvolvimento que tende a reduzir a pessoa a mera unidade económica numa rede consumista sempre mais opressiva” (EAs 32). Pois é uma questão moral e humana (cf. Ib.).

Por fim, o Papa insiste naquilo que o Vaticano II fala da liberdade religiosa, como um direito fundamental do homem e é como um são pluralismo. Valorizando as diferentes opções com uma atitude de tolerância e de paz no compromisso pela defesa da dignidade humana em toda a sua amplitude, uma convivência pacífica entre os povos e o cuidado da criação. Doutro modo, seria uma nova forma de discriminação, violência e autoritarismo (cf. Ib. 255-257).

3.2.2.3. A conversão pastoral e missionária de todo o Povo de Deus

No *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco convida a todos, e neste sentido, ele acentua o Povo de Deus, de fazer a conversão pastoral e missionária. Ele tem de estar em permanente missão, de maneira que, é preciso mudar o coração, a mente, as relações e as modalidades pastorais na ação (cf. Ib.26). Porque, como ele diz que, toda a renovação da Igreja seria uma expressão da maior fidelidade à sua vocação missionária (cf. Ib. 27).

3.2.2.3.1. A conversão na consciência da comunidade eclesial

O Papa convida a todo o Povo de Deus para uma “conversão pastoral e missionária” para à evangelização (Ib. 25). Atendendo ao convite de uma Igreja em “saída”, a Diocese toda, desde o bispo até a cada batizado e batizada, deve-se fazer esta mudança de coração e de mentalidade em confronto com o Evangelho. Porém, em confronto com a nossa realidade e segundo as nossas experiências e perspectivas, pensamos que, para que esta mudança possa ter o seu efeito concreto para à ação, o bispo diocesano e todos os seus agentes pastorais como: os párocos, o presbitério, os religiosos, as religiosas que são a minoria e os leigos mais comprometidos e todos os grupos categoriais deveriam ter formação permanente em vista à conversão. De facto, o apelo do Papa Francisco é novo, por isso, não é fácil de ser realizado, uma vez que não há uma iniciativa do ordinário do lugar para um processo de mudança de mentalidade.

No entanto, sem esse processo, vemos que a resistência persiste. Embora os Papas, desde o santo Papa João Paulo II e principalmente, o atual Papa tem estabelecido as suas diretrizes para orientar a Igreja na evangelização (cf. Ib. 16) e além disso, está insistindo à conversão pastoral de uma Igreja em saída missionária para as periferias (cf. Ib. 30). Assim, a Igreja inteira deve aprofundar a consciência de si mesma e meditar sobre a sua missão, para fazer a sua renovação e estar em permanente saída missionária (cf. Ib. 26). Pelo contrário, continuamos a manter esta atitude cómoda e mentalidade rígida: “ fez-se sempre assim” (EG 33).

A evangelização que o Papa quer não é essencialmente a formação doutrinal, como tinha acontecido nos tempos anteriores, mas acompanhar as pessoas para um aprofundamento do amor a Deus e ao próximo, como a essência da mensagem evangélica (cf. EG 35-36;161). Isto significa, o Povo de Deus deixa-se de ser transformado por Cristo, guiado pelo Espírito Santo (cf. Ib. 162), segundo as orientações da catequese de hoje em dia, em que a Palavra de Deus contida na Sagrada Tradição e Sagrada Escritura (cf. DGC 1997, 95), tem de tornar-se as fontes de catequese (cf. Ib., 95-98).

Por isso, é necessário de ser criativo de repensar os objetivos, encontrar novas formas e novos métodos de evangelização e não estar apegado à mentalidade rígida (EG 33). Desenvolver um espírito de colegialidade e de descentralização, reformas de estruturas eclesiais para se tornarem mais missionárias, alguns costumes da Igreja enraizados com a história (cf. Ib. 43). Diferenciar o essencial como núcleo central, sem mutilar a integridade da mensagem evangélica (cf.35-39). Ao mesmo tempo admitir que há uma hierarquia de verdade e esta é expressa numa linguagem que é consoante com à realidade dos interlocutores, considerando que “a expressão da verdade pode ser multiforme” (cf.Ib. 41).

A Igreja deve ter uma atitude de compaixão e misericórdia para com todos e sobretudo com os pobres e “pecadores”. Estar sempre com portas abertas para acolher os filhos perdidos através do sacramento de penitência. A Eucaristia não foi feita só para os perfeitos, mas também é remédio e alimento para os fracos. Deste modo, a Igreja precisa de audácia e prudência na sua administração, pois somos apenas administradores de graça e não somos controladores, para que as pessoas possam viver a amizade de Jesus (cf. Ib. 47-49).

O Papa fala de um acompanhamento individualizado, que de certeza não é uma nova sugestão, todavia, já tinha iniciado por Jesus aos seus apóstolos por volta de três anos e além disso, no tempo de são Paulo, este acompanhou Timóteo e Tito. Confiou-lhes comunidades, porém, ao mesmo tempo guiou-lhes através de critérios para que eles possam orientar a sua vida pessoal e a missão apostólica (cf.Ib.169-172). Era um acompanhamento de discípulo missionário para discípulo missionário, como dizia o Papa (cf. Ib. 173).

Pelo menos, segundo o nosso conhecimento, foi o primeiro Papa a insistir sobre a renovação da homilia em relação à conversão. Que seja breve, não é uma meditação, nem tão pouco uma catequese ou um espetáculo de divertimento. Exige uma boa preparação onde há uma só ideia, atendendo a harmonia com as outras partes da celebração e deve ser uma mensagem de alegria e de esperança, clara, direta e adaptada. E para melhorá-la no ponto de vista de conteúdo e de método, uma das exigências é de escutar os fiéis ouvintes (cf. Ib.135-159). Portanto, ele insiste na importância do kerigma.

O Papa também aponta algumas tentações dos agentes pastorais perante à cultura globalizada, entre elas: o individualismo, a crise de identidade, declínio de fervor (cf. lb. 78), complexo de inferioridade, viver um relativismo prático agarrado às seguranças económicas, isolamento, poder e glória humana, bem-estar pessoal, visto que, a fé está desgastando (cf. lb. 83), pessimismo estéril em vez de ter esperança na caminhada à Terra Prometida (cf. lb. 84-86). Elitismo narcisista e autoritário (cf. lb.94), “dominar o espaço da Igreja” (cf. lb.95)

Diante dessas tentações, o Povo de Deus deve criar relações de solidariedade e de comunhão fraterna, desenvolver atitude de perdão e de reconciliação, de encontrar-se com o outro fundamentando-se numa relação pessoal com Deus, como tínhamos aludido acima. Porque, o maior desafio do mundo da tecnologia é que cada pessoa preocupa-se com divertimentos que esse meio facilita e há a tentação de perder o contacto pessoal nas relações humanas. Como consequência, cria crise, pois a pobreza de hoje é a solidão, como atesta: “A mais terrível pobreza é a solidão e o sentimento de não ser amado” (MADRE TERESA,1987).

Além das tentações como apontámos, o Papa sublinha a importância do laicado na evangelização, de dar-lhes responsabilidades importantes, pois nalgumas partes do mundo, o leigo não tem grandes espaços na Igreja, por causa da excessiva mentalidade e atitude clericalistas. Não só na participação da vida eclesial, mas acentua o seu lugar e importância na vida social, política e económica (cf. lb. 102).

Ampliar o espaço para a presença feminina na tomada de decisões, na vida social e na Igreja, visto que, tanto o homem como a mulher têm a mesma dignidade e as diferentes funções são uma riqueza e estão para servir e não para dominar ou mostrar-se superior aos outros (cf. lb. 103-104). Promover os jovens para que exerçam um protagonismo maior nas paróquias. E em relação à vocação ao sacerdócio, dizia que, mesmo que nos lugares onde haja falta de vocações sacerdotais e religiosas, no entanto, deve-se manter a firmeza de seleccionar bem os candidatos. Segundo o Papa que, um dos problemas da falta de vocações à vida sacerdotal e consagrada é a falta de ardor apostólico

contagioso nas comunidades, por falta de entusiasmo, de maneira que, é pouco fascinante para os jovens de hoje (cf. lb. 107).

3.2.2.3.2. A conversão no âmbito das ações

O Papa Francisco tem um programa pastoral muito claro, que é de abandonar uma Igreja “doente”, curvada sobre si mesma como aquela mulher dos evangelhos, para uma Igreja “acidentada”, ferida e enlameada (cf. lb.49), sem ter medo de enfrentar os riscos. De errar o caminho, mas ele prefere errar tentando, do que ficar estacionada numa suposta segurança, desde que, há tantos irmãos e irmãs que precisam muito da nossa presença, duma palavra de consolação, duma comunidade que os acolhe. Isto é, há multidões de pessoas que são famintas de Jesus (cf. lb.).

Assim, em relação à conversão no âmbito das ações, precisamos de uma Igreja que é misericordiosa, como uma mãe, como um pastor à procura das ovelhas perdidas e de conduzi-las novamente à casa paterna. Por isso, estar sempre com portas abertas. Pois a nossa missão é de “servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades” (PAULO VI, 07.12.1965). Em relação a isso, o Papa proclamou o *Jubileu Extraordinário da Misericórdia* no dia 11 de abril de 2015, e o Ano Santo iniciou-se no dia 08 de dezembro do mesmo ano, para à entrada da Porta Santa. Por conseguinte, os cristãos que entrassem por ela, poderiam experimentar a misericórdia de Deus (cf. PAPA FRANCISCO, 11.04.2015). Além disso, o Papa também convidou os cristãos de refletir durante o ano jubilar as obras de misericórdia corporais e espirituais (cf. MV 15), que são:

Dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. E as obras de misericórdia espiritual: acolher os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas molestas, rezar a Deus pelos vivos e defuntos (lb.).

Portanto, estas duas dimensões da vida humana são muito importantes e além disso, são práticas concretas da Igreja ao longo da sua história, sobretudo aos mais necessitados. O Papa convida o Povo de Deus de viver na existência do

dia-a-dia, a misericórdia de Deus Pai que está sempre aberta para os seus filhos e filhas (cf. Ib.25).

Enviou os *Missionários da Misericórdia*, em que concedeu-lhes a autoridade de perdoar os pecados reservados à Sé Apostólica (cf. Ib. 18). Além disso, concedeu a todos os sacerdotes de perdoar o pecado de aborto, que antes era reservado a alguns padres que tinham autorização. No dia 20 de novembro de 2016, dia de encerramento do Ano Santo de Misericórdia, emitiu uma carta apostólica intitulada *Misericórdia et misera*, falou-se de que os *Missionários de Misericórdia* e outros padres continuassem a missão de perdoar os pecados que mencionámos acima até receber uma nova ordem para parar (cf. MMi 9). “Este ministério extraordinário não termina com o encerramento da Porta Santa. De facto desejo que permaneça ainda, até novas ordens, como sinal concreto de que a graça do Jubileu continua a ser viva e eficaz nas várias partes do mundo” (Ib.).

Outro aspeto muito interessante que o Papa nos chama atenção para mostrarmos a nossa misericórdia, é de acompanhar as famílias que vivem nas situações irregulares, com paciência e delicadeza, como Jesus fez com a Samaritana (cf. AL 293), seguindo a “lei de gradualidade” para poderem discernir e integrar-se novamente na Igreja. Isto é, para não se afastarem da Igreja, mas integrar-se nela tornando ativas. Todavia, evitando todos os possíveis escândalos, como tinham sugerido os Padres sinodais (cf. Ib.299). Pois, a sua participação pode ser feita em diferentes âmbitos. A questão é de fazer discernimento quais são os serviços que elas podem fazer (cf.Ib). Outro ponto que, essas pessoas têm filhos e precisam de educá-los segundo os valores cristãos (cf.Ib. 245-246).

No Sínodo de 2015, os Padres sinodais tiveram longas discussões sobre os recasados que poderiam receber a comunhão eucarística. Não tiveram consenso entre eles. No fim, chegou-se a um comum acordo de entregar a cada bispo de fazer o seu discernimento mediante a realidade concreta, considerando que, não se pode usar um critério geral para todos, como o Papa atesta: “quanto mais se desce ao particular, tanto mais aumenta a indeterminação” (Ib.304).

3.2.2.3.3. A conversão nas relações e no exercício da autoridade

Tratando da nova evangelização, não podemos sair da eclesiologia do Povo de Deus do Vaticano II, em que, antes de pensar nos diferentes carismas e ministérios, devemos orientar-nos para à sua igualdade, que tínhamos debruçado, sobretudo, no capítulo anterior.

Por isso, aquilo que vimos nos capítulos anteriores à respeito de atitudes de autoritarismo centralizada, que só gera consequências muito negativas na missão de evangelização, na sua eficiência e eficácia, sobretudo na nossa Igreja, devemos procurar todos os meios para mudá-las, para um novo paradigma de acordo com os ensinamentos do Vaticano II, que é de Povo de Deus. Porque, com humildade e abertura, temos de admitir que, o laicado é a maior porção do Povo de Deus e este está mais exposto às realidades dos outros seus irmãos e irmãs e do mundo e tem maior sensibilidade perante aos seus problemas. Ele fala uma linguagem que está mais acessível aos outros interlocutores, deste modo, o outro que está diante dele, pode compreendê-lo mais facilmente.

De modo que, antes de pensar evangelizar os outros, através do testemunho ou com outras palavras, deveríamos pensar de reformar a nós mesmos, como Povo Deus, para criar uma relação de igualdade entre todos os irmãos e irmãs com diferentes funções e carismas. Neste sentido, a questão fundamental, não está nos conceitos, mas, pensar nas modalidades concretas, de reformarmo-nos a nós mesmos, de mudar a nossa mentalidade centralista e deste modo, abrimo-nos aos outros. Procuramos criar boas relações informais na vida diária e com isso, podemos criar mútua confiança. Estabelecer diálogos, valorizar as ideias dos outros, embora não sejam de grande contribuição. Sobre tudo esta última parte, falaremos mais detalhado no último capítulo deste trabalho.

Por conseguinte, antes de tudo, é uma mudança de paradigma do binômio clérigo-leigo, para uma comunidade de irmãos e irmãs que têm a mesma igualdade de dignidade para à evangelização, segundo o carisma que o Espírito Santo concede a cada um ou uma. Consequentemente, na exortação *Christifideles laici* atesta que a comunhão entre todos os membros da Igreja é o

próprio mistério da Igreja (cf. ChL 18) e as diversidades devem pensá-las no contexto de comunhão e sobretudo da missão de Jesus Cristo (cf. Ib. 20).

Assim, com a recuperação da eclesiologia da comunhão do Povo de Deus, traz consigo a superação de divisão entre as duas classes e de ter em consideração que a missão específica dos leigos está mais associada à seculariedade. Quer dizer que, eles são a vanguarda da Igreja em questão à ordem temporal no anúnciado Evangelho e ao mesmo tempo testemunhá-lo nos ambientes onde vivem e trabalham (cf. FORTE, 1987, p. 58-60). Isto não significa criar uma separação nítida entre hierarquia-laicato, religiosos e não religiosos, mas por meio do “binômio comunidade-carisma e ministérios” (Ib., p. 60). De facto, o relacionamento com as realidades temporais compete a todos os membros da Igreja, só os tons e as formas são diferentes, segundo o carisma de cada um. Pois todas as condições da vida da Igreja têm estas duas dimensões: secular e espiritual e ninguém é neutra. Doutro modo, estamos a criar dicotomia, como tinha acontecido na história (cf. Ib., p. 61).

Obviamente, em relação ao binômio acima, toda a comunidade do Povo de Deus é que deve confrontar-se com a realidade. Deste modo, pode-se saber, sentir e viver à realidade concreta e além disso, pode-se evangelizar, segundo o conceito do Papa Paulo VI (cf. EN 29; 31), em que diz: “é toda a comunidade que deve confrontar-se com o *seculum*, deixando-se marcar por ele em seu ser e em seu agir. A Igreja inteira deve caracterizar-se por este relacionamento positivo com a laicidade” (Ib., 61).

Além disso, em relação à autoridade, precisa-se de uma mudança de binômio de bispos-príncipes, segundo o modelo antes do Vaticano II, para uma Igreja de pastores, onde cria comunhão missionária, com uma proximidade misericordiosa com o intuito de estimular todos os organismos da Diocese para poder pôr em ação a obra de evangelização (cf. EG 31). Uma Igreja com portas abertas para ir às periferias humanas, onde necessitam mais de misericórdia, não tanto dos amigos, vizinhos e ricos, porém, preferencialmente aos doentes, aos pobres, que são muitas vezes desprezados e esquecidos pela sociedade (cf. Ib. 48).

3.2.2.3.4. Conversão das estruturas da Igreja

Em relação a uma Igreja missionária, uma outra exigência concreta da conversão é simplificar as estruturas e outros meios pastorais que possam dar maior acesso à evangelização missionária da Igreja, como diz o atual Papa Francisco:

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação (EG 27).

Segundo a conceção do Papa, a conversão pastoral de simplificação de estruturas, significa, criar condições favoráveis para que os agentes pastorais estejam mais “abertos e comunicativos”, para que as pessoas possam ter maior experiência de Jesus através de uma vida toda dedicada com amor à evangelização. Isto é, dedicar-se ao próximo, pois toda a missão da Igreja e todos os carismas existentes na Igreja estão em vista da missão de Cristo (cf. EG 27).

No que toca as mudanças de estruturas mais acessíveis para a evangelização, vamos enumerar de acordo com a lógica do Papa. Primeiro, a paróquia: esta não deveria ser muito rígida, mas poderia ter formas diversas de acordo com a realidade cultural de cada lugar para que a realização da pastoral missionária seja mais eficiente e eficaz. No sentido que, temos de mover-nos de uma pastoral de espera, de simples administração e de orientação nos sacramentos, como ainda estamos fazendo em relação à nossa realidade, para um estado de permanente saída para os fiéis de visitar as famílias para uma evangelização mais pessoal e familiar (cf. lb.25).

A paróquia é muito importante, uma vez que, ela é formada de famílias que vivem não como indivíduos anónimos e perdidos, mas solidárias e é o lugar de comunhão entre as famílias (cf. ChL 27). Pois na paróquia, os fiéis se reúnem como comunidade do Povo de Deus para as celebrações dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, onde os membros da comunidade são convidados para escutar a Palavra de Deus e ao mesmo tempo de receber a Eucaristia, como sacramento de comunhão.

Por outro lado, na paróquia se vive o espírito da Igreja Primitiva onde há maior expressão de coesão e de partilha de bens, sobretudo, com os membros mais necessitados, que precisam de ajuda de outros membros. O Papa insiste na paróquia em saída, para tornar-se mais perto das pessoas, para criar comunhão entre os membros e gradualmente participam na missão de Cristo (cf. EG 28).

No interior das paróquias estão as Comunidades Eclesiais de Base, outras pequenas comunidades, movimentos e todas as formas de associações. Estão relacionadas com a paróquia e são autónomas. São sinais de vitalidade e da riqueza da Igreja particular e sob a contínua assistência do Espírito Santo para o florescimento da missão da Igreja local (cf. Ib). Na Comunidade é que expressa melhor o espírito que aludimos acima, porque o número de famílias são pequenas.

Os movimentos de associações laicais tornam-se o fermento na Igreja e na sociedade de hoje. O mais importante, como diz o Papa, não perder o contacto com a paróquia para criar uma boa relação e para poderem integrar-se na pastoral orgânica da Igreja. Além disso, precisam também da assistência dos sacramentos e da formação permanente para poderem assumir as suas responsabilidades como bons leigos na sua missão evangelizadora e no testemunho na vida diária (cf. AA 24-26).

Outro passo da mudança estrutural que o Papa fala é a Igreja particular, porção do Povo de Deus guiado por um bispo. Ela também necessita de conversão missionária. Sujeito primário da evangelização, manifestação verdadeira duma única Igreja de Cristo, que é una, santa, católica e apostólica e ao mesmo tempo uma Igreja encarnada num espaço concreto com todos os meios necessários de salvação, contudo, com uma peculiaridade específica de acordo com o lugar (cf. Ib. 31). A sua preocupação é de saída para as periferias ou novos âmbitos socioculturais (cf. INSTRUMENTUM LABORIS 2012, 51-66).

Para a Igreja particular, o bispo, como sua cabeça, deve promover sempre a comunhão missionária na sua Diocese, em consonância com o espírito das primeiras comunidades da Igreja, vivendo num só coração e numa só alma (cf. At 4, 32). O bispo, na linguagem do Papa, umas vezes põe-se à frente dos seus fiéis para indicar o caminho, outras vezes no meio, com a sua proximidade e outras

vezes caminha atrás para apoiar e ajudar os lentos e atrasados. Criar maior comunhão dinâmica e participação através dos organismos da Diocese previstas do *Código de Direito Canônico* e de outras formas de diálogo e cooperação pastoral (cf. EG 31).

Finalmente, a conversão do papado, de estar aberto às sugestões para o exercício do seu ministério, como expressão de fidelidade à Jesus Cristo, de acordo com as exigências atuais da evangelização, de fazer reformas, sem renunciar o essencial. Tornar uma Igreja mais colegial, de acordo com o espírito do Concílio Vaticano II, que ainda não está bem aplicado concretamente (cf. lb. 32). De facto, ele formou um grupo de nove cardeais, denominados por C9, provenientes de cinco continentes para poder ajudá-lo no governo da Igreja, como seus assessores. Ele está esforçando de renovar a Igreja. Naturalmente, enfrenta desafios, sobretudo dos que têm mentalidade de *status quo*, que estão, sobretudo, na Cúria romana (Cardeal OSSA, 2017). Mas não é uma coisa nova, pois, vendo a história do Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII também enfrentou o mesmo desafio (cf. SOUZA, p.11-12). Por um lado têm razões, porque vivem entre as quatro paredes e não têm conhecimento profundo da realidade atual da Igreja e do mundo.

3.3. Evangelização e opção preferencial pelos pobres

Os primeiros destinatários da mensagem de Jesus Cristo, são os pobres, por isso, a Igreja, sendo fiel a Cristo, a sua opção preferencial tem de ser os pobres na sua missão evangelizadora. “Este amor não exclui ninguém, simplesmente individua uma prioridade de serviço, que goza de testemunho favorável de toda a tradição da Igreja” (EAs 34). Por outro lado, ela tem de apresentar-se pobre, no seu testemunho, aberta e acolhe os pobres, para que eles sintam que são realmente os verdadeiros destinatários de Jesus, que reflete na Igreja. De facto, no Vaticano II, falaram sobre isso, mas não levou à frente, por isso, nos documentos não estão muito explícitos, embora haja citações esporádicas em todos eles.

3.3.1. Opção preferencial de Jesus pelos pobres

Deus não é neutral, porém, é parcial pelos pobres, pois esta situação que a pessoa experimenta é um sinal de sofrimento, falta de sorte, que significa desvalorização da condição da vida humana. Contudo, o Senhor Deus ama a vida (cf. FUELLENBACH, 2000, p. 177-178). Por isso que, no Antigo Testamento, a responsabilidade social dos pobres estava nas mãos dos que não eram pobres e está escrita na Lei, de cuidar dos pobres, criar justiça e não explorá-los (cf. Dt 24,10-15).

Porém, a opção prioritária pelos pobres, começou com Jesus. Por conseguinte, ele iniciou a sua missão salvífica com estas belas frases: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos ([...])” (Lc 4, 18-19).

Tendo em consideração aquilo que fala no Novo Testamento e a pobreza que fala nos evangelhos, há dois sentidos. No ponto de vista económico, compreendia os que materialmente eram deprimidos e o segundo era a pobreza social, os desprezados e os excluídos pela classe mais alta, pelos que governavam, por serem publicanos e prostitutas (cf. FUELLENBACH, p.180-183).

Pelo contrário, Jesus mostrou uma atitude muito diferente em comparação com os seus conterrâneos. Ele tornou-se solidário com todas as categorias de pessoas em que naquele tempo a sociedade judaica marginalizava, pelas razões sociais, política ou religiosas. Tinha compaixão delas, por isso, que ele estava mais aberto e tinha preferência e solidariedade por elas por serem marginalizadas e acolhia-as, porque eram desprezadas (cf. MARGUERAT, 2004, p. 938). Podemos ver a história de Zaqueu, o cobrador de impostos (cf. Lc 19, 1-10). Ele também era desprezado pelos escribas e fariseus, porque era cobrador de impostos, associado como ladrão e por outra parte colaborava com os romanos.

Ele acolhia os samaritanos leprosos que eram considerados como impuros e eles foram à busca dele para lhes curar (cf. Lc 17,11-19). Tomava refeições com os marginalizados e as mulheres desprezadas por terem má vida (cf. Mc 2,15-17). Tinha que romper a Lei de Moisés para fazer curas ao dia de sábado e

em seguida dizia: “O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado” (Mc 2, 27). Há muitas passagens que expressam a preferência de Jesus pelos pobres, mas a melhor frase que pode resumir toda a sua missão é esta: “Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores” (Mc 2, 17).

Mas aquilo que estava na sua consciência era de anunciar o Reino de Deus através das suas palavras e sobretudo nos seus gestos, que o Reino de Deus já chegou. Pois, João Batista quando estava na prisão, mandou os seus discípulos para saber, se ele era o Messias e ele respondeu-lhes: “Ide contar a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o evangelho” (Lc 7, 22-23).

Jesus não anunciou o Reino de Deus com força de arma, pois no seu tempo, o povo judeu estava sob o governo do imperador romano, por isso, havia vários movimentos e o que era mais revolucionário foram os Zelotes (cf. McKENZIE, 1984, p.897). Para estes, a vinda do reino dependia da ação revolucionária, de maneira que, usavam armas na luta contra os romanos (cf. Ib.). Pelo contrário, o Reino de Deus que Jesus anunciava, era através de misericórdia, de perdão, de justiça e de amor e ele testemunhou-o com uma atitude de simplicidade, solidariedade e abertura para com todos e preferencialmente aos pobres, aos que materialmente eram ricos, mas estavam abertos à verdade. Por isso, o Reino de Deus lhes pertencia também (cf. Mt 5, 33-12).

Portanto, Jesus anunciou o Reino de Deus, pelas suas palavras e sobretudo pelas suas obras, mostrando como seria esse Reino. Desta maneira, no discurso inaugural da abertura do Concílio, o Papa João XXIII aludiu as características do Reino, acima mencionadas (cf. JOÃO XXIII, 11.10.1962). Jesus alinhou-se com os pobres e marginalizados, porque ele também nasceu numa família humilde e viu que a sociedade do seu tempo vivia numa desigualdade muito grande, onde havia discriminações e injustiças. Além disso, para ele, a riqueza era um obstáculo para entrar no Reino de Deus (cf. McKENZIE, p.668).

3.3.2. Uma Igreja pobre, dos pobres e para os pobres

Acabámos de ver que, o tema da opção preferencial de Jesus, eram os pobres. Deste modo, a Igreja é de Jesus Cristo, por isso que, tem de seguir os passos do mestre. Ele que, sendo rico, tornou-se pobre para enriquecer a humanidade pela sua riqueza (cf. 2Cor 8,9). Naturalmente, a Igreja precisa de meios humanos para poder realizar a missão evangélica, de anunciar o Reino de Deus. Porém, ela não foi constituída para alcançar méritos e glórias terrestres (cf. LG 8), como tinha acontecido nos tempos passados, de uma Igreja automagnificadora (cf. L. BOFF, O3.07.2015). Pelo contrário, ela precisa contemplar Jesus como o seu fundador e mestre, deste modo, ela precisa imitá-lo, de ser uma Igreja que é humilde, renunciando àquilo que é contrário ao Evangelho (cf. SILVA p.746).

A interpelação da pobreza pela Igreja tem eco na mensagem radiofónica do Papa João XXIII, em que declarou que, “para os países subdesenvolvidos a Igreja apresenta-se como é e como quer ser, a Igreja de todos, em particular a Igreja dos pobres” (JOÃO XXIII, 11.09.1962). De facto, o Papa, mostrou-se como um servo humilde, não com grandes pompas do estilo renascentista, carregado pelos quatro homens na sua cadeira-trono e o pé beijado pelo diácono, à hora do Evangelho, pois isso escandalizava (cf. DOMEZI, p.21-22).

Na aula conciliar, o tema dos pobres estava presente, com a intervenção do cardeal Lercaro e sugeriu que o problema da pobreza fosse o tema do Concílio, pois no ponto de vista teológico, é um mistério de Cristo nos pobres (cf. DOMEZI.p.49; SILVA, 746). Mesmo assim, não houve um tema separado nos documentos conciliares, contudo, podemos encontrar na *Lumen gentium*, *Gaudium et spes* e outros documentos, o tema da Igreja servidora ([...]) Igreja abraça com amor todos os afligidos pela enfermidade humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e intenta servir neles em Cristo” (LG 8).

Para pôr em prática aquilo que foi discutido nas aulas do Concílio, a Igreja da América Latina procurou implementar as diretrizes do Vaticano II, por isso, nas

conclusões de CELAM, em Medellín, estava um tema separado que fala da “Pobreza da Igreja”. No seu ponto de vista pastoral, teve estas três conclusões: primeiro, dar preferências efetivas aos setores mais pobres e necessitados, com atitude de solidariedade, simplicidade e sincera fraternidade e acolhedora aos pobres. Denúncias às injustiças e opressão e luta pelos que procuram os seus direitos, junto às instituições responsáveis. Segundo, testemunho da pobreza, através de moradas e maneira de viver que sejam modestas, obras e instituições sejam funcionais. Renunciar títulos honoríficos e para os padres e religiosos que testemunhem o espírito de pobreza. Este último, segundo o carisma de cada instituto. Terceiro, ser humilde servidora de todos os homens com atitude de abertura, escuta nas angústias e em todos os problemas que lhes afligem, seguindo o modelo de Jesus Cristo, que sendo rico fez-se pobre (cf. PUEBLA, 14, III, 1968).

Os Padres sinodais da Ásia também estavam conscientes que no grande continente há grandes recursos e civilizações, contudo, algumas nações ainda estão a viver numa condição pobre e a pobreza ainda está muito dominante. Por isso, eles pediram aos seus fiéis católicos para adoptarem uma vida coerente com os valores do Evangelho, de uma Igreja pobre para os pobres (cf. EAs 34).

O papa Francisco sendo filho de América Latina, não está longe daquilo que os bispos de CELAM declararam. Ele quer uma Igreja pobre, casa dos pobres e para os pobres. Mas a pobreza que ele tenciona é mais na atitude de desprendimento interna e não é uma pobreza efetiva ou sociológica. Pois, a sua visão é englobante, como periferias espirituais, psicológicas e materiais. (cf. PAPA FRANCISCO, 17.06.2013). Mas ele apelou a todos para não compreenderem mal a sua intenção de pobreza, como dizia:

Este ir ao encontro dos pobres não significa que devemos tornar-nos pauperistas, ou uma espécie de ‘mendigos espirituais’! Não, não, não significa isto! Significa que devemos caminhar em direção à carne de Jesus que sofre, mas também sofre a carne de Jesus naqueles que não o conhecem com os seus estudos, com a sua inteligência, com a sua cultura. É lá que devemos ir! Por isso, gosto de usar a expressão ‘ir às periferias’, às periferias existenciais. Todas, da pobreza física e real à pobreza intelectual, que é também real. Todas as periferias, todas as encruzilhadas dos caminhos: ir lá. E ali lançar a semente do Evangelho, com a palavra e com o testemunho (PAPA FRANCISCO, 17.06.2013).

Assim, a Igreja quer tornar-se pobre, casa dos pobres para partilhar a sua pobreza, dando testemunho da pobreza, na maneira de viver e nas facilidades da vida. Dando preferências aos setores mais pobres e abandonados na sua missão evangelizadora e servir os pobres concretos nos lugares onde trabalha e na luta pelos que estão oprimidos.

3.3.3. A opção pelos pobres na obra da evangelização

Ao longo dos séculos, a Igreja tem optada pelos pobres e o Papa Bento XVI ao falar de caridade, ele insiste sobre a justiça mediante “o reconhecimento e o respeito dos legítimos direitos dos indivíduos e dos povos” (CV 6) e em seguida comenta que as diversas formas de desprezo, de violação da vida humana, principalmente dos mais fracos e marginalizados contradizem com os valores da dignidade humana (cf. lb. 15). Como tínhamos visto acima que, o atual Papa está insistindo nesse aspecto de cuidar dos pobres, como atesta: “opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG 195).

Diante do mundo dos pobres, a doutrina da Igreja, que reflete ao mesmo tempo a sua posição, é muito clara, que ela deve optar e cuidar dos pobres, como uma das vias de evangelização. Pois, segundo o relatório de ONU, que a percentagem do número de pobreza no mundo caiu drasticamente nestes últimos anos, no entanto, ainda é alta e gira por volta de 702 milhões de pessoas, correspondendo a 9,6%. Isto significa que ainda é alta e continua a haver pobreza no mundo (cf. WORLD BANK, 2015).

A maior lei dos cristãos é a caridade, como Cristo diz: “Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como vos amei, amai-vos também uns aos outros” (Jo 12, 34-35). A caridade urge a Igreja para pôr em obra concreta na evangelização através duma área especial que se chama “Pastoral social”. Esta é uma das expressões da misericórdia de Deus, que orienta a Igreja para à renovação da sua missão, de pôr em prática as frases de *Gaudium et spes*, como um documento pastoral: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).

Por conseguinte, falando de fazer a evangelização, a nível mundial, temos a *Caritas Internationalis* que é responsável por essa área e tem os seus ramos em todas as Dioceses do mundo. O seu objetivo é de cuidar dos mais necessitados para que “tenham vida” (Jo 10,10). Assim, podemos mencionar aquilo que fazemos na nossa Diocese de Díli. Assistir as viúvas, cuidar dos que são afetados de HIV/SIDA, através de *counseling*, administração de medicamentos e necessidades básicas. Há clínicas quase em todo o território da Diocese e a maior parte ao cuidado das Congregações femininas. Alojamentos separados para tratar as pessoas infetadas por tuberculose e tem grande sucesso nessa área, pois, o número desce drasticamente. Organiza pequenos agricultores, pescadores para os homens e trabalhos artesanais para as mulheres. Tudo isto, com o intuito de reduzir o desemprego e melhorar o nível da vida das pessoas mais necessitadas que vivem na nossa Diocese (cf. CARITAS, DILI, 2018).

Além de *Caritas*, que está diretamente ligada com a Diocese, há outras instituições religiosas, tanto masculinas como femininas, que se envolvem nas mesmas obras de evangelização, de promover os jovens, através de cursos de carpintaria, mecânica, eletricidade, eletrônica, costura, culinária e outros cursos, para preparar os jovens de encontrar trabalho ou podem desenvolver-se montando as suas próprias oficinas, como estão aparecendo.

Em suma, em relação à missão evangelizadora com os mais pobres, mundialmente, a Igreja, desde sempre, ao longo da sua caminhada histórica, está dando grandes contribuições para reduzir o sofrimento humano. Esta via de evangelização é muito apreciada pelos governos locais. Um exemplo, que tínhamos mencionado no capítulo anterior, é a obra de santa Teresa de Calcutá. Ou cuidar dos meninos da rua, etc, etc.

3.3.4. Uma Igreja “casa dos pobres”

A Igreja, além de ser uma Igreja pobre, dos pobres e trabalha para os pobres, ela também torna-se “pai e mãe” dos pobres. A base doutrinal está na caridade, como acabámos de ver. Mas neste aspeto da Igreja “casa dos pobres”, significa que, ela acolhe as pessoas mais necessitadas, de modo especial as crianças e os jovens de idade escolar, como órfão de pais devido à guerra, pobres

e abandonados e abandonadas, ou na linguagem do Papa Francisco, os que vivem na “periferia existencial,” para lhes dar abrigo e educar-lhes.

O motivo principal da Igreja de tornar-se casa dos pobres é Jesus que se assemelhou com os pobres, como diz o Evangelho:

Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhastes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me. Então os justos lhe responderão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos...Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes (Mt 25, 34-40).

Falar de Igreja “casa dos pobres” ou tornar-se “pai e mãe”, é uma evangelização que é verdadeiramente integral, visto que, os responsáveis da evangelização tomam cuidado de tudo: necessidades materiais, uma casa que tem condições necessárias para acolher os necessitados, tomar cuidado das suas roupas, comida e outras necessidades materiais. Responsabilizar-se pela sua formação humana, social e cristã. Mandar-lhes para escola e atender as suas necessidades escolares, como a mensalidade, etc.

Estar com eles, ser pai e mãe ao mesmo tempo, criando um ambiente condutivo de família, onde se estabelece boas relações, liberdade e espontaneidade. Deste modo, eles ou elas possam sentir-se que são amados. Como dizia Dom Bosco: “Que os jovens, além de serem amados, sintam que realmente o são” (DOM BOSCO, 10.05.1884).

Neste globo, nos lugares onde há os pobres, não só material, mas psicológico e social, a Igreja, por meio das suas organizações abrem as suas portas para acolher os jovens meninos e meninas para lhes dar uma boa educação. Por exemplo, na Austrália, um padre que recolha os jovens drogados e imorais. Para atender essas pessoas ele formou um grupo de pessoas preparadas na área psicológica, pedagógica e outras para acompanhá-los. Ou no Brasil, onde a Igreja torna-se verdadeiramente casa dos pobres, como as características acima. De tornar-se “pai e mãe” dos pobres e também na nossa Diocese onde se encontram muitas comunidades que cuidam dos pobres, com características acima mencionadas.

Pelas nossas experiências, este modelo de evangelização é mais efetivo, pois, além de acompanhamento grupal, há também acompanhamento individualizado, no processo de crescimento integral da pessoa, como dizia o Papa Francisco, e isso exige algumas virtudes importantes. Como: prudência, capacidade de compreensão, saber esperar, escutar (cf. EG 171). Uma das exigências muito importantes é a maturidade do evangelizador, sobretudo humana e afetiva, para não cair nos abusos perante aos interlocutores que evangeliza. Pois houve muitos abusos, por isso, em muitas partes do mundo, sobretudo, nos países, como os Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália e outros, a Igreja tinha sofrido bastante por causa dessas infidelidades e abusos, por isso, o Papa Francisco emitiu uma Carta Apostólica, dando algumas orientações para a proteção de menores (cf. PAPA FRANCISCO, 26.03.2019).

3.3.5. “Pacto das Catacumbas” e opção pelos pobres

O “Pacto das Catacumbas”, era uma reunião de quarenta e dois bispos, do grupo de bispos chamados “Igreja Pobre”. Convocado e organizado pelo bispo belga chamado Charles Marie Himmer no subterrâneo da basílica de Catacumbas na manhã do dia 16 de novembro de 1965. Lá concelebraram uma missa para consolidar o pacto da Igreja servidora dos pobres (cf. BEOZZO, 2015, p.25-26; DOMEZI, p. 37-38). A missa era presidida pelo mesmo bispo organizador do grupo e este tinha a lista dos nomes registrados por volta de 42 bispos que oficializaram o “Pacto das Catacumbas” (cf. BEOZZO, p.53-59). Treze bispos provenientes de Ásia; nove de América Latina e do Caribe. Da África eram 9; 9 da Europa e da América do Norte era apenas um. Um de Médio Oriente, especificamente de Israel (cf. *ib.*, p.63).

O bispo Hélder de Câmara, era um dos mentores do Pacto, não estava na concelebração da missa. Mesmo assim, o número aumentou progressivamente, cerca de 500 bispos durante o processo do Concílio. Porém, o grupo era um pouco discreto e estava longe do alcance da mídia, por isso, o público não sabia de nada.

O Pacto havia treze resoluções, e na introdução, declararam que estavam conscientes da falta de pobreza evangélica na vida deles. Livremente, unidos,

tomaram a iniciativa para viverem o Pacto (cf. Ib.26-27). Sinteticamente está dividido em três categorias:

Primeiro, sobre a pobreza pessoal: viver com simplicidade, mediante uma vida simples, à maneira do povo em relação à habitação, transporte e alimentação. Em relação às pessoas, ser acolhedor, aberto a todos, sem discriminação. Renunciar os privilégios e as riquezas, bem como possuir a riqueza material em seu próprio nome.

Segundo, conversão no que toca a vida eclesial, pastoral e ministerial: confiar aos leigos a gestão financeira, para que seja mais livre para as responsabilidades de pastoral. Dedicar maior tempo aos pobres e aos trabalhadores, cuidar dos que são evangelizados compartilhando a vida com eles. Compartilhar a vida e o ministério com os irmãos em Cristo, com uma atitude de caridade pastoral, como os sacerdotes, religiosos e leigos, para que a evangelização seja um verdadeiro serviço; revisão periódica da vida com eles e ajudá-los para que criem animadores do que chefes.

Terceiro, fazer conversão na ação social: devido às exigências de justiça e de caridade, transformar as obras de beneficência em obras sociais, como um humilde serviço ao próximo. Responsabilizar-se por todos os responsáveis que tutelam à Diocese para que ponham em prática as leis, as estruturas e as instituições sociais para o desenvolvimento integral das pessoas mais necessitadas para que possam tornar-se dignas de filhos de Deus (cf. PACTO DAS CATACUMBAS, 16. 11.1965; DOMEZI, p.40-41; BEOZZO, p. 29-49).

Realmente muitos bispos conseguiram expressar o seu testemunho de pobreza, e podemos mencionar alguns. Entre eles, Dom Hélder de Câmara, na sua carta pastoral expressou a sua intenção de abandonar os títulos honoríficos de príncipes, de chamar por bispo “servidor e Pai”. O bispo de São Paulo vendeu o palácio episcopal e residiu numa habitação simples e o dinheiro foi destinado para os pobres das periferias (cf. Ib.p. 42-43). O nosso Papa Francisco é um dos maiores exemplos de pobreza pessoal: deixou a residência dos Papas e foi morar na Santa Marta. Tem vestuários simples, partilha as refeições com outras pessoas na restaurante. Solidariedade com os pobres e está reformando os órgãos do

Vaticano, com a ajuda de nove cardeias, como tínhamos mencionado acima. E está exigindo à Igreja, como Povo de Deus, em saída missionária para as periferias, mostrar-se misericordiosa e acolhedora com os que vivem na “periferia existencial e espiritual” (cf. EG; LS; AL).

Em relação à nossa realidade, como o governo ainda está ajudando as Igrejas, há tendências de construir grandes igrejas, seguindo os antigos modelos da Europa, onde se gasta milhões de dolares, enquanto a maioria do povo ainda vive na pobreza. Há relevância vendo na perspectiva da evangelização? E na perspectiva futura, talvez será difícil a sua manutenção, visto que, exige grande soma de dinheiro.

3.4. Evangelização e cuidado da casa comum

Em relação à evangelização do cuidado da casa comum, embora, a Igreja tinha falado nos seus documentos sociais, mas não tinha grande ênfase e preocupação, como o Papa Francisco, na sua encíclica *Laudato si*. Apresentou uma visão integral da interconetividade entre os seres criados, pois um sofre, todos os outros sofrem também. Um dos problemas que o mundo está enfrentando é a crise ecológica, pois, o homem da ciência e da tecnologia perdeu a noção de transcendente, de maneira que, está usando egoisticamente os bens da terra, criados por Deus, em vez de pensar no bem comum de todos e das futuras gerações. E quem sofre todas as consequências são os pobres deste planeta.

3.4.1. A Boa Nova de Jesus como Evangelho da criação

A família de Jesus, como tantas outras famílias do seu tempo, vivia em Nazaré, numa pequena aldeia e tinha uma vida modesta e a população se dedicava ao cultivo de oliveiras e trigo. Enquanto, o seu pai era um modesto artesão, mas não era pobre, como alguns historiadores diziam nas suas primeiras investigações e ele também tinha uma forte relação com a natureza e a vida do campo (cf. MENDOZA-ÁLVAREZ, 2012, p. 191-193).

Assim, na sua mensagem sobre o Reino de Deus, usa os elementos da natureza, para falar deste Reino. Este é como um grão de mostarda que é o mais

pequeno de todas as sementes, lançada à terra cresce e torna-se uma grande árvore (cf. Mt 13, 31-32). Ou falar da disponibilidade das pessoas para receber a sua palavra. Como o semeador que lança as sementes e estas caem em diferentes lugares: umas no caminho, outras entre os espinhos, em terras pedregosas e outras na terra boa, e estas últimas cresceram e deram abundantes frutos (cf. Mt 13,4ss).

Por outro lado, ele contempla a natureza e vê que o Pai cria todos os seres tão belos e todos estão interligados e cada ser criado é importante aos olhos de Deus, por isso, tem carinho e cuida de cada um. Deste modo, não há razão para qualquer um de preocupar-se demasiadamente de si mesmo.” Olhai as aves do céu: não semeiam, nem colhem, nem ajuntam em celeiros. E, no entanto o vosso Pai celeste as alimenta” (Mt 6,25). Quanto mais o homem que é criado segundo a sua imagem e semelhança. Vale mais que todos os seres criados (cf.Mt 6,25-26). Por isso, Deus tem um amor especial por ele, pois todas as coisas criadas têm valor e sentido, vendo na perspectiva do homem, por ser o centro de tudo, como diz a *Gaudium et spes*: “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo” (GS 12).

Como homem, Jesus contempla a beleza da criação, porque ela está no mistério de Cristo desde a criação do mundo, pois o *logos* é Deus (cf.Jo 1,2).Desta maneira, não há nenhuma criatura que está fora do seu alcance. Todos caem no pecado e todos são reconciliados por Jesus Cristo. Consequentemente, ele está presente em toda a criação depois da sua ressurreição, visto que, ele redime todos os seres criados. Por conseguinte, toda a criação está sob o seu domínio universal, por ser ele o único redentor de toda a criação, como atesta: “[...] pois nele aprouve a Deus fazer habitar toda a plenitude e reconciliar por ele e para ele todos os seres os da terra e os do céus, realizando a paz pelo seu sangue” (Col 1,19-20).

No ponto de vista pastoral, podemos apreciar que, sendo homem, tem uma sensibilidade muito forte e profunda da realidade que o circunda e sobretudo da natureza. Ele usa a realidade da vida do povo, da sua experiência ordinária, como ponto da partida para poder transmitir a mensagem do Reino de Deus. Por conseguinte, facilmente para os destinatários de ouvirem e captarem o seu

conteúdo. Na linguagem de hoje, diz-se que, ele sabe inculturar-se à realidade do povo, pois a sua preocupação principal é como fazer intender aos ouvintes a sua mensagem sobre o mistério de Deus.

Outro elemento que podemos colher sobre a sua Boa Nova que, todos os seres são criados por Deus, são belos e há uma harmonia entre eles. Como exemplo, partindo dele mesmo, que é solidário com a vida das pessoas e com todos os seres criados, sobretudo com os mais pobres e marginalizados (cf.Mt 11,19). Por isso que, até a natureza lhe obedece (cf.Mt 8,27). Isto é, há uma comunhão universal entre eles (cf.LS 89).

3.4.2. Evangelização e ecologia

Tínhamos refletido no capítulo primeiro que, um dos problemas do mundo atual é a mudança climática em que as suas consequências estão afetando o mundo globalmente. E quem sofre são as pessoas pobres, pois elas não têm meios necessários para poderem defender-se de quaisquer eventualidades de mudanças. De modo que, há um esforço comum promovido pelas Nações Unidas para o combate de mudanças climáticas, como tínhamos aludido.

Em relação à luta pelo cuidado da casa comum, o Papa Francisco está na vanguarda não nos aspetos técnicos, mas através das suas exortações para que se estabeleça diálogos entre os políticos e cientistas, em todos os níveis para poderem solucionar esse problema (cf. LS 163-198). Estabelecer diálogo entre as religiões, pois a maioria da população mundial declara-se possuir religião, para que os fiéis possam atuar segundo a reta consciência sobre a verdade e dar as suas contribuições concretas para superar a crise, no cuidado dos pobres e estabelecer maior fraternidade entre eles na busca do comum (cf. Ib.199-201).

Especificamente, para nós os cristãos, ele nos convida, para que possamos dar a nossa contribuição tangível baseando na convicção da fé para termos maior amor à criação, desta maneira, podemos cuidá-la, pois, formamos uma unidade com tudo aquilo que nos rodeia (cf. Ib. 216). E de facto os cristãos, não estão dando respostas individualmente, mas formam redes comunitárias, como sugere o Papa para ter mais peso (cf.Ib.219), como veremos nas linhas de ação.

Para a Igreja, como Povo de Deus, graças a sua fé e conduzido pelo Espírito Santo, está esforçando-se de discernir através dos sinais dos tempos, a vontade de Deus e ao mesmo tempo o seu compromisso de trabalhar para uma evangelização integral, como sua vocação (cf. GS 11). Assim, os valores do Evangelho possam modificar “os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação “(EN 19). Pois, segundo o Concílio, a Igreja quer marcar a sua presença ativa no mundo de hoje e ajudar-lhe para alcançar a sua própria realização (cf. GS 2).

A razão fundamental do envolvimento da Igreja nos problemas da humanidade é o homem na sua totalidade. Visto que, o homem foi criado segundo à imagem de Deus (cf. Gn 1, 27). Deste modo, ele tem um valor muito elevado, por isso que, apesar de se afastar de Deus pela desobediência, pecando, todavia, Jesus Cristo veio redimi-lo (cf. GS 32). Diante de Deus, todos os homens, segundo a dignidade, são filhos de Deus, têm origem e natureza divinas e por consequência são todos iguais, por isso, a sua dignidade tem de ser respeitada, sobretudo dos mais débeis. Assim, deve-se eliminar todas as formas de discriminação social, cultural, económica, pois não estão de acordo com a vontade do criador (cf. GS 29). Isto quer dizer, superar uma ética individualista para pensar no bem comum de cada indivíduo e sobretudo dos mais pobres (cf. GS 29-30).

Para solucionar o problema, todos os estados têm vindo a estudar os meios para reduzir o efeito de gás estufa e a última Cimeira foi em Paris em que os delegados de 196 países fizeram uma resolução de manter a temperatura global ao máximo de 2º C, aos níveis da era pré-industrial e limitar o aumento de temperatura de 1,5º C. Que significa procurar meios para a redução das emissões causadores de gases de efeito estufa (cf. ACORDO PARIS, 2015).

Infelizmente, o presidente de EUA, retirou-se do acordo no dia 02 junho de 2017, porque segundo a sua perspectiva seria prejudicial para a economia e o emprego de EUA. Houve reações fortes, tanto à nível internacional como internamente, pois não seria positivo para o futuro dos EUA. A sua atitude mostra

claramente que não pensa no bem comum, sobretudo dos pobres, mas está procurando meios para explorar os pobres e as nações pobres. Mesmo assim, as 147 nações que ratificaram o acordo, estão comprometidas no combate ao aquecimento global (cf. RTP Notícias, 02.06.2017).

3.4.3. Causas da crise ecológica à luz do Evangelho

Hoje em dia, o mundo preocupa-se com a destruição da casa comum, como consequência da irresponsabilidade do homem, pois, gera a mudança climática por causa da alta concentração de gases com efeito de estufa, como o anidrido carbônico, o metano, óxido de ozono e outros componentes (cf. LS 23). Segundo os resultados dos estudos pelos cientistas que esses gases são emitidos excessivamente desde a Revolução Industrial que se iniciou por volta de 1870 e o calor está aumentando cada vez mais e isso, cria mudanças climáticas como estamos sentindo os seus efeitos. E quem sofre todos esses efeitos não são as nações e pessoas ricas, contudo são os pobres, uma vez que falta de chuva, não podem cultivar e são obrigados a deixar o seu lugar ou país à procura de uma vida melhor e mais estável para morar. Consequentemente, sente-se o excessivo frio ou calor (cf. Ib.49; 51-52).

Segundo a *Laudato si*, a narração bíblica baseia-se nestas três relações: Deus, o próximo e a terra (cf. Ib. 66). Mas com o pecado estas três relações romperam-se e criou uma ruptura entre elas, como consequência, o homem em vez de cuidar e cultivar a terra, ele procurou dominar e usá-la arbitrariamente, de maneira egoística, por isso, gerou conflito entre eles (cf. Ib.).

Deste modo, sem ignorar os benefícios que a tecnologia traz ao homem para melhorar a sua qualidade de vida (cf. Ib.103). Por outra parte, ela traz também consequências negativas onde destrói muitas vidas (cf. Ib.104-105). Pior ainda, o homem, só pensa em transformar a natureza para o seu uso pessoal (cf. Ib.106), quer explorar o máximo o planeta, a nossa casa comum, dominar o máximo a natureza de modo que, cria degradação ambiental e ao mesmo tempo domina a economia e a política. Porém, no fundo, o problema fundamental é um fenômeno do reducionismo que afeta a vida humana e a sociedade em geral (cf.

Ib.107). O problema basilar de tudo isso é a expressão externa da “crise ética, cultural e espiritual da modernidade” (Ib. 109).

O antropocentrismo moderno coloca a ciência e a técnica acima de todas as coisas, esquecendo que a terra é uma dádiva de Deus, por isso, em vez de se tornar colaborador divino na obra de criação, cria uma relação desordenada com o mundo criado (cf. Ib.116-117). Exalta a ciência e a tecnologia e quer dominar tudo (cf.106-109). Com isso, gera a perda de sensibilidade pessoal e social (cf. Ib.120).

Mas o Papa alerta à um relativismo prático que é ainda mais perigoso, uma vez que, o homem torna-se o centro do universo e dá prioridade aos seus interesses contingentes (cf. Ib.117; 122). Por conseguinte, procura explorar ao máximo tudo aquilo que está ao seu alcance para os seus interesses pessoais e tudo é visto e considerado só na perspectiva funcional, incluindo o homem. Deste modo, o que não é funcional, não tem valor, deve ser descartado ou votado via (cf.Ib.123). Isto significa, a negação do Criador (cf.Ib.122).

Diz o Papa em relação ao homem moderno e tecnológico:

A cultura do relativismo prático é a mesma patologia que impele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a trata-la como mero objeto, obrigando-a a trabalhos forçados, ou reduzindo-a à escravidão por causa de uma dádiva. É a mesma lógica que leva à exploração sexual das crianças, ou ao abandono dos idosos que não servem os interesses próprios (Ib.123).

Essa visão errada do homem tecnológico, está em contradição com a visão cristã, em que coloca o homem como o continuador da obra da criação. Ele é o instrumento de Deus para cuidar dela e de explorar todas as potencialidades da natureza de forma adequada. Desta maneira, surge uma compreensão mais positiva do trabalho. O homem não domina arbitrariamente a natureza, mas ele faz contemplação da beleza dos seres criados como expressão do misterioso amor de Deus. Assim, ele desenvolve uma compreensão positiva e rica de trabalho (cf.Ib.125-126). Através do trabalho, o ser humano desenvolve as suas potencialidades e habilidades e desde o princípio, foi criado para trabalhar e não há razões para que a tecnologia substituísse a força humana, pois “os custos humanos são sempre também custos económicos” (Ib.128).

3.4.4. Evangelização e ecologia integral

O Papa Francisco ao tratar do problema da ecologia ambiental, que estuda os seres vivos e o meio ambiente onde vivem (cf. LS 138; EAs 41), não só viu o ponto acima isoladamente, contudo, viu-o numa perspectiva integral. Como ele dizia que, todos os seres criados estão interligados. Isto é, a ecologia ambiental com todos os seus componentes, como a economia e a vida social. Por isso que, tratando da ecologia ambiental, temos que falar de modo integral. Pois, ter conhecimentos fragmentários e tratando-os isoladamente sem ter em consideração com outros aspetos da vida humana, é uma mera ignorância (cf. LS 138).

Consequentemente, ao falar do meio ambiente, temos que ver que este ter uma relação muito estreita com as pessoas que o habitam, desde que, o meio ambiente é um fator muito determinante que pode moldar a nossa vida (cf. lb. 139). Desta sorte, ao pensar de desenvolver o crescimento econômico dum lugar, por exemplo, há uma necessidade de pensar o impacto ecológico na vida das pessoas que vivem nesse lugar, pois está relacionado com a saúde e a qualidade da vida das pessoas, sobretudo, a poluição e o aquecimento (cf. lb. 141-142). Caso contrário, se não considerar a pessoa humana, é uma violência contra a natureza humana, pois cria injustiças (cf. lb. 142).

O documento *Laudato si* fala também da importância da ecologia social e cultural, pois com a ganância da economia consumista e do mercado, muitas vezes pode-se destruir o patrimônio histórico, cultural e artístico dum povo. De modo que, não é correto de procurar resolver os problemas locais e regionais, por meio de soluções gerais ou técnicas, sem dar considerações aos problemas locais e procurar dar respostas acertadas consoante às necessidades do povo do lugar a partir da sua própria cultura.

Há uma insistência sobre a importância de ter em consideração que, um autêntico progresso tem de orientar-se para a melhoria da vida das pessoas de forma global e principalmente local, porque faltando isso, naturalmente, gera a pobreza devido aos fatores da tecnologia e do egoísmo humano. Por

consequente, gera a debilidade humana, imoralidade de todas as ordens e ações violentas, como crimes organizados ou espontâneos (cf. lb. 147-158).

Portanto, o Papa exorta a todos de pensar no bem comum, mesmo que sejam propriedades privadas. Estas têm funções sociais, pois todos têm igual dignidade, tanto o rico como o pobre. E este é um princípio central na ética social. Pensar no bem pleno de cada pessoa e de todos (cf. lb.93-95). Mas a realidade diz que, ainda hoje, há muita desigualdade e como consequência, gera a pobreza. De maneira que, ter atenção aos mais pobres e a justiça distributiva devem ser considerados como atitudes e ações de grande importância. Além disso, no uso dos bens, pensar também as gerações futuras, como sentido de solidariedade e do sentido de pensar o bem comum dos povos, sem quaisquer discriminações (cf.lb. 159-162).

3.4.5. Linhas de ação para o cuidado, a defesa e a promoção de uma ecologia integral

Para o cuidado, defesa e a promoção de uma ecologia integral, precisa-se de educar às pessoas e à sociedade para estarmos conscientes que temos uma origem comum, que é Deus criador (cf.lb.228). Por isso, na linguagem de São Francisco de Assis, diz-se que somos todos irmãos e irmãs e podemos criar uma comunhão universal (cf.lb.228), caminhando juntos para a meta final (cf. lb.243). A encíclica *Laudato si* apelou para uma “conversão ecológica” (lb.217), para todos, mas especificamente para os cristãos de fazer uma mudança profunda (cf.lb.216).

O documento aposta por uma nova consciência universal e um novo estilo da vida, de sair de si, rumo ao outro (cf.lb.208), viver com sobriedade (cf.lb.222), onde haja maior solidariedade e responsabilidade uns para com outros pensando no bem comum, sobretudo dos mais pobres. Deste modo, evitando a obsessão de uma mentalidade e estilo consumistas e centralização da riqueza num grupo de pessoas e de algumas nações. Estas últimas atitudes e ações só geram conflitos, violência e destruição recíproca (cf. lb. 204). Tudo isso é possível de superar, uma vez que o ser humano tem uma visão que transcende, evitando a atitude de auto referencial e individualista (cf.lb. 208).

Educar as pessoas para criar aliança entre a humanidade e o ambiente, onde exige esforço de todos, sobretudo dos mais potentes para sair de si, só pensam num progresso sem limites, concorrência e mercado sem regras, para uma mudança de paradigma e de atitudes de maior solidariedade, responsabilidade e compaixão com os seres criados, e todos unidos estão orientados para Deus. Por isso, neste ponto exige uma consciência ética e responsabilidade pessoal. Pois, mesmo que haja leis que regulem, porém, se as pessoas faltassem uma consciência de responsabilidade e de sentido de solidariedade, não haverá efeitos duradouros (cf. lb.209-211).

Ter cuidado e amor às coisas criadas. Isso exige uma mudança de paradigma a partir de dentro, isto é, uma conversão interior que reflita no empenho (cf. lb. 217). Por isso, os meios para que possamos conseguir esse processo de conversão são: educação ambiental e outras formas de formações na família, na escola, nos meios de comunicação social, catequese e outros meios. Por fim, pôr em ação nos pequenos gestos segundo a capacidade e a responsabilidade de cada pessoa na comunidade (cf. lb. 212-214). Pois, o cuidado da casa comum não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo moral, de olhar pelo ambiente (cf. EAs 41).

Em resposta, como compromisso concreto dos católicos, à nível mundial perante o apelo do Papa, no segundo aniversário da publicação da encíclica *Laudato si*, no dia 18 de junho de 2017, o “Movimento Católico Global pelo Clima” (MCGC), tinha lançado uma campanha para que possa responder à mudança climática, a partir de uma perspectiva católica como dizia o movimento:

O compromisso *Laudato Si* é uma campanha que nos convida a nos comprometermos com a transição para as energias renováveis em nossas casas e comunidades e pressionarmos os líderes políticos a tomarem medidas fortes sobre as mudanças climáticas. A Campanha é voltada para quatro públicos diferentes: indivíduos, famílias, paróquias e organizações. O objetivo é envolver 1 milhão de católicos para enfrentar a crise climática (MCGC, 18.06.2017).

De fato, centenas de organizações católicas, especificamente *Caritas* e congregações religiosas estão envolvidas, como resposta ao apelo e esforço do Papa Francisco para uma mudança da ecologia integral: “Paz, justiça e conservação da criação são três questões absolutamente interligadas, que não se

poderão separar, tratando-as individualmente sob pena de cair novamente no reducionismo” (Ib. 92). Portanto, não podemos amar a realidade se excluirmos algumas delas.

Como tínhamos falado acima, que o Papa Francisco está verdadeiramente procurando viver o espírito do Concílio Vaticano II nos tempos atuais, sobre os problemas que afligem à humanidade. De maneira que, apela ao Povo de Deus, de uma Igreja em saída para estar solidário com os que sofrem dando-lhes esperanças, pois, as “tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). E realmente, os católicos do mundo inteiro estão dando respostas positivas perante ao apelo, como acabámos de ver.

3.5. Evangelização e diálogo ecumênico e inter-religioso

O diálogo ecumênico e inter-religioso são expressões concretas da ação evangelizadora da Igreja católica, pois, é muito importante de criar unidade e ter consciência comum entre as religiões, para defender os seres mais fracos, sobretudo os pobres, como diz o Papa Francisco (cf. EG 244-254; LS 199-201). Deste modo, pode-se construir um mundo mais justo e fraterno, que é a missão de todos.

3.5.1. Evangelização e diálogo ecumênico

Para criar o diálogo ecumênico, é necessário de ambas as partes de evangelizarem-se, antes de ser uma Igreja em saída missionária. Como diz a *Unitatis redintegratio*, que somos todos herança de Cristo. Por isso que, com a divisão, abertamente contradiz com a vontade de Cristo e ao mesmo tempo gera escândalo e contra testemunho para o mundo e a missão do anúncio (cf. UR 1). Para superar o divisionismo, é preciso de desenvolver uma atitude de humildade, abertura para se sentarem juntos e dialogar, reconhecer os valores positivos que existem da outra parte sem negar-se, como expressão da conversão, para restaurar a unidade entre os cristãos.

3.5.1.1. A verdadeira Igreja “subsiste na Igreja católica”

Antes do Vaticano II, a Igreja católica considerava-se como a única via de salvação, isto é, tinha uma visão eclesiocentrista e exclusivista, como tínhamos acenado em várias partes deste estudo. Mesmo assim, na aula conciliar estavam presentes duas posições (cf. LAMBERT, 1965, p. 1196-1197). E para contrabalançar, houve um compromisso entre os dois grupos divergentes perante aos cristãos não católicos. Por um lado, afirmava que a Igreja católica era o centro visível da unidade e por outra parte, havia um reconhecimento das comunidades cristãs fora das fronteiras visíveis da comunhão católica ou em outras religiões (cf. COMBLIN, 2002, p.35). Deste modo, a Igreja católica abriu uma nova visão da unidade, que conduziu à “Grande Igreja da Reunião dos Cristãos” (LAMBERT, p. 1198). Isso significa que, a Igreja católica deveria reformar-se todos os dias para ser fiel a sua vocação escatológica e ao Evangelho de Jesus Cristo (ib. p.1197). Como diz a *Lumen gentium* que fora da comunidade católica há também elementos de santificação e de verdade e esses dons pertencem a Igreja de Cristo, rumo para à unidade católica (cf. LG 8).

De facto, a *Unitatis Redintegratio* reconhece que, “só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutares” (UR 3). Todavia, por outro lado, o mesmo decreto reconhece os elementos de verdade que existem nas outras Igrejas (cf. COMBLIN, p. 45). A questão está só nos meios de salvação, em que os católicos têm a plenitude e outros não. Porém, mesmo que eles tivessem uma medida variável dos meios de salvação, no entanto, não afetam a fé, a esperança, a caridade e a santidade dos fiéis (cf. Ib.).

O movimento ecumênico não católico fez todos os esforços para essa unidade da Igreja de Cristo, por causa da natureza da Igreja pela sua unidade trinitária, do Pai, do Filho e do Espírito Santo e da sua missão (cf. LAMBERT, p. 1199). Em relação à missão evangelizadora, as Igrejas não cristãs tradicionais esforçam-se de procurar criar relações fraternas com os católicos para uma nova presença no mundo através da sua evangelização na ação social para aliviar a miséria humana, pois diz:

Se nós nos puséssemos, juntos, a serviço do terceiro mundo, a solidariedade poderia tornar-se a alavanca da unidade. Os pobres retribuir-nos-iam ao cêntuplo, em bênçãos de unidade visível, aquilo que lhes dariam em saindo de nós mesmos. O arrependimento ecumênico não pode ser circunscrito só pelas culpas de divisão. Há ainda o bem que um mundo cristão unido poderia fazer (Ib.p.1205).

Vaticano II fez uma mudança de paradigma da sua eclesiologia, para uma Igreja com uma postura mais aberta e de reconhecimento de outras Igreja e Comunidades eclesiais fora da Igreja católica (cf. WOLFF, 2014, p. 73). Isto para dizer que, há um reconhecimento de diferenças fundamentais entre a Igreja católica e as outras Igrejas e Comunidades. Porém, não é um exclusivismo, pois como dissemos acima e também no capítulo anterior que há elementos comuns, como laços que podem orientar todas as Igrejas para criar a unidade e poderem trabalhar juntos para à evangelização. Além disso, a Igreja de Cristo vai além dos confins da Igreja católica e todos precisam de uma renovação contínua, visto que, a Igreja, como instituição visível e histórica precisa sempre desta renovação, tendo em consideração que no seu seio há santos e pecadores (cf. LG 8; UR 6).

Os nossos irmãos cristãos não católicos, sobretudo, os missionários iniciaram com o movimento ecumênico, pois, houve inquietação da parte deles pelas questões referentes ao divisionismo entre as Igrejas de Cristo. Eles pregavam sobre o diálogo, o respeito mútuo, a fraternidade, perdão, comunhão, etc. Pelo contrário, o seu testemunho não estava em conformidade com à realidade da Igreja que não se mostrava esse espírito do Evangelho. Por isso, já no século XIX iniciou-se esse movimento, porém a Igreja católica ainda estava olhando à distância. Com a caminhada da história, no Conselho Mundial das Igrejas em Amsterdã, no ano 1948, por volta de 347 Igrejas estavam congregadas nesse movimento (cf. WOLFF, p.21-22).

No entanto, com a *Lumen gentium* e o decreto *Unitatis redintegratio*, estes declaram oficialmente à entrada da Igreja católica no Movimento Ecumênico. Tudo isso, graças aos teólogos que foram excluídos ou marginalizados pela Igreja antes do Concílio Vaticano II. Mas, sobretudo, como o Papa João XXIII, já lia os sinais dos tempos, de modo que, um dos objetivos de chamar ao Concílio era este. Criar unidade entre todos os cristãos (cf. UR 1).

3.5.1.2. O ecumenismo como parte integrante da vida cristã

No Concílio Vaticano II, os Padres sinodais veem que as divisões existentes entre os cristãos é um sério obstáculo para a evangelização, como mencionámos acima (cf. UR 1). Pois com os desafios do mundo moderno e sobretudo com um antropocentrismo desordenado, onde se coloca o homem como o centro de tudo, por conseguinte, os seus interesses pessoais e contingentes tornam-se prioritários e o resto torna-se relativo (cf. LS 122). Esses desafios, exigem das Igrejas uma visão e esforço comum para à evangelização (cf. WOLFF, p.333).

O diálogo entre os seguidores da Igreja de Cristo é muito importante, não em termos apologéticos e à busca do erro do outro. Pelo contrário, há que inquirir a sua verdade (cf. LAMBERT, p.1207), mas unidos, procurar os elementos comuns que há entre as Igrejas de Cristo e sobretudo ver a essência da mensagem do Evangelho, que é a caridade, para poderem estar unidas, como uma força viva, para dar o seu contributo na evangelização do mundo, como diz o Papa Francisco: “ Quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções, o anúncio concentra-se no essencial, no que é mais belo, mas importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário”(EG 35). E o núcleo fundamental é “a beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado” (Ib.)

Isto significa que, “existe uma ordem ou ‘hierarquia’ das verdades da doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente” (UR 11 ap. EG 36). E o Papa adianta que se deve ter em consideração, sobretudo, na evangelização, o aspeto de diálogo ecumênico. Pois, quando as Igrejas de Cristo estão unidas para à evangelização, como diz o Papa Paulo VI, os valores do Evangelho podem transformar “os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos da vida da humanidade” (EN 19).

Contudo, a ação evangelizadora não é um ato abstrato e conceptual, contudo precisa tornar-se concreta e a melhor via para fazê-la é através das Igrejas locais, como lugares privilegiados e apropriados para a receção dos

ensinamentos do Vaticano II (cf. WOLFF, p. 116-117). Pois, ela é a porção do Povo de Deus que é dirigido por um bispo em união com os seus presbíteros e fiéis, para pôr em ação a comunhão entre os membros da Igreja sob o guia do Espírito Santo. Para celebrar os sacramentos, anunciar a palavra de Deus, prestar obras de caridade e outros meios disponíveis de evangelização, como expressão da Igreja una, santa, católica e apostólica (Cf. CD 11).

Conseqüentemente, a Igreja local não pode ser uma comunidade fechada, pois esta atitude não está em conformidade com o espírito do Vaticano II, pelo contrário, deve ser uma Igreja com as portas abertas. Uma Igreja em saída missionária, segundo o atual Papa Francisco (cf. EG 20). Assim, deve-se promover o diálogo ecumênico com outras Igrejas existentes no seu território para poder criar uma comunhão com todas as Igrejas. Os bispos não podem negligenciar uma das missões importantes, segundo as exigências do Vaticano II, de criar diálogo ecumênico na Igreja particular (cf. UR 2; DE 39-40).

Logo, vendo as mudanças que estão ocorrendo em todos os setores da vida humana e a maioria ainda vive na pobreza, visto que, a dignidade humana não está valorizada, a Igreja de Cristo precisa de renovar-se continuamente para tornar-se verdadeiramente o sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5, 13), por meio da sua evangelização. Com efeito, com a celebração de 500 anos da Reforma, no dia 31 de outubro de 2016, na Catedral de Lund, na Suécia, o Papa Francisco e o presidente da Federação Luterana Mundial, bispo Munib A. Younan assinaram uma declaração conjunta onde comprometiam de promover continuamente o caminho ecumênico rumo à mudança. E também no dia 31 de outubro de 2017, a mesma declaração foi acolhida pela comunhão Anglicana (cf. CONIC, 31.10.2017).

3.5.1.3. Linhas de ação para o diálogo e a cooperação entre as Igrejas

O diálogo ecumênico é uma exigência não só à nível teológico e estrutural das Igrejas, mas também nos passos concretos, como diálogo de ação e cooperação entre as Igrejas, como sinal de “anunciar e testemunhar a ação salvadora de Cristo, particularmente o mistério da sua morte e ressurreição, como esperança para todas as pessoas e para o mundo todo” (CARTA ECUMÊNICA

DAS IGREJAS NA EUROPA, 07.1999). As práticas do ecumenismo que as Igrejas de Cristo estão promovendo, segundo o Vaticano II, estão divididas em seguintes áreas interligadas:

Primeiro, a conversão do coração, que envolvem os seguintes elementos: pedir perdão uns aos outros pelas culpas feitas no passado, suprimir os preconceitos, reconhecer e aprender as diferentes riquezas espirituais nas diferentes tradições cristãs. Disponíveis para se encontrarem e ao mesmo tempo trabalharem juntos. Promover a contínua aprendizagem na educação ecumênica e teológica. Segundo, a oração em conjunto como o coração do ecumenismo. Orar uns pelos outros, considerando a unidade da Igreja de Cristo é um dom de Deus. Realizar periodicamente orações em comum e cultos para a unidade.

Terceiro, testemunhar em conjunto a fé cristã, que implica: discutir com as outras Igrejas o trabalho da missão e evangelização. Não induzir as pessoas para mudar da sua filiação sob o pretexto de quaisquer meios. Apoio necessário para que haja contactos abertos umas com as outras (cf. EAs 30). Quarto, criar comunidade ecumênica ao serviço das necessidades da região: fortalecer a cooperação entre a Conferência das Igrejas da região. Realizar Assembleias Ecumênicas Regionais. Clarificar à nível local, regional, nacional e internacionalmente as conversações bilaterais e multilaterais, à respeito de declarações fundamentais da fé em que exige consenso de todas as Igrejas. Ajudar a resolver os conflitos entre as Igrejas. Defender os direitos das minorias e assegurar que todas as Igrejas da região e países tenham o direito às atividades públicas.

Quinto, promover a religião com todas as diversidades culturais. Mais unidas, representar as preocupações das Igrejas junto às instituições seculares da região e dos países. Reconhecer e reforçar a responsabilidade na região, nos países e com toda a humanidade, principalmente, para com os pobres e optar por um clima de paz na resolução de conflitos.

Sexto, reconciliar povos e culturas e cuidar da Criação, que englobam: proteger a pessoa e a sua dignidade do ser humano criado à imagem de Deus e respeitar a igualdade de todas as pessoas e lutar contra a injustiça. Promover

processos democráticos e justiça social entre os povos. Repudiar quaisquer formas de marginalização por causa de exclusivismo ou minorias nacionais. Fomentar o espírito de abertura para os refugiados e exilados. Defender o direito e igualdade de cada pessoa e das mulheres e combater todas as formas de violência contra as mulheres e as crianças. Por último, promover boas relações com outras religiões, na defesa da liberdade de consciência e de religião. Reconhecer o direito de qualquer pessoa à procura da verdade e de testemunhá-la segundo a sua consciência. Iniciar, manter e apoiar encontros, partilhas e conversações com outras religiões e comunidades que tenham outras concepções do mundo. (cf. Ib.; UR 5-12; UUS).

3.5.2. Evangelização e diálogo inter-religioso

O número 16 de *Lumen gentium* caracteriza brevemente a condição dos não batizados nos diversos graus de proximidade com o cristianismo: primeiro os judeus, segundo, os muçulmanos, que são as religiões monoteístas. Contudo, há outros crentes de outras religiões que procuram Deus desconhecido em sombras e imagens, e ele não está longe deles. Mesmo até os que levam uma vida honesta, mas não professam nenhuma religião. A Igreja julga-os como preparação para receber o Evangelho (cf. LG 16). Por isso, em seguida vamos falar sobre esses nossos irmãos (cf. THILS, 1965, p. 702-703).

3.5.2.1. As religiões não-cristãs como vias de salvação

Já no Antigo Testamento, de vez em quando, os profetas proclamavam a vontade salvífica universal de Deus, como atesta o profeta Isaías:

Dias virão em que o monte da casa de lahweh será estabelecido no mais alto das montanhas e se alçará acima de todos os outeiros. A ele acorrerão todas as nações, muitos povos virão, dizendo: “Vinde, subamos ao monte de lahweh, à casa de Deus de Jacó, para que ele nos instrua a respeito dos seus caminhos e assim andaremos nas sua veredas” (Is 2,2-3).

Deus quer para que através de Israel a sua salvação chegue até às extremidades da terra (cf. Is 49,6). E com a encarnação de Jesus Cristo, o plano de salvação universal foi ser realizado, como veremos: “Mas eu vos digo que virão muitos do oriente e do ocidente e se assentarão à mesa no Reino dos Céus, com Abraão, Isaac e Jaco([...])” (Mt 8,11-12). E o apóstolo dos gentios declara:

“Quando então os gentios, não tendo Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, eles não tendo Lei, para si mesmos são Lei; eles mostram a obra da lei gravada em seus corações, dando disto testemunho sua consciência” (Rm 2,14-15).

Os Padres da Igreja falavam que a salvação estava destinada para todos. Como Clemente de Alexandria declarou que Cristo chamara para a salvação todos os homens, sem distinção algum (cf. THILS, p. 705). Tertuliano defendeu fortemente esta vontade salvífica de Deus, pois todo o orgulho, a rebelião se acalmarão e receberão a salvação e a bem-aventurança, conseqüentemente, o céu estava aberto para todos (cf. Ib.).

Como tínhamos falado anteriormente que, o Vaticano II regressou à fonte que é a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja, de maneira que, ele abriu um novo panorama que foi negado durante muitos séculos, por uma visão mais exclusivista e de caráter eclesiocentrista, como dizia santo Cipriano de Cartago, no século III.

Sobre a questão da salvação, há duas questões que temos de considerar: uma é a salvação pessoal que já foi abordada antes do Vaticano II (cf. DUPUIS, 2004, p. 90). A segunda questão que é mais complexa e os principais textos que suportam essa visão de salvação para os não cristãos são *Lumen gentium* 16-17; *Nostra aetate* 2, *Ad gentes* 3;9;11 (cf. DUPUIS, p.90-91). Mesmo assim, há duas posições nas interpretações desses documentos. Uma, que é mais eclesiocentrista, enquanto a outra, mais aberta. Mesmo assim, entre os teólogos inclusivistas, como tínhamos dito no capítulo anterior quando tratamos de diálogo com as religiões não cristãs, têm ênfase muito diversificadas (cf. Ib. p. 93-96).

Em relação às outras vias de salvação, nós precisamos de uma contínua conversão para que possamos estar mais abertos e reconhecer os valores positivos nas outras religiões, por isso, embora nós cristãos vemos que a mediação entre Deus e os homens foi realizada em Cristo Jesus, como o único mediador, como diz: “Pois há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por nós” (1Tm 2,5). Isso não impede uma mediação participada como atesta o *Redemptoris missio*,

em que afirma claramente a “mediação única e universal” de Jesus Cristo. Depois o Papa João Paulo II adianta: “Se não se excluem mediações participadas de diverso tipo e ordem, todavia elas recebem significado e valor *unicamente* da de Cristo, e não podem ser entendidas como paralelas ou complementares” (RMI 5).

Sobre esta mediação participada, os teólogos têm diferentes interpretações e o teólogo Dupuis interpreta esse caráter de unicidade e da universalidade de Jesus Cristo “como rosto humano de Deus no bojo de uma perspectiva cristológica trinitária e pneumatológica” (DUPUIS, p. 216). Que a cristologia deveria estar sempre interpretada na relação intratrinitária e está de acordo com uma teologia do pluralismo religioso. Pois deveria apresentar uma cristologia real de Filho-de-Deus-feito-homem-na-historia e não Deus-homem, que é uma apresentação abstrata, como acenámos no capítulo anterior.

3.5.2.2. Cristianismo e diálogo com as religiões

Com o diálogo inter-religioso, suscita algumas questões, pois para alguns, o diálogo poderia substituir a evangelização e outros que não veem as vantagens do verdadeiro diálogo dos cristãos com as outras religiões (cf. DA 4). Mas o santo Papa João Paulo II responde na sua encíclica *Redemptoris missio*, que o diálogo faz parte da missão evangelizadora da Igreja, porque, é um dos métodos pelos quais os cristãos e as outras religiões podem conhecer umas as outras e para um enriquecimento recíproco. Na sua exortação *Ecclesia in Asia*, ele dá ênfase, que o diálogo é uma parte integrante da missão evangelizadora da Igreja e é uma expressão da missão *ad gentes* (cf. EAs 31). Visto que, falando no contexto da evangelização, os não cristãos que não conhecem ainda Cristo e o seu Evangelho, são a maioria (cf. RMI 55). Desta maneira, por meio de Jesus Cristo, Deus quer tornar-se concreto de tantos modos, quer aos indivíduos ou povos, as suas riquezas espirituais e que foi sublinhado pelo Vaticano II (cf. Ib.).

Como tínhamos dito no início, quando se falou sobre a compreensão da evangelização, que este é um conceito muito amplo. Por isso, o diálogo é umas das atividades da Igreja (cf. DA 8), embora a *Evangelii nuntiandi* sublinha e tínhamos acenado, que o diálogo não troca o anúncio explícito e o Papa volta a

reforçá-lo novamente (cf. RMi. 55). No diálogo, podemos mostrar o valor da nossa religião, através da nossa humildade, abertura, compreensão, sem querer tentar de impô-la aos outros, mas compartilhar as riquezas de experiências religiosas de cada um. Além disso, para superar preconceitos, intolerâncias ou mal-entendidos entre as religiões (cf. RMi ap. EAs 31). Neste sentido, há um processo de conversão interior dos interlocutores de ambas as partes para reconhecer melhor e valorizar as outras religiões e o seu valor salvífico, já que o Espírito Santo sopra como quiser e não depende da vontade humana (cf. RMi 56).

Um exemplo muito interessante é a figura de Mahatma Gandhi que foi inspirado não pela vida dos cristãos, porém ao ler a Sagrada Escritura e sobretudo o Sermão da Montanha. Refletiu e viveu profundamente o espírito do Evangelho, porque ele dava muita importância ao exemplo da vida. Uma vez, um missionário chamado E. Stanley Jones, perguntou-lhe porque é que ele rejeitou de ser o seguidor de Cristo e a sua resposta foi comovente: “Oh, I don't reject Christ. I love Christ. It's just that so many of you Christians are so unlike Christ. If Christians would really live according to the teachings of Christ, as found in the Bible, all of India would be Christian today “(BLOG, 18.05.2012).

Temos outro exemplo: são os monges budistas, que o autor leu a sua espiritualidade, mas testemunhou pessoalmente em Tailândia e algumas mídias relatam sobre a vida deles. Vivem um asceticismo muito forte como o monarquismo do cristianismo dos primórdios. Seguem um processo muito longo e com muitos exames através de muita paciência até acalmar a mente para serem admitidos como monges. Mendigam para se sustentarem, passam uma vida muito pobre (cf. BBC MUNDO, 05.02.2016).

Por conseguinte, com os dois exemplos que acabámos de ver, queremos ressaltar que, conhecer as outras religiões não é para mudar de religião e não porque duvidamos a nossa religião. Pelo contrário. Para compreendermos melhor umas as outras e aproveitar os seus valores positivos, como fonte de inspiração para podermos melhor viver a nossa religião. Assim, como diz Gandhi que ao ler o Sermão da Montanha, ele sente que Deus fala diretamente ao seu coração (cf. BLOG). Ou vendo a vida dos monges budistas. Para um que reflete,

naturalmente, aparece um interrogativo no seu íntimo do seu coração sobre o valor da sua religião.

Portanto, o diálogo e a comunhão são elementos constitutivos e são exigidos pelo Vaticano II, como tínhamos aludido no capítulo anterior. Desta sorte, são elementos integrantes da missão evangelizadora da Igreja, que tem como fundamento no mistério da Santíssima Trindade (cf. EAs 31).

3.5.2.3. Cristianismo e cooperação com as religiões

Lendo os sinais dos tempos, o Vaticano II fez grandes mudanças e uma delas é a sua evangelização na sua relação e cooperação com as religiões não-cristãs, sobretudo através do seu documento *Nostra aetate*. Dialogar e criar relações positivas e construtivas para o mútuo conhecimento e enriquecimento entre as religiões não cristãs em quaisquer níveis da vida (cf. DM 1984, 1-3). E esta cooperação é de caráter pastoral (cf. lb. 6). Além disso, como diz a *Gaudium et spes*, para que juntos possam dar a sua contribuição para instaurar a fraternidade universal, isto é, “de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana” (GS 3). Ou com outras palavras: “fidelidade ao homem” (DM 21).

Há muitas maneiras de cooperação entre as religiões cristãs com outras religiões, segundo as orientações dos documentos *Missão e Anúncio* (1984) e *Diálogo e Anúncio* (1991). Desta maneira, eles encaminham-nos de forma concreta para vivermos individual ou conjuntamente os pontos abaixo, num ambiente de pluralismo religioso, como veremos em seguida (cf. DA 28):

Uma cooperação na partilha da vida: criar um espírito de abertura e de boa vizinhança uns pelos outros sem quaisquer preconceitos. Atenção, respeito e acolhimento pelos outros, reconhecendo espaço para se expressarem, sobretudo, quando são minorias. Partilha de alegrias e tristezas com pessoas de outras religiões; enfrentar problemas e procurar soluções juntos; conquistas e preocupações. Os cristãos devem infundir os valores do Evangelho no seu ambiente, familiar, social, artístico, econômico, político, etc. (cf. MA 29-30; DA 42a).

Cooperação por meios de ações concretas: fazer obras de caráter humanitário, social, econômico, com o intuito de elevar a dignidade do homem, sobretudo dos mais pobres. Defesa dos direitos do homem no que toca à justiça social, a paz e a liberdade, para uma mútua colaboração em vista do desenvolvimento integral e da libertação das pessoas. Juntos enfrentam os problemas locais, nacionais e internacionais que afligem e atormentam a humanidade (cf. DM 31-32; DA 42b; 44).

Intercâmbios nos campos teológicos: trata-se de encontros de peritos para estudos e reflexões para um aprofundamento da compreensão das suas respectivas heranças religiosas, em vista da mútua apreciação dos valores espirituais (cf. DM 33; DA 42c).

Cooperação através de experiências religiosas: partilha e apreciação de riquezas espirituais das diferentes tradições religiosas, no que se refere à oração, à contemplação, à fé e os caminhos da busca de Deus, o Absoluto, considerando que cada religião tem a sua via própria de chegar à Deus (cf. SARAIVA, p.125 ; WOLFF, p. 104; ZAGO, 1995,p. 106-107). Comunicação recíproca das razões da própria fé, com humildade e confiança em Deus (cf. DM 34-35; MA 42d).

Intercâmbio de cultura, pois, muitas vezes a cultura e as religiões estão interligadas e a religião representa a dimensão transcendente da cultura. Além disso, velar para que a vivência dos valores culturais não sejam contrários à dignidade da pessoa humana e o seu destino transcendente. Ou certas culturas tradicionalmente cristãs, possam ser consideradas como pedra de tropeço para as culturas. Por isso, é muito importante o diálogo entre ambas para evitar tensões e conflitos, dado que, o valor do testemunho é imprescindível (cf. EN 20; MA 45-46).

Finalmente o diálogo interno entre os fiéis da mesma religião, para avaliarem a sua própria fé à luz da cultura onde vivem para a contínua purificação e sua inculturação (cf. ZAGO, 1995, p. 106-107). Todos estes meios exigem de ambas as partes um esforço de mudança de consciência e de paradigma para valorizar e respeitar a religião das outras pessoas. Estarmos conscientes que, com o pluralismo e a globalização que estamos enfrentando,

temos que afastar todas as atitudes de se fechar ou ser fundamentalistas na nossa maneira de pensar, conviver e atuar com as pessoas (cf. TEIXEIRA, p.200-206). De maneira que, o diálogo em si deve-se começar no interior de cada crente, criando e favorecendo espaços de fraternidade e de paz como atesta o Dalai Lama: “ o propósito de todas as maiores tradições religiosas não é de construir grandes templos externos, porém criar templos de bondade e compaixão internos em nossos corações”(DALAI LAMA, 1999, p. 54).

3.6. Evangelização e diálogo inter-cultural e inculturação do Evangelho

Hoje em dia, o mundo torna-se plural em todas as suas dimensões, graças ao mundo global. De modo que, uma das exigências é o diálogo inter-cultural, para que as pessoas e os povos, embora tenham culturas diferentes, porém, possam estabelecer unidade entre eles, porque, no fundo, somos todos irmãos vendo na perspectiva da fé. Assim, podemos criar mútua compreensão, solidariedade e paz.

E outro aspeto que vamos focar em relação à cultura é a inculturação do Evangelho na cultura dum povo, para que os fiéis concretos, como interlocutores da evangelização possam compreender a verdade do Evangelho, segundo a sua mentalidade, cultura e outros valores que estão implicados. Tocando nesse assunto, é um trabalho que exige tempo e boa preparação para separar aquilo que é substância e sua formulação, de modo que, a sua transmissão possa ser multiforme (cf. EG 41). Como consequência, a Igreja mostra um rosto pluriforme (cf. Ib. 116).

3.6.1. Evangelização e cultura

Até hoje em dia, nas ciências humanas, não há um consenso entre os estudiosos à respeito do conceito de cultura, de sorte que, ainda está aberto ao debate (cf. GUERREIRO, 2015, p.244). No entanto, no documento *Gaudium et spes*, define-se desta maneira:

A palavra 'cultura indica, em geral, todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio

mundo; torna-se mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil(...) (GS 53).

Assim, ao falar da cultura, tem de pôr em consideração a multiplicidade e diversidade cultural (cf. GS 53). Contudo, no ponto de vista cultural, desde os tempos remotos, quando os missionários saíram dos seus países para anunciar o Evangelho, havia esta insistência de dialogar com a cultura. Hoje em dia, com o pluralismo, há maior insistência neste aspeto de diálogo, pois os interlocutores que recebem a mensagem de Jesus Cristo, são condicionados por um cultura e isto reflete na sua compreensão do Evangelho. Por isso que, o Papa Paulo VI diz deste modo: “A rutura entre o evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas” (EN 20).

O crente assume a sua fé numa expressão cultural e o Papa Francisco também fala de cultura, como diferentes expressões da vida cristã, peculiar de cada pessoa, numa certa cultura, como o modo de relacionar-se entre si, com outras criaturas e com Deus (cf. EG 115). Deste modo, a natureza humana e a cultura estão sempre interligadas (cf. lb.). Porque, “a graça supõe-se a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe” (lb).

Consequentemente, a fé se transforma em cultura, já que, como dissemos acima, por meio dela, a pessoa expressa a sua fé e esta pode inspirar a maneira de pensar, falar, conviver e atuar das pessoas, consoante os valores do Evangelho, sobretudo no que toca à caridade (cf. GUERREIRO, p. 241). Por outro lado, em referência à cultura, falando no ponto de vista filosófico, é o homem em sí. Ele quem a faz, de modo que, como a vida do homem é dinâmica, automaticamente, a cultura em si é dinâmica. Isto significa que, a religião enfrenta constantemente desafios de mudanças de linguagens, métodos de comunicação, frente às culturas dos povos que estão em constante mutação (cf. lb.p.241). Por outro lado, não há uma única forma de comunicar a verdade do Evangelho a todos os fiéis com diversidades e pluridades de culturas.

A cultura é a mediação da relação entre o Reino de Deus na história, por isso, a evangelização é um meio de transformar a humanidade para alcançar a

sua plenitude, isto é, a salvação do género humano (cf. GS 32; 39;45). De maneira que, a Igreja é apenas, um instrumento, ou sacramento da evangelização, para que os homens possam viver os valores do Evangelho, contraponto outros valores que não são compatíveis com a verdade evangélica (cf. GS 37).

Nesta ótica, cabe aos cristãos de hoje em dia, de ter uma consciência crítica de ler os sinais dos tempos e o mundo como o lugar teológico ou da manifestação de Deus e da sua vontade. Desta forma, eles são capazes de compenetrar as estruturas sociais, políticas, económicas e culturais os valores do Evangelho da solidariedade, de partilha, de misericórdia, de justiça e de perdão, etc. Mesmo que, às vezes com grandes sacrifícios (cf. Ib. 44). Além disso, considerando o lugar estratégico da Igreja para a evangelização das culturas, há uma necessidade de fazer contínua conversão, guiado pelo Evangelho, como diz o Papa Francisco, para se tornar verdadeiramente o sacramento de salvação, por meio dos valores evangélicos, como sinal de testemunho de fidelidade à Cristo (cf. EG 26).

Por outro lado, há um perigo, como tinha acontecido na história da Igreja, de impor certo modelo cultural para outros povos, que, na verdade, a catolicidade da Igreja mostra-se nas diversidades culturais, desde que, o Espírito Santo suscita diversidades de dons e carismas à Igreja. E na perspectiva da fé, é uma riqueza e todos concorrem para o bem da Igreja e ao mesmo tempo para à humanidade (cf. Ib.117). “Não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdio” (Ib.). A mensagem que anunciamos é sempre através de expressões culturais, por isso, devemos ter humildade e de evitar o fanatismo. Desde que, o Espírito Santo concede a todos os membros da Igreja diversidades de dons e carismas e as diferenças culturais são uma riqueza e todos são orientados para o bem da Igreja e da sociedade humana atual e todos convergem na comunhão da Santíssima Trindade (cf. Ib.).

3.6.2. Evangelização, pluriculturalidade e interculturalidade

Não vamos dar uma definição do diálogo inter-cultural, contudo, expomos apenas a sua compreensão geral, para termos uma ideia baseando no documento da Congregação para a Educação Católica que trata de: “Educating to

Intercultural Dialogue in Catholic Schools Living in Harmony for the Civilization of Love” (2013).

Assim, o diálogo pluricultural e inter-cultural é um processo que envolve uma abertura e comunicação respeitosa or interação entre indivíduos, grupos e organizações de diferentes culturas ou visões. O seu objetivo é de desenvolver uma compreensão profunda de diversidades de perspectivas e práticas para criar liberdade, promover a igualdade entre as pessoas, raças, culturas, sem perder a sua identidade e ao mesmo tempo de receber o outro, afastando o perigo de se fechar e sobretudo de evitar prejuízos na convivência humana (cf. CCE, Introduction, 2013).

Neste sentido, falando de diálogo inter-cultural não é apenas um mero encontro entre pessoas e promover tolerância nos encontros com as pessoas de outras culturas, raças, etc. Porém, é uma habilidade inovativa para converter desafios e diferente visões para um processo inovativo e novas formas de expressão entre pessoas e raças. Isto significa que, é um processo de partilha de dar e receber, um mútuo enriquecimento em todos os aspetos da vida humana. Como relação de pessoa à pessoa, grupos de pessoas, na *mass media* e ambientes virtuais, etc.

Todas as instituições e pessoas estão de acordo que, o diálogo inter-cultural é muito importante (cf. BAN KI-MOON, 2010; CCE, 2; UNESCO, 2005). A razão principal que o homem pela sua natureza é um ser social, por isso, com o andar do tempo começa-se a criar essa relação e hoje em dia com o fenómeno de globalização em todos os setores da vida humana, tem originado uma aldeia global “global village” (cf. CCE 2).

Na nossa Igreja, não só fala e se desenvolve a inculturação do Evangelho, contudo, pensa-se de desenvolver também o diálogo inter-cultural, tendo em conta, como dissemos que, estamos vivendo num mundo plural, de maneira que, com o diálogo somos capazes de compreender uns aos outros, compreender e receber as diversidades, deste modo, podemos respeitar uns aos outros, viver e trabalhar juntos e evitando os conflitos de quaisquer carâteres. Assim, criamos unidade na diversidade (cf. Ib.3). Pois, como diz o mesmo documento que, muitas

vezes os conflitos que surgem em geral, não são exclusivamente de caráter inter-cultural, mas “political, economic, ethnic, religious and territorial causes” (Ib. 5).

Em seguida, vamos ver alguns fundamentos que nos orientam para podermos estabelecer o diálogo inter-cultural, como cristãos: Primeiro, o Vaticano II ensina-nos que a cultura é importante para o desenvolvimento da potencialidade humana e a pessoa é produto duma cultura. Embora, falando dela temos de falar que a cultura é dinâmica ou histórica, pois, pela natureza, o homem é dinâmico na sua caminhada histórica para se realizar e ao mesmo tempo para transcender a sua vida (cf. Ib. 30- 31). Segundo, Deus criou-nos segundo à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1, 26-27), por isso somos todos iguais em dignidade e ao mesmo tempo somos seres relacionais para criar comunhão com Deus e com a relação inter-cultural formamos uma família humana baseada na solidariedade, justiça e paz. Deste modo vivemos o mandamento do amor (cf. Mt 28, 19-20; CCE 34-37).

Terceiro, a nossa vida é um processo de encontro com outras pessoas. Esse, exige de todos, de manter a nossa identidade e ao mesmo tempo de criar uma relação de interdependência entre pessoas e culturas, pois a convivência humana faz parte da natureza humana e enriquece às pessoas. Infelizmente, com os avanços técnicos, o homem está perdendo essa necessidade de encontro onde cria a fraternidade, como consequência, gera a solidão. Por isso, muitos autores concordam que a pobreza do mundo moderno e tecnológico é a solidão (cf. CCE 38).

Finalmente, o outro fundamento é como criar boas relações com as pessoas, onde exige de cada ser humano, atitude de respeito, diálogo, ajuda mútua, respeito pelas diferenças, considerando que o valor fundamental é o homem. Por isso, educar as pessoas, as crianças, nas escolas de estabelecer o diálogo inter-cultural é muito importante (cf. Ib. 42-44).

Fora dos fundamentos que tínhamos falado acima, uma das preocupações dos governantes, da Igreja, das organizações mundiais, como a ONU e UE e outros que, com a grande mobilidade de pessoas, por razões de desemprego, crises económicas, desastres naturais, muitas vezes criam conflitos. Desta

maneira, o diálogo entre as civilizações, culturas e religiões é muito importante para criar paz, estabilidade e desenvolvimento (cf. BAN KI-MOON, 21. 04. 2010).

Na verdade, o diálogo inter-cultural é um dos sinais dos tempos por causa de grande mobilidade de pessoas, chamado “migração”. Centenas e milhões de pessoas que se movem foram ou dentro do país, antes de tudo para procurar uma vida mais segura e mais humana. Encontrar um trabalho digno para sustentar-se e sustentar a família e ter uma perspectiva boa para os seus vindouros. “O ser humano sonha com pão e beleza. E os procura lá onde pensa existir” (LIBÂNIO, 2012, p. 7).

Com a crise que está surgindo, o Papa Francisco também está insistindo com os países da Europa e outros, que antigamente iam pelo mundo fora e continuam a explorar os pobres, de abrir as mãos e de dar-lhes uma resposta comum. Assim, na sua carta de Jornada Mundial de Migrantes, no dia 14 de janeiro de 2018, citou estas palavras comoventes: “O estrangeiro que reside convosco será tratado como um dos vossos compatriotas e amá-los-ás como a ti mesmo, porque foste estrangeiro na terra do Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus” (Lv 19, 34).

Na carta, ele articulou em quatro verbos o seu conteúdo: “acolher”, significa, oferecer apoio aos migrantes ou refugiados entradas seguras e legais nos países de destino com simplificações das leis. “Proteger”, isto é, defender os seus direitos e a sua dignidade sem condicionar a sua situação. “Promover”, criar condições necessárias para se realizarem como filhos de Deus. Finalmente, “integrar”: ter um interesse de mútuo conhecimento e aproveitar os valores culturais positivos do outro para se enriquecerem mutuamente, contrária de uma assimilação cultural, que os leva a esquecer-se da sua própria cultura (PAPA FRANCISCO, 15.08. 2017).

Como sinal da sua preocupação, no seu pontificado, conseguiu estabelecer um novo Departamento intitulado: “Desenvolvimento Humano Integral”. Provisoriamente ainda é liderado por ele próprio, para dar respostas pontuais às necessidades dos migrantes ou refugiados.

3.6.3. Inculturação do Evangelho

A fé cristã precisa de ser confessada, formulada, celebrada e vivida num contexto cultural (cf. BARBOSA, p. 276), pois a cultura de um povo expressa a sua identidade mais profunda. Por conseguinte, na evangelização, precisa-se de ir até as raízes de uma cultura para que as pessoas possam ter uma relação apropriada com Deus mediante a sua cultura e isso ajuda-lhes para aprofundar a sua fé, embora o Evangelho é superior a todas as culturas. Contudo, não se pode ignorar que a edificação do Reino de Deus não pode ignorar os elementos culturais (cf. EN 20). No *Redemptoris missio* e outros documentos da Igreja, insistem sobre a importância da inculturação (cf. RMI 52; EAm 70; EAf capítulo III, EOc 16-17; EAs 21-22) .

À respeito da inculturação, o santo Papa João Paulo II diz :”constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente”(RMI 52). Contudo, por outro lado, precisa de longo, profundo e globalizante percurso, pois como acabámos de ver acima, que precisa de integrar o Evangelho na cultura, tanto no seu aspeto doutrinal como aspeto prático. Desta maneira, a Igreja universal e sobretudo, a Igreja particular de Díli, se enriqueça de novas expressões e valores na sua maneira de evangelização, no culto, na teologia, nas obras de caridade, nas devoções populares, etc. (cf. LG 14). Como consequência, a expressão do mistério de Cristo torna-se mais rica.

O bispo, como o ordinário do lugar, por vocação e missão faz discernimento e estimula (cf. Ib.) a todos os esforços e reflexões teológicas, para que seja excluída toda a espécie de sincretismo e de falso particularismo para que a vida cristã seja acomodada pela qualquer cultura. Assim, haverá unidade católica nas suas diversidades de tradições particulares, com as características peculiares da nossa cultura ou região, iluminada pela luz do Evangelho (cf. AG 22).

No ponto de vista prático, para que sejam eficazes nos seus ministérios, os missionários provenientes doutros países, ao entrarem numa nova missão ou região da missão, precisam de aprender a língua, os usos e costumes dos povos onde trabalham para serem mais efetivos e sobretudo descobrir os mistérios neles escondidos (cf. RMI 53). Como diz:

Não se trata, por certo, de renegar a sua própria identidade cultural, mas de compreender, estimar, promover e evangelizar o ambiente em que atuam e, deste modo, conseguir realmente comunicar com ele, assumindo um estilo de vida que seja sinal de testemunho evangélico e de solidariedade com o povo (Ib.).

Por isso, em todo o processo de inculturação, o santo Papa João Paulo II teve duas indicações fundamentais como princípios: “a compatibilidade com o evangelho e a comunhão com a Igreja universal” (RMi 53 ap. CT 10).

Mas há os erros mais comuns como veremos em seguida: Considerar e pôr ao mesmo nível o Evangelho com a cultura, assim, cria uma compreensão errada da inculturação (cf. CV, 26). O Evangelho em si tem um caráter universal, absoluto e destinado para todos os homens, pois uma vez que falamos do Evangelho, fala-se de Jesus Cristo, o Filho de Deus, que se fez carne, de modo que, tanto a inculturação, como outros esforços dos fiéis têm de subordinar-se a Jesus Cristo, tendo em consideração que ambos não são realidades da mesma natureza. (cf. BARREDA, 2003, p. 313-314).

O segundo erro é colocar a cultura acima do homem, que na verdade, o homem é que faz a cultura, pois a cultura desenvolve-se com a pessoa, deste modo, os Padres sinodais da África dizem que:

Enquanto caminhada rumo a uma plena evangelização, a inculturação quer colocar o homem em condições de acolher Jesus Cristo na integridade do próprio ser pessoal, cultural, económico e político, de maneira que ele possa viver uma vida santa, em total união com Deus Pai, sob a ação do Espírito Santo (EAf, 62).

Isto quer dizer que, a inculturação cria condições favoráveis para que os crentes possam acolher melhor o Evangelho na integridade do seu próprio ser, para uma adesão a Deus Pai, tendo em consideração os aspetos cultural, económica, política, social, etc. De modo que, os fiéis possam levar uma vida santa, mediante a ação do Espírito Santo, assim eles podem dinamizar a Igreja no contexto cultural em que estão inseridos (cf. RH, 13).

Terceiro, em relação ao pluralismo religioso, os fiéis podem cair na tentação de introduzir um sincretismo religioso, perdendo a substância da fé (cf. EG 41). Fruto de uma atitude de falta de critérios objetivos no processo da inculturação, porque os aderentes querem uma religião universal sem conteúdo e

isso seria impossível. Este perigo pode-se acontecer no diálogo inter-religioso (cf. RMi 52).

O quarto erro é a rejeição da inculturação da fé, confundindo a fé com a expressão cultural, sobretudo de uma certa cultura, isto é, radicalismo e absolutismo cultural. É uma atitude fechada dos fundamentalistas, no entanto, temos de estar conscientes que, a cultura tem um caráter efêmero, limitado, situacional e histórico. Se olharmos para o passado, foi o que aconteceu com os nossos missionários de forma geral e em certos casos na nossa cultura também, como tínhamos mencionado no capítulo anterior. Derrubar a cultura do povo local e implantar uma outra cultura da origem dos missionários (cf. BERREDA, p.58-63). Todos temos de estar conscientes que não há um padrão de culturas para todos os povos. Cada cultura tem os seus aspetos positivos que os seus aderentes procuram mantê-los e ao mesmo tempo os elementos negativos que precisam de serem purificados ao longo do processo.

O quinto erro é de fazer do Evangelho como se fosse o corpo da pessoa humana, em que ele é o espírito e a cultura é a matéria. Com isso, gera um certo dualismo de conceito e pode influenciar nos aspetos da vida. Mas na verdade, a cultura é fruto do espírito humano e sob a direção do espírito cristão, pois ela também tem a sua finalidade própria, como expressão das características peculiares da pessoa humana que é singular e diferente das pessoas de outras culturas (cf. *ib.*, p. 313-320).

3.6.4. Evangelização, colonização e descolonização

Ao tratamos da colonização, a nossa mente vai imediatamente para os colonizadores que saíram da Europa nos meados do século XVI para a África, América e Ásia para o expansionismo do seu território, à busca de riquezas e ao mesmo tempo para à expansão do catolicismo e oprimiam os povos colonializados. Tinha uma conceção que outros povos eram bárbaros, inferiores e gentios. Eles eram avançados na cultura, na ciência e na religião. Por isso, tanto a civilização como a religião eram impostas aos povos colonializados (cf. CHEAH, 2006).

Mas hoje em dia, fala-se de novo colonialismo, dos países do Norte perante aos do Sul. Os modus são os mesmos, em que os do Norte exploram as matérias-primas, que são as riquezas do Sul e estes ficam com mãos vazias. Como consequências, geram a injustiça, desigualdade, assim, continuam a ser pobres não só no ponto de vista económico, contudo, em todos os aspetos da sua vida, porque são explorados.

Não só trata de Eurocentrismo, colonizadores do Norte, todavia, no interno de cada país também continua haver o colonialismo em relação a discriminação entre as raças e culturas, sobretudo da minoria, em que os seus direitos não são reconhecidos, como o Papa Francisco falou de aborígenes na Austrália (cf. LS 146). Ou a discriminação de raça negra nos Estados Unidos da América (cf. TORRES, 2016). Além de discriminação acima, as ações de uma minoria que tem poder oprime o seu próprio povo, com acumulação de riquezas através de corrupção, gozando a riqueza do país, enquanto a maioria vive numa condição de pobreza e até alguns vivem numa situação desumana (cf. ALVAREZ, 2016,355s).

Perante essa situação e outras, há movimentos, na América Latina, que procura compreender a modernidade no contexto da teoria crítica, aplicada nos estudos étnicos, relacionados com a matriz de poder colonial. Esses movimentos, Mignolo denomina-os como projeto de descolonização. Movimento de libertação da violência epistémica. Ou movimentos para a emancipação das mulheres, como estão surgindo na camada feminina (cf. GROSGNEL, 2015).

Perante essa situação de colonialização e descolonização, sobretudo num certo lugar, nós pensamos que o diálogo é a melhor via onde a Igreja pode intervir. Esta procura construir ponte entre as duas matrizes. Pois hoje em dia, o diálogo é a melhor via, tendo em consideração que, a vulnerabilidade é um lugar teológico (cf. ALVAREZ, 25.07.2017). A Igreja tem a missão de anunciar o Reino de Deus que está começando nesta terra. As pessoas concretas têm de sentir e ter experiências dessa realidade, por meio do seu envolvimento e nas mediações para criar a justiça, solidariedade e paz pensando no bem comum, sobretudo dos pobres marginalizados. Deste modo, podemos pensar nas palavras de Jesus à João Batista: “Ide contar a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos

recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados” (Mt 11, 4-5).

Outro modo da nossa evangelização é a nossa presença para ajudar os marginalizados de estarem conscientes da sua situação e em seguida, eles próprios lutam contra as violências epistémicas. Todavia, não é através de meios violentos, pois violência contra violência, só gera sofrimento, morte e a destruição e não mudam o *status quo*. Mas exigir o reconhecimento dos seus direitos diante das instituições que estão ligadas à abuso de violências para poderem reconhecer, dar lugar e valor aos grupos ou raças que são oprimidos ou vulneráveis. Portanto, procurar uma solução em que ambas as partes possam receber, que se chama “win-win solution”. Naturalmente, não é uma missão que é fácil, exige boa-fé, processos, contudo, pensamos que estas são as vias que a Igreja de hoje em dia deveria usar para evangelizar.

A terceira, é a via extrema na nossa evangelização em relação à descolonização, que é a denúncia profética. Dizemos que é a via extrema, porque recorremos as duas vias acima e se não obter resultados ou em vez de melhorar a situação das pessoas, esta torna-se pior. A denúncia profética era um dos meios que os profetas usaram para reprovar publicamente as atuações, sobretudo, dos reis e da classe alta perante as injustiças cometidas contra o povo (cf. Is 5,8-25; Jr 8,8). Foi usada também por Jesus contra os escribas e fariseus que abusavam do seu poder (cf. Mt 23,13-31; Lc 11,39-48.52) e a nossa Igreja em Díli tinha usado principalmente durante aos 24 anos da presença da Indonésia em Timor-Leste, por causa de abusos de direitos humanos.

Naturalmente, este ato de denúncia tem as suas consequências, mas não podemos esquecer as palavras de Jesus: “Não temais os que matam o corpo, mas não podem matar a alma. Temei antes aquele que pode destruir a alma e o corpo na geena” (Mt 10,28). E por fim, ele fez esta conclusão: “Não penseis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer paz, mas espada” (Mt 10, 34).

O modo de evangelização que estamos tratando não está propriamente ligada só com os cristãos, mas a Igreja procura envolver-se neste processo de descolonização com quaisquer grupos de pessoas, tendo em vista de salvar a

dignidade da pessoa humana que é oprimida, visto que, ela é filha de Deus, por isso, a sua dignidade tem de ser respeitada e considerada como um “outro eu” (GS 26). De sorte que, os fiéis, como membros da Igreja de Cristo, procuram valorizar qualquer pessoa como o seu irmão ou irmã e servi-la com efetividade quando grita pela sua liberdade, pelo seu direito e pela sua dignidade, sem olhar para a sua origem, cor, raça ou religião (cf. Ib.). Pois como diz Jesus: “todas as vezes que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,40).

3.7. Evangelização e culturas urbanas

Falar da evangelização das culturas urbanas, temos que ter em consideração a interconectividade muito estreita entre a urbanização, a modernização e a modernidade tecnológica e o pluralismo em todos os aspetos da vida humana. Por isso que, é um grande desafio de evangelizar as cidades. No entanto, não podemos ignorar que o Espírito Santo está continuamente a inspirar os evangelizadores para que possam estar abertos à sua luz com o intuito de ser fiel a Deus, mas ao mesmo tempo de serem fiéis ao mundo urbano para responder aos seus desafios, consoante às suas necessidades, porque Deus habita nele e quer que todos se salvem.

3.7.1. Cidade e culturas urbanas

Debruçando sobre a cidade, trata-se dos lugares onde há maior densidade de população e ela acolha variedades de pessoas. Estas são provenientes de diversidades de culturas, raças e até de nações, isto é, um mundo plural. Como veremos mais abaixo, segundo a Bíblia que, quando fala-se da cidade, era uma população cercada de muro para defender-se dos inimigos. Hoje em dia, tratando da cidade, pensa-se de casas e prédios que estão circundados de muros, não para se defender dos inimigos, mas dos salteadores e sinal de individualismo (cf.COMBLIN, p.173).

Nas grandes cidades, há grandes arranha-céus, grandes variedades de prédios, veículos, há grandes variedades da vida. Podemos dizer que, sabemos tudo o que se passa nas cidades contemporâneas, por causa da “cultura de velocidade” (FORTUNA, 2006). “A cidade procura harmonizar a necessidade do

desenvolvimento com o desenvolvimento das necessidades” (DAp 510). Com todas as facilidades, pareceria que as cidades dão garantias à qualidade da vida dos seus habitantes, pelo contrário, são cidades “satélites e bairros periféricos” (Ib. 511).

Consequentemente, apesar de facilidades e desenvolvimento das cidades, como aludimos, ainda estamos longe de admitir que, viveremos e alcançaremos uma cidade ideal, como cidade onde reina justiça, democracia, espírito de solidariedade, divisão e fraternidade entre os seus habitantes (cf. Ib.). É muito difícil de construir uma cidade ideal, onde a pessoa humana e a sua condição da vida e das famílias sejam o centro das preocupações de todos e sobretudo de governantes (cf. GS 12).

Focamos algumas condições da vida das cidades: primeiro, as cidades são lugares de pluralismo de visões do mundo, cultura, religião e de arenas políticas, onde há disputas de interesses, que podemos ver na *mass media*, como jornais, rádio, TV e outros meios mais modernos (cf. GS 5-7). Segundo, as cidades de hoje apresentam fisionomias com influências socioculturais radicalmente novas e os seus habitantes com profundas alterações e mudanças de comportamentos, graças à globalização e o mundo de tecnologia (cf. FORTUNA). É uma nova cultura de velocidade e também de “instantânea” e têm vários efeitos na vida das pessoas. Ela é lugar de ruptura entre a sociedade tradicional e o lugar de desenvolvimento da modernidade, de sociabilidade e de desenvolvimento simbólico de capitalismo (cf. SANCHEZ, 2013, p.26-27).

A sua primeira consequência é a temporalidade subjetiva e individualista, desconfiança do dia de amanhã. As pessoas têm maior liberdade, contudo, são menos organizadas de forma social e familiar, por isso, condicionam muito a cooperação entre as pessoas e os grupos (cf. Ib., p.39-41). Como tínhamos dito no capítulo primeiro que, as pessoas deslocam-se para as cidades pensando de encontrar melhor qualidade da vida, por causa de maior facilidades e de acesso ao emprego, informações e outras facilidades. Mas geralmente as condições da vida são degradantes, sobretudo, nos países em vias de desenvolvimento, onde as pessoas vivem amontoadas em barracas, enfrentam más condições da vida,

sofrem consequências de poluições e faltam de condições higiênicas (cf. CNBB, 1982, 59).

Há uma dicotomia e contraste de vida entre as populações. Pode-se encontrar os maiores ricos, os ricos e a classe média. Contudo, há também os pobres com uma condição má, núcleos de periferias existenciais (cf. GS 4). Com essa situação de injustiça social, nas cidades, encontram-se também as maiores criminalidades (cf. CNBB, 61). Registam-se milhares de menores abandonados (cf. CNBB, 62). Em outras palavras, nas grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento, há os ricos que passam uma vida regalada, que é uma minoria da sociedade, enquanto jazem ao seu lado o pobre Lázaro, com uma condição de vida muito degradante sem roupa, pão e teto. Desta maneira, sofrendo de tudo.

Por isso, em relação a criminalidade, um dos problemas nas cidades é a segurança. As famílias e instituições que têm possibilidades, possuem seguranças próprias para guardá-las, pois é lá que se encontram todos os grandes problemas sociais, como acabámos de mencionar, devido à essa injustiça entre os ricos e os pobres, sobretudo nos países acima mencionados (cf. COMBLIN, p. 178-179).

3.7.2. A cidade na Bíblia

No Antigo Testamento, “a cidade é por definição contornada por muralhas e fortificada” (McKENZIE, p. 154). As cidades hebraicas e cananeias eram muito pequenas em comparação com as cidades modernas. As pessoas viviam aglomeradas, não havia ruas, mas apenas passagens entre as casas ou grupo de casas. Os únicos espaços livres eram apenas nas proximidades das portas, por isso, chamavam-se por praças, segundo as versões modernas. Durante os longos períodos de paz, construía casas nessas praças, mas eram destruídas, uma vez que havia guerra (cf. Is 22,10). Se no interior da cidade, a população era muito densa, uma parte dela, às vezes vivia fora e ao redor da cidade e essas aldeias, eram chamadas por “filhas” de cidade (cf. McKENZIE, p. 154). Mas durante a guerra, todos os habitantes recolhiam-se e protegiam-se nas cidades.

Os critérios para as construções de cidades eram: disponibilidade de água e facilidade de defesa. Os lixos eram lançados diretamente nas ruas e por isso

que os cães iam comer os restos que lá deitavam (cf. Is 5, 25). As praças serviam também de mercados (cf. 2 Rs 7, 1) e como tribunais, pois os anciãos sentavam-se junto à porta e aí faziam os julgamentos e as decisões (cf. Dt 21,19; 2Sm 15,2).

O Novo Testamento conservou a distinção entre a cidade e aldeia, mas havia essa diferença entre o Antigo e Novo Testamentos, já que, o segundo adquiriu um significado teológico com a cidade de Jerusalém. Cidade de Deus e habitado por lahweh, que tinha morada no Templo. A Jerusalém terrestre tornou-se o modelo de Jerusalém celeste, como podemos ver: “Mas a Jerusalém do alto é livre, e esta é a nossa mãe, segundo está escrito: Alegra-te estéril, que não davas à luz, tu que não conheceste as dores do parto” (Gl 4, 26).

Os cristãos eram cidadãos da cidade celeste (cf. Fl 3,20), por isso, eles eram em contínua peregrinação à uma cidade futura que era permanente (cf. Hb 13,14). A cidade de Deus era a nova Jerusalém que deveria descer do céu: “Escreverei sobre ele o nome do meu Deus e o nome da Cidade do meu Deus – a nova Jerusalém, que desce do céu, de junto do meu Deus – e o meu novo nome” (Ap 3,12). E a última visão dos videntes de Pátmos, era a de Jerusalém, cidade santa, descida do céu, com todas as suas glórias, que era uma Jerusalém nova e pronta como uma esposa. Ela resplandecia como pedras preciosas e tinha doze portas feitas de pedras preciosas também. O Senhor Deus e o Cordeiro são o seu templo. Não necessitava nem do sol e nem tão pouco da lua, pois a glória do Senhor iluminava e a sua lâmpada era o Cordeiro. Todos os reis da terra traziam a sua glória e seu esplendor. E as suas portas nunca ficarão fechadas, nem de dia e nem de noite e os impuros não entrarão nelas (cf. Ap 21).

Mas também, a Bíblia fala dos aspetos negativos da cidade, como os profetas aperceberam a desigualdade que reinava entre os ricos e os pobres (cf. Am 3, 9-15), no orgulho (cf. Is 9,8ss), na infidelidade religiosa (cf. Os 10,1-5). Como consequências, sofriam de fome, massacres, ruína das muralhas (cf. DURAN, 2004, p. 376).

No Novo Testamento, os sinóticos apresentam Jesus, que prega nas aldeias e nas cidades, contudo, ele procura desviar-se das cidades (cf. Mc 1,45),

para evitar manifestações públicas a seu respeito. No tempo de Jesus, as cidades tinham estas duas características: acolhiam as suas pregações ou recusavam-nas (cf. DURAN, p.376-377).

Há três linhas de interpretação em relação à cidade: a posição mais radical, vê a cidade como o lugar da recusa de Deus e do orgulho do homem. Jesus se queixa das cidades de Betsaida, Corazin e Cafarnaum (cf. Lc 10,12-15). A segunda, que aparece na epístola aos Efésios. Aqui Israel é apresentado como cidade que tem direito de dar cidadania à novos habitantes, que são os gentios, de maneira que, excluindo da circuncisão. Os pagãos podem tornar-se concidadãos dos santos, da comunidade salva por Cristo (cf. Ef 2,11s). A terceira linha, é a mais rica para a tradição eclesial e é exposta na epístola ao Hebreus sob a forma da marcha do Povo de Deus em direção à cidade celeste, que é permanente (cf. Hb 13,14). O seu arquiteto é o próprio Deus (Hb 11,10).

3.7.3. Deus habita na cidade

A fonte da cidade é bíblica, como apontámos, por isso, a visão cristã da cidade é a morada de Deus (cf. Sl 47,9) e ao mesmo tempo é feita pelos homens. Por isso, idealmente, todos os cristãos precisam de esforçar-se para que a habitação de Deus possa tornar-se digna para ele e também para os seus filhos. Isto é, onde haja justiça social, os mais fortes cuidam dos mais fracos e os mais expostos aos perigos, para que possam viver a dignidade de filhos e filhas de Deus (cf. SCHELER).

Deus habita em todas as cidades e a cidade inteira e não se limita a alguns lugares e de muitas maneiras. Há sinais, lugares e momentos fortes em que as pessoas estão conscientes da presença de Deus. Assim, elas são conduzidas para encontrar-se com o Senhor para rezar, meditar a Palavra de Deus, como Jesus diz: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, eu estou no meio deles” (Mt 18,20). Em silêncio, escutar a sua vontade, pois, só no silêncio se pode escutar melhor, como Deus fala ao profeta Elias no monte Horeb, onde Iahweh lhe aparece não no meio de terramoto, nem tão pouco no furacão ou fogo, mas sim, em uma brisa suave, quando ele tentou de fugir da ira do rei Jezabel (cf. 1Re 19,1-2). Como dizia o arcebispo Odilo P. Scherer:

Esses sinais devem ser todas as nossas comunidades de fé, os templos por toda cidade, as instituições e organizações de serviço social e de promoção humana. Além disso, cada discípulo de Jesus Cristo é chamado a ser um sinal luminoso, que conduz ao reconhecimento da presença de Deus no meio da cidade (ODILO).

A presença de Deus é clara onde se pratica a caridade para com os mais necessitados, como os pobres, os doentes e os excluídos (cf. Mt 25,31ss). Nas ações litúrgicas (cf. SC 7), sobretudo na Eucaristia como a fonte e o ápice de toda a vida cristã (cf. SC 47; LG 11; PO 5).

Em relação à presença de Deus na cidade, o Documento de Aparecida fala de todas as variedades dos sofrimentos humanos. São os lugares teológicos, onde Deus quer interpelar-nos para lhes dar a mão (cf. DAp 407-430). O mesmo Documento diz que os doentes são os verdadeiros catedrais para o encontro com Jesus: “Cristo enviou seus apóstolos a pregar o Reino de Deus e a curar os enfermos, verdadeiras catedrais do encontro com o Senhor Jesus” (Ib. 417).

Isto não quer dizer que, Deus só está presente quando as pessoas ou os seus fiéis se reúnem em seu nome ou nos que sofrem, porém, está também presente no íntimo de todos os homens, como fala a *Gaudium et spes*: “A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser” (GS 16). Isso prova-se com Santo Agostinho na sua confissão: “Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei! Eis que estavas dentro e eu, fora. Eis aí te procurava e lançava-me nada belo ante a beleza que tu criaste. Estavas comigo e eu não contigo” (SANTO AGOSTINHO, Lib.10,27). Outro exemplo mais atual é o jovem mexicano Eduardo Verástegui, um artista famoso de México que, passou parte da sua vida vivendo regaladamente como santo Agostinho. No entanto, não encontrou nenhuma consolação e na sua conversão, ele confessou: “

but after so many years of working really hard I realized that something was missing in my life. I thought I had everything but in my heart I knew that I had nothing. I was very empty, lost and confused, unhappy and lonely. I was deeply disappointed that none of my hard work had brought me happiness and I had no one to blame. I was living in this bubble of vanity and ego. I thought I was in control of everything but inside my heart was bleeding, my soul was bleeding. I was wounded and weak, virtually in agony. And this was the turning point (VERÁSTEGUI, 30.08.2009).

Isso para dizer que, Deus não só habita nos corações dos justos e quando estão reunidos para adorá-lo e louvá-lo, contudo, ele habita nos corações de todos os seres humanos, pois foram todos criados segundo a sua imagem e semelhança (cf. Gn 1, 27). De modo que, Deus cuida de todos. E Cristo veio ao mundo para a salvação da humanidade (cf. GS 22). A questão fundamental, é que o homem escuta e obedece à voz da sua consciência ou não (cf. Ib. 16).

Portanto, Deus vive na cidade num ambiente onde reina a alegria, a esperança, a solidariedade e a sociabilidade. Porém, ao mesmo tempo, ele está presente nas sombras que marcam a cidade, onde há violência, pobreza, individualismo, exclusivismo e todos os abusos contra a dignidade da pessoa humana (cf. DAp. 514). O mais importante é saber ler e interpretar os sinais da presença de Deus nos sinais da cidade, nas pessoas e sobretudo ouvir e ser obediente à sua voz.

3.7.4. Evangelização e mundo urbano

Nos tempos atuais, evangelizar o mundo urbano é um dos grandes desafios para a Igreja, porque o primeiro movimento de Jesus de Nazaré nasceu no mundo rural e a partir de Paulo expandiu-se para o meio urbano e o cristianismo tinha que conviver com a cidade e adaptar-se as suas diversas fisionomias e exigências. Mas na Idade Média, o catolicismo construiu a sua estrutura, que ainda está presente até hoje em dia, isto é, a paróquia (cf. ALMEIDA, 2009, p. 41; SANCHEZ, 2013, p. 68). A lógica dessa estrutura é mais com a fisionomia do mundo rural que urbana. Por isso, ela tem condicionada a pastoral da Igreja.

No entanto, a cidade ou o mundo urbano é como *locus theologicus*. A visão teológica da cidade é diferente da área rural, por isso, é um desafio para a Igreja de pensar e de elaborar uma teologia pastoral, como evangelizar o mundo urbano. Desde que há uma interligação muito estreita entre a urbanização, a modernização e a modernidade tecnológica, como mencionámos acima (cf. SANCHEZ, p.110).

Deste modo, como o Vaticano II coloca a pessoa humana no eixo da sua evangelização, como atesta: “Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: homem na sua unidade e integridade” (GS 3). Por conseguinte, perante o mundo urbano, a Igreja, como Povo de Deus, procura penetrá-lo e marcar lá a sua presença e sua missão evangelizadora. Naturalmente, tem os seus desafios, como sinais dos tempos, mas ao mesmo tempo é o lugar teológico da presença de Deus que quer salvar os seus habitantes, que são os seus filhos (cf. SANCHEZ, p. 111).

Por isso, em relação à evangelização do mundo urbano, em espírito de *aggiornamento*, o Concílio adotou a postura de diálogo com as realidades terrestres, com uma atitude de humildade e abertura, como sinal de serviço (Cf. GS 3). Considerando que, o mundo urbano é um dos sinais dos tempos para a Igreja em geral, mas, sobretudo, para a Igreja particular onde está inserida, para tornar a cidade “mais habitável, mais acolhedora e mais humana” (SANCHEZ, p. 146), para os seus habitantes. Dialogar sobre as maiores questões que a realidade urbana coloca. Deste modo, haverá o respeito pela vida, diálogo, justiça, maior solidariedade, e maior abertura dos seus cidadãos para a convivência mais abrangente, no cuidado dos mais pobres e evitando o individualismo desordenado (cf. DAp 516). Como consequências, o espaço urbano é para todos, a democracia como elemento constitutivo onde há observância e respeito de direitos humanos, económicos, sociais, políticos, culturais (cf. SANCHEZ, p.147).

É uma ilusão, mas ao mesmo tempo, uma das melhores possibilidades das exigências do mundo de hoje, uma vez que pensando de resolver ou minimizar as questões mais importantes que tocam à vida da população urbana. Esse diálogo, exige um processo, que implicam tempo, paciência e outros recursos para poder minimizar e superar alguns problemas.

Outro aspeto que queremos ressaltar em relação à evangelização do mundo urbano é a “presença pública significativa na cidade” (ALMDEIDA, p. 205). Neste aspeto, pensamos da presença dos nossos leigos e leigas como protagonistas, para que por meio deles, o valor do Evangelho possa penetrar a

cidade (cf. EN 70; DAp 506). Nas famílias, nas relações sociais, o mundo da educação, na *mass media*, na política, economia, promover e defender a dignidade humana, criar cultura cristã nos ambientes onde vivem. Isso exige leigos bem preparados no ponto de vista intelectual, cristã e ao mesmo tempo convencidos com a sua fé (cf. AA 31-32; ALMEIDA, p. 205-206).

Em relação à leigos e leigas qualificados, podemos dar um exemplo dos leigos da Indonésia. Eles são a minoria, mas a sua presença é sentida nas instituições governamentais, pelo seu testemunho da vida, sentido de responsabilidade e do bem comum. Pelos seus esforços pela justiça, numa sociedade onde há muita injustiça e a maioria é muçulmana. Outras áreas que eles marcam muito a sua presença em termos de qualidade, são os setores de educação e saúde. Assim, em relação aos leigos, como os vanguardas da evangelização do mundo urbano, segundo a nossa perspeção, é projetar um planejamento à nível mais alto para qualificá-los.

3.7.5. Evangelização e pastoral urbana

Como acabámos de aludir acima, que o modelo de pastoral que a Igreja católica tinha vindo adotando era o de pastoral rural e esse modelo ainda é aplicado na prática. No entanto, com os desafios de hoje em dia e sobretudo em relação à pastoral da cidade, há uma necessidade de repensar um modelo apropriado para que possa responder à realidade e aos seus desafios. Por conseguinte, falando de evangelização e pastoral urbana, temos de ser concretos. Por isso, na nossa perspectiva, queremos dar mais atenção como repensar o modelo de paróquias em toda a sua amplitude que sejam mais adaptadas a uma evangelização missionária, em conformidade com as exigências e aos desafios da cidade.

Temos de ter em consideração que, a Igreja universal torna-se concreta nas paróquias. Em relação às paróquias urbanas, temos de estar atentos a estes três elementos fundamentais, sem entrar nos detalhes: Primeiro, renovar as estruturas obsoletas que não respondem às necessidades da cidade nos tempos atuais. Segundo, qualificação dos discípulos missionários para à evangelização

de acordo com as exigências da cidade e terceiro, a pastoral dos sacramentos, sobretudo à Eucaristia.

Primeiro, repensar estruturas que possam incentivar laços de maior comunhão e fraternidade no interno da paróquia, entre as diversidades de membros do Povo de Deus. Por isso, o ideal é de criar um Conselho Pastoral Urbano que represente todas as comunidades, departamentos e grupos categoriais existentes na paróquia. Esse órgão tem a função primária de planificar o projeto pastoral da cidade (cf. ALMEIDA, p. 229-232). Na planificação dando maior importância às atividades essenciais (Ib. p.232-233).

Em seguida, criar ou renovar as pequenas comunidades ou Comunidades Eclesiais de Base para que possam ter maior interação e relações profundas entre os membros. Os nomes não nos interessam muito, o que nos importa são pequenos núcleos para que as possam viver o espírito da Igreja Primitiva (cf. At 2,42-47), como elemento muito importante, para contrabalançar o individualismo forte que reina na cidade (cf. ALMEIDA, p. 235-236). Neste aspecto, a preparação prévia dos cristãos é imprescindível. É preciso ter em consideração que, tanto a nível mais alto, como o mais baixo têm de ter estruturas que sejam funcionais, para servir melhor. A sua modalidade e aspetos técnicos serão arrançados nos planos pastorais. Por isso, podemos sintetizar as estruturas em três elementos essenciais: ser comunidade que celebra a Palavra de Deus, celebra a Eucaristia e celebra a Caridade (cf. CNBB, 2013, 135-152).

Segundo, preparar os discípulos missionários qualificados através de formação em diferentes áreas de saberes, segundo as exigências da cidade para sair e evangelizar as famílias nas comunidades. Neste caso, devemos pensar de investir nos leigos, sobretudo, na sua formação em vista à evangelização nas áreas urbanas no interno duma paróquia (cf. DAp 307-310), em consideração aos leigos militantes que estão nos grupos categoriais e nos movimentos laicais (cf. Ib.311-313). Assim, os leigos tornam-se mais convencidos da sua fé, do seu amor à Cristo e à missão evangelizadora (cf. AA 31; ChL 35-35;57-63). Damos importância à preparação dos leigos, para a pastoral das famílias, de modo que, para alcançar o seu objetivo, precisa-se de um plano mais detalhado e concreto quanto à sua implementação. Só assim, podemos conhecer e falar de Deus aos

cristãos (cf. CNBB 2014, 306-308). Em fim, com as preparações dos leigos, eles podem tornar-se evangelizadores da cidade consoante as áreas que trabalham, como tínhamos falado acima. Que significa, a sua presença pode-se tornar significativa na vida política, social, cultural e económica, visto que estamos mais preparados na em termos de capacidade teológico-pastoral.

Em continuidade com os discípulos missionários, animar os cristãos de familiarizar-se com a Palavra de Deus, sobretudo através de reflexão em famílias ou pequenos grupos. Pois, através da Palavra encontramos com o Senhor. Aquilo que escutamos na celebração dos sacramentos não são suficientes para aprofundarmos a nossa fé e de orienta-nos para o testemunho (cf. Ib. 271-273). Além de entrar nas pequenas comunidades, dar também importância à uma pastoral mais individualizada nas comunidades, por meio de encontros pessoais (cf. EG 127-129; DAp 515).

Terceiro, a celebração dos sacramentos nas Comunidades é outro elemento muito importante, sobretudo à Eucaristia, como sacramento de comunhão com Deus e com os irmãos. Por isso, não basta só celebrar o sacramento na igreja paroquial ou numa capela já estabelecida. Além desta, preferivelmente, cada comunidade tem a sua celebração com os objetivos de reforçar a fé, e estreitar a solidariedade e fraternidade entre os membros. De modo que, é importante motivar os fiéis para a maior participação nas celebrações litúrgicas e de encontros de fraternidade. As modalidades mais concretas ver-se-á no plano pastoral da paróquia e da comunidade (cf. CNBB, 22013, 146-149).

Portanto, para que tudo isso seja realizável, é necessário de uma conversão missionária para não deixar as coisas como estão, porém, deve ser orientado para um dinamismo de transformação (cf. EG 25; DAp.365-379). Isto é, ser uma Igreja evangelizada e evangelizadora, uma Igreja em processo de ser transformada e transformadora. Os agentes missionários precisam de ter esperança e deixar de ser guiados pelo Espírito Santo, no sentido de escuta, de discernimento comunitário, para à ação. Confiantes que, “Cristo ressuscitado e glorioso é a fonte profunda da nossa esperança, e não nos faltará sua ajuda para cumprir a missão que nos confia” (EG 275).

Considerações finais

Acabámos de ver que, hoje em dia, há uma necessidade e ao mesmo tempo como exigência para a Igreja, Povo de Deus, em concreto a nossa Igreja de Dili, de marcar a sua presença e sobretudo, de fazer uma evangelização integral, que é muito importante, sem pôr de lado a sua missão prioritária, que é o anúncio explícito. Dado o campo vasto da nossa evangelização, deste modo, baseando no Vaticano II, o Papa Francisco procura atualizá-la no nosso contexto atual, além disso, nas realidades pastorais de cada Igreja particular. Da urgência de uma Igreja em saída para evangelização, com o envolvimento de todos os membros do Povo de Deus. Porque ser Igreja, significa ser Povo de Deus. Ser o fermento de Deus no meio da humanidade. Levar a alegria do Evangelho e de salvação ao nosso mundo que necessita da consolação, da misericórdia, de esperança, de novo vigor na nossa peregrinação rumo à pátria celeste (cf. EG 114).

Contudo, para que a Igreja, Povo de Deus, possa tornar-se verdadeiramente o sacramento de Deus que conduz os fiéis rumo à salvação (cf. LG 9; 48), ela precisa de constante reforma de si. Necessita de se evangelizar constantemente para tornar-se verdadeiramente uma Igreja com uma fisionomia segundo a vontade de Cristo. Ser misericordiosa, humilde no reconhecimento da Igreja, Povo de Deus. Que significa, fazer uma renovação *ad intra*, no interno do Povo de Deus, para uma Igreja mais sinodal entre os seus membros.

Por outro lado, *ad extra*, na sua valorização e empenho para o bem das outras pessoas, em comunhão com as outras Igrejas, religiões, culturas, instituições, ter o cuidado da casa comum, afastando-se da atitude de superioridade ou de fechamento, como tínhamos aludido no capítulo primeiro, ao tratarmos da nossa realidade, visto que, o mundo de hoje é pluralista e jamais será monolítico, como era nos tempos anteriores. Deste modo, todos em comunhão possam dar as suas melhores contribuições para a edificação do Reino de Deus a partir deste mundo, onde reina a justiça e solidariedade procurando o bem comum de todos, sobretudo dos pobres, segundo a missão prioritária da Igreja e unidos possam alcançar à sua plena realização com Deus, como o centro de convergência (cf. GS 93).

Obviamente, a antecipação da presença do Reino de Deus nasce e cresce em nós, quando existe um verdadeiro desenvolvimento de “todos os homens e o homem todo” (PP 14). Ironicamente, o mundo de hoje ainda está condicionado pelos problemas económicos, sociais, políticas e culturais onde geram problemas graves no que referem a justiça, a liberdade, o desenvolvimento e a paz e esta condição que apontámos afeta também o nosso povo nas áreas Da diocese (cf. EN 31). Pois, não haverá paz verdadeira, quando não há justiça. A paz “edifica-se, dia-a-dia, mediante a busca de uma ordem desejada por Deus, que implica mais perfeita justiça entre os homens” (PP 76).

O Papa Francisco foi claro na sua homilia, na celebração da missa, no dia mundial dos pobres: “No pobre, Jesus bate à porta do nosso coração e, sedento, pede-nos amor. Quando vencemos a indiferença e, em nome de Jesus, nós gastamos pelos irmãos mais pequeninos, somos seus amigos bons e fiéis, com quem Ele gosta de ficar connosco” (PAPA FRANCISCO, 19.11.2017).

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES PARA UMA EVANGELIZAÇÃO ENCARNADA NA DIOCESE DE DILI

Tendo em consideração aos desafios que tínhamos aludido no capítulo primeiro. Assim, ao longo deste capítulo e do capítulo seguinte vamos ocupar de como aterrissar o ideal exposto nos capítulos segundo e terceiro na Diocese de Dili em relação aos desafios que tínhamos tratado no capítulo inicial. De modo que, propomos algumas diretrizes e linhas de ação para orientar-nos na ação evangelizadora da nossa Diocese de Dili. Visto que, com uma pastoral de conversão, de mudança de mentalidade centralizada e auto-referencial, para conjugarmos as nossas forças, como Povo de Deus, é muito importante para tornamo-nos missionários evangelizados e evangelizadores na nossa Igreja particular. Deste modo, graças à assistência do Espírito Santo, vamos todos com um novo ardor e dinamismo para darmos respostas adequadas aos desafios delineados.

Assim, fiel aos ensinamentos do Vaticano II, aos cristãos concretos e aos desafios que a nossa Igreja está enfrentando, como tínhamos apresentado, quando tratámos dos desafios que a nossa Igreja de Dili está enfrentado de fazer uma evangelização renovada, de uma Igreja de “espera”, que as pessoas venham, para uma Igreja em “saída” missionária para as periferias existenciais, como diz o *Evangelii Gaudium*. Este apelo do Papa é relevante para a nossa Igreja, pois considerando os desafios concretos que tínhamos apontado, como Igreja, Povo de Deus, precisamos de um novo paradigma de pastoral, que exige conversão de cada um de nós e de todo o Povo de Deus na Diocese. Em concreto, nos horários, nos nossos costumes, estilos, linguagens, maneiras de aproximação e tratamentos aos nossos fiéis, homilias e as nossas estruturas eclesiais, para que sejam proporcionais com a missão evangelizadora (cf. EG 27). Além disso, precisamos de uma evangelização que seja contextualizada para poder responder aos desafios que estão surgindo tendo em consideração aos

nossos interlocutores concretos. Deste modo, podem captar a mensagem, porque as linguagens estão de acordo com a nossa realidade.

Por outro lado, nós estamos conscientes que, a evangelização é sempre um processo inacabado. Mas, para que tenhamos perseverança diante dos desafios, uma das exigências é criar um encontro pessoal e comunitário com Deus, através de variedades de meios para aprofundarmos a nossa fé, assim, não desfalecemos ao longo da nossa caminhada. Através da oração, leitura orante da Palavra de Deus, da Eucaristia e tantos outros meios, deste modo, temos forças que vêm do alto e podemos sair com alegria para evangelizarmos.

Mas para que haja sucesso na nossa evangelização, temos que conjugar as nossas forças, no sentido de estarmos unidos como membros do Povo de Deus, o bispo como centro da unidade da Igreja particular. Os sacerdotes, como seus diretos colaboradores, os leigos que é uma força viva para a Igreja e também para a nossa sociedade. Os religiosos e religiosas, com o seu testemunho duma vida entregue ao Senhor e à sua missão evangelizadora, segundo o carisma de cada instituto e a sua contribuição para a implementação dos programas pastorais da Igreja particular. Verdadeiramente, precisamos de conjugar todas as forças, porque, na verdade, estamos no mesmo barco e trabalhando na mesma grei do Senhor, por conseguinte, podemos ter sucesso na missão evangelizadora de Jesus Cristo.

4.1.Uma pastoral de conversão missionária

O termo "conversão", tem um significado muito vasto, mas no ponto de vista cristão, que é bíblica, é um processo de mudança interior que um crente faz formalmente no dia de batismo, pois este "é o principal lugar da primeira e fundamental conversão" (CCC 1427). Contudo, o apelo à conversão continua é relevante na vida dos cristãos na Diocese de Dili, desde que, confrontando a nossa realidade com os critérios da Igreja do Vaticano II, ainda estamos longe do ideal da Igreja, tanto na nossa identidade, que é predominantemente hierárquico, bem como na nossa missão de evangelização que está ainda mais centrada. Por isso, necessitam de penitência e renovação permanentes (cf. LG 8; UR 6). O processo de conversão, antes de tudo, é fruto da graça e da misericórdia de

Deus, por causa do seu grande amor por nós pecadores, embora a pessoa crente precisa de dar a sua contribuição através da sua atitude de humildade, abertura e esforço contínuo (cf. CCC 1429).

“Missão” no seu sentido tradicional é a preocupação da Igreja de evangelizar aqueles que estão longe de Deus (cf. LG 16), de acordo com o mandato do Senhor, que diz: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). A ênfase está na saída para as terras que não conhecem ainda Jesus Cristo (cf. AG 6; GULILOU, 1965, p.714). Trata-se da atividade essencial e primária da Igreja ao longo dos séculos (cf. RMI 31).

No entanto, falando de missão, hoje, há três âmbitos: para os que não conhecem Cristo, desta maneira, precisam de conversão e batismo. Segundo, são os que foram batizados e afastaram-se de Deus e por último, os praticantes, que necessitam de sustentar e aprofundar a sua fé para testemunhá-la na vida diária e prestar contribuições concretas nas Igrejas locais e paróquias na evangelização (cf. EN 53-56; RMI 33).

Por isso, debruçando da “conversão missionária”, são termos que vêm do próprio Papa Francisco (cf. EG 25). Que significa, fazer uma mudança radical no nosso ser e na nossa maneira de evangelizar, de uma pastoral de conservação, que talvez seja válida num certo período da história da Igreja, devido a um cristianismo de massa. Mas hoje, com as grandes mudanças globais e desafios que estamos enfrentando, mesmo em termos da nossa realidade, há uma necessidade de repensar um novo estilo de evangelizar em consonância com as exigências de cada realidade histórica, de cada período de tempo e lugar. E segundo as nossas experiências como pároco, comungamos a proposta de uma Igreja em saída, “para as famílias” como propôs o atual Papa

Assim, vendo a realidade da nossa Diocese de Díli e seus desafios que tínhamos apontado, que este convite de “conversão missionária” está dirigido à todos os cristãos da Diocese, como Povo de Deus, de fazer mudanças radicais, de acordo com as diretrizes propostas pelo Papa Francisco.

4.1.1. Uma Igreja em saída

Uma Igreja em saída, é um mandato missionário de Jesus Cristo aos seus apóstolos, de ir pelo mundo inteiro e batizar, antes da sua subida ao céu (cf. Mt 28,19; Mc 16,15-16). Por isso, fiel à Jesus Cristo, o Papa Francisco convida a toda a Igreja para sair e anunciar. Esse convite, de certeza, é relevante para a nossa Diocese também, pois, mesmo depois de mais de cinquenta anos da existência do Vaticano II, onde se acentua o aspeto profético da Igreja, de sair para pregar, como a sua missão primordial (cf. AG 5), contudo, como tínhamos salientado que, a ênfase da nossa evangelização, predominantemente tem um carácter sacramental. Quer dizer, fazemos a catequese em vista da receção dos sacramentos e depois disso, não há mais continuidade de forma sistemática. Uma Igreja auto-referencial, onde todos os poderes, de forma geral, ainda estão mais centralizados nas mãos dos sacerdotes, sobretudo dos párocos, com uma postura de fechamento, embora estamos conscientes que há sinais de mudança, porém, é muito lenta em comparação com a idade do Vaticano II.

Naturalmente, não é um sinal positivo, porque não edifica no ponto de vista de evangelização nos tempos atuais, por isso que o Papa diz: “Sonho com uma Igreja em saída, não auto-referencial, uma Igreja que não passe longe das feridas da humanidade, uma Igreja misericordiosa que anuncie o coração da revelação de Deus amor, que é misericórdia” (PAPA FRANCISCO, 30.03.2017). Além disso, com a eclesiologia do Povo de Deus, os leigos são reconhecidos na Igreja, fundamentalmente, não por causa da escassez do clero, contudo, pela vocação que vem de Cristo, de envolvê-los na evangelização. Conscientes que com o batismo, todos os fiéis são chamados a serem profetas (cf. LG 12) e ao mesmo tempo de superar o “clericalismo” (COMBLIN, 2002, p. 40).

Para melhor compreendermos o documento e termos interesse de pôr em ação as diretrizes do Papa, visto que, é um documento que expressa toda a preocupação da Igreja nos tempos atuais, de uma Igreja em saída missionária, apresentamos alguns fundos históricos como veremos em seguida: Essas diretrizes refletem as considerações, as preocupações e até inquietações dos bispos, no Sínodo Ordinário, ocorrido nos dias 7-28 de outubro de 2012, onde focaram sobre os seguintes desafios externos, como: “aperda do sentido do

sagrado, a crise de valores, a secularização, a destruição da natureza, as injustiças e desigualdades sociais, que desafiam a Igreja”.E desafios internos de “não menor importância, como as falhas na vida litúrgica e na celebração aos domingos, a crise de vocações, a situação dos divorciados, as dificuldades no ecumenismo, a falta de compreensão do mistério eucarístico, a incapacidade de transformar o homem”(cf. SINODO DOS BISPOS 2012).

Por outro lado, sendo de América Latina e de mais a mais foi o redator final do *Documento Aparecida*, como dizia o teólogo Leonardo Boff, assim, sempre tem consigo uma cópia do documento acima (cf. BOFF, 2014, p. 129), desta maneira, o documento dos bispos da América Latina, publicado no ano 2007, tem grande influência nele e na formulação de *Evangelii gaudium*. Tudo isso, não é outra coisa, se não, do seu empenho de pôr em prática as orientações do Vaticano II, visto e interpretado neste contexto atual da Igreja e do mundo.

Por conseguinte, há essa insistência do Papa de sairmos, como ele atesta: “Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo!“(EG 49). Deste modo, aquilo que oferecemos, não é o ouro ou prata, mas Jesus de Nazaré (cf. At 3, 6). Esta é a nossa preocupação, como diz o Papa, pois há “tantos irmãos nossos que vivem sem força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem horizonte de sentido de vida” (EG lb.). Jesus convida-nos para dar-lhes a alegria, a consolação, abrir o nosso coração para os que precisam da nossa ajuda, da nossa compreensão, isto é, aos mais necessitados. Como Jesus ordena aos seus apóstolos: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37 ap. EG 49).

Essas situações de pessoas se chamam “periferia”, e precisam a alegria do Evangelho. Uma Igreja que se move, que faz opção pelos últimos, que vai à periferia, que sai de si mesma (PAPA FRANCISCO, 23.03.2013). Que a nossa pastoral com estilo missionário tem de alcançar a todos sem discriminação de pessoas. Apresentar uma mensagem que é atraente e necessária (cf. EG 35). Para isso, a nossa maneira de comunicar a mensagem do Evangelho deve ir ao essencial (cf. EG 34). Ir ao coração do Evangelho, que” é a beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado” (lb. 36).

Portanto, a “Igreja em saída” é a expressão que pode resumir a posição do Papa Francisco, frente à uma Igreja que durante longos séculos tinha tornada autocentrada em si mesma (cf. HOORNAERT, 08.04.2017), para uma Igreja missionária aberta ao diálogo e cooperação com todos, preferencialmente dar grande atenção aos pobres (cf. PASSOS, 2017). E como diz L. Boff que “Igreja em saída” tem um significado muito profundo e abrangente, perante o mundo mais desenvolvido, onde a velha cristandade está cansada com uma Igreja que é fechada, de sorte que, ela torna-se inaceitável pelo modernismo, pois, a sua mensagem não é relevante para ele hoje em dia (cf. BOFF, 03.07.2015). Por outro lado, com uma Igreja renovada, mesmo num mundo onde a maioria das pessoas não é cristã, lhe traz também alegria, paz, solidariedade, caridade, fraternidade e comunhão universal entre as diferentes confissões religiosas e com a humanidade em geral (PAPA FRANCISCO, 01.12.2017).

A Igreja em saída não é um conceito ou uma utopia do pontificado do atual Papa, mas como tínhamos falado anteriormente, que ele internou profundamente as orientações do Vaticano II. Deste modo, os primeiros passos de “saída” partiu si mesmo, com uma atitude de humildade. Fez uma revolução de ternura, gentil, espontânea e o primeiro a dar passos para aproximar-se das pessoas e dialogar com elas. Assim, ele coloca a pessoa no centro da sua atenção e preocupação (cf. BOFF, p. 130-131).

Fez algumas reformas no interior do Vaticano. Ele instituiu um grupo de nove cardeais, que representam os cinco continentes, como assessores que lhe ajuda no governo da Igreja, como sinal de descentralização de poder e de colegialidade. Deste modo, pode escutar as várias culturas e ao mesmo tempo tornara-se uma unidade da fé dos seus irmãos (cf. Ib., p. 128). Além disso, está nomeando algumas mulheres para ocuparem posições estratégicas nas instituições da Cúria romana e no estado do Vaticano. Elas representam por volta de 20% do total dos funcionários do Vaticano (cf. CIDADE VATICANA, 07.11.2017).

Para a nossa Diocese em concreto, segundo a nossa perspectiva, temos que optar por uma pastoral de saída missionária para as famílias, para que haja continuidade de formação da fé dos nossos fiéis. Pelo contrário, só com os

conceitos que aprenderam antes de fazerem a primeira comunhão, que eram conhecimentos básicos, não são suficientes, por isso, precisam de aprofundá-los gradualmente, com uma formação mais atualizada e contínua (cf. FABC, 2012, 25). Se não, como tínhamos falado no capítulo primeiro, de acordo com os nossos dados estatísticos que, a percentagem dos católicos é muito alta, quase 100%. Porém, na prática, na vivência da fé, temos esta dicotomia entre fé-vida e pior ainda, muitos que são cristãos só de nome (cf. MHT 194; SOARES, 2014, p.9-10).

De sorte que, segundo o nosso contexto, uma pastoral de espera na paróquia e nas capelas aos domingos para celebrar a Eucaristia, não ajuda muito os fiéis para manter a fé e do seu aprofundamento, porque, os que frequentam os sacramentos, são os mesmos, exceto nas grandes celebrações é que participam mais cristãos e depois disso desaparecem novamente. Pior ainda, como tínhamos dito que, com a presença dos novos movimentos pentecostais não católicos, os nossos cristãos vão desaparecendo gradualmente, visto que a sua fé está assentada “sobre a areia” (cf. Ib.).

4.1.2. Uma pastoral de conversão

Os termos “conversão pastoral”, originalmente vêm da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, Santo Domingo, que estão relacionados com a Nova Evangelização. No qual exige uma conversão pastoral da Igreja, que é coerente com a Bíblia, como a fonte e é atualizada nos ensinamentos do Vaticano II (cf. SD 30). Mais tarde, foram resgatados pela *Aparecida* (cf. Ib. 365ss) e por *Evangelii Gaudium* (cf.25ss), como sinais e atitude da fidelidade ao Concílio

Para tornarmo-nos uma Igreja ou comunidade em saída, aquilo que o Papa exige de todos nós, sem exceção, bispos, padres, religiosos e leigos é a conversão (cf. EG 28-33; DAp 366). Uma conversão de coração, que reflita na maneira de pensar, de agir e de escutar a voz do Espírito Santo, deste modo, com humildade e abertura discernirmos juntos como comunidade segundo à sua vontade para o bem da Igreja (cf. DAp Ib.) Pois, o seu apelo está em consonância com o Vaticano II, de uma Igreja onde os seus membros são compostos de santos e pecadores (cf. LG 8), desta maneira, precisamos de uma luta contínua entre o homem velho e o novo para fazer a renovação (cf. Cl 3, 5-11). Como diz:

“Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto preservação” (Ib.27).

Uma renovação que se deve partir do coração do Evangelho que é a lei do amor, como a sua essência, para que a mensagem que anunciamos não possa tornar-se mutilada ou ir aos elementos secundários (cf.Ib.34). Porque, através do Evangelho, Jesus convida-nos para respondermos à Deus que nos ama, deste modo, podemos fazer sacrifícios de sairmos de nós mesmos e reconhecê-lo nos outros e procuramos o seu bem, pois, como ele diz: “todas as virtudes estão ao serviço dessa resposta do amor” (Ib. 39). Deste modo, a alegria, a frescura e o perfume do Evangelho continuam a raiar (cf. Ib.).

Consequentemente, uma evangelização que exige a conversão para a saída missionária (cf. Ib. 20) e que procura seguir os passos do Mestre, naturalmente, exige dos membros da Igreja de acertar os seus passos com os do Pastor, viver e agir segundo o Evangelho. E assim, a nossa Igreja pode repetir as palavras belas de São Paulo: “Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim” (Gal 2, 20). Isto significa que, a conversão pastoral tem um tom de seguir com fidelidade à Jesus Cristo, que sendo rico, fez-se pobre. Um convite para sairmos do nosso comodismo de uma mentalidade estática e fixa, como diz o Papa: “fez-se sempre assim”. E a FABC também realça à importância do anúncio de Cristo, com uma atitude de humildade que reflita na pessoa do evangelizador (cf. FABC, 2012, 12).

Em relação ao apelo do Papa, a nossa Igreja particular de Díli deveria empenhar-se de fazer a renovação, como um todo, da hierarquia à base, das estruturas à posturas pessoais, linguagens, as nossas homilias que geralmente são longas,convencidos que os nossos cristãos ouvem com boa fé, maneiras de relacionar-se uns com outros, como parceiros, de igual para igual em dignidade (cf. Ib. 33). Mas tudo isso é possível na medida que caminhamos juntos nos processos de formações contínuas, para melhor compreendermos e sentirmos a importância da comunhão e complementaridade como Povo de Deus. Mesmo que, sejamos iguais em dignidade, mas ao mesmo tempo o Espírito Santo

concede a cada um e uma diferentes carismas e ministérios, para os benefícios da evangelização tanto interno e como externo.

O Papa também exorta-nos para não travarmos guerra entre nós, sobretudo, entre o clero, os religiosos e religiosas, porque nota-se, sobretudo nas nossas reuniões à nível da Diocese, que há esse sentimento de descontentamento que se expressa nas palavras e atitudes. Como às vezes acontece nas comunidades, nos bairros, nos locais de trabalho, no país, por causa da inveja, ciúme, quando não queremos reconhecer as qualidades, as habilidades e aquilo que os outros têm a mais e são mais ressaltados. Pelo contrário, queremos paralisá-los (cf. Ib.98). Consequentemente, em vez de estarmos unidos, como testemunho da alegria do Evangelho de amor, que se mostra por meio da nossa convivência fraterna, da mútua cooperação, apoio, correção fraterna, trabalhando para o mesmo objetivo que é o anúncio do Reino de Deus, damos contra testemunho, pois mordemos uns aos outros. Fazemos como se fosse Cristo está dividido (cf. 1Cor 1,13).

O Evangelho apela-nos continuamente para estarmos sempre conscientes da nossa identidade, que somos discípulos missionários de Jesus Cristo, assim, temos que testemunhar a comunhão fraterna entre nós, como sinal do amor ao Mestre (cf. Jo 14,15) Deste modo, tornamo-nos fascinantes e atraentes e as pessoas admiram-nos, como amamos uns aos outros, mesmo que haja diversidade de idade, de sexo, experiências, etc. Assim, as pessoas podem reconhecer que somos verdadeiramente discípulos de Cristo e vivemos em comunhão e trabalhamos para a mesma Igreja local. Deste modo, o nosso testemunho fala do seu amor (cf. Jo 13,35).

Por conseguinte, como diz o Papa, temos que centrar-nos no essencial da nossa religião cristã, que é a lei do amor, como o fulcro donde emanam outras virtudes morais (cf. EG 37-39). Por isso, são Paulo apela-nos como deveria ser este amor em concreto: “A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade “(1Cor, 13,4-6). Ou com

outras palavras, como exorta o *Evangelii Gaudium*: “Não te deixes vencer pelo mal, mas vencer o mal com o bem “(EG 101 ap. Rm 12,21).

Há perigo na nossa evangelização, quando reina sentimentos de predomínio e pensamos que os leigos e os religiosos são colaboradores da missão da hierarquia (cf. COMBLIN, p. 46), esquecendo que a missão dos leigos e dos religiosos deriva diretamente de Cristo, como os Padres conciliares tinham expostos na aula conciliar (cf. *Ib.*, p. 47). Por vezes, não atuamos corretamente, não por maldade, contudo, por causa da ignorância perante aos ensinamentos e as orientações da Igreja.

Deste modo, a conversão pastoral, significa, seguir o caminho de Jesus, o nosso Mestre, a cada dia, de fazermos a nossa conversão permanente na nossa caminhada (cf. Mt 10,24-25; Lc 9,23-24). Criar ruptura com aquilo que o mundo nos propõe como segurança e felicidade, que na verdade não são, como mencionámos nos dois exemplos do capítulo segundo. E essa segurança, Francisco denomina-a por mundanismo (cf. EG 93-97). Isto significa que, aquilo que é imediata, na verdade, não gera nenhuma alegria profunda e duradoura, porque falta-lhe a raiz, que é Deus. Pelo contrário, se abrimo-nos para a realidade transcendente e espiritual, que é Deus e isto nos gera uma alegria profunda, que irradia e atrai. Como consequência, damos tudo sem medida para a missão de serviço ao Senhor, sobretudo aos mais pobres (cf. PASSOS).

4.1.3. A centralidade do Reino de Deus

Segundo o Vaticano II, a Igreja é enriquecida com diferentes meios, com o intuito de assumir a responsabilidade de anunciar e restaurar o Reino de Cristo e de Deus entre todos os povos (cf. LG 5; DI 18). Esse Reino manifestou-se em Jesus Cristo, o Filho de Deus feito carne (cf. LG 5), por isso, estava presente na pessoa de Jesus, no seu anúncio e sobretudo, através de sinais de curas, como Jesus dizia aos discípulos de João Batista (cf. Mt 11,4-5).

Porém, não identificar a Igreja com o Reino de Deus, porque, o primeiro é apenas o seu germe e o início (cf. LG 5). Ela é o sacramento, que significa, é o sinal visível e instrumento da íntima união entre Deus e a unidade da humanidade (cf. LG 1 ap. DI 18). De facto, o Reino de Deus tem uma dimensão escatológica e

“é uma realidade presente no tempo, mas a sua plena realização dar-se-á apenas quando a história terminar ou se consumir” (DI 18 ap. LG 9). De modo que, a posição do Vaticano II é contrária aos ensinamentos anteriores em que identificava a Igreja com o Reino de Deus (cf. RIGAUX, 1965, p.321). Pelo contrário, o Reino de Deus é “mistério, que se revela por Jesus e em Jesus” (cf. Ib.).

O Reino de Deus tem duas dimensões: uma está voltada para Deus e a outra para os seres humanos e toda a criação. Desta sorte, há uma necessidade de buscar a santidade, mas por outro lado, temos que buscar a justiça para com o próximo e à toda a criação, como sinais concretos do nosso amor à Deus (cf. FERRARO, 2015, p. 819). Por isso que Jesus ensina os seus apóstolos de buscar aquilo que é mais essencial: “Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas” (Mt 6, 33).

Em relação a centralidade do Reino de Deus, na *Ecclesia in Asia*, os participantes da Assembleia Especial afirmaram repetidamente à necessidade e a renovação do compromisso de anunciar Jesus Cristo, num continente, em que este já foi conhecido há mais de dois mil anos. E a outra questão é a partilha do dom da salvação com os irmãos e irmãs asiáticos (EAs 19). Mais tarde, os bispos renovaram o seu compromisso de centralizar a sua missão no anúncio de Jesus Cristo e o diálogo com as outras religiões era um modo de anunciá-lo (cf. FABC, 2012, 11), como tocámos no capítulo terceiro deste trabalho.

Porém, neste tempo de globalização e de pluralismo, a melhor opção é o diálogo, deste modo, pode-se suscitar maior abertura para a mútua transformação e mútuo enriquecimento (cf. TEIXEIRA et alii, 2015, p. 190-191). E a missão da Igreja num ambiente, como acabámos de mencionar, não é de converter, a qualquer preço, às pessoas de outras religiões, que é muito sensível na Ásia, nos lugares onde a maioria do povo abraça outras religiões não cristãs. Poderia criar problemas à vida pessoal do missionário e da continuidade da presença da Igreja nesse lugar. Pelo contrário, de convocá-los “à incondicionalidade da revelação final” (GEFFRÉ, 2013, p.39), que coincide com a chegada da plenitude do Reino de Deus (cf. Ib.).

Infelizmente, ao longo da história, a Igreja afastou-se da sua fonte, de sorte que, criou um dualismo na sua doutrina e na sua teologia, entre a realidade espiritual e profana. Como consequência, criou-se também dicotomia na vida prática. Deste modo, a Igreja tratava só dos assuntos que tocavam à vida espiritual e estava alheia às realidades humanas, como a injustiça, os abusos de direitos humanos, a pobreza e outros males que afetavam à humanidade. Quer dizer, tinha uma atitude indiferente diante dos problemas humanos (cf. PARENT, 1990, p.156-158).

Porém, como tínhamos aludido nos dois capítulos anteriores, que o Vaticano II mudou totalmente esse paradigma dualista que a Igreja católica tinha adotada e herdada ao longo da sua caminhada. Ela tem esforçada de ser fiel à Jesus, que o Reino de Deus já começa neste mundo e alcançará a sua plenitude na escatologia (cf. LG 48). E as duas dimensões formam uma única e inseparável realidade onde Deus e o homem se encontram. Desta sorte, se diz, a história é o lugar teológico, em que Deus fala e convida o homem e sobretudo o cristão para agir de acordo com os princípios do Evangelho de caridade (cf. PARENT, p.180). Por isso que, o atual Papa diz que ignorar o pobre é um desprezo à Deus (cf. PAPA FRANCISCO, 18.05.2016)

Fiel aos ensinamentos do Vaticano II, o *Evangelii Gaudium* volta a chamar-nos atenção que o amor a Deus não é uma relação individual, eu com Deus ou de fazer algumas obras caritativas pessoalmente às pessoas mais necessitadas e nos basta (Ib. 180). Pelo contrário, como diz:

A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4, 43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. À medida que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais. (EG 180).

O assunto do Reino que estamos tratando cá, o seu conteúdo não é outra coisa, se não, aquilo que tínhamos debruçado a respeito da evangelização e que tem uma dimensão integral, como um dos desafios que tínhamos tratado anteriormente. Por isso que, o Papa está insistindo a partir da sua prática pastoral de anunciar o Reino de Deus, como ele falou em Myanmar, num encontro com as diferentes religiões em relação ao diálogo para criar unidade entre elas com o

intuíto de trabalhar para o bem da humanidade (PAPA FRANCISCO, 01.12.2017). Além disso, apelou aos políticos das nações que, além de tratarem os assuntos na perspectiva política, precisam de tomar ações concretas e rápidas de assistência material, numa altura em que as pessoas, sobretudo, as mulheres e crianças passam precárias condições de vida. A maioria dos quais são mulheres e crianças amontoadas nos campos de refugiados vindos de Mianmar e estão refugiados em Bangladesh: “Nenhum de nós pode deixar de estar consciente da gravidade da situação, do custo imenso exigido de refugiados” (Ib.).

No que toca à nossa Diocese, esta ao longo da sua missão, tem dado a sua contribuição para que o Reino de Deus seja sentido na nossa Igreja e no nosso país. Pela defesa dos abusos de direitos humanos, sobretudo durante os 24 anos da presença da Indonésia em Timor-Leste e agora continua a dar o seu contributo nas áreas vitais, como falámos no primeiro capítulo deste trabalho. Nos momentos de grandes dificuldades e a última crise foi no ano 2006, em que, todos os habitantes de capital de Dili, a maioria refugiou-se nos centros paroquiais ou noutras instituições dos religiosos e religiosas (cf. CRISE 2006).

Os que refugiaram-se nas nossas instituições não foram só católicos, mas as nossas casas estavam de portas abertas para todos os que necessitavam de auxílio e proteção em termos de segurança para a vida, alimentação, saúde e educação. Tudo isso, é sinal da mudança do paradigma trazido pelo Vaticano II, aquilo que a *Gaudium et spes* ensina, no início do seu documento (cf. GS 1).

4.1.4. Uma pastoral encarnada em seu contexto

Já tínhamos acenado no capítulo primeiro, a respeito de desafios à renovação. De maneira que, procuramos responder esses desafios de acordo com as linhas mestras da eclesisologia do Vaticano II, como tínhamos refletido nos dois capítulos anteriores. Assim, nesta fase, procuramos dar algumas orientações concretas segundo à nossa realidade da Diocese, que são sinais da nossa fidelidade à Deus e ao contexto cultural em que vivemos (cf. DGC 116), que é muito importante, hoje em dia. Visto que, a realidade de hoje, não nos exige uma pastoral de síntese ou estática, porém, é uma busca contínua. Isto nos pede iniciativa e criatividade de formular os elementos essenciais da nossa fé em

confronto com à realidade que está sempre em mudança, graças ao globalismo e à tecnologia (cf. BRIGHENTI, 2004, p. 119). Por isso que, é muito importante estarmos atentos às interpelações do Espírito Santo, à realidade contextual em que vivemos e a Igreja é seu sinal e instrumento (cf. Ib. p. 138) na sua caminhada histórica.

De modo que, como diz a *Gaudium et spes*, que a pastoral engloba todo o ser humano na sua totalidade (cf. GS 2), como tínhamos debruçado nos capítulos segundo e terceiro. Isto para dizer que, a partir do Vaticano II, a mentalidade e atitudes centralistas e fechadas e com uma Igreja de caráter eclesiocentrista e espiritualista, já são obsoletas. Por outro lado, não é um esforço para o nivelamento no interno da Igreja católica, e nem tão pouco é um nivelamento de valores. No entanto, a nossa missão prioritária na Igreja em Díli é de fazer um anúncio explícito do Reino de Deus aos nossos irmãos católicos, como apontámos acima, contudo, não é uma missão exclusiva. Somos continuamente chamados de abriremos as portas e escutar os clamores das pessoas e servir os nossos irmãos mais necessitados, de quaisquer categorias, que estão ao nosso alcance, sem atender à sua raça ou religião, para criarmos uma fraternidade entre nós no território da Diocese (cf. Ib.3). Pois, a pessoa humana é o fulcro da nossa missão evangelizadora (cf. Ib. 12), por ser imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,27).

Consequentemente, com uma pastoral como acenámos, naturalmente, orienta-nos para uma abertura ao pluralismo em todos os aspetos da nossa evangelização. Tendo em conta que, a realidade de hoje é plural e mais diversificada. Isso torna-se uma riqueza para a nossa Igreja e cada membro pode beneficiar-se disso, na sua transformação na medida que esteja aberto, pois a nossa identidade é dinâmica e está em constante transformação (cf. TEIXEIRA et alii, p.144-145). É um pressuposto, pois, tornamo-nos uma Igreja que se pautar na alteridade, numa relação dialógica entre sujeitos para se enriquecerem mutuamente (cf. BRIGHENTI, 2015). Como dizia o pastoralista Brighenti: “[...] evangelizar implica diálogo intercultural e inter-religioso, implica inculturação do Evangelho” (BRIGHENTI, ib.)

Uma pastoral encarnada no seu contexto hoje, significa também fazer do presente um tempo de *Kairos* do Reino de Deus, como tempo favorável, do lugar teológico, onde as pessoas, sobretudo, os mais necessitados que encontramos na nossa área precisam sentir a presença de Deus misericordioso no testemunho dos cristãos. O Papa Francisco é o ícone e vanguarda de uma Igreja misericordiosa e com as portas abertas para todos. Deste modo, ele sai em defesa dos migrantes e refugiados, apelando por um mundo mais solidário e acolhedor, embora apela também para a virtude de prudência.(PAPA FRANCISCO 01.01.2018), usando medidas práticas, porque todos pertencemos a mesma família, por isso, precisamos de solidariedade e de partilha (cf. Ib.).

Por outro lado, estamos conscientes que, um dos aspetos muito delicados que a nossa Igreja precisa de pôr em consideração, como disseram os bispos de Timor-Leste, é a luta contra a corrupção, embora, a Comissão Anti-corrupção e o tribunal estão trabalhando fortemente, de modo que, alguns ex-governantes estão nas prisões e outros estão em processo (cf.MHT 125). Segundo a nossa perspectiva, a Igreja tem duas funções para exercer: a primeira, é a denúncia profética e a segunda é formar a consciência das pessoas, pois, os que estão no governo, praticamente, são cristãos, para que possam mudar a mentalidade. Em vez de pensar só em si mesma, pelo contrário, pensar no bem comum, sobretudo, dos nossos irmãos mais pobres (Cf. Ib. 206-207). Pois a corrupção é um flagelo, como atestaram os bispos (cf Ib. 121-122).

A Igreja local está edificada pela Palavra de Deus, por conseguinte, ela tem a missão prioritária de anunciar o Evangelho, como Jesus tinha enviado os seus apóstolos para esta empresa (cf. Mt 28, 19). Assim, são Paulo também reclama que anunciar o Evangelho não é uma honra para si, porém, é uma imposição por Jesus Cristo (cf. 1 Cor 9, 16). Por conseguinte, ele sente uma grande obrigação de anunciá-lo como diz: “Ai, de mim, se não anunciar o Evangelho” (Ib.). A Igreja local, incluindo a nossa, está consciente que ela nasce, existe e está espalhada por causa da palavra ou da evangelização (cf. BRIGHENTI).

Portanto, em relação à missão da nossa Igreja nos tempos atuais, podemos sintetizar a pastoral encarnada no seu contexto concreto nestas três palavras: “unidade, diversidade e solidariedade”. A nossa unidade fundamenta-se

no único Deus e Trino, que se fez homem para poder reunir todos os filhos dispersos (cf. Ef 2,11ss). Consequentemente, a nossa missão é de criar comunhão (cf. GEFFRÉ, p. 42). Isto significa que, uma comunhão na sua diversidade tanto interno como externo. “Sem isso, não há diálogo possível” (COMBLIN, p. 38). E finalmente sentimo-nos solidários uns com outros, procurando o bem comum de todos, sobretudo dos mais débeis na luta pela justiça, solidariedade e condisão para um desenvolvimento sustentável e integral (cf. LS 18). Além disso, a luta pelo cuidado da casa comum que está a ser ameaçada da sua destruição (cf. Ib.). Pois, há uma interdependência entre todos os seres criados (cf. Ib. 164).

4.1.5. Uma Igreja samaritana e profética

A Igreja samaritana é a característica próprio do Vaticano II, em que não vê o mundo como um inimigo que precisa de ser combatido ou anatematizado, como a Igreja tinha feito, antes do Vaticano II. Todavia, ela mostra uma nova postura do bom samaritano que está sempre de braços abertos para acolher (cf. PAULO VI 07.12.1965). Pois, os homens de hoje apresentam uma dupla fisionomia, pela sua grandeza, mas também pela sua miséria. A Igreja está de braços abertos, tendo em consideração que a “religião do nosso Concílio, foi antes, de mais, a caridade” (Ib.), por ser a lei central do Evangelho (cf. Lc 10, 27; Mt 22,36-39; Mc 12,28-31).

De maneira que, fiel ao Vaticano II, o atual Papa fala de uma Igreja samaritana, significa que ela é misericordiosa, que acolhe, opta pelo bem comum de todos e sobretudo dos que são últimos, pois o Senhor Jesus foi misericordioso para conosco, por ser fonte de misericórdia. E como o santo Papa João II declara que a sua misericórdia revela-se no alto da cruz. Esta é a profundidade do amor de Deus para com a humanidade.

Aquele que passou fazendo o bem e curando” (At 10, 38) e “sanando toda a espécie de doenças e enfermidades” (Mt 9,33), mostra-se ele próprio, agora, digno da maior misericórdia e parece apelas para a misericórdia, quando é preso, ultrajado, condenado, flagelado, coroado de espinhos, quando é pregado na cruz e expira no meio de tormentos atrozes (cf. DMI 7).

Por isso, como diz o Papa Francisco que a misericórdia é uma palavra que revela a característica da Santíssima Trindade. “Misericórdia é a lei fundamental

que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida. Misericórdia é o caminho que une Deus e o homem, ([...]) abre o coração, a esperança de sermos amados” (MV 2).

Deste modo, a nossa Igreja em Díli é portadora da misericórdia de Deus nas nossas paróquias e nas comunidades onde nos encontramos. Por conseguinte, devemos sair para darmos testemunho da nossa fé por meio de sinais concretos da solidariedade, de partilha, isto é, do amor fraterno (PAPA FRANCISCO 09.05.2014)). Precisamos de sair para curar as feridas que são numerosas, primeiro por causa das necessidades materiais, escândalos, mesmo até na Igreja. Pois “misericórdia significa, antes de tudo, curar as feridas” (Ib. 10.07.2013).

Outro ponto que o Papa nos insiste é de uma Igreja com portas abertas para acompanhar os que caem à beira do caminho por causa de desafios do mundo. Essa atitude de abertura, mostra a abertura da casa de Deus para os seus filhos e filhas. Abertura, sobretudo, aos que são feridos, aos pobres, aos doentes, aos desprezados e esquecidos pela sociedade (cf. Lc 14,14). Pois, “hoje e sempre, ‘os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho” (EG 48).

Sobre essas pessoas, queremos tocar especificamente, os que procuram os sacramentos, como o batismo. Sobretudo de pais divorciados ou dos que não receberam o sacramento de matrimónio e querem o batismo dos filhos. Não podemos negar-lhes o sacramento. Pois, uma vez um padre em Roma não queria batizar uma criança, porque os pais não eram casados, o Papa ficou indignado e ele mesmo batizou-a, e dizia que a Igreja deveria estar aberta para todos (cf. L. BOFF, p. 130).

Para abrir o nosso horizonte e em comunhão, precisamos de estudar todas essas exortações e como aplicá-las no nosso contexto concreto, sem ser muito rígidos e apegados a antigas tradições, que serviam numa era da história e hoje em dia, precisa de uma revisão. Que significa, precisa de audácia e também de prudência pastoral (cf. EG 47). Deste modo, podemos afastar as dúvidas dos nossos cristãos que ainda têm uma fé mais sociológica do que por convicção.

A Igreja é misericordiosa para todos sem exceção, mas como apontamos acima, ela tem amor preferencial pelos pobres e os excluídos da sociedade humana. Eles não nasceram pobres e não por causa da preguiça ou outros fatores pessoais ou da família. Pelo contrário, tornam-se pobres e vivem essa condição desumana, por causa das estruturas de injustiça entre as nações, povos e mesmo dentro do mesmo país, devido à injustiça e corrupção (cf. FABC, 2016, 4; 9; 12; MHT 121-124).

O primeiro passo que todos nós devemos fazer na nossa realidade, como membros da Igreja, é de viver uma vida simples, despojar de nós mesmos e aprender a conviver com os pobres e a tocar a carne de Cristo. Em seguida, na nossa missão profética, na defesa dos pobres usando políticas eficazes com as entidades responsáveis, para criar essa igualdade de dignidade e oportunidade entre todas as pessoas residentes no nosso território e na nossa Diocese (cf. MHT 212-214). Os seus direitos fundamentais, como ter trabalho que possa garantir-lhes uma vida digna, educação, saúde (cf. PAPA FRANCISCO, 31.03.2014; FABC, 2012, 29-30).

Em relação à missão profética, como tínhamos aludido que, a nossa Igreja, sobretudo, durante a ocupação da Indonésia, tinha lutado e denunciado os crimes e todas as atrocidades e abusos de direitos humanos que os militares e as outras entidades cometeram. Fomos acusados de colaborar com os guerrilheiros e muitos dos membros da Igreja sofreram e até alguns foram mortos, sobretudo no ano 1999, após o *referendum*. Mas tudo isto, era só para testemunhar que a Igreja não lavou às mãos e fechou os olhos perante aos abusos contra os fracos e inocentes que lutaram pelo seu direito para a auto-determinação (cf. BELO, 1996).

Neste contexto atual, a Igreja em Díli continua a exercer a sua missão profética na luta pelos bem e desenvolvimento integral do país (cf. MHT 27-28). Procura dar a sua contribuição quando há conflitos de interesses entre os políticos, não no ponto de vista técnico, que não é da sua competência (cf. DSI 68), mas está a favor de soluções que tenham em consideração de criar uma sociedade solidária e fraterna para um desenvolvimento humano integral no nosso país e na Diocese (cf. MHT 212).

Por outro lado, além de luzes que salientámos acima, não podemos fechar os olhos perante algumas sombras, em relação à algumas atitudes e comportamentos da hierarquia na Diocese que precisam de ser melhoradas. Como bater ou atitudes pouco edificantes perante aos nossos leigos. Tendo em consideração que, o sacramento de Ordem está em função do serviço ao Povo santo de Deus (cf. LG 18; 28; PO 3).

4.2. Uma evangelização enquanto processo

Em consideração com a realidade e os desafios que apontámos no capítulo primeiro, continuamos estabelecer algumas diretrizes que possam responder e orientar-nos na evangelização da nossa Diocese. De modo que, temos de ter em consideração os seis eixos no processo, como apresentaremos em seguida (cf. DAp 226). De uma Diocese que se evangeliza, por meio do encontro pessoal com Jesus Cristo, como essência do Evangelho, na oração, na sua Palavra, nos sacramentos e sobretudo na Eucaristia. Em seguida, ela sai como comunidade, Povo de Deus, para evangelizar através da Palavra de Deus, de formar pequenas comunidades ao serviço da vida integral da pessoa humana. Esses são elementos essenciais que a Igreja nos pede para termos em consideração na nossa missão de uma Igreja em saída missionária.

4.2.1. Encontro pessoal com Jesus Cristo e sua obra

A proposta do encontro pessoal com Jesus Cristo é atraído por Deus uno e Trino, que é amor e comunhão (cf. DAp 240). Ele inspira e orienta-nos para fazermos o nosso primeiro contato com Jesus Cristo através da fé, por meio do batismo (cf. Jo 1, 35-39), pois, Deus revela-se nele, como o caminho, a verdade e a vida (cf. Jo 14,6), como bom pastor que cuida das suas ovelhas (cf. Jo 10, 1ss). Um pai à espera do regresso do seu filho que se afastou da casa paterna (cf. Lc 15,11-32). Por fim, Cristo morreu no alto da cruz, como sinal de maior e misterioso amor de Deus para com a humanidade (cf. Jo 15, 13; ap. DAp 242).

Deste modo, o nosso encontro com Jesus Cristo é o início de uma vida nova. Ele indica-nos o caminho para podermos segui-lo, como tinha acontecido com os primeiros apóstolos, dado que, a sua pessoa era atraente, de modo que, foram seduzidos de segui-lo e ter experiência dele, como diz: “Vinde e vede” (Jo 1,39).

Jesus convidou-lhes para segui-lo e preparou-lhes por volta de três anos para anunciar o Reino de Deus. E a Igreja toda é convidada para continuar a missão iniciada por Jesus Cristo (cf. AG 5). Por isso, em seguida, Jesus vai indicar-nos os lugares propícios onde podemos ter encontro com ele (cf. DAp 243-245).

O início do nosso encontro com Jesus é na fé, através da água do batismo, graças à ação do Espírito Santo, como comunidade de irmãos e irmãs que se chama Igreja. Encontramos Jesus na leitura da Sagrada Escritura, como condição indispensável para aprofundarmos o nosso amor à Jesus Cristo. São Jerónimo dizia: “Com efeito, ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo”. Pois, ele realizou-se que o povo simples precisava de saber a Bíblia, e fazê-la como alimento para nutrir a sua fé, por isso, pelo seu empenho, traduziu a Sagrada Escritura em língua popular, que se chama “vulgata”, edição para o povo (cf. LEÃO, 06.09. 2014). Outro lugar de encontro é através de leitura, meditação e partilha da palavra de Deus, que se chama *Lectio divina*. Com esta leitura orante da Sagrada Escritura, conduz o crente para o encontro com Jesus, e deste modo cria comunhão com ele, que nos orienta para o Pai (cf. DAp 248-249).

O lugar privilegiado do encontro com Jesus é na liturgia, sobretudo, na santa missa, onde celebramos o mistério pascal de Jesus Cristo, como o sacramento de unidade e vínculo de caridade e banquete pascal (cf. SC 47) e é “fonte e ápice de toda a vida cristã” (LG 11). Desta sorte, Jesus conduz-nos para amarmos a Deus e ao próximo (cf. CCC 1324). Assim, a vida cristã centraliza-se na Eucaristia, como o mistério da morte e ressurreição do Senhor. Por conseguinte, a comunidade cristã proclama a sua morte e ressurreição até a sua segunda vinda, como aclamamos na missa, no fim da elevação.

Isto significa que, devemos proclamar Cristo por meio do testemunho da nossa vida, que ele ressuscitou e vive no meio de nós. Deste modo, fazemos a opção de anunciá-lo e de servirmos os nossos irmãos e irmãs mais últimos. Como são João diz: “Se alguém, possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavras nem de língua, mas por ações e em verdade” (1 Jo 3, 17-18).

Mesmo assim, vendo a nossa realidade, como tínhamos aludido que embora estatisticamente, podemos dizer que, somos católicos quase 100%, incluindo com os nossos irmãos de outras Igrejas. Contudo, há um grande desafio de vivermos como cristão convencidos da nossa fé, que expressamos na participação dos sacramentos e na sua projeção da vida profissional. Pelo contrário, como o bispo de Maliana, na sua homilia da festa de são Pedro e são Paulo, padroeiros do Seminário Maior em Fatumeta, Dili, fez estas perguntas e respostas: “quem faz a corrupção? São os católicos. Quem faz divórcio? São os católicos. Quem faz obras mal feitas? São os católicos” (29.06.2016).

Os bispos da Ásia, procuram colocar a Eucaristia como lugar central na vida pessoal e das comunidades dos fiéis asiáticos, quando estão reunidos em quaisquer atividades. Por conseguinte, ela torna-se a força e o motor da vida e sobretudo no empenho do dia a dia para a transformação da sociedade asiática. Deste modo, a Eucaristia, pode criar comunhão com Deus e com o próximo de quaisquer categorias, entre os membros da Igreja *ad intra* e ao mesmo tempo cria unidade com a humanidade e com o cosmos, na sua totalidade (cf. FABC, 2012, 16-19).

O tempo privilegiado para encontrarmos com Jesus na celebração da Eucaristia, é, sobretudo nos domingos, na mesa da Palavra e na mesa de comunhão (cf. SC 56). Além disso, no sacramento da reconciliação, onde o pecador se encontra com Jesus Cristo misericordioso, pronto para perdoar os seus pecados (cf. DAp 254). Nos momentos onde a comunidade de fiéis se reúne para elevar as suas preces à Deus (cf. SC 7). Numa comunidade com uma fé viva, onde reina verdadeiramente o amor fraterno, pois Cristo também diz : “ Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, alí estou eu no meio deles”(Mt 18,20).

Jesus Cristo está nos Pastores, que o representam (cf. Mt 10,40). Estão naqueles que sentem solidários com os seus irmãos e irmãs que sofrem e lutam pela justiça, pela paz, pelo bem comum, para criar uma fraternidade universal. Ele está também nos que sofrem, os aflitos e os enfermos (cf. Mt 25, 37-40).

Por isso, o atual Papa diz: “Todos os cristãos, em qualquer lugar e situação em que se encontrem, estão convidados a renovar hoje mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de procurá-Lo dia a dia sem cessar “(EG 3). Deste modo, os evangelizadores com espírito, de acordo com a *Evangelii Gaudium*, são aqueles que “rezam e trabalham” (cf. lb.262).

Se o cristão, enquanto discípulo de Cristo, cessa de ser um homem de oração, torna-se inútil para o mundo, porque se torna como sal insípido, bom para ser pisado pelos homens (cf. Mt 5,13). O problema da relação entre a oração e a ação pode reduzir-se a esta constatação: todo o autêntico agir nasce da oração e da vida contemplativa. Pois tudo o que é grande neste mundo provém do sacrifício e da oração (cf. PRONZADO, 2000,p. 221).

Segundo a nossa reflexão e a insistência de muitos evangelizadores que trabalharam com alegria, a sua vida era sintetizada nestas duas palavras do Papa, acima mencionadas. Em seguida, Francisco adiantou: “Sem momentos prolongados de adoração, de encontro orante com a Palavra, de diálogo sincero com o Senhor, as tarefas facilmente se esvaziam de significado, quebrantamo-nos com o cansaço e as dificuldades, e o ardor apaga-se “(EG 262). Pois, precisamos de uma espiritualidade que transforme o nosso coração para o aprofundamento da nossa fé para nos entregarmos totalmente ao Senhor e a sua missão evangelizadora, como servos inúteis, apenas para exercer a vontade do Senhor (cf. Mt 10, 24).

Graças à fé profunda e o amor ao Senhor, que nos amou primeiro, teremos uma atitude diferente quando servimos ou anunciamos o Evangelho. Não nos desfalecemos e desanimamos no meio de desafios e dificuldades, mas “ardorosa, alegre, generosa, ousada, cheia de amor até o fim e feita de vida contagiante” (lb.261), porque experimentamos o amor de Deus. E ele acrescentou: “Sei, porém, que nenhuma motivação será suficiente, se não arder nos corações o fogo do Espírito” (lb.), uma vez que estamos conscientes de nós mesmos, que somos apenas evangelizadores, servos e confiamos totalmente no Espírito Santo, como o autor e continuador da missão de Jesus Cristo.

Isso para dizer que, mesmo que tenhamos vocações e carismas diferentes, porém, um evangelizador, necessita de ter uma intimidade profunda com Deus, dando mais tempo e dedicação à oração, à meditação da Palavra de Deus, preparar e celebrar bem os sacramentos e outros meios espirituais (cf. BRIGHENTI, 2007, p.40-42). Caso contrário, ficamos vazios, apenas tendo a impressão de dar alguma coisa aos outros embora isso não passe duma ilusão. Ninguém pode dar aquilo que não possui (cf. PRONZADO, p. 115).

Portanto, a importância do encontro pessoal do evangelizador com Jesus Cristo pode-se realizar por meio de tantas vias, como falámos acima. É determinante para saborear a beleza do amor de Deus e isto, torna-se como motivo para podermos convidar os cristãos de saborear a mesma beleza através das suas experiências pessoais. Pois, nunca calamos perante uma bela experiência, como os pastores contaram as suas experiências depois de encontrarem-se com o menino Jesus em Belém (cf. Lc 2, 17-18).

4.2.2. Iniciação à vida cristã

A iniciação cristã que estamos debruçando é na perspectiva de formação permanente e integral da fé depois dos sacramentos de iniciação cristã, que compreendem o batismo, a primeira comunhão e o crisma. Ela é inspirada pela prática da Igreja nos primeiros séculos do cristianismo, que se chamava por “catecumenato” e depois foi abandonada, no período em que os imperadores converteram-se ao catolicismo e este tornou-se a religião oficial do império (cf. SÁES, 2004, p. 127). Mas com os desafios externos e internos da Igreja no mundo atual, foi restaurado no Vaticano II, que dava importância à uma visão integral da formação em que compreendem os aspetos: intelectual que é a doutrina, ao culto, a vida e a missão da Igreja no mundo (cf. CDG 63).

É relevante para a nossa Igreja, tendo em consideração à realidade do nosso contexto, pois como tínhamos focado no capítulo primeiro que, um dos desafios de criar dicotomia entre a fé e vida, geralmente, depois dos sacramentos de iniciação cristã, não há mais continuidade da formação da fé, bem planeada e sistemática dos cristãos para o aprofundamento da fé. Deste modo, sofremos as

suas consequências, visto que, somos cristãos mais de ordem sociológica do que por convicção pessoal.

Com o catolicismo que estamos vivendo e por outro lado, com o mundo plural e com as mudanças bruscas em todos os aspetos da vida humana, os bispos da Ásia têm especial atenção na capacitação de missionários leigos (Lay Empowerment), para uma continuidade de formação da fé (cf.FABC,10). A nossa Igreja também está pensando e planeando de reforçar todos os setores que estão diretamente envolvidos na pastoral, pondo à frente um “Vigário Episcopal para a Pastoral”, com o intuito de planear com os departamentos que ele tutela para a ação pastoral da Diocese. O nosso centro de atenção é de preparar evangelizadores leigos na sua formação, consoante aos Departamentos para uma Igreja em saída. Quer dizer, sair para as paróquias e preparar as seções de cada área, segundo os grupos categoriais para evangelizar as famílias, os jovens, e este último, sobretudo nas escolas (cf. PLANO DA DIOCESE, 2016).

Por isso, em consideração com o Diretório Geral da Catequese, que fala da catequese pós-batismal ou iniciação cristã (cf. DGC, 1997, 91), a nossa Diocese e em concreto, as paróquias e suas comunidades, estão esforçando-se para pôr em andamento a catequese da iniciação cristã, de acordo com o conceito do mesmo documento acima dito, embora não é fácil como tínhamos acenado anteriormente no capítulo primeiro.

Catecumenato batismal, como *processo formativo e verdadeira escola de fé*, oferece à catequese pós-batismal uma dinâmica e algumas notas qualificativas: a intensidade e a integridade da formação; o seu caráter gradual, com etapas definidas; a sua vinculação com ritos, símbolos e sinais, especialmente bíblicos e litúrgicos; a sua constante referência à comunidade cristã (Ib.).

A iniciação da vida cristã ou catequese pós-batismal começa-se com o *querigma*, e com base na Sagrada Escritura, em primeiro lugar os evangelhos (cf. Ib.94). Que significa, uma catequese cristocêntrico-trinitária (cf. Ib. 99), para um conhecimento da “Palavra de Deus, encarnada em Jesus de Nazaré, Filho da Virgem Maria, é a Palavra do Pai, que fala ao mundo por meio do seu Espírito” (Ib.). Com isso, os fiéis são guiados para o crescimento da fé, isto é, para uma contínua conversão, e em comunidade, podem viver os sacramentos e

testemunhá-los na vida familiar, social, política, económica (cf. EG 160-164; DAp 288-289).

O *kerigma* é o elemento central da formação da fé (cf. EG 165). Pois “nada há de mais sólido, mais profundo, mais seguro, mais consistente e mais sábio que este anúncio” (Ib.). A sua centralidade está na beleza do amor salvífico de Deus à humanidade por meio da pessoa de Jesus Cristo, como sua essência (cf. Ib. 36). É considerado como o primeiro anúncio em termos qualitativos, visto que é o anúncio “principal” (EG 164). Embora aquele que anuncia usa diferentes formas de acordo com a sua criatividade (cf. Ib.).

Em consonância com a hierarquia de valores, aquilo que acabámos de falar é central, porém, não podemos esquecer que a mensagem cristã tem outras dimensões (cf. DGC 114). Por isso, o Diretório Geral de Catequese fala também de outros aspetos da mensagem cristã, como os símbolos litúrgicos (cf. EG 166). O símbolo apostólico, como a “síntese e a chave de leitura de toda a Escritura e de toda a doutrina da Igreja, que se ordena hierarquicamente em torno dele” (DGC 114). Os sacramentos que nascem do mistério de Cristo (cf. Ib.). Os mandamentos que têm duas dimensões: amor à Deus e ao próximo, a moral que o próprio Jesus estabeleceu: “Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas “ (Mt 22,40). Formam a *Magna Carta* da vida cristã em que Jesus proclamou no Sermão da Montanha (cf. DGC Ib.) e o Pai Nosso, que resume a essência do Evangelho (cf. Ib.).

Em relação ao método para a formação da fé ou do anúncio, há muitos, contudo, para nós os asiáticos, precisamos de uma pedagogia apropriada segundo a nossa cultura para chegarmos à plena apropriação ao mistério. Preferimos os métodos narrativos (cf. EAs 20). No entanto, não pretendemos dar uma definição sobre o que é a narração, mas apenas damos uma ideia para termos uma compreensão geral e precisa.

A narração, no contexto de catequese para o aprofundamento da fé, é um dos modelos de comunicação que provoca um impacto evocativo e envolvimento forte nas pessoas que a escutam. É uma comunicação de experiência vivida daquele que conta com a intenção de suscitar a fé, de provocar a conversão ou

de aumentar a fé e vivê-la mais intensamente (cf. TONELLI et al., 1992, p. 160-164).

O santo Papa João Paulo II diz na sua exortação de *Ecclesia in Asia*: “O Sínodo recomendou que a catequese, etapa posterior ao anúncio, devia seguir uma pedagogia evocativa, usando narrações, parábolas e símbolos, tão característicos da metodologia asiática no campo do ensino “(EAs 20). De facto, a narração é uma exigência própria da cultura asiática como método e como transmissão da mensagem aos ouvintes. Contudo, falando da transmissão da mensagem evangélica, naturalmente, há algumas exigências que o transmissor deve ter em consideração para que esta possa provocar a conversão, aumentar a fé dos ouvintes e pô-la em prática na vida (cf. Ib).

Idealmente, a paróquia é o lugar privilegiado onde se pode implementar a catequese de iniciação cristã, de acordo com os grupos categoriais, como as crianças, jovens e famílias (cf. DAp 293). Mas para isso, pensamos que é muito importante o lugar da Conferência Episcopal de Timor-Leste, de unificar as forças para elaborar os materiais e serem disseminados para as Dioceses e às paróquias para a formação da fé dos cristãos. Pois, um dos problemas que estamos enfrentando são os materiais catequéticos.

De facto, há vários factores para que os cristãos enfrentassem a crise da fé que se mostra na vida, porém, um dos factores que os estudiosos ressaltaram que nos séculos anteriores ao Vaticano II, a Igreja tinha abandonado, a partir do século IV (cf. RODRIGO, 2004, p. 564-565), a catequese em que tinha atenção a estas duas etapas na sua formação: anúncio do Evangelho, que é Jesus Cristo e em seguida aplicação na vida prática, seguindo o modelo da catequese de Paulo (cf. 1Cor 3,10-11). Além disso, tinha acentuado demasiadamente o aspecto intelectual, de carácter dogmático, como tínhamos aludido, em relação à nossa realidade, por isso, como consequências, gerou esse dualismo de fé-vida e pior ainda, a maioria torna-se cristãos só de nome e alguns são apáticos (cf. RODRIGO, p. 571-572).

Felizmente, o Vaticano II, “proporcionou uma nova mentalidade, mais sensível à dimensão antropológica, experiencial, comunitária da catequese” (Ib., p.

572). E a catequese de hoje segue estas três dimensões, que são: a doutrina, a celebração e o compromisso da vida (cf. DGC 262 ap. CT 47), que podemos encontrar estruturadas logicamente no Catecismo da Igreja Católica.

4.2.3. Formação bíblico-pastoral

Um dos desafios que tínhamos focado na nossa pastoral, que é preciso de fazer uma renovação na nossa evangelização, sobretudo na área de catequese, segundo as diretivas do Vaticano II, pois a nossa catequese ainda é fortemente de caráter dogmático, como mencionámos, baseando no catecismo de Pio X. Deste modo, agora temos de repensar como Igreja de seguir as diretrizes atuais da Igreja, de uma catequese cristológico-trinitária, baseada na Sagrada Escritura (cf. DV 25). Pois, como acabámos de ver e *Dei Verbum* assinala que Deus fala aos seus fiéis através do Evangelho na Igreja e pela Igreja e no mundo, com o intuito de introduzir os crentes na verdade plena. Assim, a Palavra de Cristo possa habitar nela (cf. VD 51 ap. DV 8). Isto significa que, a “Constituição *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II, sublinha a importância fundamental da Sagrada Escritura na vida da Igreja” (DGC 127).

Desta maneira, a nossa Igreja em Díli precisa de fazer mudanças no conteúdo e métodos de catequese para fundamentar-se na Palavra de Deus em toda a sua vida e suas atividades pastorais (cf. VD 51). Pois, ela herdou aquilo que os antecessores tinham deixado e esta herança tem um impacto universal, de maneira que, aquilo que a Igreja universal sofreu, dando menos importância a Bíblia, mesmo até ao período do Vaticano II, nós também sofreremos as mesmas consequências.

O Papa Bento XVI convidou a Igreja para ter uma atenção particular, na pastoral, em relação à Palavra de Deus, para que ela apareça como o lugar central na vida da Igreja. Por conseguinte, dando como ponto central a “animação bíblica da pastoral inteira” (VD 73). Consequentemente, os fiéis terão maior conhecimento da Sagrada Escritura, isto é, a pessoa de Jesus Cristo (cf. Ib.). E também é bom para a defesa e justificação da sua fé e do conhecimento verdadeiro da Palavra de Deus, pois, alguns movimentos não católicos de caráter

pentecostal que procuram divulgar interpretações deformadas e instrumentalizadas da Sagrada Escritura (cf. Ib.).

Atendendo a realidade concreta dos nossos fiéis, a primeira coisa que devemos fazer é encorajar todas as famílias de possuir a Bíblia, se não for completa, pelo menos, o mínimo é o Novo Testamento, que temos em *tétum*. Depois guiá-las para abrir, ler e com o andar do tempo podemos entrar no estudo e na meditação da Palavra de Deus. Para isso, antes de tudo, há uma necessidade de preparar uma equipa, como a nossa Diocese está fazendo.

Na nossa Diocese, o plano pastoral durante os anos 2017-2018, é a Sagrada Escritura com o tema: "Tinam Sagrada Escritura: Moris ba Bíblia, Iha Bíblia, Ho Bíblia no Husi Bíblia" (Ano da Sagrada Escritura: viver para a Bíblia, na Bíblia, com a Bíblia e da Bíblia) para as famílias. Metodologicamente, o primeiro passo que se fez, era a preparação dos formadores, que vinham de todas as paróquias da Diocese, durante dez dias e esse encontro realizou-se semestralmente. Em seguida, difundir o estudo e a meditação da Bíblia através de certames nas escolas, conferência sobre a Bíblia e *Lectio Divina*³⁹ nos grupos categoriais e nas comunidades no interno das paróquias. No dia 07.11.2017, foram reunidos para fazer a avaliação e relataram que os cristãos estavam animados e tinham boas impressões no estudo da Sagrada Escritura, porque ajudava-lhes para ter conhecimento da Palavra de Deus e a vivê-la. Deste modo, decidiu-se de fazer a extensão de pastoral bíblica até ao ano 2018.

Em concreto, para que a pastoral bíblica seja efetiva, a Diocese precisa organizar uma equipa à nível diocesana de fazer planos de formação e sair para as paróquias para dar formação à equipa das paróquias ou quase-paróquias existentes. Em seguida chamam os animadores das comunidades ou outros

³⁹A *Lectio Divina* é latim para "leitura divina", "leitura espiritual" ou "leitura santa" e representa um método de oração e leitura bíblica que tem a intenção de promover a comunhão com Deus e fornecer discernimentos espirituais especiais. Os princípios da *Lectio Divina* foram expressos por volta do ano 220 e posteriormente praticados por monges católicos, especialmente as regras monásticas dos Santos Pacômio, Agostinho, Basílio e Bento. Há muitos métodos: uns são mais complexos e outros são mais simples, de acordo com os seus interlocutores. Contudo, de forma geral seguem o seguinte esquema: *lectio*, *meditatio*, *oratio* e *contemplatio* (cf. ARTOLA & CARO, 1996, p.393-405).

membros existentes nas respetivas comunidades e dar-lhes a formação bíblica para que em seguida possam animar os cristãos nas comunidades. Além disso, seria necessário de acompanhamentos até os animadores tornarem-se maduros. A pastoral bíblica pode-se fazer nas famílias, nos momentos de retiros, em pequenos grupos ou comunidades consoante os planos das paróquias e das comunidades, nas escolas e universidades, sobretudo através de formação da fé (cf. VD 73; CNBB 2012-2015, 94-95).

De certeza, sem negarmos a enorme importância e o lugar da Sagrada Escritura na liturgia, pois, nela que a Igreja busca aquilo que é necessário para ajudar os fiéis alimentar a sua fé (cf. SC 24). Visto que, nela que ela busca as leituras, para a homilia e os salmos para cantar (cf. Ib.). E através da Palavra de Deus, o Espírito Santo unifica e aprofunda a fé do Povo de Deus, e ao mesmo tempo suscita nele as diversidades de dons e carismas, como riqueza para o bem da Igreja e da sociedade (cf. VD 52).

Por isso, o Papa Bento XVI diz também que, “na liturgia é o lugar privilegiado para a proclamação, escuta e celebração da Palavra de Deus, é igualmente verdade que este encontro deve ser preparado nos corações dos fiéis e sobretudo por eles aprofundado e assimilado” (VD 72). Deste modo, há uma necessidade para que as comunidades aprofundassem a sua fé e o seu amor à Palavra de Deus, através da leitura orante e da sua meditação, que se chama *Lectio Divina*, como nos recorda a *Verbum Domini* (cf. Ib.), citando a vida dos santos que se alimentaram e enamoraram-se com a Palavra de Deus e esta conduziu-os para à santidade (cf. Ib.).

Em relação ao lugar central da Bíblia na vida e na missão da Igreja, os Padres Sinodais da Ásia “assinalaram de forma particular a importância da palavra de Deus na transmissão da mensagem de salvação aos povos da Ásia, porque neste Continente a palavra é muito importante para a salvaguarda e comunicação da experiência religiosa “(EAs 22). Eles querem fazer da Sagrada Escritura como a base de todo o anúncio missionário, de catequese, pregação e da vida espiritual. Por isso, realizam cursos bíblicos de caráter pastoral para o laicado. Estudos programados para os seminaristas, o clero e os religiosos. E

além disso, segundo o documento que, o estilo narrativo da maior parte da Bíblia tem afinidades com os textos religiosos próprios da Ásia (cf. EAs 22).

Os Padres do deserto fizeram da Bíblia como uma escola da vida, pois o objetivo de ler a Bíblia é para vivê-la. Obviamente, para vivê-la, era preciso de conhecê-la. Eles conheceram-na através da proclamação na assembleia litúrgica e por vezes decoravam algumas frases para poderem vivê-las. Porque naquele tempo, as Escrituras eram escritas em papiros e não eram tão fácil como é hoje em dia (cf. VEILLEUW, 07. 11.1995). Deste modo, os monges compreenderam a importância da escuta da Palavra de Deus para a transformação da vida. Por conseguinte, a *Lectio Divina*, ocupou um lugar central na sua vida. Pois, com esse alimento, o monge tinha forças para viver no deserto, como Elias foi capaz de caminhar no deserto durante quarenta dias e quarenta noites, até chegar ao monte indicado por Deus, graças ao alimento fornecido pelo anjo do Senhor (cf. 1Rs 19, 1-8).

4.2.4. Uma Igreja comunidade de comunidades

O problema fundamental que ainda estamos enfrentando na Diocese de Díli, que as paróquias têm áreas grandes e os cristãos vivem espalhados e não se conhecem uns aos outros, por isso, embora os documentos da Igreja que tratam da paróquia dá ênfase não nas estruturas, territórios ou os edifícios. Mas é o lugar onde se “reúnem a família de Deus, em fraternidade animada por um mesmo espírito “(ChL 26 ap. LG 28). É “uma casa de família, fraterna e acolhedora” (ChL ap. CT 67). Mesmo assim, na nossa realidade, a paróquia é formada de massa anónima de pessoas, de maneira que, há uma necessidade de formar pequenas comunidades no interno dela para que os cristãos que fazem parte delas sentem verdadeiramente o espírito da Igreja (cf. At 2,42-47), embora nós orientais temos laços de solidariedade mais vastos e fortes.

Os fiéis vivem em comunhão, num território concreto, liderado pelo pároco, que representa o bispo diocesano (cf. SC 42), reunidos em torno do sacramento da Eucaristia, como o sacramento de unidade e vínculo de caridade (cf. SC 47), pois recebem o mesmo Corpo e o mesmo Sangue de Jesus Cristo (cf. Ib.). É uma comunidade teológica, pois, o vínculo de comunhão e da unidade é Deus e com

toda a Igreja, em concreto numa paróquia (cf. ChL 26). É uma comunhão orgânica, porque, há diversidades de dons e carismas, porém estão unidos (cf. lb.). Por conseguinte, o motivo principal de formar a paróquia é a fé em Deus que é a comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo e a comunhão concreta entre os irmãos e irmãs resididos no mesmo território, sem ser um grupo exclusivo, para viver e anunciar o Evangelho de acordo com a força e o carisma de cada um e uma (cf. ChL 27).

A *Ecclesia in Asia*, descreve a paróquia como lugar onde os fiéis se reúnem para crescer na fé, viver o mistério da comunhão eclesial e tomar parte na missão da Igreja. Por isso, os Padres Sinodais insistem de inventar meios eficazes para apascentarem os fiéis e sobretudo, os pobres possam sentir verdadeiramente parte integrante da paróquia e como Povo de Deus. Além disso, vêem a importância de planear e de promover os leigos para que possam tornar-se verdadeiramente agentes missionários nas pequenas comunidades. Neste contexto, eles sublinham a grande importância da Comunidade Eclesial de Base (CEB), como meio eficaz para promover a comunhão e a participação nas Dioceses, paróquias e comunidades, como autênticas forças de evangelização (cf. EAs 25).

Estes grupos pequenos ajudam o fiel a viver em comunidades de fé, oração e amizade semelhantes às dos primeiros cristãos (cf. Act 2, 44-47; 4, 32-35). Visam ajudar os seus membros a viverem o Evangelho com espírito de amor e serviço fraterno, sendo por isso mesmo um sólido ponto de partida para construir uma nova sociedade, expressão de uma civilização do amor(lb.).

Consequentemente, um dos “sinais dos tempos” para a Igreja da Ásia são os movimentos de renovação de carácter laical⁴⁰, como frutos do Vaticano II. Os Padres Sinodais reconhecem a sua contribuição, para a construção da comunhão, através dos estudos da Sagrada Escritura, dos sacramentos e outros meios para o aprofundamento da fé dos fiéis. São famílias que se dedicam à evangelização fundando movimentos de carácter laical sob a formação,

⁴⁰Segundo a nossa experiência, um casal que veio de Filipinas, do movimento laical de carácter pentecostal, chamado *Couple for Christ*, que entrou em Díli há alguns anos e conseguiu formar casais, jovens. E esse grupo concentra-se no estudo e meditação da Palavra de Deus e está ganhando terreno. E além disso, há um outro grupo que veio da Indonésia chamado THS/THM (Num só coração com Jesus e Maria), etc.

acompanhamento e o estímulo dos pastores, de maneira que, eles ficam bem integrados na vida e na missão da paróquia (cf. EAs 25). Eles são as vanguardas da evangelização, na vida social, política, económica e cultural nos lugares onde habitam e trabalham (cf. FABC, 10). Além disso, a Comunidade Eclesial de Base é muito forte e floresce com uma orientação centrada na Palavra de Deus e de carácter participativa (cf. Ib. 19).

Apesar de todos os esforços e sucessos que apresentámos acima, quase há dois anos atrás, os bispos da Ásia expressaram a sua preocupação da falta de liberdade religiosa em muitas partes da Ásia, porque algumas famílias foram perseguidas e obrigadas de abandonar o seu lugar e outras massacradas. Assim sendo, os cristãos viviam em constante medo, numa situação de insegurança e tensão por causa de leis anti-cristãs, sinal de que não estavam abertos ao pluralismo religioso (cf. Ib. 8). Por outro lado, com a globalização, novas tecnologias, *mass media* e consumismo, os cristãos estão experimentando a mudança de paradigma sobre os valores cristãos, por isso, começam a existir tensões no interno das famílias e por vezes terminam-se com o divórcio (cf. Ib. 14-15).

Em relação às pequenas comunidades ou Comunidade Eclesial de Base (CEB), na nossa Diocese, durante o tempo da ocupação da Indonésia era muito difícil de formar, porque, quaisquer organizações novas que apareciam, eram desconfiados pelos militares indonésios, como movimentos contra à Indonésia. Mas, em algumas paróquias conseguiram formá-la. E depois da independência estabeleceu-se em todas as paróquias. Um número reduzido de paróquias estão florescendo essas Comunidades, porém, a maioria está estagnada. Segundo a nossa avaliação, que não houve um acompanhamento sistemático em termos de avaliação e formação contínua pelo Departamento responsável. Outro fator muito determinante, é que faltou a preparação e o envolvimento dos párocos no processo, porque, na medida que os párocos não dinamizam as atividades nas suas respetivas paróquias, pouco a pouco as iniciativas começam a murchar-se e morrem sem darmos conta delas.

Para nós, formar e viver em pequenas comunidades, não temos problemas, pois para os asiáticos damos muita importância à vida social e

vivemos em família alargada, como diz também a *Ecclesia in Asia* (cf. 46). O sentimento de solidariedade e de mútua ajuda são espontâneos. A questão fundamental é de formar as pequenas comunidades ou Comunidade Eclesial de Base e dar-lhe o espírito cristão. Outro passo é de acompanhamento através de avaliação permanente e formação até tornarem-se maduras. Pois tínhamos algumas experiências na Indonésia, mesmo nas grandes cidades, que o espírito e o fervor da Comunidade Primitiva estão presentes nelas. (cf. PARÓQUIA SÃO JOÃO BOSCO, 2015).

Evidentemente, no nosso contexto em Díli, à nível da Diocese, segundo a nossa proposta, é de planear e de reestruturar as Comunidades Eclesiais de Base que já foram estabelecidas, através da preparação, do envolvimento dos párocos e de formação contínua aos responsáveis das comunidades e avaliação até tornarem-se fortes. Consequentemente, já podem viver segundo o espírito da Igreja Nascente (cf. At 2,42-47). Pela nossa experiência, os pequenos grupos são muito importantes para a mútua ajuda e além disso, reúnem-se para as celebrações de sacramentos e convívios para reforçar o laço de amizade e fraternidade entre os membros. Nas coordenações e nos envoltimentos nas atividades tanto no interno da comunidade como na paróquia (cf. SOARES, 2014, p. 25).

Além disso, para uma Igreja de comunidade de comunidades, há uma necessidade do envolvimento de todo o Povo de Deus, com diferentes carismas, ministérios e serviços para o bom funcionamento de comunidades. Além de leigos que aludimos acima, abrir maior espaço para os religiosos e religiosas de tomarem parte ativa na missão evangelizadora, embora com modalidade diverso que os leigos, como os seus vanguardas, pois eles nunca ficam permanente num lugar (cf. DAp 211; CNBB 2012-2015, 104).

Há necessidade de formar, pôr em funcionamento e acompanhar as comissões existentes, grupos categoriais, conselhos e assembleias pastorais no âmbito pastoral. Criar e dinamizar o conselho administrativo e financeiro, tanto à nível paroquial, como nas pequenas comunidades, os ministros extraordinários de comunhão e catequistas, sob o acompanhamento do pároco ou do seu delegado. Para isso, no processo de planificação pastoral, é preciso o envolvimento de

todos os agentes responsáveis, para que possam estar à par de todo o processo, do seu envolvimento até a sua avaliação (cf. Ib.).

Articular a evangelização através de uma pastoral orgânica e de conjunto, como um dos desafios que tínhamos focado no capítulo primeiro, para que os fiéis possam sentir o sentido da comunhão entre os diversos ministérios e carismas e por outro lado, para evitar a competição negativa entre pessoas responsáveis nos diferentes setores de pastoral e o seu contra-testemunho. Por isso, o planeamento que acabámos de mencionar é um instrumento muito importante e válido para superar conflitos e além disso, em comunhão na diversidade de campos de ação, possam alcançar o objetivo comum traçado (cf. Ib.).

4.2.5. Compromisso missionário de toda a comunidade eclesial

O sujeito da evangelização é Igreja toda, como parte do Povo de Deus, é o antítese de uma Igreja predominantemente de carácter clerical, que acenámos nos capítulo primeiro, de acordo com as exigências do Vaticano II e os documentos atuais da Igreja, graças ao sacramento do batismo (cf. LG 12). Consequentemente, vendo os desafios da Igreja, incluindo a nossa Diocese, os fiéis leigos, pela vocação, são pessoas certas, tendo em consideração que eles procuram o “Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG 31). Pois como diz: as “novas situações, tanto eclesiais como sociais, económicas, políticas e culturais, reclamam hoje, com uma força toda particular, a ação dos fiéis leigos” (ChL 3).

Por isso, hoje em dia, a Igreja em Ásia está dando grande importância à promoção dos leigos e sobretudo às famílias, com o intuito de criar unidade entre as famílias e ao mesmo tempo de tornarem-se evangelizadoras. Quando falamos de família, compreende-se o marido, a mulher e os filhos. Como os bispos relatam que eles fazem parte dos movimentos como atesta:

Lay movements Encounter Movement, Catholic Family Movement, Retrouvaille, Couples for Christ, Focolare Movement, movements dedicated to single parents and the like. They promote spirituality in marriage and family and are outstanding collaborators in Family Ministry dedicated to the sacrament and the life of marriage, and related to issues, such as Marriage (FABC, 2016, 29).

Essas famílias desenvolvem uma espiritualidade centrada na presença de Jesus na Eucaristia, sinal de união das famílias com Deus, que é comunhão e comunhão entre os membros da família nuclear e com outras famílias. E o seu modelo é a família de Nazaré e está aberta para todas as famílias, sobretudo as mais necessitadas.

Contudo, como estamos a tratar de comunidade à nível paroquial, por isso, queremos ser concretos, em confronto com a nossa realidade, para podermos ser realistas. Assim, podemos dividir os membros da comunidade eclesial na perspectiva missionária em dois grupos: O primeiro, é a maioria dos cristãos, que são as famílias que recebem uma certa formação para aprofundar a sua fé e testemunhá-la na vida familiar, social, política e cultural. Para esse grupo, a sua missão principal é de tornar-se o sal da terra e luz do mundo na sua respetiva família e na vida profissional (cf. Mt 5,13-16; Lc 14,34-35). De criar um ambiente familiar que é saudável onde reina o amor, a paciência, o diálogo, de inculcar os valores humanos e cristãos aos filhos (cf. MHT 179-181), como a primeira escola, inclusive a escola da fé (cf. AL 274-276; MHT 178). Criar boas relações e boa cooperação com outros membros de famílias e vizinhos (cf. MHT 179). Podemos dizer que, esse grupo torna-se missionário especificamente através do seu testemunho como cristãos, na educação dos filhos e no meio em que vive. Mesmo assim, como tínhamos focado, precisamos de melhorar sempre, visto que, aquilo que acabámos de tocar ainda é mínima, sobretudo de criar unidade entre fé-vida.

E o segundo grupo, são aquelas famílias que entram nos grupos categoriais e movimentos eclesiais. Pessoas que são mais convencidas da sua fé e têm uma certa preparação intelectual e têm melhor preparação doutrinal e pastoral. Prestam serviços nos Departamentos da Diocese para a pastoral bíblica, familiar, juvenil. Na nossa Diocese estão surgindo leigos comprometidos que fazem esta obra de missão e sem receber qualquer remuneração. Pois, eles seguem as preparações para se capacitarem e além disso, saem para comunicar a sua fé aos outros, conforme a área de pastoral que estão incluídos (cf. SOARES, 2014, p. 26).

Contudo, considerando o nosso contexto, o problema fundamental que ainda estamos enfrentando, sobretudo, nas paróquias remotas, é a falta de pessoal preparada intelectualmente para poderem envolver-se na evangelização. As pessoas que ajudam nessa missão, são geralmente os catequistas, mesmo assim, elas podem trabalhar segundo as suas possibilidades, porque não têm uma boa preparação. Os que têm cursos para assumir essa responsabilidade, como a Diocese e as paróquias não podem garantir-lhes um bom salário, por isso, preferem trabalhar no governo ou noutros lugares onde têm um bom vencimento (cf. EG 81; SOARES, 2014, p. 27).

Outro problema que estamos enfrentando é à disponibilidade das pessoas para à evangelização ou de saída para uma Igreja missionária, devido à dicotomia entre fé-vida dos que têm preparação intelectual. O testemunho da vida não lhes ajuda para serem missionários aos seus irmãos (cf.MHT 194). Segundo a nossa cultura, as pessoas não expressam o seu medo, mas elas são relutantes de fazer parte nas atividades de caráter pastoral por causa da vida pessoal.

O terceiro problema é a indisponibilidade das pessoas para se oferecerem a essa missão, como Francisco diz: “Quando mais precisamos de um dinamismo missionário que leve sal e luz ao mundo, muitos leigos temem que alguém os convide a realizar alguma tarefa apostólica e procuram fugir de qualquer compromisso que lhes possa roubar o tempo livre” (EG 81).

Por isso, em confronto com à nossa realidade, o compromisso missionário de toda a comunidade é um ideal que devemos esforçarmo-nos para alcançarmos o maior número possível dos nossos leigos. Primeiro, com o número reduzido de leigos que acabámos de falar, em mútua cooperação, vamos aprofundando a fé da maioria dos fiéis para que possa integrar a fé na vida. Em seguida, com o andar do tempo, vão surgindo novos missionários, deste modo, o número vai crescendo, para o desenvolvimento do Reino de Deus na nossa Igreja. Pois, na Conferência dos Bispos da Ásia, eles insistem de dar uma atenção especial à evangelização das famílias. Elas são evangelizadas e ao mesmo tempo são enviadas para evangelizar (cf.FABC, 2012, 22). Nós confiamos no Espírito Santo (cf. EG 280). “Mas essa confiança generosa tem de ser alimentada, e para isso

precisamos invocá-lo constantemente. Ele pode nos curar de tudo o que nos faz esmorecer no compromisso missionário” (Ib.).

4.2.6. Ao serviço da vida plena para todos

Em várias formas, como tínhamos aludido que a Igreja de Dili tinha contribuído para a defesa e promoção da dignidade humana e atualmente não está de braços cruzados, contudo, ela continua a trabalhar pelo respeito da dignidade da pessoa humana, sobretudo, dos pobres e abandonados (EAs 32). Esta área é uma das prioridades da sua missão evangelizadora, uma vez que, a maioria da nossa população ainda é pobre.

Consciente da missão integral da Igreja, como tínhamos visto nos capítulos anteriores e além disso, ela não só põe a sua atenção e cuidado aos cristãos e sobretudo aos católicos, mas como ensina o Vaticano II, que ela está ao serviço da pessoa humana (cf. GS 2). Por isso que, nos momentos de crise, nós estamos sempre abertos para receber a todos e em concreto, nas nossas escolas, estamos também abertos para acolher os filhos de outras confissões religiosas, uma vez que batem à nossa porta. Não fazemos discriminações, porém temos atenção e cuidado a todos os homens e mulheres sem distinção, procurando construir uma civilização de amor, fundada sobre os valores da paz, justiça, solidariedade, liberdade e encontrar a sua plenitude em Jesus Cristo (cf. GS 1; 10).

Como passos concretos, na nossa Diocese, há Departamentos Sociais que estão tutelados por um Vigário Episcopal para a Pastoral Social. Esses Departamentos são a *Caritas* com várias seções, como a saúde e nesta ainda há o HIV/SIDA, tuberculose, a agricultura e a pecuária. O segundo é a Justiça e Paz, na defesa dos direitos humanos e sobretudo das propriedades da terra e na educação cívica. O Departamento da Educação, que é uma área muito grande, porque englobam muitas escolas católicas. E especificamente no nosso país, temos um Departamento que monitoriza as eleições e a sede encontra-se em Dili.

Assim podemos ver que, a *Conferência Episcopal Timorese* (CET), no seu documento para comemorar os 500 anos da missão de Timor,

apresenta uma visão que toca todos aspetos da vida humana como: a vida nascente e o aborto. Fala do planeamento familiar, sobretudo propondo o método natural, pois as famílias timorenses têm filhos numerosos (MHT 182). Pornografia, como fruto da globalização e *mass media*, que, naturalmente, trazem coisas boas, mas ao mesmo tempo trazem meios que corrompem a moral das pessoas (cf. lb. 184-186).

Além disso, em relação a globalização, a Igreja está insistindo para que não haja marginalização das pessoas. De maneira que, da parte dos dirigentes, profissionais católicos e *mass media* poderiam pôr pressão aos “governos e as instituições de finanças e de comércio para que reconheçam e respeitem tais normas” (EAs 39).

Outro aspeto é a proteção do meio ambiente como um bem de todos. De maneira que, exige responsabilidade de todos os cidadãos de cuidá-lo, considerando que, ele não é apenas uma questão técnica, mas, sobretudo, é uma questão ética. Isto significa que, não é a riqueza de um grupo de pessoas, nem tão pouco de usá-lo irresponsavelmente, mas pensar no bem comum de todos agora e para as gerações vindouras (cf. lb.). Infelizmente, nestes últimos anos estão surgindo desastres naturais, como o tufão, erosão, secos prolongados, “El Niño e La Niña” (FABC 2016,13). Como consequências, agricultura e casas são destruídas. Milhares de famílias são obrigadas de deslocarem-se para os lugares mais seguros. Deste modo, gera a pobreza (cf.lb.).

Especificamente na nossa Diocese, em relação aos nossos irmãos cristãos de outras Igrejas e os muçulmanos, não temos diálogos à nível alto, entre os dirigentes e académico, contudo, há uma boa relação e cooperação à nível prática. Pois, para nós, a diferença de crença e religião não é motivo para nos separarmos uns dos outros, considerando que o laço familiar entre nós é muito forte e é o mais importante (cf. MHT 203).

Um das áreas que merece a nossa atenção é a educação cívica para os jovens sobre os seus direitos e obrigações. E nesta área, como tocámos acima, além da Comissão Justiça e Paz, há outro Departamento específico que foi estabelecido no ano de 2008, para a educação cívica dos jovens, como

preparações para as eleições, sobretudo nas áreas rurais. Assim, os jovens têm critérios de escolhas durante as eleições e de evitar violências, respeitando o direito e a liberdade de outros cidadãos. Além disso, monitorizar as eleições, que se chama: “Observação da Igreja Para Assuntos Sociais” (OIPAS).

Na perspectiva da Igreja e da Diocese, uma das áreas que precisamos de pôr em consideração é de planear ao longo prazo, para formar, acompanhar e encorajar os leigos, para serem cidadãos e cristãos honestos. Desta sorte, podem participar ativamente e dar a sua contribuição na vida política, social, económica, cultural para o bem da nação, de acordo com os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, de pensar o bem comum de todos os cidadãos (cf. DSI 166-167). Assim, tornam-se protagonistas na luta para que haja justiça, solidariedade, sobretudo, com os que são mais necessitados. Em relação aos nossos leigos católicos, precisamos de tempo, planos bem pensados para prepará-los e recursos, porque até agora temos dificuldades de encontrar leigos verdadeiramente convencidos com uma fé integral.

Outro aspeto a considerar é a importância de preparar pensadores leigos que possam marcar a sua presença ativa no mundo universitário, na vida política e na comunicação social, pois esses lugares são os novos areópagos de hoje em dia (cf. RMI 37). Deste modo, dão a sua contribuição para a evangelização da Igreja. Além disso, prestam também as suas contribuições à hierarquia da Igreja em matérias relevantes que toca o país (cf. CNBB, 94, no.115-117).

Por conseguinte, como falámos no capítulo primeiro que, a nossa Igreja está dando a sua contribuição ao máximo para o desenvolvimento integral do povo timorense em todos os setores da vida, consoante a sua capacidade. Assim, todos os anos, o governo está ajudando todas as religiões existentes no país e a quantidade da verba está de acordo com a proporção dos fiéis, como diz a nossa Constituição: “O Estado promove a cooperação com as diferentes confissões religiosas, que contribuem para o bem-estar do povo de Timor-Leste” (Const.art.12&2).

4.3. A comunhão dos discípulos missionários da Igreja em Dili

A comunhão que estamos tratando cá, está relacionada com a realidade e desafios da Diocese de Díli, que compreendem os lugares como, a Diocese, as paróquias, as comunidades eclesiais de base e a nossa Conferência Episcopal. Além disso, tratamos brevemente de comunhão interna entre os membros da Igreja com diferentes vocações, como o bispo, os presbíteros, os diáconos permanentes, os fiéis leigos e os religiosos.

Como tínhamos debruçado no capítulo segundo que, o fundamento da comunhão está em um só Deus, que é comunhão de três pessoas Pai, Filho e Espírito Santo. Têm missões distintas, contudo são complementares (cf. LG 4). De modo que, a Igreja, como Povo de Deus, pelo batismo, cria este laço de comunhão com Deus por meio de Jesus Cristo no Espírito Santo (cf. Ib.) e a comunhão entre os batizados. Assim, ela não pode ser entendida como uma organização social, contudo, é o sacramento da salvação da humanidade. “A Igreja não pode ser entendida meramente como uma organização social([...]). Apesar de incluir nela homens e mulheres pecadores, a Igreja deve ser vista como o lugar privilegiado de encontro entre Deus e o homem” (EAs 24), onde Deus quer realizar o seu plano de salvação à humanidade (cf. Ib.). Por conseguinte, “a primeira finalidade da Igreja é ser o sacramento da união íntima da pessoa humana com Deus “(Ib.).

Uma das exigências da comunhão em Cristo é frutificar, como diz Jesus: “Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto” (Jo 15,5). Pois a comunhão com Cristo faz crescer a comunhão dos cristãos entre si e como consequência, gera também a comunhão com outras religiões e com à humanidade. “Neste sentido, comunhão e missão estão inseparavelmente ligadas entre si. Compenetram-se e integram-se mutuamente, ao ponto de a comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão “(EAs 24 ap. ChL 32).

4.3.1. Lugares eclesiais para a comunhão

Em seguida, veremos os lugares eclesiais para a comunhão que são: a Diocese, como o lugar privilegiado e esta encontra a sua forma concreta nas

nossas paróquias, que são formadas de pequenas comunidades que se chama Comunidade Eclesial de Base (CEB). Além disso, a Conferência Episcopal é comunhão e coordenação entre as três Dioceses existentes no nosso país para o bem pastoral dos fiéis do nosso território (cf. CD 38,1; CIC 447).

4.3.1.1. A Diocese, Igreja Local

A Igreja particular ou Diocese é uma porção do Povo de Deus espalhada num território, com a sua fisionomia própria, devido às diversidades de raças e culturas, que são riquezas da Igreja universal, pois com isso, cada Igreja particular contribui com os seus dons próprios para o bem de toda as Igrejas particulares (cf. LG 23). E sendo uma porção da Igreja universal, contribui também para o seu bem (cf. Ib.). Além disso, essa pluralidade de Igrejas locais convergem-se para a unidade, como sinal da manifestação mais clara da “catolicidade da indivisa Igreja” (LG 23; DAp 166). De modo que, a “Igreja universal encarna-se de facto nas Igrejas particulares; e estas são constituídas por tal ou tal porção da humanidade em concreto” (EN 62). Por isso, ela é totalmente Igreja, mas não é a Igreja toda (cf. LG 22).

Isto significa que, Deus não salva as pessoas individualmente, contudo como um povo que “O conhecesse na verdade e O servisse santamente” (LG 9; cf. DAp 164), através da Palavra de Deus, nas celebrações dos sacramentos, especificamente à Eucaristia. De modo que, os cristãos católicos, como Povo de Deus, são reunidos em comunhão numa Igreja particular que se chama Diocese e em concreto a de Dili. E esta “é porção do Povo de Deus, que é confiada a um Bispo para que a apascentasse com a colaboração do presbitério ([...]) reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia([...]) na qual está e opera a Igreja de Cristo, uma, santa católica e apostólica” (CD 11). Deste modo, é muito importante de estabelecer boas relações entre o bispo e os sacerdotes, num vínculo de unidade e de caridade e como consequência, a pastoral torna-se mais fecunda na Diocese (cf. Ib.28).

Há muitas maneiras de criar comunhão entre o presbitério com o seu bispo, contudo o fundamento deve ser na Palavra de Deus e na mesa eucarística (cf. NOCENT,1985, p. 296-299). Porque, são meios essenciais para criar

comunhão com Deus e motivam-nos para fazermos constante renovação para criarmos comunhão entre nós (cf. FABC 2012, 20). Assim, tornamo-nos dóceis ao convite de Cristo e deixamo-nos de ser guiados e enviados pelo Espírito Santo para sair e anunciar o Reino de Deus (cf. Ib.).

Além de criar comunhão com o presbitério, na perspectiva de pastoral, o mais importante é criar unidade e ter comum visão entre todas as paróquias com a Diocese, como Igreja local, para uma pastoral de conjunto e orgânica, seguindo o mesmo plano pastoral da Diocese. Embora, a sua articulação depende das realidades concretas de cada paróquia. Isto supõe-se que, no plano pastoral da Diocese, todo o presbitério deveria tomar parte, sobretudo os párocos, nossa em todo o processo, deste modo, cada paróquia executa o plano pastoral da Igreja particular e além disso, como sinal de unidade e comunhão de todas as paróquias com a Diocese e com o bispo.

Por outro lado, tratando da Igreja de comunhão com diversidades de ministérios e carismas, sobretudo de desenvolver melhor o laicado, cabe a nossa Igreja particular, a responsabilidade de desenvolvê-lo, isto é, além de enquadrá-lo nos diferentes departamentos da Diocese, como tem feito, precisamos de bons planos pastorais, em concreto, nas paróquias para que maior número de leigos possam ter formação e tornarem-se protagonistas nas diferentes atividades. (cf. ChL 25). Pois, eles participam na missão de Cristo não por serem leigos, mas, o facto de pertencerem ao Povo de Deus (cf. COMBLIN, p.44). Por isso, pensamos que o Conselho Pastoral diocesano é muito importante para desenvolver os leigos, deste modo, podem dar a sua contribuição para a pastoral (cf. ChL.Ib.).

Em relação à Exortação do Papa para uma Igreja em saída missionária, esta está dirigida a todas as Igrejas particulares do mundo inteiro, porque como apontámos que, a *Evangelii Gaudium* foi o resultado dos estudos e reflexões dos bispos no Sínodo de 2012. Embora, como anotámos também que não é exclusivo (cf. EG 16). Deste modo, a nossa Igreja particular está convidada para fazer a sua renovação, visto que, os desafios de hoje nos despertam para repensarmos uma evangelização que possa dar respostas certas aos nossos desafios concretos, embora somos uma porção pequena de todo o Povo de Deus.

Uma Igreja em saída missionária, que evite guerra entre o clero, os religiosos e os leigos envolvidos na missão evangelizadora nas paróquias (cf. EG 98-101), pois, como consequência, gera contratemunho aos fiéis simples, porque pregamos a caridade, o perdão, etc. De modo que, temos de estar sempre conscientes que estamos trabalhando para o mesmo objetivo que é o Reino de Deus, na nossa Igreja particular, de acordo com diferentes ministérios e carismas. O diálogo é a melhor via para resolver as diferenças. Mas a raiz desse mal é a inveja e ciúmes (cf. Ib. 98). Por conseguinte, o diabo não está nos outros, mas está no coração das pessoas que não sabem valorizar as diferenças como um bem (cf. GRÚN, 1994, p.25-30). Obviamente, o Papa Francisco convida também a nossa Diocese para que unidos, procuramos fazer o nosso “discernimento, purificação e reforma” (EG 30).

Finalmente, devemos apresentar uma Igreja em saída, com um coração de mãe que cuide e sobretudo de ter paciência de tolerar agressões com atitudes, palavras ou violências físicas, tratando os fiéis como objetos para ventilar os nossos desejos não realizados ou estresse. Pois, o problema fundamental da nossa impaciência é o nosso idealismo de sonhar que todas as pessoas sejam perfeitas, deste modo, são manipuladas para fazer a nossa vontade, que na verdade somos todos humanos (cf. AL 92). “Se não cultivamos a paciência, sempre acharemos desculpas para responder com ira, acabando por nos tornarmos pessoas que não sabem conviver, antissociais incapazes de dominar os impulsos” (Ib.). Por isso, o apóstolo dos gentios exorta-nos: “Toda a amargura e exaltação e cólera, e toda a palavra pesada e injuriosa, assim como toda a malícia, sejam afastadas de entre vós” (Ef 4, 31).

4.3.1.2. A paróquia, comunidade de comunidades

Como já tínhamos debruçamos acima que, a essência da paróquia não está nas estruturas ou outros meios, contudo, está no espírito de comunhão de pessoas que se reúnem, como família de Deus. É comunidade eucarística e é orgânica (cf. ChL 27). Pois nela podemos encontrar diversidades de pessoas e com diversidades de ministérios e carismas (cf. AA 10). Naturalmente a maior porção do Povo de Deus são os leigos. A paróquia é a expressão mais visível da

Igreja universal (cf. ChL 26). É presidida por um pastor que faz às vezes do bispo e ela representa a Igreja visível, estabelecida por toda a terra (cf. SC 42).

A paróquia, pode ser entendida só a partir da Diocese, isto é, da Igreja local e em termos eclesiológicos é a “célula” (Ib.) da Diocese. E em termos canónicos é uma subdivisão da Diocese erguida pelo bispo diocesano para o bem pastoral dos cristãos. Como a paróquia é uma porção da Diocese, de maneira que, ela está sempre pronta para cooperar com as iniciativas missionárias e apostólicas da Diocese, quando é solicitada (cf. Ib.).

Na Diocese de Díli, a primeira preocupação é de dividir as paróquias já existentes, tendo em consideração que atualmente as áreas são vastas. Esse esforço de dividir em pequenos territórios é para melhor servir os fiéis, no ponto de vista de educação da fé, na celebração dos sacramentos, melhor organização e coordenação de diferentes ministérios e carismas para a missão da Igreja (cf. DAp 171). De facto, a Diocese está fazendo esse esforço para que os cristãos não possam privar-se dos sacramentos, especificamente da Eucaristia aos domingos e dias festivos. Além disso, com os desafios que a Igreja está enfrentando, os cristãos poderiam ser ajudados no estudo e da meditação de Sagrada Escritura para aprofundar a sua fé e o seu empenho na vida (cf. FABC 2012, 10).

Os bispos da Ásia também dão ênfase na centralidade da Eucaristia, como mencionámos acima. Ela é força para todos os fiéis, desta maneira, possam sair para anunciar o Evangelho e edificar a Igreja de tornar-se sólida no meio de desafios de hoje. Assim, os fiéis podem sair para testemunhar a sua fé num pluralismo de religiões, como diz:

Undoubtedly, Eucharistic communion is first of all our communion of love with the Triune God. The Johannine biblical texts (see Jn 15:10; 1 Jn 2:24; 3:24) on love and abiding in the Lord Jesus, in the Father and in the Holy Spirit (see Jn 14:16-17), speak of divine indwelling in the one who loves God and obeys God's commands” (FABC 2012, 20).

A paróquia é o lugar privilegiado para celebrar os sacramentos, como o Batismo, a Confirmação, a Penitência, a Unção dos Doentes, o sacramento de Ordem e o Matrimónio (cf. DAp 175). Por outra parte, nalgumas paróquias nossas, geralmente, nos tempos fortes, como o Advento e a Quaresma, há preparações

especiais, como o retiro e as confissões dos cristãos como preparações para as duas grandes festas (cf. SOARES, 2014, p. 29). A paróquia deve ser uma casa onde cuida dos seus membros, de modo especial, os que precisam de ajuda. Mas segundo a nossa cultura, com a família alargada⁴¹, em princípio, as famílias ajudam-se mutuamente. Há certos casos em que a paróquia também ajuda.

Além disso, é o lugar próprio onde se prepara os seus leigos e leigas para o apostolado ou à evangelização. Como diz que, a “eficácia do apostolado só se pode alcançar com uma formação multiforme e integral “(cf. AA 28). A fraqueza dos párocos, sobretudo na nossa Diocese, é que muitas vezes lamentam-se que os seus leigos não estão preparados e não cooperam com eles. Mas não fazem exame de consciência sobre as causas principais.

O problema que, de forma geral, em muitas paróquias, não há esforços para prepararem os leigos de tornarem-se agentes pastorais, tanto no interno da paróquia em si, como nos centros pastorais e comunidades, por isso, aos domingos, os cristãos não têm a Eucaristia. Além disso, os que foram batizados não podem ter uma continuidade da formação da fé, visto que, numa paróquia está só o pároco e não tem tempo para as celebrações dos sacramentos, a catequese, etc. (cf. AA 10). Precisamos, verdadeiramente, de viver e atuar como Igreja, fazer a conversão, de uma mentalidade centralizada para a comunhão, em que exige diálogo e abertura para a participação comunitária da missão da Igreja (cf. ChL 27).

Na maioria dos países da Ásia, os seus habitantes são plurais em termos da religião e mesmo em muitas paróquias não é fácil de viver como cristãos, porque há grupos extremistas que os ameaçam, de modo que, vivem em constante medo e instabilidade, como os bispos declararam: “The virtue and spiritual gift of prudence urges families to seek safety and refuge from mortal danger. The Spirit-given virtue of courage calls families not to fear but always trust

⁴¹ Para nós os timorenses, falando de família não é só composta de pai, mãe e filhos, mas os avós, sobrinhos e outros tantos que residem na mesma casa. Além disso, primos, primas, tios e tias que têm relação de parentesco com o marido e a mulher.

in the Lord. Vulnerability is part and parcel of missionary discipleship – to be lambs in the midst of predators “(FABC 2012, 27).

Em relação aos irmãos que vivem nos territórios paroquiais onde enfrentam muitas dificuldades, eles anunciam Jesus Cristo, o salvador do mundo, através do seu testemunho da vida como fermentos, como ovelhas no meio de lobos, pois eles mostram o valor do Evangelho através da solidariedade, de compaixão para os que sofrem, visto que, Ásia é um continente que está continuamente sofrendo os desastres naturais, como o terramoto e o vulcão. Não faltam as intervenções da Igreja católica. Como o caso das expulsão de uma minoria de raça, de Mianmar e está a refugiar-se em Bangladesh (cf. CARITAS INTERNATIONALE, 30.11.2017). Além disso, seu testemunho na vida social, política, cultural, como verdadeiros sal da terra e luz do mundo. Por isso que na *Ecclesia in Asia*, o santo Papa João II deixa-lhes grande apreciação (cf. EAs 4).

Portanto, com os desafios que estamos enfrentando, há uma necessidade de reformular as estruturas das paróquias para que, em primeiro lugar, os seus membros sintam verdadeiramente como comunidades onde haja comunhão de irmãos e irmãs da mesma fé e que possam fazer condivisão entre eles, reunidos para as celebrações da Palavra de Deus e dos sacramentos, especificamente à Eucaristia (cf. At 2, 46-47). Em segundo lugar, como consequência da comunhão, todos os membros tornam-se verdadeiramente discípulos missionários de Jesus Cristo, alimentados pela palavra de Deus e da Eucaristia (cf. DAp 172).

4.3.1.3. As comunidades eclesiais de base

As Comunidades Eclesiais de Base são pequenas comunidades que nascem “no interior da Igreja, e são solidários com a vida da mesma Igreja e alimentadas pela doutrina e conservam-se unidas aos seus pastores” (EN 58). Por isso, na maior parte dos países da Ásia, as Igrejas particulares estão desenvolvendo as CEBs, porque são verdadeiramente comunidades em que expressam o espírito da Igreja Primitiva, onde a comunhão e condivisão entre os membros são fortes. De maneira que, não se tornam membros e famílias anónimos na comunidade e na comunhão com Deus. São formadas de famílias que vivem umas perto das outras, sem considerar a sua origem, raça, língua,

economia e outros fatores. São uma riqueza e força para a Igreja e sua evangelização, vendo que, as Comunidades Eclesiais de Base respondem às exigências pastorais das Igrejas da Ásia (cf. BAGIYOWINDI, 2008). Deste modo, como diz a *Evangelii nuntiandi*, elas nascem para responder as necessidades da Igreja, segundo o espírito da Igreja Primitiva (cf. EN 58).

A segunda característica, da Comunidade Eclesial é a convivência da Palavra de Deus, que eles chamam por “sharing”. Porque, ela há-de orientar os membros dos grupos de fiéis para escutá-la, refletir e aprofundar a sua fé para que possam vivê-la e testemunhá-la na vida diária, na família e na vida profissional. A terceira característica, é de pôr em ação concreta aquilo que refletiram e internalizaram na vida, através de ajuda mútua quando um membro encontra dificuldades ou morte e de ajudar os mais necessitados da comunidade. Pois, a fé sem obras é morta, como diz a epístola de Tiago.

Meus irmãos, se alguém disser que tem fé, mas não tem obras, que lhe aproveitará isso? Acaso a fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser: ‘Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos’, e não lhes der o necessário para a sua manutenção, que proveito haverá nisso? Assim também a fé, se não tiver obras, será morta em seu isolamento” (Tg 2, 14-17).

Além da solidariedade tangível entre os membros, todavia, esta comunhão orienta-lhes para a missão evangelizadora (cf. EAs 25). Por isso que, “os Padres Sinodais sublinharam o valor das Comunidades Eclesiais de Base, como meio eficaz para promover a comunhão e a participação nas paróquias e dioceses, e como uma autêntica força de evangelização” (Ib.).

A quarta característica das Comunidades Eclesiais de Base, que estas têm de estar ligadas com a paróquia, como a videira com os seus ramos (cf. Jo 15). Isto significa que, estão unidas à paróquia e ao pároco e sob o seu guia, pois de vez em quando o pároco ou o seu vigário, se houver, vai lá para participar nos encontros de partilha da Palavra de Deus ou na celebração do sacramento da Eucaristia. “Vivem intensamente a vida da Igreja” (EN 58). De maneira que, não são grupos ou comunidades paralelos, porém, vivem em comunhão com os seus pastores (cf. Ib.). Por isso, é muito importante o lugar do pároco ou seus

delegados de acompanhá-las e de dar-lhes formação. Nos lugares onde não há celebração da Eucaristia aos domingos, sob a proposta do pároco ao bispo, o primeiro instala uma ou duas pessoas para presidir a liturgia da Palavra e distribuir a comunhão aos fiéis (cf. Ib.; ChL 26).

Como diz a *Evangelii nuntiandi* que nalgumas regiões, de facto, formam comunidades de base, contudo com um espírito de crítica em relação à Igreja e sobretudo, à hierarquia, especificamente, as comunidades carismáticas, que são inspiradas somente pelo Evangelho (cf. EN 58). Surgem tudo isso, por causa da falta de formação e acompanhamento contínua. Visto que, falando no contexto da paróquia, o pároco ou se tiver alguém que acompanhe essas comunidades, de certeza, não haveriam de criar comunidades paralelas no interno da paróquia e na Igreja local.

Para que os leigos sejam verdadeiramente protagonistas da evangelização, segundo as diretrizes da FABC, é preciso de uma formação integral e contínua aos leigos, tendo em consideração as vastas áreas pastorais, contudo, falta de assistência pastoral. No acompanhamento e formação da fé dos fiéis, por meio de estudos e meditação da Palavra de Deus e na assistência do sacramento da Eucaristia, principalmente aos domingos e dias de preceitos, devido à falta de sacerdotes (cf. EAs 25; FABC, 2012; 2016).

Portanto, em relação à Comunidade Eclesial de Base, é uma força para as paróquias e é uma grande vitalidade para a nossa Igreja particular, na medida que os pastores, com humildade sejam abertos na preparação e acompanhamento dos seus agentes. Desta forma, juntamente com os grupos e movimentos eclesiais existentes nas paróquias, podem dar a sua grande contribuição em termos pastorais para a vitalidade e florescimento das paróquias, como comunidade de comunidades para o bem da Igreja particular (cf. DAp 179). Embora na prática, é um desafio, que exige planos bem pensados, paciência, constância no acompanhamento.

4.3.1.4. Conferência Episcopal

A Conferência Episcopal é uma espécie de assembleia em que os bispos duma nação ou de um determinado território exercem conjuntamente certas

funções pastorais em favor dos fiéis do seu território (CD 38,1). O Direito Canônico atesta que, os que fazem parte, são todos os bispos diocesanos do território, bispos coadjutores, auxiliares e os bispos titulares que exercem algum cargo especial em favor da Sé Apostólica ou pela Conferência dos bispos e mesmo bispos convidados de outros ritos (cf. CD 38,2; CIC 450). No entanto, nas circunstâncias especiais, os bispos de várias nações, podem formar uma só Conferência Episcopal mediante o consentimento da Sé apostólica (cf. CD 38,5). Além disso, pode-se criar uma boa relação de comunhão e cooperação entre as diversas Conferências para um bem maior das Igrejas particulares (cf. Ib).

Os bispos expressam a sua colegialidade ou comunhão com o bispo de Roma, como cabeça da Igreja e fundamento da unidade visível da Igreja universal (cf. LG 23) e ao mesmo tempo criam comunhão entre os bispos nas Igrejas particulares, em concreto num país ou região, onde eles se encontram periodicamente, de acordo com os seus planos para refletir os problemas que tocam diretamente o seu múnus pastoral ou problemas que afligem o país ou a região (cf. CD 37; DAp 181).

Assim, para crescer na fraternidade e na corresponsabilidade pastoral entre as Igrejas locais, os bispos devem sentir a importância de comunhão entre os bispos dum país ou dum região. Por conseguinte, podem aumentar o espírito de colegialidade com todos os bispos do mundo inteiro em comunhão com o Romano Pontífice, como sua cabeça e sucessor de Pedro e os demais bispos, sucessores dos apóstolos (cf. LG 22; DAp 181).

Concretamente, em relação aos problemas pastorais, os bispos têm esse esforço de mútuo apoio sobretudo no campo de pastoral para à troca de agentes pastorais. Por exemplo, numa Diocese onde há escassez de sacerdotes, os que têm a mais podem ajudá-la. Ou convidar um perito dum Diocese para dar formação noutra. Não só isso, mas também no ponto de vista económico. As Dioceses que têm mais recursos financeiros ajudam as que têm menos. Como a

Conferência dos bispos da Indonésia estão fazendo entre eles (KWI)⁴². Ou com a nossa *Conferência Episcopal Timorese* (CET), onde reúnem forças para erigir o Seminário Maior e também o corpo docente do Instituto de Filosofia e Teologia.

Por outro lado, o território do nosso país é pequeno, de modo que, por enquanto só temos três Dioceses, assim, a burocracia entre os membros da Conferência não é tão complexa, como acontece nos países com territórios grandes com dezenas e até centenas de Dioceses. Os nossos bispos, geralmente, reúnem-se trimestralmente para falar e discutir assuntos que têm relações com a Igreja e a pastoral e outros assuntos que tocam à nação.

Finalmente, acabámos de ver a comunhão a partir das comunidades Eclesiais de Base, como o núcleo menor onde marca a presença da Igreja. Depois, a paróquia, como expressão da comunhão visível da Igreja particular. A Diocese é a expressão da comunhão das paróquias existentes no seu território e ao mesmo tempo como existência e manifestação da Igreja universal (cf. LG 23). Por fim, vimos a comunhão das Igrejas particulares numa religião em termos das necessidades pastorais. Toda essa comunhão é a expressão ou o testemunho da comunhão do Povo de Deus com a Santíssima Trindade e a comunhão entre os seus membros, como atesta: “Assim a Igreja toda aparece como ‘um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo’” (cf. LG 4).

4.3.2. Discípulos-missionários com vocações específicas

Graças ao sacramento de batismo, todos os fiéis, como Povo de Deus, assumem a missão de se tornarem discípulos-missionários, segundo os ensinamentos do Vaticano II (cf. LG 12). Como já tínhamos visto, por isso, para evitar as repetições desnecessárias, enumeramos-los e em seguida focar alguns pontos importantes nas perspectivas de comunhão e participação de evangelização, como veremos:

⁴²Konferensi Waligereja Indonesia (KWI). É o nome em língua Indonésia atribuída à Conferência Episcopal dos bispos católicos do país.

Primeiro, é o bispo como cabeça e centro de unidade de todo o Povo de Deus na sua Igreja particular, sobretudo com os seus colaboradores diretos que são os sacerdotes (cf. LG 27; CD 16). Ele é o servidor do Povo de Deus para aprofundar a sua fé baseando nos seus três múnus (cf. LG 25-27; CD 12-16), com o intuito de alcançar a sua própria santidade e a santidade dos seus fiéis (cf. CD 15).

Os presbíteros são cooperadores diretos do bispo e com o seu bispo foram um presbitério ao serviço do Povo de Deus (cf. LG 28; PO 12). A sua identidade deve ser vista na dimensão pneumatológica, cristológica e eclesiológica. Isto significa que, ela é derivada da participação do Sacerdócio de Cristo, pelo qual, o ordenado torna-se na Igreja e para Igreja, imagem real e viva de Cristo Sacerdote. Através da consagração, o sacerdote recebe um poder espiritual, guiado pelo Espírito Santo, que está sempre presente e guia a Igreja ao longo dos tempos.⁴³ “ Ele é servo de Cristo para ser, a partir dele, por ele e com ele servo dos homens, sobretudo ao serviço da comunidade “(Ib.,5). É por isso, há uma exigência para que o sacerdote possa fazer a sua formação permanente nesses quatro aspetos: humana, intelectual, pastoral e espiritual para que esteja em dia, como atesta *Pastores Dabo Vobis* (cf. PDV 72; ap. DAp 194).

O outro missionário é o diácono permanente, que foi restaurado pelo Vaticano II, por razões históricas e pastorais, devido à escassez de sacerdotes ou são muito sobrecarregados com tantas funções ministeriais, isto é, por causa das necessidades pastorais. Em princípio, é uma pessoa casada, de modo que ela recebe os sacramentos de Matrimónio e Ordem (cf. LG 29).

O seu ministério está sintetizado nos três múnus: diaconia da liturgia, da palavra e da caridade (cf. LG 29 ap. DC 22). Tem estatuto jurídico: é incardinado numa Igreja particular (cf. DC 2). Faz parte do corpo dos diáconos na fraternidade sacramental, “mediante os laços de caridade, de oração, de obediência ao bispo e zelo ministerial e colaboração “(Ib. 6). Promete obediência ao bispo e cria relação de comunhão com os sacerdotes e com os fiéis (cf. Ib. 8ss). Não participa nas

⁴³ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero, Pastor e guia da vcomunidade paroquia*, 2002, n. 2.

organizações de caráter civil e tem remuneração para si e para a família (cf. Ib. 16). Chamado para realizar sua santidade mediante à realização da sua missão. Tem formação antes de receber o diaconado e formação permanente (cf. DC 82).

Os fiéis leigos estão incorporados em Cristo pelo batismo, foram o Povo de Deus e participam, a seu modo na função profética, sacerdotal e real de Cristo e exercem as suas funções na Igreja e no mundo (cf. AA 2), “procurando o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus”(LG 31).

Os leigos, por serem mais expostos ao mundo, de sorte que, eles enfrentam muitos desafios na vida para testemunharem a sua fé e de edificar o Reino de Deus nas realidades onde vivem e trabalham. Por isso, é importantíssimo o seu acompanhamento e formação contínua da fé, por outros irmãos leigos e pelos párocos, para que eles não percam na sua caminhada, pois a sua união com Deus é imprescindível (cf. ChL 57). Assim, estão sempre conscientes de si e equilibram as duas dimensões da vida, como diz Jesus: “quem permanece em Mim e Eu nele, dá muito fruto”(Jo 15,5). Além disso, acompanhar os casais que se divorciam por vários motivos e têm a segunda união. Tendo em consideração que eles são cristãos, fazem parte da Igreja e têm filhos que precisam de serem educados nos valores cristãos (cf. AL 241-246).

A vida consagrada é um dom peculiar de Deus à Igreja (cf. LG 43). Consiste no seguimento de Jesus Cristo, professando publicamente os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência, como sinal concreto da sua comunhão com Cristo e à sua missão, consoante o carisma de cada instituto (cf. PC 7-10). Assim, os religiosos tornam-se mais livres das preocupações terrenas e como sinal da manifestação do anúncio do Reino de Deus e ao mesmo tempo imitando Jesus Cristo, o Filho de Deus que se esvaziou e fez homem (cf. LG 44; PC 12-14; VC 21). Vivem em comum, criam comunhão com os seus Pastores (cf. LG 45), com os fiéis leigos, como membros do Povo de Deus e unidos, trabalham e lutam para um mundo onde haja maior justiça, fraternidade, respeitando a dignidade da pessoa humana, pensando no bem comum de cada um e uma e de todos (cf. DAp 217).

Considerações finais

Acabámos de apresentar algumas diretrizes como linhas de orientação para a nossa ação pastoral de acordo com as exigências da Igreja e da nossa Diocese em Díli. Deste modo, para pôr em ação essas diretrizes, precisamos de uma reforma compreensiva para pensarmos na missão evangelizadora e de colocar Jesus Cristo, como a sua essência, para não perdemos de vista o elemento central, como o seu conteúdo. Por outro lado, mostrar a atitude do bom pastor na nossa missão evangelizadora, através da nossa paciência, carinho e misericórdia com os nossos fiéis e sobretudo com os últimos, são as melhores vias da evangelização (cf. EG 25. E temos que usar linguagens próprias da nossa gente, como interlocutores concretos para anunciar, deste modo, ela pode captar o seu conteúdo.

Para isso, é preciso ter alegria, ânimo e esperança, mediante aos desafios, como diz Francisco, que precisamos de “rezar e trabalhar” (EG 262), e ele continuou: “nem os discursos e ações sociais e pastorais sem uma espiritualidade que transforme o coração([...]). É preciso cultivar sempre um espaço interior que dê sentido cristão ao compromisso e atividade” (Ib.). Deste modo, unidos em comunidade, Povo de Deus, procuramos evangelizar, contudo, sem esquecermos o fundamento da nossa doação e missão evangelizadora.

Por outro lado, a missão de evangelização não é confiada à indivíduos isolados, mas a toda a Igreja, em concreto, à nossa Diocese. Desta sorte, todos nós devemos sentir que o bispo diocesano é o centro de comunhão da Igreja particular e a sua realização concreta é nas paróquias, onde se reúnem as pequenas comunidades. Mediante à comunhão de diversidades de ministérios e carismas, que o Espírito Santo nos concedeu, podemos edificar e frutificar a sua Igreja e ao mesmo tempo de trabalhar para que a nossa gente e os nossos fiéis possam tornar-se mais humanos e mais convencidos com a sua fé.

Finalmente, temos de estar unidos, numa Igreja sinodal, para trabalharmos juntos com o intuito de desenvolver o nosso país e a nossa Diocese, pois a base da comunhão em Deus é Jesus Cristo que se incarnou para reunir todos os filhos dispersos tornando-se unidos.

CAPÍTULO V PAUTAS PARA UM PROCESSO DE REPROJEÇÃO DE EVANGELIZAÇÃO NA DIOCESE DE DÍLI

No Sínodo Diocesano que tinha ocorrido no dia 8 à 11 de novembro de 2011, em Dili, participaram 348 membros e eram compostos de sacerdotes, religiosos e leigos. Este último era a maior porção do Povo de Deus, como está apresentado no rodapé⁴⁴. Os leigos vieram de todas as paróquias, quase-paróquias e escolas católicas da Diocese. Isso para confirmar aquilo que o documento mencionou por duas vezes sobre o “Povo de Deus” (cf. SÍNODO DIOCESANO: RESOLUÇÕES, p. 2 -3).

Sem atender todo o processo do Sínodo, o conceito de comunhão dos membros da Igreja particular em Dili, como Povo de Deus, refletia no Sínodo Diocesano, como expressão de sinodalidade, isto é, na beleza de “caminhar juntos” entre os fiéis no interno da Diocese. Era verdadeiramente um sinal positivo essa caminhada. Porém, pelas nossas observações já vários anos, durante as reuniões à nível da Diocese, de facto, estavam presentes grande número de leigos, sobretudo, os agentes pastorais à nível diocesana e paroquial. No entanto, a maioria deles não participava ativamente no processo de discussões. Isto é, tornava-se bom ouvinte no processo e ficava calada. Por outra parte, em relação ao Sínodo que passaram já oito anos, conseguimos entrevistar alguns leigos que estavam presentes, eles afirmaram àquilo que acabámos de mencionar acima.

Por outro lado, analisando o resultado do documento do Sínodo que acabámos de mencionar acima, não é um documento de planeamento participativo, segundo àquilo que tencionamos expor, que é sinodal, mas era mais um “Planeamento estratégico Pastoral”. Isto é, a iniciativa veio de cima para baixo e que queriam promover a unidade e uniformidade nas áreas que aludiremos e nota-se muito claro no Documento. Além disso, na sua introdução não elaborou como foi o processo antes de chegar ao Sínodo, embora foi

⁴⁴ Estavam presentes no Sínodo 348 membros, em que registaram 237 homens (68%) e 111 mulheres (32%). Constituídos por 70 presbíteros (20%). 73 religiosos (21%) e 215 leigos (59%). Os leigos eram provenientes de 27 paróquias e quase-paróquias e 77 escolas católicas (Cf. Documento Final do Sínodo Diocesano: Resoluções, 07.01.2012).

mencionado que houve uma Comissão Preparatória para prepará-lo (cf.Ib., 2011, p. 2). E segundo a nossa análise, é mais uma “Programação Pastoral” que toca as áreas como: Liturgia, Escolas Católicas, Professores e Alunos, Pastoral na Paróquia. E nestas áreas estão mencionadas, os seus objetivos, objetivos específicos, programas, actividades, responsáveis, calendarização, beneficiários e resultados.⁴⁵

De modo que, neste último capítulo do nosso trabalho, queremos propor algumas pautas para um processo de reprojção de evangelização na nossa Diocese de Dili, através dum plano de carácter participativo ou sinodal, de acordo com a eclesiologia do Povo de Deus, que tínhamos refletivo, sobretudo, nos capítulos segundo e terceiro, como ideias, tendo em consideração à nossa realidade, que tínhamos tratado no capítulo primeiro. Desta maneira, podemos melhorar a nossa comunhão em geral e de modo especial com os nossos agentes pastorais, para que a nossa Igreja possa tornar-se verdadeiramente uma Igreja sinodal onde participamos mais ativamente na missão evangelizadora da nossa Igreja particular, a partir do processo de planificação, execução e avaliação, que se pode refletir à nível da Diocese, paróquias e pequenas comunidades.

Naturalmente, o modelo de um planeamento pastoral participativo tem os seus pontos fortes, porém, tem também os limites. Este exige tempo, qualidades de recursos humanos, meios económicos e muita paciência entre os participantes no seu processo. Além disso, há uma necessidade de processo de conversão de uma mentalidade tradicional, que é centralizada para uma mentalidade de corresponsabilidade para à missão, sobretudo para um planeamento de carácter participativo (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 8), de respeitar as ideias de outros participantes. Por outro lado, temos de estar convencidos que o Espírito Santo está continuamente a atuar na Igreja e no mundo, no processo de transformação do coração e da mente das pessoas, de modo que, é muito importante ter uma atitude de humildade e de escuta à voz do Espírito (cf. Ib., p.8). Conscientes que estamos trabalhando para o Reino de Deus.

⁴⁵ Cf. Plano Estratégico Pastoral da Diocese de Dili para 2012-2015, p. 25-47.

As ciências sociais sugerem-nos que o planeamento participativo, onde democraticamente, as pessoas podem expressar-se livremente, em que há maior envolvimento dos interlocutores no processo, será melhor e mais eficaz e haverá grandes sucessos no processo da sua implementação (cf. GORDON, 1977, p.41-42).

Mesmo assim, admitimos que, cada método, por mais sofisticado que seja, todavia, tem as suas vantagens e desvantagens. E, em relação ao nosso contexto real, o problema principal não está no método em si, mas nas disponibilidades de recursos humanos e financeiros. Por isso que, antes de começarmos com o planeamento, seria melhor preparar as pessoas, tanto à nível individual, comunitária e institucional. Estabelecer os grupos de coordenação, definir as propostas do planeamento participativo e a metodologia utilizada.

Por fim, para que o planeamento participativo não seja um conceito abstrato, os agentes precisam conhecer bem a realidade em geral e a realidade eclesial e pastoral e como enquadrar a realidade sociocultural e política na perspectiva teológica e por fim, as linhas operacionais e a avaliação. De facto, o planeamento de pastoral de carácter participativo, nasceu de ciências sociais, como sua base e tinham sido aplicadas na planificação pastoral. Como metodologia, ambos têm o mesmo objetivo, de envolver maior número de pessoas no processo da planificação. Desta maneira, elas sentirão responsáveis no processo de implementação (cf. *ib.*, p. 4).

5.1. Para uma Igreja sinodal, o Povo de Deus como sujeito

Sínodo é uma palavra antiga e tem a mesma idade da Igreja. Vendo o desenvolvimento histórico, desde o início, a Igreja é marcada pelos sínodos e que tem um significado muito profundo na Revelação. Que significa, o caminho percorrido conjuntamente pelo Povo de Deus e o Senhor Jesus que se apresenta como “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,16), que significa, seguir a “Via” (cf. At 9,2; 19,9; 22,4; 24,14. 22). O Povo de Deus se apresenta como os discípulos da caminhada (cf. COMMISSIONE TEOLOGICA, INTERNAZIONALE = CTI, 2018, 3). E nos primórdios da Igreja, o termo tinha um significado específico, isto é, de

reuniões da assembleia eclesial à nível paroquial, diocesana, provincial, regional e universal (cf. CTI 4).

Deste modo, como tínhamos abordado no capítulo primeiro, um dos desafios que a nossa Diocese ainda está enfrentando, é a prática de uma pastoral onde acentua demasiadamente a centralização do poder, que é o clericalismo. De modo que, ainda está distante dos ensinamentos do Vaticano II, de uma Igreja sinodal. Consequentemente, gera uma pastoral de conservação, embora como tínhamos dito, de forma geral, está em transição. Por isso, precisamos de esforços e sobretudo da conversão de coração e de mentalidade para conformarmo-nos com o espírito do Vaticano II, que é o Povo de Deus.

Em consideração à eclesiologia do Povo de Deus do Vaticano II, onde todos os batizados, por vocação, tomam parte ativa na missão de Jesus Cristo para construir o Reino de Deus, com o binómio de comunidade, devemos orientar-nos para uma Igreja sinodal. Deste modo, todos são sujeitos e todos contribuem para que a missão evangelizadora da nossa Igreja seja sentida em todas as camadas dos nossos fiéis da nossa Igreja local. Em concreto, a partir das pequenas comunidades, como a Comunidade Eclesial de Base, as paróquias e à Diocese, uma vez que falamos do nosso contexto eclesial de Díli. De modo que, em seguida, veremos alguns pontos salientes que tratam de uma Igreja sinodal e que focaremos mais detalhadamente.

5.1.1. Numa Igreja Povo de Deus, todos são sujeitos

A Igreja, Povo de Deus, é um novo paradigma, próprio do Vaticano II, como acenámos nos capítulos segundo e terceiro deste nosso estudo e reflexão, visto que, ela dá ênfase sobre a dignidade e missão comum de todos os batizados (cf. CTI 6). Com isso, naturalmente, todos os cristãos, sem distinção alguma, pela vocação, como consequência do batismo, são chamados para serem casa espiritual e participam na missão de Cristo, primeiramente, através do seu testemunho de uma vida credível e em seguida de anunciar o Cristo ressuscitado (cf. LG 10).

Consequentemente, no processo de uma projeção pastoral, o Povo de Deus é constituído de irmãos e irmãs que vivem unidos pelos laços de caridade,

podem sentar-se juntos e unidos, como membros ativos e responsáveis, através de diálogo fraterno e abertos, tratando de um plano de pastoral de caráter participativo, como um novo paradigma dentro da Igreja católica, segundo as diretivas do Vaticano II, para a missionariedade da Igreja (cf. EG 120).

Tudo isso, pode-se realizar em todos os níveis, partindo dos níveis mais baixos, que são as pequenas comunidade para o mais alto, que é a Diocese, desde que tratamos da pastoral da Diocese, como uma porção do Povo de Deus confiada a um bispo, sucessor dos apóstolos (cf. PAPA FRANCISCO, 17.10.2015; MASCIARELLI, 23.06. 2016). Ou como diz o Papa Francisco: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja no terceiro milénio” (PAPA FRANCISCO, 17.10.2015). Visto que tem uma “dimensão constitutiva da Igreja” (Ib.). É aquilo que o Senhor pede da Igreja (cf.CTI 1).

Isto não significa minar a autoridade da Igreja, visto que, na sinodalidade, o espírito que anima todos os membros do Povo de Deus é a comunionalidade, em que expressa a substância profunda do mistério inefável da riqueza da Igreja, que culmina na Eucaristia como a fonte, o centro da vida e da missão da Igreja (cf. LG 11; CTI 6). Uma vez que, considerando as variedades de carismas e ministérios, são verdadeiras riquezas para a Igreja, visto que, expressa a riqueza do Povo de Deus e ao mesmo tempo de ter em consideração que a Igreja é de todos e para todos, com o intuito de realizar bem a missão evangelizadora de Jesus Cristo. Como diz a Comissão Teológica Internacional:

A sinodalidade exprime o ser do sujeito de toda a Igreja e de todos na Igreja. Os fiéis são companheiros da caminhada, chamados para serem sujeitos ativos em quanto participam no único sacerdócio de Cristo e destinatários de diversos carismas concedidos pelo Espírito Santo em vista do bem comum. A vida sinodal testemunha uma Igreja constituída de sujeitos livres e diversificados, em que estão unidos em comunão, que se manifesta em forma dinâmica como um só sujeito comunitário, apoiado pela pedra angular, que é Cristo e sobre as colunas dos Apóstolos, vivendo edificados como tantas pedras vivas numa “casa espiritual” (1 Pe 2,5), “templo de Deus no espírito”(Ef 2,22) (CTI 55).

Por conseguinte, com a pluralidade de dons e carismas, estes tornam-se uma riqueza para o bem da Igreja internamente, porque os cristãos podem enriquecer-se mutuamente. Por outro lado, num contexto mais vasto, é uma grande contribuição para todas as pessoas que vivem na nossa Diocese, com o intuito de modificar os critérios de julgar, os valores, os centros de interesse, as

linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida dos nossos cidadãos, visto que são infiltrados pelos valores do Evangelho (cf. EN 19; MARCIARELLI,ib.). Em relação aos pontos que acabámos de focar, o Papa Francisco foi elucidativo (cf. PAPA FRANCISCO 19.03.2016).

Desta maneira, o Vaticano II abriu maior espaço e deu lugar a todos e a cada membro do Povo de Deus de se tornarem sujeitos ativos na evangelização. Obviamente, este valorizou “o princípio da co-existência entre os dons hierárquicos e dons carismáticos na Igreja baseando no ensinamento do Concílio Vaticano II” (CTI 74).

Fiel ao Concílio Vaticano II, o Papa Francisco está na vanguarda da sinodalidade da Igreja, embora está encontrando muita resistência através de críticas da parte dos mais conservadores, entretanto, ele dizia que as táticas dos católicos mais tradicionalistas e ortodoxos revelam um sentido da Igreja muito fraco, uma compreensão quase leninista da filiação à Igreja e ele chamou-lhes por “hermenêutica conspirativa”, em que usou na assembleia dos Sínodos dos Bispos de 2015. De modo que, o Papa Francisco está oferecendo ao mundo e à Igreja um modelo de representação mais efetiva, como dizia ele, no seu discurso, na comemoração de 50 anos da instituição de Sínodo dos bispos:

Uma Igreja sinodal é como um estandarte levantado entre as nações (cf. Is 11,12) em um mundo que, embora invocando participação, solidariedade e transparência na administração da coisa pública, frequentemente entrega o destino de populações inteiras nas mãos ávidas de pequenos grupos de poder” (PAPA FRANCISCO, 2015).

A nossa Diocese, como porção do Povo de Deus, se for fiel aos ensinamentos do Vaticano II, que o atual Papa Francisco está traduzindo no seu pontificado sobre a sinodalidade da Igreja, em que cada cristão, membro do Povo de Deus, a partir das Comunidades, paróquias e Diocese, deveria considerar todos os cristãos como sujeitos ativos na comunhão entre os membros (cf. CTI 120). Além disso, ser agentes no processo de reprojecção pastoral, partindo das suas preparações, discussões sobre o resultado da sua implementação e avaliação (cf. SOARES, 2012, p.91ss).

Como diz a Comissão Teológica Internacional, que exige à cada crente e a Igreja toda, como Povo de Deus, uma postura de abertura e escuta a voz do

Espírito Santo, para que possam ser fiéis à doutrina da Igreja e ao mesmo tempo ter atitude de criatividade individual e em comunhão ler os sinais dos tempos para uma eficácia na projeção da missão evangelizadora. Como consequência, estar sempre aberto para às mudanças (cf. CTI 76). Tudo isso, exige uma mudança de mentalidade e atitude, para poder superar alguns paradigmas que agora ainda estão presentes na nossa cultura eclesial, como a concentração das responsabilidades da missão evangelizadora no ministério dos Pastores, porque não exprime a eclesiologia da comunhão do Povo de Deus. Falta de apreciação à vida consagrada e dos dons carismáticos e a falta de preparação dos leigos qualificados na missão evangelizadora. Deste modo, geram leigos que ainda não sentem totalmente o sentido de pertença à Igreja. Pelo contrário, consideram-na da hierarquia, desde que, os seus dons e qualidades profissionais não são apreciados e canalizados para o bem da evangelização (cf. CTI 105).

Esta visão errada da Igreja que acabámos de mencionar, ainda é bastante sentida na nossa realidade. Porque falando da Igreja é a mesma coisa que os ministros ordenados, embora haja sinais de mudança. Além disso, como dissemos no capítulo primeiro, foi a consequência da mentalidade anterior ao Concílio Vaticano II, que a nossa Igreja herdou ao longo dos tempos, devido a centralização do poder nas mãos da hierarquia, em todos os aspetos da vida e da missão da Igreja (cf. SOARES, 2008, p.14-15).

Como dizia o *Unitatis redintegratio* “toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação” (UR 6). Assim, para que cada um de nós, como membro da Igreja, desde que é fiel à voz do Espírito Santo, precisa de exercitar a “conversão pastoral e missionária” (EG 25), em que consiste na mudança da mentalidade, de atitudes, maneira de relacionar-se com as outras pessoas no interno da comunidade, nas práticas, para que seja sempre fiel à sua vocação, para uma nova mentalidade eclesial sempre plasmada de consciência sinodal (cf. CTI 104).

Além disso, como dizia o atual Papa, é preciso mudar as estruturas obsoletas que não respondem as exigências da evangelização da Igreja nos tempos atuais, para uma Igreja em saída missionária para as periferias existenciais. De uma Igreja centralizada para uma Igreja de corresponsabilidade

(cf. ALMEIDA, 2005, p.93-97). Que significa, todo o Povo de Deus sai ao encontro dos pobres e dos marginalizados, visto que, para a “Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles” (EG 198).

5.1.2. Sujeitos no discernimento e na tomada de decisões

Um dos aspetos do Concílio Vaticano II, que é considerado como sucesso em relação à pastoral da Igreja é a descoberta do Povo de Deus, graças ao sacramento do batismo, por isso, na linguagem de Cardeal Suenens se diz “corresponsabilidade” ou cada membro se torna ativo na Igreja (cf. SUENENS, p. 30). Como dizia ele: “mesmos que sejam membros da hierarquia ou não, todos os Cristãos antes de tudo são “fiéis” no sentido mais profundo da palavra, isto é ‘fiéis’ ” (Ib.). Não há *super* batismo. Isto para dizer que, todos os membros do Povo de Deus fundamentalmente são iguais, por isso, temos de estar constantemente conscientes deste princípio, visto que, tem a sua implicação na vida e na missão da Igreja, sobretudo, no governo, nas atitudes, nas relações e na cooperação entre os membros da Igreja. Porque, muitas vezes confundimos o termo “leigo” com o termo “fiel”. O Papa, os bispos e os padres não são leigos, mas cada um deles é fiel, pelo facto que ele foi batizado, por isso é cristão, visto que, antes de pensarmos no sacramento de Ordem, o laço que une todos os membros do Povo de Deus é o batismo, como é sabido (cf. Ib., p. 31).

Partindo do princípio que acabámos de debruçar, obviamente, todos os fiéis sem quaisquer distinções são iguais em dignidade. Deste modo, todos são sujeitos no processo de discernimento e na tomada de decisões. Não é só o clero que tem a voz, porém, sobretudo, os cristãos leigos e leigas em relação à vida pastoral da Igreja, especificamente à nível da Igreja particular que abrange todas as paróquias. Eles são a maior porção do Povo de Deus, deste modo, há uma necessidade de conversão da parte de todos em relação ao nosso contexto. Da mudança de paradigma de uma ação pastoral de primado administrativo e centralizado ao primado de uma Igreja em saída missionária. De carácter predominantemente institucional, para uma Igreja de carismas e ministérios (cf. BRIGHENTI, 2011, p.39).

Mas, em referência à nossa realidade, como dizia o Papa Francisco, uma Igreja sinodal é uma Igreja de escuta. “É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o ‘Espírito de verdade’ (Jo 14, 17), para conhecer aquilo que Ele diz à Igreja” (PAPA FRANCISCO, 2015).

Há uma insistência do Papa no processo de mútua escuta para se valorizarem mutuamente no processo de discernimento e na tomada de decisões. Visto que, hoje em dia, temos de ser abertos à voz do Espírito Santo e a voz de todos os fiéis para ler e interpretar os sinais dos tempos e a vontade de Deus no nosso contexto como o lugar teológico (cf. Ib.). Como pastores, temos de procurar formas adequadas de transmitir a palavra. Da parte dos fiéis leigos de tomar a palavra. Tudo isso, significa, saber ouvir e apreciar mesmo aquilo que não tem sentido, como sinal da valorização do outro. Só desta maneira, pode-se traçar um caminho sinodal na Diocese, nas paróquias e nas pequenas comunidades. Esta mútua valorização são sinais e convites para todos os membros da Igreja de caminharem juntos na missão de Jesus Cristo (cf. BIANCHI, 21.03.2018).

Em relação ao espírito da sinodalidade, uma das exigências é o espírito de liberdade dos filhos de Deus, quando os fiéis se encontrem e se reúnem, assim, sentem que são irmãos e irmãs com a mesma dignidade e com a mesma missão. Eles não se sentem nenhuma pressão psicológica. Pelo contrário, sentem-se como parte integrante da Igreja local e têm a obrigação de prestar a sua contribuição concreta para o bem da Igreja e do bem comum de todos (cf. PAPA FRANCISCO, 2015; BIANCHI, 2018).

De certeza que, no processo de discussões de assuntos importantes, muitas vezes, há divergências de ideias e criam tensões e até conflitos, contudo, todos buscam o mesmo objetivo de procurar em comum a verdade. Seria normal haver conflitos e divergências. O essencial é temperar o conflito através da caridade, procurando manter a comunhão, com um espírito de humildade. Tendo em consideração que, na nossa tradição cristã segundo o adágio do Código Justiniano diz: “O que a todos preocupa, por todos deve ser discutido e aprovado” (BIANCHI).

Em relação ao sujeito de discernimento e tomada de decisões, como tínhamos mencionado nos desafios, precisamos de tempo para chegarmos a um nível segundo a nossa expectativa. Estamos ainda condicionados por vários fatores, como a qualidade de recursos humanos quanto às suas preparações intelectual e pastoral, disponibilidade, motivação de se tornarem cristãos convencidos da sua fé e por conseguinte, de darem testemunho dela na vida diária e profissional. E aquilo que acabámos de mencionar são desafios comuns que o Papa aludiu também quando falou de “acédia egoísta” (EG 81).

5.1.3. Clero e leigos decidindo juntos

Como tínhamos visto que, com a ênfase no Povo de Deus, onde Deus reúne todas as diversidades de pessoas com a mesma fé num só Senhor e reconhecem Jesus Cristo como o autor da salvação da humanidade. Assim, Ele é a fonte de unidade de todas as diversidades e estabeleceu a Igreja, como sacramento visível e universal da unidade e de salvação (cf. LG 9).

Além da unidade entre todos os membros do Povo de Deus, este tem a missão primordial de anunciar a Palavra de Deus. Por conseguinte, logicamente falando, todos os membros da Igreja têm de se sentarem juntos para refletirem as modalidades de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo ou melhor, com uma visão mais abrangente, como evangelizar hoje (cf. SUENENS, p. 187-188), dentro do nosso contexto. Temos de estar conscientes que a nossa fé tem uma dimensão comunitária, tendo em consideração que, com o batismo, cada cristão adere à Igreja e esta como mãe que acolhe e conduz-nos para à fé (cf. Ib. 203).

Concretamente, uma pessoa, antes de ser batizada, o ministro pergunta-lhe ou aos seus pais, se for um bebé: “Que pedis da Igreja de Deus? “. E a resposta: “a fé”. Por conseguinte, a fé tem uma dimensão de “nós” e não de “eu” (cf. RICOEUR, 1965, p.140-141 ap. SUENENS, p. 203).

Em consideração à igualdade de dignidade e a responsabilidade de todo o Povo de Deus de anunciar o Evangelho, como missão de todos os cristãos, não está ainda bem implementada nas nossas paróquias. Praticamente, o poder decisivo ainda está tudo nas mãos do clero, embora os representantes dos fiéis, muitas vezes são consultados nas reuniões. Por conseguinte, há uma

necessidade urgente da mudança de paradigma do clero, para dar mais lugar e voz aos leigos na Igreja, como o binómio de comunidade-ministérios (cf. BRIGHENTI, 1990). Esta exigência é uma nova forma de evangelizar segundo as orientações do Vaticano II, em que diz: “[...] igualdade entre todos quanto à dignidade e quanto à atuação, comum a todos os fiéis, em favor da edificação do corpo de Cristo” (LG 32).

Mesmo assim, algumas pessoas veem com desconfiança que, com o princípio de sinodalidade do Vaticano II, que o Papa Francisco está insistindo, seria aplicado o princípio de igualdade no interno da Igreja. Implicitamente, é uma maneira de acabar com a hierarquia ou melhor, nivelar a hierarquia com os leigos. Os leigos já não dependeriam da hierarquia e cria um certo subjetivismo no interno da Igreja (cf. MASCIARELLI, 23.06.2016).

Esta acusação é subjetiva, unilateral e não há nenhum fundamento doutrinal, e os ensinamentos do Vaticano II, estão muito elucidativos, como atesta:

A distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sagrados e o restante Povo de Deus, contribui para a união, já que os pastores e os demais fiéis estão ligados uns com outros por uma vinculação comum: os pastores da Igreja, imitando o exemplo do Senhor, prestem serviço uns aos outros e aos fiéis: e estes deem alegremente a sua colaboração aos pastores e doutores (LG 32).

Além disso, como veremos noutra passagem, é muito clara, a relação e a cooperação entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial. Há uma diferença entre ambos não só em grau, como diz a *Lumen gentium*, mas também, na sua essência, embora ambos, ordenam-se mutuamente e cada um a seu modo participa no único sacerdócio de Cristo. Tendo em consideração que, com a ordenação, o sacerdócio ministerial forma e conduz o Povo de Deus (cf. LG 10), desempenhando o múnus de Cristo como pastor e cabeça, santifica a porção do Povo de Deus a ele confiado (cf. LG 28). Isto é, com a consagração sacramental, ele está colocado no meio do Povo de Deus, como centro de unidade e participa no tríplice múnus de Cristo, segundo a sua maneira e conduzindo o Povo de Deus rumo à santidade (cf. PO 4; CONGREGAÇÃO DO CLERO, 1999). Enquanto que, os leigos pela vocação e missão buscam o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo à vontade do

criador (cf. LG 31). Isto significa que, eles transformam o mundo a partir de dentro e tornam-se o sacramento da salvação nos lugares onde vivem e trabalham por meio do testemunho duma vida credível.

Por outro lado, como acabámos de mencionar acima, o sacramento de ordem está relacionado com a missão de serviço dos presbíteros (cf. LG 28) a uma pequena parcela dos fiéis. Desta maneira, procuram criar comunhão entre ambos (cf. AA 23). Da parte dos leigos cooperam com os seus presbíteros, numa participação mais ativa, de modo que, os presbíteros têm obrigação de dar aos leigos maior espaço e voz em relação à vida e à ação evangelizadora, começando com o planeamento pastoral como processo do que só nos resultados. Obviamente, fomenta-se em concreto, o espírito de corresponsabilidade, entre os párocos e os leigos a partir das comunidades, paróquias rumo à Diocese (cf. BRIGHENTI, 1990).

Os pastores, como cabeça e guia, têm toda a obrigação de reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidades dos leigos na Igreja (cf. AA 24). E “devem os leigos abraçar prontamente, com obediência cristã, todas as coisas que os ministros sagrados, representantes de Cristo, determinarem na sua qualidade de mestres e guias na Igreja, a exemplo de Cristo” (cf. LG 37).

O Papa Francisco procura implementar o espírito de colegialidade, em que, compreende o espírito de corresponsabilidade nas decisões no que toca ao planeamento pastoral, embora, olhando para a Igreja, de facto, segundo a vontade de Cristo, desde o início, a estrutura da Igreja era hierárquica (cf. Mt 16,18-19). Mesmo assim, no exercício de autoridade, as maneiras variavam ao longo dos séculos dependendo da condição em que a Igreja atravessava. E hoje em dia, a sociedade em geral é caracterizada pela democracia, conseqüentemente, tem influência na Igreja no seu processo de tomada de decisões e suas execuções (cf. SUENENS, p. 191). Embora não é aplicável para as doutrinas que implicam a exigência da fé, como por exemplo, o Credo, a divindade de Jesus, visto que, não são estabelecidas por maioria dos votos (cf. Ib.). Ou brevemente, a Igreja procura ser fiel à doutrina autêntica, como substância do “*depositum fidei*” (cf. JOÃO XXIII, 11.10.1962).

Em relação à historicidade da formulação da sinodalidade, a Comissão Teológica Internacional tem chamado atenção que nos primórdios, tanto a Sagrada Escritura como os Padres da Igreja tratavam de criar unidade na única Igreja de Cristo, mas na tomada de decisões, sua tradução variava consoante aos diversos momentos históricos, nos diálogos com as diversas culturas e situações sociais (cf. CTI 24). É por isso que, o Papa confirma: “O mundo, em que vivemos e que somos chamados a amar e servir mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio” (PAPA FRANCISCO, 2015).

5.1.4. Decidindo juntos através de organismos de uma Igreja sinodal

As decisões feitas em comunhão não são apenas entre leigos e clero, mas na Igreja há organismos em relação à pastoral de conjunto, no que toca uma Igreja sinodal. É de ordem teológica, como tínhamos visto, como um “sinal da comunhão e de unidade da Igreja em Cristo” (ChL 29 ap. AA 18). Por conseguinte, a seguir iremos enumerar e descrever as funções desses organismos:

Coordenação vem da palavra *co-ordinatione*, que significa, dispor certa ordem ou método, pôr em ordem o desconjunto. É uma ação de corresponsabilidade entre iguais, em relação à pastoral da Igreja, entre os membros do Povo de Deus. A coordenação tem grandes vantagens para a evangelização, visto que, ela promove a união de esforços, traçar objetivos comuns e de fazer atividades de caráter comunitárias, de acordo com o espírito do Vaticano II, que é o Povo de Deus. Consequentemente, evita as atividades paralelas, isolamento e conflitos na ação evangelizadora (cf. FRITZEN, 2017).

De maneira que, a coordenação tem por finalidade sincronizar os diversos grupos de pastoral para criar boas relações e comunhão entre os responsáveis que estão no grupo de coordenação. Facilitar a maior participação, desenvolver e cimentar as relações humanas entre os membros, divisão de experiências e de conhecimento de todos os membros partindo de baixo, que são os fiéis (cf.

PAPA FRANCISCO, 2015). Comprometer na corresponsabilidade para tornar mais eficaz o conjunto de atividades na caminhada evangelizadora.

Assim, as Equipes de coordenação pastoral é um ministério da Igreja para promover a unidade e a comunhão entre os diversos organismos no interno duma Igreja particular ou numa paróquia para a missão evangelizadora e pastoral de uma forma organizada e bem articulada. É um instrumento que expressa verdadeiramente o espírito de uma Igreja sinodal.

É uma equipa de pessoas com melhor preparação. Procuram estudar e encontrar meios para promover a integração de todos os organismos de pastoral, como grupos, movimentos, pequenas comunidades e diversas atividades no interno da paróquia ou da Diocese. Esta coordenação é muito importante, sobretudo, nos tempos atuais, para melhor sincronizar as diversas atividades e criar comunhão e cooperação mais efetiva entre os diversos organismos. (cf. FRITZEN, 2017).

Em confronto com a nossa realidade, tanto na Igreja particular, como nas paróquias, temos todos os organismos previstos pelo Direito Canónico, porém, precisamos de uma equipa de coordenação para melhor funcionamento dos diversos departamentos e seções. Assim, pode-se evitar os conflitos de interesse e que criam grupos e atividades paralelos que não geram nenhum benefício como acabámos de ver acima. Em vez de tornamo-nos mais eficientes e mais comprometidos na evangelização (cf. Ib.).

Em relação aos conflitos, o Papa Francisco pede a todos os católicos a testemunhar a comunhão fraterna para que esta possa irradiar num mundo onde reina o individualismo e divisionismo (cf. EG 98-99). “Que todos possam admirar como vos preocupais uns pelos outros, como mutuamente vos encorajais, animais e ajudais” (EG 99). Características próprias dos discípulos de Jesus Cristo (cf. Jo 13,35). Por isso, precisamos de ter cuidado da “tentação da inveja! Estamos todos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto” (EG 99).

Outro organismo que ajuda na análise, na solução dos problemas pastorais e outros problemas, como contribuição de todos os membros da Igreja na nossa Diocese ou nas nossas paróquias são os Conselhos Pastorais, tanto diocesano

como paroquial (cf. ChL 27). Este organismo foi criado pelo Vaticano II. À nível diocesano presidido pelo bispo diocesano e na paróquia, sob a direção do pároco. Os que fazem parte destes Conselhos diocesanos são clérigos, representantes de religiosos e leigos idóneos, representantes das comunidades, grupos categoriais e departamentos. Têm as funções de investigar e apreciar todos os assuntos em relação à pastoral da Diocese ou das paróquias e formular conclusões práticas para à sua implementação (cf. Ib.).

O intuito da criação deste organismo, é expressão da comunhão eclesial no seio da Diocese ou das paróquias para o bem da missão evangelizadora no interno da Igreja e fora dela (cf. ChL 27). Segundo as normas canónicas este órgão é meramente consultivo (cf. CIC 514&1; 536&2), porém, na prática, muitas vezes, a decisão é tomada pela voz da maioria dos membros do Conselho, tanto à nível paroquial como diocesana.

Em relação à Diocese, o Código de Direito Canónico sugere que os membros do Conselho Pastoral deveriam envolver maior representatividade da porção do Povo de Deus existente na Diocese (cf. CIC 512&2). E quanto às paróquias, segundo o Estatuto do Conselho Pastoral, são representações de todas as Comunidades Eclesiais de Base, dos grupos categoriais existentes, os representantes de comissões, representantes de comunidades religiosas, de movimentos e associações nas paróquias (cf. ESTATUTO DE CONSELHO PASTORAL, 2015).

O outro organismo é a Assembleia de Pastoral. É instrumento de comunhão e participação dos membros do Povo de Deus à nível diocesana ou paroquial nas atividades eclesiais para pensar e definir em comunidade os planos prioritários, objetivos e programas de ação. Nas assembleias pastorais, o número de pessoas é grande, de modo que, as decisões tomadas também são amplas para o bem da Diocese ou da paróquia.

A nível diocesana, os que fazem parte da Assembleia/ Sínodo são: o bispo diocesano, o vigário geral, ecónomo, padres, diáconos, os coordenadores de pastoral, assessores de pastoral nas diferentes equipas dos serviços pastorais, representantes de grupos categoriais e movimentos, representantes dos

religiosos e dos leigos para a pastoral nos diferentes níveis, representantes dos institutos da educação católica, como, filosofia e teologia e outros institutos existentes na Diocese. (cf. CIC 460; 463).

Segundo os planos da nossa Diocese, a Assembleia reúne-se duas vezes por ano. Uma no primeiro semestre do ano e a outra no mês de novembro. O intuito da Assembleia é para avaliar a pastoral diocesana, sem entrar nas mudanças, mas isso só acontece no primeiro semestre. No segundo, além de avaliar os programas executados, traçar planos prioritários para o ano seguinte e, planejar as atividades ocasionais que acontecerão dentro do ano todo à nível diocesano.

Enquanto a Assembleia paroquial, tem o mesmo caráter que a diocesana, contudo, o número de representantes não é maior, visto que, não há vastas organizações como é na diocesana. É apenas uma reunião de coordenadores de grupos categoriais, representantes de comissões existentes na paróquia, representantes de Comunidade Eclesial de Base, representantes de religiosos e religiosas para avaliar e planejar a ação pastoral da paróquia. Naturalmente, a ação pastoral das paróquias é feita de acordo com o plano anual da pastoral da Diocese. A frequência das Assembleias é muito variável nas nossas paróquias.

O Conselho Presbiteral é um dos organismos da Diocese e representa o presbitério. É um valioso instrumento para ajudar o bispo no governo da Diocese e a sua constituição é de caráter obrigatória (cf. CIC 495). Não se fala claramente nos documentos conciliares, como está no Código de Direito Canónico, mas pode-se entender à luz dos documentos conciliares que tratam indiretamente do presbitério, como a *Lumen gentium*, especialmente no número 28. *Christus Dominus*, 17,27 e 28. O *Presbyterorum ordinis*, nos números 7- 8 e 15. *Ad gentes*, 19 e 20⁴⁶.

Este Conselho expressa a sinodalidade entre o bispo diocesano e seu presbitério e a fraternidade entre os sacerdotes. Quanto à sua composição,

⁴⁶*Extraímos* o comentário do Direito Canónico da versão espanhola, que explica a origem, a compreensão e a modalidade do Conselho Presbiteral.

segundo as normas, os que fazem parte, são todos os sacerdotes incardinados na Diocese e os que residem nela, tanto seculares como religiosos. Todos têm direito ao voto e este organismo tem o seu estatuto próprio (cf. CIC 496), como linha de orientação para a designação dos seus membros (cf. Ib. 497). Quanto à convocação, dirigir e determinar os assuntos para serem tratados e orientar o processo do Conselho é da competência do bispo diocesano e o Conselho tem apenas o voto consultivo (cf. Ib. 500). Contudo, pela nossa experiência, como membro do Conselho, como dissemos acima, muitas vezes, o voto da maioria é considerado.

5.1.5. Todos sujeitos, no princípio da subsidiariedade

Embora já tínhamos tratado da Diocese no capítulo quarto à respeito de lugares e discípulos missionários, que falam da comunhão, na perspectiva do Vaticano II, isto é, o seu aspeto teológico. Contudo, nesta parte, procuramos focar alguns elementos que nos interessam de acordo com o tema, de uma Igreja sinodal no ponto de vista de uma reprojecção pastoral da nossa Diocese. Considerando que, todos os batizados são sujeitos da missão da Igreja. Que significa, todos os membros do Povo de Deus na Diocese têm uma missão de subsidiariedade e se enriquecerem mutuamente de acordo com os diferentes carismas e ministérios que cada cristão possui, para o bem no interno da Igreja particular e do mundo onde habitam (cf. CD 11). Como dizia o Papa Francisco que o “exercício da sinodalidade realiza-se nas Igrejas particulares” (PAPA FRANCISCO, 2015), pois presbíteros e leigos são chamados para colaborar com o bispo para o bem de toda a comunidade eclesial (cf. Ib.).

Ironicamente, o Papa insistiu que as iniciativas dos diferentes organismos devem partir de baixo para cima. Significa, a partir dos fiéis e ascende para os organismos mais elevados. Partindo dos problemas reais do dia a dia, deste modo, pode-se começar com uma Igreja sinodal. O Papa também reconhece que, quanto à prática, não é fácil a sua implementação, no entanto, é um esforço que todos têm de fazer e exige de todos a mudança de mentalidade, que é de conversão (cf. Ib.). Ele está a insistir numa mudança de mentalidade clericalista, para a corresponsabilidade, como dizia:

O clericalismo, longe de dar impulso aos diversos contributos e propostas, apaga pouco a pouco o fogo profético, longe de dar impulso aos diversos contributos e propostas (...). O clericalismo esquece que a visibilidade e sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o Povo de Deus (cf. LG 9-14) e não só a poucos eleitos e iluminados (PAPA FRANCISCO, 11.03.2014).

O Papa Francisco, no seu discurso aos bispos de Timor-Leste, na sua visita *ad limina*, falou-se de uma Igreja com o “rosto timorense” (cf. PAPA FRANCISCO, 11.03.2014). Ele insistiu na importância de fazer cada “cristão um protagonista” (Ib.). De evitar uma evangelização em que só é realizada por agentes qualificados e a maioria do Povo de Deus torna-se recetores das suas ações (cf. Ib.).

Aqui usa-se o princípio de subsidiariedade, pois, todos exercem o poder-serviço (cf. BRIGHENTI, 1990), uma vez que é controlado a partir de base, isto é, cada nível superior é determinado pela contribuição do inferior, embora, sempre de acordo com as suas possibilidades. Por conseguinte, há um poder que flui debaixo para cima, de maneira ascendente. Assim, não há mais controle pelo responsável a partir do bispo até ao pároco. Como consequência, gera um fluxo organizacional e no centro está a ação. O Povo de Deus é responsável de assegurar a sua implementação. Em concreto, o ponto da partida de ação inicia-se nas pequenas comunidades eclesiais, capelas, paróquias, vigararias e até à Diocese (cf. Ib.).

Além da desconcentração à nível paroquial de pastoral, supõe-se também na desconcentração do poder, tanto a nível diocesana como paroquial. Por isso, foram criados, o Conselho diocesano ou paroquial de pastoral (cf. CIC 536), Conselho económico (cf. CIC 537), os Vigários episcopais (cf. CIC 476), os Vigários forâneos (cf. CIC 553). Com isso, podemos dizer que, há maior desconcentração na Igreja particular, porém, quanto à sua implementação, muitas vezes não funciona como deveria ser, devido aos vários fatores, como a mentalidade, recursos humanos melhor preparados, indisponibilidade, consciência de pertença da Igreja, etc.

Para terminar este tópico da Igreja sinodal, queremos recordar-nos que o caminho sinodal da Igreja é alimentado pela Eucaristia, como “o centro de toda a vida cristã, tanto para a Igreja universal, como para a Igreja local e para os fiéis

cristãos” (CTI 42). Pois, a sinodalidade tem como fonte e ápice na celebração litúrgica e de modo singular, na plena e ativa participação do Povo de Deus na Eucaristia, que é o Corpo de Cristo. (cf. CTI 42 ap. SC 14). Todos recebemos da mesma mesa, embora sejamos muitos, com diferentes carismas e ministérios, obviamente formamos um só Corpo, pois todos participamos do mesmo Pão, que é Cristo (cf. 1Cor 11,17).

Além disso, com a perspectiva eclesiológica do Vaticano II, o Papa Francisco traça a imagem da Igreja sinodal, como uma pirâmide invertida “que integra o Povo de Deus, o Colégio Episcopal e nele, o Sucessor de Pedro com o seu ministério específico de unidade. Nele, o vértice encontra-se na base” (CTI 57).

A Igreja particular ou Diocese não é a mesma coisa que a Igreja universal, porém, ela existe e manifesta na Igreja particular (cf. LG 23). Consequentemente, isto significa que, mesmo na Diocese, os fiéis são chamados a viver plenamente e pertencem a uma única Igreja que é universal, a Igreja de Jesus Cristo. O “Papa é, por vontade do Senhor, ‘perpétuo e visível fundamento da unidade, não só dos bispos, mas também da multidão de fiéis” (LG 23 ap. PAPA FRANCISCO, 17.10.2015).

5.2. A reprojeção da pastoral através de um processo de planeamento

Hoje em dia, é muito importante fazer o planeamento pastoral, para não andarmos às avessas ou improvisadamente, apenas com bom senso, considerando como perda de tempo, energia e recursos para pensar de fazer um bom planeamento, sobretudo, um planeamento participativo de pastoral. Por isso, na reprojeção de pastoral, procuraremos debruçar sobre os requisitos para uma pastoral bem pensada no âmbito de uma pastoral de conjunto, apresentando várias metodologias. Porém, o método que responde melhor as exigências da eclesiologia do Povo de Deus do Vaticano II é o planeamento participativo, em que todos os fiéis, sem distinção, tomam parte ativa em todo o seu processo e pode ser aplicado na nossa Diocese.

5.2.1. Requisitos básicos para uma ação pastoral pensada

Uma pastoral bem pensada, significa, entre tantos métodos propostos, escolher um que seja adequado de acordo com a eclesiologia do Povo de Deus, em que todos os cristãos de quaisquer categorias possam participar ativamente em todo o processo para poder alcançar resultados desejáveis na ação. Por conseguinte, uma das exigências é a inculturação, em seguida, ter perspectivas futuras, contudo, que seja implementável na ação, doutro modo, seria apenas uma utopia.

5.2.1.1. Um método adequado

Quando se fala do método, trata-se de um meio ou caminho para chegar a um objetivo ou fim. Nem todos os métodos podem chegar a um fim com eficaz, evitando a perda de tempo e muitos recursos. Por isso, o uso de quaisquer métodos têm as suas repercussões no processo e nos resultados ou no objetivo que a pessoa ou uma organização quer alcançar, num período determinado de tempo. De modo que, falando do método de planeamento pastoral, o método que não está em consonância com o Evangelho, não se pode alcançar o seu objetivo como tencionámos (cf. BRIGHENTI, p.192).

O planeamento de pastoral é um método recente que foi aplicado na Igreja nos meados do século XX. Como método, naturalmente, nasceu das ciências sociais, para desenvolver uma organização, sistemas financeiros, uma escola, estratégia militar de guerra, planos do desenvolvimento duma nação, etc. No entanto, nem todos os métodos acima aludidos são viáveis e por isso, não podem ser aplicados na pastoral. Só alguns, podem ser adaptados ao atual modelo eclesiológico e aplicados no planeamento pastoral da Igreja. Como o caso de método participativo em que é aplicado nas organizações no processo de tomada de decisões. Atualmente, nos países ondem vivem com rigor a democracia, é usado, embora esse sistema tem as suas fraquezas (cf. GORDON, 1997, p.123ss).

Há quatro métodos que são aplicados no planeamento pastoral. O primeiro é o Planeamento Normativo (cf. BRIGHENTI, ib.) ou Planeamento Tradicional, que é obsoleto perante a eclesiologia do Vaticano II (cf. RAMOS, 1999, p.127-

130). Outro método que ainda se usa, mesmo dentro da Igreja, é o Planeamento Estratégico (cf. BRIGHENTI; p. 53; BISPO SILVA, 2004). A iniciativa vem daqueles que têm autoridade, porque, querem promover a unidade e a uniformidade na ação pastoral e está em consonância com as suas perspetivas. O terceiro é o Método Prospetivo (cf. BRIGHENTI, p. 57) e finalmente o Método de Planeamento Participativo (cf. Ib. p. 62). Em relação à esses métodos, iremos debruçar mais adiante quando tratarmos de diferentes metodologias de planeamento pastoral. No entanto, em seguida, falaremos brevemente a respeito do método de planeamento participativo e a sua razão de escolha.

Como focámos acima, o método mais adequado no planeamento pastoral atual é o método participativo. Visto que, está de acordo com os ensinamentos do Vaticano II, em que trata da eclesiologia do Povo de Deus. Um só povo e tem muitos rostos e todos, sem distinção, participam na missão de evangelização, independentemente da sua própria função como dizia o Papa:

Cada um dos batizados, independentemente da sua própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inadequado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações (EG 120). O método participativo está também de acordo com o sistema democrático em que muitas nações estão aplicando para governar os seus países. Como tínhamos dito acima, a Igreja também procura adaptar-se aos sistemas que as nações ao longo da história tinham aplicado para governar. Como dizia, atualmente o sistema democrático é o melhor e a Igreja lhe aprecia (cf. CA 46), pois, favorece uma participação mais difusa e acesso à todos aos que são responsáveis pelo bem comum dum país ou dum estado (cf. DSI 413). Embora, a Igreja também vê que há corrupção na política, uma vez que os governantes fazem traição às leis da justiça social, como está acontecendo nos países mais desenvolvidos (cf. Ib., 411).

5.2.1.2. Levar em conta o estatuto da ação

Temos de estar conscientes que, o Espírito Santo continua a iluminar a Igreja na sua caminhada histórica. Por outro lado, não podemos ignorar que os membros da Igreja são formados de pessoas que são pecadores (cf. LG 8), de maneira que, na ação de planeamento participativo de pastoral, precisa de uma metodologia que desencadeia um processo de reflexão, que parte de ação e que volte à ação (cf. BRIGHENTI, 2011, p.108). Deste modo, há sempre fraquezas no

planeamento de pastoral, visto que, alguns que pensam na ação partindo dos objetivos ou outros que pensam no marco doutrinal, sem considerar que o ponto de partida de um plano pastoral ideal tem de sair da realidade concreta do povo com todas as suas complexidades (cf. *Ib.*, p. 109). Assim, em seguida veremos três exigências que nos orientam na ação pastoral.

5.2.1.2.1. Ter os pés no chão ou ser concreto /Inculturar-se

Um bom processo de planeamento deve ajudar a nossa Igreja de encarnar-se ou inculturar o Evangelho no seu contexto concreto. Mesmo que, as diretrizes de ação, os objetivos e as propostas podem vir de fora, tendo em conta a unidade e a catolicidade da Igreja (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 44; 109). Além disso, beber do poço alheio não é uma coisa nova para admirar. Todavia, para que haja sucesso tanto no seu processo, como para alcançar os objetivos, temos que saber viver e trabalhar dentro do contexto onde as pessoas vivem como interlocutores. Isto exige convivência humana e diálogo com o intuito de criar confiança para que as pessoas possam sentir o sentido de pertença e participar em todo o processo, pois aquilo que sugerem, é expressão da sua filosofia da vida. Visto que, com o envolvimento dos interlocutores, de certeza, o planeamento irá responder as necessidades reais das pessoas em que formam a comunidade eclesial e as metodologias serão articuladas em conformidade com os níveis de cultura, a vida social e outros fatores envolvidos (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 46;109; 195), em concreto à nossa Igreja de Dili.

Como tínhamos acenado, podemos trazer os elementos essenciais de fora, contudo, todos esses elementos têm de ser assimilados e articulados segundo à realidade contextual, desta maneira, torna-se uma característica própria do lugar. Como consequência, os interlocutores apresentam uma Igreja com uma fisionomia original, de acordo com a realidade dos nossos fiéis. Como por exemplo a Diocese de Dili e suas paróquias (cf. *Ib.*). Pelo contrário, como dizia Paulo VI, a rutura entre o Evangelho e cultura é o drama da época atual, embora tinha acontecido também nos tempos passados da história de Igreja (cf. EN 20).

No entanto, se o objetivo geral da Igreja à nível regional ou nacional, sobretudo, nos países onde as áreas são vastas, situa-se tudo na mesma

perspetiva como acontece no interno duma Diocese, isto não está de acordo com as diretrizes do Vaticano II, de uma Igreja de comunhão e de catolicidade. Evidentemente, como atesta que a Igreja, ou seja o Povo de Deus, ao implantar o Reino de Deus, procura manter as riquezas temporais dum povo, isto é, conservar a sua própria fisionomia (cf. LG 13). Ou na linguagem de *Lumen gentium*: “fomenta e assume as qualidades, as riquezas, os costumes e o modo de ser dos povos, na medida em que são bons; e assumindo-os, purifica-os, fortalece-os e eleva-os” (Ib.).

No ponto de vista ideal, a inculturação do Evangelho seria como acenámos, todavia na prática, no que toca à nossa realidade de Díli, muitas vezes traduzimos só aquilo que recebemos de fora, sem inculturá-lo. Deste modo, não estamos a tratar da catolicidade, mas é um esforço de universalismo e de generalidade (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 108). Embora, como tínhamos acenado que, em relação à inculturação do Evangelho, no que toca os elementos fundamentais, precisamos de tempo e recurso, de modo que, precisamos de passos lentos e com prudência.

Portanto, temos que estar convencidos que, se quisermos que a nossa ação pastoral seja realizável, onde podemos envolver maior número de pessoas e alcançar os objetivos traçados, no processo de planeamento, uma das exigências é a inculturação da mensagem do Evangelho na nossa própria cultura. Desta maneira, podemos libertar-nos das estruturas e das metodologias que são obsoletas (cf. BRIGHENTI, Ib.). Hoje em dia, os documentos da Igreja estão insistindo neste aspeto de inculturação, visto que, a “[...] natureza e a cultura encontram-se intimamente ligadas. A graça supõe a cultura, o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe” (EG 115).

5.2.1.2.2. Ter os olhos no horizonte/Ter perspetivas futuras

De facto, ao elaborar um processo de planeamento de pastoral, é preciso ser inculturado, mas ao mesmo tempo ter uma perspetiva clara em relação ao futuro. Isto significa que, é necessário contar com todos os recursos humanos, financeiros, tempo, objetivos claros e ações têm de ser realizáveis para não tornar-se apenas sonhos ou uma utopia (cf. BRIGHENTI, 46; PAYA, 1997, p. 87).

Além disso, outro passo que devemos considerar importante para que as ações sejam implementadas, é o processo de acompanhamento contínuo e avaliação.

Estamos conscientes que, somos todos humanos, o defeito geral que temos é a procrastinação⁴⁷. Significa, adiar qualquer ação para mais tarde e por fim na última hora fazer tudo à pressa e não sai segundo o plano. Assim, pode-se gerar descontentamento, estresse e conflitos no interno da organização. Embora, sabemos que estamos a realizar uma obra que não é totalmente humana, de modo que, temos que contar com a assistência de Deus que nos acompanha, que caminha à nossa frente, como tinha feito na história do povo eleito, no deserto (cf. Ex 14,19-20; 33,9; BRIGHENTI, 2011, p. 46).

De certeza, para os que têm fé, não há razão de desanimar-se no meio de desafios que vêm de todos os lados. Antes pelo contrário, ter esperança na promessa de Jesus Cristo, de não se assustar no meio de adversidades, pois ele prometeu a sua presença no meio dos apóstolos, com a sua Igreja até ao fim dos tempos (cf. Mt 28,20). Ou como tinha acontecido com o profeta Elias em que se sentia desanimado por ser perseguido, mas no meio das vicissitudes da sua caminhada, o Deus da esperança e da consolação está com ele. “Levanta-te e come, pois tens ainda um longo caminho a percorrer “(1Rs 19,7). E temos de saber ler a sua presença na nossa caminhada, sobretudo, nos acontecimentos que não demos conta, como tinha acontecido também com Elias (cf. 1Rs 19,12).

Assim, na projeção de pastoral e na sua ação, de certeza absoluta, temos que estar sempre conscientes que o ideal, muitas vezes não caminha em sintonia com a realidade da sua implementação. Isto não significa fracasso, mas é uma realidade que faz parte da história humana, contudo, os desafios são ao mesmo tempo como oportunidades para podermos pensar à sério no contexto, de procurar novos métodos, novas expressões e ter novo ardor missionário (JOÃO

⁴⁷*Pro* (à frente) e *crastinus* (de amanhã) é o adiamento de uma ação que pode provocar stress, sensação de culpa, vergonha em relação aos outros devido à preguiça emocional. Cf. *Procrastinação*, LIVELY, 1999, p.7).

PAULO II, 1984), em que exige uma permanente conversão pastoral e missionária (cf. EG 25).

5.2.1.2.3. Ter a coragem/ Tem de tornar-se ações concretas

No processo de planejamento pastoral, é imprescindível de fazer a inculturação e ter perspectivas de mudanças no futuro. Mas, tudo isso não basta, se não for aterrizadas em ações concretas. Por isso, na pastoral catequética fala-se destas três fases que se deve ter em consideração: primeira, a cabeça, segunda, o coração, que é o nível de convicções e por fim as mãos, que são as práticas (cf. ALBERICH, 2011, p.44). Isto significa que, estas três etapas estão correlacionadas umas com as outras, de modo que, as duas primeiras têm sentido, quando há um esforço em todo o processo de pôr em ações concretas os programas de um planejamento pastoral.

Em relação à última fase que acabámos de acenar acima, para que haja sucesso, é necessário pôr em consideração as condições reais e isso exige criatividade e bom senso na sua implementação (cf. BRIGHENTI, 2011, p.47). Sem dúvida, haverá insucessos no seu processo e isto faz parte de quaisquer caminhadas da vida, porém, em relação à ações concretas, o mais importante é rever continuamente e avaliar em conjunto para minimizar as fraquezas e os erros.

A atitude dos membros da Igreja, nomeadamente, nós os executores da ação concreta, necessitamos constantemente de conversão, com uma atitude humilde e compungida de tudo aquilo que na nossa vida pessoal e comunitária não está em consonância com a vontade de Deus. Ter o espírito de abertura para escutar mais e receber as diversas sugestões, críticas construtivas, disponibilidade de trabalhar sempre em equipas e todos têm de ter o mesmo objetivo, que é a edificação do Reino de Deus.

Por isso, é muito importante de ouvir a voz do Espírito para seguirmos a sua vontade ao nosso respeito (cf. PAYÁ, 1997, p. 107). O Vaticano II exprimiu esta necessidade com palavras muito claras em relação à missão do Espírito Santo: “A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cf. Jo 16,13) e unifica na

comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos” (LG 4).

O Espírito Santo está continuamente a atuar na nossa Igreja. Graças à sua inspiração, procuramos todos os meios possíveis para pormos em ação concreta o plano, contudo, temos de estar conscientes e cheio de abertura de aceitar os constrangimentos ao longo do percurso, visto que, o anúncio do Reino de Deus é sempre um mistério que não podemos desvendar totalmente (cf. BRIGHENTI, p.50). Por isso, o mais importante é pôr em ação segundo a lógica de comunhão do Povo de Deus para à evangelização e ter uma atitude de esperança no meio de insucessos e desafios na caminhada (cf. SUENENS, 1968, p.27).

Consequentemente, temos de ter uma atitude de abertura e dialogar constantemente com a realidade que nos circunda, em que está em processo de transformação e que nos desafia. De sorte que, exige-nos uma renovação constante, isto é, uma constante peregrinação de buscar os meios adequados para transmitir o conteúdo da nossa fé, porque sem isso, não somos fiéis a Cristo (cf. *Ib.*, p. 28-29).

No entanto, vendo a realidade da Igreja em geral e sobretudo da nossa Diocese, se não fizermos um esforço para pormos em ação o convite do Papa para a conversão missionária em relação aos nossos costumes, estilos de vida, a nossa mentalidade, a nossa linguagem, as nossas estruturas, a nossa maneira de trabalhar, etc. (cf. EG 27), pouco a pouco, tornamos insípidos com o andar do tempo e gradualmente vamos perdendo os nossos fiéis, pois as pessoas preferem um cristianismo onde há maior liberdade e espontaneidade na sua relação com Deus e com próximo (cf. BERGER, 2014).

5.2.2. O planeamento pastoral como ação pensada

Planear significa projetar um futuro, considerando os vários recursos à disposição para alcançar um futuro desejado com sucesso no ponto de vista pastoral. E o planeamento participativo de pastoral tem o seu fundamento nas ciências sociais e na Igreja, Povo de Deus, de acordo com a eclesiologia do Vaticano II.

5.2.2.1. Conceito de planeamento

Segundo o conceito geral, planejar ou planeamento, é determinar com antecedência aquilo que uma pessoa ou uma organização quer realizar para alcançar em concreto um resultado final (cf. LIMA, 2016). Para o pastoralista Agenor Brighenti, “planejar é deixar de improvisar. É prever. É projetar o futuro” (BRIGHENTI, 1988, p. 9). Na verdade, um dos grandes apelos dos Papas e sobretudo do Papa Francisco à Igreja universal é de lançar as redes para as águas mais profundas e mais abrangente. Sair de uma pastoral de simples manutenção, como dizia o Papa Francisco (cf. EG 33), que já é obsoleta, para uma pastoral bem planeada com todos os membros da Igreja, tanto à nível diocesana, como nas paróquias. Seria imprudente e falta de responsabilidade lançar-se à evangelização, como ação, sem saber bem a realidade, os objetivos e recursos necessários (cf. PEREIRA, 2015 p.9)

Os requisitos para fazer um bom planeamento, além daquilo que acabámos de mencionar, precisamos mais de outros meios, como: recursos humanos qualificados, aspeto financeiro, tecnologia e tempo (cf. LIMA, 2016). Além disso, existem diversos âmbitos de planeamento dependendo de diversos sectores de sociedade (cf. SANTOS, 2009, p. 222). Por isso, costuma-se dizer que, o planeamento tem um carácter multidisciplinar, consoante as necessidades das pessoas, dos grupos e organizações.

Como aludimos acima, na pastoral da Igreja, depois do Vaticano II em diante, a imagem que se usa na eclesiologia, é “comunhão” ou Povo de Deus. Deste modo, na pastoral, sobretudo, no planeamento exige uma maior participação dos seus interlocutores para que possa produzir frutos desejados segundo o plano (cf. PAYÁ, 1997, p. 135). Como é sabido, com o batismo, todos os membros do Povo de Deus são chamados a participar não só na realização da evangelização, porém, em todo o seu processo (cf. RAMOS p. 154).

Em quaisquer organizações, o planeamento é imprescindível, do mesmo modo que a Igreja, pois ela é uma comunidade de pessoas que está em contínua transformação em todas as áreas da vida humana. A ciência, a tecnologia, a cultura, a política e tantas outras áreas que estão contribuindo para

o desenvolvimento integral do homem e da mulher. Por conseguinte, ela é obrigada de mudar os seus paradigmas para recorrer à novos métodos e novas expressões consoante à cada realidade para que o anúncio do Evangelho seja aceitado, recebido e vivido pelos homens de hoje (cf. BRIGHENTI, p. 12).

Ligando com o mundo da educação, um dos fatores determinantes para o sucesso é o processo, que compreende o tempo e os recursos que o aluno usa para internalizar as matérias recebidas para que haja um bom resultado. Assim também, no nosso planeamento participativo à nível Igreja, o resultado é importante, mas o mais importante é como envolver maior número de pessoas no processo de discussão e elaboração do programa (lb.,p. 12-13). Quando muitas cabeças põem-se a pensar, naturalmente, é um sinal muito positivo e é um enriquecimento no plano e ao mesmo tempo haverá maior envolvimento de pessoas no processo da implementação do programa, visto que, foram responsáveis na sua planificação e programação e moralmente muitos sentirão a obrigação de participar na sua execução.

Pelo contrário, se não houver maior envolvimento de pessoas no processo de planificação devido à mentalidade tradicional, como tínhamos mencionado no primeiro capítulo, onde se pensa que o dirigente sabe tudo, não há-de trazer grandes benefícios e sucessos. Pela lógica, quando uma só cabeça a pensar, por mais inteligente e hábil que seja, em comparação com muitas cabeças, com variedades de conhecimentos e experiências, trazem sempre novas e melhores ideias e sucessos. Além disso, se as pessoas são apenas envolvidas na implementação do programa, elas não têm obrigação moral para implementá-la, pois, não sentem como parte integrante do processo ou se for uma organização eles não têm o sentimento de pertença à organização (cf. GORDON, p. 48).

5.2.2.2. Fundamentos de um planeamento participativo na pastoral

Em seguida, vamos ver os fundamentos dum planeamento participativo na pastoral. Naturalmente, a sua origem é nas ciências sociais, visto que, em muitas áreas de saberes, como a que estamos a tratar, tem relação com as outras ciências e não há nenhuma ciência que nasça isoladamente (cf. SANTOS, p. 222).

5.2.2.2.1. Bases socioculturais

Hoje em dia, com o modernismo e sobretudo, com a globalização, o mundo tornou-se uma pequena aldeia e as suas exigências são cada vez maiores e ao mesmo tempo, exige eficiência e eficaz na tomada de decisões em quaisquer organizações para o seu sucesso. Há maior competição no mercado e outras áreas da vida humana em relação à qualidade, preço e seu atendimento.

Por conseguinte, para que uma organização alcance grande sucesso, exige o envolvimento de maior número de pessoas que fazem parte da organização, e como dissemos, com este método haverá maior sucesso no campo da ação (cf. GORDON, , p. 126ss). Há maiores vantagens, porque o grupo ou a organização é formada de diversidades de pessoas com diferentes áreas de conhecimentos, experiências, habilidades, por isso, o fruto da decisão tomada torna-se rico e com isso, há-de beneficiar o grupo ou a organização e cada indivíduo (cf. lb.).

Além disso, com a decisão partilhada de todos os membros da organização, dá-lhes uma certa motivação e moralidade para empenharem-se cada vez mais e melhor para o sucesso da organização, visto que são apreciados por tomarem parte no processo da decisão para o bom funcionamento da organização (cf. BRIGHENTI, p. 16; ROOT, 2016). Consequentemente, tomam uma certa responsabilidade pessoal perante a decisão e ao mesmo tempo envolvendo-se na sua implementação, em vez de tornarem-se passivos, dependentes da autoridade ou meros espetadores (cf. ROOT, 2016).

Com a decisão partilhada, cria-se uma satisfação alta nos empregados, uma vez que as suas sugestões e recomendações são apreciadas, consideradas e de forma geral são implementadas. Psicologicamente, as pessoas sentem-se que elas também fazem parte do processo das decisões e ao mesmo tempo sentem-se como parte integrante da organização (cf. ROOT, 2016).

A outra vantagem de planeamento participativo é que “ faz nascer uma ação desconcentrada” (BRIGHENTI, p.17) entre os membros da organização e sobretudo do dirigente da organização, porque, todos sentem-se responsáveis pela organização, desde que, todos são tratados com igual dignidade e respeito.

Com isso, haverá maior resultado, pois todos são responsáveis e podemos dizer que o controle da organização cabe a cada um e afasta o controle de cima para baixo. Isto significa que o controle parte debaixo para cima, isto é, ascendente (cf. lb.).

As estratégias de planificação e gestão participativa contribuem para o desenvolvimento do capital humano e o capital social. Amplia a possibilidade de empoderamento nas pessoas que estão envolvidas em todo o processo, dando-lhes a possibilidade para um maior enriquecimento, transparência e participação mais efetiva. Deste modo, pode-se reduzir os aspetos negativos duma organização e contribuem para obter resultados e impactos positivos na vida social das pessoas (cf. VIANA, 2014, p. 8).

Finalmente, hoje em dia, entramos no sistema democrático, por isso, os Estados democráticos e suas organizações afastaram-se de uma mentalidade paternalista com estruturas rígidas, onde se cria desigualdade. Desta maneira, incorpora-se na organização todos os que fazem parte dela ou pelo menos, maior número de pessoas na tomada de decisões (cf. SILVA, 2005, p. 5).

O método de planeamento participativo tem grandes vantagens e está de acordo com as exigências do mundo de hoje. Contudo, pode haver também o seu perigo, na medida que dentro do grupo há um pequeno número de participantes que tem tendências de manipular o processo de discussão e as suas vozes e sugestões são mais consideradas. De facto, idealmente, os aspetos positivos que acabámos de apresentar acima são louváveis, porém, na vida prática, mesmo que o grupo seja muito maduro, enfrenta sempre esta realidade. Por isso que, no processo de planificação todos têm de estar atentos, sobretudo, os que dirigem, para que todos possam participar ativamente ou pelo menos a maioria. Além disso, há outras desvantagens que iremos focar mais adiante (cf. GORDON, p. 132s).

5.2.2.2.2. Bases teológico-pastorais

A base teológico-pastoral de planeamento participativo, como tínhamos debruçado quase em todos os capítulos deste projeto, está na Igreja, como Povo de Deus. Deste modo, todos os fiéis em comunhão, sem exceção algum, são

chamados a participar na missão de Jesus Cristo para anunciar o Evangelho. Contudo, esse Povo torna-se concreto nas Igrejas particulares ou dioceses, paróquias e pequenas comunidades ou Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ou outras comunidades similares (cf. EN 58).

No método participativo, este orienta a todos, para estarem conscientes das linhas mestras do Vaticano II e ao mesmo tempo de porem em prática a Igreja como Povo de Deus, onde todos são iguais em dignidade e por isso, todos têm igual responsabilidade como sujeitos no processo de tomada de decisões (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 19). O poder não está no comando e obediência, porém de serviço, como dizia o Papa Paulo VI:

([...]) servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades. I Igreja declarou-se quase a escrava da humanidade, precisamente no momento em que tanto o seu magistério eclesiástico como o seu governo pastoral adquiriram maior esplendor e vigor devido à solenidade conciliar, a ideia de serviço ocupou o lugar central (PAULO VI, 7.12.1965).

Para muitos, o melhor meio para pôr em prática o planeamento participativo, é nas pequenas comunidades, onde as pessoas facilmente podem reunir-se devido ao pequeno número de pessoas e há maior interação entre elas. E nas nossas comunidades, o número máximo de famílias gira por volta de 100. Em relação as pequenas comunidades, Fuellenbach citando C. Boof, dizia que a Comunidade Eclesial de Base é o lugar privilegiado onde expressa melhor a fraternidade e a comunhão (cf. FUELLENBACH, p. 199-200). Falando de pastoral à nível da nossa Diocese e das nossas paróquias, temos que ser realistas, que é impossível de envolver um maior número de pessoas. De certeza, só vêm os leigos representantes das paróquias, os representantes das comissões existentes à nível diocesana e representantes das comunidades religiosas. E no âmbito paroquial, estarão presentes os representantes das pequenas comunidades, dos grupos categoriais, comissões responsáveis da pastoral paroquial e representantes dos religiosos inseridos no território da paróquia.

Idealmente, falando das nossas pequenas comunidades, as iniciativas não nascem de cima para baixo, mas pelo contrário, de baixo para cima, como fruto das necessidades dos membros das comunidades, tanto na vida social, económica, cultural, como religiosa e pastoral, no entanto, precisamos de tempo

para chegar o ideal acima. Desta maneira, uma das exigências da Igreja depois do Concílio é a conversão pastoral de todos, tanto dos leigos, como da hierarquia para seguir as diretivas do Vaticano II. Assim, os fiéis leigos podem tornar-se agentes responsáveis da missão da Igreja para o aprofundamento da sua fé e ao mesmo tempo para a evangelização (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 18-19).

5.2.3. Planeamento pastoral e formas de exercício do poder

Há vários modos de fazer um planeamento pastoral. O primeiro, é uma imposição de cima para baixo com um caráter autoritário e este método foi aplicado na Igreja durante longos séculos até antes do Vaticano II. O segundo, já como Povo de Deus, porém, sem o poder decisivo e finalmente, o planeamento participativo onde todos os membros do Povo de Deus têm o poder decisivo em todo o processo do planeamento até à sua realização e avaliação.

5.2.3.1. O planeamento como poder-dominação

Podemos dizer que, as ideias eclesiológicas que estão debaixo do método de planeamento vertical é a estrutura piramidal da Igreja, em que na cúpula está a autoridade e embaixo dela estão os fiéis leigos, que é a maioria. A relação entre eles é de comando e de obediência, afastando todas as espécies de diálogo, isto é, autoritário (cf. BRIGHENTI, p.20-21; RAMOS, p. 128-129). Com isso, o círculo da influência do dirigente torna-se cada vez menor, pois, há grande passividade no processo da tomada de decisão.

Como tínhamos dito, este método foi aplicado ao longo da história da Igreja, até antes do Vaticano II, em que a preocupação principal da Igreja era a salvação das almas, de modo que, deu mais ênfase na receção dos sacramentos e não se preocupava com os métodos pastorais, tendo em consideração que a maioria do povo era cristã (cf. RAMOS, p. 127). Fortaleceu a autoridade da Igreja com uma tendência dominante para o autoritarismo (cf. BRIGHENTI p. 21). Uma Igreja com caráter eclesiocêntrico, com uma visão duma sociedade perfeita e lugar privilegiado de salvação.

A Igreja era associada com a hierarquia da Igreja, de maneira que, na pastoral, os que tornavam-se ativos, eram os sacerdotes, deste modo, a missão

de Cristo era sob a responsabilidade da hierarquia, enquanto os leigos eram passivos. Na preparação dos catequizandos para os sacramentos, eles memorizavam as formas dogmáticas bem organizadas sistematicamente, mas era tudo conceitual e não se preocupavam com os aspetos práticos (cf. ALBERICH et alii., p.17-20) . A Bíblia não tinha lugar privilegiado na formação dos catequizandos e como consequência, a Palavra de Deus perdeu o lugar central na vida e na missão da Igreja (cf. RAMOS, p.128-129).

Esse método de pastoral era relevante nos períodos da Idade Média, em que a Igreja católica teve grande florescimento e a hierarquia gozava todos os privilégios e tinha poder dominante e os leigos eram meros objetos. Contudo, hoje em dia, não é relevante, desde que, com o modernismo e o pluralismo religioso, a Igreja não é mais considerada como a única detentora da verdade. Por conseguinte, em relação às razões acima, o Vaticano II fez uma grande mudança de paradigma em todos os aspetos da vida e da missão da Igreja, incluindo o modelo da sua eclesiologia e a sua implicação na pastoral (cf. BRIGHENTI, p. 21; RAMOS, p. 129-130).

5.2.3.2. O planeamento como poder-a-serviço

Este método de planeamento já começa a envolver o Povo de Deus, porém, sem poder decisivo, segundo a nossa perspetiva. É uma transição do método tradicional, como tínhamos refletido acima, para um método de planeamento participativo. Naturalmente, não é fácil de abandonar o método acima, para entrar na nova eclesiologia do Povo de Deus, pois, até hoje, aquilo que o Vaticano II ensina, não está ainda bem implementado de forma global em todas as Igrejas particulares espalhadas pelo mundo inteiro e na nossa Diocese.

Esta conceção foi reforçada pelos bispos no Sínodo Extraordinário, no ano 1985, 20 anos da conclusão do Concílio. Fizeram avaliações sobre as aplicações concretas dos documentos aprovados pelo Concílio na vida e na missão da Igreja e tiveram esta conclusão, que muitos não conheciam os documentos produzidos. Por isso, como solução, o Sínodo exigiu a todos, sobretudo, as Igrejas particulares de estabelecerem uma programação pastoral para esta empresa (cf.

SCOGNAMIGLIO, p. 31). No final do Sínodo, os bispos fizeram uma declaração oficial dizendo, que é necessário:

uma profunda recepção do evento conciliar, mediante a sua atuação prática e a sua assimilação, favorecendo um estudo global e de cada documento e dedicando atenção especial as quatro maiores constituições, como chave interpretativa de outros decretos e declarações (Ib.).

Deste modo, o atual Papa Francisco está insistindo na mudança de mentalidade e numa nova metodologia de trabalho segundo as orientações do Vaticano II, mas ainda há uma resistência da maioria dos membros da nossa Igreja, tanto da parte da hierarquia, bem como dos leigos. Como consequência, continua a sentir-se este poder paternalista da hierarquia que tem tendência para dominar, como acenámos no início deste estudo. De facto, muitas vezes, os leigos são ouvidos, mas a decisão já estava consumada antes de planear juntos, assim, aquilo que os interlocutores sugerem, não contribui absolutamente nada para o planeamento em si (cf. BRIGHENTI, p. 22).

Em teoria, os documentos atuais exigem o envolvimento dos leigos nos Conselhos Pastorais, tanto na Diocese, bem como nas paróquias (cf. CIC 512; 535; ChL25; 27), em que os fiéis são representados, contudo, essa participação é apenas uma formalidade para mostrar que os responsáveis envolvem os leigos no processo de planificação, sinal da obediência ao mandato do Concílio. Na realidade, a maioria dos leigos não se sente a importância da sua presença, pois no processo e na implementação do programa, as suas sugestões não eram consideradas (cf. CABELLO et alii., 1998, p. 91). Desta forma, não há programação de pastoral ou há, mas é apenas um conceito teórico que é descendente e não reflete a realidade do povo, porque os objetivos são inventados e irrealis e não traz nenhuma transformação integral para a vida dos fiéis (cf. BRIGHENTI p. 22).

Idealmente falando, em relação ao nosso contexto, antes de entrar no novo método, todos os membros do Povo de Deus poderiam ter vários seminários em vista de refletir e aprofundar a nova visão da Igreja do Vaticano II, onde se insiste sobre a eclesiologia de comunhão do Povo de Deus que se fundamenta na comunhão trinitária (cf. LG 4). Esta comunhão do Povo de Deus, de facto, tem

como fundamento o sacramento do batismo, onde todos os membros têm a missão de servir o Reino de Deus, por isso, se diz “comunhão e serviço” (cf. SCOGNAMIGLIO, p. 27). Deste modo, pode-se haver uma renovação de coração, de mentalidade e na maneira de trabalhar, para entrar na nova mentalidade de planeamento participativo da Igreja, como Povo de Deus (cf. CABELLO et alii.,p.94-95).

5.2.3.3. O planeamento como poder-serviço

Uma vez que se trata do planeamento participativo, está de acordo com a eclesiologia do Vaticano II, onde a Igreja se apresenta como o mistério de comunhão, tendo a sua origem na comunhão de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, isto é, uma comunhão trinitária. A missão da Igreja possui esta característica da participação ativa de todo o Povo de Deus, sem nenhuma distinção, vivificada continuamente pela ajuda do Espírito Santo (cf. RAMOS, p. 131), para servir (cf. PAULO VI, 1965). Por isso, esta deu grande ênfase e insistência na participação de todo o Povo de Deus na missão de anunciar e a hierarquia, graças ao sacramento de Ordem, é chamada para servir o Povo de Deus, como tínhamos visto e não é para o dominar e nem tão pouco de considerá-la como um privilégio para se gloriar (cf. LG 28; PO 3).

Consciente da sua missão de serviço e atendendo à realidade da nossa Igreja, a hierarquia, na sua relação com os outros membros da Igreja poderia ser de igual para igual e saber reconhecer os dons e carismas de cada leigo na Igreja e sinceramente promover a sua dignidade para à missão da Igreja (cf. PO 9). Deste modo, cria uma relação de sujeito para sujeito, onde as suas vozes são ouvidas, apreciadas e incluídas no plano pastoral e eles sentem um sentido de pertença. Como consequências, psicologicamente ficam contentes e moralmente sentem uma obrigação de participar à todo o custo no processo da implementação do plano pastoral. Pois “o plano é elaborado na co-criatividade, as decisões são tomadas na coparticipação e os compromissos de ação são assumidos na corresponsabilidade. Ninguém é objeto, todos são sujeitos” (BRIGHENTI p. 22).

Além disso, considerando as realidades da nossa Diocese que é bastante grande e motanhosas e cada paróquia tem áreas vastas e dificuldades de acesso à comunicação nos tempos da chuva, naturalmente, custa-nos chegar ao ideal do planejamento participativo, por isso, temos que ser realistas. Aquilo que podemos fazer é a representatividade no planejamento pastoral. Exige do responsável a preparação dos participantes, como tínhamos sugerido acima, para serem ativos no processo e ao mesmo tempo dar-lhes maior liberdade para expressarem as suas ideias (cf. CABELLO alii., p. 113). De qualquer modo, com a pluralidade de pessoas e com diversidades de conhecimentos e experiências, as suas contribuições são sempre uma riqueza no processo de elaboração do projeto pastoral até à sua conclusão final (cf. RAMOS, p. 152-153).

Naturalmente, esta metodologia é muito ideal e consideramo-la como uma das desvantagens. No entanto, traz maior vantagens para o Povo de Deus e além disso, está de acordo com o espírito e as exigências da eclesiologia do Vaticano II. Como dizia o pastoralista A. Brighenti, “no exercício do poder-serviço, o plano de pastoral não tem só programação e objetivos inventados, baseia-se num marco referencial da realidade do povo” (BRIGHENTI, p. 23).

Como dissemos acima, o lugar privilegiado para concretizar e pôr em ação o método de planejamento participativo é a participação das pequenas comunidades ou Comunidades Eclesiais de Base na pastoral. Assim, há uma necessidade de inensificar a preparação dos seus dirigentes. Progressivamente, dar-lhes maior responsabilidade e reduzir as responsabilidades do pároco para que seja realizável e alcançar os objetivos traçados. Por outro lado, o pároco tem de apoiá-los, sobretudo na sua formação e acompanhamento até alcançarem a sua maturidade (cf. CABELLO et alii., p. 114-116).

Na medida que as pessoas vão crescendo em conhecimento, em habilidades, responsabilidade, iniciativa e sucesso, o acompanhamento torna-se mais periódico, com intervalos de tempo mais prolongado. E por fim, quando o grupo já alcançou certa maturidade, a presença do pároco e dos formadores é mais na assistência dos sacramentos e através de avaliações periódicas e finais para traçar novos planos pastorais (cf. VEGA, F.J., et alii., 1966, p. 20-26 . Um bom

formador ou pároco é aquele que pouco a pouco tem de sentir-se *inútil*⁴⁸ perante a comunidade para que esta possa crescer em maturidade e autonomia (cf. POLLO, 2001).

5.2.4. Metodologias de planeamento e método participativo

No planeamento pastoral, podemos encontrar diferentes metodologias. Em seguida, apresentaremos uma por uma: planeamento normativo ou tradicional, planeamento estratégico, planeamento prospetivo e finalmente o método participativo. Algumas mencionaremos as suas origens, os passos metodológicos, as suas vantagens e em cada método daremos algumas observações críticas.

5.2.4.1. O planeamento normativo ou tradicional

Em relação ao método normativo, alguns autores preferem usar o termo planeamento tradicional, visto que foi usado pela Igreja durante longos séculos, até ao Vaticano II, mas, na prática ainda há sinais deste método no planeamento pastoral e sua implementação, que é a ação (cf. RAMOS, p. 128).

Era utilizado no planeamento Pastoral Voluntarista, visto que, a decisão era tomada pela autoridade (cf. BRIGHENTI, p.62). Isto quer dizer que, a decisão era unilateral, centralista e autoritária. Esta prática foi feita pela Igreja durante longos séculos da sua história (cf. BRIGHENTI, ib.; RAMOS, ib.). Aquele que estava na cúpula pensava e tomava a decisão e o resto era só prestar obediência para executar e acentuava-se demasiadamente leis e normas (cf. BRIGHENTI, p. 51; RAMOS, ib.). Deste modo, podemos imaginar que as outras pessoas eram meros instrumentos. Não havia liberdade, iniciativa e criatividade, visto que, todas as ideias vinham do alto e o resto era só executar cegamente como meros objetos.

Consideramos que, neste método de planeamento pastoral, o poder decisivo estava nas mãos da hierarquia e os leigos eram apenas passivos

⁴⁸Tornar-se *inútil*, significa que, quando o grupo já está maduro, depois de um longo percurso de preparação, o responsável e neste sentido o pároco não precisa de intervir muito na caminhada das comunidades, mas como dizia, a sua presença é mais nos aspetos sacramentais, apoio moral e sobretudo nas avaliações periódicas, para que os fiéis das comunidades continuem a sentir como parte integrante da paróquia.

executores. Um comandava e os outros obedeciam. Deste modo, vindo na perspectiva do Vaticano II, com a visão do Povo de Deus, que é toda ministerial, naturalmente, era contrário à visão da Igreja, visto que tudo era centralizado (cf. BRIGHENTI, 1990, p. 11).

O objetivo deste método era de estabelecer unidade para criar uniformidade entre todos os membros da Igreja e além disso, criar uniformidade na ação. Assim, como tínhamos aludido acima, o que regia esta unidade eram as leis e as normas que tinham de ser cumpridas à letra e os que transgredirem-nas, automaticamente, ficavam excluídos e no termo tradicional, tornavam-se anátemas ou excomungados (cf. RAMOS, ib.), pois eram considerados como rebeldes e desobedientes (cf. BRIGHENTI, p. 52).

Por outro lado, na pastoral, não se poderia falar de inculturação. Não havia espaços de estudos de viabilidade onde se poderia envolver maior número de pessoas no processo, visto que, tudo era centralizado e o poder decisivo estava só nas mãos duma pessoa. A questão fundamental era seguir as orientações e aplicá-las na pastoral. Este método, de certeza, não trazia consequências e impactos positivos nos interlocutores.

Por conseguinte, com esse método, em vez de resolver ou encurtar os desafios que a Igreja universal e particular enfrentava naqueles tempos, pelo contrário, aumentava cada vez mais a discrepância entre a fé e a vida na medida que o tempo passava. De maneira que, aquilo que estamos vendo nalgumas partes do globo em que a religião católica está perdendo os seus fiéis, uma das suas consequências era a aplicação deste método de pastoral. Infelizmente, a maneira da transmissão das verdades de fé estava fora do alcance das capacidades dos interlocutores, porque eram todos conceitos que não lhes interpelavam à vida real (cf. RAMOS, p. 129).

Portanto, como tínhamos mencionado, no planeamento normativo ou tradicional, os que tinham poder possuíam braços de ferro e queriam sentir o peso do seu comando. Era aquilo que acontecia antes do Vaticano II. Esse planeamento está em contradição com uma pastoral toda ela ministerial em que todos os fiéis tomam parte ativa em todo o processo, ao começar com o

planeamento, a execução e avaliação. Desde que, pela vocação todos são chamados para assumir esta missão evangelizadora (cf. LG 10).

5.2.4.2. Planeamento estratégico

O planeamento estratégico surgiu no âmbito de empresas, e iniciou-se nos Estados Unidos da América, embora a palavra “estratégia” teve origem no âmbito militar, com o intuito de preparar bem e dispor as forças para vencer o inimigo no campo de batalha. É um plano reservado aos generais, isto é, pelos que têm o poder de comando (cf. BRIGHENTI, p. 38).

Mesmo assim, fora do assunto militar, como dissemos acima, este plano está mais relacionado com as corporações e teve início nos anos 60. Era um plano de ação que durava por volta de cinco anos para ver o crescimento económico da companhia em termos da sua eficácia e eficiência.

Em relação à pastoral, o planeamento estratégico foi usado por volta dos anos de 1970, pensando da operacionalidade de objetivos, das estratégias bem definidas, os recursos disponíveis e as metas para pôr em ação (cf. *Ib.*, p.39). Este planeamento tem vários passos como veremos em seguida: primeiro, normativo, que significa, a definição da identidade da instituição no seu momento presente e aquilo que quer alcançar no futuro. Nesta fase, a ênfase está no aspeto organizativo para alcançar os objetivos. Segundo, momento analítico, que compreende, um estudo da situação interna e externa da organização, começando com os desafios externos e ameaças, pois uma vez que se trata da corporação, deve-se pensar em seus concorrentes e por fim fazer a análise interna para ver os seus pontos fracos e remediá-los.

Terceiro, é o momento estratégico, de traçar os objetivos da organização e o modo concreto como alcançá-los à curto prazo, de acordo com a visão da instituição. Quarto, é o momento tático-operacional. Esta é a última fase de pensar na sua execução tendo em consideração os seus objetivos, as estratégias, políticas e metas traçadas com o intuito de alcançar os objetivos definidos (cf. BRIGHENTI, p. 40).

Este método de planeamento tem grande consideração com o ponto de partida e da chegada, isto é, o êxito da instituição, como sua vantagem. De sorte que, o planeamento estratégico é viável para as empresas, que precisam de competições e está sempre em jogo os sucessos, vantagens, insucessos e desvantagens.

Consequentemente, a instituição está sempre em processo de avaliação contínua no ponto de vista externa e interna. Hoje em dia esta avaliação é muito exigente, visto que, necessita de criatividade e bom senso para adaptar às exigências do mercado. De maneira que, a organização está sempre procurando meios para se adaptar à realidade e as exigências do mercado no curto prazo (cf. lb.).

No ponto de vista crítico, este método é viável para as empresas, porém, não é compatível para o planeamento de pastoral à nível diocesana e paroquial, etc. No interno da Igreja, não há concorrentes como nas empresas. Pelo contrário, os fiéis se reúnem para planejar, executar e avaliar juntos os planos para o bem da missão de evangelização. De facto, há avaliações contínuas segundo o plano, para melhorar acertando alguns pormenores. No entanto, não haverá grandes mudanças, visto que, a eficiência está fora do alcance da missão da Igreja em relação à evangelização.

Outro aspeto a considerar é que no planeamento de pastoral, não há competições como acontece entre empresas no ponto de vista de qualidades, preços e serviços. Pelo contrário, na Igreja o que se insiste é na abertura, no diálogo, na comunhão e na participação dos membros do Povo de Deus na missão de Jesus Cristo. De modo que, há lugar para todos os batizados de assumir esta responsabilidade da missão evangelizadora (cf. lb.).

Finalmente, a Igreja não põe no primeiro plano a eficácia, que significa, obter frutos concretos, assim, ela procurava a “qualidade total” (BRIGHENTI, p.41), que significa, pôr no primeiro plano a eficiência ou o lucro, próprio da exigência do mercado. Mas na pastoral não se realiza deste modo, como tínhamos dito. O que conta mais é o processo, em que há maior envolvimento de fiéis para alcançar um objetivo ideal que é o Reino de Deus e a santidade. Este

esforço não é meramente um esforço humano, como pensam os pelagianistas (cf. GE 47ss), mas é graça de Deus, de sorte que, os agentes são sempre servos inúteis (cf. Lc 17,10).

5.2.4.3. Planeamento prospetivo

O planeamento prospetivo tinha surgido nos anos 50 e em seguida foi aplicado na pastoral da Igreja e hoje em dia é aplicado em algumas Dioceses de América Latina. O projeto é atribuído com o nome de “Nova Imagem da Diocese” e os autores procuram atualizá-lo com a eclesiologia do Povo de Deus do Concílio Vaticano II (cf. BRIGHENTI, p. 41).

Este modelo de planeamento obedece três passos que são: atitude prospetiva, como a definição do modelo ideal. A reflexão prospetiva, que é a elaboração do modelo da situação e por fim, a programação prospetiva, que implica o modelo operacional (cf. Ib). A primeira atitude é de projetar o ideal que será alcançado no futuro, de acordo com as expectativas, desejos e aspirações emanadas do presente.

A elaboração da atitude prospetiva implica dois momentos que são: o desenho da situação ou problema, que é a delimitação do objeto de planeamento. Significa, dar os primeiros passos ao problema fundamental, determinar os princípios que orientam as linhas de ação para resolver o problema. Segundo, projeção de modelo utópico, isto é, baseando nos resultados da situação e com a criatividade procurar projetar um resultado utópico no futuro (cf. BRIGHENTI, 2011, p.58).

A segunda fase é a reflexão prospetiva em que procura reler novamente o desenho da situação concreta, à luz do modelo utópico, formulá-lo de acordo com as exigências de listas de problemas e em seguida elabora-se um diagnóstico pastoral. Elaborar o diagnóstico, significa, buscar explicações da realidade, analisando os fatores externos e internos para ver o processo da evolução do problema e suas tendências no futuro. Além disso, deve-se ter em consideração as potências e os recursos para poder realizar a sua projeção (cf. Ib.).

A terceira fase, trata-se da programação prospetiva. Esta fase orienta os operadores de planificação para fazer um confronto entre o marco ideal e o marco da situação real. Compreendem três momentos, como veremos em seguida: Primeiro, elaboração do plano global em que se definem o objetivo geral, os objetivos específicos e os critérios de planos de ação e a sua implementação. Segundo, elaboração dos planos específicos, os critérios dos planos específicos, indicando os responsáveis da ação, tendo em consideração o plano geral traçado. Finalmente, a programação, que é a realização dos processos de ação através de diferentes instrumentos que têm relação uns com outros (cf. Ib.).

Há dois elementos positivos neste método: Está centrado nos pontos de partida e da chegada, que é o ideal, numa abstração mental e em seguida confrontar com a realidade. Por isso, trata-se de um método que exige imaginação e criatividade numa ação de longo prazo e que se pode enquadrar na teologia da esperança. Outro aspeto positivo deste método é a procura de uma visão global da organicidade e de dinamismo de ação segundo uma série de problemas recolhidos (cf. Ib.).

Além dos elementos positivos que aludimos, não podemos fechar os olhos perante os elementos negativos ou seus limites. Temos que estar sempre presentes que o método de planeamento pastoral não é um conceito imaginário, por isso, não se pode elaborar fora do contexto real dos seus interlocutores. Doutra modo, seria uma utopia e como consequência, não há de ter impacto na transformação da vida das pessoas. Pelo contrário, no ponto de vista teológico, a realidade é o lugar onde Deus fala às pessoas através de sinais concretos, tendo em conta que ela é a revelação de Deus.

É verdade que somos humanos, muitas vezes temos uma leitura subjetiva da realidade, por isso que, a participação da comunidade no processo de discernimento é muito importante, com o intuito de seguir a voz do Espírito e evitar o máximo possível o subjetivismo. De modo que, não se pode menosprezar a realidade (cf. Ib., p. 60-61).

Outro limite é o problema de desenho da situação-problema, que nivela todos os problemas. De certeza, há vários problemas, porém, deve-se colocar

segundo as suas prioridades, assim, resolve-se gradualmente de acordo com a escala de prioridades. Desta maneira, temos que dar maior espaço de tempo e recursos disponíveis na sua implementação. Pelo contrário, quando todos os problemas são colocados no mesmo nível, correria o risco de desperdiçar o tempo e os recursos, conseqüentemente, pode-se surgir insucessos ou necessitar-se de muito mais tempo e maiores recursos para resolver todos os problemas em vez de atacar primeiro o mais grave (cf. lb.).

5.2.4.4. Planeamento participativo

O planeamento participativo teve início no ano 1970, de origem dos meios populares e no interno da Igreja, sobretudo na América Latina. Foi tomado pela camada intelectual que estava comprometida com a transformação da vida do povo, sobretudo dos mais pobres. Este método parte de ação e desemboca novamente na ação. Mesmo assim, a sua ênfase não está nos resultados, contudo, no seu processo. O método está de acordo com as exigências das técnicas modernas em que solicita a participação de maior número possível de pessoas no seu processo para à ação. É composto de três momentos e cada um com os seus passos, como veremos em seguida (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 62).

5.2.4.4.1. Explicitação de marco referencial

No método participativo, devemos ter em consideração duas referências que são, a realidade em que as pessoas estão inseridas e a utopia pelo qual esta realidade deve redirecionar à mesma realidade. Assim, vamos ver primeiro o marco da realidade. Este é o ponto de partida para as pessoas que estão envolvidas no processo possam tematizar e explicitar a partir da realidade social e eclesial em que estão vivendo. Eles próprios são sujeitos, procuram descobrir as causas principais e secundárias dos problemas que não são compatíveis com a mensagem evangélica e conjuntamente procuram meios para poderem transformá-los (cf. lb., p.63).

No marco doutrinal, trata-se duma confrontação dialética entre a revelação ou da Palavra de Deus com a realidade e projetar um futuro desejável que se quer alcançar através de pastoral, em forma de referência teórica, inspirada pelo Evangelho. Esta confrontação dialética entre a revelação e a realidade provoca

uma dupla modificação de sentidos: “uma novidade de sentido da realidade por esta sofrer o impacto do dado revelado e uma novidade de sentido da revelação, por esta sofrer o impacto da situação “(Ib.).

Por fim, o diagnóstico pastoral, que é o resultado da confrontação entre o marco referencial e o marco doutrinal e como consequência, resulta uma nova tomada de posição como um cristão perante à realidade histórica. É um processo de identificar as potências e suas resistências, os maiores problemas e as prioridades pastorais que são de caráter urgente para pôr em ação (cf. Ib., p. 64).

5.2.4.4.2. Elaboração do marco operacional

O marco referencial é um processo ascendente que parte de ação. Pelo contrário, o marco operacional é o movimento inverso e gira à volta da ação e é composto de três passos: Primeiro, o prognóstico pastoral que é um processo de traçar o objetivo geral do plano, os objetivos específicos e o processo de implementação. Em seguida, elaboração dos critérios que orientam a ação que brotam dos objetivos específicos. Este último compreende as linhas de ação e as suas estratégias que brotam da realidade e termina-se com um inventário de recursos, como recursos humanos, meios financeiros, didáticos, etc. (cf. Ib.).

Segundo, a programação pastoral, que trata exclusivamente de ações e metas concretas para alcançar o seu resultado. Implica a distribuição de atividades às pessoas concretas e a sincronização das ações do plano geral com os planos específicos por meio dum cronograma (cf. Ib.).

5.2.4.4.3. Explicitação do marco organizacional

Esta é a última fase do processo de planeamento pastoral participativo que é a sua implementação. São compostos de três elementos a considerar para que haja sucesso: a primeira é a organização institucional. Pensar nos mecanismos de coordenação entre setores ou pessoas envolvidas para a realização de programa, como organização global, equipas de coordenação, animação, como os primeiros responsáveis. Nesta fase, é muito importante uma distribuição clara das tarefas às pessoas certas e as linhas de coordenação entre elas. Segundo, é o acompanhamento ou o controle da execução dos programas. No início do

programa, o acompanhamento é intensivo e à medida que a organização vai-se amadurecendo a intervenção torna-se cada vez menos até ela tornar-se madura. Nesta última fase, o acompanhamento torna-se menos frequente para dar lugar às pessoas envolvidas de crescerem e tomarem as responsabilidades (cf. POLLO, 2001).

Por último, é a avaliação: momento de um acompanhamento crítico do seu funcionamento, dos seus êxitos e das suas dificuldades e insucessos (cf. PAYÁ, p. 105). Pode ser feita uma parte do programa ou de todo o programa, com a intenção de melhorar progressivamente e de evitar os erros nas atividades futuras (cf. BRIGHENTI, p. 65).

Vendo criticamente, o planeamento participativo tem grandes vantagens para a pastoral, tendo em vista a Igreja, Povo de Deus, em que todos os membros podem participar ativamente. Sentem-se maior corresponsabilidade em todo o processo, a partir do planeamento, execução até a sua avaliação. Mas, por outro lado, os participantes do planeamento participativo têm de ter uma boa bagagem intelectual e formação através de treinamento em relação ao processo do método participativo para que eles possam dominar o método. No nosso ponto de vista, o seu processo é complexo, e em relação ao nosso contexto, consideramo-lo como um método ideal que nos orienta e é demasiadamente académico. Na nossa realidade, como tínhamos aludido no primeiro capítulo, quando tratámos de desafios, um deles é a qualidade de recursos humanos bem preparados para assumir esta missão.

Por isso, nós procuramos seguir o processo que é mais simplificado no planeamento pastoral como: a análise da realidade, que implicam a realidade sociocultural e eclesial, visão e missão, os fundamentos doutrinários, a programação pastoral, que compreendem os objetivos de cada área, justificação, ações, responsáveis, destinatários, calendários e meios e finalmente a avaliação (cf. PAYÁ, p. 39-115).

Mesmo assim, tendo em consideração alguns fatores que tínhamos debruçado anteriormente, o processo de planeamento participativo que estamos tratando, funciona-se melhor nos pequenos grupos. Quando se trata de

assembleias a nível diocesana ou paroquial, onde se reúnem grande número de pessoas, com diversidades de níveis de educação, experiências e outros fatores envolvidos, é impossível que as pessoas possam participar todos ativamente nas discussões ou condvisão de experiências. De certeza absoluta algumas pessoas ficam caladas.

5.2.5. Passos metodológicos de um processo de planeamento participativo

No ponto de vista da metodologia do planeamento pastoral, cada autor procura apresentar a lógica dos seus elementos essenciais em relação com o planeamento pastoral em geral e sobretudo do planeamento participativo que estamos tratando neste capítulo. Porém, vemos que há alguns elementos essenciais que estão presentes em todas essas metodologias, e que são imprescindíveis no processo. Embora, há alguns elementos adicionais noutros. Esses são: a radiografia em geral e de pastoral da Igreja, os princípios teológicos que orientam e inspiram o processo de planeamento, os objetivos, as linhas operacionais e a avaliação.

Aquilo que acabámos de aludir acima, é um conjunto de ferramentas de grande importância no processo de uma planificação pastoral (cf. PAYÁ, 1997, p.27-28). Mas, há outras possibilidades de apresentar com outras linguagens atendendo o seu contexto onde foi produzido o plano. Mencionamos como: marco da realidade, marco doutrinal, diagnóstico pastoral, prognóstico pastoral, programação, organização e avaliação (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 30- 58).

Em confronto com a nossa realidade concreta, preferimos escolher e usar a metodologia segundo a ordem lógica de Payá, por ser mais simples e de fácil compreensão do nosso povo, e além disso, já tínhamos experiências nesse processo de programação, embora temos que ter em consideração à outros métodos para enriquecer-nos melhor. Em seguida, veremos o processo do método escolhido.

5.2.5.1. A radiografia de realidades sociocultural, económico e política

Nesta etapa, falamos apenas da complexidade de realidade de modo global, em que dá cor na maneira de pensar, atuar e viver das pessoas. Se não

conhecermos bem os destinatários, a nossa evangelização não está orientada para as pessoas concretas e históricas, mas é apenas um sonho irreal, fruto dos que prepararam o plano. Além disso, se não conhecermos a realidade da Igreja e sobretudo a sua metodologia pastoral, as suas luzes e sombras, o sujeito da evangelização, os nossos planos serão utópicos e dificilmente serão realizáveis (cf. PAYÁ, p. 63). Desta maneira, é muito importante ter uma visão objetiva da realidade dos interlocutores da evangelização e ao mesmo tempo da Igreja (cf. BRGHENTI, 1988, p. 30).

Em breves palavras: “A análise da realidade, neste duplo sentido, é uma condição necessária para o exercício de caridade, já que amar o outro exige que o conheçamos, tal como é, e o julguemos, segundo as nossas possibilidades, a caminhar para o que deve ser” (PAYÁ, p. 63).

Deste modo, os elementos que temos de considerar neste processo de análise ou radiografia da situação são: aspetos sociogeográfico, demográfico, económico, político e cultural (cf. DIÓCESIS DE AGUASCALIENTES, 1989, p. 31-90; PAYÁ, p. 69). Para obter os dados, devemos usar várias aproximações, para serem mais compreensivas e objetivas, tendo em conta que, cada método tem os seus pontos fortes e fraquezas.

5.2.5.2. A radiografia da realidade pastoral

É uma leitura da situação em relação à situação pastoral dum contexto concreto, com o intuito de identificar quais são os problemas prioritários e os meios para responder a esses problemas, segundo a escala de prioridades.

Os elementos que entram nesta radiografia de pastoral são: primeiro, as atitudes dos fiéis frente à religião e o cristianismo, que compreendem as tradições religiosas; a paróquia, frequências dominicais dos cristãos, participação nas atividades paroquiais, presença de outras religiões e as suas influências nos católicos. Segundo, orientações éticas e morais, como a vivência de moral, contra valores, situação da moral familiar, pró-vida, violências, criminalidades, drogas, etc.(cf. PAYÁ, p. 69).

5.2.5.3. Metodologias para obter os dados e sua interpretação

Como tratamos de planejamento participativo, por isso, os processos para obter os dados também obedecem estas três metodologias: Primeiro, o estudo sociológico baseado no método de inquérito, que precisa de auxílio de técnicos para elaborar as perguntas e sua análise. Segundo, reflexões de grupos à respeito dos tópicos de estudo em que se usa a metodologia participativa. Visto que, os que fazem parte de grupos têm experiências diretas com a situação concreta e global onde estão inseridos. Eles mesmos vivem à realidade, por isso conhecem-na bem. Este método, tem a sua maior vantagem na busca de dados, mas precisa de aprofundar melhor, confrontando com os resultados de outras metodologias, para evitar as possibilidades de subjetivismo nas discussões e seu resultado. Terceiro, estudos bibliográficos. Isto é, recolher os dados já feitos pelos outros autores em relação ao tema, através de livros e outras publicações (cf. lb., p.70-71).

Depois de recolher todos os dados, a outra fase é de fazer interpretação e análise crítica sobre os resultados obtidos nas três metodologias. Nesta fase, os instrumentos que usamos, são de ordem sociológica, por isso, precisamos de dar um salto qualitativo para situarmo-nos explicitamente no ponto de vista de fé, mediante uma interpretação teológica da realidade (cf. lb.). E este texto de *Gaudium et spes*, pode ajudar-nos: “ O Povo de Deus, movido pela fé, ([...]) esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus” (GS 11).

Em seguida, temos que ver à luz da Palavra de Deus, classificar e enquadrar todos os dados encontrados em dois grupos: os positivos, que estão em consonância com a vontade de Deus e os negativos, que são elementos que obstaculizam à evangelização. Estes últimos são sinais da expressão do pecado, naturalmente, estão contra à vontade do Senhor e têm de ser eliminados ao longo do processo (cf. PAYÁ, p. 72).

O último passo é o processo de identificar os desafios prioritários que emergem toda a análise e podemos chegar a esta pergunta: “quais são as

principais virtudes e as doenças mais graves?” (Ib., p. 74). Esta pergunta pode ajudar-nos a ter uma noção clara e realista da realidade das nossas comunidades, da paróquia ou da nossa Diocese, para podermos prosseguir com planos concretos e ações fatíveis.

Na perspectiva de pastoral, um dos aspetos de grande relevo, dentro do nosso contexto, que devemos tomar em consideração e que não saia da doutrina do Vaticano II, que é a eclesiologia do Povo de Deus, onde tínhamos debruçado sobre a comunhão e participação de todos os membros na missão de Cristo. O segundo elemento é a vivência da nossa fé e sua expressão através do nosso testemunho. É um dos valores que precisamos de ter maior consideração na nossa evangelização para não criarmos dicotomia entre a fé e vida. Apesar de sermos todos cristãos, porém, ainda falta-nos muito é a sua expressão que seja mais convincente.

O terceiro aspeto é a pastoral da “saída” para uma evangelização missionária, que exige de todos nós uma conversão contínua, através de reflexão e formação contínua acerca dos documentos do Vaticano II e os documentos atuais da Igreja. O quarto, que não podemos prescindir é a atitude de humildade para dialogar, apreciar os valores positivos de outras religiões e ter maior tolerância. Desta sorte, podemos colher delas alguns elementos positivos para enriquecer a nossa espiritualidade. Embora, como tínhamos visto no capítulo terceiro, que em princípio não temos problemas com os aderentes de outras religiões e estabelecemos uma convivência pacífica e boa cooperação, embora são uma minoria em número (cf. ESTATÍSTICA, 2015).

Quinto, é a nossa contínua participação na promoção e defesa dos pobres, pois vendo à nossa realidade, a maior percentagem da nossa população ainda vive na pobreza, enquanto um pequeno número está gozando da nossa riqueza através da corrupção, como tínhamos mencionado. Mesmo que, a Igreja de Díli tinha contribuído muito no processo da defesa e promoção da dignidade da pessoa humana ao longo da história do povo de Timor. Outro aspeto é o processo de inculturação, como um dos meios para responder os desafios do modernismo e sobretudo, das outras Igrejas que estão entrando na nossa Diocese. Por último, é o sincretismo religioso, como novo movimento que se

afasta da Igreja católica. Há outros aspetos, porém, os elementos que enumerámos são de grande relevo.

5.2.5.4. A reflexão teológica

Em relação à análise da realidade, como aludimos acima, tanto no aspeto sociocultural, como na pastoral, usamos os métodos de ciências sociais em todo o seu processo. Porém, a diferença com a reflexão teológica está no “Marco Doutrinal” (BRIGHENTI, 1988, p. 35), que se baseia na fé, visto que, os objetivos são diferentes das ciências sociais.

Por isso, depois do primeiro passo, que acabámos de ver, que é a realidade ou análise da situação, em seguida podemos interpretá-la na perspetiva da fé. Qual é a vontade de Deus perante esta situação concreta do Povo de Deus? A sua resposta tem de ser contextual, atendendo a condição das nossas pessoas, comunidades, as suas estruturas eclesiais, à nível paroquial e diocesana, que não são assuntos novos a tratar, senão, como ler a vontade de Deus nas realidades sociocultural, política e económica, religiosa, pastoral, onde as nossas pessoas estão inseridas (cf. *Ib.*, p. 35; CABELLO, et alii., p.64-67).

Os critérios que regem, podem ser de ordem teológico-doutrinal de acordo com a eclesiologia que vigora na Igreja de hoje que é de comunhão ou de fraternidade, onde reina a caridade no processo das discussões, implementação e avaliação (cf. PAYÁ, p. 133). Com o fundamento no mandamento que Jesus deixou à sua Igreja: “Um só é o vosso Mestre, e todos vós sois irmãos” (Mt 23, 8). Por isso, Ele adiantou: “amai-vos uns aos outros como Eu vos amei” (Jo 15, 13).

Com a eclesiologia da comunhão, as diferenças de carismas e ministérios estão em missão de servir o Povo de Deus, por isso o modelo de padre que queremos formar(cf. BRIGHENTI, 1988,p. 36-37) tem de ser de acordo com o espírito do Vaticano II, que é humilde, aberto, misericordioso, serviçal, etc. Como tínhamos mencionado em várias partes deste trabalho que, o sacramento de Ordem está estritamente relacionado com a missão de serviço da hierarquia (cf. PO 3).

Não só isso, mas o espírito de serviço abrange as outras áreas, como: culturais, política, económica e social. Estas áreas são lugares teológicos onde Deus nos fala. Por isso, a Doutrina Social da Igreja, como aplicação prática no Evangelho nos ensina e nos exige do nosso envolvimento na vida integral da pessoa humana (cf. DSI 62-65). Na verdade o Vaticano II deixou-nos muito claro nos seus ensinamentos que não podemos ter atitudes alheias à realidade da vida humana, as suas alegrias, os seus anseios e sofrimentos (cf. GS 1).

Os passos mais concretos da fraternidade ou da comunhão face às organizações são: acolher e educar à diversidade (cf. PAYÁ, p. 134). Criar atitudes de tolerância, humildade e compreensão são muito importantes. Realmente, em todos os níveis das nossas comunidades, há diversidade de pessoas em idade, educação, sexo, classes sociais, dons, sensibilidades, etc. Tudo isso, orienta-nos para uma renovação contínua através da formação contínua, na reflexão da Palavra de Deus, nas celebrações dos sacramentos, sobretudo à Eucaristia para termos uma motivação que se fundamenta na fé e na caridade. Por outro lado, temos de pensar e estarmos sempre conscientes que a missão de evangelização foi confiada a todo o Povo de Deus e não à indivíduos isolados (cf. Ib.).

Segundo, promover o espírito de família através de convivências permanentes (cf. Ib.). Pois, o encontro permanente com os membros da comunidade para a partilha da Palavra de Deus, nos encontros de formação, aniversários e o ápice de tudo isso, é a celebração da Eucaristia, como o sacramento de unidade (cf. CCC 1396-1398). Todos estes meios ajudam os membros para se estreitarem a amizade entre eles. Desta maneira, cria-se um espírito de confiança e de abertura e por conseguinte, pode-se haver ideias e visões diferentes nos encontros e há possibilidades de criar tensões no processo de planificação e execução de planos, mas não haverá problemas, visto que todos os membros buscam estabelecer a unidade e diversidade entre eles, que são riquezas para a organização e não é na uniformidade (cf. PAYÁ, p. 134).

5.2.5.5. Objetivos/ Visão e Missão

No contexto da Ásia, mesmo na pastoral, usamos o termo “Visão” e “Missão”, mas nos ambientes da América Latina e europeu costumam designar por “Objetivo geral” e “objetivo específico.” Alguns autores preferem usar o termo “finalidade” e preferem reservar o termo “objetivo”, para as metas intermediárias, que se situam na ordem de linhas operacionais (cf. PAYA, p.83-84), ao tratar do projeto pastoral da Igreja. Porém, segundo o contexto em que este projeto foi elaborado, usamos o termo: “Objetivo geral”. Enquanto para o A. Brighenti, o termo preferido é “ Prognóstico”. Em que enquadram os elementos como: os “objetivos, os critérios da ação e inventário dos recursos”(BRIGHENTI, p. 41), como meios para apoiar o plano pastoral.

5.2.5.5.1. Objetivo geral

O objetivo geral é a meta ideal que queremos alcançar e nunca alcançaremos neste mundo e é um só (cf. BRIGHENTI,p. 42 ; PAYA, p.84). Não é visível, avaliável e não é operativo (cf. PAYÁ, p. 85). Por isso que, todos os esforços da uma evangelização integral em que toca o homem na sua totalidade, da sociedade, da Igreja e a pastoral, são inspirados pelo Marco Doutrinal (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 42-43). Por conseguinte, podemos formular o Marco doutrinal, de acordo com o processo da discussão deste projeto: “Promover uma Evangelização integral, inculturada, em comunhão e participação de todo o Povo de Deus, para transformar as pessoas e as comunidades com o valor do Reino de Deus” (cf. AGUASCALIENTES, p. 249).

5.2.5.5.2. Objetivos específicos

Poderíamos tratar os objetivos específicos no interno da programação pastoral, que veremos mais adiante. No entanto, para a maior clareza, optamos de tratá-los separadamente. Assim, os objetivos específicos são metas intermediárias e transitórias que uma organização quer alcançar num determinado tempo e é uma meta visível e avaliável. Segundo Payá “ os objetivos não-de ser poucos, claros, realistas, significativas e avaliáveis” (PAYÁ, p. 86). Esta é a regra de ouro, por isso, tem de pôr em consideração ao fazer a programação pastoral.

A seguir, vamos explicar melhor cada um dos adjetivos que mencionamos acima: “Poucos”, significa que a nossa capacidade é limitada, de maneira que, seria melhor de não preocuparmo-nos de muitas coisas ao mesmo tempo para pormos em ação. De facto, temos grandes ideais e ambições, porém, temos que medir as nossas forças e sermos realistas e por isso precisamos de caminhar gradualmente.

O segundo elemento a considerar é sermos “claros”: Que significa, a sua formulação tem de ser simples, compreensível e realizável. Não precisa de grandes explicações, porque a formulação em si já é clara, por ser simples.

A terceira característica, que o objetivo seja “realista”. Visto que, é adaptado à realidade dos interlocutores que são pessoas concretas e situacionais e com os meios disponíveis. Quarta, “significativo”, quer dizer, temos que selecionar os objetivos mais urgentes e que têm efeitos abrangentes e multiplicadores. Que são capazes de melhorar muitos aspetos da realidade da vida humana e beneficiam grande número de pessoas.

A última, “avaliáveis”: que significa, no final do período previsto do plano, pode-se analisar com exatidão aquilo que alcançamos e os insucessos. As razões de insucesso, etc. (cf. PAYÁ, p. 87).

Uma vez que já está estabelecido o objetivo pastoral de cada área, dando prioridade aos mais importantes, em seguida, estabelecermos os passos para podermos alcançar o objetivo traçado. Naturalmente, precisa de um processo que exige tempo, recursos, força de vontade e constância, pois a natureza nunca dá saltos, isto é, não queimar as etapas. Trata-se de um processo, de maneira que, logicamente, haverá etapas iniciais, intermédias e finais. Desta maneira, é preciso calcular e determinar o tempo que dura cada etapa para chegar à etapa culminante ou final (cf. *Ib.*, p. 93).

Em seguida, vamos ver a distribuição por etapas: o primeiro passo que se deve fazer é de motivar as pessoas para poderem envolver-se no processo e alcançar o objetivo traçado. Esta etapa precisa de um determinado período de tempo. Segundo, formar as pessoas sobre a identidade, o significado e a importância da ação a realizar na perspectiva de uma visão de conjunto na missão

eclesial da nossa Diocese, paróquia ou comunidade. Esta etapa precisa mais de tempo, visto que ela é a mais importante, como processo para transformar o coração, a mente e motivar as pessoas para porem em ação (cf. Ib., p. 94). Terceira, tempo de arranque, que precisamos de informar às pessoas da comunidade e aos interlocutores, para se organizarem em grupos e iniciar as atividades.

Finalmente, avaliação, que falaremos mais adiante, mas tocando neste processo, queremos dizer que a avaliação é importante e é uma das atividades importantes do processo para ver o resultado dos objetivos propostos e metas intermediárias de cada etapa. O tempo da avaliação depende muito da caminhada: inicial, realiza-se mais vezes, intermediária, menos e quase final, a frequência será menos. Portanto, a frequência da intervenção depende muito da caminhada, isto é da maturidade do grupo (cf. BORAN, p. 326-327). Na avaliação final da programação, há uma necessidade de fazer uma verificação mais pormenorizada de todos os elementos do programa, os sucessos alcançados e as falhas e suas causas, para caminharmos com mais eficácia no futuro (cf. PAYÁ, p. 94-95; BRIGHENTI, 1988, p.48).

5.2.5.6. Linhas operacionais/Programação pastoral

As linhas operacionais, ou melhor, o termo apropriado é a “Programação Pastoral.” É a operação em que seleciona com precisão as atividades chaves que têm de realizar para alcançar as metas propostas no plano. Situadas e distribuídas num espaço de tempo concreto, normalmente dura por um ano e a organização das forças disponíveis para levá-las até ao fim (PAYÁ, p. 97).

A programação pastoral é a concretização daquilo que se deve fazer, como fazê-la e quem fará. Por isso, se diz que a programação pastoral é o elemento determinante da operacionalidade de Plano Pastoral (cf. Ib). Nesta etapa, lançamos mão em ação à respeito dos problemas prioritários que identificamos na análise pastoral. Em seguida, veremos esses passos:

Primeiro, sobre o programa ou as áreas que precisamos de pôr em ação. Em seguida, determinar os objetivos, que têm de ser claros, poucos, realistas, significativas e avaliáveis, como mencionámos na regra de ouro. Determinar

aquilo que se quer alcançar num período de um ano, que se chama por meta e por fim os passos (cf. BRIGHENTI, p. 49-50), as ações e as atividades pastorais para atingir a meta concreta de cada etapa. Determinar os sujeitos que vão realizar, naturalmente a Diocese, a comunidade paroquial e os grupos ou associações, consoante o objetivo do plano. Destinatários ou interlocutores, são as pessoas concretas com uma certa condição de vida, nível cultural, fé, etc. Calendário de execução e os meios que são necessários para pôr em andamento as diferentes atividades, como meios didáticos, económicos e meios locais (cf. BRIGHENTI, p. 50 ; PAYÁ, p. 98-104).

5.2.5.7. Organização pastoral

Depois de ser definido o processo da planificação pastoral em todas as suas etapas, em seguida, precisamos de meios organizativos para realizá-la à nível diocesana, paroquial e grupais ou comunitários. Mas as organizações devem obedecer certos “princípios que explicam o alcance e o valor da organização na ação evangelizadora” (PAYÁ, p. 128).

A organização é um instrumento ao serviço da evangelização, deste modo, ela nunca deve ser um fim em si mesma e ela tem de responder às necessidades reais dos interlocutores. Ela deve ser criada a partir da base, isto é, mediante as necessidades reais da comunidade. No início pode-se criar grupos com meios mais simples e depois vai avançando gradualmente com o andar do tempo até a maturidade do grupo (cf. PAYÁ, p. 128-129).

Além disso, explicitamente, de acordo com o objetivo deste capítulo que se trata de um planeamento de pastoral participativa, deste modo, é preciso dar maior autonomia aos leigos para que sintam maiores responsabilidades pelas tarefas que lhes foram confiadas. Embora temos de estar conscientes que deve-se realizar de maneira progressiva, dependendo da realidade concreta das pessoas. É preciso definir bem e claro as responsabilidades que as pessoas assumem para não criar confusões, contradições e desilusões no processo.

Para assumir bem as funções com responsabilidade, os nossos leigos precisam de formação em atenção à nossa realidade para que eles possam ter confiança em si ao realizar a sua missão e ao mesmo tempo ter a capacidade de

exercer bem a missão de evangelização que lhes cabe. Eles precisam formação à nível pessoal a respeito de “leadership”, espiritual, bíblico, teológico-pastoral.

As decisões tomadas têm dois caracteres: pessoal, sobre a atividade que a pessoa está realizando, na área da sua competência, através de reflexões, novas decisões e sobre a execução do seu trabalho. A outra, é a decisão que afeta toda a comunidade à nível institucional ou pequenas comunidades. Esta tem de ser partilhada e chegar a um consenso, como acontece nos Concílios e nos Sínodos e a última palavra seja sempre do pastor, contudo ter sempre em consideração com a opinião de todos os presentes (cf. PAYÁ, p. 137-142).

5.2.5.8. Avaliação de pastoral participativa

Finalmente, chegamos ao último passo de um planeamento pastoral que é avaliação, como acompanhamento crítico da sua execução, dos sucessos e insucesso de todo o processo de programação de pastoral. Desta sorte, colhemos a definição do Payá em que se diz: “ A avaliação é o seguimento contínuo da aplicação do plano pastoral, para comprovar se está a alcançar os objetivos propostos em cada etapa” (PAYÁ, p. 105).

5.2.5.8.1. Necessidade de avaliação pastoral

Necessitamos de fazer avaliação constante, porque, como diz o Vaticano II: “[...] a Igreja, contendo pecadores no seu próprio seio, simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, exercita continuamente a penitência e a renovação” (LG 8). Isto significa que, nós precisamos de fazer continuamente renovação na nossa ação pastoral, em busca constante da verdade, segundo a concretização do Evangelho, traçado nos documentos do Vaticano II e os documentos posteriores, para sermos sempre fiéis a Deus e ao homem concreto, que são os nossos fiéis (cf. PAYÁ, p.107-108).

Precisamos de avaliar os planos traçados em que implicam: a realização dos objetivos de cada área, as ações, os sujeitos, os interlocutores, o calendário (cf. PAYÁ, p. 109-110). O tempo de avaliação pode ser no meio de cada etapa e é muito importante para solucionar alguns problemas. Depois no fim duma etapa,

que exige uma avaliação mais detalhada e profunda em relação à sua execução, que geralmente dura um ano, antes de iniciar uma nova programação.

Para uma avaliação anual mais detalhada, precisa-se de uma preparação pormenorizadamente pelos responsáveis, antes de iniciar a avaliação, como veremos em seguida (cf. PAYÁ, p.120-122).

5.2.5.8.2. As etapas de avaliação

Uma avaliação mais completa e mais objetiva segue os seguintes passos: primeiro, preparação, segundo, realização, terceiro, etapa de estudo (cf. PAYÁ, p. 116) e etapa de aplicação (cf. CABELLO et alii, p. 147; PAYÁ, p.116-117).

A etapa de preparação é o processo de pensar e de desenhar aquilo que se deve avaliar. Naturalmente, não é uma atividade global de toda a vida da paróquia ou da comunidade, porém, é sempre no interno do plano pastoral que já foi traçado. Por exemplo, a respeito do processo de preparação, planificação e sua implementação. Em seguida, pensar na modalidade da avaliação, que pode ser feito através de questionários abertos ou fechados para serem respondidos. Entrevista a todos os responsáveis e outras pessoas que estão envolvidas em todo o processo, etc. (cf. CABELLO, p. 149-150; PAYÁ p. 117-118). Fixar o calendário da avaliação (cf. PAYÁ, p. 116).

Esta etapa é muito importante para a eficácia da avaliação. Com isso, pode-se determinar com clareza e precisão aquilo que se deve avaliar e a modalidade da avaliação. Neste caso, é muito importante, a função do grupo de facilitadores que tínhamos mencionado acima (cf. CABELLO, p. 149).

Nesta etapa, é uma chamada de atenção para todos os participantes para que possam fazer uma avaliação mais profunda e detalhada e assim, precisam de boas preparações. De modo que, é necessário afastar todas as tendências para as atividades improvisadas, para chegar à um resultado mais objetivo. Se os facilitadores têm dificuldades, com humildade recorrer às pessoas mais especializadas ou preparadas para ajudá-los (cf. Ib., p. 151-152).

Na segunda etapa, é a fase de realização da avaliação. Onde exige a participação de maior número de pessoas, que se envolveram em todo o processo (cf. PAYÁ, p. 116), para poderem descobrir os sucessos e insucessos. Em seguida, com a ajuda de técnicos, estudar os dados disponíveis para descobrir as causas de sucessos e sobretudo de insucessos para melhorar no futuro. Por fim, na última etapa, que é a aplicação, é pôr em consideração às modificações sugeridas pelos resultados da avaliação em vista da preparação do plano para o ano seguinte. (cf. CABELLO, p.155-156 ; PAYÁ, p. 117).

5.3. Condições para desencadear um processo de planeamento participativo

No processo de um planeamento participativo não é necessário preencher todos os requisitos para atingir um nível mais completo. No entanto, deve-se haver algumas condições prévias tanto à nível pessoal, do grupo de coordenadores e institucional para poder começar com o planeamento, visto que é muito importante para os participantes de estarem conscientes com o ideal que querem alcançar e estarem à par de todo o processo e as suas exigências para não se tornarem estagnados na sua caminhada. De modo que, vamos tratar destas condições prévias.

5.3.1. Condições prévias a nível pessoal

A fé e a convicção pessoal são fatores de grande importância, ao refletirmos as condições pessoais das nossas gentes. Tendo em conta ao nosso contexto que, geralmente, empenhamo-nos no trabalho de evangelização sem qualquer remuneração. É um trabalho que é voluntário e faz-se nos momentos livres, porque acreditamos na bondade e na intervenção do Senhor na nossa vida e na promessa de santidade. E em relação à missão evangelizadora, o santo Papa João Paulo II dizia na *Redemptoris missio*, que “a universal vocação à santidade está estritamente ligada à universal vocação à missão” (RMi 90).

Por isso, o que nos move para pôr em ação em relação à evangelização é a fé no Cristo ressuscitado. Porém, para que a fé possa ser robusta, é preciso de ser alimentada, como o Papa Francisco foi preciso na sua exortação apostólica

Evangelii gaudium: “Sem momentos prolongados de adoração, de encontro orante com a Palavra, de diálogo sincero com o Senhor, as tarefas facilmente se esvaziam de significado, quebrantamo-nos com o cansaço e as dificuldades, e o ardor apaga-se” (EG 262).

O Papa também adiantou que, a nossa primeira convicção para envolvermo-nos no processo de evangelização é de experimentarmos o amor de Deus e procuramos de aprofundá-lo através de um diálogo constante com Ele, nas celebrações dos sacramentos e na escuta e meditação da Palavra de Deus, com o objetivo de alcançarmos à santidade e ao mesmo tempo ajudarmos os nossos outros irmãos de alcançar o mesmo objetivo final. O nosso amor a Deus tem de tornar-se concreto no amor aos irmãos, sobretudo aos mais necessitados (cf. EG 264-267).

De certeza absoluta num plano participativo onde se envolve grande número de pessoas, devemos contar com conflitos. Contudo, o mais importante é ter uma atitude de humildade de acolhê-los e considera-los como natural, que faz parte de uma caminhada. O mais importante é de afastar os preconceitos e atitude egoístas de impor e de dominar. Desta maneira, a melhor atitude é de serenidade e de abertura pensando no bem comum de todos e as diferenças de perspectivas e ideias são consideradas como meios de mútuo enriquecimento (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 80-81).

De facto, já aludimos em várias parte deste trabalho que, uma das exigências fundamentais para amar à Deus e à sua missão evangelizadora é de conversão permanente para um paradigma da nova eclesiologia de comunhão e participação na missão de Jesus Cristo, em que engloba todo o Povo de Deus (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 23; 2011; p. 80). Conversão para seguirmos as orientações e diretivas da Igreja, acerca da importância da comunhão e participação dos fiéis, como membros da Igreja e de dar maior espaço aos leigos. Mudança de coração e a nossa maneira de evangelizar para sentirmos solidários com os pobres e os marginalizados, como primeiros interlocutores da nossa missão, como dizia são Paulo:

Considerai, pois, irmãos, a vossa vocação: humanamente falando, não há entre vós muitos sábios, nem muitos poderosos, nem muitos nobres. Mas o que há de louco no mundo é que Deus escolheu para confundir

os sábios; e o que há de fraco no mundo é que Deus escolheu para confundir o que é forte . O que o mundo considera vil e desprezível é que Deus escolheu; escolheu os que nada são, para reduzir a nada aqueles que são alguma coisa (1 Cor 1,26-28).

A Igreja tem demonstrada essa solidariedade através de várias maneiras. Destacamos algumas figuras, como o bispo Romero de São Salvador, em defesa dos seus irmãos mais pobres e foi morto à tiro (cf. SOBRINO, 1989, p. 65-66). Santa Teresa de Calcutá, que deu a vida pelos mais pobres do mundo em defesa da vida humana, como sinal de amor gratuito e "à disposição de todos através do acolhimento e da defesa da vida humana, tanto a que não nascida como a abandonada e descartada" (PAPA FRANCISCO, 2016) e que foi proclamada santa no dia 04 de setembro de 2016.

A mudança de mentalidade expressa-se no compromisso pessoal (cf. BRGHENTI,1988, p. 23), que no termo do Papa Francisco chama-se, "conversão pastoral e missionária" (EG 25), pois "na doação, a vida se fortalece; e se enfraquece no comodismo e no isolamento" (EG 10). Esta exigência é a consequência da fé e amor à Jesus e ao seu Evangelho. Jesus Cristo foi o nosso modelo de amor e na doação total à humanidade, sacrificando-se no alto da cruz.

Por fim, exige de todos, um espírito crítico e de objetividade (cf. BRIGHENTI, 1988,p.23), para ver e responder às necessidades reais da comunidade. De modo que, é muito importante ter uma atitude de empatia com a realidade da maioria dos membros da comunidade. Consequentemente, o planejamento pastoral está sempre em vista de uma visão integral da evangelização e em atenção às pessoas concretas (cf. EN 29-31). Naturalmente, sem esquecermos do anúncio explícito do Evangelho, como missão prioritário da Igreja (cf. EN 22).

5.3.2. Condições prévias a nível do grupo coordenador

Pelo menos, há um grupo de coordenador, para assegurar a direção dos encontros. Discutem entre os membros para que os objetivos do plano sejam claros, antes de iniciar o planejamento, para evitar a atitude de espontaneidade e improvisação. Pôde gerar más consequências, como a perda de tempo e criar

tensões que são desnecessárias no processo, uma vez que não há prévia preparação bem-feita (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 24; 2011, p.84-85).

Esse grupo de pessoas preparadas são os facilitadores onde devem mostrar-se alegres, ter sentido de mútuo respeito, criar comunicação com os outros, assistir, ouvir, deixar os outros de aprender através de erros, flexível, dar apoio, compartilhar, honesto. No processo de discussões, a melhor maneira é de procurar chegar sempre ao consenso. De modo que, evite de apressar, criticar, dominar, sabotar e outras atitudes destrutivas (cf. GORDON, p. 30-38), que não estão em consonância com o espírito de comunhão de todos os membros presentes e da missão evangelizadora.

Isto significa, estar sempre conscientes da igualdade de dignidade do Povo de Deus, deste modo, todos os membros procuram criar uma relação de igual para igual e com isso, podem gerar diálogo e abertura, mútua confiança, embora haja confronto de ideias, com o objetivo de melhorar ao máximo o plano que há implicação na sua implementação (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 24). Neste aspeto, é muito importante ter uma atitude de honestidade e abertura entre os membros presentes. Ao fim ao cabo, todos os presentes são apenas servos do Reino de Deus (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 85-86). Por isso, se diz que a empática escuta, comunicação e cooperação criativa são muito importantes para gerar a alegria e disponibilidade rumo ao melhoramento (cf. COVEY, 1990, p. 297).

É preciso ter grande disciplina e sacrifício no compromisso ao trabalho, para alcançar os objetivos (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 24). De maneira que, uma das atitudes importantes é a perseverança com as pessoas, com os resultados de trabalho e contratempos (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 85). Deus criou o mundo em seis dias. Isto quer dizer que, há uma necessidade de respeitar a lei de gradualidade, ter paciência e abertura à mudança (cf. COVEY, 1991,p.80-81). Ajudar uns aos outros, segundo a devida disponibilidade para chegarem todos juntos, visto que, puxando ou forçando, não dará bons resultados. Pelo contrário, se todos caminharem juntos haverá melhor impacto e resultados (cf. BRIGHENTI, 2011, p. 84). Costuma-se dizer que, a natureza não dá saltos, mas tem as suas leis e temos de considerar e respeitar a lei da gradualidade.

É preciso fazer uma decisão comunitária, quando se trata de planejamento participativo, isto é, de alcançar um consenso. Visto que, com isso, haverá boa razão e motivações fortes no empenho de levar à frente com outros membros da comunidade quanto à sua implementação (cf. BRIGHENTI, 1988, p. 24). Como dizia Brighenti: “ Os consensos alcançados são mais do que a soma de partes homogêneas. São, antes, uma síntese que se situa num patamar superior a todas elas” (BRIGHENTI, 2011, p.86).

Na caminhada de uma comunidade onde é formada de diversidades de pessoas, com diferentes caracteres, idades, experiências e conhecimentos, naturalmente, temos de educarmo-nos para as divergências de ideias, tensões e conflitos. Considerar que o conflito não é a mesma coisa que confrontação e deve-se acolher com serenidade e naturalidade, que faz parte da caminhada humana na convivência social e num planejamento de pastoral de caráter participativo (cf. BRIGHENTI, 2011, p.80-81). Quando há divergências de ideias e conflitos, são bons sinais que todos têm interesse e querem contribuir para alcançar a um objetivo melhor.

5.3.3. Condições prévias a nível da instituição eclesial

No ponto de vista da instituição, todos os setores que lhe pertencem, têm de tomar parte ativa no compromisso do processo, na tomada de decisões, no resultado do planejamento, na sua execução e avaliação. As razões, já tínhamos apontado. Os grupos acima mencionados sentem-se mais responsáveis, porque são grupos coordenadores e têm uma melhor preparação para assumir as responsabilidades (BRIGHENTI, 1988, p. 24; 2011; p. 87-88).

Os membros presentes são todos sujeitos, significa que, as decisões são tomadas não pela autoridade e nem tão pouco pela imposição das suas ideias, contudo, pelo seu valor e validade, depois de escutar todos os membros presentes. E umas das melhores atitudes é ter a humildade e abertura, para que todos deixem de ser convertidos uns pelos outros no processo de planejamento. Não há superiores e inferiores, melhores e piores, mas todos em comunhão, irmãos da mesma fé que caminham juntos, que se chama “sinodalidade” (cf. BRIGHENTI, 2011, p.88).

A autoridade tem a função de velar e acompanhar todos os setores da instituição, para que as decisões tomadas possam ser implementadas (Ib.,p. 88-89). Assim, outro factor importante a considerar no planeamento pastoral é a avaliação, para poder medir os sucessos, insucessos, suas razões e passos para melhorar. Mesmo que um plano pastoral participativo seja bem feito e as pessoas tenham boa vontade para executá-lo, mas se fracassarem no acompanhamento contínuo, correria o risco de insucesso (cf. SILVA, p. 17).

Em consideração ao nosso contexto, é necessário de disponibilizar os recursos necessários para facilitar os participantes na sua mobilização para o lugar de encontro, as matérias didáticas, logística e outras matérias para o bom sucesso do planeamento. Temos de estar conscientes que, para que o plano seja realizável, os meios são necessários. Não ajuda nada, não é bom e nem tão pouco é confortável para os participantes, que além da sua presença e tempos gastos para os encontros, vão gastar mais dinheiro para as suas necessidades individuais durante o processo dos encontros (cf. BRIGHENTI, 1988, p.34; 2011, p.90).

Os responsáveis têm de esforçar-se para melhorar sempre e de dar apoio máximo em termos de facilidades, como recursos físicos, humanos e financeiros. Muitas vezes as pessoas contribuem com os seus talentos e tempo, contudo esquecemo-nos que elas, sobretudo, os leigos têm famílias, que precisam de tudo, filhos que precisam de ir para a escola, etc.

Devemos estar convencidos de que não podemos resolver todos os problemas com as nossas próprias forças, mas confiamos na intervenção do Espírito Santo, segundo a promessa de Jesus Cristo." Saberei que eu estarei sempre convosco até ao fim dos tempos" (Mt 28, 20). Somos apenas servos inúteis e fazemos aquilo que podemos, segundo os nossos esforços e possibilidades e o resto confiamos na providência. Por isso, precisamos de fazer a conversão pastoral e missionária para simplificar as estruturas eclesiais, como canais que facilitem a evangelização do que à auto-preservação (cf. EG 27). O *Evangelii gaudium* adiantou:

O Bispo deve favorecer sempre a comunhão missionária, na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que

os crentes tinham um só coração e uma só alma (cf. Act. 4,32) ([...]) de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária ([...]). Mas o objetivo destes processos participativos não há-de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos (cf. EG 31).

Portanto, como tínhamos falado no capítulo anterior que, o bispo tem uma função peculiar de velar pela unidade visível da Igreja, para garantir a comunhão do Povo de Deus e de outros organismos dentro da sua Diocese, em benefício da missão de evangelização de Jesus Cristo. Conscientes e convencidos que o Espírito Santo continua a atuar na Igreja, dando-lhe luz e coragem para acolher todas as suas manifestações para o bem da Igreja (cf. SUENENS, p. 21-22).

5.4. Passos de um processo participativo de reprojeção da pastoral

O sucesso de pastoral participativa não depende do bom senso ou de tipos carismáticos ou dos resultados, todavia, depende muito do processo, isto é, da sua preparação. Naturalmente, de acordo com o modelo eclesiológico do Povo de Deus, que já tínhamos abordado no início deste capítulo, em que todos os membros do Povo de Deus são sujeitos no discernimento e na tomada de decisões, que se chama por processo de metodologia participativa e além disso, em consideração com a nossa realidade.

Por isso, se diz que, um bom início de uma caminhada, significa “já meio caminho andado” (BRIGHENTI, 2011, p. 91). Visto que, é um plano que exige de todos uma boa preparação e que haja maior envolvimento dos fiéis como membros do Povo de Deus nos passos de reprojeção pastoral à nível diocesana ou paroquial.

5.4.1. A elaboração de uma proposta de planeamento participativo

Como princípio, falando de um planeamento participativo de pastoral, antes de iniciá-lo, geralmente, se faz uma avaliação sistemática, se houver um plano anterior ou uma atividade pastoral improvisada para ver os sucessos e sobretudo os insucessos e suas causas. Em seguida, elabora-se um pré-projeto sob as propostas de quaisquer membros da comunidade, sem dar importância donde veio a proposta. O mais importante é ter um caráter significativo (cf. BRIGHENTI, p. 92).

O passo a seguir é a participação livre e ativa de todos os presentes para refletir sobre o assunto proposto, discutir, corrigir ou aumentar consoante as propostas dos participantes e finalmente é a votação, usando o princípio da maioria e minoria. Se a maioria está à favor, passa e é aprovado. Pelo contrário, não passa e aguarda a sugestão de uma nova proposta (cf. lb.).

Para ser aprovado, o projeto tem de ser claro no seu processo metodológico, que compreende, ter em conta os objetivos claros, em relação àquilo que o projeto quer alcançar, o método usado, como processo da caminhada, a modalidade de tomada de decisões, que é preferivelmente em grupos organizados, o calendário, os recursos financeiro, etc. Vendo no nosso contexto, pelas nossas experiências, um dos assuntos que temos de pôr em consideração é o recurso financeiro (cf. lb.). Pensamos que não basta ter planos bem pensados. Infelizmente, os nossos projetos não podem ser implementados, por faltas de recursos económicos.

Em seguida, consultar a todos os membros onde o projeto será implementado, para que eles possam dar o seu parecer em forma de sugestões para eliminar ou enriquecer a proposta para os responsáveis a nível diocesana ou paroquial (cf. lb.). Assim, a modalidade será por via de folheto, vídeo, audiovisual, cartazes, reuniões feitas nas comunidades para poderem dar as suas contribuições. Se por acaso, a maioria das pessoas for indiferente, é preciso pensar melhor antes de dar novos passos. Porém, vendo à nossa realidade, de forma geral, as pessoas são responsivas. O mais importante é explicar bem e ter clareza (cf. lb.).

Mas por acaso, se houver resistência, sobretudo, da parte do grupo de coordenação, seria ideal trabalhar primeiro nesse problema, para poder desfazer as resistências. Desta sorte, ficam mais convencidos e podem aceitar o plano, visto que haverá implicações nos passos seguintes. O mais importante é de transformar o coração e a mente das pessoas que estão diretamente envolvidas, conseqüentemente, podem aceitar livremente a proposta, uma vez que já estavam esclarecidos sobre o assunto proposto (cf. lb., p. 92-93).

5.4.2. Estudo, discussão e votação da proposta

Nesta segunda fase, os responsáveis procuram todos os meios possíveis para que o número de participantes possa aumentar, sobretudo, os que têm interesse e querem dar a sua contribuição para o bem da Igreja e da sociedade. Podemos contar com todos os departamentos existentes, grupos categoriais, movimentos e outras pessoas que têm interesse e querem participar nos processos de planificação da Diocese ou das paróquias. Assim, elas podem fazer sacrifícios de gastar o seu tempo, habilidade e conhecimento para fazer mudanças na Igreja (cf. BRIGHENTI, p. 93). Visto que, uma mudança pode ser realizada quando maior número de pessoas está envolvido e tem um compromisso para às transformações (cf. CABELLO et alii., p. 48).

Consequentemente, há uma exigência dum estudo bem planeado sobre o assunto, através de discussões sérias, seria muito vantajosa. Todavia, tem de ser concreto segundo a realidade da situação em que o plano será aplicado. De acordo com a realidade concreta das pessoas, um plano não pode ser imaginário. Para que haja sucesso, seria necessário de considerar a situação real das pessoas, como interlocutores (cf. BRIGHENTI, ib.).

Depois de ser estudada a proposta, que pode ser reelaborada, aumentada, com o intuito de enriquecer melhor com as contribuições das sugestões dos que estão envolvidos no processo de estudo, a outra fase, será a votação da proposta. Nesta fase, deve-se respeitar as pessoas nas suas decisões, tanto da comunidade, como o grupo de coordenador e sem forçá-los. Em geral, a maioria das pessoas vota à favor e sempre há algumas que votam contra. No entanto, devemos considerar como normal, quando se trata de discutir algum tópico, uma vez que há um clima de diálogo, abertura, mútua confiança e maior liberdade entre os presentes para se expressarem (cf. Ib.).

5.4.3. Elaboração de uma proposta dos passos do processo

Nesta fase do processo de planeamento participativo, o intuito é de definir o método usado e ao mesmo tempo o calendário da sua execução. Todavia, como dissemos acima é necessário ter em conta a realidade das pessoas com todos os fatores que as envolvem para que haja sucesso. Isto supõe que deve-se ter em

consideração o seu contexto. Pelo contrário, a proposta é imaginária, como tínhamos aludido e como consequência, haverá resistência das pessoas, tanto ativa ou passivamente, visto que é estranha aos seus interlocutores (cf. lb., p.94).

Neste processo, muita gente tem tendências de pensar na sua implementação ou ação e ela procura justificar o seu argumento que é perda de tempo, recursos e dores de cabeça com todos os processos. Contudo, como tínhamos falado acima que envolver pessoas no processo através de estudos, reflexão e troca de experiências, sempre será útil. Depois de seguir todos os passos, em seguida vem a calendarização.

De facto, a calendarização é importante para orientar as pessoas nas atividades e na sua implementação, mas é preciso ter cuidado de não estabelecê-la tão rígida que é difícil de adaptar à situação concreta. Na pastoral, muitas vezes precisa de flexibilidade e bom senso na sua execução, por isso que em relação ao ponto acima, insistimos de ter em consideração à realidade das pessoas é muito importante. Por outro lado, o mais importante é estabelecer a escala de prioridades para dar mais tempo e canalizar maiores recursos (cf. lb.).

5.4.4. Estudo, discussão e votação da proposta dos passos do processo

Antes de iniciar os encontros, os participantes deveriam conhecer bem o processo do método de planeamento, através de uma formação adequada para que eles possam ser ativos no processo. Para isso, é preciso criar um ambiente onde haja maior liberdade e espontaneidade, como aludimos acima. Desta maneira, afasta a passividade das pessoas. Para evitar a sensação de que, o método só é conhecido pelos grupos de coordenação ou só pelos assessores, antes pelo contrário, falando do planeamento participativo, em consciência, tem de ser transparente e o método deve ser bem conhecido por todos os que estão presentes na reprojeção pastoral.

Outro aspeto é o calendário das atividades. Este não se pode ser decidido exclusivamente pelos coordenadores ou assessores, porém, por conveniência, seria melhor decidir juntos, como sinal de consideração e apreciação de todos os participantes. Eles sentem que as suas vozes e os seus votos são considerados.

De maneira que, procurar evitar de não queimar as etapas no processo. É bom e vantajoso seguir todos os passos gradualmente até à votação final.

Para não queimar as etapas, de certeza, gasta-se muito tempo, que implica outros recursos envolvidos. Os impacientes, têm a tendência de queimar as etapas. No entanto, tratando de uma Igreja com a característica do Povo de Deus, onde, pela vocação, todos têm direito a uma participação ativa na missão da Igreja, em todo o processo, requer-se uma conversão de mentalidade individualista para à comunhão.

5.4.5. Constituição dos grupos de coordenação do processo

Para que o processo das discussões tenha sucesso de acordo com as expectativas dos presentes, seria recomendável constituir os grupos de coordenação. Idealmente, poderia vir nos grupos de discussão. Eles já conhecem uns aos outros, assim, sentem-se mais livres entre eles e outra vantagem que já conhecem todo o processo. “Com isso, estaria mais bem assegurada a memória e a continuidade dos trabalhos, sem grandes ruturas” (BRIGHENTI, p. 96).

Seria melhor que os membros dos grupos de coordenação, em cada nível eclesial sejam escolhidos pelos próprios participantes. As suas funções são: distribuir as tarefas aos membros, acompanhar os membros na sua execução, coordenar, acompanhar as tarefas de secretaria. Eles têm apenas funções para coordenar as atividades e a composição do grupo não precisa de ser grande para melhor interação entre os membros. A tomada de decisão é em conjunto, pois, estamos tratando de um plano participativo de todos os participantes. Consequentemente, os coordenadores em consciência não têm a função de fazer decisões no processo (cf. *Ib.*, p.96).

Se for a nível diocesana, muitas vezes, os problemas são complexos, de modo que, além de grupos de coordenadores, seria melhor, a presença de assessores ou peritos, mesmo que eles também fizessem parte do grupo. Com o conhecimento, experiência e outros fatores envolvidos que têm, poderiam dar valiosas contribuições. Essas pessoas podem ser pastoralistas ou de outras ciências sociais que ajudam melhor o funcionamento da pastoral. De facto, hoje em dia, a pastoral tem um caráter de interdisciplinariedade, tendo em conta que,

as ciências sociais têm grande contribuição para o sucesso de pastoral. Nomeadamente, a sociologia, a psicologia, a antropologia, etc.

5.4.6. Constituição dos organismos de tomada de decisão

No processo de planeamento pastoral, sabemos que a linha de orientação é o Vaticano II, de uma Igreja com características de comunhão e participação de todos os batizados para a missão da Igreja. Esta participação não é de carácter esporádica, todavia, por meio de organismos da Igreja que é a Diocese ou Igreja particular e encontra a sua expressão concreta nas paróquias existentes na Diocese. Por isso, há uma necessidade para que os grupos de coordenação, que tínhamos debruçado acima tenha de ser a nível da Diocese.

Os grupos de coordenação são representantes das diversas organizações existentes na Diocese e formam a assembleia e esta tem uma função muito útil neste processo de preparação. Geralmente, essa assembleia tem os seus procedimentos que devem ser observados pelos representantes enviados nas reuniões. Primeiro, o membro não vem em seu nome pessoal, mas representa o grupo. De maneira que, ele procura ser fiel à sua organização, assim, procura apresentar o interesse da organização, isto é, os seus sucessos, as suas alegrias e suas preocupações. De modo que, as sugestões têm de refletir a organização e é para o bem da comunidade em geral e sobretudo, da sua organização. Além disso, procura estudar com os outros representantes e tomar decisões juntamente com os outros e que beneficiem a todos e ao grupo. Isto significa pensar no bem comum de todos (cf. GS 26). ,

Preferivelmente a mesma pessoa faça parte do organismo até o fim do programa, uma vez que não há razões fortes para a sua ausência. A rotação contínua ou mudança da pessoa, muitas vezes, haverá grave implicação no seu processo de envolvimento, desde que, não acompanhou todo o processo. De certeza, há de ter impacto negativo na assembleia.

Como falámos no início deste capítulo que o Vaticano II e sobretudo, o Papa Francisco quer implementar o Vaticano II, deste modo, ele acentua sobre a importância da sinodalidade na tomada de decisões. Quer dizer, circular e de carácter democrático, pois, ao longo da história da Igreja, esta sempre procurou

adaptar às realidades históricas quanto à sua maneira de tomada de decisões, embora, como já tínhamos acenado que desde o princípio, pela natureza, a Igreja é hierárquica na sua estrutura (cf. PAPA FRANCISCO, 2015; BRIGHENTI, ib., p. 97-98).

A Igreja adotou o espírito de consenso na tomada de decisões, usando o princípio da maioria e minoria, sistema usado pelos países democráticos. Mesmo assim, por vezes, há problemas que exigem um processo de consultas alargadas não só no interno dos respetivos organismos, mas às outras pessoas e precisam de várias assembleias para chegar a uma decisão final, como conclusão (cf. BRIGHENTI, p.98).

5.4.7. Capacitação na metodologia que se vai usar no processo

O problema fundamental que as pessoas se lamentam ou se queixam, é que os participantes não estão inteirados com a metodologia, conseqüentemente, perdem muito tempo no processo de discussões, devido à falta de conhecimentos sobre as bases comuns e o processo metodológico, embora os objetivos são claros. Assim, o melhor passo, antes de iniciar o processo, seria bom capacitar os participantes, com as razões mencionadas acima.

Naturalmente, o ideal é treinar os participantes da assembleia a respeito de bases eclesiológicas. Digamos, do Povo de Deus do Vaticano II em relação à sinodalidade e em seguida sobre a metodologia comum que vai ser usada, antes de iniciar a assembleia. A modalidade dos encontros de formação como preparação, precisa de ser discutida, porém, preferivelmente no interno dos grupos de coordenação, previamente capacitados para essa missão. A forma será através de seminários, cursos, apresentando os aspetos que aludimos acima.

O número de participantes não seja muito grande, embora depende também das necessidades. O mais importante que o número não passe mais que 30 pessoas. A lógica por baixo desta exigência que haverá um processo de acompanhamento personalizado na sua capacidade técnica. E segundo o professor Brighenti que “uma capacitação mínima necessária exige um trabalho de umas vinte ou trinta horas” (BRIGHENTI, p.99).

5.4.8. Divulgação e convocação para a participação de todos

Depois de preparações para a capacitação dos participantes, a penúltima fase é a ampla divulgação e convocação com o intuito de convidar mais pessoas que querem participar, tendo em consideração os números suficientes dos participantes já preparados para a assembleia. A intenção é de fazer chegar a todos, tendo em conta a participação de maior número do Povo de Deus é sempre vantajosa para a evangelização e por outro lado, para expressar que a missão evangelizadora não só pertence aos grupos especiais e excluindo outros, como dizia o Papa no seu discurso aos bispos de Timor-Leste, na altura de visita *ad limina* (PAPA FRANCISCO, 17.03.20140).

Segundo as práticas normais da nossa Diocese, a convocação é feita pelo bispo diocesano, como autoridade competente, se essa assembleia é de carácter diocesana. Os meios usados depende muito do costume do lugar, mas geralmente lê-se a carta de convite nas paróquias ou nas comunidades no final da missa. É o momento e o lugar de concentração de maior número de fiéis. Além disso, publica-se nos quadros de informação das paróquias. Por meio de rádio, televisão ou jornais diários que têm acesso ao público mais abrangente (cf. lb., 99).

5.4.9. Abertura oficial e início da primeira etapa

Segundo a prática que temos feito até a esta data, as assembleias à nível diocesana ou paroquial, em princípio, são munidos de calendários que se faz chegar a todos antecipadamente para que as pessoas possam acertar os seus planos e atividades pessoais ou de trabalho de acordo com o horário geral da assembleia. Nunca fizemos improvisadamente, tendo em consideração a importância da assembleia para a Igreja local ou paroquial.

Além do horário que mencionámos acima, no início do encontro, geralmente, os participantes recebem uma pasta onde estão completo com o horário das atividades da assembleia, outras informações relacionadas, materiais para escrever, as matérias das conferências, etc.

Para as atividades desse gênero, em princípio, inicia-se com a celebração eucarística, como início da abertura e noutros dias consecutivos sempre se inicia com *laudes* em comum. No final da assembleia, encerra-se com a missa de encerramento, como sinal de agradecimento à Deus pelo seu acompanhamento em todo o processo até ao fim da primeira etapa. Além disso, durante o processo todo, há apelo aos cristãos nas paróquias para que rezassem pelo sucesso da assembleia.

Considerações finais

Neste capítulo propusemos um processo de pastoral em que possa envolver todo o Povo de Deus na reprojeção pastoral, na nossa Igreja local, para intensificar a nossa participação no planeamento participativo. Ter consciência que, todos os que se envolvem no processo, são sujeitos no discernimento e na tomada de decisões, como expressão da sinodalidade do Povo de Deus. Além disso, há um princípio de subsidiariedade entre os diferentes membros, não de caráter descendente, pelo contrário, de caráter ascendente, à partir da comunidade concreta com todas as suas realidades.

De facto, como tínhamos apresentado acima, há várias metodologias no planeamento, porém, algumas já são obsoletas e outras que não são propícias na aplicação da pastoral da Igreja. Por isso, para responder melhor as necessidades da nossa Igreja particular, bem como a Igreja universal, o método participativo é o que melhor expressa a eclesiologia do Povo de Deus, segundo os ensinamentos do Vaticano II, onde todos são iguais, conseqüentemente deve-se criar comunhão entre eles e cada um, a seu modo participa na missão da Igreja (cf. LG 10).

Assim, de acordo com a Igreja, Povo de Deus, por enquanto, a melhor metodologia na reprojeção pastoral que responde melhor na pastoral é o planeamento de caráter participativo de todos os fiéis, visto que, pelo batismo, todos receberam o mandato de Jesus Cristo de anunciar o seu Evangelho (cf. Mt 28,19). No método participativo, realçamos mais o processo do que o resultado e isso exige uma adequada preparação de todos partindo dos coordenadores até aos participantes, para que todos possam estar informados e envolver-se livre e

ativamente e sentir-se que eles também fazem parte do Povo de Deus, onde todos são iguais em dignidade.

Além disso, temos de estar conscientes que com a sinodalidade, não há nenhum nivelamento na Igreja, antes pelo contrário, a missão de Cristo foi confiada a todos de dar as suas contribuições consoante as diversidades de carismas e ministérios. Falando do sacramento de Ordem, esta está em missão de serviço ao Povo de Deus, de formar, conduzir o Povo de Deus e celebrar os sacramentos, sobretudo o sacrifício eucarístico (cf. LG 10).

Mesmo assim, estamos conscientes que não é um trabalho fácil, conscientes da nossa realidade de Díli, ainda há muito trabalho para fazer em relação à mudança de mentalidade de todos os membros da Igreja. Conversão da parte da hierarquia, para que esteja aberta e possa trabalhar com outros membros do Povo de Deus, como sujeitos, atores e protagonistas, todos em comunhão para a renovação da Igreja através da planificação pastoral (cf. CABELLO et alii., p. 159).

Por outro lado, precisamos de mudar a mentalidade dos nossos leigos para estarem conscientes da sua vocação e missão segundo as exigências do Evangelho e às diretivas do Vaticano II. De maneira que, pouco a pouco, tornam-se agentes ativos na construção do Reino de Deus, segundo o mandato de Jesus. Mesmo assim, temos outros limites, como a qualidade de recursos humanos disponíveis e outros recursos que contribuem para o sucesso do planeamento e sua execução.

Para que o planeamento participativo seja realizável e não seja um idealismo, será necessário que os assessores, antes de tudo, prepararem os grupos de coordenação, onde estes possam ter maior clareza na preparação do processo de planeamento pastoral. Em seguida, convidar maior número possível de pessoas para a sua capacitação sobre as características do método, para poderem tomar parte ativa no processo de planeamento e por fim na sua execução. Os grupos de coordenação deveriam promover um clima fraterno, onde haja maior liberdade e espontaneidade de expressão, atitude de escuta empática

às pessoas e respeitar as suas opiniões, por mais contrárias que sejam (cf. Ib., p. 160).

No entanto, um planeamento participativo por mais lindo que seja, se não tiver um processo de ver e estudar profundamente a realidade sociocultural e pastoral, para saber as virtudes e os desafios a fim de determinar as prioridades pastorais, seria um sonho irrealizável. De modo que, é imprescindível de estudar a realidade, em seguida como ler à realidade na perspetiva da fé, isto é, qual é a vontade de Deus perante a situação concreta dos interlocutores. O passo seguinte é a planificação para responder os desafios, traçando os objetivos, programação para a sua execução e uma constante avaliação segundo os planos para poder alcançar os objetivos traçados.

O uso de método participativo de pastoral tem grandes vantagens. Este dá importância a cada pessoa, por isso, ela adquire uma certa confiança de si mesma e como consequência, sente-se responsável de tornar-se parte ativa e integrante em todo o processo até ao fim do plano. Ao mesmo tempo, dá lugar a cada pessoa de fazer a experiência de comunhão com outros membros em “[...] que se traduz em um “caminar juntos”, “buscar juntos”, “elaborar juntos”, “llegar juntos a ‘una visión común y ‘ construir con otros un plan de acción común” (CABALLERO, et alii., p. 160), para chegar aos seus objetivos e a meta final, que é a construção do Reino de Deus.

CONCLUSÃO

Podemos constatar que, a Igreja de Dili está enfrentando desafios como tínhamos debruçado, mesmo assim, a nossa Igreja ainda se apresenta com uma fisionomia muito tradicional, isto é, centralizada na hierarquia, dando pouco espaço aos leigos. Daí nasce uma urgente necessidade de se repensar e dar respostas adequadas em relação aos desafios da nossa Igreja, como tínhamos apresentado. De uma Igreja que é sinodal na sua identidade e na sua missão integral de evangelização.

De modo que, o Vaticano II serve de parâmetro para nos orientar no processo da *aggionamento* da nossa identidade como Igreja Povo de Deus, abandonando o binômio clero-leigo para à comunidade-ministérios, no qual todos são iguais em dignidade e formam uma comunhão de batizados para a missão da Igreja. Por outro lado, com a atitude de humildade, que se expressa através da abertura e do diálogo, a Igreja, em comunhão com todos os que habitam no nosso território da Diocese, de mãos dadas, num espírito de sinodalidade, podem contribuir para a promoção da pessoa humana na sua integridade e com a restauração da sociedade humana (cf. GS 92). Assim, o ser humano, em concreto, será sempre o fulcro da missão da nossa Igreja, como atesta o Vaticano II: “o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS 3). Com todos os esforços que a Igreja está fazendo, o objetivo é de criar uma solidariedade e fraternidade entre nós e, por fim, de encaminhar a todos, sob a ação do Espírito Santo, para Cristo (cf. Ib.).

Trata-se de uma Igreja que está ao serviço do Reino no seio da comunidade humana, não se preocupa com o poder e a tentação de identificar-se com o Reino de Deus, como aconteceu nos tempos passados. Visto que, não está de acordo com a vontade do Mestre, conforme salientou o Vaticano II, uma Igreja que se declarou como “escrava da humanidade” (PAULO VI, 07.12.1965). Por conseguinte, o futuro da Igreja não dependerá de belos discursos, mas de sua fidelidade ao Senhor Jesus, através do testemunho credível dos seus membros, no respeito mútuo, na abertura ao diálogo e no encontro de soluções comuns aos problemas (cf. EN 41). Deste modo, o Espírito Santo ajudará a

superar todo o tipo de exclusivismo, tal como tem acontecido na história da Igreja (cf. LIBÂNIO, 2003, p. 60).

Nesta missão da Igreja, os leigos poderiam ter um lugar muito preponderante, pela peculiaridade da sua vocação e missão de “procurar o Reino de Deus tratando das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG 31). Eles poderiam ser as vanguardas e fermentos da Igreja no exercício do “tríplice múnus de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei, que encontra sua raiz primeira na unção do Batismo, o seu desenvolvimento na Confirmação e a sua perfeição e sustento dinâmico na Eucaristia” (ChL 14). No entanto, não surgiu como deveria ser, segundo à prática da nossa Igreja particular.

Além disso, como diz o Concílio, a Igreja só é capaz de “servir o homem em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades” (PAULO VI, 1965), uma vez que ela se reconheça e afaste-se de si toda atitude de triunfalismo e de centralização de poder, fruto da imagem da Igreja antes do Vaticano II, que já é obsoleto. Urge ter uma nova autoconsciência da Igreja, reconhecer-se como Igreja em peregrina, Povo de Deus, que “irradia dum modo absolutamente simples e espontâneo a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes” (EN 21). Deste modo, pode orientar o mundo rumo à meta final, que é a plena realização do Reino de Deus.

Com essa consciência de pecadora, imperfeita, infiel, a Igreja necessita ser evangelizada, isto é, precisa de “purificação, do exercício contínuo da penitência e da renovação” (LG 8), para criar comunhão com todos. Impõe-se ter o espírito de diálogo, optar preferencialmente pelos irmãos mais necessitados que é a maioria em relação aos nossos dados estatísticos. Precisa salvaguardar a nossa casa comum que está ameaçada com as mudanças climáticas, como consequência da “alta concentração de gases com efeito de estufa, que é composta de anidrido carbónico, metano, óxido de azoto e outros” (LS 23), embora em Timor-Leste e na nossa Diocese não tenhamos necessidade urgente, como está acontecendo nos países, onde produzem alta concentração de gases com efeito de estufa e, com isso, o globo torna-se cada vez mais quente.

É preciso desenvolver cada vez mais o espírito de diálogo interreligioso e intercultural, visto que com a globalização estamos cada vez mais aberto para um mundo mais plural. E, por fim, cabe encontrar métodos apropriados para evangelizar a cultura urbana. Mas tudo isto só é possível com a graça do Espírito Santo, de modo que, os membros do Povo de Deus precisam implorar continuamente a Deus a graça de “sincera abnegação, humildade e mansidão em servir, e da fraterna generosidade para com os outros” (UR 7).

Para que a conversão que acenámos acima não seja um mero conceito, o Ordinário do lugar, em cooperação com outros membros do Povo de Deus, precisa pensar e planejar uma formação sistemática e permanente à todos os membros do Povo de Deus. Ao começar pelos agentes pastorais para uma renovação integral segundo as exigências do mundo e da pastoral missionária da Igreja de hoje, onde exige uma pastoral de permanente “saída”. Não como indivíduos isolados, mas como comunidade para a busca das ovelhas que estão enfrentando tantos desafios e, ao mesmo tempo, de outros que estão isolados nas montanhas e muitas vezes são esquecidos.

Em relação aos desafios da nossa Igreja, um dos aspetos que temos de modo sinodal, é como anunciar o Evangelho aos homens e mulheres concretos usando a sua linguagem e entrando na sua mentalidade. Por isso, uma das preocupações é fazer a encarnação ou inculturação do Evangelho. Esta é uma das exigências fundamentais, sobretudo nos documentos atuais da Igreja. Naturalmente, o seu modelo está em Jesus Cristo, que veio ao mundo onde assumiu a condição humana, viveu numa condição geográfica e numa cultura concreta, com uma tradição religiosa, que era judaica (cf. SILVA, p.30).

O que é certo em relação ao contexto concreto da nossa Igreja, é que precisamos de estabelecer diretrizes à nível diocesano, que nos orientem na ação pastoral, tendo como fulcro o Reino de Deus. Assim, todos os membros estarão unidos como Igreja particular, que se prolonga até às paróquias e às pequenas comunidades, cada um a seu modo e segundo o seu carisma de dar a sua contribuição para o bem da Igreja e das pessoas inseridas no território da Diocese, que de forma geral são católicas. Por outro lado, temos de estar conscientes que somos apenas servos do Evangelho. Desta sorte, esforçamo-nos

de ser missionários orantes, meditando a Palavra de Deus para que esta possa transformar-nos à partir de dentro para fazermos o discernimento segundo à luz do Espírito Santo. Deste modo, anunciamos com alegria Aquele que encontramos (cf. EG 1). Considerando que, o problema da relação entre a oração e a ação pode reduzir-se a esta constatação: todo o autêntico agir nasce da oração e da vida contemplativa. Pois tudo o que é grande neste mundo provém do sacrifício e da oração (cf. DAJCZER, 1993, p. 219-221).

Tudo aquilo que acabámos de falar, será possível de pôr em ação, quando todos os membros do Povo de Deus, de quaisquer categorias, têm a consciência de igualdade e de espírito de corresponsabilidade na missão evangelizadora de Cristo. Por conseguinte, todos participam no processo de planificação participativa de pastoral da Igreja, a nível diocesano, paroquial e nas respetivas comunidades, de acordo com as exigências da Igreja Povo de Deus do Vaticano II. Isto significa que há um reconhecimento da igualdade fundamental de todos os fiéis batizados e da corresponsabilidade de todos na vida e na missão da Igreja. Assim, tornam-se mais eficazes na fé e mais eficientes na missão pastoral da nossa Igreja particular. Embora estejamos conscientes que este método tem também as suas fraquezas, contudo, está de acordo com as ciências sociais e a eclesiologia do Povo de Deus.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

BRIGHENTI A., *Metodologia para um processo de planejamento participativo*. 2a.Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

_____ *Reconstruindo a esperança: como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. 4a. Ed. São Paulo: Ed. Paulus, 2011.

CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen gentium*, 21. 11. 1964.

_____ Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, *Gaudium et spes*, 7.12.1965.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL TIMORENSE, *MAI HARÉ TIMOR: Reflexão Bispo Timor-Leste sira nian kona ba Realidade Timor-Lestetuir naroman Evangelho, iha biban tinan atus lima Missão nian*. CET, 2015.

FRANCISCO. Exortação apostólica, *Evangelii gaudium*, Toma: Editrice Vaticana, 2013.

JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-Sinodal *Christifideles laici*. Roma: Editrice Vaticana, 1988.

SINODO DIOCESANO. *Plano estratégico de pastoral da Diocese de Dili para 2012-2015*, Paço episcopal, Dili, 2012.

SEMINÁRIO. *Timor, um país para o século XXI*. Universidade Católica portuguesa. Lisboa: Livraria Compasso, 2000.

TUKAN P. Et alii. (Eds). *Demi keadilan dan perdamaian*, Jakarta: Komisi keadilan dan perdamaian, 1997.

2. DOCUMENTOS DA IGREJA

IV CONFERENZA GENERALE DELL'EPISCOPATO LATINOAMERICANO.

Nuova Evangelizzazione, promozione umana cultura cristiana. Torino: Elle Di Ci, 1993.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E CARIBE.

Documento de Aparecida, 13-31 de maio de 2007.

BENTO XVI. Carta encíclica *Caritas in Veritate*. Roma: Editrice Vaticana, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Solo urbano e ação pastoral.* São Paulo: Paulus, 1982.

_____ *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011-2015.* Brasília: Edições CNBB, 2011.

_____ *Comunidade de comunidades. Uma nova paróquia.* São Paulo: Paulus, 2013.

_____ *Cristãos Leigos e leigas na Igreja e na sociedade,* São Paulo: Paulus, 2014.

_____ *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia.* São Paulo: Paulinas, 2014.

COMISSÃO DA JUSTIÇA E PAZ. *A missão de pastoral social.* Brasília: CNBB, 2008.

COMISSÃO PASTORAL. *Plano estratégico de pastoral da Diocese de Dili para 2015-2030.* Dili: Câmara Eclesiástica da Diocese, 2015.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Fé e Inculturação.* Roma: Editrice Vaticana, 1988.

COMMISSIONE TEOLOGIA INTERNAZIONALE. *La sinodalità nella vita e nella missione della Chiesa,* 2018.

CONCILIO ECUMÊNICO DO VATICANO II. Decreto *Ad Gentes,* 07.12.1965.

_____ Decreto , *Apostolicam actuositatem*, 18.11. 1965.

_____ Decreto, *Unitatis redintegratio*, 21 11. 1964.

_____ Decreto, *Christus Dominus*, 28.10. 1965

_____ Declaração, *Nostra aetate*, 28.10.1965.

_____ Decreto, *Perfectae Caritatis*, 28.10.1965.

_____ Constituição Dogmática, *Dei Verbum*, 18.11. 1965.

_____ Declaração *Dignitatis Humane*, 07.12. 1965.

_____ Decreto, *Presbyterorum Ordinis*, 07.12.1965

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*. Roma: Libreria Vaticana, 1994.

CONGREGATION FOR THE DOCTRINE OF THE FAITH. *Some aspects of the Church understood as Communion*. Rome:Vatican city, 1992.

_____ Nota Doutrinal sobre alguns aspectos da Evangelização. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *A Igreja na atual transformação da América latina à luz do Vaticano II*, 1968. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

CONSELHO PONTIFÍCIO DA JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Roma: Editrice Vaticana, 2004.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Itinerário da Missão Continental*. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CONSELHO PONTIFÍCIO DA JUSTIÇA E DE PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*.Roma: Editrice Vaticana, 2004.

FRANCISCO.Exortação apostólica, *Evangelii Gaudium*. Roma: Editrice Vaticana, 2013.

_____ Carta Apostólica às *peleas Consagradas*.Roma: Editrice Vaticana, 2014.

_____ Carta Encíclica, *Laudato si. Sobre o cuidado da casa comum*.Roma: Editrice Vaticana , 2015.

_____ Exortação Apostólica Pós-Sinodal, *Amoris Laetitia*.Roma: Editrice Vaticana, 2016.

_____ *Carta ao Cardeal Marc Oullet*. Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, 19.03.2016.

_____ Discurso da Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos, 17.10. 2015.

_____ Mensagem para a celebração de XLIX Mundial da Paz, *Vencer a indiferença e conquista a paz*, 08.12.2015.

_____ Bula de Proclamação do Jubileu Extrarordinário da Misericórdia, *Misericordie Vultus*.São Paulo: Paulus, 2015.

_____ Carta apostólica *Misericordia et Misera*. Roma: Editrice Vaticana, 2017.

_____ Mensagem para o dia mundial do imigrante e do refugiado, 2017.

JOÃO XXIII, *Discurso na Inauguração do Concílio*, 11.10.1962.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica, *Redemptoris hominis*. Roma : Editrice Vaticana, 1979.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Christifideles laici*. Roma:Editrice Vaticana, 1988.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Redemptoris missio*. Roma: Editrice Vaticana, 1990.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Pastores Dabo Vobis*. Roma: Editrice Vaticana, 1992.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Ut unum sint*. Roma: Editrice Vaticana, 1995.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Africa*. Roma: Editrice Vaticana, 1995.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Vita consecrata*. Roma: Editrice Vaticana, 1996.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Asia*. Roma: Editrice Vaticana, 1999.

_____ Exortação apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Oceania*. Roma: Editrice Vaticana, 2001.

_____ Carta encíclica, *Fides et Ratio*. Roma: Editrice Vaticana, 1998.

PAULO VI, *Discurso na Inauguração da 2a. Sessão*, 29.09.1963.

PAULO VI, *Ecclesiam Suam*, 06. 08.1964.

PAULO VI, *Homelia na 9a. Sessão Solene*, 07.12.1965.

PAULO VI, *Populorum progressio*, 26.03. 1967.

_____ Exortação apostólica, *Evangelii nuntiandi*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1975.

PIO XII, *Carta Encíclica Mystici Corporis*, 29.06.1943.

PUEBLA. *L'evangelizzazione nel presente e nel futuro dell'America Latina*. Bologna: EMI, 1979.

_____ *Diretório Geral para a Catequese*. Roma : Editrice Vaticana, 1997.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Orientações Educativas sobre o Amor Humano*. Braga: Editorial A.O., 1983.

SÍNODO DOS BISPOS. XIII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. *A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã. Instrumentum laboris*. Roma: Editrice Vaticana, 2012.

3. DOCUMENTOS DO ESTADO DE TIMOR-LESTE

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. Dili: Avança Gráfico, 2002.

SECRETÁRIA DO ESTADO DA PROMOÇÃO DE IGUALDADE. *Lei contra violência* No. 7/2010.

MINISTÉRIO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Vol. 5, Ed. nov.- dezembro, 2016.

4. REFERÊNCIAS/LIVROS

ABERIGO, G. *Breve storia del Concilio Vaticano II (1959-1965)*. Bologna: il Molino 2005.

ALMEIDA, A. J. *Paróquia, Comunidades e Pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009.

ARTOLA, A.M., CARO, J.M. *Bíblia e Palavra de Deus*, São Paulo: AM Edições, 1996.

BANAWIRATNA, J.B., MULLER, J. *Berteologi Social lintas ilmu*. Yogyakarta: Kanisius, 1993.

BARBOSA, A. G. *A nova evangelização*. Lisboa : Paulinas , 1994.

BARREDA, J.A. *Missionologia. Studio introduttivo*. Milano: San Paulo, 2003.

BARROS J. *Arquivos do centro cultural português*. Paris: Gulbenkian, 1979.

BEOZZO, J.O. *Pakto das Catacumbas*. São Paulo: Paulinas, 2015.

BERNARDINO, A. S. *Concílio da primavera na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2012.

BESTARD, J. *Corresponsabilidad y participación en la parroquia*. Madrid: PPC, 1996.

- BOFF L. et alii. *Memórias inquietantes e persistentes de Leonardo Boff*. Santa Catarina: Ed. Unisul, 2016.
- BRUNO, F. *A missão dos leigos*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BRIGHENTI, A. *A missão evangelizadora no contexto atual. Realidades e desafios desde a América Latina*. PUC de Curitiba.
- _____ *Metodologia para um processo de planejamento participativo*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- _____ *Reconstruir a esperança. Como planejar a ação da igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- _____ *A Igreja perplexa: A novas perguntas, novas respostas*. Paulinas, São Paulo, 2004.
- _____ *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- _____ *Para compreender o Documento de Aparecida: o pré-texto, o contexto e o texto*. São Paulo: Paulus, 2008.
- _____ *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja: perspectivas para a evangelização do terceiro milênio*. São Paulo: Paulus, 2012.
- _____ *A missão evangelizadora no contexto atual: realidade e desafios a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- BUONO, G. *Missiologia. Teologia e prassi*. Milano: Pauline, 2000.
- CABELLO, M. et alii. *Manual de planificación pastoral. Una experiencia latinoamericana*. Chile: San Pablo, 1998.
- CAMPOS, C. DE. *Mitos e Contos do Timor Português*. Lisboa: Agência do Ultramar, 1967.
- COMBLIN, J. *Cristãos rumo ao século XXI. Nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.
- _____ *O Povo de Deus*, São Paulo: Paulus, 2002.
- COVEY, S. R. *Principle Centered Leadership*. New York: Simon & Schuster, 1992.
- DALAI LAMA, *O Dai Lama fala de Jesus*, Rio de Janeiro, Ficus, 1999.
- DOMÉZI, M. C. *O Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.

- DULLES, A. *Model of the Church*. New York: Golden City, 1987.
- DUPUIS, J. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- DURAN, F. *Timor-Leste: País no cruzamento da Ásia e do Pacífico*, Lisboa, Lidel, 2002.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Livraria Martins, 1992.
- FUELLENBACH, J. *Throw fire*. Manila: SVD Publications, 1998.
- _____ *Church: Community for the Kingdom*. Manila: SVD Publications 2000.
- FERREIRO, B. *Tutte storie per la catechesis, le omilie e la scuola di religione*. Torino: Elle Di Ci, 1997.
- GAILLARDETZ, R.R. et alii. *As chaves do Concílio. À descoberta do Vaticano II*. São Paulo : Paulinas, 1990.
- GALLO, L. A. *L'eredità pastorale del Vaticano II*. Torino: Elle Dicit, 2006.
- GATTI, G. *Secolarizzazione*, em *Dizionario di Pastorale Giovanile*. Torino: Elle Di Ci, 1989.
- GEFFRÉ, C. *De Babel a Pentecostes*, São Paulo: Paulus, 2013.
- GEVAERT, J. *Catechesi e cultura contemporanea*. Torino: Elle Di Ci, 1993.
- GIGLIONI, P. *Inculturazione. Teoria e prassi*. Roma: Ed. Vaticana, 1999.
- GORDON, T. *Leadership effectiveness training. The foundation for Participative Management em Employee Involvement*. New York: Putnam's Sons, 1977.
- HADI, A. *Krisis manusia modern. Tinjauan filsafat terhadap scientisme dan relativisme kultural*. Jakarta: Paramandine, 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, PASTORAL URBANA. *Categorias de Análise e Interpretações Pastorais*. Brasil: Edições CNBB, 2010.
- JUNG, C.G. *Os arquétipos e o Inconsciente*. 2a.ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.
- KAROTEMPREL, S. (Ed.). *Following Christ in mission*. Bombay: Pauline, 1995.
- KARTONO, K. *Kenakalan Remaja. Patologi Sosial 2*. Jakarta: PT Raja, 2008.

- KASPER, W. *Theology and Church*. Manila: Claretian Publications, 1989.
- KOHEN, A. S.D. *Ximenes Belo por Timor*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- KUNG, H. *The changing Church. Reflections on the progress of the Vatican Council*. London: Sheed & Ward, 1965.
- LIBÂNIO, J.B. *Olhando para o futuro. Perspectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____ *Linguagens sobre Jesus*. São Paulo: Paulus, 2013.
- MARCINI, W.L. *Paróquias urbanas*. São Paulo: Editora Santuário, 2017.
- MOREIRA A. *O drama de Timor*. Braga: Editora Intervenção, 1976.
- MOULINET, D. *Contado aos que não o vivenciaram*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PAYÁ, M. *A planificação pastoral ao serviço da evangelização. Metodologia*. Lisboa: Paulinas, 1997.
- PEREIRA, J.C. *Como fazer um planejamento pastoral*. São Paulo: Paulus, 2015.
- PIERRARD, P. *Storia della Chiesa cattolica*. Roma: Borla, 1978.
- PERUCCI, A. F. *Secularização e declínio do catolicismo*, em Beatriz Muniz de Souza e Luis Mauro Sá Martinho (Org.). São Paulo: Paulus, 2000.
- PONTIFICIO ISTITUTO PASTORALE DELL'UNIVERSITÀ LATERANENSE. *La teologia Pastorale. Natura e compiti*. Bologna: EDB, 1990.
- RAMOS, J. A.. *Teologia Pastoral*. Madrid: BAC, 1999.
- RENARD, A. C. *O espírito do Concílio e a abertura da Igreja ao mundo*. São Paulo, Paulinas, 1968.
- RIUTORT, P. *Compêndio da sociologia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- ROXO, R. M. *O Concílio. Teologia e renovação*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1967.
- SANCHEZ, W.L. *Teologia da cidade. Relendo a Gaudium et spes*. São Paulo: Editora Santuário, 2013.
- SANTOS M. A. (Org.). *Concílio Vaticano II. 40 anos de Lumen gentium*. Porto Alegre: EPECÊ, 2005.

- SARAIVA, J.M. *La Chiesa all'amba del terzo millenio. Riflessioni teologico-pastorale*. Roma: Editrice Vaticana, 2001.
- SCHULTENOVER, D. G. (Ed.). *Vatican II. Did anything Happen ?* New York: Continuum, 2007.
- SCOGNAMIGLIO, E. *Koinonia e Diaconia il volto della Chiesa*. Padova: Edizione Messaggero, 2000.
- SHORTER, A. *Toward a theology of inculturation*. New York: Orbis book, 1994.
- SILVA, J.A. DA. *Inculturação. Desafio à Igreja de hoje*. Lisboa : São Paulo 1994.
- SILVA, J. L. *Teologia Prática Fundamental . Fazei vós também*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.
- SOARES, A. J. *Teologia do Laicado*, mimeografia . Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart. Dili-Timor Leste, 2008
- _____ *A pastoral Juvenil em Timor Leste*, mimeografia. Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart. Dili-Timor Leste, 2013.
- _____ *Topiku Encontro ba Familia*. Don bosco, Media Center, 2014.
- SOBRINO, J. et alii. *Teologia solidaritas*. Yogyakarta: Kanisius, 1989.
- SUENENS, C. *Corresponsibility in the Church*. New York: Herder and Herder, 1968.
- _____ *Um novo Pentecoste?* Lisboa: Edições Paulistas, 1976.
- TEIXEIRA, F. C. *Comunidades eclesiais de Base*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- TEIXEIRA, F. et alii, *Ecumenismo e diálogo Inter-Religioso*, São Paulo: Editora Santuário, 2015.
- TONELLI, R. et alii. *Narrare per aiutare a vivere. Narrazione e pastorale giovanile*. Torino: Elle Di Ci, 1992.
- TRUJILLO, A. et alii. *The case against condoms*. USA, 2006.
- VEGA, F.J. et alii. *Programar, acompanhar e avaliar*. Madrid: CCS, 1966.
- VIER, F. (Org.). *A Igreja do Vaticano II*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1965.

WOLFF, E. *Vaticano II. 50 anos de ecumenismo na Igreja católica*. São Paulo: Paulus, 2014.

_____ Monografia de Ecumenismo, IFTF, 2014.

WOSTYN, L. *Doing Ecclesiology. Church and Mission today* Manila: Claretian Publications, 1997.

5. REFERÊNCIAS/ARTIGOS

ALATAS, A. *Tentang penyelesaian masalah Timor-Timur em Seminar Indonesian Council on world affairs*. Jakarta, 1999.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Annual reports on Indonesia and East Timor*. Genewa, 1999.

BRIGHENTI, A. *Modelos de pastoral e eclesiológicos em torno à renovação do Vaticano II*. PUC de Curitiba.

_____ *O processo de recepção de um Concílio na Igreja. Conceituação teológica e operacional*.

_____ *Por uma evangelização realmente nova*. PUC de Curitiba.

_____ *Uma instituição em crise. Uma sociedade em crise*. PUC de Curitiba, 2013.

_____ *A ação pastoral em tempos de mudança: modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma*, 2015.

SANTOS, M. L. B. *Planejamento Pastoral: aplicação da metodologia participativa*, Curitiba, 2009.

